UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

" O 'MEIO AMBIENTE' PREJUDICOU A GENTE ... "

POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO;

DESVELANDO A PEDAGOGIA DE UM CONFLITO NO VALE DO RIBEIRA. (IPORANGA-SP)

LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO

ORIENTADOR: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação apresentada para a obtenção do título de **Mestre em Educação**, na área de concentração: Metodologia de Ensino, defendida por Luiz Afonso Vaz de Figueiredo e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data _____/_____/_____

Assinatura:_____

(Orientador)

Comissão Julgadora:

_____

_____

_____

_____

2000

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

F469m

Figueiredo, Luiz Afonso Vaz de.
"O 'meio ambiente' prejudicou a gente..." : políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga – SP) / Luiz Afonso Vaz de Figueiredo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : Salvador Antônio Mireles Sandoval.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Políticas públicas. 2. Proteção ambiental. 3. Preservação. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Educação ambiental. I. Sandoval , Salvador Antônio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

A EDUCAÇÃO PELA PEDRA

"Uma educação pela pedra: por lições;
Para aprender da pedra, freqüentá-la;
Captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
Ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.

Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
E se lecionasse, não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascença, entranha a alma."

(João Cabral de Melo Neto, *A Educação pela Pedra*, 1966)

"Iporanga,
lá onde o absurdo
é quase que cotidiano.
Lá onde um aglomerado de casas e gente
luta desesperadamente pra ser cidade,
lá onde chegou, atrasado, mas de repente
o século XX.

É lá mesmo, em Iporanga
que tenho aprendido o que é o mundo
em sua essência.
Vêm agora, sedentos os pesquisadores da cultura e da natureza,
a imprensa, o povo da redondeza e o Estado.

E Iporanga que só queria aprender e copiar padrões
confusa, percebe que, por qualquer desvio do destino,
vai ter que ensinar e dar modelos.

Que história é essa nossa,
que feita do que sobrou da história dos poderosos,
de repente é de todos, pergunta-se sem resposta."

CLAYTON F. LINO (1979)

À Iara, por ser minha fonte de energia e companheira de lutas. Ao Miltinho e Viviane, que tantas privações passaram, e que souberam ser pacientes na insistência de que esta etapa da minha vida se concretizasse.

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, colaboraram e incentivaram para que eu conseguisse concluir essa longa jornada. Seria impossível listar todos, por isso utilizo para simbolizá-los meus pais, Augusta e Zélio, minha sogra Esperança (Chinha) e minha mana Lúcia Helena (Luli),que sempre estimularam minha perseverança.

Ao Clayton, que com as palavras acima, e seus trabalhos, descreveu tão bem as preocupações e o desabafo do pesquisador engajado; representando, aqui, os colegas de Iporanga, do GESMAR, da Secretaria do Meio Ambiente, da SBE e da SOS Mata Atlântica, os quais acreditaram no meu trabalho.

E à todos aqueles que muito me ensinaram e que agüentaram, por outro lado, a minha persistência de acreditar na essência das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico parece uma coisa solitária, algo construído em plena individualidade. Acho impossível ser assim, sempre com tantos à agradecer; mostrando-nos que faz parte de um processo coletivo, como que em permanente revisão. Percebo que muitos caminhos se intercruzaram nessa trilha, nessa árdua incursão pelas profundezas da atividade do educador-pesquisador. Os obstáculos foram diversos e complicados, entretanto, provocativos e estimulantes. Queiram ou não, sou fruto dessa intrincada relação e vocês, responsáveis pelos produtos alcançados.

(Luiz Afonso Vaz de Figueiredo; **uma, inacreditavelmente fria, madrugada de novembro**, 1999)

Agradeço ao Salvador Sandoval, por ter sido paciente e compreensível com um orientando tão problemático, abrindo meus horizontes e me conduzindo pelas veredas da relação entre a educação e os movimentos sociais.

Ao Milton José de Almeida que, talvez sem saber, foi o estimulador da erupção da minha poesia pedagógica. Também foram preciosas as conversas e reflexões proporcionadas por outros colegas da UNICAMP, em particular à Mansur Lutfi, Zeila Demartini, Silvia Manfredi, Pedro Gonçalves (Údi), Lúcia Ferreira, Márcio Campos e outros colegas do NEPAM. E à Maria Helena Antuniassi do CERU-USP, pelas importantes considerações e sugestões metodológicas.

Aos companheiros de luta, sintonizados na questão ambiental, que alargaram meus horizontes, seja em relação ao Vale do Ribeira, seja sobre a Educação Ambiental: Luiza Alonso da Silva, Judith Cortesão, Regina Gualda, Marcos Sorrentino, Silvia Pompéia, Angela Baeder, Davis Sansolo, Miriam Milanelo, Luiz Marcelo de Carvalho, Marcos Reigota, entre tantos à citar.

Aos amigos de Iporanga, que me inspiraram, me acolheram e me motivaram durante tantos anos, evitando que eu esmorecesse ou perdesse qualquer interesse por essa incrível região. Entre tantos, agradeço: Ito, Edith, Idalina, Jamil Franco, Benjamim, Gonçalo, Pedro Sá, Arabelo, Vandir Santos, Tânia, Dema, Sônia, Edivaldo, Cleunice, Valdecir, Niltinho, Zinha, Isaura, Sandro, Tônico, Bahia, Tiço, Julinho, Jovita, Flauzina, Cota, João Mané, Zé Nunes, Zé Nuli, Nhá Ernesta, Soraia, Lígia, Eliana, Tininha, Terezinha, Zaca, Nice, Evaniel, Vamir...

Ao José Epitácio P. Guimarães, por ser o mentor da proposta de criação do PETAR, seu depoimento é, sem dúvida, uma memória viva da luta pela preservação do Alto Ribeira e pelo excelente material que me emprestou. Ao Pedro Comério, por iniciar-me na poética espeleológica e por fazer aflorar minha paixão pelas cavernas.

Aos amigos que estavam, na época, ligados à Secretaria do Meio Ambiente, especialmente, ao Clayton Lino, por abrir seu acervo para minha pesquisa e pelas conversas constantes. Aos colegas: Maurício Marinho, Júlia Meireles, Joaquim de

Brito, Elda Salaroli, Claudia Sallouti pelo apoio. Aos funcionários do PETAR, em especial ao Vandir de Andrade, Joaquim Justino (JJ), Didi e o Zé das Grutas, reforçando a importância do lado humano nas atividades espeleológicas.

Aos colegas (ou ex-participantes) do GESMAR, Chuya Abematsu, Zélio Augusto Figueiredo (Herman), Mário Nishikawa, Roseli Pauli, Isabel Augusto, Margareth Silveira, Rogério de Souza, Renê de Souza, Silvia Facchini, José Novaes Romeu Júnior, Márcia Dias, Murilo Valle, Adilson Santos, Mutsuko, representando tantos outros, pelo apoio, amizade, reflexões propiciadas e colaboração nos trabalhos de campo. Ao Jovenil Souza e à Helena Pereira, pela programação visual da dissertação. Ao Renê pelas excelentes fotografias produzidas e participação nos registros das atividades.

Aos colegas do ARCHI, Eulina, Mansur, Nídia, João Carlos, Joliane, Vagner, Ivan, Yara, Aníbal, Célio, Daisy, Eliane, Dagoberto, pela possibilidade de troca de experiências e oportunidade de construirmos em conjunto uma proposta de Educação maiúscula. Se não ficou como tema de pesquisa, por outro lado, essa experiência marcou-me profundamente, sendo o início de uma caminhada.

Aos professores da Fundação Santo André (1979-1982), que deram meus primeiros estímulos profissionais, desviando-me dos anseios pela indústria para a descoberta da EDUCAÇÃO: Júlio Cezar Foschini Lisbôa, Angélica Ambrogi, Naídes Alves de Lima, Maria de Lourdes Ruegger Silva (Lourdinha), José Luís Laporta, Oscar Negrão, Maurício Compiani, Gilda Beltramelli Ulian, Olga de Ávila Pereira, Manoel Jorge Filho, Carlos Galante, Flávio de Paula, Carlos Roberto Rodrigues, Arnaldo Alves Cardoso, Eduardo Roberto da Silva, muitos, hoje, meus colegas de trabalho. Também, sofri influências, na Fundação Santo André, de Antonio Geraldo Violin e Antonio de Campos, aos quais gostaria, *in memoriam*, de registrar meu profundo agradecimento, pelo incentivo à minha carreira como professor.

Ao Adriano Martins, Margareth Silveira e Carlos Boccacino pela digitação e à Iara Campos pelo apoio em diversas etapas de estruturação do trabalho.

À CAPES pela bolsa de demanda social, muito bem empregada nos trabalhos de campo. À Fundação Santo André pela bolsa de estudo, apoio logístico e pela licença para a conclusão da redação. À Casa da Agricultura de Iporanga, por fornecer espaço para instalar meu escritório-sede e, algumas vezes, o alojamento. Ao CONDEPHAAT, pela cópia do processo de tombamento de Iporanga. À Biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente por doar triplicatas de materiais para o meu acervo sobre o Vale do Ribeira, o qual tem sido muito útil e tenho disponibilizado para diversas pessoas e pesquisas.

RESUMO

Iporanga é uma cidade histórica, ligada ao ciclo paulista do ouro, localizada no Alto Vale do Ribeira, também conhecida como “Capital das Grutas”, em virtude de possuir uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil. A região possui, ainda, um dos principais remanescentes florestais de Mata Atlântica do estado de São Paulo. Esses fatos levaram a cidade a ser tombada como patrimônio histórico estadual e serem implantadas diversas Unidades de Conservação, tal como: o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Por outro lado, predominava a agricultura de subsistência, cuja base tradicional estava em desacordo com a questão ambiental. Associado à isso, a falta de alternativas econômicas adequadas à essa realidade levaram à marginalização da população local, induzindo-os às atividades de extrativismo vegetal, principalmente o corte do palmito e da madeira, e a exploração mineral, inicialmente o chumbo e depois o calcário. Por estarem localizadas em áreas restritivas, essas atividades foram consideradas ilegais ou irregulares, iniciando-se, assim, os conflitos. Desse modo, o estudo proposto visa investigar a trajetória das políticas públicas de preservação e desenvolvimento sócioeconômico incidentes na região, contraposto com a análise das representações sociais que levaram ao discurso “anti-preservacionista”, disseminado entre os moradores a partir da década de 70. A pesquisa teve um caráter histórico-sociológico, utilizando-se a observação participante como técnica para identificar os atores sociais envolvidos com o tema e suas relações com a realidade de Iporanga. A análise documental concentrou-se nos relatórios das ações do governo estadual e nos registros do que foi veiculado pela imprensa, principalmente, para o período que vai de meados da década de 50 até o início do período de gestão democrática (1983/85). Os depoimentos orais foram coletados no período de 1989/92 e envolveram 34 representantes de diversos segmentos da população iporanguense e agentes de proteção ambiental, fornecendo elementos para a compreensão da problemática e das disputas geradas no município. Observou-se que, apesar da complexidade da questão, a visão negativa atribuída à proteção ambiental, disseminou-se por causa das restrições impostas às atividades tradicionais de subsistência, da morosidade das ações do Estado, da desarticulação entre os órgãos de governo e da falta de continuidade das políticas públicas, tanto no nível estadual quanto municipal. Além disso, as ações implementadas promoveram, apenas, o distanciamento entre os atores sociais, seja pela falta de compreensão real do que se propunha, seja pela atuação de oportunistas que estimulavam os desentendimentos. De outro lado, verificou-se nos discursos dos entrevistados que há uma identificação do turismo, e de suas atividades associadas, como alternativa à problemática de Iporanga. Entretanto, é preciso que o turismo não seja mais um fator de exclusão social, mas que venha acompanhado de uma política que contemple o processo de aproximação dos vários setores envolvidos, valorizando o papel educativo das entidades ambientalistas e dos movimentos sociais que atuam na região, promovendo o planejamento participativo e a produção coletiva. Concluiu-se que faltou uma proposta mais objetiva de educação ambiental, vinculada à uma perspectiva de desenvolvimento, que almeje a construção de sociedades sustentáveis. Espera-se que esse caminho propicie a melhoria da qualidade de vida das populações locais e resgate-os como agentes fundamentais para a preservação desse rico patrimônio cultural e natural.

SUMÁRIO

? RESUMO..... viii
? LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... xii
? LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... xiv

APRESENTAÇÃO..... 1
? A caminhada proposta: idéias e rumos..... 3

PARTE I - O CONTEXTO DA PESQUISA..... 7
9

CAP. I- Do laboratório de Química e das atividades de Geologia rumo ao Vale do Ribeira..... 9
1.1- Fragmentos de minha história de vida: militância, ensino e pesquisa..... 9
1.2- Rumo ao Vale do Ribeira: o conflito como ponto de partida da pesquisa..... 18

CAP. II- A Construção social da novela pedagógica: aspectos teórico-metodológicos..... 33
2.1- Fundamentos para a análise da pedagogia de um conflito..... 33
2.2- A Metodologia participativa desvelando atores e ações: trajetória e mutações da pesquisa..... 38
2.3- Opções metodológicas e estratégias..... 46

ESPAÇO VISUAL – PARTE I..... 59

PARTE II- O CENÁRIO SE DESCORTINA..... 67

CAP. III- Sobre os contrafortes da Serra de Paranapiacaba..... 69
3.1- Captando imagens, ampliando a visão..... 69
3.2- O PETAR e os aspectos fisiográficos da região..... 73

CAP. IV- Rio Ribeira de Iguape: mudanças no rumo de uma "estrada fluvial"..... 79
4.1- Aspectos gerais do Vale do Ribeira..... 79
4.2- Navegando pelas crônicas e histórias do Ribeira..... 81

CAP. V- Iporanga, dos minérios à cidade preservada: recuperando uma rica história..... 95
5.1- Um passado áureo..... 96
5.2- Fixando raízes..... 100
5.3- Descoberta do chumbo: rumando ao desenvolvimento?!..... 102
5.4- Revivendo a ilusão: novamente o chumbo..... 107
5.5- Preservação X Desenvolvimento: origem do aparente antagonismo..... 111

ESPAÇO VISUAL – PARTE II..... 117

PARTE III- IPORANGA REJEITA PROTEÇÃO AMBIENTAL..... 135

A Notícia..... 137
CAP.VI - Apresentando o conflito entre a tensão e a ironia..... 139
6.1- A notícia e a rejeição: abrindo caminhos para a discussão..... 139
6.2- Produção jornalística sobre o Alto Ribeira: alguns comentários..... 143

1º ENFOQUE**: *TOMBAMENTO E SEUS SIGNIFICADOS EM IPORANGA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL OU APOLOGIA DA RUÍNA***..... 149

CAP. VII – Contextualizando o tombamento..... 151
7.1- Cotidiano e o "tombamento" da cidade..... 151
7.2- Patrimônio cultural, tombamento e CONDEPHAAT: Conceitos e Contexto..... 153

CAP. VIII- Tombamento de Iporanga: atores e novela..... 159
8.1- CENA 1: Um arquiteto descobre importante arraial de mineração paulista(...)..... 159
8.2- CENA 2: CONDEPHAAT propõe o tombamento, mas o processo emperra(...)..... 161
8.3- CENA 3: Aquele mesmo arquiteto solicita reabertura do processo(...)..... 164
8.4- CENA 4: Prefeito solicita plano de desenvolvimento urbano(...)..... 167
8.5- CENA 5: Agentes desenvolvem importantes estudos(...)..... 170
8.6- CENA 6: Novo pedido de retomada do processo(...)..... 182
8.7- CENA 7: Moradores contrários ao tombamento(...)..... 197
8.8- CENA 8: Secretário da Cultura aprova o tombamento(...)..... 224
8.9- CENA 9: Cai a torre da igreja: continuam dúvidas e conflitos(...)..... 229

CAP. IX- Lições e compreensões da pedagogia do Tombamento de Iporanga.. 235

2º ENFOQUE**: *A NATUREZA E O HOMEM EM SUAS BUSCAS: RAÍZES DO DILEMA AMBIENTAL***..... 247

CAP. X- "Somos nós os maiores conservadores da natureza [...]"..... 249
10.1- Abertura ao tema..... 249
10.2- Pérolas da política iporanguense..... 253
10.3- Transformações do município na ótica de seus protagonistas..... 260

CAP. XI- Meio Ambiente e Turismo: PETAR e as cavernas do Alto Ribeira como exemplo da relação preservação x desenvolvimento..... 267
11.1- Um parque para o Alto Ribeira: os naturalistas e o deslumbre das cavernas..... 267
11.2- Criação do PETAR: as cavernas como atrativo turístico..... 271
11.3- Projetos turísticos para o Vale do Ribeira: cavernas na mira..... 288
11.4- Tombamento do PETAR..... 312
11.5- Início da implantação do PETAR..... 363

CAP. XII- A retomada dos protagonistas e o fenômeno pedagógico extraído... 377
12.1- Voltando aos discursos..... 377
12.2- O caso do Bairro Rural de Camargos..... 379
12.3- Revisitando a ação da Polícia Florestal..... 388
12.4- Situação social e os argumentos para a extração do palmito..... 393

12.5- Retornando ao PETAR e à busca de alternativas..... 401

ESPAÇO VISUAL – PARTE III..... 409

CONSIDERAÇÕES FINAIS 428
? Os enfoques e as aprendizagens..... 430
? Nos altos de Iporanga contemplo sua gente e suas paisagens..... 450

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 452

APÊNDICES..... 474
1. Catálogo da hemeroteca sobre o Vale do Ribeira 476
2. Ficha de catalogação de bibliografias e documentos (Modelo) 487
3. Ficha de anotações das entrevistas (Modelo) 488
4. Ficha de anotações das memórias de reuniões (Modelo) 489

ANEXOS..... 490
1- "Você Conhece Iporanga?" Poesia de Luiz Gonzaga Nestlehner (28 maio 1976)
2- Ofício da Presidência do CONDEPHAAT propõe abertura do processo tombamento
3- Atas nº 376 e 379, de abril de 1978, efetivando o tombamento
4- Abaixo-assinados e contestações jurídicas contra a efetivação do tombamento
5- Cartaz elaborado pelo CONDEPHAAT, visando a divulgação de Iporanga
6- Ofício do governador Maluf (set. 1979), respondendo ao abaixo-assinado
7- Boletim do CONDEPHAAT, nº 3 (nov. 1979)
8- Resoluções nº 18 e 19, publicadas no DOE de 26 jun. 1980
9- "Quem conhece não quer saber de outro". Prospecto da campanha eleitoral de 1988
10- Decreto nº. 32.283, de 19 maio 1958, criando o PETAR.
11- Ata Conselho Deliberativo e Manifesto da SBE relativo ao Alto Ribeira (nov.1979)
12- Ata do I Simpósio Paulista de Espeleologia, contendo resultado das discussões (1980)
13- Documentos de abertura do processo de tombamento do PETAR no CONDEPHAAT
14- Projeto de Lei nº. 198/81, dep. est. Irma Passoni (PT), tombamento do PETAR
15- Texto "PETAR: dois anos de luta" (Bol. SBE) (SÁNCHEZ, dez.1981)
16- Veto do PL-198/81, feito pelo governador do estado Paulo Maluf (dez. 1981)
17- Documentos relativos ao processo de reintegração de posse de área do PETAR

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

PARTE I. ……	**7**
? Quadro 2.1- Caracterização geral dos atores sociais	53
? Quadro 2.2- Classificação dos atores sociais de acordo com a origem	55
? ***ESPAÇO VISUAL – PARTE I*****.....**	**59**
? Figura 1- Ilustrações elaboradas por alunos do Projeto Noturno (ARCHI/86)	61
? Foto 1- Análise de solo, coletado em estudo de campo, no Pico do Jaraguá	62
? Foto 2- Análise de amostras de água do mar, coletadas em estudo de campo	62
? Foto 3- Atividade de Campo do GESMAR (Serra da Bocaina)	63
? Foto 4- Maratona do Lixo em Paranapiacaba (Santo André-SP)	63
? Foto 5- Grupo de Vivência em atividade no Museu Geológico	64
? Foto 6- Prospecção espeleológica e coleta de lixo (1ª. expedição do PROCAD)	65
? Foto 7- O pesquisador e suas “tralhas”	65
? Foto 8- Entrevista com seu João R., Bairro Camargos	66
? Foto 9- Entrevista com Dona Juventina, moradora da zona rural	66
PARTE II……	**67**
? Quadro 3.1- Áreas naturais protegidas, conservação e uso dos recursos naturais	77
? Tabela 5.1- Evolução da população de Iporanga e Barra do Turvo (1940-1980)	114
? ***ESPAÇO VISUAL - PARTE II*****.....**	**117**
? Figura 2- Perfil esquemático dos processo de dissolução do calcário	119
? Figura 3- Mapa do PETAR , com localização dos principais núcleos de visitação	120
? Figura 4- Mapa esquemático das principais vias de acesso ao município de Iporanga.	121
? Figura 5- Mapa do município de Iporanga e região de entorno	122
? Figura 6- Mapa do município de Iporanga, contendo divisas municipais e cavernas	123
? Figura 7- Planta geral e perfil da bacia hidrográfica do Rio Ribeira....	124
? Figura 8- Mapa do território que interessa às minas de Iporanga (BAUER, 1890)	125
? Foto 10- Cidade de Iporanga, vista do Alto do Morro da Coruja	126
? Foto 11- Prainha do Ribeirão Iporanga, região da Passagem	126
? Foto 12- Vale e região cárstica do Rio Betari	127
? Foto 13- Campeonato de Acqua Raid’s (Bóia-Cross) no Rio Betari	127
? Foto 14- Ribeirão Iporanga, em contraste com a densa mata	128
? Foto 15- Cachoeira do Betharizinho, Rio Betari	128
? Foto 16- Estrada Eldorado-Iporanga, condenada ao descaso	129
? Foto 17- Ornamentações (canudos e helectites) da Caverna Santana, Salão Londrina	129
? Foto 18- Pórtico de entrada da Caverna Água Suja	130
? Foto 19- Efeito espeleofotográfico na zona fótica da Caverna Alambari de Baixo	130
? Foto 20- Prospecção Espeleológica do Abismo da Estrada	131
? Foto 21- Povoado do Ivaporunduva (Eldorado-SP), comunidades negras e o transporte fluvial	131
? Foto 22- “Grande Enchente”. O Ribeirão Iporanga transbordou, inundando[...] faixas de terras	132
? Foto 23- Cotidianos de Iporanga. Moradores da zona rural e o transporte fluvial	132
? Foto 24- Debates sobre as barragens. Comunidades negras e ambientalistas são contrários	133
? Foto 25- Procissão Fluvial de Nossa Senhora do Livramento (início no Ribeira)	133
? Foto 26- Procissão Fluvial de Nossa Senhora do Livramento (chegada na cidade)	134
? Foto 27- Sino da Igreja e o sineiro	134

PARTE III.....	**135**
? Quadro 6.1- Descrição e aspectos para a análise da notícia de jornal	140
? Tabela 6.1- Notícias publicadas sobre patrimônio histórico-cultural e área urbana de Iporanga	146
? Tabela 6.2- Notícias publicadas sobre: Alto Ribeira, turismo, cavernas e a questão ambiental	147
? Tabela 11.1- Entidades participantes do I Simpósio Paulista de Espeleologia	325
? Tabela 11.2- Representatividade e participação nas reuniões do CC-PETAR	329
? Tabela 11.3- Áreas novas propostas para o tombamento do PETAR	334
? Tabela 11.4- Indústrias de beneficiamento de madeira e palmito no Alto Ribeira (jul.1982)	358
? Quadro 11.1- Situação do PETAR na ótica das notícias de jornais (abr./maio, 1981)	337
? Quadro 11.2- Resumo e análise comparativa de ofícios (CONDEPHAAT-SBE) (jun./jul. 1981)	343
? Quadro 11.3- Questões formuladas no requerimento nº. 1.622, pelo dep. est. Geraldo Siqueira	345
? Quadro 11.4- Tramitação do PL-198, visando a efetivação do tombamento do PETAR	352
? ***ESPAÇO VISUAL - PARTE III*****.....**	**409**
? Figura 9- Fotos de cavernas, feitas por Ricardo Krone, em 1906 (Publicadas em LINO,1989)	411
? Figura 10- Mapa da nova área proposta para o tombamento do PETAR (SÁNCHEZ, 1984)	412
? Foto 28- Vista panorâmica do núcleo urbano de Iporanga. Aspectos gerais da área tombada	413
? Foto 29- Vista da fachada da Igreja Matriz e área de entorno, na praça central de Iporanga	413
? Foto 30- Aspectos gerais da área tombada, com destaque para o casarão da rua Pedro Silva	414
? Foto 31- Vista das casas na área tombada, em destaque lampião Belga	414
? Foto 32- Vista dos telhados e fachadas das casas tombadas em Iporanga	415
? Foto 33- Vista geral de casa em estado bastante precário de conservação	415
? Foto 34- Detalhe de casa “tombada”, literalmente	416
? Foto 35- Cotidianos de Iporanga. Vista da fachada do único casarão remanescente	416
? Foto 36- Cotidianos de Iporanga. Várias gerações da família Corrêa	417
? Foto 37- O mestre da banda Lira Iporanguense, seu Benjamim Lisbôa	417
? Foto 38- Presidente da Câmara dos Vereadores, Willy Werner Nestlehner	418
? Foto 39- Luiz Gonzaga Nestlehner, político local; fundador do SAMI, IVAR e SOS Iporanga	418
? Foto 40- Nilton, jovem artesão, membro do SOS Iporanga e do EGAI, preparando peças	419
? Foto 41- Clayton Ferreira Lino, agente de proteção ambiental em sua casa restaurada.	419
? Foto 42- Casa-Museu restaurada por Clayton Lino. Ponto de encontro, reuniões ou prosas	420
? Foto 43**-** Moradores da zona rural de Iporanga (Bairro Camargos)	420
? Foto 44**-** Morador da zona rural de Iporanga (Bairro Taluá)	421
? Foto 45- Seu Pedro Sá, artesão do Bairro da Serra	421
? Foto 46- Nhô Jeca, morador da zona rural de Iporanga (Córrego Soares)	422
? Foto 47- Valdecir, jovem morador envolvido com a atividade espeleológica e ecoturística	422
? Foto 48- Estrada Eldorado-Iporanga, antes do asfaltamento, jan.1992	423
? Foto 49- Estrada Eldorado-Iporanga, após asfaltamento, jan.1995	423
? Foto 50- Ponte abandonada no Ribeirão Iporanga (Bairro Camargos), próximo ao PETAR	424
? Foto 51- Prédio da antiga fábrica de palmito. Hoje abriga a fábrica cultural	424
? Foto 52- Realização de evento cultural, “Gincana União”, SOS IPORANGA e o GESMAR	425
? Foto 53- Excursão espeleológica à caverna Casa de Pedra	425
? Foto 54- Atividade de levantamento fotográfico, realizada em parceria EGAI-GESMAR	426
? Foto 55- Treinamento de técnicas verticais no único viaduto da cidade	426
? Foto 56- Atividade de ecoturismo, na região da caverna Água Suja (PETAR)	427
? Foto 57- Hora do lanche e “parada total”!! atividade espeleoturística (promoção do GESMAR)	427

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABGE	**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA**
AGB-SP	**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS/NÚCLEO SÃO PAULO**
AMDA	**ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE**
APA	**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**
APASC	**ASSOCIAÇÃO PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SÃO CARLOS**
APB	**ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIÓLOGOS**
APPN	**ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE PROTEÇÃO À NATUREZA**
ARCHI	**EEPSG "PROF. ARCHITICLINO SANTOS"**
CAF	**COMPANHIA ARGENTÍFERA FURNAS**
CAP	**CLUBE ALPINO PAULISTA**
CAPES	**COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (MEC)**
CC-PETAR	**CONSELHO CONSULTIVO DO PETAR**
CECISP	**CENTRO DE ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS DE SÃO PAULO**
CEDAVAL	**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO VALE DO RIBEIRA**
CEEIGUAPE	**COMITÊ EXECUTIVO DE ESTUDOS INTEGRADOS DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE**
CENIN	**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS**
CENP	**COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS (SE)**
CEPAM	**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
CEPEGE	**CENTRO PAULISTA DE ESTUDOS GEOLÓGICOS (Centro Acadêmico)**
CERU	**CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS (USP)**
CESP	**COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**
CETESB	**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**
CEU	**CENTRO EXCURSIONISTA UNIVERSITÁRIO (USP)**
CGG	**COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1886-1931)**
CODIVAR	**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIBEIRA**
CONDEPHAAT	**CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
CONSEMA	**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**
CPPE	**COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO (SBE)**
CPR	**CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.**
CPRM	**COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS**
CPRN	**COORDENADORIA DA PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS**
CPT	**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**
CST	**COMUNIDADE DE SERVIÇO E TURISMO**
DAEE	**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**
DEPAN	**DEPARTAMENTO DE PARQUES E ÁREAS NATURAIS (extinto)**
DEPRN	**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS (ex-DPRN, Após fev. 1986)**
DER	**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**
DNAEE	**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**

DNPM	**DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**
DOE	**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (São Paulo)**
DPRN	**DIVISÃO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (SAA) (1971-1986)**
DTRN	**DIRETORIA TERRITORIAL E RECURSOS NATURAIS (SUDELPA)**
EGA	**ESPELEO GRUPO DE ARARAQUARA**
EGAI	**ESPELEO GRUPO ARAGONITAS DE IPORANGA**
EGRIC	**ESPELEO GRUPO DE RIO CLARO**
EMBRATUR	**INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (ex-Empresa Brasileira de Turismo)**
FBCN	**FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**
FIALCH	**FACULDADE IBERO-AMERICANA DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
FSA	**FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**
FSP	**FOLHA DE SÃO PAULO**
FFLCH-USP	**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (USP)**
FUMEST	**FOMENTO DE URBANIZAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DE SÃO PAULO (Secretaria Estadual de Esportes e Turismo)**
FUNBEC	**FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS**
GAE	**GRUPO ALPINO ESPELEOLÓGICO**
GAV	**GRUPO DE AÇÃO VOLUNTÁRIA/FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA**
GESMAR	**GRUPO DE ESTUDOS AMBIENTAIS DA SERRA DO MAR**
GT	**GRUPO DE TRABALHO**
ha	**HECTARE**
IBAMA	**INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
IBDF	**INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL**
IBGE	**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**
IBUSP	**INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
ICA	**INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO**
ICAE	**INTERNATIONAL COUNCIL FOR ADULT EDUCATION**
IF	**INSTITUTO FLORESTAL (Instituído a partir de 1970)**
IFCH	**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (UNICAMP)**
IGUSP	**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (USP)**
IQUSP	**INSTITUTO DE QUÍMICA (USP)**
IG	**INSTITUTO GEOLÓGICO (a partir de 1975)**
IGC	**INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (a partir de 1975)**
IGG	**INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO (1938-1975)**
IUCN	**INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES**
IUM	**IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS**
IVAR	**INSTITUTO DO VALE DO RIBEIRA**
JT	**JORNAL DA TARDE**
NEPAM	**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (UNICAMP)**
NEPO	**NÚCLEO DE ESTUDOS POPULACIONAIS (UNICAMP)**
OESP	**JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**
OTN	**OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL**
PEJ	**PARQUE ESTADUAL DE JACUPIRANGA**
PETAR	**PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA**

PFM	**POLÍCIA MILITAR FLORESTAL E DOS MANANCIAIS**
PGE	**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
PMI	**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA**
PPI	**PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**
PROCAD	**PROJETO CAVERNA DO DIABO**
PRÓ-MINÉRIO	**PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS**
SAA	**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**
SABESP	**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SAMI	**SOCIEDADE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE IPORANGA**
SBDMA	**SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO DO MEIO AMBIENTE**
SBE	**SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA**
SBG	**SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA**
SBP	**SOCIEDADE BRASILEIRA DE PAISAGISMO**
SBPC	**SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA**
SBQ	**SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA**
SE	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
SEADE	**FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS**
SEE	**SOCIEDADE EXCURSIONISTA E ESPELEOLÓGICA**
SEET	**SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E TURISMO**
SEMA	**SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE (federal, extinta)**
SEP	**SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA E PLANEJAMENTO**
SF	**SERVIÇO FLORESTAL (1911-1970, quando transformou-se no IF)**
SICCT	**SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
SMA-SP	**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (São Paulo)**
S.O.S.	**"SAVE OUR SOULS" (salve nossas almas) (resgate)**
SOS IPORANGA	**MOVIMENTO SOS IPORANGA**
SPHAN	**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**
SPVS	**SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
STCR	**SERVIÇO TÉCNICO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO (CONDEPHAAT)**
SUDELPA	**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL PAULISTA**
SUTACO	**SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO ARTESANAL NAS COMUNIDADES**
TGI	**TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR (Monografia-Graduação)**
TUCAC	**TODOS UNIDOS COM AMOR EM CRISTO**
UIS	**UNIÃO INTERNACIONAL DE ESPELEOLOGIA**
UNICAMP	**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
USP	**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
VR	**VALE DO RIBEIRA**
[...]	**Supressão de uma parte da transcrição ou da citação bibliográfica**
[aaa]	**Informações adicionais ou comentários meus**
...	**Pausa curta durante a fala, ou gaguejar em um depoimento**
..x./ y..	**Barra na citação significa que o texto continua na outra linha ou parágrafo**

APRESENTAÇÃO

Laboratório humano de
inter-relações e produção histórica
onde fenômenos físico-químicos
produzem continuamente paisagens,
estimulando, hoje, seres militantes a intervirem,
por meio da pesquisa do viver de ensinar,
trocado pelo princípio do ensinar a viver.

Enquanto isso, alguns lutam
pela preservação da natureza,
outros procuram, não em comum,
desarticuladamente,
alternativas para sobreviver à ela.

Por trás do conflito instaurado,
existências se intercruzam,
experiências são intercambiadas, são desenvolvidas,
produzindo um pedagógico crescimento mútuo.

(Luiz Afonso Vaz de Figueiredo, 1991)

A CAMINHADA PROPOSTA: IDÉIAS E RUMOS

> **"...entrô na mata a gente se sente... parece qu'é ôtra vida [...] a gente se sente bem, a gente vê que é certamente a vegetação memo que tá mandando naquilo..."** (Seu Gonçalo, depoimento, 1989)

As atividades de preservação da natureza são bastante motivadoras e sempre chamaram a atenção, pois nos proporcionam o contato com lugares inesquecíveis. São cavernas de todos os tipos e tamanhos, rios, cachoeiras, montanhas, além da fauna rara, ou em vias de extinção, e principalmente, a flora, a mata em toda a sua exuberância e suas peculiaridades.

Essas atividades são intensas, mas gratificantes, tais como a prospecção de novas regiões, descobertas de novas cavernas, mapeamento de trilhas, pesquisas científicas, organização de eventos, ou um protesto, ou apenas uma boa caminhada aos pontos mais exóticos de nosso país, de nosso Estado. Acompanha-nos, o tempo todo, sensações realmente indescritíveis.

Quando nessas regiões se concentram grandes quantidades de remanescentes florestais de Mata Atlântica e uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil, como no caso do Vale do Ribeira, observa-se a aglutinação de ambientalistas, espeleólogos, cavernistas, em sua grande maioria oriundos dos centros urbanos sufocantes, preocupados com a sua preservação.

Ora, o que significa falar em preservação ou conservação ambiental nessas regiões? Será que vemos o ser humano fazendo parte desse ambiente? Será que vemos a sociedade construindo o processo de interações?

Não é bem isso que tenho observado, parece que o homem, a mulher ou melhor, eu , nós, espeleólogos, pesquisadores, turistas e as pessoas desses lugares imprescindíveis, temos nos comportado como meros espectadores, ou ao contrário, como agentes destruidores e discriminadores de nós mesmos e desse ambiente. Geralmente, ficamos na cômoda visão superficial, jogando a culpa um no outro.

Tem-se observado um crescente afluxo de pessoas para essas áreas preservadas, atraídas pelo chamado turismo ecológico, entretanto, tem-se verificado, também, uma invasão cultural nas comunidades que tem convivido secularmente próximas à esses importantes patrimônios ambientais.

Ao mesmo tempo, percebe-se que temos permanecido por dias metidos na mata, dentro de grutas, nos esquecendo que a vida corre solta lá fora, que existe toda uma cultura local, uma história regional intimamente ligada à esse ambiente.

As pessoas dos lugares que visitamos, no seu dia-a-dia, não tem muito tempo para contemplar a natureza, mesmo inserido dentro dela, muitos labutam e vivem apenas para sobreviver. E ficam abismadas com o bando de “arrumadinhos”, cheios de “badulaques”, que invadem seus quintais, seus espaços e não tem tempo para ouvir suas memórias, tomar café com rapadura, ou trocar experiências de vida.

Ao mesmo tempo, os processos de preservação implantados acabam por excluí-los socialmente, desencadeando uma série de conflitos, evidenciados no Vale do Ribeira, especialmente no Alto Ribeira, levando a população local a se afastar da questão da preservação ambiental e cultural, gerando discursos antagônicos, incentivados pelo oportunismo e demagogia dos donos do poder local.

Surge aqui uma provocação; parece até absurdo, que em meio a grande efervescência do movimento pela preservação da natureza, do aumento do número de entidades ambientalistas e com a forte repercussão da discussão mundial sobre a questão do “Meio Ambiente e Desenvolvimento” - representada pelo encontro das Nações Unidas no Rio de Janeiro em junho de 1992 (ECO ou RIO/92), a Rio+5 e todos os seus acordos, tratados e decorrências - que alguém apresente uma pesquisa, cujo tema destaque: **“O ‘Meio Ambiente’ Prejudicou a Gente...”.**

Atrás deste título mora um mistério, que me motivou a tentar desvendá-lo. Inicialmente é necessário levantar algumas questões: Que conotação se estará tentando dar? Que “Meio Ambiente” é esse que prejudica alguém? Qual o contexto em que isso se desenvolve? Quais os desdobramentos desta temática? Como desvendar o que está embutido, implícito nesse título-tema de pesquisa? Quais os

discursos que emergem por trás do conflito criado por essa situação? Quem se apropria, e como se apropriam desse discurso? Quais os caminhos da produção social em torno dessa temática? De que fenômeno pedagógico se está falando?

Para desvelar o conflito que gera esse tema, e entender como o trabalho se estruturou, devo promover uma caminhada pela minha história de vida em que conviveram, em necessário intercâmbio: **Militância-Ensino-Pesquisa**; sendo que, em alguns momentos do trabalho, esses papéis até se confundiram.

Procurei mergulhar fundo no lago desse fazer, resgatando a trajetória de uma pesquisa participativa e a base teórico-prática para compreender o processo de (re) educação que se fez extravasar.

Sobre o fazer Educação Ambiental surge com freqüência um turbilhão de possibilidades, de confusões, de propostas, entretanto, a única coisa que temos clara é que não existe uma forma pronta e acabada de desenvolver um trabalho de Educação Ambiental. Cada experiência e realidade possui um ritmo próprio, um caminhar, e é exatamente este caminhar que procurei recuperar nessa pesquisa.

Foi necessário resgatar os motivos que levaram um professor do ensino médio e superior, que trabalha com alternativas para o ensino de Ciências Naturais, em um centro urbano, a sofrer um desvio de rota, indo parar nas matas densas e emaranhadas da educação e dos movimentos sociais, a fim de desenvolver um trabalho numa área rural, como a do Alto Vale do Ribeira, tendo como gancho a questão da preservação do patrimônio cultural e natural.

Pretendia fazer um estudo completo, descrevendo como pano-de-fundo os discursos sobre preservação e desenvolvimento para subsidiar uma proposta de Educação Ambiental com base na participação popular e no papel educativo das entidades ambientalistas e dos movimentos sociais que atuam na região, dos quais sou personagem ativo.

Entretanto, o fôlego e os diversos desvios que surgiram, forçaram-me a pegar um atalho, não menos tortuoso que o caminho original, mas, tão instigante quanto esse e mais apropriado ao tempo que tinha disponível.

Assim, enfoquei minha pesquisa para a implantação das políticas públicas relacionadas com a questão da preservação e do desenvolvimento socioeconômico, contrapondo com as representações sociais desses conceitos, observadas entre atores sociais que construíram o fenômeno pedagógico que estudei e participei. Escolhi Iporanga como estudo de caso, por ser representativa da problemática em questão e pela profunda afeição que adquiri por essa localidade.

Desse modo, defini como estrutura básica para o texto os aspectos que possibilitaram a construção da dramaturgia social em torno desse tema de pesquisa.

Na primeira parte, identifiquei os antecedentes, o enredo, centrei as bases na discussão dos caminhos que me levaram à educação, gerada na riqueza das relações sociais e nas definições do contexto da pesquisa. Demonstro nessa parte as influências que sofri de diversos professores-pesquisadores, que me estimularam à produzir um texto mais "solto" sem, entretanto, perder o caráter acadêmico, entre eles: Antonio Candido, Carlos Rodrigues Brandão, Mansur Lutfi, Marcos Sorrentino, Milton José de Almeida, Orlando Miranda, Rubem Alves e Alba Zaluar.

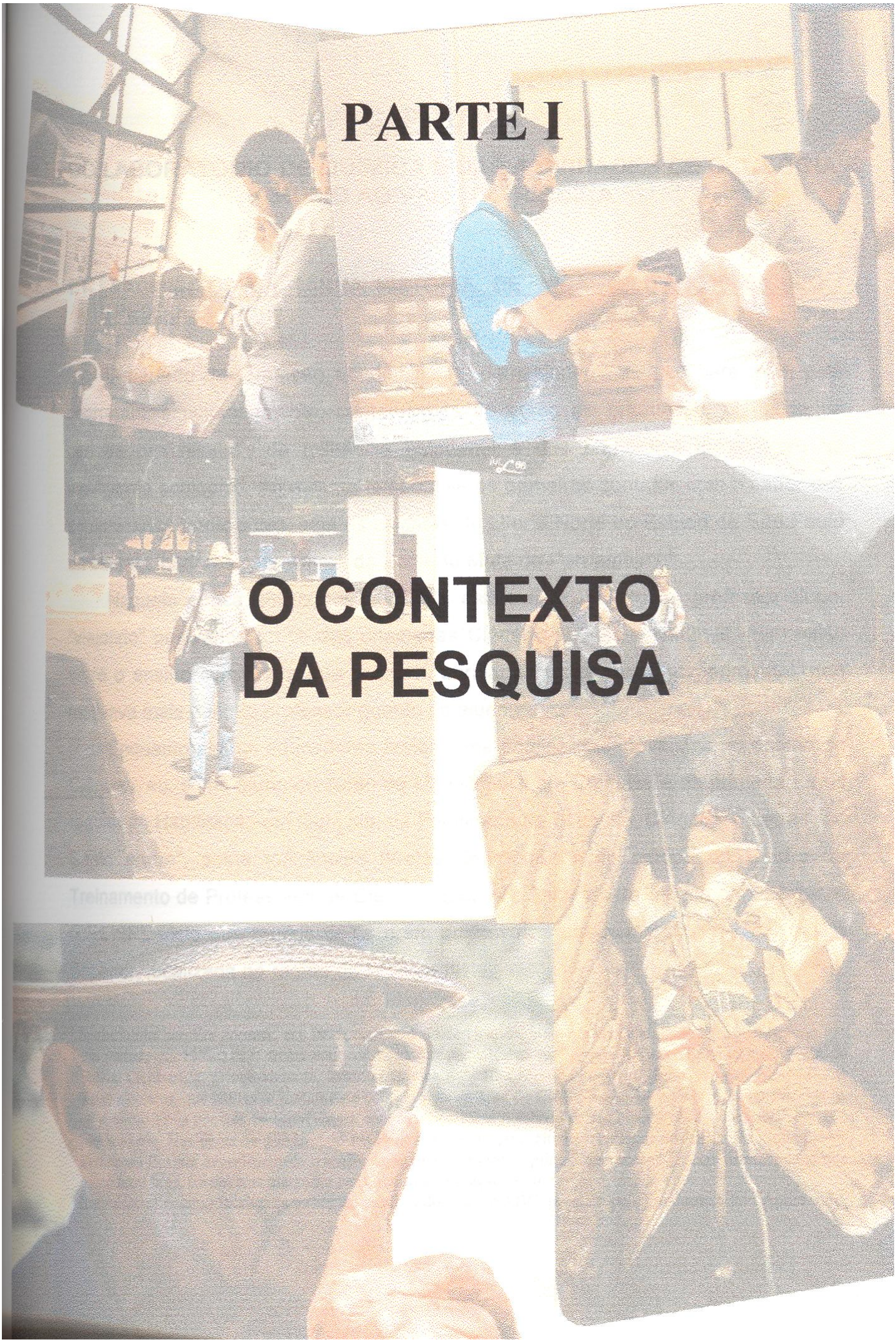
Na segunda parte, construí um cenário, complexo e delicado. Confesso que aprofundei demais nos detalhes; mas, a importância desses dados e a dificuldade de serem acessados, incitou-me a registrá-los. Pôde-se, assim, realizar uma análise do processo histórico que sustenta a paisagem regional, seus agentes e suas ações.

Na terceira parte, identifiquei os atores e as ações; subdividí as passagens em cenas, com recortes cronológicos, separando arbitrariamente o tema em dois enfoques. O primeiro relativo ao tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico de Iporanga e o segundo relativo ao processo de implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), destacando as percepções e os discursos dos protagonistas que engendraram os conflitos e a história de suas inter-relações.

Desse modo, com base nessa recuperação histórico-social da pedagogia do conflito instaurado, preservar ou desenvolver, construí, paralelamente, os alicerces para uma prática pedagógica de Educação Ambiental, fortalecida por uma linha eminentemente participativa e integrada à realidade social em foco.

PARTE I

O CONTEXTO DA PESQUISA



CAPÍTULO I

DO LABORATÓRIO DE QUÍMICA E DAS ATIVIDADES DE GEOLOGIA RUMO AO VALE DO RIBEIRA

1.1- FRAGMENTOS DA MINHA HISTORIA DE VIDA: MILITÂNCIA, ENSINO E PESQUISA

O período de formação acadêmica foi demasiadamente rico para mim, pois ocorreram, simultaneamente, contribuições do curso de graduação, do início da carreira profissional[1], da militância estudantil e dos primórdios da atuação no movimento ecológico. Ao mesmo tempo, tive os primeiros contatos com o saber das comunidades tradicionais, seja os caiçaras do Litoral Norte do Estado de São Paulo ou os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco[2].

Naquela época, início dos anos 80, estive na condição de professor-aluno, "viajando" por várias áreas das chamadas Ciências Exatas e Naturais, num misto entre o ensino livresco, a que éramos "obrigados", e o ensino experimental, que motivava mais, tanto o professor quanto os alunos.

Enquanto alguns educadores faziam uma análise das inovações no ensino de Ciências, eu, como aluno do curso de Licenciatura em Ciências e da primeira turma regular de Habilitação em Química, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André[3], sofria influências diretas de membros da equipe do Centro de Treinamento de Professores de Ciências Exatas e Naturais do Estado de São Paulo (CECISP), visto que muitos deles eram professores daquela Instituição de Ensino Superior, localizada na região do ABC paulista.

---

[1] Iniciei minha carreira docente, em 1979, com a idade de 18 anos, naquela época ainda era professor-aluno.

[2] No período de 1979-1983, freqüentei comunidades de caiçaras no litoral paulista: Boissucanga, Praia da Baleia, Camburi, e, principalmente, Prainha Branca e da Ilha Montão de Trigo. Eram sempre atividades de férias escolares, que realizava juntamente com colegas da área de Ciências Sociais e Pedagogia da Faculdade, no entanto, havia por trás da convivência com esses caiçaras o esboço de algumas preocupações acadêmicas e profissionais. Nas férias de 1981, atuei no Projeto Rondon, pelo Núcleo Regional do ABC, no município de Ferreiros-PE, uma experiência de trabalho integrado e interdisciplinar, que apesar dos questionamentos que posso fazer hoje, foi deveras marcante para a minha formação geral.

[3] Instituição municipal localizada na região paulista do Grande ABC, mantida pela Fundação Santo André.

Nesse período, tive oportunidade de analisar e discutir diversos projetos para o Ensino de Ciências, no nível fundamental, e de Química para o ensino médio.

Reconhecemos alguns materiais elaborados, no Brasil, por equipes do CECISP e da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC). Os Projetos: *Ciência Integrada* (CECISP, 1977), *Ciências Ambientais para o 1^{o}. grau* (CECISP, 1982) e *Unidades Modulares de Química* (AMBROGI *et al*., 1986), entre outros, mostravam a possibilidade de desmistificar o chamado "Método Científico".

Além disso, a Secretaria da Educação, por meio da sua Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), havia elaborado no final da década de 70 documentos que subsidiavam a implementação dos guias curriculares de diversas áreas das Ciências Naturais para o 1^{o}. e 2^{o}. graus (Ciências, Química, Biologia, Física) (SÃO PAULO, SE/CENP, 1979), que era um conjunto de experiências e atividades apresentadas em diversos volumes, cuja a finalidade era auxiliar o professor à implantar as novas diretrizes proposta para a educação científica. Pude utilizar e/ou adaptar vários desses materiais no ensino de Ciências, Química e Biologia, ainda como professor-aluno.

Ao mesmo tempo, como monitor da disciplina Elementos de Geologia, no curso de graduação, aprofundei-me nas discussões, recentes na época, que tinham como intuito introduzir melhor conteúdo geológico no ensino fundamental e médio [4].

A preocupação básica era a importância da observação sistemática dos fenômenos geológicos como forma de interpretar o passado e levantar hipóteses que explicassem os mesmos, em virtude disso, eram muito importantes: aulas práticas, estudos de campo, interpretações dos dados e a construção de modelos explicativos.

Posteriormente, o contato com integrantes da Comissão de Ensino do Núcleo-São Paulo da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) e do Centro Paulista de

[4] Utilizávamos alguns materiais norte-americanos, traduzidos e adaptados no Brasil pela equipe da FUNBEC, o *Investigando a Terra* e o *Livro Básico de Geologia e Ciências Afins*, ambos originais da década de 60. Posteriormente, foram desenvolvidas propostas alternativas, centradas no estudo de campo para a dinamização do fazer geológico, as quais pude participar diretamente, que visavam a formação de professores de Ciências no nível fundamental. A análise dessa proposta foi o enfoque principal da dissertação de COMPIANI (1988).

Estudos Geológicos (CEPEGE), no Instituto de Geociências da USP (IGUSP), motivou-me a aprofundar as questões pertinentes ao ensino das Ciências da Terra.

Os trabalhos publicados, em alguns eventos nacionais sobre o ensino de Geologia (SIMPÓSIO..., 1981; JORNADA..., 1984), contribuíram para conhecer melhor as propostas que estavam sendo discutidas sobre o assunto. Muitos dos aspectos levantados, tais como: problemas de metodologia de ensino e recursos didáticos, levaram-me a refletir sobre o trabalho que desenvolvia no ensino fundamental e médio como professor da área de Ciências Naturais.

Foram, inclusive, apresentadas formas de se tratar o conteúdo geológico vinculado às questões que afligem a sociedade moderna, tais como: ocupação desordenada do solo, lixo urbano, contaminação dos mananciais, enchentes, áreas de riscos ambientais, exploração mineral, mostrando que a Geologia era uma ciência que possuía uma interessante capacidade integradora de conhecimentos.

Esses contatos propiciaram, também, a reflexão sobre como os **estudos de campo** poderiam ser utilizados como um recurso didático gerador e sistematizador desses conhecimentos, além de levar os alunos a analisar as contradições do desenvolvimento urbano e do uso desenfreado dos recursos naturais. Estava implícita, também, a relação entre o conhecimento químico e o geológico, que estariam intimamente associados à essa temática.

Esses aspectos foram perfeitamente incorporados e identificados com o trabalho que pretendia desenvolver. Faltava achar um caminho para que isto se formalizasse.

Simultaneamente, os ***Encontros Nacionais de Ensino de Química*** reforçaram as idéias quanto à ligação entre o ensino de Química e o ensino de conteúdo geológico no 2^{o}. grau, sendo que a temática ambiental poderia amarrá-los.

Esses encontros; principalmente, o de Campinas em 1982 e São Paulo em 1984, foram muito importantes para refletir sobre os problemas enfrentados na escola pública. As discussões acompanhadas forneceram inúmeras contribuições. Dentre essas contribuições, ressalto a proposta de Química ligada ao cotidiano (Mansur Lutfi, Gilmar Trivelatto), do ensino individualizado (Naídes A. Lima e Yvone

Esperidião) e as discussões sobre as aberrações no ensino de Química (Angélica Ambrogi e Júlio Cezar Foschini Lisboa) [5].

Particularmente, o curso dado por Mansur Lutfi em 1984, sobre o Ensino de Química baseado no cotidiano do aluno, no caso partindo dos aditivos em alimentos, realçaram a idéia de que o cotidiano pode, e deve, estar presente numa proposta de ensino (LUTFI, 1982 e 1989). Isso seria uma forma de aproximar o aluno da "chata" matéria de Química e dos problemas sociais que vivenciávamos. Assim, poderia desmistificar a crença de que o desenvolvimento científico é algo que ocorre às portas fechadas, ou somente dentro de laboratórios, ou ainda, como algo extremamente complexo, fora do nosso dia-a-dia.

Entretanto, até aquele momento a proposta para o curso de Química que eu desenvolvia era uma mistura de tentativas, principalmente, baseada no experimentalismo, justificadas pelos guias curriculares de Química, em que a visão de Química transmitida aos alunos era a da vivência do método científico, incluindo uma reflexão de suas implicações sociais.

Após várias tentativas frustradas consegui, a partir de 1985, desenvolver em escolas da Capital uma proposta de introdução à Química, abordando duas preocupações básicas.

A **primeira** dizia respeito à questão do conteúdo químico e das formas de abordá-lo, na qual os conceitos eram escolhidos de acordo com o grau de profundidade necessário e à medida que eram necessários ou explicavam os temas que estávamos estudando.

A **segunda** preocupação era relativa à metodologia e os recursos didáticos. Intimamente relacionado com a questão anterior, a idéia era buscar alternativas pedagógicas de se ensinar Química, tais como: estudos de campo, dramatizações, debates, estudos individualizados, etc. Assim, criava-se uma nova proposta para a relação professor-aluno, que poderia favorecer o crescimento mútuo.

[5] Estas contribuições e, ao mesmo tempo, a discussão de minha prática foram melhor analisadas em duas monografias que apresentei em disciplinas oferecidas pela FE-UNICAMP (FIGUEIREDO, 1988 e 1989a)

O trabalho desenvolvido na E.E.S.G. "Oswaldo Aranha" e na E.E.P.S.G. "Prof. Architiclino Santos", e os ensaios realizados na Escola Vocacional “Luís Antonio Machado”[6], tinham como proposta, discutir a visão negativa atribuída indevidamente à Química, mostrando que a questão pertencia a um contexto mais amplo, além da possibilidade de vivência prática da Química. (FOTO 1 e 2)

O tema escolhido inicialmente, **Recursos Minerais e a Indústria de Transformação**, dava a possibilidade de trabalhar os processos geoquímicos e a transformação dos materiais na dinâmica urbana; ao mesmo tempo, discutia com os alunos as conseqüências ambientais, econômicas, sociais, etc. Esta temática estava perfeitamente de acordo com as preocupações pedagógicas que havia levantado[7].

A partir de 1986, continuei o trabalho somente no ARCHI[8]. Esta mudança ocorreu, principalmente, por motivos ideológicos, visto que nas outras escolas havia pouco espaço para quem estava procurando formas renovadas de ensino.

Além disso, no ARCHI, desenvolviam-se inúmeras alternativas de ensino, e eram muito fortes as propostas integradas e relacionadas com os Estudos do Meio. Essa escola pública reuniu uma equipe muito entrosada, que motivava muito qualquer esforço em novos trabalhos.

Cumpre esclarecer que, a partir de 1986, eu retornava à Fundação Santo André como Professor Assistente de Elementos de Geologia e de Instrumentação para o Ensino de Ciências, levando na bagagem as experiências realizadas no ensino médio e as reflexões promovidas sobre o ensino de Geociências.

Atualmente, como professor responsável das disciplinas Instrumentação para o Ensino de Ciências, Instrumentação para o Ensino de Química, Ciências Ambientais e Metodologia de Pesquisa em Ciências Naturais, tenho tido a oportunidade de

---

[6] São escolas da Capital, a primeira antiga Escola Vocacional do estado, situada no bairro do Brooklin, a segunda é uma Escola Estadual localizada no Parque Continental, próxima ao Bairro Industrial do Jaguaré, na divisa com o município de Osasco. O trabalho desenvolvido na Escola Vocacional “Luis Antonio Machado” foi discutido em FIGUEIREDO (1985), sendo esse meu primeiro artigo apresentado em congresso.

[7] Em julho de 1986, apresentei resultados parciais desse trabalho no 3º. Encontro Nacional de Ensino de Química, realizado em Curitiba-PR, durante a 38ª. Reunião Anual da SBPC (FIGUEIREDO,1986), apresentei, posteriormente, outro trabalho sobre o tema, no IV Simpósio de Educação Ambiental (FIGUEIREDO, 1987)

[8] Pronuncia-se "ARK", não confundir com o tradicional colégio particular Arquidiocesano.

ampliar experiências, agora ligadas ao ensino superior, e vivenciá-las juntamente com futuros professores, criando mecanismos para o desenvolvimento de alternativas de ensino, iniciação à pesquisa científica e projetos de intervenção.

Retomando o período inicial de minha vida profissional, realizei, paralelamente, alguns **estágios de pesquisa** que, de certa forma, forneceram ou promoveram subsídios técnicos relacionados, direta ou indiretamente, à temática ambiental.

Em 1981, no Departamento de Fitoecologia do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo (IBt), pesquisava aspectos de Bioquímica e Fisiologia Vegetal. A partir de 1983, iniciei um estudo sobre Cinética Enzimática no setor de Bioquímica de Insetos do Instituto de Química da USP (IQUSP).

Outro estágio no IQUSP, iniciado em 1984, estava vinculado à uma disciplina de pós-graduação e versava sobre métodos de pesquisa em Química Ambiental. Esse assunto foi retomado em 1987, enfocando o desenvolvimento de metodologia para pesquisa hidrogeoquímica em cavernas. Essa proposta foi, posteriormente, aperfeiçoada (FIGUEIREDO, 1989b), entretanto, esse projeto ficou no plano das intenções, pois já estava demasiadamente envolvido com a área de Educação.

Outro importante momento, paralelo, que marcou minha história de vida e que levou-me a remodelar a proposta dos cursos que ministrava, foi o meu envolvimento com o **movimento ecológico**, a partir de 1980. Este envolvimento, originário no movimento estudantil universitário, teve o importante papel de construir a visão de um militante, aperfeiçoar as propostas de um profissional de ensino e indicar os caminhos para um pesquisador da área de Educação.

No início, o movimento, como um todo, ainda estava num estágio contestatório, o mais importante era denunciar os problemas ambientais, era refletir e repudiar a corrida “desenvolvimentista”, típica da época do "Milagre Brasileiro", propagado na década de 70 [9].

[9] São vários os trabalhos que tem demonstrado as profundas influências dos modelos sócio-econômicos adotados nas sociedades humanas, cada qual refletindo ou questionando as características peculiares da época em que foram elaborados. Entre eles temos: MEADOWS (1978), NUSDEO (1975), PÁDUA (1987), SACHS (1986), SAMOHYL (1982), SANCHEZ (1983) e SILVA (1978). Estes trabalhos demonstraram que o modelo “desenvolvimentista”, que predominou por muito tempo, fazia aflorar uma série de problemas ambientais a partir da década de 50, como os acidentes industriais, que causaram repercussão internacional.

Entretanto, nessa mesma década, surgia um movimento mundial, para se rediscutir o "Meio Ambiente Humano"[10], no qual aparecia com muita força a proposta de uma "Educação Ambiental", cujo o papel seria o de "reeducar as pessoas", dentro e fora da escola, para as questões relativas ao meio ambiente e à qualidade de vida[11].

No Brasil, essa discussão ficou um pouco diluída e embutida durante o início dos agitados anos de crise econômica da década de 80, nos movimentos sociais por melhores condições de vida, movimentos pelas "Diretas Já", movimentos preservacionistas, etc. Posteriormente, este movimento foi tomando forma, diversificando-se; vivenciei paulatinamente esse processo de amadurecimento [12,13].

Assim, motivados por estas questões e pela exuberância do patrimônio natural, ainda existente na porção paulista da Serra do Mar, criamos, em 1984, uma entidade ambientalista, denominada **Grupo de Estudos Ambientais da Serra do Mar (GESMAR)** [14]. A entidade era formada por um grupo de amigos, alunos e ex-alunos, cujos objetivos iniciais estavam mais relacionados ao excursionismo, mapeamento de trilhas e reconhecimento de áreas naturais protegidas. (FOTO 3)

Esse grupo, e seus integrantes, irá me acompanhar ao longo de várias experiências que vão do ativismo no movimento ambientalista, passando pelo ensino Ciências e de Química e pela pesquisa educacional, que promoveram alterações profundas nos objetivos, nas formas de atuação e na proposta geral do nosso trabalho voluntário.

---

[10] Reunião das Organizações das Nações Unidas (ONU) ocorrida em Estocolmo, Suécia em junho de 1972.

[11] Em um texto publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 1972, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza(FBCN), uma das mais antigas e importantes entidades ambientalistas, aqui no Brasil, já afirmava que foi dentro do contexto de preocupações frente a possíveis catástrofes mundiais que ocorreu um despertar para a consciência da preservação do meio ambiente: ***"... fez sentir a urgente necessidade de se implantar, o que se passou a chamar de Educação Ambiental. Para uns, a Educação Ambiental é mais do que uma Educação Ecológica; para outros é uma Educação Conservacionista ampliada; para terceiros ainda, transcende o conjunto de preocupações anti-poluição. É, em suma, uma educação que une as pessoas, os povos e as nações com vistas ao bem-estar geral."*** **(FBCN, 1972: 223)**

[12] Em 1982, durante a realização da 34a. Reunião Anual da SBPC, em Campinas, pude observar o movimento da comunidade científica em torno dos problemas ambientais. Os debates intitulados ***"Estocolmo-72, Cubatão-82"***, acabaram sendo o estopim que me estimularam à aprofundar na temática ambiental.

[13] Sobre as origens e a análise da atuação do movimento ambientalista utilizei como base os trabalhos de: ANTUNIASSI *et al.* (1989), PÁDUA (1987) e SORRENTINO (1988).

[14] Até 1988 a entidade denominava-se Grupo Excursionista da Serra do Mar.

Outra experiência, desenvolvida no âmbito do movimento ambientalista, foi a minha participação na criação, em 1986, da Fundação SOS Mata Atlântica, ou simplesmente SOS Mata Atlântica, tal qual veio a ser veiculada na mídia, a partir de 1987, por meio da campanha ***"Estão tirando o verde de nossa Terra"*.**

Sendo sócio fundador desta entidade, resolvi participar mais efetivamente. Minha primeira atividade foi criar um corpo de voluntários, que tivesse autonomia e criatividade para desenvolver projetos ligados à questão ambiental e, ao mesmo tempo, aproveitar a potencialidade dos associados e simpatizantes da entidade, cujo número vinha crescendo ano-a-ano.

Assim, surgia em dezembro de 1988, o Grupo de Ação Voluntária (GAV). Nossa maior preocupação se voltou para a análise e minimização do turismo predatório que ocorria na porção paulista da Serra do Mar; entre Paranapiacaba, vila localizada no município de Santo André e o Vale do Quilombo, na Baixada Santista. Como já atuávamos na área, pelo GESMAR, acabamos realizando várias atividades em conjunto, como foi a "Maratona do Lixo". (FOTO 4)

Até então, desenvolvia, voluntariamente, o trabalho na SOS Mata Atlântica, entretanto, em 1990, fui contratado para coordenar uma das etapas do projeto de ***Educação Ambiental em Iguape***, cidade da Baixada do Ribeira, cujo objetivo inicial era realizar um estudo sobre a percepção ambiental dos moradores da zona urbana e rural desse município (FIGUEIREDO, 1991a). Pude contar com apoio de membros do GESMAR e do GAV para a coleta e organização dos dados dessa pesquisa.

Assim, foi sendo construída a minha postura de atuação em movimentos sociais voltados para a temática ambiental, que tinham no seu bojo uma proposta educativa de formação de agentes sociais multiplicadores, tanto do ponto de vista profissional quanto voluntário. As leituras de FURTADO (1982), GOHN (1992), MARQUES & RAMALHO (1989), SANDOVAL (1989), SORRENTINO (1988) e TORRES (1983), forneceram as bases para a fundamentação dessa prática.

Ao mesmo tempo, percebia-se, na segunda metade da década de 80, que era intenso o afloramento da temática ambiental, entre os educadores e a opinião pública em geral.

Ocorreram, a partir de 1984, diversos simpósios e encontros estaduais e regionais de Educação Ambiental. Pude participar de vários deles, apresentando trabalhos ou como membro das comissões organizadoras, inclusive, coordenei o 3º. Simpósio de Educação Ambiental, realizado em maio de 1987, numa promoção conjunta entre a Fundação Santo André e a Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN), da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A participação nesses eventos tiveram um papel muito importante para o questionamento feito, de como minha área de conhecimento poderia contribuir para a análise dos problemas ambientais, e levar o aluno, cidadão, às reflexões da importância de uma postura não-alienada frente aos mesmos.

Foram promovidas várias discussões quanto à essa temática no período em que lecionei no ARCHI. Nossos Estudos do Meio, em Iguape, Pindamonhangaba ou na Ilha do Cardoso, favoreceram situações interdisciplinares e levaram nossos alunos a entenderem o meio em que vivem, além de transformarem a contestação dos efeitos de um modelo sócio-econômico predatório em uma consciência crítica dos caminhos para a melhoria da qualidade do ambiente e de vida, como um todo.

Essa experiência, associada à minha atuação junto à questão da educação e do meio ambiente, levaram-me a propor, em 1991, a implantação de um curso de especialização em Educação Ambiental, na Fundação Santo André, tendo sido iniciada a primeira turma em 1993, sendo, portanto, um dos primeiros cursos do gênero no estado de São Paulo.

Participei, também, a partir de 1992, da estruturação da Rede Paulista de Educação Ambiental e acompanhei a implantação da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Em 1996, ajudei a formar a Rede de Educação Ambiental do Grande ABC, transformada, em 1997, em Núcleo Regional de Educação Ambiental-ABC.

E foi assim, em meio à essa intrincada história de vida, que se construiu a proposta do trabalho de pesquisa que ora estou apresentando.

2- RUMO AO VALE DO RIBEIRA: O CONFLITO COMO PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA

Flui um rio manso dentro de teu interior, que libera a imaginação e extasia o observador atento. (Luiz Afonso V. Figueiredo,1985)

Ao mesmo tempo que estava procurando alternativas para o ensino de Química, procurando enfocar a temática ambiental; como militante do GESMAR, ia ampliando o meu contato com os remanescentes florestais do Estado de São Paulo, assim, identifiquei áreas com grande potencial educativo.

Dentre essas áreas, iniciamos nossa atividades na região da Serra do Mar próxima ao ABC Paulista e à Baixada Santista. Mas, outra região se destacou, por ser uma das áreas mais preservadas do Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira (**VR**), ela esconderia muito mais segredos, que um grupo de iniciantes poderia imaginar. Passo a descrever a história de como vim a conhecer a Região.

Estive realizando, em 1983, uma disciplina, como aluno especial, no Curso de Geologia do IGUSP, quando, então, fiz amizade com vários membros do Centro Paulista de Estudos Geológicos (CEPEGE), órgão equivalente à Centro Acadêmico.

Paralelamente, participava de um Grupo de Vivência, entre colegas da PUC-SP e da USP, que promovia discussões e atividades diversificadas. Assim, em 1984, visitamos o Museu Geológico Valdemar Lefèvre, localizado no Parque da Água Branca, lá assistimos uma interessante palestra sobre cavernas do Alto Ribeira, proferida por Pedro Comério. Mal sabia ele que essas informações me despertariam, no futuro, um intenso sentimento. (FOTO 5)

Inusitadamente, na semana santa de 1985, um colega do IGUSP, o "Jão Bói" [15], convidou-me para conhecer umas grutas, localizadas em um lugar que ele conhecia como Betari, realizaríamos uma atividade de pesquisa e exploração de cavernas... a Espeleologia. A não ser pela lembrança da palestra do Pedro Comério, eu tinha apenas uma vaga idéia do que, realmente, seria uma caverna, além disso, a possibilidade de conhecer uma nova região e um novo tipo de atividade, foi um fato altamente estimulador.

Convidei alguns colegas do GESMAR, mas no final conseguimos formar apenas uma pequena equipe, quatro pessoas, guiadas pelo colega da "GEO". Conhecíamos várias regiões da Serra do Mar e tínhamos alguma experiência com camping selvagem, caminhadas e noções de escalada em montanha, mas a visão que se descortinou, após longas cinco horas de viagem por uma estrada asfaltada e perigosa, e mais ou menos uma hora em uma péssima estrada de terra, ou melhor, de barro, pois chovia no local, foi absolutamente fantástica: o vale do Rio Betari. Com um relevo incrivelmente abrupto, mostrando paredões calcários, vales encaixados e a mata com uma exuberância que nós nunca tínhamos presenciado. E tinha muito mais escondido naquela floresta.

Nós estávamos indo acampar na Sede de Campo de uma tal de SBE, no Bairro da Serra, mas como era feriado, foi uma luta para conseguirmos um lugarzinho para armarmos a barraca; a comida, tivemos que fazer no próprio carro.

Eram muitas pessoas, centenas, mas essas eram incomuns, elas tinham algo de diferente. Vestiam macacões, botas com meias sobre as barras das calças, e o mais

[15] Todos os alunos da Geologia USP possuem esses "nomes de guerra".

característico: usavam capacetes, muitos deles possuindo uma chama resultante do gás que vinha de uma mangueirinha instalada num estranho recipiente, a informação:... é o reator de carbureto! Mais à frente eu iria entender, porque todo mundo tinha que ir para a caverna com aquela "parafernália" toda.

Após arrumarmos as coisas, fomos para nossa primeira incursão, a Caverna de Santana[16]. A região é muito bonita, a entrada da gruta fica no fundo do vale do rio Betari. O pórtico de entrada não possui grandes dimensões [17]. Sai um córrego, o Roncador, por essa "boca" e o caminhamento [18] se faz ao longo da galeria do rio utilizando algumas velhas pontes de madeira [19]. Logo de cara, soubemos o porque dos capacetes, (Ai!!...) por causa dos tetos baixos; e da iluminação individual, pois após alguns metros a escuridão era total.

A atmosfera no interior da caverna, apesar de bastante úmida, possuía uma temperatura muito agradável, foi o primeiro impacto. Logo adiante a galeria seguia interminavelmente, ora com tetos baixos, mas a maior parte com trechos amplos, muitos dos quais bastante ornamentados. Finalmente, as famosas estalactites, no teto, e estalagmites, no chão,...colunas, cortinas, toda uma série de ornamentações retorcidas, logo surgiram. O incrível era o suave e gostoso murmúrio do córrego. O gotejamento, intenso em alguns trechos, e o eco de nossas vozes completaram uma sensação indescritível.

Acima de nossas cabeças, inúmeras galerias superiores; condutos das mais variadas dimensões, labirínticos, além de toda sorte de ornamentações bizarras.

Isto tudo "pirou" a gente. Fomos conhecer outras cavernas, a Morro Preto e a Couto. A primeira com um pórtico avantajado e um gigantesco salão de entrada; a segunda era a galeria do Ribeirão do Couto que ressurgia à luz do dia em uma maravilhosa cachoeira, que banhou nosso compensado cansaço. A Mata Atlântica se destacava em todas as trilhas que passávamos, esse contato com a densa vegetação e, eventualmente, sua fauna, foi algo bastante motivador.

O pessoal que estava alojado no Bairro da Serra era muito animado, participamos de algumas brincadeiras coletivas que facilitaram o entrosamento, e assim, conhecemos algumas pessoas que estimularam a continuidade de nossas atividades espeleológicas.

Nesse mesmo ano, no primeiro feriado disponível, retornamos ao Betari, agora para acampar na região da Caverna de Santana, a fim de podermos conhecer novas galerias dela e também novas cavernas. Isso mostrava que estávamos cada vez mais sendo "contaminados por esse vírus".

De repente, uma proposta inesperada: pernoitarmos na Caverna de Santana[20], visto que alguns de nós teriam que dormir no carro, pois estávamos em cinco pessoas e somente uma barraca para três e o frio era intenso.

Foi uma experiência indescritível, lá era muito mais agradável a temperatura; tomamos cuidado para não poluir a gruta e tudo transcorreu excepcionalmente. A luz do capacete de carbureto, a temperatura amena e constante e as sensações novas, mexeram com os meus neurônios.

O mais difícil de descrever, foi a chamada "parada total", apagávamos todas as luzes e fazíamos silêncio por alguns minutos. Não se enxergava nada de real, apenas víamos nossos sonhos e imagens que passavam pelas nossas mentes, mesmo estando com os olhos arregalados. Além disso, dormir e acordar, "de manhã", na maior escuridão, foi um fato marcante.

---

16 Hoje, sei é uma das maiores do estado e está entre as maiores do país.

17 Inclusive, na década de 60, quando a gruta foi aberta ao turismo, para que houvesse uma passagem adequada aos turistas foi necessário dinamitar a sua "boca".

18 Termo muito utilizado em Espeleologia, ou em Ecoturismo, para expressar a trajetória ao longo de um caminho interno na caverna, ou mesmo, de uma trilha.

19 Atualmente, parte do trecho turístico está cimentado com pedras da própria região.

20 Hoje, nossa consciência e nosso aprendizado espeleológico não permitiriam estes tipo de atividade, pelo menos, não nessas condições de ausência de um planejamento detalhado e sem autorização formal.

A partir daí, surgiram novas paixões, a Espeleologia e o Alto Ribeira. Passamos a realizar nossas atividades excursionistas nessa região, mais cavernas e trilhas foram reconhecidas, além disso, mais responsabilidade foi se incorporando em nós. Responsabilidade essa, individual e também coletiva, para lutarmos pela preservação dessa importante região. Incorporávamos aquele lema espeleológico internacional, que dizia: ***"Nas cavernas nada se tira, além de fotografias; nada se deixa, além de pegadas, nos lugares certos; e nada se mata, além do tempo "***.

Vim a conhecer muito mais sobre a área, descobri que aquele patrimônio natural fazia parte do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), tinha mais de cem cavernas e que, além disso, estava localizado em uma das regiões mais preservadas do Estado (Incrível!).

Logo em seguida, fizemos contatos com vários espeleológos e com a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Quem diria que o Brasil poderia ter aquelas maravilhas milenares, e ter, inclusive, uma entidade nacional que congregasse esses "malucos" privilegiados.

Descobri, também, uma fantástica história sobre a região. O núcleo urbano de Iporanga teria surgido no século XVIII em torno do garimpo do ouro. Assim, ampliava-se a minha visão sobre a região, saindo do Vale do Betari para me encontrar em pleno Vale do Rio Ribeira de Iguape.

Começamos, no Grupo, a dedicar os esforços para o aprimoramento das técnicas, dos equipamentos e, ao mesmo tempo, para a ampliação dos conhecimentos sobre o assunto e a sobre região.

Participamos, em 1986, do Movimento Pró-PETAR, articulado pela SBE, reconhecemos, também, alguns problemas e atividades predatórias nessa região: mineradores, madeireiros, palmiteiros e grileiros de terras. Foi, realmente, um ano de intensa atividade espeleológica.

Relembrando, nessa mesma época, estava estudando o potencial educativo da Região, pois pretendia levar meus alunos para realizarem um estudo de campo.

Entretanto, apesar de inúmeras experiências que vínhamos desenvolvendo no ARCHI, precisávamos resolver um problema: como levar os alunos de uma escola

pública para uma região no Sul do Estado de São Paulo, a mais de 300 km de distância?

Nesse mesmo ano, estávamos dando continuidade, no ARCHI, à uma experiência alternativa para formação de alunos, na sua maioria trabalhadores, iniciada em 1984, o ***Projeto Noturno***. Pretendíamos criar espaços para a reformulação dos cursos que ministrávamos para alunos-trabalhadores, que vivenciavam diretamente as relações sociais de produção da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, propor atividades extra-classes que favorecessem uma análise crítica da nossa sociedade. Para que isso ocorresse era necessário promover uma aproximação entre teoria e prática. (LUTFI *et al.*,1986).

Basicamente, seriam desenvolvidos, ao longo de um bimestre, estudos e atividades em torno de vários grupos de trabalho. Alunos e professores sugeriam grupos e depois optavam por qual estariam interessados em participar, visando a criação e a re-elaboração do conhecimento.

O trabalho era “livre e ilimitado”, mas dependia da responsabilidade de cada um; havia um planejamento que era elaborado pelos próprios membros do grupo e que era discutido e assessorado pelos professores responsáveis. Existia uma estratégia especial para a avaliação do aproveitamento do aluno e do projeto, considerando o processo como um todo. Era realizada em uma semana de exposições ao final dos trabalhos, aberta à toda comunidade escolar.

O grupo que eu fazia parte era o de **Educação Ambiental**; foi desenvolvido conjuntamente com outro professor de Química, uma de Biologia, um de Geografia e uma de Educação Física, mais os alunos do nível médio, que eram em torno de 30.

Esse grupo foi um marco, não só no Projeto Noturno e no referencial metodológico que estávamos propondo como professores, mas, além de tudo, marcou-me pessoalmente, em torno das questões identificadas ao longo dos resultados que o grupo ia coletando e na análise crítica propiciada quando do contato com as comunidades próximas de Unidades de Conservação.

O nosso planejamento envolvia um estudo dos problemas ambientais de São Paulo, contraposto com os estudos de campo em áreas preservadas do Estado.

Utilizamos técnicas variadas: análise da linguagem fotográfica, montagem de hemeroteca, debates sobre filmes relacionados com a temática ambiental, atividades experimentais, dinâmicas de grupo e, principalmente, os Estudos de Campo.

Nessas atividades de campo, visitamos a Vila de Paranapiacaba. Depois, utilizando recursos da Associação de Pais e Mestres (APM), rifas e recursos dos alunos e dos professores, realizamos um estudo no Alto Ribeira (PETAR e núcleo urbano de Iporanga); finalmente, fomos ao Parque Estadual da Ilha Anchieta, onde fizemos um longo dossiê sobre o turismo predatório na área do Parque.

Dessa forma, por meio das observações feitas, pretendia-se, também, que o Grupo de Educação Ambiental estabelecesse análises comparativas entre os vários locais visitados e sua própria realidade [21].

Aquela atividade no Alto Ribeira, foi realizada no final de 1986, contando com o apoio da equipe do GESMAR. Só que o estudo não destacava somente as cavernas, a Mata Atlântica, o Parque e aspectos daquele incrível ambiente, mas procurava, também, levar os alunos a descobrirem mais sobre a história da região e sobre os moradores de Iporanga, para coletar dados sobre o município e a opinião que eles tinham sobre o Parque e a questão da preservação ambiental.

Algo se destacou, além de nossa visita às cavernas, das representações feitas sobre suas feições bizarras (FIGURA 1). Nas entrevistas realizadas, além dos interessantes dados sobre a história regional, um fato espantou, não só os alunos: a maioria das falas do entrevistados mostravam aspectos contrários à preservação e à implantação do Parque. Nos relatórios apareciam as seguintes observações:

? ***"Dentro destas viagens realizamos uma série de pesquisas com os próprios moradores das regiões que visitamos, encontrando pessoas que desconhecem***

[21] Apresentamos os resultados do trabalho no IV Simpósio de Educação Ambiental (SIMÕES *et al.*, 1987). Posteriormente, o Grupo de Educação Ambiental do ARCHI realizou também um estudo no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Essas atividades foram de fundamental importância para consolidar o trabalho desse Grupo, que de tão empolgados com os resultados, resolvemos continuar em 1987, independentemente do Projeto Noturno, que nesse mesmo ano havia, infelizmente, sido desativado. Os membros do Grupo estavam mais amadurecidos, assim, partimos para trabalhar com questões mais regionais, de modo que a nossa atuação pudesse ser mais continua e efetiva. Entretanto, dado o desgaste da escola pública e o ingresso de vários alunos no ensino superior, o Grupo resistiu por pouco tempo, ficando nos levantamentos básicos de uma Área Verde ameaçada por um conjunto residencial que estava sendo construído em Cotia, e alguns eventos pontuais que realizamos no ARCHI nesse ano.

totalmente o verdadeiro significado de uma reserva, apesar de morar dentro de uma e saber que o que não permite que a poluição os amoleste é a reserva que os cerca* [...]*"

- ***" Os moradores reclamam que o Parque Alto do Ribeira, está tomando conta da área que apresenta melhores condições de plantio, pelo motivo desta área apresentar terras férteis* [...]*"***
- ***"Sua fonte de subsistência é a lavoura que se encontra prejudicada pela demarcação do Parque (PETAR)*[...]*"***
- ***"Sobre o PETAR sabe pouco, mas diz que o que mais incomoda são os policiais florestais que agora não permitem que os moradores plantem nem para si, dando multas indiscriminadas aos pequenos lavradores que se mantêm através da terra."***
- ***"Há duas igrejas, uma nova com arquitetura simples e jeitosa e a outra está sendo tombada pelo CONDEPHAAT, que prometeu reconstruí-la à 3 anos, e nada disso aconteceu."* (Projeto Noturno-ARCHI,1986)**

Surgia, embutida e latente, uma frase: **"O `Meio Ambiente' prejudicou a gente..."**. Mas, o que será que isso significava? Era um choque para pessoas como eu, que militavam no movimento ambientalista, oriundas das grandes metrópoles industriais, altamente degradas e degradantes, ouvir de pessoas que moram na região mais preservada do Estado falar esta "blasfêmia". Será que era mesmo?

Esse assunto "encucou-me" algum tempo, mesmo após terem sido apresentados os relatórios do Projeto Noturno no ARCHI. Retornei, ainda em 1986, com os meus alunos da Fundação Santo André, onde lecionava, naquela época, a disciplina Elementos de Geologia, a fim de realizar um estudo de campo optativo. Novamente procurei não destacar somente o lado geológico, então repetimos as entrevistas com os moradores. Outra vez, os questionamentos voltaram à tona.

Realizamos várias atividades de campo, fortalecemos o GESMAR e fomos nos aprimorando com relação à Espeleologia. Numa dessas incursões, no Vale do Alambari, acabei pegando carona com um pequeno caminhão, só depois constatei que estava abarrotado de palmitos, retirados de dentro do PETAR.

Esse fato chamou minha atenção, o que levava esses moradores a realizarem tal atividade predatória? Assim, fui convivendo com esse conflito interno, à medida que amadurecia minha relação com a problemática da região.

Entre o final de 1986 e início de 1987, participamos, pelo GESMAR, dos levantamentos de campo do ***"Projeto de Manejo Turístico das Cavernas e Sítios Arqueológicos do PETAR",*** promovido pela Sociedade Brasileira de Espeleologia, Instituto Florestal e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SBE/IF/SEMA,1987).

Paralelamente, divulgava a Região e seus problemas, através de palestras nas escolas de ensino médio e, principalmente, em Instituições de Ensino Superior; inclusive, no GESMAR, esboçava-se um projeto de Educação Ambiental relacionado com regiões que possuíam cavernas, ao mesmo tempo em que surgia um interesse de trabalhar com os jovens do Bairro da Serra, visto acreditar haver um certo distanciamento deles para com a sua realidade.

Ainda em 1987, ingressei no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. À princípio, o projeto era realizar um aprofundamento teórico-metodológico sobre a prática que desenvolvia no ensino de Química no nível médio, enfocando a temática ambiental, vista pelos fluxos de matéria e energia em um centro urbano, tendo como base a questão da construção civil. Com o passar do tempo, infelizmente, a situação da escola pública foi se agravando, até que a maioria dos membros daquela excelente equipe de professores saiu do ARCHI. Assim, assisti o desmoronar de uma daquelas poucas experiências interdisciplinares que conseguiam resistir à situação de descaso da educação pública paulista.

Desse modo, senti que o meu projeto inicial de pesquisa ficou sem sustentação. No entanto, dentre as atividades que desenvolvia no ensino de Química, os estudos de campo, tinham se destacado. Além do mais, havia aquela questão levantada pelos alunos sobre a visão dos moradores de Iporanga, que ainda estava latente na minha memória. E, também, porque estávamos tentando desenvolver aquele projeto de Educação Ambiental no Bairro da Serra.

Assim, no final de 1988, de comum acordo com meu orientador, da época, acabei transformando um projeto sobre o ensino de Química numa escola pública da área urbana em um trabalho de pesquisa sobre educação popular e movimentos sociais no Alto Ribeira, pegando como gancho a questão da preservação do meio ambiente. A idéia inicial era o desenvolvimento de uma metodologia de formação de recursos humanos para o trabalho com as comunidades próximas de áreas naturais protegidas.

O trabalho que propus inicialmente, interpenetrava na atuação do GESMAR e, à medida que me aproximava dos problemas regionais, fui estimulado a realizar um

"Levantamento e Caracterização Sócio-Econômica e Cultural do Bairro da Serra, Iporanga-SP", estruturado como uma pesquisa exploratória.

Contudo, esta era uma proposta muito ampla para um grupo ainda pouco articulado, faltava clareza das metas coletivas e das possibilidades reais de trabalho. As discussões que travei com meu orientador e com outros especialistas no assunto [22] me fizeram enxergar os erros metodológicos cometidos e a fragilidade do que estava propondo.

A proposta elaborada, além de altamente diretiva, pois já definia os problemas e as soluções, era também deveras pretensiosa, pois nos colocava como o dono da verdade: "*Existe uma área a ser preservada a todo custo, a comunidade é contra a preservação, pois isto não tem melhorado a sua situação sócio-econômica, então basta dar um dose de Educação Ambiental que tudo voltará aos devidos eixos*". Inclusive, não apontava como obteríamos respaldo para a efetivação da proposta.

Realmente, aquilo foi trágico, no entanto, cometendo erros também se aprende. Aliás, diga-se de passagem, que os pontos de vista de alguns espeleólogos e dos turistas que freqüentavam a área eram muito mais simplistas, para eles a solução era, apenas, tirar a população do Parque.

Em contrapartida, a Secretaria do Meio Ambiente estava tentando definir uma proposta de manejo para o PETAR que resolvesse os problemas fundiários. A regularização das terras seria um caminho, no entanto, um caminho muitíssimo complicado e delicado até hoje.

Assim, fui percebendo como era complexa a situação daquela região e que uma proposta de educação ambiental não poderia ser nunca imediatista; mas que ela deveria ser construída ao longo de um processo. Como pesquisador, era exatamente esse processo, e esses conflitos que me interessavam.

Acabei definindo, então, os seguintes aspectos a serem abordados no projeto de pesquisa, apresentado na FE-UNICAMP, em dezembro de 1988:

---

[22] Entre os especialistas consultados devo citar: Judith Cortesão, que na época trabalhava para o Ministério da Cultura; Regina Gualda, do IBAMA, sendo que o contato feito com ambas foi em Brasília-DF, em 1989. Também foi contatada Luiza Alonso da Silva, na época vinculada à Divisão Regional de Ensino de Campinas, colega na pós-graduação da FE-UNICAMP, que igualmente desenvolvia pesquisa abordando a questão da Educação no Vale do Ribeira (SILVA, 1982 e 1983; SÃO PAULO, DEPERN/DEER, 1989).

1- Política e Legislação Ambiental

- definição de Unidades de Conservação
- criação do PETAR
- política ambiental e implantação do PETAR
- plano de manejo e os conflitos fundiários
- atuação do Departamento de Parques e Áreas Naturais (DEPAN) da Secretaria do Meio Ambiente.

2- Espeleologia

- histórico da Espeleologia na Região (Ricardo Krone, Comissão Geográfica e Geológica, Edmundo Krug, etc.
- surgimento da SBE e trajetória da implantação do PETAR
- estudos e atividades espeleológicas realizadas no PETAR
- como se ensina e como se aprende algo em Espeleologia
- a visão dos espeleólogos quanto aos problemas regionais
- o turismo na região e suas interferências

3- Educação Ambiental

- Que discurso é esse? Como surge? O que tem sido feito?
- formação de recursos humanos locais (existia alguma coisa?)
- Educação Ambiental e Ecoturismo em Unidades de Conservação; onde se confundem?
- os trabalhos de estudo do meio realizados no 2º.grau
- formação de professores para a temática ambiental
- o potencial educativo das Unidades de Conservação
- como definir o processo educativo que ocorre na região?

4- A comunidade local e suas relações com o Parque

- estudar as visões diferentes (Qual a visão de mundo?)
  - . moradores antigos
  - . guias do PETAR
  - . professores da região
  - . políticos
  - . comerciantes
  - . agricultores
  - . outros
- como a escola trabalhava os aspectos regionais

5- Propostas de Atuação

determinar os instrumentos e assuntos que levem à reflexão e análise das relações Homem-Meio Ambiente próximo a uma área natural preservada; as contradições desse contexto, e como utilizar esses dados através de um processo educativo, dentro e fora da escola.

A proposta metodológica seria acompanhar o processo que estava se construindo, a temática da pesquisa estaria relacionada com uma proposta de educação popular e mobilização, cujo pano-de-fundo, seria o discurso da proteção ambiental visto pelos agentes do Estado, da comunidade e das entidades ambientalistas, que no caso eram grupos espeleológicos.

Esta pesquisa subsidiaria a organização e preparação de uma equipe de Educação Ambiental que procuraria realizar um trabalho de base com a comunidade local; no caso, o Bairro da Serra. Além disso, o trabalho forneceria, ainda, dados para a criação de ***centros de formação permanente***:

1-**Escola do Bairro da Serra**: formando uma consciência local para os problemas e para a importância das Unidades de conservação; e formando recursos humanos locais (guias, professores, etc.)

2-**Campus Avançados**: formação e aperfeiçoamento de profissionais, espeleólogos e outros interessados no assunto (divulgação, pesquisas, cursos de extensão universitária, encontros, etc.)

Mas, para tudo isso acontecer dependeria de uma série de articulações, e isso seria um projeto bastante ousado, ao mesmo tempo, necessitaria de um grande fôlego, pois como pesquisador estava penetrando em áreas bastante complexas para a minha a formação acadêmica, que precisariam ser adequadamente tratadas.

Mesmo assim, assumi esse risco, já que estava cada vez mais envolvido pelo assunto. No entanto, estava claro para mim que deveriam ocorrer vários recortes históricos e temáticos.

No 1º. semestre de 1989 freqüentava no IGUSP, como ouvinte, a disciplina ***GGG 400- Espeleologia***, uma matéria optativa, recém-criada, oferecida para as turmas de graduação em Geologia e Biologia. Meu interesse, além do aprimoramento de conhecimentos, era analisar a proposta de uma disciplina especificamente voltada para a Espeleologia, novidade até então, por ser a única universidade brasileira a oferecer essa disciplina naquela época.

Entrevistei alguns alunos daquela matéria, procurando verificar a opinião deles em relação à estrutura do curso, a visão deles sobre a situação do Alto Ribeira, sobre o conhecimento espeleológico, etc. Aproveitava, naquele momento, as reflexões de uma atividade de campo, que havíamos realizado, em junho daquele ano, no PETAR. Os resultados das entrevistas foram muito interessantes e auxiliaram a adentrar na problemática da pesquisa e, inclusive, na reformulação das estratégias, além de testar as técnicas que seriam utilizadas nas coletas de dados.

A medida que desenvolvia a pesquisa bibliográfica e documental em São Paulo, paralelamente, iniciava os trabalhos de campo no Bairro da Serra. Entretanto,

deixaria o trabalho com os grupos e entidades que atuavam na área para realizar posteriormente.

A primeira atividade ocorreu em um feriado, outubro de 1989. Levantei alguns dados preliminares e fiz alguns contatos para as entrevistas [23]. A pesquisa de campo, propriamente dita, estava sendo planejada para ocorrer a partir de novembro de 1989, seguindo as seguinte etapas:

> 1-**Pesquisa Exploratória** (nov./89): entrevistas não-diretivas iniciais com um grupo pequeno de moradores do Bairro da Serra; a fim de definirmos temas e questões para uma pesquisa mais detalhada (Amostragem de 10 pessoas). Pesquisa documental na Prefeitura de Iporanga. Estudo da visitação do Núcleo Santana do PETAR.
>
> 2-**Percepção Ambiental** (dez/89): baseados nos temas levantados, montaria questões procurando identificar a percepção dos moradores quanto às questões ambientais e de qualidade de vida. (Amostragem com 80 pessoas)
>
> 3-**Estudo e Análise da Memória Local** (jan./90): levantamento da história de vida de informantes mais velhos do povoado; identificados nas etapas anteriores. (selecionar principais informantes)

Tinha os seguintes pressupostos iniciais, em relação ao trabalho de campo:

> ***a- A comunidade não estaria organizada;***
> ***b- não teriam opções de trabalho;***
> ***c- não teriam idéias ou opções alternativas de trabalho;***
> ***d- teriam uma visão negativa do Parque;***
> ***e- não percebiam propostas alternativas para a região;***
> ***f- o ensino nas escolas estaria distante da comunidade e não estaria contribuindo para os alunos entenderem seus problemas regionais;***
> ***g- não existiria nenhum grupo organizado na região;***
> ***h- a prefeitura não estaria propondo alternativas para o município;***
> ***i- poucos órgãos públicos estariam atuando na região;***
> ***j- a visitação estaria interferindo na cultura local.***

Estes pressupostos estavam baseados no senso comum difundido na região e nos dados assistemáticos que eu já vinha coletando.

Assim, fui para campo realizar a primeira etapa daquele planejamento, que, naquele momento, se confundia entre a pesquisa de mestrado e a pesquisa proposta por uma entidade ambientalista.

---

[23] Preciso ressaltar que já éramos conhecidos no povoado, desde 1985, como "gruteiros", termo usado localmente para designar os espeleólogos ou cavernistas. Devo destacar, ainda, que nesse momento já simulava-se no GESMAR a articulação de um grupo de trabalho direcionado à auxiliar nessa pesquisa, por isso, em várias passagens do texto utilizo a primeira pessoa do plural.

Bem, o primeiro entrevistado, aposentado, tinha sido lavrador e caçador, por outro lado via positivamente o Parque, era contrário às pessoas que jogavam a culpa no Parque por não poderem plantar; além disso, mostrou que apesar de ter sido caçador tinha consciência da questão da extinção das espécies e dos problemas advindos do desmatamento; inclusive apresentou duas sugestões como alternativas de trabalho: o reflorestamento com palmito e uma cooperativa para criar uma fábrica coletiva de rapadura e outros produtos locais; também mostrou a importância do fruto do palmito para os animais da região.

Um outro entrevistado, funcionário do PETAR, mais novo que o anterior, mostrou outras questões; achava que ***"[..] a população não planta porque não quer ou porque não tem vontade"***, depois jogam a culpa no Parque; ele achava que as próprias pessoas são as culpadas da situação; além disso, falou que ainda nenhuma prefeitura se preocupou realmente com a questão do turismo. Por outro lado, disse que os professores trabalhavam com a questão da preservação e das cavernas.

Um jovem entrevistado, filho de um outro funcionário do PETAR, não só afirmou que gostava do Parque e da Espeleologia, como gostaria que existissem propostas para desenvolver o artesanato e o turismo como soluções para a situação econômica do município. Além disso, afirmou que a prefeitura estaria incentivando o trabalho com o artesanato, por meio de cursos de capacitação.

Enfim, esses exemplos para os resultados iniciais do trabalho de campo eram bastante contraditórios com os que eu esperava obter, deixando-me apreensivo.

No dia seguinte, parti em direção à cidade de Iporanga, a fim de coletar dados na prefeitura. Como cheguei muito cedo, acabei iniciando uma conversa com um morador local. Esse iporanguense, além de me apresentar inúmeras questões, tanto contrárias quanto à favor das hipóteses levantadas, mostrou-me que o turismo seria uma solução para o município, mas que existiam muitos problemas políticos. Para começar, haviam lançado o esgoto da cidade no Ribeirão, onde no verão a população tem seus momentos de lazer. O palmito era muito cortado na região, clandestinamente, e os mais pobres (cortadores de palmito) sempre eram os maiores prejudicados.

Afora estas questões, que me deixavam cada vez mais cuidadoso frente a minha proposta de pesquisa, esse senhor falou-me da existência de um grupo de ação comunitária interessado no desenvolvimento do município, o Movimento **SOS IPORANGA**. E que existia uma técnica agrícola, do Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL), órgão ligado a Secretaria de Agricultura, que estaria trabalhando com alternativas agrícolas nos bairros rurais e com uma proposta de extensão rural; ela inclusive faria parte desse grupo local.

A partir desse momento, senti que novos rumos teriam que ser tomados para a pesquisa. Nesse mesmo dia, conheci a agente do CEDAVAL, que já ofereceu pousada na república que morava e me convidou para participar de uma reunião do seu Grupo, que ocorreria nessa mesma noite.

A pauta definida para a reunião incluía a discussão da Lei Orgânica do Município, Conselho Municipal de Educação, Espeleologia, e a criação de uma Cooperativa Agrícola. Acabei ajudando os membros do SOS IPORANGA a montarem as cláusulas sobre a Educação e Meio Ambiente para a proposta da Lei Orgânica do Município. (IPORANGA, 1990)

Como resultado disso, fiquei alguns dias além do previsto, além do necessário compromisso de modificar as diretrizes da pesquisa; procurando aprofundar as questões gerais do município, não iria mais enfocar apenas o Bairro da Serra; propunha-me à acompanhar a origem e evolução desse grupo de ação social.

A partir desses contatos, começaram a aflorar fortes aspectos negativos ligado ao PETAR. Falar em nome de Secretaria do Meio Ambiente, como pessoa ligada à espeleologia, ao movimento ambientalista, ao tombamento da cidade ou à implantação do PETAR, impediria a obtenção de qualquer informação na cidade, nessa época, e as portas se fechariam para mim; por outro lado, não podia ficar me escondendo.

Desse modo, resolvi partir de um assunto bastante interessante, que me fornecesse dados sobre o problema em estudo e que os moradores falariam com grande prazer, horas sem parar: ***a história de Iporanga***.

Assim pude ir penetrando na história da cidade, nas lendas, nos ocorridos, nos tempos de fartura, na vida das pessoas, na genealogia local, na política municipal e nas opiniões dos moradores. Ao mesmo tempo, uma profunda amizade se efetivaria, daí para frente, com os iporanguenses. Amizade essa que não me tirou a insistente cautela que deveria ter como pesquisador.

Nesse mesmo período, a medida que iniciava o acompanhamento da atuação do SOS IPORANGA, vim a conhecer um grupo de jovens do município, interessados na questão da atividade espeleológica e no turismo, eles, inclusive, haviam criado uma entidade, o ***Espeleo Grupo Aragonitas de Iporanga*** (**EGAI**).

Como haviam interfaces entre os dois grupos, resolvi me dedicar a analisar o desenvolvimento de ambos. Participava das reuniões, das atividades e das propostas de trabalho; paralelamente, realizava as entrevistas com moradores antigos, visto que achava esse procedimento como mais adequado à nova proposta da pesquisa.

Desse modo, ia sendo construído um quadro histórico e definida uma teia de interações entre os principais atores sociais do trabalho. De outro lado, a participação nas atividades desses grupos acabou por promover a articulação entre essas entidades e também o grupo que fazia parte (GESMAR).

Assim, no início de 1990, já tinha identificado alguns dos principais problemas e as formas de contorná-los. Por isso, apresentei um anteprojeto de pesquisa e ações à ser realizado pelos membros do GESMAR, do SOS IPORANGA e do EGAI, que foi encaminhado, logo em seguida, para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a fim de conseguirmos uma verba para a sua realização [24]. Infelizmente, apesar de toda insistência e inclusive da sua aprovação verbal, conforme o dado fornecido pelo técnico do IBAMA, o recurso não saiu, por entraves burocráticos e razões até hoje desconhecidas. A vinda desse recurso poderia ter implementado outros rumos à esse trabalho de pesquisa.

[24] O projeto foi encaminhado ao IBAMA em março de 1990, solicitando verba para trabalhos de Educação Ambiental com comunidades próximas de cavernas. (FIGUEIREDO, 1990)

Isso prejudicou demais o andamento dos trabalhos, assim como, nossa proposta que relacionava educação ambiental, ação comunitária e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, tive que continuar o projeto, com adaptações, escolha de prioridades e pela possibilidade de realizar algumas das etapas previstas, utilizando, para isso, apenas parcos recursos próprios ou provenientes de uma bolsa de demanda social da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Excesso de atividades profissionais, complicações pessoais, o acúmulo de dados, o complexo caminho da redação inicial e, principalmente, o profundo envolvimento com o cotidiano da problemática de Iporanga acabaram por tornar o processo demasiadamente demorado e deveras árduo. Isso levou a um longo protelamento das minhas tarefas acadêmicas. Além disso, estava bastante envolvido com a atividade espeleológica no Vale do Ribeira, pois, participava da equipe de coordenação do **"Projeto Caverna do Diabo"**, um dos maiores e mais importantes trabalhos intergrupos promovido pela SBE. (FOTO 6)

Apesar desses contratempos, finalmente, consegui retornar para cumprir essa importante etapa da minha vida profissional, adaptando a pesquisa para uma parte do material produzido.

O trabalho foi realizado com a consciência das possibilidades e das limitações, mas, antes de mais nada, foi algo feito com muito prazer, com a paixão que todo educador deveria ter de sua prática pedagógica, sem, entretanto, perder a visão do todo e a análise crítica da trajetória das ações.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOVELA PEDAGÓGICA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

> *'*[...] ***fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa, não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez*** [...]*"*
> (Paulo FREIRE, 1986:36)

2.1- FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DA PEDAGOGIA DE UM CONFLITO

> ***"Somos atores e protagonistas de nossa história, da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela. Dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado de seu objeto de pesquisa."*** (Rosiska D. OLIVEIRA & Miguel D. OLIVEIRA, 1986)

Para decifrar o fenômeno pedagógico advindo das relações sociais em Iporanga, foi necessário um processo de reelaboração constante da proposta metodológica. Essa remodelação emergiu das necessidades e desses novos rumos tomados, fruto das interações entre os vários atores sociais identificados.

Os conceitos foram sendo desvelados, manipulados... e, algumas vezes, até deturpados, por esses mesmos atores. A proposta acabou por invadir os discursos em que se manifestavam, quanto à questão da preservação do meio ambiente, e isso permitiu uma melhor análise desses conceitos apropriados.

Optou-se por um caminho que brotasse dessas interações, modificando-se *pari-passu* a medida que a pesquisa evoluía, desembocando em um complexo fenômeno educacional, o qual proponho desnudar, investigar e, mais do que isso, como militante, pretendo participar.

Caminhei muitas vezes por "trilhas" desconhecidas ou não-convencionais, mas com a experiência de "excursionista" pude me desvencilhar dos obstáculos deparados; assim, ao mesmo tempo em que aprendia, ensinava.

Em CURY (1987), encontrei subsídios para a compreensão da estrutura das agências, ou instituições, pedagógicas, que estão inseridas no contexto de um

fenômeno educativo, que parta do vivido em oposição ao que, simplesmente, vem de fora [25].

Assim, diante dessa tarefa pedagógica, procura-se identificar no fenômeno em estudo, não só os atores, mas, principalmente o fenômeno como um todo, verificando como ele se estrutura e se desenvolve.

Algumas questões destacaram-se nesse momento: Quem são os agentes que participam dessa produção social? Como são construídas as influências recíprocas no contexto histórico-social? Quais são as contradições que transbordam desse momento, ou que persistem historicamente? Qual o conflito que é gerado dessas interações e como trabalhá-lo em uma proposta pedagógica?

Partindo-se desses questionamentos, pôde-se apreender que o conflito que se pretende fazer aflorar aqui, vai pelo mesmo caminho apontado por Moacir Gadotti, de que "**[...] é necessária uma verdadeira pedagogia do conflito que evidencie as contradições em vez de camuflá-las [...]**" (GADOTTI,1984:64)

Aqui, o processo assumido e desencadeado é o de perceber as contradições dentro do conflito estudado; é desvendar o que está escondido, usurpado, e simplificado atrás do discurso que está se disseminando. É necessário que o fenômeno educativo que brota, caminhe no sentido de formar: **"[...] gente insubmissa, desobediente, capaz de assumir sua autonomia e participar da construção de uma sociedade mais livre "**. (GADOTTI,1984:53)

Isso nos remete a refletir sobre o nosso papel de educador; que muitas vezes utiliza o discurso ambiental, com a finalidade de camuflar o processo real. **Preservar a Natureza!** Ora, esse conceito é suficientemente amplo para abrigar toda uma gama de pontos de vista diferentes; desde preservar as plantas, o ar puro, etc.; até os mais abrangentes, analisar a influência dos modos de produção na relação sociedade-meio ambiente, tal como aparece nas propostas ecopolíticas.

---

[25] **"A realização da tarefa pedagógica implica a compreensão da experiência vivida em suas contradições, para elevá-la, transformando-a em conhecimento, capaz de gerar, além do pensamento, uma ação política organizada. Afinal, o vivido sem conceito é cego. O conhecimento pode impregnar a experiência, que, cultivada, conceitualmente, ganha em amplitude e coerência. A função mediadora da educação, em vista dessa ação realmente transformadora, implica uma dialética entre o vivido e o conhecimento[...]"** (CURY, 1987: 98).

Em relação ao trabalho com as populações próximas às áreas de proteção ambiental, observa-se, por inúmeras vezes, uma apropriação do conhecimento, a partir do qual os moradores locais, as pessoas desse lugar que estamos tentando preservar e/ou estudar, acabam ficando do lado que pende a balança sócio-econômica.

Depara-se aqui com a reconstituição daquele discurso duvidoso, "conhecer para preservar", que pode levar esse conhecimento à um comportamento míope, incompleto. **O que se deve, se quer, se pode conhecer ou preservar**?

Esse conceito passa pela reflexão promovida por BRANDÃO, quando analisa a relação preservação versus participação:

> **"[...] A linguagem da política protecionista é a *preservação*. Como a cultura são produtos (`bens', `valores') sem sujeitos, o trabalho oficial sobre a cultura é o de preservar fragmentos sem vida para que um dia sua soma componha uma `memória' sem história. A linguagem de uma política democrática é a da *participação*." (BRANDÃO, 1986b: 55) (grifos desse autor)**

Participação essa, que procuro destrinchar, para verificar se foi negada ao longo do processo de tombamento do núcleo urbano e histórico da cidade de Iporanga, e mesmo durante o processo de implantação do PETAR.

Além disso, será que a possibilidade de se institucionalizar a apropriação da natureza, através da criação de Unidades de conservação como algo intocável, não levaria a uma elitização das áreas naturais?

E isso, não poderia, inclusive, estar sendo usado como forma de exclusão social das pessoas que secularmente moram nesses locais? Ao mesmo tempo, isso não estaria facilitando a ação dos que tiram proveito da situação, que se utilizam desse conflito para disseminar a idéia que essas áreas não são importantes para a comunidade local? Como analisar, sem falsos propósitos, o nó da questão que começa a surgir e suas aparentes contradições?

Algumas reflexões foram proporcionadas ao assistir a defesa da dissertação de mestrado de Lúcia da Costa FERREIRA (1991), na qual analisava as relações histórico-sociais da degradação do meio ambiente em Cubatão-SP e como elas estariam interferindo ou sendo incorporadas pela população, como um todo, e pelos

atores sociais, que se articularam ao longo do processo, gerando representações próprias e modos de ação social.

Pude perceber, então, algumas questões básicas, que vão aproximadamente pelo mesmo caminho da minha pesquisa, a **proteção ambiental, as política públicas, os movimentos sociais e a questão das representações de preservação e desenvolvimento**.

No entanto, em oposição à Cubatão, onde salta aos olhos o “degradado”, o “sujo”, o “poluído”, o “hipócrita”, o “humilhante”, o “insano” e o perverso[26], Iporanga estaria ligada à visão de “paraíso verde”, “agradável”, “belo”, “perfeito”, “exuberante”, de importante patrimônio natural remanescente e do fantástico fenômeno das cavernas.

Esta é uma contraposição vista numa ótica bastante simplista, no seu sentido mais estanque; pois poderia estar induzindo à interpretação de que, se Iporanga é um dos municípios mais preservado do Estado de são Paulo, então, a população deveria estar satisfeita com a situação do seu município nesse quadro de importância histórico-ecológica estadual.

Entretanto, não é bem isso que se observa. Essa ótica está presa a uma visão parcial da questão e está implícita nela uma posição de apropriação indevida dos pólos opostos, caracterizando o "bom" (Iporanga) e o "ruim"(Cubatão), o "certo" (Iporanga) e o "errado" (Cubatão), numa visão que nada tem a ver com a realidade ou com o discurso das pessoas que moram nestes locais, já que a situação é muito mais densa e complexa do que se imagina, apresentando-se com inúmeros desvios e complicações.

Aqui aparece, novamente, embutida a questão da apropriação da natureza, pois ***"se moramos em regiões altamente degradadas, temos obrigação de lutar pela preservação do que ainda resta de `verde', para nos alegrar, para recuperar nossos pulmões com o ar puro das matas, para que nossos filhos possam conhecer a beleza da mãe-natureza ".***

[26] Tal como comentou Pedro Jacobi da FE-USP, membro da banca examinadora da dissertação de mestrado de Lúcia da Costa FERREIRA (1991), realizada no IFCH-UNICAMP.

Muitas vezes, quando se fala da proteção do meio ambiente, não se destaca que existem moradores antigos vivendo nessa região, e de como eles estariam vendo esta questão, ou se utilizando do discurso contrário, transformando-o em bandeira de sobrevivência; em contrapartida, esta posição, muitas vezes de inocente útil, poderia estar também propiciando a manutenção do poder dominante local.

Por isso, é preciso corrigir esse ponto de vista, é fundamental uma consciência crítica da atuação como militante e como pesquisador, é preciso decodificar o discurso, o conflito, que aparece quando:

> **" Essa comunidade, esse povo, pelo seu grito - já não é mais um chamado, mas um grito - nos coloca seguidas questões perguntando sobretudo: para que, como, para quem, contra quem estamos trabalhando? Para ouvir esse grito é preciso nos colocarmos à sua escuta. Exige portando de nós uma atenção que é a atenção às necessidades da nossa sociedade, aos seus problemas, às suas angústias e inquietações, que são as inquietações do nosso povo, seus problemas." (GADOTTI,1984:54)**

Conforme GADOTTI, é preciso, muito mais, partir de uma pedagogia do conflito do que de uma pedagogia do diálogo. Ou seja, deve-se deixar transbordar o conflituoso nas relações que se instauram, criar uma "desobediência" ao processo formal que mascara a situação conflitante e que tenderia a levar para uma visão incompleta da realidade.

Não ter conhecimento sobre isso, ou não fazer questão de tê-lo, além de ser pernicioso para essas relações, poderá criar uma situação insolúvel no relacionamento com as pessoas que moram nessas áreas em que atuamos.

E isso vem ocorrendo ao longo do processo de instalação do discurso ambiental, por meio de um exagero na colocação desse tema pelos meios de comunicação de massa e por pessoas que se utilizam desse momento de forma oportunista, outras vezes de forma piegas, propiciando, assim, a instalação de posturas radicais que estacionaram na preservação do Parque, e no esquecimento por completo das populações locais.

Situação, essa, bastante propícia para a disseminação do discurso antagônico, "anti-preservacionista", tal como ocorre em Iporanga. O resultado da pesquisa deste conflito, é redescobrí-lo como pertencente ao processo histórico de articulações,

transformando-o em prática pedagógica concreta, que procura fugir das reduções impostas por alguns tipos de trabalho em educação ambiental, diluídos pelo país.

É nesse caminho, para uma análise do conflito, como ponto de partida para as formas de articulação e reversão do processo, que pretendi desenvolver esta pesquisa, na qual o ato de participar foi fundamental para a sua viabilização.

2.2- A METODOLOGIA PARTICIPATIVA DESVELANDO ATORES E AÇÕES: TRAJETÓRIA E MUTAÇÕES DA PESQUISA

> ***"A partir deste momento o pesquisador participa da história do objeto de pesquisa. Não mais se pode dividir, separar, a teoria da prática."*** (Amália I. G. LEMOS, 1986-87)

Não foi fácil caminhar fora do contexto escolar, onde dedico minha atividade profissional, como professor da área de metodologia de ensino e de pesquisa em Ciências Naturais.

Entretanto, apesar de imaginar as dificuldades que encontraria, pelas deficiências quanto à minha formação para este tipo de pesquisa, avançava cada vez mais, penetrando nesse novo espaço de estudos e pesquisas de realização do pedagógico, distante das quatro paredes e dos materiais e agentes convencionais da educação.

Percebia, ao mesmo tempo, que esta pesquisa poderia propiciar a ampliação de meus horizontes e favorecer uma renovação dentro do quadro de experiências que tenho realizado no âmbito da educação.

No inicio das atividades, em Iporanga, não procurava somente decifrar aquilo que estava escondido atrás da fala***, " O `Meio Ambiente' prejudicou a gente..."***, mas já elaborava propostas de ação para remediar esse discurso, considerado antagônico. Esta era uma postura bastante autoritária, entretanto, de ingênua intenção.

O contato realizado com a área de estudo, permitiu-me refletir sobre esta postura e sobre os caminhos metodológicos que deveria optar; era necessário manter uma certa flexibilidade metodológica, visto estar descobrindo novos rumos para a pesquisa a medida que aprofundava na problemática.

Entretanto, esta metodologia não apareceu de pronto definida, não tinha uma armadura conceitual, na qual poderia me esconder; ela surgiu como fruto das interações com a população local e com a realidade regional, amadurecendo à medida que fluíam as relações com o lugar.

Surgiu, também, dos conflitos que transbordavam das relações entre os vários segmentos sociais, em seu contexto histórico-social e do próprio conflito interno que vivia na minha situação de militante-educador-pesquisador.

Devo confessar que naquele primeiro momento ainda não existia uma perfeita distinção entre a identidade da pesquisa-intervenção, proposta como diretor de uma entidade ambientalista, e o projeto que pretendia desenvolver como pesquisador da área de educação.

Assim, no intento de evitar cair no mesmo **ativismo imobilista** descrito por SORRENTINO[27], vou buscar em seu importante trabalho sobre a relação entre movimento ecológico e educação, algumas questões que justificam, em parte, algumas das bases desta pesquisa, assim, também optei:

> **"[...] por fazer uma reflexão sobre nossa militância no sentido desta crescer em qualidade e contribuir para o crescimento do movimento que participávamos" (SORRENTINO, 1988:12)**

Tive, por causa destas opções, que buscar instrumentos teórico-metodológicos em áreas como, a História, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social, além daqueles, necessariamente, da própria Educação. Apesar de penetrar em diversas áreas fora da minha origem, esforcei-me para não incorrer nos erros cometidos por ***"Bouvard e Pécuchet"***, personagens hilariantes de FLAUBERT (1981), envolvidos com várias atividades estranhas à eles, na maioria das vezes mal sucedidos.

Um importante trabalho sobre o significado político-pedagógico dos movimentos de educação popular em Santa Catarina, de Telma Anita Piacentini,

---

[27] "Esta dissertação assume um caráter de reflexão sobre a interação entre ação e reflexão, entre agir espontâneo e institucionalizado, entre ação do indivíduo e da entidade, entre institucionalização da ação individual e institucionalização do movimento social. O indivíduo institucionalizando-se na entidade e a entidade nas regras da sociedade. Ambos institucionalizando-se na tentativa de ampliar sua ação social. Ao mesmo tempo que são copiados, tentam otimizar suas ações no sentido de transformação social. Chamamos de educacional esta institucionalização pois permite a apropriação social da reflexão individual do militante, a apropriação pelo movimento das reflexões sobre sua ação, no sentido de otimizá-la." (SORRENTINO, 1988:12)

proporcionou-me momentos de reflexão quanto às questões relacionadas à fundamentação teórica e metodológica da pesquisa:

> **"Pareceu-me que o procedimento correto seria selecionar comportamentos metodológicos que permitissem uma vivência ao mesmo tempo intelectual e atuante, pois que tal relação de reciprocidade implicaria, neste caso, a possibilidade de se estabelecer uma ligação orgânica entre teoria e prática, que é o que propiciará retirar de uma determinada prática a teoria que lhe corresponde para, num momento posterior, atuar sobre esta prática, transformando-a." (PIACENTINI, 1985:20)**

Isto significava que a estruturação do trabalho de pesquisa, e dos seus alicerces, ocorreria ao longo do processo de intervenção, e este se delineava a medida que avançavam os contatos com os atores sociais da própria pesquisa, num processo de recíproco crescimento [28].

Este caminho se mostrava bastante "sinuoso" e "obstruído" e, por isso, foi necessário "forçar a passagem" em alguns trechos do trajeto, para poder estudar o que havia do outro lado do “conduto", ou seja, teria que decifrar o que estava escondido atrás dos obstáculos, atrás das aparências.

O contato que iniciara, no final de novembro de 1989, com os membros do **SOS IPORANGA**, favoreceu , em muito, o redirecionamento do projeto de pesquisa.

Estava-se constituindo um novo momento da pesquisa, agora já mais amadurecida, que caminhava no sentido de um estudo do tipo etnográfico sobre essa região do Alto Ribeira e suas práticas sociais, já que estaria utilizando preferencialmente técnicas tradicionais da pesquisa antropológica, como a observação participante e a entrevista não-estruturada. Tomando emprestado as palavras de Marli André:

> **"[...] o trabalho aqui proposto se volta para as experiências e vivências dos indivíduos e grupos que participam e constróem o cotidiano[...]" (ANDRÉ,1989:37).**

Ocorreria um direto e prolongado contato do pesquisador com a situação e as pessoas ou grupos selecionados. Seria possível obter-se, por meio dessa

[28] Quero destacar aqui minha posição em relação a estas opções teórico-metodológicas, isto como forma de evitar o uso falacioso da metodologia, tal como, brilhante e ironicamente, o Prof. José de Souza Martins nos contou, durante o 18º. Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, promovido pelo CERU/FFLCH-USP em maio de 1991, sobre uma situação inusitada que ocorreu quando um aluno de sua esposa, após um curso de

metodologia, uma grande quantidade de dados descritivos sobre os espaços locais, as pessoas, as ações, as representações, os fatos, as interações, as formas de linguagem, a história regional, as lideranças, etc. Outra característica seria:

> **"[...] a existência de um esquema aberto e artesanal de trabalho que permite um transitar constante entre observação e análise, entre teoria e *empiria*. O processo etnográfico pode partir de questões bem claras e definidas ou de um esquema teórico incipiente que se vai construindo e estruturando ao longo da pesquisa [...]" (ANDRE,1989:38-39) (destaque do autor)**

A escolha desse procedimento metodológico deve-se ao mesmo fato apontado por NORONHA, no qual se **"...aspira a conhecer o Homem em sua totalidade concreta, a partir de suas produções e representações" (NORONHA,1986:41).**

Isto implicava em fazer aflorar as inter-relações que existiam naquele espaço específico e ainda analisar o fenômeno pedagógico que acontecia, se estruturava ou se modificava ao longo do tempo e do espaço. Esse espaço tão bem compreendido por PIACENTINI [29].

Desse modo, ao mesmo tempo que se estruturava o caminho para um trabalho de maior participação e proximidade de ambas as partes, pesquisador e atores sociais da pesquisa, iam sendo identificadas as complexas relações que ocorriam naquele cenário. Entre os aspectos estudados, destacam-se:

- **A estrutura administrativa da cidade (sede do município, bairros, órgãos municipais, área do município, os políticos, etc.);**
- **A fisiografia da região (geologia, geomorfologia, cobertura vegetal, clima, as cavernas, e outros);**
- **As pessoas, lideranças, moradores antigos (os papéis sociais no quem-é-quem da cidade);**
- **A história regional no contexto do Vale do Ribeira (Vista por seus protagonistas diretos, contraposta com a história oficial);**
- **Os espaços do município em seu amplo sentido (cultura e lazer, produção, trabalho, o urbano e o rural, e outros aspectos);**
- **A situação sócio-econômica (agricultura, comércio, mineração, extrativismo, etc.);**
- **A cultura e o saber popular (festas, romarias, artesanato, a transferência do saber, os grupos de jovens, a pastoral, entre outros);**
- **A religião (igrejas, cultos, círculos bíblicos, interações, procissões, etc.);**
- **Os conflitos (de terra, de discurso, de posturas; presentes na sua história...)**

Metodologia de Pesquisa, optou em um trabalho de final de curso por utilizar a pesquisa participante, até aí ótimo, o tema escolhido... **Crime Organizado (???!!!)**.

[29] "Um espaço que se caracteriza por ser um campo de relações pedagógicas poderia ser revelado a partir do estudo etnográfico do local, implicando o traçamento do perfil deste espaço: onde é, quem são as pessoas que aí residem, o que fazem, como vivem, que `coisas' existem entre estas pessoas, como elas se relacionam com estas `coisas' e entre si." (PIACENTINI, 1985:22)

A utilização da observação participante [30] como instrumento para coleta de dados, surgiu tal como proposto por CICOUREL:

> **" O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados." (CICOUREL *apud* HAGUETTE,1987:62)**

Uma interessante passagem do artigo de Ruth Cardoso sobre as ***"armadilhas do método"***, propicia a seguinte reflexão:

> **" [...] Quero apenas recuperar o velho modelo de observação participante (que supunha neutralidade do pesquisador) para compreender por que, atualmente, ele se transformou em participação observante. Isto é, por que, de adjetiva, a participação passou a substantiva e, neste movimento, se reinventou a empatia como forma de compreender o outro [...]" (CARDOSO,1986:101)**

A reinvenção dessa empatia com os atores sociais relacionados com Iporanga, aconteceu durante os meses em que ocorreram os trabalhos de campo, que foram realizados após um planejamento de atividades, discutido entre os integrantes do GESMAR, interessados na pesquisa. É certo que inicialmente existiam certas desconfianças mútuas entre os agentes, mas que foram sendo rompidas ao longo do processo aproximativo.

A partir daquele momento se constituía uma nova etapa do trabalho, que aproveitaria a energia obtida por esta empatia (re)conquistada. O primeiro passo seria criar o compromisso entre os atores sociais envolvidos, para isso, seria preciso desembaraçar os conflitos e desenvolver uma estratégia facilitadora do processo de aproximação. Neste instante surgia claro, para mim, que havia dois momentos de pesquisa, simultâneos.

Estaria, então, sendo realizada, como trabalho acadêmico, uma pesquisa cujo objetivo era identificar as concepções dos atores sociais e compará-las à luz das ações e dos discursos do Estado, fazendo aflorar os conflitos, como subsídio para analisar aquela questão importante, relativa à percepção para a proteção ambiental e cultural.

---

[30] Sobre este método e suas variações utilizei como referência os trabalhos de: CALDEIRA(1982), CANDIDO (1987), FERNANDES (1960), HAGUETTE (1987), LHOTTE (1982), LUDKE e ANDRÉ (1986),

A base teórico-metodológica pautou-se na investigação de caráter histórico-sociológico, na qual propôs-se a identificação da trajetória de implantação de políticas públicas de preservação e desenvolvimento sócioeconômico e os conceitos associados à esses questões, sendo, portanto, importantes as reflexões proporcionadas por BELINKY & Mac DOWELL (1989), CAVALCANTI *et al.* (1995 e 1997), FERREIRA, Leila (1992) e FERREIRA, Lúcia (1995).

O discurso "anti-preservacionista", disseminado entre os moradores de Iporanga, a partir da década de 70, foi discutido e analisado, por meio dos depoimentos pessoais de representantes dos diversos setores sociais do município.

Os trabalhos relativos à pesquisa sobre História Oral, particularmente estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), que se utilizavam de depoimentos e relatos orais, e também os trabalhos que discutem a análise de documentos, foram de fundamental importância para a compreensão dos caminhos possíveis e das limitações impostas por esse percurso optado (DEMARTINI, 1992 e 1994; LANG, 1992; MEIHY, 1994 e 1996; PEREIRA DE QUEIROZ, 1983).

Também foram úteis, enquanto estive associado ao CERU, a participação em seus congressos científicos, a possibilidade de troca de idéias ou a realização de algum curso com seus membros.

Outro aspecto fundamental para a pesquisa foram as reflexões sobre a Teoria das Representações Sociais. Proposta, originalmente, por Serge MOSCOVICI em 1961, essa teoria resgata o antigo conceito de "representações coletivas" dos trabalhos de Durkheim, datados do final do século XIX e início do século XX. MOSCOVICI recupera as representações sociais como **"um conceito perdido"**, definindo-as da seguinte maneira:

> **"[...] são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados." (MOSCOVICI, 1978:41)**

De acordo com esse autor, verifica-se existir uma relação entre os aspectos conceptual e o perceptivo na construção das representações:

MONTEIRO (1986), NORONHA (1986), NUNES (1977), NUNES (1978), PIACENTINI (1985), RASIA

> **"[...] representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabele entre conceito e percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria impressões de 'realismo', de materialidade das abstrações, visto que podemos agir com elas, e de abstrações das materialidades, porquanto exprimem uma ordem precisa." (MOSCOVICI, 1978:58)**

Os trabalhos de MOSCOVICI geraram vários seguidores, inicialmente, na área de Psicologia Social, hoje envolvendo uma ampla gama de adeptos das mais diversas áreas de conhecimento. No Brasil vêm sendo desenvolvidos diversos estudos e reflexões teóricas sobre o assunto, por especialistas e interessados da área da pesquisa psicossocial. (JOVCHELOVITCH & GUARESCHI, 1994; MADEIRA, 1991; SÁ, 1996; SPINK, 1993a, 1993b e 1999)

A aplicação da teoria das Representações Sociais nas questões ambientais tem sido discutida por REIGOTA (1995). Essas leituras propiciaram o apoio necessário à definição das estratégias metodológicas.

Outra base conceitual da pesquisa foram os estudos sobre **Percepção Ambiental,** em cujas águas já havia navegado anteriormente (FIGUEIREDO, 1991a), tema que se encontra em plena expansão. A coletânea organizada por DEL RIO & OLIVEIRA (1996) traz importantes reflexões acerca do processo perceptivo:

> **"O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas. Quantas vezes as nossas ações sobre o meio ambiente, seja ele natural ou construído, geram conseqüências que ignorávamos por completo e que afetarão a qualidade de vida de várias gerações?" (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996: ix)**

À medida que assimilava esses conceitos e descobria novas formas de analisar as questões que estava propondo estudar, percebia que a pesquisa tomava outro rumo. Aflorava, assim, outro momento paralelo de pesquisa, que procurava, na estruturação de uma metodologia participativa, desvendar o pedagógico que permeava a pesquisa-militante e as suas inter-relações entre **nós** e **eles**, que paulatinamente foi se tornando em um trabalho de **ambos**.

Pretendia, ainda, que o produto do trabalho auxiliasse na reflexão e reelaboração de uma proposta de pesquisa e intervenção. Poderia, assim, fortalecer a continuidade das interações entre os atores sociais.

(1987) e a coletânea organizada por Zaluar-Guimarães (1990).

Para isso, foi necessário procurar uma fundamentação teórico-metodológica no trabalho de Michel THIOLLENT, em relação às estratégias da pesquisa-ação, já que havia: **"[...] uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada[...]"** (THIOLLENT, 1988: 16). Também, foi necessária uma leitura crítica das coletâneas sobre pesquisa participante, organizadas por Carlos Rodrigues BRANDÃO (1985a e 1986a).

Esse caminho foi o ponto de partida que abriu diversas portas para o estudo de políticas públicas e representações sociais para a proteção do patrimônio natural e cultural e as concepções de desenvolvimento.

Concomitantemente, com relação ao GESMAR, o propósito era redirecionar as atividades do Grupo quanto à uma proposta de educação espeleológica e desenvolvimento de estudos na linha da Ecologia Humana [31].

Assim, a aparente confusão, que aparece ao longo da trajetória da pesquisa, não é aparente! Esta "confusão" existiu durante boa parte do trabalho, até que os resultados das entrevistas, o contato com os agentes locais, as leituras realizadas, as reflexões proporcionadas, a disponibilidade de dados e o crescimento obtido nas inter-relações, forneceram matéria-prima para evidenciar ou reforçar a minha postura em cada momento, levando-me à restruturação do projeto de pesquisa e à um processo de **(re)educação** permanente.

3- OPÇÕES METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS

> ***"Não quero a isenção, a frieza e o sofrimento do cientista, quero sim o compromisso e a fidelidade dos dados e sua crítica*[...]"**
> (José Miguel RASIA, 1987)

Com a relação ao estilo de redação, optou-se por um texto mais solto, sem perder o rigor acadêmico, seguindo um tom ora poético, ora irônico, ora autocrítico, as vezes descritivo-analítico, outras vezes em tom de crônica. Foi escrito na primeira

[31] Utilizei como referencial os trabalhos de LIMA (1984) e MORÁN (1990), além dos dados obtidos em importantíssimas conversas com Eduardo Brondízio, em 1989, quando estávamos na SOS Mata Atlântica, abordando sobre a Ecologia Humana e a Etnoecologia. Naquele momento me empolgava bastante com as potencialidades científicas dessa área de pesquisa, e isto influenciou, sobretudo, as opções escolhidas quando da elaboração do projeto encaminhado ao IBAMA (FIGUEIREDO, 1990).

pessoa do singular, embora, também, tenha utilizado um modo mais impessoal ou, ainda, a primeira pessoa do plural, quando indicava uma reflexão ou ação coletiva. As leituras de ALVES (1999), BRANDÃO (1979, 1982 e 1984), CALDEIRA (1982), CANDIDO (1987), LHOTTE (1978), MIRANDA (1987), RASIA (1987), ROSA (1991) SORRENTINO (1988), ZALUAR (1985), estimularam-me à seguir por esse rumo.

Identifiquei-me, ainda, com a linha da Ego-História que, apesar de ser uma novidade para mim, mostrava as afinidades entre o meu trabalho e as pontuações feitas sobre o assunto, por Pierre Nora e outros, e analisadas por FAZENDA (1991).

Os elementos que consubstanciaram esta investigação, permitiram adentrar no íntimo da pesquisa e destacar os novos caminhos optados para o trabalho.

Portanto, afora a escolha intencional e militante por este estudo de caso em Iporanga, uma das maiores justificativas desta escolha, foi que, este município é um dos mais preservados do estado de São Paulo, por outro lado é um dos municípios de mais baixo índice demográfico e mais pobre da região e do estado; onde disseminava, entre a população, um discurso avesso à preservação do meio ambiente, uma descrença na atuação do Estado quanto à defesa do patrimônio histórico-cultural e às propostas de alternativas para o desenvolvimento da região.

A princípio, havia delimitado para o estudo apenas o Bairro da Serra, em virtude de ser o lugar que tinha maior familiaridade e interesse direto, por sua proximidade com o PETAR; no entanto, conforme descrito, o trabalho se voltou para uma reflexão mais geral do município e, particularmente, para as práticas sociais dos atores e suas relações com a questão da preservação e do desenvolvimento. O que era pano-de-fundo acabou se transformando no eixo principal da pesquisa, em virtude da amplitude dessa tarefa e da relevância do tema.

Procurei dados sobre a visão dos moradores quanto à implantação do PETAR e sobre o tombamento do Núcleo Urbano da cidade, tanto na sede do município quanto em alguns bairros rurais[32], sendo que estes foram selecionados

[32] Utilizarei aqui a noção difundida de que o bairro se caracteriza por um "sentimento de localidade" existente entre seus moradores, entretanto, não me aterei em discussões sobre se o uso é o mais adequado. Alguns trabalhos que versam sobre o assunto e que forneceram reflexões foram: CANDIDO (1987), LINO (1980), PEREIRA DE QUEIROZ (1973) e SETTI(1985).

intencionalmente por estarem ligados diretamente à essa problemática escolhida para este estudo. Contudo, a maior parte dos dados obtive na própria sede municipal, inclusive os dados sobre a situação dos outros bairros, entre eles:

- **Bairro da Serra**- Por ser o maior bairro rural de Iporanga e um dos mais antigos, além de ser limítrofe às divisas do PETAR e próximo do Núcleo Santana, que possui a maior visitação turística. Apresenta uma **"aglomeração central, mas com predominância da dispersão construtiva no entorno desta"** e ao longo do Vale do Rio Betari (LINO, 1978a: 70). Além disso, o bairro esteve sujeito a vários problemas fundiários, sendo sua atividade econômica principal é a agricultura de subsistência, alguns moradores são funcionários da Secretaria do Meio Ambiente ou da Prefeitura Municipal de Iporanga, trabalhando no Parque ou outras atividades públicas, poucos continuam ainda envolvidos com a atividade minerária. Por estarem envoltos por cavernas e Mata Atlântica em estado primitivo, tem sofrido uma grande influência do turismo "ecológico", que tem crescido muito nas duas últimas décadas, como pude observar diretamente.
- **Bairro Camargos (ou Ribeirão) e Bairro Taluá**- Núcleos rurais ligados à atividade agropecuária, no passado, eram mais desenvolvidos. Boa parte das terras estão dentro da área do Parque ou de restrição, por causa da alta declividade dos terrenos, ou também das áreas de proteção aos mananciais, gerando inúmeros conflitos fundiários. Havia intensa atividade de grileiros de terras, acelerando o processo de esvaziamento da população local.
- **Fundão**- Bairro urbano pobre, tipo periferia da cidade, sem condições adequadas de higiene e com vários problemas com saneamento básico; conhecido como a "favela" de Iporanga, teve sua origem recente, formado por migrantes da Zona Rural. São, na sua maioria, trabalhadores do corte de palmito. Nesse local, as famílias desses palmiteiros ficam mais seguras e mais próximas dos aparelhamentos públicos, tais como: posto de saúde, escola e comércio. Não cheguei a entrevistar nenhum morador, por falta de tempo, entretanto, fiz um reconhecimento da sua situação geral e obtive dados com pessoas que conheciam bem os seus problemas.

Os métodos, as formas de obtenção dos dados e as fontes de informação discuto a seguir, de modo a esclarecer a trajetória da pesquisa.

- **Trabalhos de Campo**

As atividades de campo objetivaram manter uma espécie de contato permanente com Iporanga, quando, então, podia obter os depoimentos de moradores, realizar levantamentos documentais e fotográficos, mapear a atuação dos atores sociais em estudo, participar de reuniões dos grupos locais, além de poder participar do planejamento e concretização de ações conjuntas. Estes trabalhos foram realizados de duas maneiras:

1- **curtas permanências** (de 2 a 5 dias de duração): jun. 89, out. 89, nov. 89, dez. 89, mar. 90, abr. 90, jun. 90, out. 90, nov. 90, fev. 91, mar. 91 (apenas participaram os auxiliares de pesquisa), maio 91, jun. 91, jul. 91, ago. 91, set. 91, nov. 91, dez. 91, jan. 92, jun. 92 e jul. 92.

2- **longas permanências** (de uma semana à dois meses, sempre nas minhas folgas ou férias escolares): jan. a fev. 90, jul. 90, set. 90 (vários dias intercalados), e de dez. 90 a jan. 91.

Os meses em que a permanência em campo foi muito curta, procurei obter informações através de contatos telefônicos com membros do SOS IPORANGA.

? **Fontes Documentais**

A análise documental concentrou-se nos relatórios das ações do governo estadual, tendo como eixos principais o **processo de tombamento de Iporanga** e o dossiê do Grupo de Trabalho sobre o PETAR do Centro Interdisciplinar de Pesquisas (CENIN), **Dossiê PETAR**. Também, foram utilizados os registros do que foi veiculado pela imprensa, principalmente, para o período que vai de meados da década de 50 até o início do período de gestão democrática (1983/85). Utilizou-se como referencial teórico para o trabalho com documentos o artigo de LANG (1992).

No município de Iporanga, os documentos foram obtidos: na Biblioteca Municipal, na Prefeitura, na Câmara Municipal, na Escola Pública e principalmente nos acervos particulares dos munícipes. Também foram obtidos dados com grupos de espeleologia ou pessoas ligadas ao assunto. O material coletado constou de correspondências, relatórios, informativos locais, poesias, panfletos, cartazes, mapas, biografias, boletins, crônicas e coletâneas da cultura regional.

Ao longo do trabalho coletei informações, documentos e/ou referências bibliográficas no próprio VR e na Região Metropolitana de São Paulo. Desse modo, além do meu acervo particular, que possuía diversos documentos, foram obtidos dados nas bibliotecas, acervos ou setores das seguintes instituições:

- **Biblioteca Municipal de Iguape;**
- **Biblioteca Municipal de Eldorado;**
- **Biblioteca da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;**
- **Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL);**
- **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT);**
- **Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE);**
- **Fundação SEADE;**
- **Fundação SOS Mata Atlântica;**
- **Grupo de Estudo Ambientais da Serra do Mar (GESMAR);**
- **Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IF);**
- **Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado (IGC);**

- **Instituto Geológico do Estado de São Paulo (IG);**
- **Museu Paulista;**
- **Prefeitura Municipal de Iporanga;**
- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA-SP);**
- **Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE);**
- **UNICAMP: Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM);**
- **USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas(FFLCH), Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) e Faculdade de Direito.**

As fontes jornalísticas utilizadas propiciaram a montagem de uma **Hemeroteca** sobre o VR (APÊNDICE I). Procurou-se localizar na imprensa regional, estadual e nacional, fatos que destacavam o município de Iporanga ou o Alto Ribeira. Apesar do acervo ser maior, utilizei apenas uma parte do material relativo ao período de 1956 a 1990. O trabalho de RAMOS (1994) subsidiou a análise do conteúdo das notícias de jornais, mesmo que tenha trabalhado pouco com dados quantitativos.

A documentação foi xerocopiada ou obtidas triplicatas, por meio dedoação. Esses documentos eram devidamente organizados em pastas conforme o tipo de material e de assunto: *Notícias de Jornais e Revistas, Documentos Oficiais Relativos ao Processo de Tombamento da Cidade e à implantação do PETAR, Documentos Pessoais dos Informantes.*

Esses dados não foram colhidos sistematicamente, mas, sim devido à sua disponibilidade, à oportunidade e à possibilidade de acesso, mesmo assim, foram obtidos inúmeros materiais. Os documentos foram organizados, descrevendo as informações gerais, resumo dos dados e algumas anotações úteis para a pesquisa, conforme **Ficha de Catalogação de Documentos**. (APÊNDICE II)

Após colocados em ordem cronológica, procurou-se fatos e momentos importantes, visando decifrar as questões levantadas e subsidiar a análise acerca do contexto histórico-social em que se desenvolveu a problemática em estudo. As informações foram registradas, fielmente, no português da época em foram escritas.

- **Observação Participante e o Diário de Pesquisa**

A utilização da observação participante como método de trabalho foi de extrema importância, a fim de evitar a formação de um quadro anômalo ou destoante

do contexto geral do município, principalmente, quanto à definição do universo da pesquisa e para a seleção dos entrevistados.

Buscava-se, com esse método, conseguir apreender a realidade, e com relação ao trabalho de campo tinha o intuito de captar a essência das inter-relações que ocorriam no palco em que atuavam os atores sociais.

O trabalho de observação e a participação direta na problemática iporanguense foram elementos fundamentais para a compreensão da realidade, além disso, a atuação conjunta com grupos locais facilitou a penetração nos bastidores, nas entrelinhas, nos segmentos mais fechados da população e principalmente na construção da empatia, isto tudo forneceu subsídios para a decodificação dos acontecimentos.

Estas observações foram sendo registradas em vários cadernos de campo que constituíram o **diário de pesquisa**, no qual eram anotados dados das entrevistas, resumos de contatos informais, atividades pendentes, momentos importantes, memória de reuniões, encaminhamentos, planejamento de atividades, e principalmente as observações pessoais e interpretações dos fatos registrados.

Os dados eram sistematicamente anotados por mim no diário, ou quando da minha impossibilidade, e sempre que possível, pelos membros da equipe de apoio à pesquisa, ligados ao GESMAR.

O diário de pesquisa era um companheiro inseparável, sendo muitas vezes acompanhado pelo gravador e o equipamento fotográfico. Toda informação, qualquer fato por mais despretensioso que parecesse, era anotado, procurando assim, captar ao máximo questões sobre o cenário da pesquisa. (FOTO 7)

Não se desprezou nem as próprias anotações em agendas ou dispersas em folhas avulsas, que continham informações muitas vezes preciosas e elucidativas. Inclusive os contatos telefônicos foram registrados, cujas anotações foram demasiadamente importantes, já que criaram momentos de iluminação de pontos que estavam bastante obscuros com relação à realidade local, além de garantir informações, mesmo quando a nossa distância era muito grande.

Após uma releitura do material coletado, destacou-se os fatos principais, cuja análise sistemática propiciou a reconstrução do temas enfocados na pesquisa. Estes dados tiveram grande relevância, demonstrada nas passagens que clareavam as reflexões pessoais, os momentos bons e ruins, os desabafos dos membros dos grupos, as posturas assumidas, as divergências, entre outras coisas.

Se a princípio, minha insistência em obter dados era traduzida em descrédito, minha caderneta e gravador em intrusos, com o passar do tempo, ao chegar ao íntimo da realidade estudada, e participar dela, acabou marcando a obtenção da confiança.

Retribuí esse avanço permitido, assessorando os movimentos locais, ajudando a organizar e planejar eventos, ajudando a fazer "***pressadas***" (bolo típico da região, tipo brevidade) para arrecadar fundos, elaborando e ministrando cursos, auxiliando na organização do Centro Histórico e Turístico de Iporanga, aproveitando as horas de lazer em companhia do iporanguenses, devolvendo dados para facilitar reflexões e aprendizagens, participando de reuniões, registrando aspectos da cultura iporanguense, favorecendo o elo de ligação com órgãos oficiais de proteção ambiental, buscando recursos para projetos locais.

Enfim, participei do processo trocando informações, sendo ouvido e, muito mais, ouvindo a voz dos atores; dando palpites, mas, sempre refletindo sobre as críticas, a fim de remodelar as minhas ações e permitir uma autocrítica.

Devo ressaltar que a participação de uma equipe de apoio à pesquisa, voluntários do GESMAR, foi de fundamental importância em todas as fases deste trabalho, muitos deles acabaram constituindo, posteriormente, a **Equipe de Educação Ambiental** do Grupo.

? A escolha dos Informantes e os depoimentos[33]

As entrevistas forneceram elementos para a análise da temática em foco. Eram depoimentos orais, fragmentos de histórias de vida sem roteiro pré-definido; no

[33] A base teórica dessas técnicas foram: DEMARTINI (1994), HAGUETTE (1987), KOSMINSKY(1986), LANG (1992), MEIHY (1994 e 1996), PEREIRA DE QUEIROZ (1983), VON SIMSON (1988).

entanto, algumas indagações foram feitas, sempre que possível, a fim de dirigir à questões de interesse, tais como: ***percepção para a problemática do município, Iporanga ontem e hoje, opiniões sobre a preservação do patrimônio histórico, concepção de natureza, agricultura de subsistência e extrativismo, atuação da Polícia Florestal, relação com o Parque, e alternativas para o desenvolvimento do município*****.**

Os depoimentos pessoais foram coletados no período de 1989/92. Permeando esse momento, iremos destacar algumas reflexões relativas ao período de 1979 a 1992, quando ocorreram grandes conflitos entre os atores sociais.

Todos os depoimentos foram gravados, ao longo do trabalho de campo. O acervo produzido ultrapassa 50 horas e em torno de 50 informantes, dos quais 34 são oriundos de diferentes segmentos sociais, ligados diretamente à problemática do município de Iporanga (QUADRO 2.1). O restante do material é relativo à entrevistas informais com visitantes do PETAR, que estavam realizando estudos ou atividades de lazer, sendo, esses dados, pouco utilizados para essa pesquisa.

Procurei, entre os informantes do município, analisar a postura e o discurso relativo à questão da preservação e desenvolvimento (FOTO 8 e 9). Em relação aos membros dos grupos, envolvidos na pesquisa, obtive subsídios para a reflexão do trabalho participativo e de intervenção, além de ser a fonte de dados para o estudo do fenômeno pedagógico que transcorreu.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir do contexto proposto para esse trabalho e, mesmo com as devidas restrições e cautelas, baseado na **"[...]experiência acumulada pelo próprio investigador[...]"** (FERNANDES, 1960: 256).

Assim, o meu processo de incorporação ao fenômeno em estudo e minha condição de membro-honorário do Movimento SOS IPORANGA, facilitou a construção de um quadro de amostra intencional contínua, no qual os dados obtidos em uma entrevista, mais os dados da observação participante, forneciam subsídios para a escolha de novos informantes.

QUADRO 2.1
CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS

N	Características / Entrevistados	Idade Relativa em 1992	Local de Moradia	Atividades de Referência	Data da Entrevista	Duração d Entrevist (h) (apro
1	Antonio C.	32	Sede	palmiteiro/comerciante	31/01/1990	3,5
2	Benjamim	90	Sede/Itapetininga-SP	mestre da Banda/ex-prefeito	06/01/1990 e 09/01/1990	4
3	Creuza	21	Sede/Vl. São José	empregada doméstica	27/11/1989	0,5
4	Edivaldo	32	Sede	escriturário-UBS/SOS Iporanga	24/01/1990	1,5
5	Eny	s/inf.	Sede	diretora da Escola do B. Serra	10/09/1991	0,5
6	Ernesta	82	Sede	lavradora/aposentada	27/11/1989	1
7	Jamil	59	Sede	membro da Congr. Cristã	27/11/1989	0,5
8	João M.	79	Sede	membro da Banda/sineiro/juiz de paz	25/01/1991	0,5
9	Luiz	57	Sede	Político PMDB/Fundador do SAMI/SOS Iporanga	11 e 12/01/1990 e 18/01/1991	5
10	Nilton	26	Sede	artesão/EGAI/SOS Iporanga	30/06/1990	4
11	Sônia	32	Sede	oficial do cartório/SOS Iporanga	24/01/1991	2,5
12	Tânia	31	Sede	prof[a]. P-I no Bairro da Serra/SOS Iporanga	03/02/1990	1
13	Valdecir	21	Sede/B. Camargos	Auxilia o pai em ativ. agropecuária/pres.EGAI	24/01/1991	3
14	Willy	59	Sede	político PMDB (vereador)	02/02/1990	3
15	Benedito	72	B. Camargos	lavrador	30/01/1990	0,5
16	João R.	60	B. Camargos	lavrador	30/01/1990	0,5
17	Lucília	s/inf.	B. Camargos	lavradora	30/01/1990	0,5
18	Maria	76	B. Camargos	lavradora	30/01/1990	0,5
19	Vandir S.	64	B. Camargos	pequeno agropecuarista/ex-caminhoneiro	30/01/1990	1
20	Aparecido	47	B. Taluá	lavrador	30/01/1990	0,5
21	José S.	40	B. Taluá	lavrador	01/03/1990	0,5
22	Antonio R.	39	B. Serra	funcionário do PETAR	26/11/1989	0,5
23	Arabelo	55	B. Serra	artesão/lavrador	26/11/1989	0,5
24	Gonçalo	72	B. Serra	lavrador/ex-caçador/aposentado	26/11/1989	1
25	Jurandir	30	B. Serra	caseiro/monitor ambiental	26/11/1989	0,5
26	Manoel	83	B. Serra	lavrador/ex-palmiteiro/aposentado/ex-vereador	22/01/1991	1
27	Otília	40	B. Serra	comerciante	26/11/1989	0,5
28	Vandir A.	51	B. Serra	funcionário do PETAR/dono de pousada	24/02/1991	1
29	Juventina	59	B. Parado	lavradora	05/11/1990	0,5
30	Clayton	39	São Paulo-SP	ambientalista/SOS Mata Atlântica/SMA-SP Diretor da Reserva da Biosfera da Mata Atl.	21/02/1990 21/01/1992	2 1
31	Joaquim	34	São Paulo-SP	coordenador da equipe do PETAR/SMA-SP	20/05/1991	1,5
32	José Epitácio	73	São Paulo-SP	ex-diretor do Museu Geológico/IG	11/01/1992	3,5
33	José F.	40	Piedade-SP	músico	02/05/1990	1
34	Pedro	73	São Paulo-SP	ex-diretor do Museu Geológico/IG	07/11/1991	2

Baseado na audição das fitas gravadas e nos registros do diário de pesquisa, pôde-se preencher as **Fichas de Entrevistas**, elaboradas para cadastrar os informantes e organizar o material recolhido. Essas fichas continham características do entrevistado, resumo da entrevista, situação de realização das entrevistas, além de observações para a análise posterior (APÊNDICE III).

As transcrições dos depoimentos foram sendo realizadas por mim e pelos auxiliares de pesquisa, no entanto, em virtude do volume de material coletado, que extrapolavam o âmbito do trabalho acadêmico, e da escassez de tempo, foram selecionados aqueles depoimentos principais, procurando os informantes que tinham opiniões típicas, cujas características e contribuições estavam diretamente ligadas aos objetivos da pesquisa. O restante do material viria a constituir um acervo para a continuidade em trabalhos futuros. Tal como SETTI (1982 e 1985) procurou-se preservar ao máximo os discursos como eles foram feitos, além dos traços do linguajar típico ou, mesmo, a diversidade dos estilos fonéticos.

? **Mapa dos Atores Sociais**

Com base nos dados obtidos pelas diferentes técnicas utilizadas, pôde-se construir um mapa dos atores sociais, localizados no universo histórico-social da pesquisa e que, por suas atitudes e ações, participavam do campo de relações sociais, direta ou indiretamente, ligados à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento do município de Iporanga. Estes dados forneceram material para a construção das teias de interações entre esses atores.

Não pretendi adentrar-me numa análise de categorias para os agentes, entretanto, sofri influências das leituras de BRANDÃO (1982,1984 e 1985b) e PIACENTINI (1985), sobre a questão educação popular. Nesses trabalhos apresentavam uma proposta de classificação das diferentes instituições ou agências educativas, à qual faço um paralelo com os agentes de educação ambiental, ligados aos temas que estou aprofundando e à definição do universo da pesquisa.

Apesar de existirem divergências e conflitos intrínsecos às próprias agências destacadas para este estudo, considero, exclusivamente para fins de análise, os seguintes personagens, conforme o QUADRO 2.2.

QUADRO 2.2- Classificação dos atores sociais de acordo com a origem, externa ou interna, no cotidiano de Iporanga.

Agentes EXTERNOS		**Agentes INTERNOS**	
OFICIAIS	VOLUNTÁRIOS	ORGANIZAÇÕES LOCAIS DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL	SISTEMAS TRADICIONAIS DE CULTURA REGIONAL
técnicos do Estado, (Secretaria da cultura, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente); pesquisadores (Universidades e Institutos de Pesquisa),	Agências de Educação Popular, pesquisadores-militantes, técnicos engajados, ambientalistas, SBE e Grupos de Espeleologia	SAMI, TUCAC, FARAÓS	lavradores, artesãos, caçadores, palmiteiros, políticos locais, grupos de igrejas, comerciantes, festeiros e etc.
EQUIPE DO PETAR E DO CONDEPHAAT	**GESMAR**	**SOS IPORANGA e EGAI**	**SEGMENTOS SOCIAIS**
? _____**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE OS ATORES SOCIAIS**_____?			
O FENÔMENO PEDAGÓGICO INSTAURADO			

(Fontes: BRANDÃO, 1982, 1984 e PIACENTINI, 1985, adaptado por mim em 1991)

Agentes Externos: são os agentes de mediação, oriundos do movimento ambientalista, ligados aos órgãos oficiais de proteção ambiental ou aos grupos de voluntários, no caso os agentes ligados ao PETAR e ao CONDEPHAAT, e membros do GESMAR.

Agentes Internos: são aqueles cujo poder de decisão se encontra no próprio município, sejam pertencentes às classes populares ou à classe média local, formados por intelectuais orgânicos ou por pessoas do próprio lugar que participam de sistemas agenciadores externos. Enfocarei na pesquisa os atores associados ao SOS IPORANGA, ao EGAI e aos sistemas tradicionais da cultura local: lavradores, palmiteiros, religiosos, políticos, e demais segmentos. Utilizarei alguns de seus depoimentos para interpretar os conflitos ocorridos e a origem do discurso contrário à preservação, além de julgar a sua influência no processo de articulações dos vários agentes.

? Registros Coletivos

Realizei depoimentos coletivos, registrados em memórias de reuniões, escritas, anotadas no diário de pesquisa ou livros de atas, e/ou gravadas.

O acervo montado consta de mais de 40 horas de fitas gravadas, equivalentes a 25 reuniões, de um total de 68, que foram documentadas no diário de pesquisa. Esses registros são referentes a reuniões do SOS IPORANGA, EGAI, GESMAR (gerais e da Equipe de educação Ambiental), e reuniões conjuntas (articulações, ações coletivas, etc.) e outros tipos de reuniões que ocorreram (informais, assuntos correlatos, etc.).

Esses registros foram realizados no período de novembro de 1989 à setembro de 1991, apesar de também utilizar registros anteriores à esses, que já existiam antes do início do trabalho de campo, como é o caso de fita gravada por Clayton Lino, em setembro de 1979, na época do processo de tombamento, gentilmente cedida para constar como material de análise desta dissertação.

Estes dados foram registrados em uma ficha de informações sobre as **Memórias de Reuniões** (APÊNDICE IV), na qual anotava: dados gerais da reunião, participantes, período de realização, pauta, resumo do conteúdo e outras informações. Nessa ficha fiz uma série de interpretações pessoais que subsidiaram a análise posterior desta fonte de dados. Utilizei, nesta pesquisa, poucos dados dessa fonte de informações.

? **Levantamento Fotográfico**

Este momento do trabalho de campo foi realizado, mais sistematicamente, por mim e por outro integrante do GESMAR, Renê de Souza, que havia feito um curso profissionalizante de fotografia.

Assim conseguimos organizar, durante o período das atividades de campo (1989/95), um acervo de mais de 600 fotos, acrescido de fotos anteriormente realizadas, inclusive, por outros membros do Grupo.

Essas fotos subsidiaram as interpretações do trabalho de pesquisa, também, foi possível, por meio desse material, realizarmos uma Exposição Fotográfica, em julho de 1990, durante a festa da padroeira da cidade (Sant'Anna), quando os

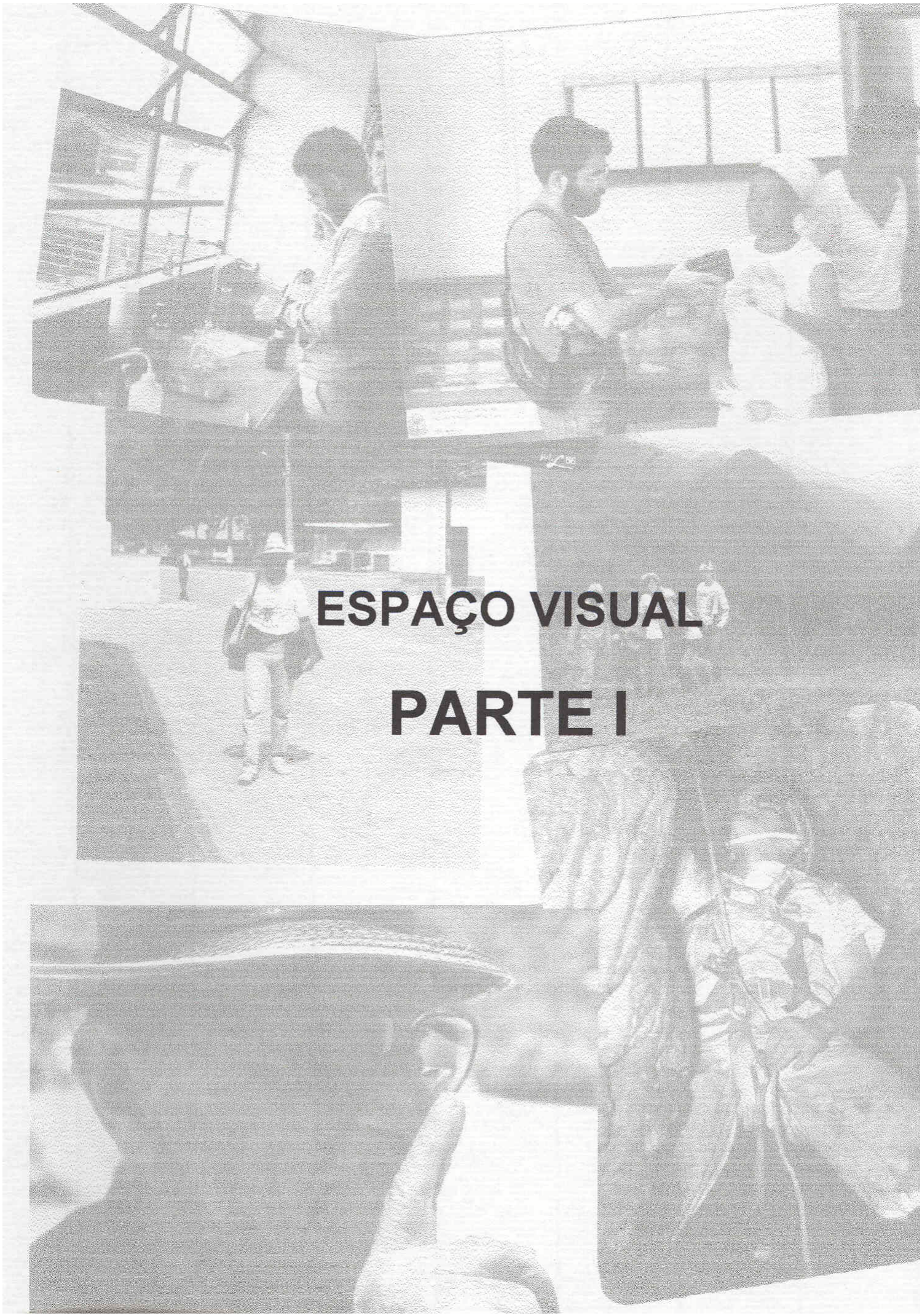
moradores poderiam solicitar cópias a preço de custo, nada mais justo já que havíamos "invadido" tanto a privacidade desses iporanguenses [34].

Na dissertação o material fotográfico e as ilustrações selecionados, por assunto, entraram em seções no final de cada parte do trabalho, recebendo a denominação de **Espaço Visual**.

Não foi meu objetivo realizar um estudo de Antropologia Visual [35], apesar da disponibilidade de materiais, pois, esse não era o âmbito do trabalho, no entanto, a leitura das imagens fotográficas auxiliou no processo de captação do contexto em que desenrolava a pesquisa, além de permitir uma melhor compreensão do texto.

[34] Este material posteriormente foi doado para o acervo do Centro Histórico e Turístico de Iporanga, constituindo uma exposição permanente.

[35] Sobre a questão da Antropologia Visual sugere-se, como referencial, o trabalho de COLLIER Jr. (1973).



ESPAÇO VISUAL

PARTE I

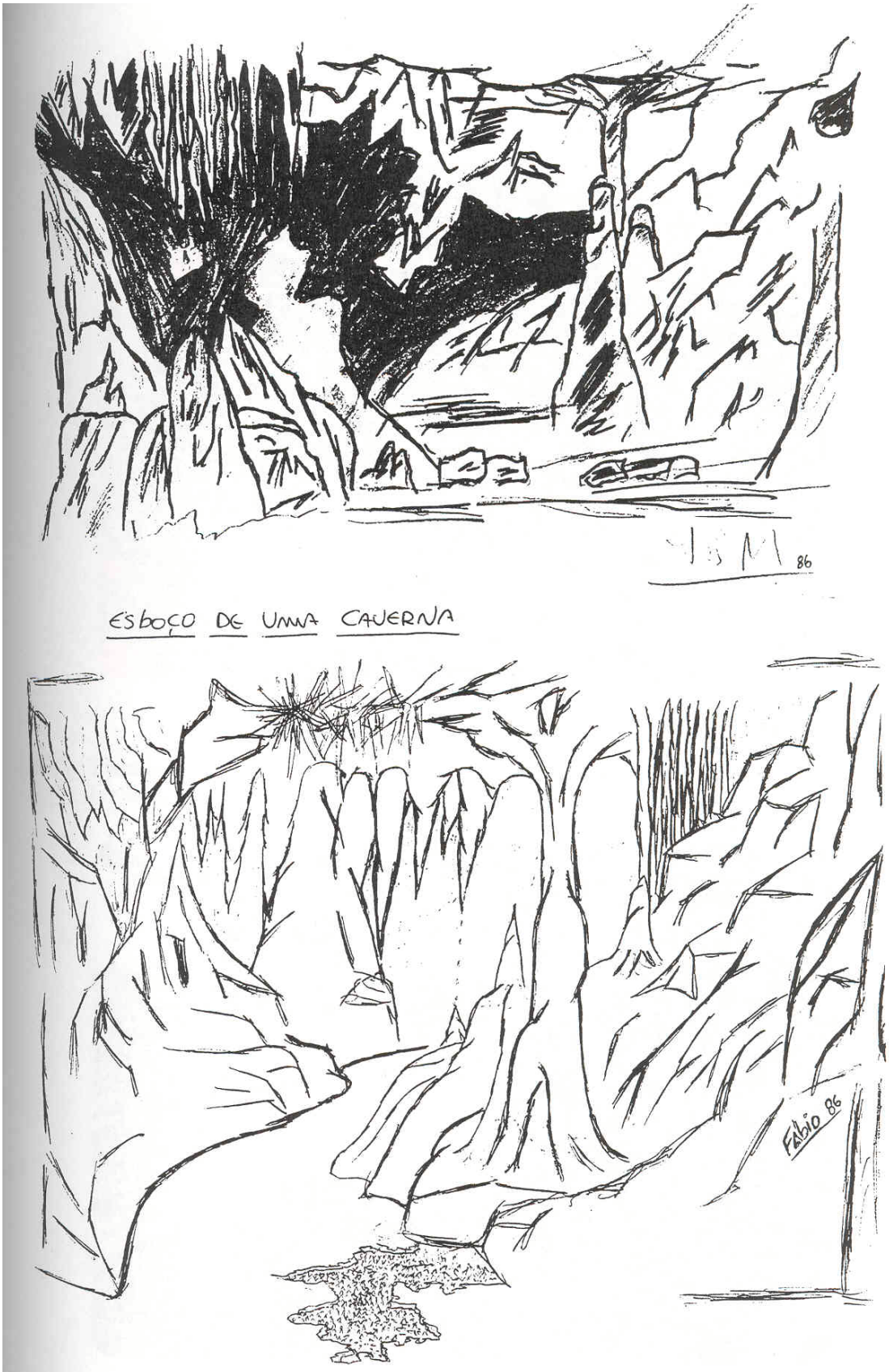


FIG. 1- Ilustrações elaboradas por alunos do Projeto Noturno (ARCHI), relativas ao Estudo de Campo, realizado nas cavernas do Alto Ribeira. (out.1986)

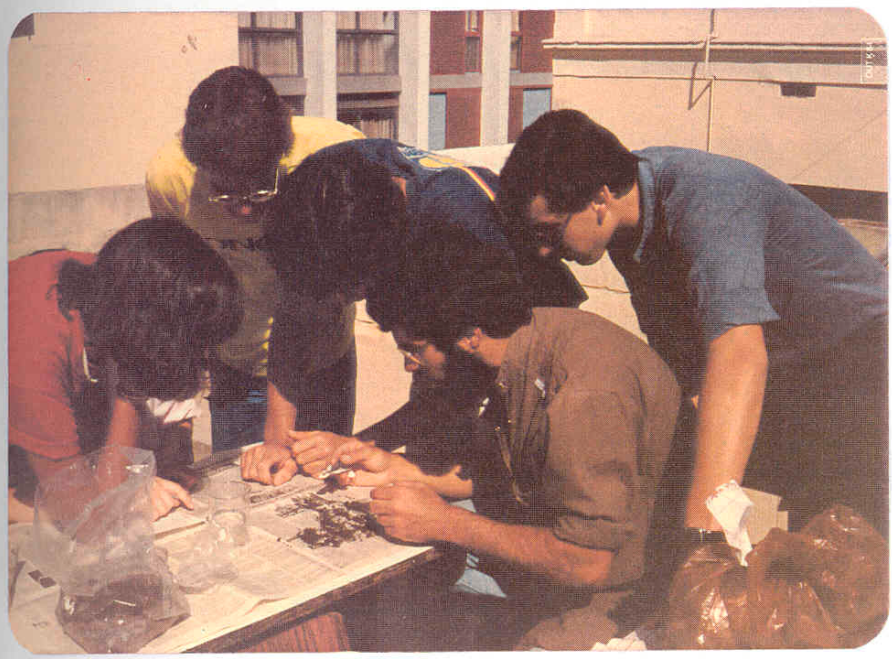


FOTO 1- Análise de solo, coletado em Estudo de Campo, no Pico do Jaraguá. Alunos do 1°. colegial da Escola Vocacional "Luís Antonio Machado". (ANÔNIMO, 1984)



FOTO 2- Análise de amostras de água do mar, coletadas em Estudo de Campo na região de Iguape, litoral sul. Alunos 3°. colegial da EEPSG" Prof. Architiclino Santos". (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, 1986)



FOTO 3- Atividade de Campo do GESMAR. Trilha que vai de São José do Barreiro (SP) à Mambucaba (RJ), atravessando o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Extenuantes, mas compensadores, 97 quilômetros de caminhada. (ZÉLIO AUGUSTO V. FIGUEIREDO, fev.1985)



FOTO 4- "Maratona do Lixo", evento realizado em Paranapiacaba (Santo André-SP). Atividade conjunta GAV/SOS Mata Atlântica- GESMAR- GIBS-PMSA (ANÔNIMO, mar.1990)



FOTO 5- Grupo de Vivência em atividade no Museu Geológico, ao centro Pedro Comério, responsável pelo Museu. Primórdios do GESMAR (ANÔNIMO, 1984)

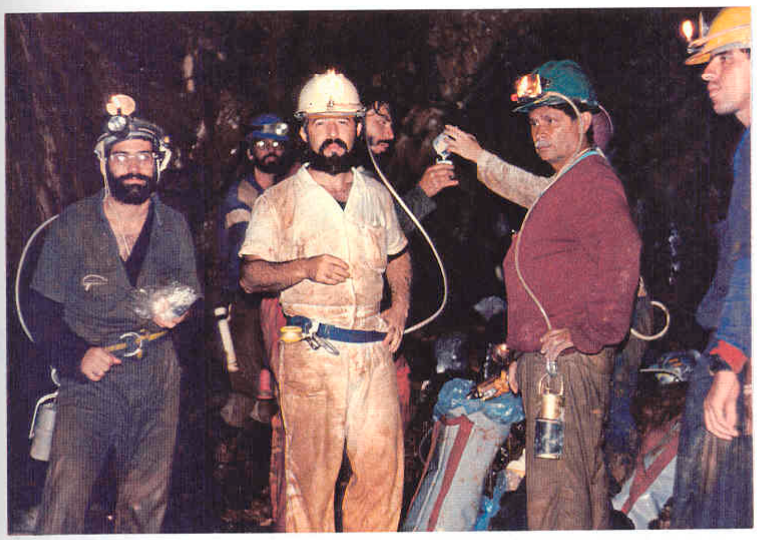


FOTO 6- Prospecção espeleológica e coleta de lixo durante a 1°. expedição do Projeto Caverna do Diabo. Em 1°. plano, o autor, Clayton Lino e Vandir de Andrade. (ANÔNIMO, 1990)

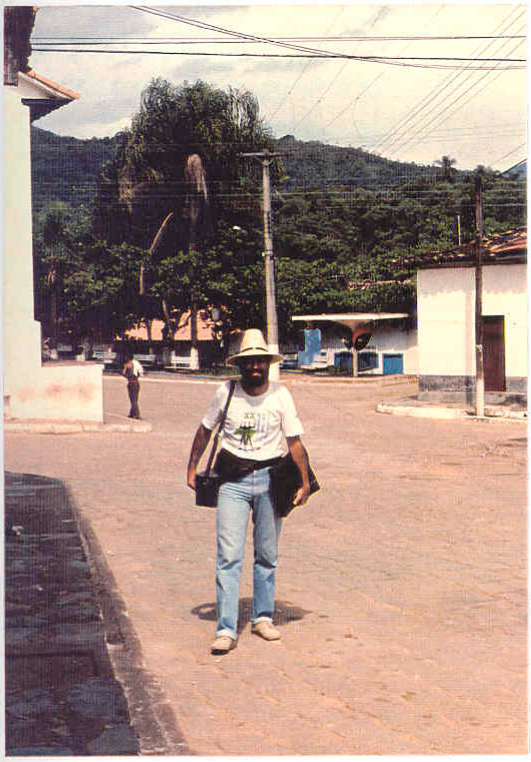


FOTO 7- O pesquisador e suas "tralhas" (ANÔNIMO, jan.1990)

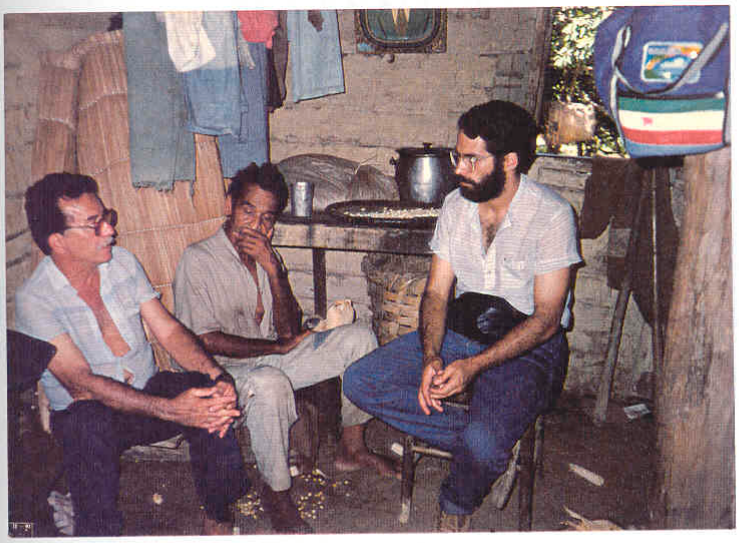
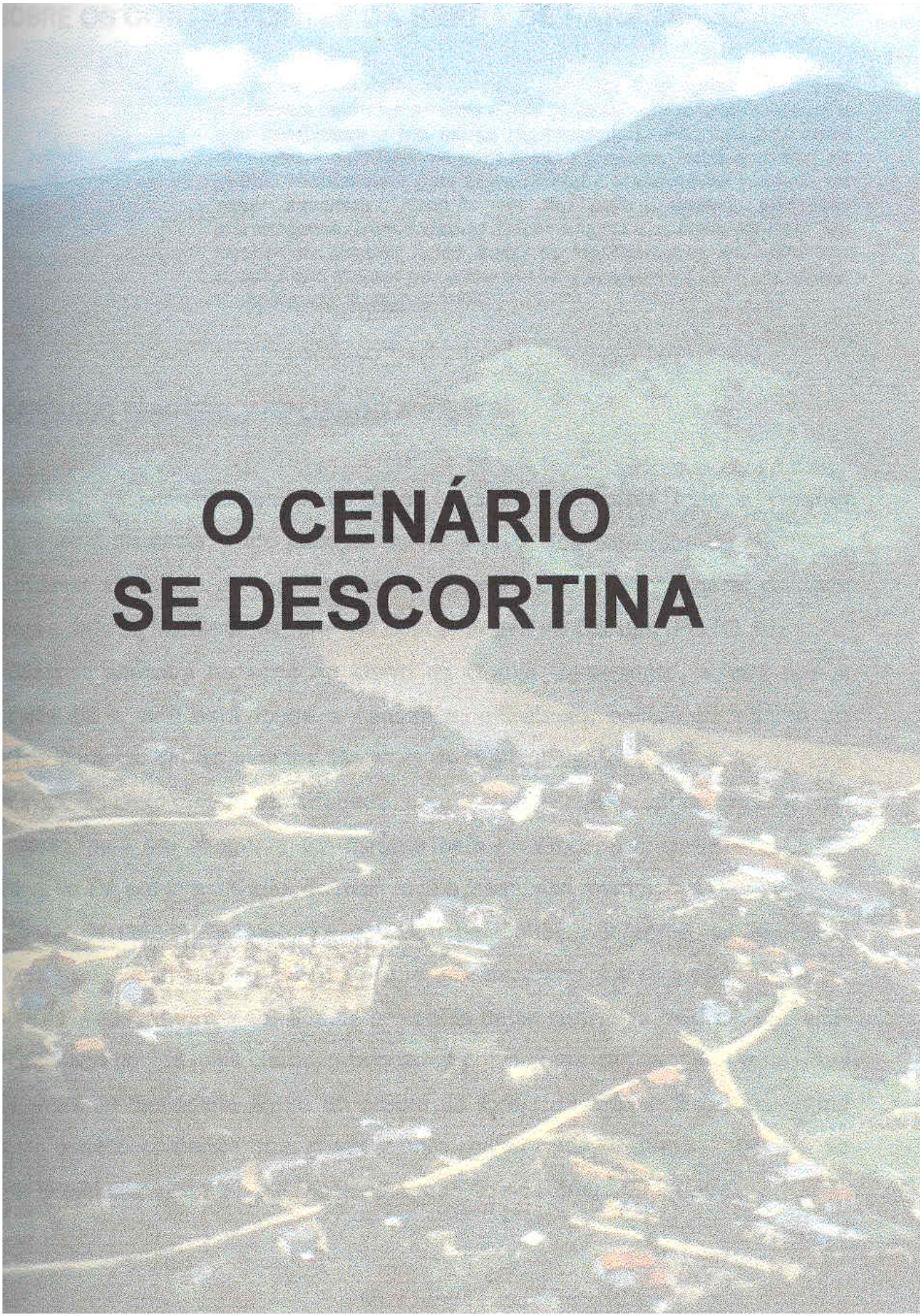


FOTO 8- Entrevista com seu João R., Bairro Camargos. Presença do presidente da Câmara dos Vereadores, Willy W. Nestlehner. (ANÔNIMO, jan.1990)



FOTO 9- Entrevista com Dona Juventina, moradora da zona rural, multada pela Polícia Florestal, no momento em que procurava assessoria jurídica na prefeitura. (ANÔNIMO, nov. 1990)



O CENÁRIO SE DESCORTINA

CAPÍTULO III

SOBRE OS CONTRAFORTES DA SERRA DE PARANAPIACABA

> **[...]** ***E levaram milhões de anos/ para que tuas águas cristalinas/ pudessem falar dos aromas e das belezas/ que te acompanham e que completam a tua marca registrada.*****[...],/** ***Percorre por entre montanhas calcáreas/serpenteando paredões, vales e torres de pedra,/ responsável pela inesquecível e inesgotável/ vontade de achar cavernas./ Recolhe em teu bojo inúmeros afluentes subterrâneos,/ relembrando nossa alegria em refrescar-nos/ em riachos de límpida Água Suja,/ ou no Roncador encontro das águas,/ que fluíram por entre trevas e sussurros.*****[...]//** (Luiz Afonso V. Figueiredo: Bethary? ,1988)

3.1- CAPTANDO IMAGENS, AMPLIANDO A VISÃO

Procurei, inicialmente, um lugar onde pudesse visualizar todo o cenário iporanguense à distância, onde pudesse sentir a brisa dos caminhos da pesquisa, onde pudesse identificar as características regionais e o contexto geral daquela realidade e, logo de imediato, deparei-me com o **Morro da Coruja**. (FOTO 10)

Quem se encontra no sopé do Morro da Coruja, certamente, achará que a caminhada até o topo será longa e cansativa, entretanto, saindo do campo de futebol de Iporanga, quinze minutos são mais do que suficientes para percorrer uma ampla trilha, um tanto quanto abandonada, com mato crescido e vários trechos com forte erosão, para daí chegar a um mirante bem próximo do cruzeiro e da torre repetidora de TV; ponto mais alto, de mais fácil acesso, nas imediações da cidade.

Apesar da respiração ofegante causada pela subida íngreme, as atenções voltam-se imediatamente para o cenário que se descortina. Lá embaixo, a cidade, cúmplice da história do Vale do Ribeira, protegida pelas serras do entorno, destaca-se pelos poucos pontos mais claros, provocados pelas cores das casas aí existentes e pela alvura da destacada figura do prédio da Igreja da Matriz. Esse panorama forma um perfeito contraste com o verdejante painel natural, que se observa ao redor da localidade, e com as pardacentas águas do rio Ribeira de Iguape.

Em Iporanga predomina um relevo apresentando alta declividade das encostas. Sendo assim, a maioria dos agrupamentos humanos ocupam áreas mais baixas, nos fundos de vale; para se ter uma idéia, a Sede Municipal se encontra a uma altitude de apenas 80 m acima do nível do mar, em um ponto onde o Ribeirão Iporanga deságua no rio Ribeira.

A pacata cidade possui um centro histórico, localizado na Praça Luiz Nestlehner (Praça da Matriz), onde ainda pode ser observado o padrão arquitetônico do início do século XIX, que conseguiu resistir às agruras do tempo. Para esse ponto, na parte mais baixa e central da cidade, convergem a maioria das ruas; são elas ladeiras e algumas avenidas planas que em poucos minutos nos levam aos limites do sítio urbano da cidade.

As ocupações urbanas mais recentes demonstram um nível regular, e em alguns casos até baixo, de qualidade de vida, que em geral predomina em Iporanga, essas ocupações vêm se ampliando na parte periférica da cidade nos extremos opostos à esse ponto central.

Entre elas, tem-se a região da Vila São José e a Passagem, sendo esta última, área próxima à uma antiga ponte pênsil sobre o Ribeirão Iporanga, onde bem próximo formam-se piscinas naturais, bastante freqüentadas pela população, e pelos "convidados", na época de verão. (FOTO 11)

A região do Morro do Coqueiro, é outro local que há tempos vem sofrendo aumento no processo de ocupação, por meio de programas de habitação popular, é o local onde foi instalado, em 1991, o novo prédio da Prefeitura.

É preciso, ainda, citar a vila, conhecida como Fundão, a mais distante da parte central da cidade, escondida no fundo de um vale, onde está se formando uma espécie de "favela", ocupada por antigos lavradores que trocaram suas pacatas vidas da agricultura de subsistência pela marginalizada sobrevivência da extração do palmito, levando-os a viver em condições mais miseráveis do que eles já viviam na zona rural. Mas, esse conflito será abordado em outro capítulo, mais à frente.

Retornando ao posto de observações no Morro da Coruja, pode-se perceber que a cidade está circundada por uma vasta área montanhosa, fazendo parte da

Zona Serrana do Alto Ribeira, na Serra de Paranapiacaba, denominação essa dada à região interiorizada da Serra do Mar que nesse ponto se encontra bastante afastada da área litorânea paulista.

O visual que se observa vai até perder de vista, o manto verde esconde sob a cadeia montanhosa uma constituição geológica formada, basicamente, por rochas metassedimentares, pré-cambrianas, do Grupo Açungui, nas quais quartizitos, filitos, micaxistos e intercalações de calcários sofreram intensos movimentos tectônicos, que causaram dobramentos e grandes deformações. As unidades geológicas existentes nas camadas superiores sofreram ainda a intrusão de granitos. Uma análise do conjunto de dados geológicos regionais permite indicar uma idade para as rochas desse Grupo da ordem de 600 a 650 milhões de anos [36].

Existem grandes "pacotes" de rochas carbonáticas, formadas em ambientes marinhos de sedimentação de antigas zonas litorâneas e sub-litorâneas. Os corpos rochosos estão dispostos em lentes alinhadas segundo um padrão geral NE-SW, apresentando, em alguns pontos, larguras de até 20 km e em outros pontos podem ser faixas bastante estreitas, que variando de 8 km à algumas centenas de metros, estas acompanham a orientação de cadeias montanhosas, tais como: Serra do Manduri, Onça Parda e Vargem Grande.

Em virtude da grande ocorrência de calcário na região, aparece a formação de feições de relevo conhecidas como cársticas [37], que estão alternadas com feições morfológicas do domínio de mares de morros, típico de uma área tropical. Na verdade, estes carstes descontínuos são resultantes do que restou do conjunto de formas típicas de um relevo propriamente cárstico, outrora existentes, que foi mascarado pela morfogênese tropical a que está sujeita toda a região.

---

[36] Os dados apresentados, relativos aos aspectos geomorfológicos, fisiográficos e da geologia regional, e os que virão a seguir são baseados nos textos de CAMARGO *et al.* (1972), SÃO PAULO, SUDELPA[1974b], LINO (1978a), AB'SABER (1979 e 1985), CAMPOS NETO (1983), KARMANN (1983), MILKO *et al.*(1983), entre outros.

[37] **Karst ou Carste**- palavra derivada do (ex)iugoslavo, que significa "campo de pedras calcárias", referindo-se à região Dinárica, localizada ao norte do Mar Adriático. Esse termo foi internacionalizado para todas áreas cujo relevo ocorre, caracteristicamente, em rochas carbonáticas e que apresenta as seguintes feições geomorfológicas: lapiás ou caneluras, torres de pedra, paredões, grutas, abismos, sumidouros, ressurgências, pontes de pedras, etc.

Entretanto, mesmo após o quase completo desaparecimento das feições que caracterizavam um relevo cárstico, tal qual o protótipo da região iugoslava, ainda permaneceram feições internas herdadas do passado cárstico da superfície e sub-superfície, que estão mergulhados na mais preservada região de Mata Atlântica do estado. São mais de 200 cavernas, acompanhadas por sumidouros, ressurgências, e outras formas de relevo, conferindo ao Alto Ribeira o status de região que contém uma das maiores concentrações de cavernas da América Latina, o que levou Iporanga a receber o cognome de "Capital das Grutas", Destaca-se o Vale do Rio Betari, pela expressividade do relevo. (FOTO 12)

O fenômeno que justifica a existência deste importante patrimônio natural é a combinação de fatores físicos e químicos, tais como: a erosão mecânica e a dissolução das rochas carbonáticas, facilitada pelo seu alto grau de fraturamento.

Essencialmente, o processo ocorre pela reação química do gás carbônico atmosférico com as águas de chuva, que são enriquecidas, também, pelo gás carbônico liberado pela respiração de animais do solo e pelas raízes de vegetais. Assim, as águas ficam levemente aciduladas e, quando percolam as fissuras da rocha, agem na aceleração do processo de dissolução. (FIGURA 2)

As redes de cavidades vão se ampliando pela união de condutos em evolução, podendo captar a drenagem externa criando sistemas hídricos subterrâneos que, muitas vezes, podem atingir vários quilômetros longe do contato com a luz do dia [38].

Não é à toa que Euclides da Cunha afirmava, já em 1901, ao se referir à região carbonática de Canudos, que a função da água **"[...] como agente geológico é revolucionária"** (CUNHA, s/d:32). Ele ainda afirmava, quando se referia à ação das águas nas camadas de calcário, que **"[...] as erosões constantes quebram, porém, a continuidade destes extratos que ademais, noutros pontos, desaparecem sob as formações calcáreas [...]"** (CUNHA, s/d:27).

[38] Os principais rios da região, Iporanga, Betarí e Pilões, recebem vários afluentes com drenagem subterrânea. São rios com corredeiras, que podem ser usadas para a prática do acqua raid's, ou bóia-cross **(FOTO 13)**, estando associados à mata nativa **(FOTO 14)** ou à deslumbrantes cachoeiras **(FOTO 15)**. Entre os maiores rios subterrâneos temos o ribeirão do Roncador, que passa por várias cavernas, entre elas: Pérolas e Santana; o ribeirão das Areias; o ribeirão do Alambari, o córrego Maximiano, o rio Temimina, entre outros.

A água ao atingir os níveis inferiores da rocha, alcançando novas condições atmosféricas nos espaços vazios das cavidades, recriará os minerais que antes havia dissolvido, e por meio dessa reprecipitação formará ornamentações de excepcional coloração, com destaque para o branco, cujas bizarras formas são conhecidas como espeleotemas (depósitos de cavernas), tais como: estalactites, estalagmites, canudos, colunas, cortinas, helectites, pérolas de caverna, flores de aragonita, cascatas de calcita, represas de travertinos, vulcões, entre outros.

3.2- O PETAR E OS ASPECTOS FISIOGRÁFICOS DA REGIÃO

Grande parte das cavernas dessa região estão protegidas legalmente por estarem dentro da área do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), algumas das quais são conhecidas internacionalmente, em virtude das suas peculiaridades.

O PETAR está setorizado em núcleos (FIGURA 3), destinados, principalmente, à fiscalização e proteção ambiental, além do atendimento ao turismo, que aflui, crescentemente, para a região, consistindo em uma excelente opção de turismo espeleológico, alternativo ou complementar à Caverna do Diabo.

Iporanga possui 20,9% da sua área total (1.277 km^2) abrangida pelo PETAR, além da maior parte das cavernas cadastradas na região, sendo o município localizado no sul do estado de São Paulo, a aproximadamente 350 km da Capital.

No Núcleo Santana encontram-se as principais cavernas e a área que possui o melhor aparelhamento turístico do Parque. Seu acesso se dá por Apiaí, vindo da Rodovia Castelo Branco e SP-250 (antiga São Paulo-Curitiba), e mais 26 km de estrada de terra passando pelo mirante da Serra da Boa Vista; ou para quem vem pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) passando por Eldorado, após a Caverna do Diabo, são em torno de 30 km de estrada “pavimentada” até Iporanga e mais 18 km de estrada de terra até o Núcleo. (FIGURA 4) (FOTO 16)

Possui um centro administrativo, com ambulatório para primeiros socorros, portaria e guarita de recepção, quiosques, sanitários, lavanderias e áreas para camping selvagem.

Entre os atrativos turísticos, temos um trecho da Caverna de **Santana (SP-041)** que, com seus quase 6.000m de desenvolvimento, é considerada uma das maiores cavernas do estado de São Paulo, além de possuir os mais raros e variados espeleotemas (FOTO 17). A trilha do Morro Preto, cruzando o rio Betarí, dá acesso à Gruta do **Morro Preto (SP-021)**, que possui um gigantesco salão com enormes blocos abatidos, logo na entrada, e à Gruta do **Couto (SP-020)**, a qual apresenta uma bela cachoeira logo na ressurgência do seu ribeirão, de mesmo nome.

Caminhando por uma trilha de aproximadamente 4 quilômetros, subindo pelo Vale do Betarí, pode-se contemplar e vivenciar plenamente o interior de uma densa mata; além de ter a oportunidade de passar por mais duas importantes grutas da região: a Gruta da **Água Suja (SP-025)** (FOTO 18), que possui um límpido riacho, cachoeiras internas e um dos maiores vãos livres, dentro de cavernas, para descida em corda do Brasil (98 m), é o abismo "dívida externa", que sai em um gigantesco salão dentro da caverna. Mais à frente, no trajeto, depara-se com a Gruta do **Córrego Grande I (SP-026)**, que além de variadas ornamentações, possui um sítio arqueológico nas suas imediações, mas fora do acesso dos turistas.

Continuando por esta trilha, passa-se pela Torre de Pedra, um belo monumento geológico, chegando-se ao final em duas cachoeiras: Andorinhas, no ribeirão do Passa Vinte e Betharizinho, na região mais à montante, de acesso turístico, do rio Betarí (vide FOTO 15).

Outro importante núcleo do PETAR é o Núcleo Caboclos, aliás o mais antigo em termos de visitação, que apesar de já ser propriedade estadual desde 1910, somente iniciou a ter uma maior freqüência de visitas à partir da década de 50. Seu acesso se dá pela Rodovia SP-250 e por estrada de terra são mais 18 km. Possui várias trilhas e grutas que recebem visitação turística, sendo as mais importantes: a do **Chapéu (SP-013), Chapéu Mirim I e II (SP-014 e 015), Aranhas (SP-113), Monjolinho (SP-003), Arataca (SP-004) e Pescaria (SP-010).**

O Núcleo Ouro Grosso, mais recentemente implantado, localiza-se próximo ao mais importante ponto de visitação e hospedagem de espeleólogos e turistas, o Bairro da Serra. Este núcleo abriga um museu de tecnologia patrimonial, centro de visitação e de educação ambiental, no qual existe sala de projeções, alojamento, e demais infra-estruturas para recepção turística. Nas imediações existem cavernas como a **Ouro Grosso (SP-054)**, cuja visitação é restrita, a caverna **Ressurgência das Areias, ou do "Laboratório", (SP-016)** e a **Alambari de Baixo (SP-012)** (FOTO 19).

Muitos outros atrativos existem para os aficionados pela Espeleologia, a Gruta **Lage Branca (SP-030)**, na região do Lageado, possui um salão interno que, sem sombra de dúvida, caberia um campo de futebol, nas areias de suas gigantescas "dunas". Já a Gruta **Casa de Pedra (SP-009)** é famosa por possuir no sumidouro do ribeirão Maximiano, caudalosa cachoeira e um avantajado pórtico de entrada, que atinge mais de 200 m de altura, considerado um dos maiores do mundo.

Ou, então, para os que gostam de mais aventura e estiverem melhor preparados, equipados e devidamente autorizados, existem diversos abismos na região, tais como: **Lagos Suspensos (SP-165), Furnas (SP-031), Ponta-de-Flecha (SP-175)** e **da Estrada (SP-055)** (FOTO 20).

Ao mesmo tempo, o complexo formado pelas Grutas das **Areias I** e **II (SP-018 e 019)** tem sua visitação proibida, por apresentar uma espécie rara de peixe, o ***bagre-cego***, que está protegido por lei federal e por ser um dos raros animais a conseguir se adaptar às difíceis condições da vida subterrânea.

Esse rico cenário tem fundamental importância para o estado de São Paulo, e para o país, por apresentar, também, um dos mais preservados remanescentes de Floresta Tropical Úmida de Encosta, ou genericamente, **Mata Atlântica**. Essa Mata é representada pela grande diversidade de espécies da flora e da fauna tropical.

A região está, também, associada à um clima considerado úmido e quente, sendo afetado por massas de ar de origem tropical atlântica e polar atlântica, que, em vista da presença da cadeia de montanhas, favorece a formação de chuvas orográficas. (CAMARGO *et al.*, 1972:3-6; SÃO PAULO, DEPRN/DEER, 1989:20-4)

A temperatura média é de 21ºC, a umidade relativa do ar é bastante alta, geralmente superior aos 80%, e a pluviosidade média anual, para Iporanga, é de 1225 mm (calculado para o período de 1943-1982), sendo o mês mais chuvoso janeiro (200 mm) e agosto o mês mais "seco" (43 mm), não possuindo, portanto, uma estação propriamente seca (CAMARGO *et al.*, 1972:3-6*.,* SÃO PAULO, DEPRN/DEER, 1989:20-4).

A presença de grande quantidade de árvores de porte médio e alto conferem-lhe, por um lado, alta importância biológica, de outro, uma forte atração econômica, pois muitas das árvores são identificadas como madeiras de lei, entre as mais importantes temos**: *figueira, peroba, cedro, canela, imbuía, pau-brasil, pau-ferro, guapuruvú* e o *ingá*.** (MILKO *et al.*, 1983)

Envolvendo essas árvores, que podem atingir mais de 20 metros, aparece uma profusão de **lianas (cipós)** e de **epífitas**, como ***bromélias, orquídeas*, e *samambaias***. São freqüentes, também, ***musgos*** e ***fungos***; ocupando troncos de árvores, blocos rochosos e espaços no solo pouco espesso, mas, geralmente, rico em matéria orgânica em decomposição (folhedo ou serapilheira). Aparece, também, grande abundância de ***samambaiaçús*** (Samambaias gigantes) e de palmeiras, entre elas, a **jiçara, juçara**, ou melhor, o popular ***palmito***, que particularmente interessa para este estudo, por ser a principal fonte de renda de Iporanga, no período em estudo, entretanto, estava sendo extraído de forma ilegal e inadequada.

A fauna rara ou em vias de extinção acentua sua importância ecológica, tais como: ***mono-carvoeiro, bugio, lontra, onça-pintada, jaguatirica, jacutinga, macuco, gavião-de-penacho,*** entre outros. (MILKO *et al.*, 1983)

A região, por todos estes fatores, atraiu a atenção do movimento ambientalista, que intensificou sua atuação no VR, a partir da década de 80, a fim de conseguir proteger e preservar o pouco que sobrou da cobertura vegetal original do nosso estado, e que resistiu ao modelo econômico de caráter “desenvolvimentista”, esse, ao contrário, ainda não de todo extinto.

Isto justifica o porquê da criação de tantas Unidades de Conservação (UC) ao longo de todo o Litoral Sul e Vale do Ribeira. Iporanga conta com 86,3% dos seus

1277 km ^{2} dentro de áreas com restrições legais, das quais 77,7% fazem parte das seguintes UCs: PETAR, Parque Estadual de Jacupiranga(PEJ), Área de Proteção Ambiental(APA) da Serra do Mar, dentro da qual existem a Zona de Vida Silvestre e parte do Parque Estadual de Intervales [39]. (Vide QUADRO 3.1)

Por meio da FIGURA 5, pode-se perceber a situação da região, o destaque visual da cor escura demonstra a predominância do verde das matas e capoeiras de Iporanga, ou na FIGURA 6, onde observa-se a abundante área drenada pela rede hídrica e a quantidade de cavernas distribuídas pelo município.

Seus municípios vizinhos são: o estado do Paraná à sul, Barra do Turvo à sudeste, Eldorado Paulista à leste e nordeste, o recente município de Itaoca à sudoeste, Apiaí à Oeste, Guapiara à Noroeste, Ribeirão Grande (outro município recém instalado) e Capão Bonito, à Norte.

Comparando os município em questão com Iporanga, do ponto de vista ambiental, nota-se a sua importância ecológica no contexto regional; enquanto os outros município possuem maiores manchas de ocupação dos solos para a agropecuária, urbanização e/ou industrialização, o território iporanguense abriga uma das maiores reservas florestais, não só da região, mas também do estado de São Paulo. Estes fatos foram de fundamental importância para se entender uma das mais relevantes questões que nos levam ao conflito desvelado por esta pesquisa, **a implantação do PETAR**.

[39] A Fazenda Intervales não foi computada, pois ainda não havia esta informação na fonte bibliográfica consultada (LEPSCH, 1988), ela foi uma das UCs criada mais recentemente no Vale do Ribeira (1987), sendo administrada pela Fundação Florestal, incorporada na área da antiga Fazenda Banespa, posteriormente transformada em Parque Estadual de Intervales (1995). Já o PETAR foi criado em 1958, o PEJ em 1969 e a APA da Serra do Mar em 1984.

QUADRO 3.1- Áreas naturais protegidas, conservação e uso dos recursos naturais no município de Iporanga.

ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E USO DO SOLO		ÁREA OCUPADA	
		ha	%
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTRAS ÁREAS COM RESTRIÇÕES LEGAIS			
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)		26.708	20,9
Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ)		8.185	6,4
APA DA SERRA DO MAR		64.312	50,4
Zona de Vida Silvestre (1)		24.380	19,1
RESTRIÇÃO TOTAL POR DECLIVIDADE EXCESSIVA	Dentro da APA.....	12.137	9,5
	Fora da APA.....	11.028	8,6
TERRAS IMPRÓPRIAS PARA O USO AGRÍCOLA (Inaptas por ocorrência de excesso de água, solo raso e/ou tiomórficos, etc.)			
Dentro da APA		13.946	11,0
Fora da APA		11.469	8,9
TERRAS PRÓPRIAS PARA USO AGRÍCOLA (lavouras temporárias e/ou permanentes)			
Dentro da APA		2.218	1,7
Fora da APA		1.616	1,3
PASTAGEM PLANTADA E/OU REFLORESTAMENTO			
Dentro da APA		11.361	9,1
Fora da APA		2.972	2,3
OUTRAS ÁREAS			
Água		1.347	1,1
Área Urbana		63	0,1
TOTAL		127.700	100,0 (2)

(FONTE: LEPSCH, 1988, Adaptado em 1999)

(1) Área dentro da APA da Serra do Mar, portanto, não calculada na área total do município, foi incorporada em parte pelo Parque Estadual de Intervales, criado em 1995, com uma área total de 40.086 ha.

(2) Os valores computados, para fins de cálculos da área total do município em relação ao uso e ocupação do solo, estão destacados em cinza claro, excluiu-se aquelas áreas identificadas como "Dentro da APA".

CAPÍTULO IV

RIO RIBEIRA DE IGUAPE: MUDANÇAS NO CURSO DE UMA "ESTRADA FLUVIAL"

"Árvores de lado a lado do rio trocam os seus cumprimentos, entrelaçando-se com os de bellas epiphytas e outras interessantes trepadeiras, e com as suas flôres multicoloridas formam grossas grinaldas, como si pretendessem saudar o viajante que, pela primeira vez, vem apreciar esse conjunto inegualavel." (Edmundo Krug, em A Ribeira de Iguape, 1939)

4.1- ASPECTOS GERAIS DO VALE DO RIBEIRA

Retomando a privilegiada visão no alto do Morro da Coruja, pode-se perceber, pela grandiosidade do Rio Ribeira de Iguape, o porquê dele compor a maior bacia hidrográfica paulista a desaguar no Oceano Atlântico, na região estuarino-lagunar do litoral sul, conhecido como Lagamar. Juntamente com seus afluentes, Juquiá e Jacupiranga entre os mais importantes, abrange uma área de aproximadamente 25.000 km^2, dos quais 61% pertencem ao estado de São Paulo, atingindo 19 municípios com um total de 368.109 habitantes, e contando com uma extensão de cerca de 500 km. (BRASIL, 1984 e SÃO PAULO, DEPRN/ DEER, 1989) (FIGURA 7)

Nasce no estado do Paraná, próximo ao município de Cerro Azul, formado pela junção dos rios Ribeirinha e Açungui. Segue seu curso serpenteado as vertentes da Serra de Paranapiacaba, por entre vales encaixados; sendo que alta a declividade confere-lhe uma série de corredeiras. Ao atingir a zona pré-serrana, próximo a Eldorado Paulista, com a queda do seu gradiente, perde a sua energia seguindo vagarosamente ao longo de um sinuoso percurso pelas planícies alveolares, terminando o seu trajeto no município de Iguape [40].

Reaparece aqui, evidente, a intimidade entre as povoações, a Mata Atlântica, as Serras e o Ribeira, indicando a existência de uma parceria histórica.

Desde tempos remotos, quando ocorreram as primeiras entradas, poucas eram as alternativas de transportes, por isso, obrigatoriamente, quem se dirigia ao

planalto, vindo de Iguape, teria que utilizar o Ribeira, já que era principal via fluvial navegável da região. Posteriormente, com a instalação de núcleos urbanos às suas margens, paradas eram obrigatórias, Iporanga se destacaria, pelo fato de estar localizada às margens do grande rio e, ao mesmo tempo, às portas dos sertões do planalto paulista.

Podemos imaginar sem grande esforço, pelos relatos históricos que trarei à tona, o quanto era movimentada essa **"estrada que anda"** (CGG, 1914), ou **"avenida fluvial"**, conforme LINO (1978b). Isso perduraria até recentemente, quando no final da década de 60 seria terminada a estrada de rodagem ligando Iporanga ao Baixo Ribeira.

Como via de transporte, era utilizada para levar passageiros e para transações comerciais (produtos da agricultura e manufaturados, minérios, etc.); como via de comunicação, subiam notícias do mundo e desciam histórias das riquezas potenciais dessas remotas terras.

Percorrendo com os olhos os trechos visíveis do Ribeira, do alto do Morro da Coruja, pode-se recuperar as imagens descritas em alguns antigos estudos realizados na área, nos quais naturalistas e cronistas faziam descrições sobre a região do VR, e em particular sobre viagens pelo Rio Ribeira[41].

Em 1805, o irmão do ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva (*"Patriarca da Independência"*), Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ambos políticos e estudiosos das Ciências da Terra, subiu o Rio Ribeira ávido por informações mineralógicas, observando e registrado atentamente as formações geológicas, descrevendo minerais ou definindo pontos com relativo interesse para a mineração, cujos dados foram relatados no seu ***"Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo"***. (ANDRADA, 1977)

Naquela época, indicava-se que o ouro, que caracterizou-se como o ***primeiro ciclo econômico*** do VR, já não mais existia em abundância, entretanto, esse minério havia favorecido a formação de outras povoações ribeirinhas, além do Arraial

---

[40] Os dados foram obtidos em CGG (1914), BRASIL (1984) e SÃO PAULO, DEPRN/DEER (1989)

[41] Vide os textos de: ANDRADA (1977), RATH (1856), KRONE (1898), CGG (1914), e principalmente os artigos de KRUG (1908, 1912 e 1939), um apaixonado cronista e entusiasmado divulgador do VR.

de Santo Antonio (Iporanga), tais como: Ivaporunduva, Jaguary (Itapeúna) e Xiririca (Eldorado Paulista).

Em meados do século XIX, algumas dessas localidades, estando já em franca decadência, acabaram se reerguendo em torno da agricultura da cana-de-açúcar, da mandioca, e principalmente, do *arroz*, além de outros produtos de subsistência, associado a isso, a descoberta do *chumbo* em Iporanga, definiu um ***segundo ciclo econômico*** para o VR.

Outro importante trabalho, esse realizado em 1906, pela **Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (CGG)**, promoveu um levantamento detalhado do Rio Ribeira e seus principais afluentes (CGG, 1914). Essas descrições demonstravam que no passado, o viajante, interessado por estas longínquas paragens, deveria seguir praticamente por vias aquáticas.

Apesar de todo esse conhecimento acumulado sobre o VR, ainda hoje, são precárias as vias de acesso à Iporanga. Por outro lado, foi esse isolamento, que determinou características muito peculiares à esse município.

Assim, resgatando estas viagens e usando-as como ponto de partida, aproveitarei para promover uma navegação pela história do VR, contrapondo com a sua situação atual, de modo a compreender a inserção de Iporanga nesse contexto.

4.2- NAVEGANDO PELAS CRÔNICAS E HISTÓRIAS DO RIBEIRA

Edmundo Krug relata, demorada e minuciosamente, suas viagens pelo VR, que apesar de cobrirem apenas suas férias de verão, forneceram dados interessantes para a divulgação do Vale, realização de estudos, incentivos à sua visitação e à propaganda de uma área que merecia ser mais conhecida do que é, dada sua grande fertilidade, riquezas minerais e bondade do povo. (KRUG, 1908:3)

O viajante do início deste século que, como Krug, pretendia ir até o Alto Ribeira e realizar uma **"[...] viagem mais interessante do que pelos `areiões' de Itapetininga"** (KRUG, 1908:3), deveria embarcar em Vapor do LLoyd brasileiro que perfazia o trajeto Santos à Iguape num total de 18 horas. Esse tempo era devido ao aumento

da trajetória para contornar a Ilha Comprida, mais ao sul, por Cananéia, e daí rumar ao norte, em direção ao Porto de Iguape, navegando pelo Mar Pequeno.

Afirmavam os "práticos" de Cananéia que o motivo desde enorme desvio era o assoreamento completo do Canal de Icapara, o que KRUG (1908:4), apesar de considerar sobre as reais dificuldades de atravessá-lo, definia como interesses bem pouco sérios, já que isso não era totalmente verdadeiro. Além disso, ele acreditava que essa situação poderia estar causando a decadência do Porto de Iguape.

Para se ter uma visão real da situação, resgatarei alguns dados históricos. Em 1836, dos 119 engenhos de arroz existentes na província de São Paulo, 100 deles estavam localizados no VR, ou seja, 84,1% do total (KRUG, 1908:4 e CGG, 1914:1).

As regiões mais planas e sujeitas a alagadiços do Médio e Baixo Ribeira contribuíam com maior quantidade desse produto. Por isso, Iguape desenvolveu-se com grande intensidade, pois, além de ser grande produtor do alvo cereal, também possuía, desde os tempos do ouro, um Porto Marítimo, que se tornou fundamental para a Província, naquela época. Iguape, conjuntamente com Cananéia, tornaram-se importantes áreas de construção naval, criando novos estaleiros, avolumando os serviços e desenvolvendo ainda uma série de atividades econômicas decorrentes dessa retomada do crescimento regional, que transformaram o local em importante porto exportador-importador [42].

Isto promoveu ***Iguape*** à denominação de **"Princesa do Sul"**, caracterizando o município como o mais desenvolvido do VR, até o começo deste século. Devido à sua prosperidade e, por outro lado, aos incômodos causados pelo difícil transporte em lombo de burro do Porto da Ribeira até o Porto Marítimo, foi proposto, não sem várias controvérsias, a construção de um canal de ligação entre os dois portos que, através da navegação em grandes canoas, facilitaria o escoamento do arroz e de outros produtos vindos da região à montante do rio Ribeira.

Iniciado em 1837, usando mão-de-obra escrava, o conhecido canal do "Valo Grande", totalizaria dois e meio quilômetros de comprimento, possuindo quatro

[42] Fonte dos dados: MIS (1980), SIMPÓSIO... (1983), LEPSCH (1988), GRAZIANO *et al.* (1989) e SÃO PAULO, DEPRN/DEER (1989, v.2).

metros e quarenta centímetros de largura e alguns palmos de profundidade. Esta se constituiria, sem dúvida, uma das primeiras grandes obras hidráulicas do país, sendo terminada somente por volta de 1855 [43].

Desse modo, ao mesmo tempo em que Iguape readquiria a supremacia econômica dos tempos do ouro, reconhece-se que diversos fatores acumularam ao longo da segunda metade do século XIX, constituindo pouco a pouco o processo que reverteria esta situação de destaque .

Dentre esses fatores, poderia-se citar: a concorrência de várias áreas mais produtivas no Planalto Paulista que ingressaram na agricultura do arroz, posteriormente do café; a construção das primeiras estradas de ferro, reforçando o crescimento da economia cafeeira no interior da província e que acabaram fortalecendo o Porto de Santos; a própria falta de tecnologia apropriada no VR e a recessão econômica na época, foram fatores que levaram à decadência econômica, além disso, o modelo econômico agro-exportador, baseado no trabalho escravo, sofrera sérias conseqüências decorrentes da abolição da escravatura.

Para completar o quadro desolador que se formou na região, retorno ao fato do assoreamento acentuado do Porto de Iguape, devido ao efeito natural, ecologicamente previsível, mas, que economicamente não foi considerado, da ação das águas do Ribeira, que acabaram correndo, preferencialmente, por aquele "pequeno" atalho, erodindo suas margens e trazendo grande carga de sedimentos.

Assim, a decadência visível já no início deste século apenas iria se agravar até os dias de hoje. Iguape vive, atualmente, da agricultura da banana, do arroz, além da pesca da manjuba, estimulada em escala comercial, a partir da década de 30.

Somente em 1978, o Valo Grande foi, finalmente, fechado por uma barragem, entretanto, estava longe de resolver os problemas da região, pois o porto já havia sido desativado, com o canal atingindo até 300 m de largura e mais de 15 m de profundidade, em alguns pontos, destruindo, inclusive, uma parte da cidade. (SÃO PAULO, DAEE, 1984)

[43] Vide KRUG (1939), COLLAÇO (1989) e SÃO PAULO, DAEE (1984).

O comprometimento do ecossistema da região estuarino-lagunar do litoral sul, causado pela injeção contínua de água doce no Mar Pequeno, causou novas polêmicas. Enquanto os ambientalistas estavam favoráveis ao fechamento do Valo, para que o estuário pudesse se recuperar da grande alteração de salinidade que ocorreu; de outro lado, os agricultores que sofreram grandes prejuízos com as fortes enchentes do Ribeira, principalmente as de 1983, agravadas pela a barragem do Valo Grande, protestavam, pedindo a sua demolição.

A par dessa dicotomia e das divergências existentes, soluções intermediárias, como barragens com comportas e desassoreamento do leito do Ribeira, tem sido sugeridas, de comum acordo entre os dois lados, entretanto, a questão ainda não foi resolvida por causa da morosidade e da inadequação da política de desenvolvimento para a região.

Em meio à essas discussões, a questão do ***turismo*** vem evoluindo como alternativa econômica para o VR, como um todo, estimulada por essa região apresentar uma rica história e cultura e ser importante remanescente florestal do estado, considerado, inclusive, como patrimônio mundial [44].

Retomando a navegação pela história do Vale do Ribeira, percebe-se que apesar da primeira empresa de navegação fluvial, a *Companhia Xiririquense*, ter dado início às suas atividades em 1840, graças ao apoio da iniciativa privada, somente a partir 1875 esta única forma de transporte regional poderia continuar a sobreviver, quando passou a contar com subvenção governamental.

Assim, empresas proprietárias de “vapores”, que serviam a região, foram à falência e outras surgiram no seus lugares. Enquanto isso, o grandioso Ribeira continuava impassível sua trajetória, eventualmente alterada pela ação humana.

Até a época de Krug havia perdurado a *Companhia Fluvial Sul Paulista*, que possuía um barco à vapor que realizava, três vezes por mês, viagens de ida e volta até Xiririca. Conforme Krug:

> **"A viagem a esse pittoresco e historico lugar, dura dois dias e meio, e, correndo ella sem incidentes, isto é, si não esbarrar nas margens do rio e não encalhar em**

[44] O complexo estuarino-lagunar, juntamente com as área de Mata Atlântica do VR, constituíram-se em um núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, espécie de tombamento internacional, feito pela UNESCO.

qualquer baixio invisível ou, mesmo, não quebrar uma pá da roda propulsora, esta excursão não só é agradável, como tambem cheia de attractivos." (KRUG, 1939: 40)

À isso, Krug, queria se referir à rica biodiversidade e o potencial científico das terras do Ribeira, comodamente observado do "vaporsinho" que seguia lento o seu rumo rio acima. Apesar de todo o desmatamento que sofreu o VR, até os dias de hoje, essa riqueza biológica e geológica ainda pode ser vista.

A primeira localidade a surgir ao longo do trajeto é ***Registro***, cujo nome provém do período da exploração do ouro, quando a Corôa Real, para evitar os constantes contrabandos de rico metal, criou um posto de fiscalização, onde era recolhido o Quinto Real, pesadíssimo imposto de 20% sobre o peso da mercadoria minerada. Esse era um local estratégico próximo a Barra do Rio Juquiá. Com a decadência da mineração na região, o povoado se estagnou por um longo período, reerguendo-se a partir da década de 20. Krug comenta :

"Recordo-me de que, ainda no anno de 1902, quando visitei, pela primeira vez, as diversas localidades da Ribeira de Iguape, Registro nada mais era que um misero conjunto de tres a quatro casas de pau-a-pique. Hoje é uma localidade cheia de prédios, com bom porto fluvial, bons hoteis, casas solidas de alvenaria e toda a população com magnifica disposição ao trabalho. A maior parte de seus habitantes é de origem japoneza." (KRUG, 1939:42)

A primeira leva de imigrantes japoneses se deu em 1912, trazida pela ***Companhia Imperial Japoneza de Imigração***, posteriormente, novas frentes de imigração chegaram ao VR, trazidas pela empresa de colonização ***Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK)***, que havia sido fundada, em 1913, no Brasil. Essa empresa tinha como objetivo o assentamento de famílias japonesas, que se instalaram principalmente em Registro, Sete Barras, Iguape e Juquiá, além disso, apresentava uma proposta de cooperativismo, que funcionou muito bem até 1941, quando seu patrimônio foi confiscado, durante a 2ª. Guerra Mundial.

Essas colônias nipônicas introduziram, com muito êxito, a cultura do chá, a partir da década de 20 e, posteriormente, seus descendentes implementaram, também, a cultura da banana, sendo hoje a região considerada a maior produtora estadual destas culturas. Assim, a teícultura e a bananicultura, conjuntamente com a pesca e a indústria mineral, na Baixada do Ribeira, caracterizaram um ***terceiro ciclo***

econômico para o Vale do Ribeira, apesar disso, esse fato não retirou o VR da configuração de região mais pobre do estado.

Estes surtos isolados de crescimento econômico na Baixada do Ribeira, ligados à colonização, foram beneficiados com a abertura da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, em 1914, sendo os município de Juquiá e Miracatu os mais diretamente favorecidos pelo fato.

Este foi um fator crucial para a concretização da decadência do porto de Iguape e fundamentalmente para o VR, como um todo, pois favoreceu a quebra do eixo longitudinal do rio Ribeira, reorientando a ocupação e o fluxo do comércio para regiões mais afastadas da rede hidrográfica.

Já na década de 60, com a abertura da Rodovia Régis Bittencourt, a BR 116 (antiga BR 2), mais uma vez a região sofreu um forte processo de redefinição na ocupação do território e de valorização de áreas, até então, de pequeno valor econômico. A criação desse novo eixo de comunicação e o processo de dependência do VR aos grandes centros econômicos (Curitiba e São Paulo), trouxe novas oportunidades para a agricultura, a mineração, posteriormente o turismo.

Com esse redirecionamento no fluxo econômico, o município de ***Registro*** assumiu, a partir dessa época, a condição de "**Capital do Vale"**, com suas atividade voltadas para a agricultura da banana e chá e a industrialização de alimentos e minerais. Outros municípios que se destacaram, nesse mesmo eixo, foram Jacupiranga e Cajati, esse último após sua recente emancipação, ligados à mineração e a indústria mineral, destacando-se o fosfato e o cimento, extraído e industrializado pela empresa Serrana S/A de Mineração.

Se de um lado, essa área do VR iniciou um processo de incorporação à economia do estado, o modelo de desenvolvimento adotado acabou levando à degradação do seu patrimônio cultural e natural. Até 1993, os antigos armazéns do KKKK, apesar de tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT),e estando em parte desocupados, atestavam situação de abandono, mesmo estando dentro desse novo centro de importância regional.

Continuando rio acima, a partir de Registro, percebe-se a predominância da agricultura da banana, até os dias de hoje. ***Sete Barras***, na época de Krug, quando da sua viagem fluvial pelo Ribeira, era apenas **"um pequeno arraial de apparencia pittoresca" (**KRUG, 1908:11); até hoje chegam estórias de que esse nome seria devido à sete barras de ouro que se acham escondidas na região, diga-se de passagem que estas lendas sobre o ouro são muito comuns e orgulho de muitos moradores do VR, entretanto, na realidade, o nome dessa cidadezinha se deve a sete riachos que deságuam no Ribeira (KRUG, 1908 e 1939).

Apesar de ter sido pouco expressivo o desenvolvimento de Sete Barras, o município detém, juntamente com Jacupiranga e Eldorado, as maiores produções de banana do estado, sendo esse, talvez, seu verdadeiro tesouro.

A antiga viagem de "vapor" terminava, então, na vila de Xiririca, atualmente ***Eldorado***. O estranho nome que a vila possuía, significando "mato sujo", se deve a um ribeirão próximo à antiga localização da sede do município. Uma das versões diz que a vila teria sido fundada no século XVII, durante as penetrações de mineradores do ouro, que se utilizavam do Ribeira e seus afluentes.

A capela do povoado, teria sido erguida por volta de 1756, tornando-se o povoado, distrito de paz e freguesia em 1763. As grandes enchentes que ocorreram em 1807, 1808, 1809 e 1810 destruíram completamente a capela, levando a população a reerguê-la em todos esses anos; somente em 1857 uma segunda capela seria edificada em local mais alto e seguro, levando à transferência da sede municipal para essa localização, onde ainda se encontra [45].

Essa segunda Igreja tinha sua frente voltada para o Ribeira, em virtude da importância, na época, do transporte fluvial. Após a segunda metade da década de 60, com a construção da rodovia Eldorado-Iporanga, essa igreja foi demolida e

[45] Dados obtidos por Clayton Lino em pesquisa de campo realizada no final da década de 70 e relatado verbalmente para mim, em 1991, mostravam que: ***"diz uma estória local, que a população sendo muito arraigada ao antigo local não queria mudar-se para a nova sede e na capela havia a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Guia; como já haviam construído a nova igreja num lugar mais seguro, alguns moradores queriam levar a santa, mas aqueles moradores mais radicais contra a mudança não deixavam, assim, o impasse foi aumentando até que uma preta velha roubou a santa e levou para a nova sede, obrigando, assim, todos a se mudarem"*** . A história da Vila de Xiririca pode, também, ser observada em KRUG (1912).

reconstruída no mesmo lugar, só que agora voltada para o sentido oposto. Em 1957, um plebiscito popular mudou o nome da antiga vila para Eldorado.

Hoje, suas principais atividades são a agropecuária, com destaque a bananicultura, a criação bovina e bubalina, além do turismo ligado à ***"Caverna do Diabo"***. Essa caverna já era conhecida desde o século passado pelo naturalista Ricardo Krone, que a havia cadastrado com o nome de Gruta da **Tapagem (SP-002)**, nome correto registrado no ***Cadastro Nacional de Cavidades Naturais*** (SBE,1989), entretanto, somente na década de 60 ela foi mapeada e iniciou-se o turismo, sendo reconhecida internacionalmente com aquele nome turístico.

Prosseguindo a navegação histórica, observa-se que para continuar rio acima até Iporanga, Krug afirmava que só seria possível prosseguir de canoa, pois o Ribeira apresenta nesse trecho inúmeras corredeiras (Poço Grande, Caracol e Funil, entre as maiores). Neste trajeto, as canoas subvencionadas pelo Estado, passavam pelo porto Jaguary (atual distrito de Itapeúna). (KRUG, 1908:11)

A partir daí, passava-se pelo vilarejo de Ivaporunduva, cuja capela tombada e a imagem da santa padroeira, *Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*, reforçaram a antigüidade do povoado (FOTO 21), e a predominância de negros no povoado, atestam a existência passada do trabalho escravo, quando da mineração do ouro. Esses negros acabaram permanecendo no local, mesmo após o esgotamento do metal precioso, trabalhando na agricultura de subsistência e no extrativismo [46]. Outras comunidades negras se formaram na região; em Iporanga existem os povoados do Nhunguara, Praia Grande, Bombas, Pilões, entre outros.

Continuando rio acima, finalmente se descortina a imagem de ***Iporanga.*** Krug fez a seguinte consideração sobre o visual:

> **"Esta villa está lindamente collocada, o conjunto das casas e a torre saliente da igreja dão-lhe um aspecto pittoresco e poetico. Morros altos - como o morro das Corujas - augmentam incontestavelmente a impressão que se obtém do panorama." (KRUG, 1908:17)**

A viagem de canoa, de Eldorado até Iporanga, era realizada por dois ágeis canoeiros, sendo que as embarcações viajavam sempre carregadas de mercadorias

[46] Vide dados obtidos por QUEIROZ (1983) e CARRIL (1995) sobre os remanescentes de quilombos do VR.

e pessoas até um peso máximo de aproximadamente 1200kg, sendo necessários 3 a 4 dias para subir este trecho, e apenas um dia e meio para descer.

Krug não deixou de tecer algumas observações sobre os habitantes desse trecho, que apesar de serem ***"verdadeiramente pobres em todo o sentido da palavra",*** de acordo com esse autor possuíam uma admirável hospitalidade, oferecendo pouso e alimentação, o melhor que se poderia arrumar na região (KRUG,1908:12). **Essas considerações são totalmente válidas ainda hoje.**

Continuando-se a subir o Ribeira chega-se a barra do rio Pardo; na época de Krug seguia-se daí à cavalo até a ***Barra do Turvo***, pequeno vilarejo que foi incorporado, em 1938, como distrito de Iporanga, sendo o mesmo emancipado somente em 1964. Krug considerava essa área de enorme fertilidade, e que a abundância de exuberante vegetação estimulava-o a afirmar que o desenvolvimento da região seria decorrente da exploração do palmito e outras atividades.

> **"Um industrial poderia, si quizesse aproveitar os innumeros palmitos que ahi crescem, fazer fortuna. A enorme quantidade de palmitos (Euterpe edulis) que ahi vegetam, é simplesmente incalculável[...]" (KRUG, 1908:19)**

A localidade produzia também, no passado, grande quantidade de suínos, que saíam em enormes varas de Barra do Turvo rumo a Faxina (atual Itapeva) e Guapiara, passando necessariamente por Iporanga. Hoje, a região sobrevive da agropecuária e do extrativismo vegetal, principalmente o palmito e madeiras de lei, muitas vezes dentro das áreas de preservação que existem no local. Aqui aparece mais uma vez o estigma do VR; enquanto várias pessoas apontam o seu enorme potencial econômico, de outro lado, a região ainda permanece pobre, vivendo da agricultura de subsistência, possuindo péssimas estradas de acesso. Apesar disso, Barra do Turvo é hoje um município que possui uma situação econômica um pouco melhor do que a de Iporanga, talvez por estar mais próxima da BR 116.

Retornando ao rio Ribeira, mais acima encontramos ***Itaóca***, uma pequena localidade, recentemente emancipada do município de Apiaí, possui uma mineração significativa de granitos e outros minérios, além de viverem da agricultura de subsistência. Próximo à esse novo município, o rio Ribeira sofre um estrangulamento, conhecido localmente como Varadouro, formando uma garganta

de uns 5m de largura por onde passa todo o corpo d'água numa furiosa corredeira de aproximadamente 200m de comprimento.

Prosseguindo à montante do grande rio, encontra-se outra antiga localidade, conhecida no passado como Capela do Ribeira, originada também da procura do ouro nos primórdios da ocupação do VR. Hoje, o município de ***Ribeira*** vive da agropecuária e da mineração; ali está instalada a mineração Plumbum S/A que explora chumbo na região. A cidade está ligada por asfalto até Curitiba e São Paulo.

Após este breve relato sobre o rio Ribeira e suas mais importantes localidades, é preciso comentar algo sobre um dos municípios mais desenvolvidos do Alto Ribeira, cuja sede não se encontra localizada às margens do Ribeira, mas num ponto alto da Serra de Paranapiacaba. Assim é ***Apiaí***, um antigo município, também surgido em torno da mineração dos tempos coloniais, estando localizado num ponto estratégico no eixo São Paulo-Curitiba, via planalto. Em 1770, o nascente povoado foi elevado à categoria de Vila, crescendo, sobretudo, com base na exploração aurífera, na região do Morro do Ouro.

Os passos para a sua decadência, tal como tem ocorrido em todo o VR, somente foram impedidos com a instalação da Usina da Companhia de Mineração Apiaí para o tratamento do minério de ouro provenientes do Morro do Ouro e da Água Limpa no final da década de 30 e, principalmente, da Usina de Chumbo e Prata de Apiaí, operada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) entre a década de 40 e 50, no entanto, os resultados obtidos não foram adequados à continuidade de ambas (GUIMARÃES, 1981). A construção da Rodovia São Paulo-Curitiba, implantada em 1930, como prolongamento da Rodovia Raposo Tavares, também, seria um fator que favoreceria o seu crescimento, apesar de ter passado por alguns períodos de estagnação.

O terceiro importante momento para Apiaí estaria novamente ligado à indústria mineral, quando seria instalada, na década de 70, a fábrica de cimento do grupo Camargo Corrêa Industrial S/A. A previsão seria de produzir em torno de 100.000 toneladas anuais, entretanto, dados fornecidos em 1981 pelo PRÓ-MINÉRIO/THEMAG apontaram uma produção de 532.825 toneladas, o que,

conjuntamente com a produção de Itapeva, Jacupiranga e Capão Bonito, caracterizava 33% da produção de cimento de todo o estado de São Paulo [47].

Isso reforçou as perspectivas para o desenvolvimento do VR baseado na produção mineral. Apiaí contou, além da industrialização, com o desenvolvimento de algumas monoculturas, destacando-se o tomate.

Para completar essa viagem histórica pelo VR, outro assunto merece destaque, relaciona-se com as constantes cheias do Ribeira. Elas têm causado inúmeros prejuízos para os povoados que há muito tempo se instalaram às suas margens, sendo os municípios de Sete Barras, Registro e Iguape os mais atingidos. Os prejuízos envolvem desde dificuldades de comunicação e de trabalho, problemas com a distribuição da produção, o surto de doenças que se disseminam entre a população e as criações e a destruição completa da produção agrícola. Entre os itens que sofreram os maiores danos materiais diretos, tem-se a produção do arroz e da banana, o gado, os pastos e as cercas das propriedades rurais [48].

Desde o início deste século, têm-se especulado sobre a necessidade de estudos sobre a contenção desse problema. O primeiro estudo sistemático, porém, somente ocorreu no período 1950-1959, realizado por uma subsidiária da Companhia de Eletricidade de São Paulo e Rio de Janeiro (LIGHT S/A), a COBAST. Esse projeto visava o aproveitamento hidráulico e o estabelecimento de condições favoráveis à navegação fluvial durante todas as épocas do ano.

Os resultados desse estudo mostraram que o Ribeira comportaria cinco usinas hidroelétricas com a capacidade de gerar 510 mil kWh, energia que seria suficiente para abastecer todo o VR. As **barragens** resultariam amplos reservatórios, que além do controle das inundações, propiciariam o incremento da piscicultura e a melhoria dos serviços de navegação em toda a região.

Entretanto, já no final da década de 70, as discussões sobre as enchentes e, principalmente, sobre as barragens, fariam parte do cotidiano dos conflitos entre

---

[47] Vide trabalho de ALMEIDA *et al*. (1983:72)

[48] A questão das barragens foi abordada nos trabalhos realizados pelos alunos da cadeira de Sociologia II, sob orientação da Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz, efetuados em 1967 (SÃO PAULO, DAEE,1969).

ambientalistas, políticos locais, populações ribeirinhas e agricultores, por discordarem quanto às vantagens e desvantagens da construção dessas barragens.

Estudos elaborados pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) comprovaram a influência da abertura e posterior fechamento do Valo Grande na alteração do comportamento hidráulico do rio, em relação à freqüência e duração das inundações. As cheias de 1980, 1981 e principalmente a de 1983, obrigaram o DAEE a realizar obras emergenciais na barragem do Valo Grande.(CEEIGUAPE, 1988)

Em meio a esse cenário surgiu o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (CEEIGUAPE), a partir de 1984, e cuja principal missão seria administrar e compatibilizar tais conflitos, além de definir recomendações para o equacionamento da problemática. Em 1989, foi apresentado um relatório preliminar sobre o novo projeto de aproveitamento hidroelétrico, durante a reunião do Comitê foram apontados alguns senões quanto à questão:

> **"Nos fundos dos vales, sítios mais favoráveis à fixação humana, concentram-se historicamente as edificações, as vias de circulação e os núcleos populacionais. O afogamento destes vales afetará 5.724 pessoas, aproximadamente 900 edificações, cerca de 40 km de estradas (14 km de estrada asfaltada, ligação Iporanga-Eldorado e acesso à Caverna do Diabo) e 52 km de caminhos, vias de acesso muito utilizadas[...]A pequena disponibilidade de terras com potencial agrícola no Alto Ribeira, sobretudo em função do relevo, aliada aos problemas fundiários ali existentes, visto que a posse de grande parcela das terras não se encontra regularizada, constituem elementos determinantes no agravamento da situação sócio-econômica local[...]" (CEEIGUAPE, 1989)**

Outras alternativas foram apresentadas para o controle das enchentes, além das barragens, tais como: retificação do leito do Ribeira, alargamento do rio, dragagens para realizar o desassoreamento do rio; mas, ainda está longe de resolver os confrontos e se caminhar em busca de soluções menos paliativas.

Após um longo período de descrédito em relação às barragens saírem do papel e resolverem definitivamente o problema, o assunto ganharia novamente espaço nas discussões, entretanto, como há muito tempo vêm sendo feitas propostas para sua construção, estas adquiriram um certo caráter mítico, alguns moradores locais nem mais acreditam na sua real efetivação. Por outro lado, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), vem realizando, desde de 1991, novos levantamentos

sistemáticos em municípios do VR, criando novas expectativas e gerando novos conflitos de opiniões; ainda assim, o assunto aparenta estar longe de ser resolvido.

A questão do controle de cheias, por meio de barragens, tem sido reforçada por interesses de algumas grandes empresas regionais, tal como a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantin; inclusive, as barragens são apresentadas como salvadoras de todos os problemas, não só relativos aos danos causados pelas enchentes, mas também como solucionadora de problemas socioeconômicos, como a falta de empregos.

Porém, sabe-se que a solução à essa problemática encontra-se em um plano mais complexo, pois, a situação tem demonstrado ser necessário ultrapassar a mera construção de barramentos, ou qualquer outra atitude pontual, visto que depende da transformação e ampliação da rede de transportes, da melhoria e manutenção de estradas, da reestruturação do crédito agrícola, de novos incentivos à agropecuária, da melhoria da assistência técnica agrícola, da facilitação do escoamento de mercadorias, do apoio e incentivo ao cooperativismo, da elaboração de projetos de desenvolvimento, ecologicamente sustentáveis, da regularização fundiária, entre outros aspectos.

É preciso, ainda, fazer uma ampla discussão dos principais problemas socioeconômicos regionais que levem ao redirecionamento da ação dos órgãos locais e os de âmbito estadual, em busca de uma solução mais integrada e que atenda os anseios do VR como um todo.

Aporto minha canoa, ao final dessa jornada, na constatação de que as enchentes continuam a acontecer (FOTO 22), os rios continuam a fazer seu papel de “estrada fluvial” (FOTO 23), e a questão das barragens retornou à arena de discussões (FOTO 24), as comunidades negras se articulando, reclamando seus direitos, já que as barragens inundariam seus povoados e destruiriam sua cultura.

Desse modo, completa-se esta viagem por alguns aspectos do VR, onde o rio, como agente histórico, fez o elo de ligação entre o ontem e o hoje, fluindo pelas mudanças ocorridas. Este será o gancho que utilizarei como reflexão mais específica sobre Iporanga, município que me interessa diretamente para este estudo de caso.

CAPÍTULO V

IPORANGA, DOS MINÉRIOS À CIDADE PRESERVADA: RECUPERANDO UMA RICA HISTÓRIA

Se o observador, no alto do Morro da Coruja, retornar sua atenção para a torre da Igreja e para a arquitetura das casas à sua volta, elementos que, em conjunto, compõem aquela paisagem urbana, poderia sugerir que este cenário talvez fosse fruto de um interessante contexto histórico. Todavia, é muito provável que esse mesmo observador não imagine que essa história ocupe uma posição de maior destaque quando da reconstrução dos primeiros ciclos de expansão geográfica do Brasil colonial.

Entradas e Bandeiras desbravaram os sertões de uma terra promissora... aos olhos dos conquistadores, tentando, por meio de esforços oficiais e/ou espontâneos, descobrir riquezas minerais, conquistar os "selvagens" para a mão-de-obra escrava, explorar economicamente as matas e ocupar aquele solo fecundo e prometedor. A região do Vale do Ribeira, como um todo, seria coadjuvante desse processo de ocupação e produção histórica.

São muito controvertidos os primórdios da história de Iporanga, os escassos documentos encontrados são divergentes e algumas vezes contraditórios, contudo, este tema seria meritório de uma pesquisa específica, a qual não pretendo, em absoluto, fazer aqui.[49] Procurei, apenas, recuperar passagens que pudessem demonstrar a rica e, ao mesmo tempo, abandonada história de uma das primeiras regiões a serem desbravadas pelos portugueses. Esses dados e o próprio patrimônio histórico e arquitetônico ainda existentes em Iporanga justificam outro importante aspecto relativo à esta pesquisa, o **tombamento do núcleo histórico da cidade**.

[49] Uma interessante pesquisa na área de História Social, feita sobre populações negras no Médio e Alto Ribeira, traz importantes referências sobre a história de Iporanga (CARRIL, 1995), entretanto, pouco utilizei esses dados, pois já havia escrito o capítulo antes da defesa dessa autora.

Descrevi a história local em períodos relativamente homogêneos e que, de certa forma, representavam momentos mais importantes e característicos de Iporanga.

5.1- UM PASSADO "ÁUREO"

Esse primeiro período está ligado à exploração do ouro até o século XVIII. Não se tem notícias precisas sobre a formação do antigo arraial de mineração, entretanto, alguns historiadores e estudiosos da história da mineração relatam expedições que devem ter rumado o planalto, via Ribeira de Iguape, ou que poderiam ter passado próximo à região [50].

As descrições e crônicas feitas sobre as primeiras expedições lusitanas à terra conquistada, apontam para Martim Affonso de Sousa, que veio ao Brasil com o intuito de confirmar notícias levadas ao reino, de que deveria existir muito ouro, prata e pedraria nos sertões da costa sul.

Assim, em 1531, Martim Affonso deu ordem para que fosse realizada uma "entrada" a fim de comprovar as informações de um importante morador de Cananéia, que dizia haver ricas minas de ouro no interior da capitania de São Vicente, subindo pelo Ribeira.

Conforme o relato de Pero Lopes de Sousa (irmão de Martim Affonso) em seu ***Diário de Navegação***, o dito Francisco de Chaves se comprometia voltar em 10 meses ao porto com 400 escravos carregados de prata e ouro.

Para isso, Martim Affonso, forneceu 80 homens de sua frota de guerra, sob a chefia de Pero Lobo, sendo a expedição organizada rapidamente, saindo no dia 1°. de setembro daquele ano.

Existem controvérsias sobre o que realmente ocorreu com esta expedição, sendo usualmente citada a opinião de que devem ter sido totalmente trucidados pelos índios carijós. Mas, apesar das divergências sobre esse fato, esta foi, sem

[50] Os dados sobre expansão geográfica brasileira, história da mineração e suas relações com o VR, foram baseadas, principalmente, nos textos de: CALÓGERAS (1904-05), MAGALHÃES (1978) e GUIMARÃES (1981).

dúvida, uma das primeiras citações sobre explorações que rumaram o planalto montanhoso, via Rio Ribeira de Iguape, em busca dos metais preciosos.

Outra citação, esta ligada ao ciclo do ouro de lavagem, mostra que por ordem do então governador-geral Men de Sá, foram encarregados Brás Cubas e Luís Martins de verificarem a veracidade de alguns descobrimentos anônimos, que haviam sido descritos por D. Pero Fernandes, em 1552, e confirmados por José de Anchieta, em 1554.

Brás Cubas foi o principal fundador de Santos e na época era provedor da Capitania de São Vicente; já Luís Martins era um mineiro prático nomeado, em 1559, para examinar os metais existentes no Brasil.

Foram realizadas, então, duas expedições; a **primeira**, em 1560, dirigida pessoalmente por Brás Cubas, terminada em 1561 após percorrerem aproximadamente 2000 km, obteve-se bons resultados, sendo que os minérios encontrados foram encaminhados ao rei e ao governador. A **segunda**, foi chefiada por Luís Martins, em virtude de Cubas estar muito doente; foi uma expedição bastante curta, realizada em fins de 1561 ou começo de 1562, a qual encontrou ouro de excelente qualidade à apenas 200 km de Santos. Em ambas, é provável que se tenha tomado um rumo oposto ao previsto, que era para a região do São Francisco.

> **"Em 1560, a ser exacto nosso modo de ver, Braz Cubas tinha se guiado pelas mesmas directrizes para descer no valle do Paranapanema, por um dos seus affluentes da margem direita, descobrindo minas na região do Apiahi ou mesmo no Paranapanema; em 1562, Luís Martins, á procura das jazidas achadas dous annos antes, descobria as da Cahatiba, na zona de Campo Largo e Sorocaba." (CALÓGERAS, 1904-05:32)**

Existem dúvidas se esses achados foram, realmente, feitos em Apiaí, no entanto, é certo que nessa localidade foi encontrado e explorado ouro por muito tempo. Apesar disso, nada consta de terem sido tomadas providências da Coroa sobre as descobertas obtidas por Cubas e Martins, pelo menos naquele momento.

Sobre esse mesmo período, encontramos uma descrição que confere a Heliodoro Eobanos, entre 1570 a 1584, o descobrimento do ouro de lavagem em Iguape, Paranaguá e nos campos de Curitiba, após ter galgado a Serra do Mar.

Por volta de 1635, já existia a Casa Real de Fundição na vila de Nossa Senhora das Neves (hoje Iguape), sendo explorado ouro em toda a Região do Vale do Ribeira.

Manuel Pereira Sardinha, por volta de 1675, também teria tomado o rumo dos sertões de Paranaguá e da Ribeira de Iguape e, apesar da falta de pormenores dessa empreitada, é considerado que a mesma coincidiu com as descobertas das mais importantes minas de ouro de lavagem do atual estado do Paraná [51].

Apesar dessas descobertas e das tentativas de se ampliar o número de minas na Região, a produção de ouro era bem fraca neste período [52]. A bem da verdade, é que existiam inúmeras dificuldades e faltava maior incentivo à exploração mineral, que dividiam as atenções da Metrópole com a cultura canavieira, além disso, o panorama econômico brasileiro era bastante depressivo no final do século XVII, fruto da queda dos preços internacionais do açúcar, entre outros fatores.

O Grande Ciclo do Ouro, aconteceu somente no século XVIII, após algumas bandeiras terem encontrado o precioso metal nas Minas Gerais, no final do século XVII. A primeira delas, e a mais famosa, é a expedição de Fernão Dias Paes, realizada entre 1674 e 1681, que somente foi terminada por causa da malária que matou vários homens, inclusive o próprio bandeirante.

Duas figuras destacaram-se dessa bandeira, e contribuíram para a expansão do ciclo aurífero, são eles, Manuel da Borba Gato que por volta de 1698 encontrou riquíssimas minas na região de Sabará, e Garcia Rodrigues Paes, filho do "caçador de esmeraldas", que realizou entre 1698 e 1704, importante empreitada para abrir uma via de comunicação mais rápida ligando aquelas minas de ouro descobertas e o Rio de Janeiro, conhecida como "caminho novo". que teria sido autorizada pelo próprio governador do Rio, Artur de Sá e Menezes.

---

[51] CALÓGERAS nos complementa dados sobre a época dizendo que: **"A estrada costeira de S. Paulo para o Sul procurava Santos, seguia pelo littoral até Itanhaem e Iguape, e dahi subindo a Ribeira levava directamente aos campos de Corityba nas cabeceiras do Iguassú. Por ahi passaram os paulistas em fins de 1678[...]". (CALÓGERAS, 1904-05: 40)**

[52] **"O certo é que as produções foram decrescendo continuadamente** [sic] **e no último ano (1735) de funcionamento da Casa da Fundição de Paranaguá, o quinto real só representou 11,2 Kg. Estima-se que entre 1680 e 1697 a produção dessa região sul da Província de São Paulo foi de 50 a 80 Kg de ouro por ano, declinando para 20 a 30 Kg por ano no período de 1697 a 1735."(GUIMARÃES, 1981:64).**

Mesmo tendo inúmeras dificuldades para concluir a obra, devido ao seu comprovado esforço e dedicação, o filho de Fernão Dias mereceu do rei, em 1702, a nomeação de guarda-mor das minas de São Paulo, por um prazo de três anos:

> **"[...] tal cargo,- prêmio dos seus muitos serviços já prestados à coroa, - não o obrigava a afastar-se da gigantesca empresa de abrir o `caminho novo', porque o monarca lhe outorgara a faculdade de escolher guarda-mores distritais, que o representassem e substituíssem." (MAGALHÃES, 1978: 315)**

Trouxe estes dados à luz da pesquisa, pois Garcia Rodrigues Paes é freqüentemente indicado como um dos precursores do **Arraial de Santo Antonio de Iporanga**, juntamente com o guarda-mor José de Moura Rollim, Antonio Leme de Alvarenga e Nuno Mendes Torres.

Como um dos cronistas mais importantes para a história de Iporanga, Edmund KRUG, fez algumas descrições sobre o assunto em 1912, baseando-se em citações do livro de tombo de Iporanga.

> **"Na era de mil sete centos e sincoenta e cinco, os mineiros que trabalhavam nas lavras de ouro no Ribeirão de Yporanga [...], fizeram huma capella de paredes de taipas e cobrirão com telhas, no mesmo lugar da outra capella mais antiga coberta de capim, que os mencionados tinham feito, logo depois que vierão habitar no dito Ribeirão, em razão de ficar perto de suas lavras, de oiro, e Garcia Rodrigues Paes deu a imagem de Santa Anna para padroeira da dita nova capella, e Antonio Leme de Alvarenga deo para a dita imagem hum resplendor e coroa de oiro, que até o dia de hoje existe [...]" (KRUG, 1913: 30).**

Desse modo, o nó histórico representado pela citação da presença de Garcia Rodrigues Paes em Iporanga, no ano de 1755, se deve ao fato dele ter falecido em 1738 com noventa anos de idade (MAGALHÃES,1978:263), e mesmo que exista a hipótese dele ter estado em Iporanga em 1730, tal como aparece em alguns textos iporanguenses, citado como a última expedição desse bandeirante, poderia ser considerada duvidosa; entretanto, seja como for é o que está registrado no livro de tombo e citado por vários autores (KRUG, 1913 e 1939; LINO, 1978 e NESTLEHNER, 1979).

Assim, mesmo longe de resolver problemas ligados aos registros históricos, pode-se inferir que, apesar da produção aurífera da província ter sido considerada inexpressiva, perante o quadro nacional da época, o produto do garimpo de Iporanga

teria sido suficiente para manter o povoado e, ainda, contribuir para o desenvolvimento local.

5.2- FIXANDO RAÍZES

Desse modo, a segunda fase de Iporanga, na primeira metade do século XIX, seria reflexo da decadência da exploração do ouro em todo o país, entretanto, novos rumos foram tomados nessa região.

Com o progressivo abandono da atividade mineral, o arraial no garimpo de Santo Antonio, localizado num ponto do “sertão” à aproximadamente 7 km da foz do rio Iporanga, foi paulatinamente se esvaziando, seus moradores foram, então, se transferindo para um novo local, próximo das margens do Ribeira, na confluência com o ribeirão Iporanga (atual área do sítio urbano do município). Foram, então, se fixando em torno da agricultura, continuando suas plantações, principalmente de arroz, cujos excedentes eram transportados para a Villa de Iguape.

Afora o esgotamento do ouro, um outro motivo para essas mudanças está relacionado com o assoreamento do rio Iporanga, causado pela excessiva remoção do cascalho para o garimpo, dificultando, inclusive, a navegação no local.

Em meio a esse processo, chega ao povoado, em 1802, o padre Bernardo de Moura Prado, primeiro vigário a fixar residência na localidade, já que até então eram os vigários da Villa de Apiahy que anualmente celebravam os sacramentos religiosos. Dadas as dificuldades e o incômodo para o povo se deslocar até a capela do antigo arraial, na área do garimpo, a fim de assistirem as missas e sepultarem os mortos no cemitério, além do abandono em que se encontrava aquela capela [53], o padre Bernardo iniciou um movimento oficial para construir uma nova capela onde já estava instalada a maioria dos moradores, na barra do ribeirão Iporanga [54].

---

[53] Em 1805, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, descreveu aspectos da região no seu "Diário de um Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo": **" saí de um sítio onde pousara, e passei pelo arraial de Iporanga, hoje deserto, e com uma igreja ameaçando quase ruína, por falta de boas lavras, pois que as que havia de rendimento já foram de todo trabalhadas."(ANDRADA, 1977:188).**

[54] Para os próximos dados históricos utilizarei como referência básica os textos de KRUG (1908, 1913 e 1939).

Esse vigário conseguiu a doação de um bom terreno próximo ao Ribeira, de propriedade de uma devota local, onde foi construída, em taipa de pilão [55], a nova capela de Sant'Anna, padroeira da cidade. Assim, convocado o povo, foi realizado um mutirão para roçar a área onde seria instalada a freguesia e fazer uma plantação de arroz a fim de se pagar ao menos o mestre de taipas; o produto liquido rendeu cem mil réis. Lá pelo ano de 1814, então, o vigário mandou tirar provisão para a ereção da nova capela.

Somente, em 1815, foi dada a licença do Bispo, quando então iniciaram as obras da capela, sendo a mesma terminada em 1821. Após terem sido feitos os tramites burocráticos da igreja, necessários naquela época, tanto por parte de Apiaí, a qual estava vinculada a capela de Iporanga, quanto por parte do bispado em São Paulo, a dita capela foi, então, benzida em meados de 1822. (KRUG, 1913:300-306)

Em virtude do isolamento do povoado e das dificuldades de transporte, causada pelos péssimos caminhos de tropa que seguiam para Apiaí e o precário transporte de canoas ligando à Eldorado, seus habitantes viviam pacatamente, sendo que a maioria se encontrava na zona rural, indo ao núcleo do vilarejo apenas quando faltavam materiais de primeira necessidade (tecidos, sal, etc.), por outro lado ***"...é provável que ainda se bateasse bastante ouro"*** (KRUG, 1913:306).

Nessa época, dados os interesses políticos dos moradores do povoado, foi realizado um movimento para elevar a povoação à categoria de Freguesia, sendo a mesma instalada em 1830.

O termo da Assembléia Geral de novembro desse mesmo ano mostrava a existência de 1.200 moradores que se dedicavam à criação de porcos e a plantação de arroz e cana.(RATH *apud* KRUG, 1913:308)

Assim, esta nova fase caracterizou-se pelo fortalecimento do povoado como entreposto, interligando a Baixada do Ribeira e o planalto de Apiaí; devido a isso é costumeiro ouvir de moradores antigos que Iporanga teria passado por um período

[55] Existem dois tipos de taipa: a **taipa de mão**, também conhecida como pau-a-pique, é uma das técnicas construtivas mais simples e de baixo custo, utilizada até hoje na região, principalmente para a construção de casas; e a **taipa de pilão**, onde as paredes são maciças, constituídas apenas pelo barro socado com pilão ou com o auxílio dos pés, de modo a obter-se maior consistência da massa. A igreja da Matriz é o exemplo mais significativo da taipa de pilão ainda existente em Iporanga (NESTLEHNER, 1979:42).

de fartura e riqueza, mesmo com o esgotamento do ouro, com uma economia baseada na agricultura, pequena indústria de transformação e na próspera atividade comercial.

> **"Consta que no recém criado Distrito de Paz de Santana de Iporanga, criado a 9 de janeiro de 1832, haviam 30 casas comerciais, quarenta fábricas de rapadura, vinte e oito fábricas de aguardente, vinte e duas fábricas de farinha, dois latoeiros, dois alfaiates, três ferreiros e um fogueteiro[...]. Em 1841, comemorando a data de coroação de D. Pedro II a Vila inaugura o Teathro Recreativo Santana, fazendo-se apresentar companhia lírica francesa vinda até a Vila especialmente para o evento." (LINO, 1978b:20-21)**

Em 1843, Iporanga foi desmembrada do município de Apiaí para o de Xiririca, esse seria o primeiro passo para deflagrar o processo pela sua emancipação político-administrativa.

5.3- DESCOBERTA DO CHUMBO: RUMANDO AO DESENVOLVIMENTO?

Na segunda metade do século XIX, constituiu-se a terceira fase de Iporanga, com a retomada da exploração mineral, só que desta vez ligada às descobertas de grandes jazidas de galena argentífera, minério de chumbo com alto teor de prata.

A Freguesia de Sant'Anna de Yporanga descrita por Carlos Rath, geógrafo alemão que, por volta de 1854, esteve realizando levantamentos geológicos e geográficos no Alto Ribeira, contava com:

> **"[...] pouco mais de 30 casinhas, uma capella e uma cadea: consiste em uma rua, e as outras casas espalhadas; lugar bem triste que se pode ver nas margens da Ribeira[...]as capoeiras e os mattos afogam a gente." (RATH *apud* KRUG, 1913:308) (grifo meu)**

Parece haver uma contradição entre essas informações e os dados apresentados no item anterior, entretanto, o próprio KRUG contesta o texto de RATH, dizendo que ele foi muito superficial na sua descrição, não concordando com sua visão negativa do povoado, afirmando que **"[...] pelo contrário, de todos os muitos logares que conheço na zona sul-paulista é este o que mais me attrahiu[...]"** (KRUG, 1913:299). Seja como for, esta parte está um tanto quanto obscura por falta de dados, ou por causa das divergências nos poucos documentos existentes.

O plúmbeo minério havia sido descrito por ANDRADA, em 1805, e, posteriormente, por RATH, em 1856, entre os mais citados[56]. Inclusive o ilustre viajante e diplomata inglês, sir Richard Francis Burton, já afirmava, em 1866, quando esteve em viagem por Iporanga, que:

> **"[...] é uma localidade que pode chegar a ser alguma coisa, se as minas de chumbo e de outros minerais forem explorados. Desgraçadamente não o são."(BURTON *apud* KRUG, 1939:14)**

Estas minas de chumbo, no entanto, foram consideradas como tendo sido oficialmente descobertas em 1857, pelo engenheiro civil francês Luiz D'Ordan [57], o qual teria grande interesse em extrair o minério, pois considerava que eram as jazidas mais ricas que ele já havia observado.

Entretanto, o documento elaborado em 1891 por Henrique Ernesto Bauer, sobre a mineração de chumbo na região, não descreve nenhum aspecto que demonstre a concretização dessa empreitada, pelo menos naquela época. Assim, o chumbo permaneceu ainda por um bom tempo escondido no meio da espessa mata, sob as montanhas da região conhecida como Morro do Chumbo, por outro lado, levantou novas expectativas de desenvolvimento entre a população iporanguense.

Iporanga, consolidada como entreposto comercial, abastecia os viajantes que se dirigiam para Xiririca utilizando canoas, ou que seguiam em direção ao planalto por meio de tropas de burro, rumando, principalmente, à Apiaí, Faxina (atual Itapeva), São José do Paranapanema (atual Guapiara), Capão Bonito e Itapetininga.

Além da próspera e influente categoria dos comerciantes, a figura do tropeiro tornar-se-ia tradicional, já que a população e os viajantes precisavam transportar mercadorias e bens por difíceis caminhos, dentro do sertão bruto, e era necessário

---

[56] Vide ANDRADA (1977) e RATH(1856), sendo que este último texto, assim como outros preciosos e raros documentos históricos, podem ser xerocados na íntegra na biblioteca da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, na Capital de São Paulo.

[57] Existe alguma controvérsia quanto ao nome desse francês, BAUER (1891:1) cita Luiz D'Ordan; GUIMARÃES (1981:96) escreve De Orlan, e LISBôA (1990:4) escreve D'Ordant, utilizarei D'Ordan por ser a forma mais citada. LISBôA é um cronista local que cita um ofício da Câmara Municipal de Iguape, datado de 1857, encaminhado ao Presidente da Província de São Paulo informando e alertando sobre essa importante descoberta.

garantir a segurança nessas caravanas; além disso, os tropeiros eram responsáveis por trazer notícias de fora e manter o comércio local abastecido com as novidades da época.

Apesar da atividade agrícola tradicional do Vale do Ribeira se voltar, principalmente, para o arroz e cana-de-açúcar, em Iporanga, entre outros municípios do VR. Houve, também, a tentativa de desenvolver o algodão, por volta do ano de 1866. Isso se deve à grande necessidade dessa fibra durante a ***Guerra do Paraguay***, e isso teria sido incentivado por um edital local que livraria o indivíduo de ir para o campo de batalha desde que se plantasse uma certa quantidade de algodão. Entretanto, essa cultura agrícola não vingou devido às dificuldades de transporte e ausência de melhores incentivos governamentais.

Assim, com a possibilidade de explorar o chumbo e com o fortalecimento da agricultura, os iporanguenses reforçaram o movimento para a elevação da Freguesia à categoria de Villa, o que acabou acontecendo em abril de 1873. O rápido crescimento da Villa de Sant'Anna de Yporanga levou à instalação do município de Iporanga em 12 de janeiro de 1874, data na qual é comemorado o aniversário da cidade. No levantamento estatístico, realizado em 1875, para a província de São Paulo, consta que a povoação de Iporanga contava com 3.000 habitantes (GODOY, 1978).

Nessa mesma época, foi inaugurado o sistema de iluminação pública, contando com lampiões de ferro todos trabalhados em relevo, importados da Europa. Iporanga foi considerado o 4^{o}. município da província a possuir esse aparelhamento público, que era alimentado com azeite de baleia e, posteriormente, com querosene.

A cultura religiosa sempre foi transmitida em Iporanga; desde 1865, já ocorria a festa de Nossa Senhora do Livramento e de São Benedito, que se tornou tradicional até os dias de hoje. A festa é realizada entre os dias 31 de dezembro e 02 de fevereiro, consistindo em uma procissão fluvial de embarcações ornamentadas, que descem o Ribeira até o porto do ribeirão Iporanga, escoltando a réplica de uma caravela portuguesa -improvisada com canoas, madeira, tecidos, bandeirolas, etc. -

que traz em seu interior as imagens sacras. Depois segue-se em procissão por terra, acompanhada pelos fiéis e a bandinha, até a Igreja da Matriz [58]. (FOTO 25 e 26)

Por sua importância cultural, alguns anos mais tarde, em 1884, foram concluídas as obras da torre principal da Igreja da Matriz, projetada e construída pelo arquiteto alemão, Guilherme Looze (ou Lohser).

Antes mesmo da conclusão da torre foi mandado confeccionar na Bélgica, um magnífico sino de bronze, ao qual vários moradores afirmam que foi acrescentado ouro do próprio ribeirão Iporanga, a fim de causar uma melhor sonoridade, sendo que na sua parte externa aparecia em relevo o brasão do império. O dinheiro para a confecção do sino teria sido obtido por doação de um próspero comerciante local. Moradores antigos da região afirmaram, também, terem ouvido que o próprio imperador, Dom Pedro II, teria dado uma contribuição, sendo então, instalado no ano seguinte à inauguração da torre, em 1885. (FOTO 27)

A pesquisa da galena estaria se desenvolvendo, a partir da década de 1870, sendo o engenheiro-geólogo Henrique Ernesto Bauer[59] a pessoa que mais contribuiria para o levantamento e divulgação das riquezas minerais iporanguenses. Esse alemão chegou em Iporanga no ano de 1873 e logo iniciou suas pesquisas geológicas no afamado Morro do Chumbo, ampliando para o restante do município e, depois, para todo o VR. Em 1876, Bauer elaborou o primeiro mapa topográfico e geológico, contendo a localização precisa dessas minas de galena de Iporanga.

Com base nesses dados geológicos, em 1878, começou a funcionar a primeira mina de chumbo de Iporanga, e provavelmente do Brasil, pela **Mineração Iporanga S/A** de propriedade do Comendador Domingos Moitinho, no Morro do Chumbo.

O relatório escrito por Bauer, em 1891, nos elucida muitos fatos. Ele apresenta uma descrição completa dos levantamentos realizados na região, esclarecendo que

---

[58] Nesses dias a cidade praticamente duplica em número de pessoas, entretanto, observa-se que o patrimônio arquitetônico, as tradições e a cultura iporanguense como um todo, vem sofrendo um processo de descaracterização. Assim, apesar de algumas festas e atividades típicas continuarem acontecendo, lentamente está ocorrendo um esvaziamento e perda da identidade cultural.

[59] Dadas as suas importantes contribuições para o desenvolvimento de Iporanga, esse geólogo alemão obteria a cidadania brasileira, em sessão solene da Câmara Municipal, no dia 21 de novembro de 1876. Em virtude disso, Bauer ficou na região e acabou se casando com uma moradora do local; fez vários estudos geológicos, levantamentos topográficos e reconhecimento de várias grutas. Faleceu em 1896.

as pesquisas no Morro do Chumbo foram suspensas antes de chegarem ao seu término e que a estrada para Faxina naquela época era quase intransitável.

Descreve, ainda, outra importante região plumbífera, conhecida como Espírito Santo, cujo minério só foi descoberto, em 1871, por João Paulo Dias e William Smith. Em 1874, o Comendador Moitinho mandou fazer uma galeria de pesquisa, mas logo foi abandonado o serviço, o que Bauer condenou:

> **"Isso foi certamente um erro, e se se tivesse empregado no Espírito Santo o dinheiro e a atividade que se empregou no Morro do Chumbo, a mina talvez não tivesse sido abandonada."(BAUER, 1891:1)**

Neste primeiro momento, os trabalhos se limitaram mais à pesquisa das potencialidades das jazidas de chumbo; inclusive um cronista iporanguense, Luiz Nestlehner, afirma em seus textos que aquela companhia de mineração teria aberto grandes galerias que, entretanto, em poucos anos foram abandonadas. Contudo, a região possui um inegável potencial mineral, pois, além do chumbo existe, entre outros minérios, a prata, o zinco, o ouro, o manganês e, abundantemente, o calcário.

Ao mesmo tempo, é por conta da existência de rochas carbonáticas que existe uma infinidade de cavernas na região, algumas das quais já haviam sido exploradas por Bauer, entretanto, somente em 1898 seria publicado o primeiro artigo paulista sobre as cavernas da região do Morro do Chumbo e da Arataca, descritas pelo naturalista alemão, radicado no Brasil, Ricardo Krone, cujos trabalhos contribuiriam para o desenvolvimento dos estudos sobre Espeleologia e Paleontologia no estado de São Paulo (KRONE, 1898, 1904 e 1909). Estes trabalhos despertaram o interesse pela preservação desse importante patrimônio natural.

De outro lado, o relevo acidentado, a mata densa, adicionado à carência de boas estradas, a inexistência de formas de transporte adequadas e a falta de incentivos governamentais, acabaram, novamente, dificultando o desenvolvimento regional. Bauer propôs um ramal ferroviário no sentido de minimizar o problema (BAUER, 1890), entretanto, esse fato não se concretizou. (FIGURA 8)

Além disso, com a libertação dos escravos em 1888, a perspectiva de prosperidade, no ponto de vista dos donos do poder, tornaria-se ainda mais distante, pois com a falta de mão-de-obra gratuita a atividade agrícola, baseada na rizicultura

e no cultivo da cana, lentamente daria lugar à simples agricultura de subsistência, nas localidades que foram se formando pelos ex-escravos e seus descendentes, atividade essa que prevalece até hoje. Desse modo, ao final desse período, mesmo em meio a essas tão faladas riquezas minerais, Iporanga continuou isolada - no sentido mais amplo dessa palavra - da economia central da província.

5.4- REVIVENDO A ILUSÃO: NOVAMENTE O CHUMBO

Nesse período, primeira metade do século XX, a população iporanguense vivenciou, novamente, a ilusão de que seus ricos minérios ainda trariam melhorias à situação econômica do município. Entretanto, a primeira fase dessa época caracterizou-se por uma pausa no crescimento da cidade, já que as ações governamentais não atingiam esse pequeno município, isolado na região do Alto Ribeira. Apesar disso, a sede municipal chegou, em 1906, à categoria de cidade.

A **CGG**, realizou, em 1906, uma expedição técnico-científica no VR, e no seu relatório, **"Exploração do Rio Ribeira de Iguape"**, apresentado em 1908, foram mostrados alguns aspectos da cidade de Iporanga, inclusive, algumas melhorias que foram necessárias para a manutenção do status de entreposto comercial:

> **" Este município tem uma renda diminuta, a menor das do valle do Ribeira; no emtanto sua edilidade bem dirigida e intencionada tem feito diversos melhoramentos e commodidades para o público; possue boa e abundante água potável que é distribuída grátis para o abastecimento da população; as ruas são conservadas limpas, os portos concertados sempre que é necessário, e a municipalidade conserva limpa e bem tratada área gramada para o descanço dos animaes de carga de tropas que do alto da Serra aqui vêm commerciar."(CGG, 1914:2)**

KRUG esteve na região nessa mesma época e fez também uma importante descrição da cidade, fornecendo uma imagem real do seu cotidiano:

> **" A igreja é o ponto central de todo o logar; dahi sahem as ruas que vão aos diversos pontos da povoação, e neste mesmo logar, no pateo da igreja, acham-se os armazens mais importantes que suprem os moradores da villa e os proprietários dos sítios, distantes dous ou tres dias de canôa, no Rio Pardo, Rio Turvo e Ribeira acima, etc./ Há entre estes armazens alguns de consideravel importancia attendendo-se ás necessidades da povoação, e é, principalmente aos domingos e dias santificados, dentro delles que se manifesta a parte mais interessante da vida do povoado [...]. Roceiros de longe offerecem suas mercadorias em troca deste ou daquelle indispensavel instrumento para a lavoura, ou propõem a barganha de sua colheita de**

> **arroz ou de milho ao proprietário, com vantagem reciproca. É natural que o proprietário do armazem saia lucrando[...]"(KRUG, 1913:298)**

Entre outros aspectos apresentados sobre Iporanga do começo do século XX, KRUG, como arquiteto que era, nos proporciona algumas reflexões de fundamental importância para a compreensão da situação do patrimônio cultural e arquitetônico:

> **"Percorrendo com maior attenção o logar, verifica-se acharmo-nos em sitio antigo, vestigios de architectura colonial se observam nos dois ou mais sobrados velhos, bem velhos, ahi existentes. Nelles encontram-se, no pavimento superior: sacadas estreitas, constituidas de balaustres de taboas recortadas e pintadas de uma só côr. são estas casas documentos historicos, já carcomidos, não pelas traças dos nossos archivos, mas sim pelos dentes do tempo e pela humidade proveniente da evaporação das crystalinas aguas do Rio Ribeira; estes dois factores já deram cabo de grande parte da madeira que constitue estas habitações historicas, que em breve, em bem poucos annos, desapparecerão dentre as novas, reduzindo-se a pó, devido á demolição, para darem logar a outras que ahi se levantarão."(KRUG, 1913:299)**

O documento elaborado pela CGG demonstrava, ainda, que a navegação por canoas para Xiririca era subsidiada pelo governo estadual (Companhia de Navegação Sul Paulista) dado o “intenso” tráfego com a finalidade de escoar mercadorias, visto a importância do comércio local e a presença de diversas fábricas de transformação (aguardente, rapadura, fumo, etc.). (CGG, 1914)

A criação e exportação de porcos, incluindo seus derivados, era a principal fonte de renda municipal. Enquanto isso, em 1910, o Governo do Estado criava uma lei para a desapropriação de grutas da região, provavelmente fruto dos trabalhos de Krone e de Krug.

Entretanto, consideravam que a cidade somente poderia chegar a ter um rico futuro, se fossem exploradas suas jazidas minerais. É nessa direção que se encaminhou a economia local, por meio da exploração do chumbo, associado à ele a prata, o zinco e ouro, também, iniciou-se a mineração do calcário.

Assim, no início deste século, foram descobertas as minas de chumbo na região de Furnas e Lageado. Com a criação da Sociedade de Mineração Furnas, o movimento causado pela geração de empregos trouxe um aparente progresso para Iporanga; entretanto, o minério era penosamente escoado pela navegação fluvial até a ferrovia Santos-Juquiá, na Baixada do Ribeira, de onde seria encaminhado para o

Porto de Santos, finalmente, o minério seria exportado para a Europa, principalmente, durante a Primeira Guerra Mundial [60].

De acordo com alguns antigos trabalhadores da mineração, a exploração era muito primitiva, com o carregamento efetuado manualmente em cestas colocadas nas costas dos operários, o minério era quebrado e ensacado em sacos de 55 Kg, daí ia em lombo de burro, 30 a 40 burros todo dia, até a cidade de Iporanga na qual era embarcado em grandes canoas. Saía mensalmente do município de 50 a 100 toneladas do minério bruto. (João M., 78, depoimento, 25 jan.1991)

Apesar do florescimento dessa atividade econômica, a falta de meios de transporte mais adequados, associado ao abandono da região e das conseqüências causadas pela instabilidade política do país e de Iporanga, resultantes das revoluções de 30 e 32, levaram o município à decadência, observado pela redução do mesmo à condição de distrito de paz, em 1934, conseguindo somente ser reinstalado em 1937 (LINO, 1978b: 23).

Neste ínterim, ressurgia a Companhia de Mineração Iporanga, presidida agora pelo neto do Comendador Moitinho, que cogitou instalar uma usina de fundição de chumbo na região do Espírito Santo, local que Bauer havia citado como área bastante promissora, visto que o transporte do minério bruto ficava muito caro. Guimarães, que, também, era um estudioso em história da mineração comenta sobre as agrúrias dessa primeira usina de fundição de galena argentífera do Brasil:

> **"O projeto só foi concluído [...] em 1936, e uma pequena usina, com um forno tipo `blast furnace', de 30 toneladas diárias de carga, foi construída com enorme dificuldade, com toda a sua maquinaria transportada, em boa parte, em lombo de burro, até o local da instalação. Infelizmente, essa usina pouco operou, paralisando definitivamente seus trabalhos antes de 1940." (GUIMARÃES, 1981: 107)**

Os problemas com a inexistência de estradas deixavam Iporanga totalmente isolada e isso muito prejudicou as iniciativas de mineração e a possibilidade de um real desenvolvimento. Pandiá Calógeras já contestava, em 1928, as críticas feitas levianamente contra o prolongamento da rede ferroviária do sul do estado, referindo-se a uma possível ferrovia que facilitaria o escoamento do chumbo e outros minérios,

[60] Conforme informações obtidas nos textos: ROCHA (1973:1) e GUIMARÃES(1981:107).

ligando definitivamente o Alto Ribeira (desde o Paraná) até Santos (CALÓGERAS, 1928: 62-63), entretanto, essa idéia jamais se concretizou.[61]

Esta situação de isolamento começou a se modificar na gestão do governador Armando de Sales Oliveira, quando se encontrava em fase final a construção da estrada de rodagem, ligando Iporanga à Apiaí até a Rodovia São Paulo-Curitiba, esta última havia sido construída em 1930. Por outro lado, ao invés de construí-la passando pela região do Espírito Santo, onde o relevo era menos acidentado e a distância era menor, ela foi alocada passando pela região de Furnas, uma estrada perigosa, acidentada e traçada serpenteando a Serra de Paranapiacaba. Discutirei melhor os motivos em outro capítulo.

Dando continuidade ao seu ciclo de altos e baixos, em 1937, Iporanga foi afetada por uma das maiores enchentes que assolou a Região do VR (o Ribeira subiu 11 m). Esta enchente deixou um saldo de danos irreparáveis à agricultura e à criação de suínos, deixando muitas pessoas desabrigadas. A maior conseqüência desse fato foi a propagação, no ano seguinte, de uma avassaladora epidemia de malária, que deixou um saldo de muitas vítimas fatais.

Assim, por conta desses problemas e da instabilidade econômica do município, os iporanguenses se utilizaram da estrada, recém implantada, para saírem em busca de melhores locais para morar e trabalhar. E o progresso esperado com o advento da estrada foi, então, substituído pelo inicio do processo de esvaziamento da cidade, favorecido por uma série de más administrações municipais que sucederam (FERRAZ, 1945)[62]. Paralelamente, em 1938, por força de um decreto estadual é incorporado o distrito de Barra do Turvo ao distrito sede de Iporanga.

Em 1940, concomitantemente à mineração, uma nova alternativa econômica é testada, a indústria extrativista vegetal, tendo como principal produto o **palmito**. A primeira fábrica foi instalada na Fazenda Santana, próxima ao Bairro Pilões.

---

[61] BAUER (1890) havia proposto a implantação de um ramal ferroviário passando pelo Morro do Chumbo, em Iporanga, ligando a Baixada do Ribeira à Faxina (Itapeva), no planalto. (vide FIGURA 9)

[62] João de Sousa Ferraz foi um ilustre professor de Iporanga, que resgatou os aspectos regionais do início do século XX, produzindo um romance de costumes, bastante comentado na época. (FERRAZ, 1969)

A exploração de chumbo, também, retomava o destaque, a partir de meados da década de 40, quando foi instalada em Apiaí, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), uma usina experimental para tratamento e refinamento do minério proveniente de todo o Alto Ribeira. A mesma deve ter funcionado pelo menos até 1959, paralisando suas atividades por falta de minério suficiente para a fundição (PINHO, 1964:122), o que justifica porque o auge da Mineração Furnas tenha ocorrido entre os anos de 1955/56 (LINO, 1978b:23).

Naquele mesmo período, o engenheiro de minas **José Epitácio Passos Guimarães**, do Instituto Geológico e Geográfico (IGG), esteve realizando uma série de estudos sobre o chumbo de Iporanga (posteriormente sobre o calcário), visando ampliar a exploração mineral na região. Entretanto, ele afirma que as pesquisas não chegaram a bom termo, pois os teores eram mais baixos que os padrões aceitos na época, quanto à possibilidade de manter uma exploração economicamente viável.

Assim, essa fase termina com pesquisas sobre as cavernas existentes na região, realizadas por membros da população local e por espeleólogos experimentados, visando a descoberta de novas grutas e com a perspectiva de se analisar a viabilidade de serem utilizadas como atração turística e constituir nova fonte de renda para o município.

5.5- PRESERVAÇÃO X DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS DE UM APARENTE ANTAGONISMO

O início desta última fase da história de Iporanga, em meados da década de 50, foi marcado por especulações sobre a possibilidade de desenvolvimento do turismo, pois, a partir de 1956, a mineração de chumbo entrou em declínio e a mineração de calcário não era expressiva no município. Iporanga continuava a ser um município isolado, pacato e sem o tão esperado "progresso".

De outro lado, com os entendimentos obtidos entre o IGG e a PPI, começa a se estruturar um movimento de pressão política para a criação de um parque florestal do estado para proteger as cavernas da região, fato que se concretizou em 1958, com a criação do PETAR.

Iporanga, nessa época, passou por nova fase de estagnação econômica agravada pela própria situação do país, inflação e crise econômica. Ocorreu, também, em 1964, a emancipação política de Barra do Turvo, havendo um grande êxodo da população iporanguense, uma parte foi para aquele novo município, que vinha crescendo, outra parte migrou para grandes cidades em busca de melhores condições de vida, com destaque a região do Grande ABC e da Capital.

A "salvação" do município por meio da mineração do chumbo caiu novamente por terra, quando a Sociedade de Mineração Furnas obteve o termo legal de quebra em 1966 e o decreto de falência em 1969; ao mesmo tempo, as minas existentes na Região do Lageado foram, também, paralisadas por serem consideradas antieconômicas, fato este causado principalmente pelo alto custo do seu transporte. (ROCHA, 1973: 4)

Ao mesmo tempo, entretanto, todo o VR vivia a ilusão de que o governo estaria buscando alternativas para a região. Em 1968, em meio à conturbada época que vivia o país (ditadura, repressão, AI-5, prisões políticas, rebeldia, etc.), o governador Abreu Sodré iniciou um conjunto obras pontuais, tais como, abertura de estradas vicinais, construção de pontes, e criação de uma série de órgãos, de âmbito regional, ligados à política desenvolvimentista e assistencialista do governo estadual e federal.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), em 1969, e o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL), implantado a partir de 1971, com ajuda do governo japonês, são exemplos dessas ações. Também em 1969, a USP realizaria uma série de estudos sociológicos em convênio com o DAEE visando, entre outras coisas, a implantação de barragens no VR. (SÃO PAULO, DAEE, 1969)

Nesse mesmo período, ocorreu, igualmente, uma série de melhorias em Iporanga, como a estrada ligando ao município Eldorado, que tirou a cidade do isolamento e facilitou seu contato com a região de Registro. Outros melhoramentos, já na década de 70, foram: posto telefônico, iluminação elétrica pública, Ginásio Estadual, a ponte sobre o rio Ribeira, a Casa da Lavoura, o calçamento das ruas

principais, instalação da agência da CESP e posteriormente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Este súbito processo de melhorias para a região do VR, pode ser justificado pela existência de um movimento de guerrilha, contrário à política implantada pelos governos militares, organizado pelo capitão Carlos Lamarca, que esteve na região no período entre 1968 e 1971 (JOSÉ & MIRANDA, 1989 e MARTINEZ, 1995). Existe muito folclore local sobre o assunto, estimulando o imaginário, as especulações, entretanto, a verdade é que todos esses empreendimentos no VR não teriam a mesma intensidade, se não fosse por esse motivo, pois, era preciso ocupar esse espaço, tão abandonado do estado.

A década de 70, foi marcada pela manutenção da política assistencialista, em contrapartida, foram elaboradas várias proposta para o aproveitamento turístico do ambiente natural e proteção do patrimônio histórico-cultural da região.

Com a reativação, a partir de 1979, da mineração de chumbo, e principalmente do seu mais importante subproduto: a prata, agora pela Companhia Argentífera Furnas (CAF), viveu-se novamente a ilusão de que o "progresso" chegaria, baseado em um modelo desenvolvimentista-extrativista.

Ainda nessa época, foram reativadas as fábricas de palmito, serrarias, madeireiras e toda a sorte de atividades de cunho extrativista, que atraíram muitas pessoas para a região. Essas atividades por serem realizadas de forma predatória acabaram levando ao conflito com a questão da conservação do meio ambiente.

O início da década de 80 foi marcado pela acentuação dos conflitos, em virtude da resolução que definiu o tombamento da cidade e da criação de um grupo de trabalho para reativar as discussões para o processo de implantação do PETAR.

O maior conflito foi devido à problemática causada pela falta de títulos de propriedade de terras. Levantamentos realizados pela Secretaria de Estado da Agricultura para o **"Macrozoneamento das Terras da Região do Rio Ribeira de Iguape"** demonstraram que:

> **"[...] o processo de titulação foi bloqueado há muitos anos e poucos agricultores se dispõem a investir em terras cuja posse está ameaçada pela grilagem e a violência, impedindo o progresso e marginalizando a região, como um todo, dos benefícios possíveis no País." (LEPSCH *et al*., 1988:53)**

Por fim, gostaria de fazer um balanço demográfico desse último período; esta análise poderá demonstrar as flutuações que o município sofreu. É preciso lembrar que até o censo de 1960, Iporanga contava com o distrito Sede e o distrito de Barra do Turvo, ambos tinham forte predominância rural, sendo que Iporanga sempre contou com o maior contingente populacional.

Entretanto, nos censos seguintes observou-se que, apesar de ainda permanecer predominância rural, com a emancipação da Barra do Turvo ocorreu uma inversão, em termos demográficos; enquanto a Barra do Turvo continuou o seu processo de crescimento, Iporanga sofreu um significativo esvaziamento, principalmente da zona rural.

Outro fato importante foi o crescente processo de urbanização que ingressou, principalmente, o município de Iporanga, no entanto, devido as deficiências do aparelhamento urbano acabou perdendo, relativamente, a população (GRAZIANO *et al.*,1989:76). A TABELA 5.1 demonstra esses fatos.

Tabela 5.1- Evolução da população total, urbana e rural para os municípios (ou distrito) de Iporanga e Barra do Turvo, no período de 1940-80

MUN. \ ANO	1940[1]		1950[2]		1960[2]		1970[3]		1980[3]	
	5345		4839		4833		3927		4718	
IPORANGA	424	4921	442	4397	597	4236	528	3399	1196	3522
	7,9%	92,1%	9,1%	90,9%	12,4%	87,6%	13,5%	86,5%	25,3%	74,7%
	2528		3104		3703		3993		4885	
BARRA DO	91	2437	221	2883	318	3385	328	3665	970	3915
TURVO	3,6%	96,4%	7,1%	92,9%	8,6%	91,4%	8,2%	91,8%	19,9%	80,1%
POPULAÇÃO	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR

(1) Fonte: SÃO PAULO/DAEE/BRASCONSULT (1966)
(2) Fonte: PINHO (1964) considerado os distritos: Sede e Barra do Turvo.
(3) Fonte: respectivos censos do IBGE.

Iporanga, nos anos 80 e 90, continuou vivendo a ilusão de que as melhorias viriam do processo de industrialização mineral, por outro lado, sua economia permaneceu baseada na extração do palmito, agora clandestina, já que as fábricas haviam sido fechadas em meados da década de 80, fruto da política preservacionista. Viveria, também, da agricultura de subsistência, muito pouco da

mineração, do comércio e do lento desenvolvimento do setor de serviços, ligado ao turismo, em virtude asfaltamento da estrada que liga Iporanga à Caverna do Diabo.

Paralelamente, estavam sendo ampliados os estudos para a dinamização do uso turístico do PETAR, pela Secretaria do Meio Ambiente, por outro lado, continuaram os levantamentos de cavernas e aumento do número de grupos de espeleologia, sendo a Sociedade Brasileira de Espeleologia a entidade que continuou propondo formas de organização destes simpatizantes da causa ambientalista no Alto Ribeira.

Diversos projetos e trabalhos desenvolvidos por grupos de espeleologia, reforçados por atividades intergrupais, promoveram a valorização ambiental e turística da região. Ao mesmo tempo, houve um maior envolvimento dos espeleológos com a questão da educação ambiental, a partir da década de 90, inclusive, com a implantação da Seção de Educação Ambiental do Departamento de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (DEPROPE), que promoveu diversas atividades no Alto Ribeira, tais como: capacitação de professores, treinamento de monitores turísticos, entre outros. (FIGUEIREDO, 1994, 1996 e 1997a)

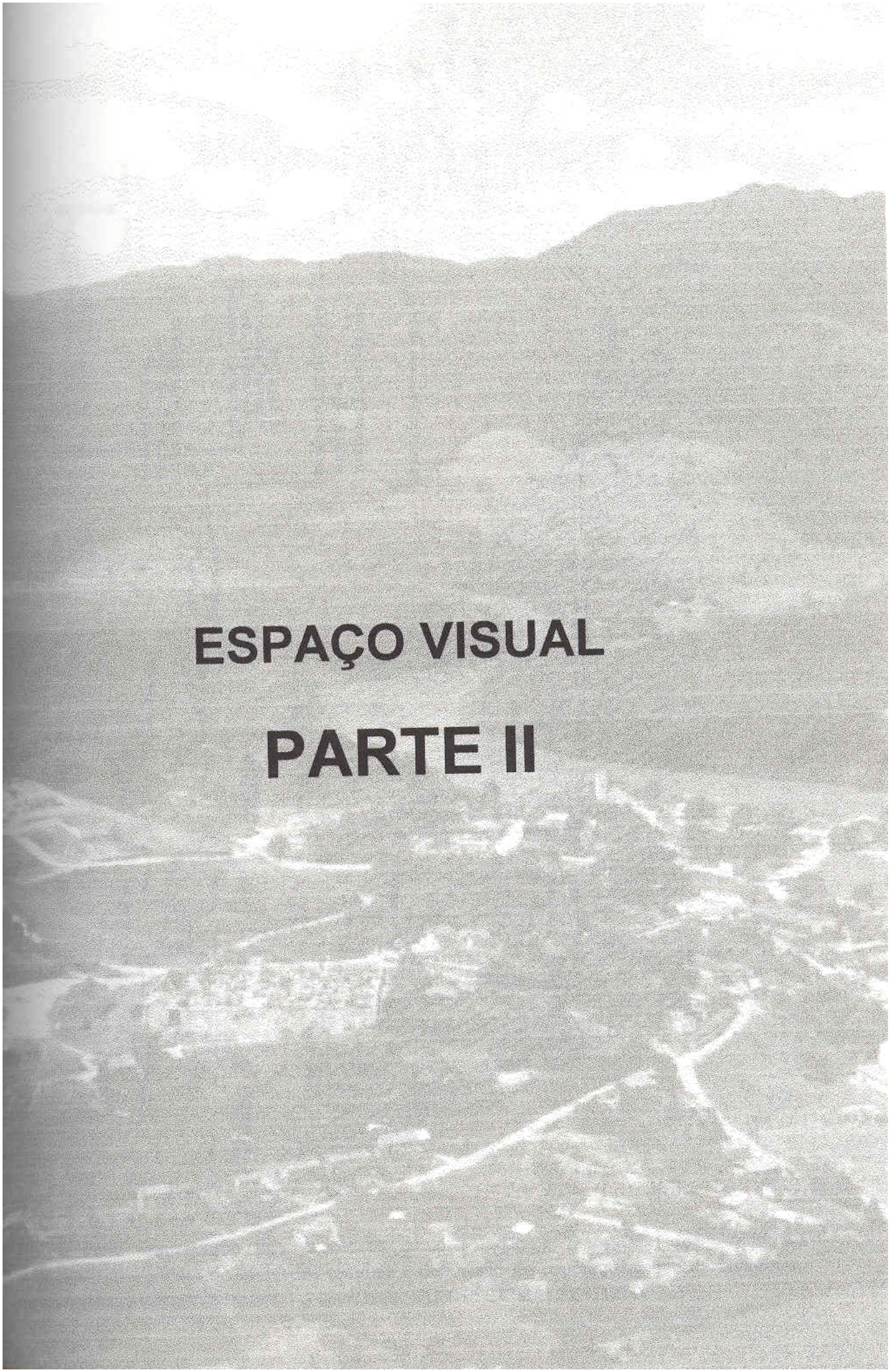
No período da investigação de campo, entre 1988-1992, o turismo apareceu como “redentor de todos os males”, mas, em meio a uma grande confusão e desorganização local. A atividade turística pode ser vista como um caminho interessante para o município, entretanto, deve ser analisada com muita parcimônia e dentro de uma perspectiva de ecoturismo e de planejamento estratégico do uso da paisagem. Mas esse é um assunto que merece ser aprofundado, posteriormente.

Desse modo, mesmo em pleno término do século XX, e apesar da concretização de algumas ações positivas, a cidade ainda vive o isolamento físico, a decadência econômica, com uma educação ainda bastante precária, serviços de saúde e saneamento básico deficitários; vivendo ainda a descrença em uma política de desenvolvimento regional. Por outro lado, os munícipes continuaram testando as alternativas econômicas e apostando em ações individuais para solucionar o problema da falta de emprego e de melhores condições de vida em Iporanga.

Assim, essa caminhada permitiu descortinar o rico cenário dessa localidade do Alto Ribeira, demarcando o território das ações e destacando sua trajetória histórica, as diversas peculiaridades, os potenciais a serem descobertos, ou aprofundados e, mesmo, as diversas ações isoladas e pontuais, que foram realizadas.

De outro lado, verificou-se que alguns agentes sociais e grupos mais organizados (como o SOS Iporanga), têm se esforçado para articular a população, mostrando que as soluções não precisavam vir prontas, mas que devem, isso sim, partir da própria comunidade iporanguense, como uma descoberta constante.

Esse será o pano-de-fundo para análise histórico-sociológica da pedagogia do conflito relacionado à proteção ambiental, como o principal foco do estudo em questão.



ESPAÇO VISUAL

PARTE II

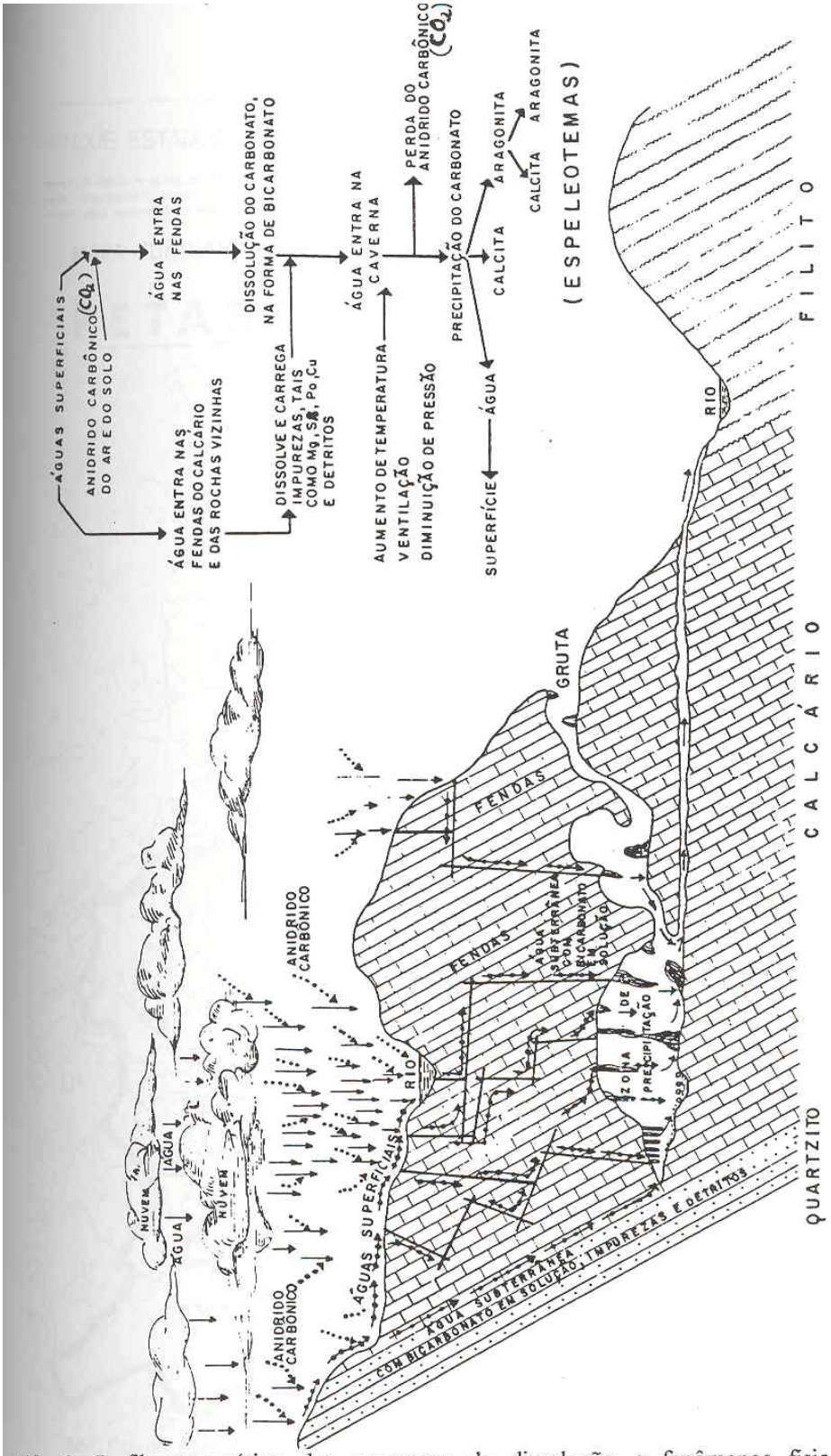


FIG. 2- Perfil esquemático dos processos de dissolução e fenômenos físico-químicos envolvidos com a gênese de cavidades naturais e deposição de concreções, que darão origem aos espeleotemas (Ornamentações das cavernas). (FONTE: GUIMARÃES, 1974)

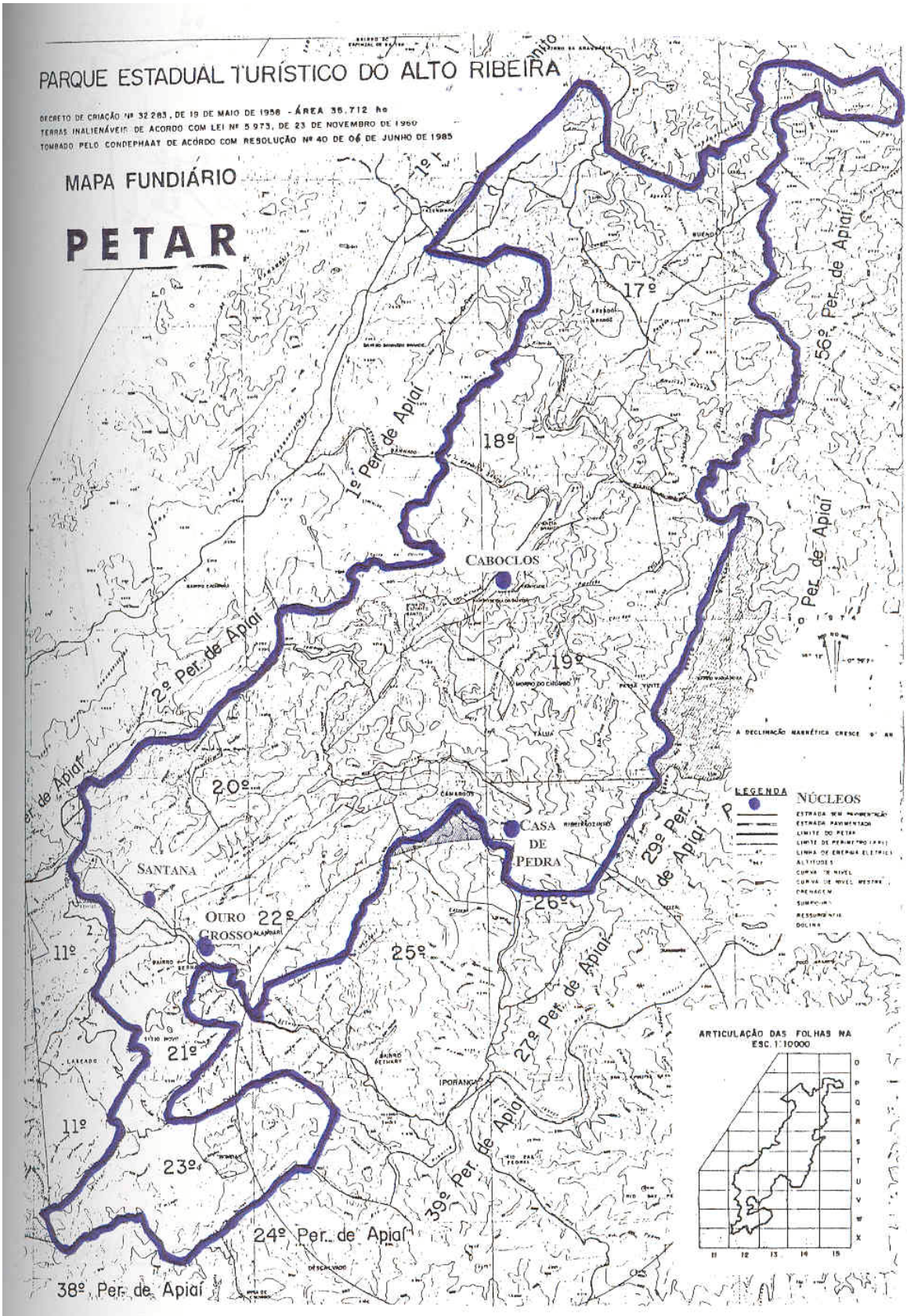


FIG. 3- Mapa do PETAR , com localização dos principais núcleos de visitação. (FONTE: SMA-SP, [1988], sem escala, Modificado em 1999)

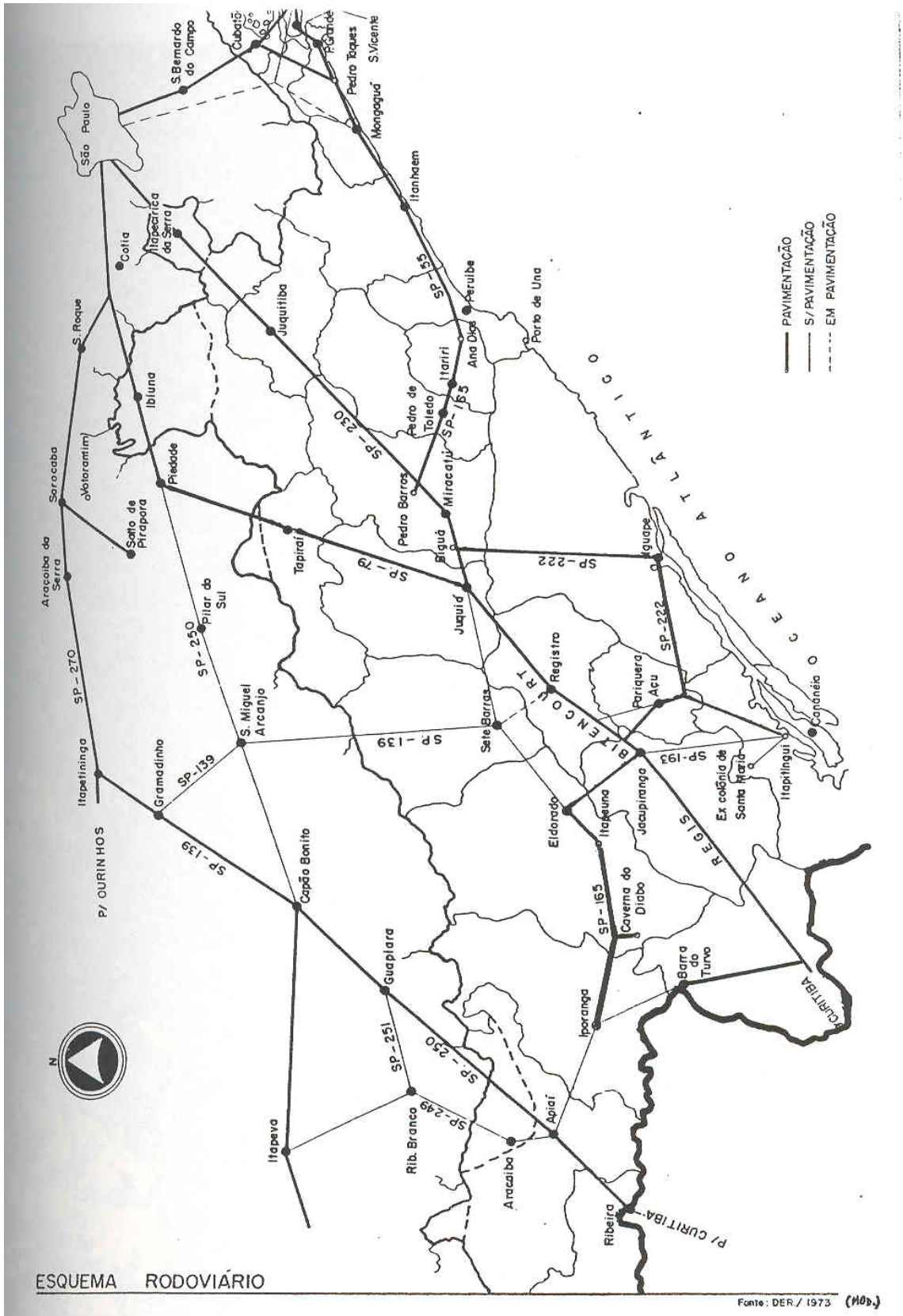


FIG. 4- Mapa esquemático das principais vias de acesso ao município de Iporanga. (FONTE: DER, 1973, Modificado em 1999)

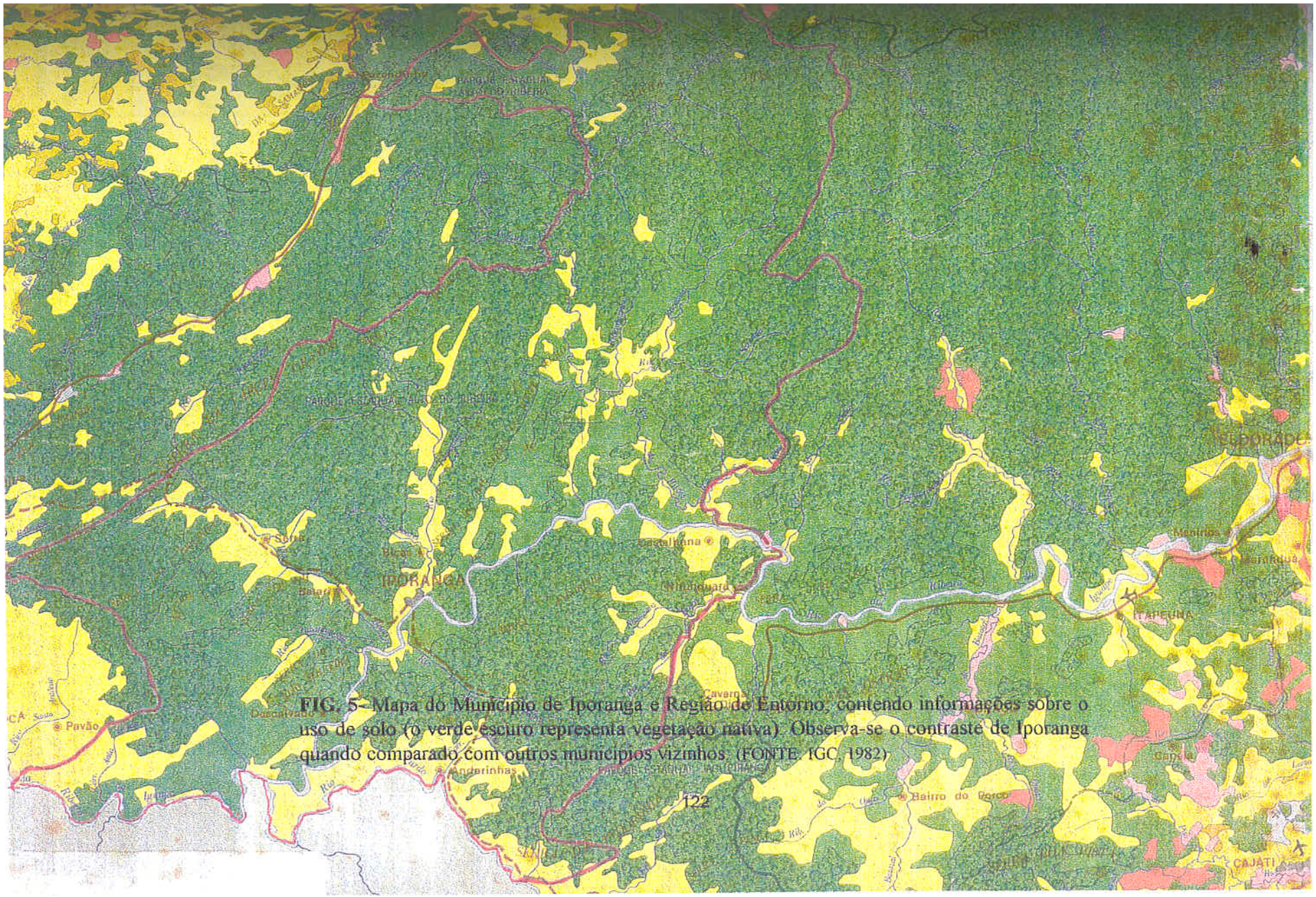


FIG. 5–Mapa do Município de Iporanga e Região do Entorno, contendo informações sobre o uso de solo (o verde escuro representa vegetação nativa). Observa-se o contraste de Iporanga quando comparado com outros municípios vizinhos. (FONTE: IGC, 1982).

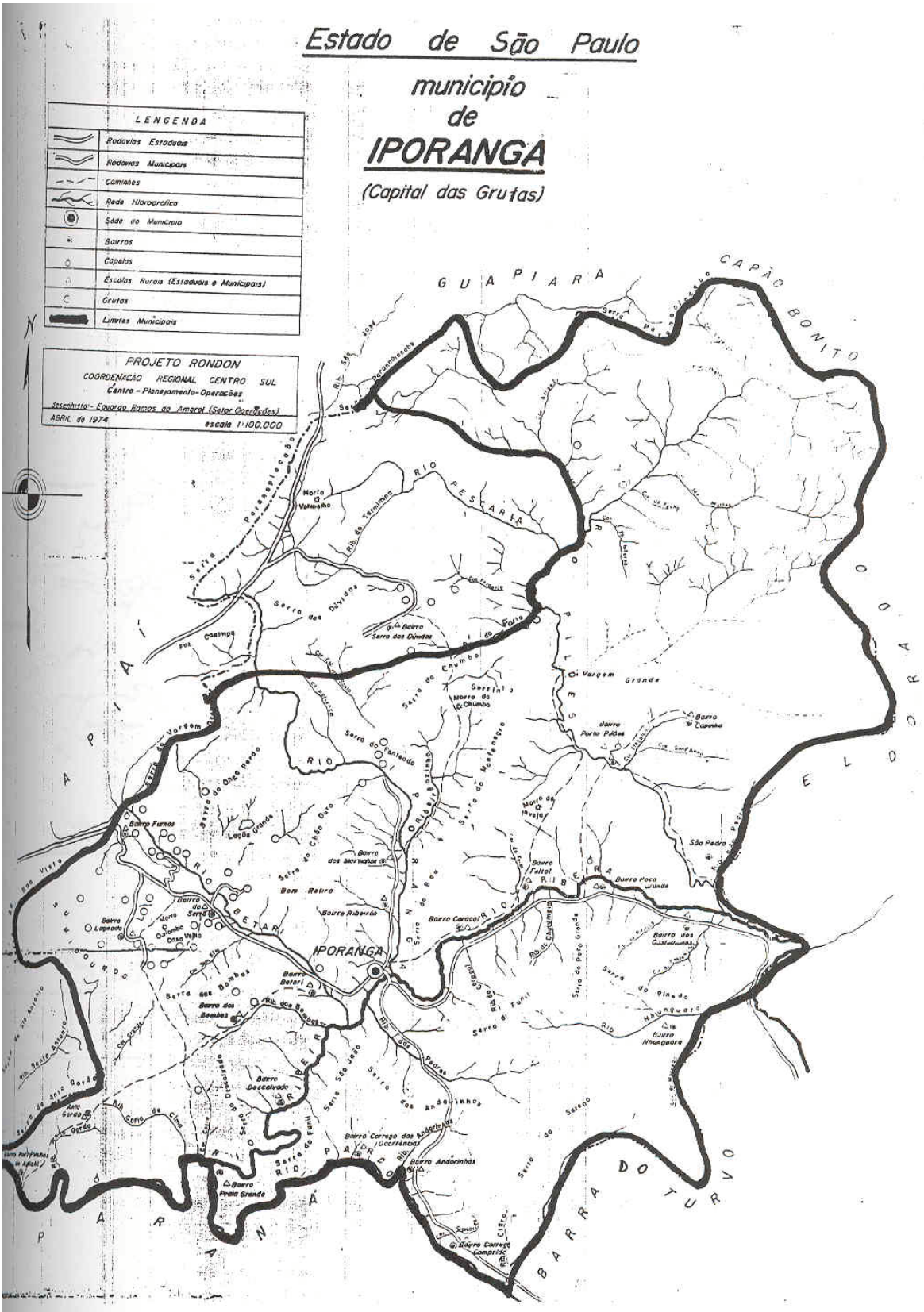


FIG. 6- Mapa do Município de Iporanga, contendo divisas municipais, rede hidrográfica e localização aproximada das principais cavernas (FONTE: PROJETO RONDON, 1974)

Figura 6
Planta geral e perfil
Rio Ribeira de Iguape

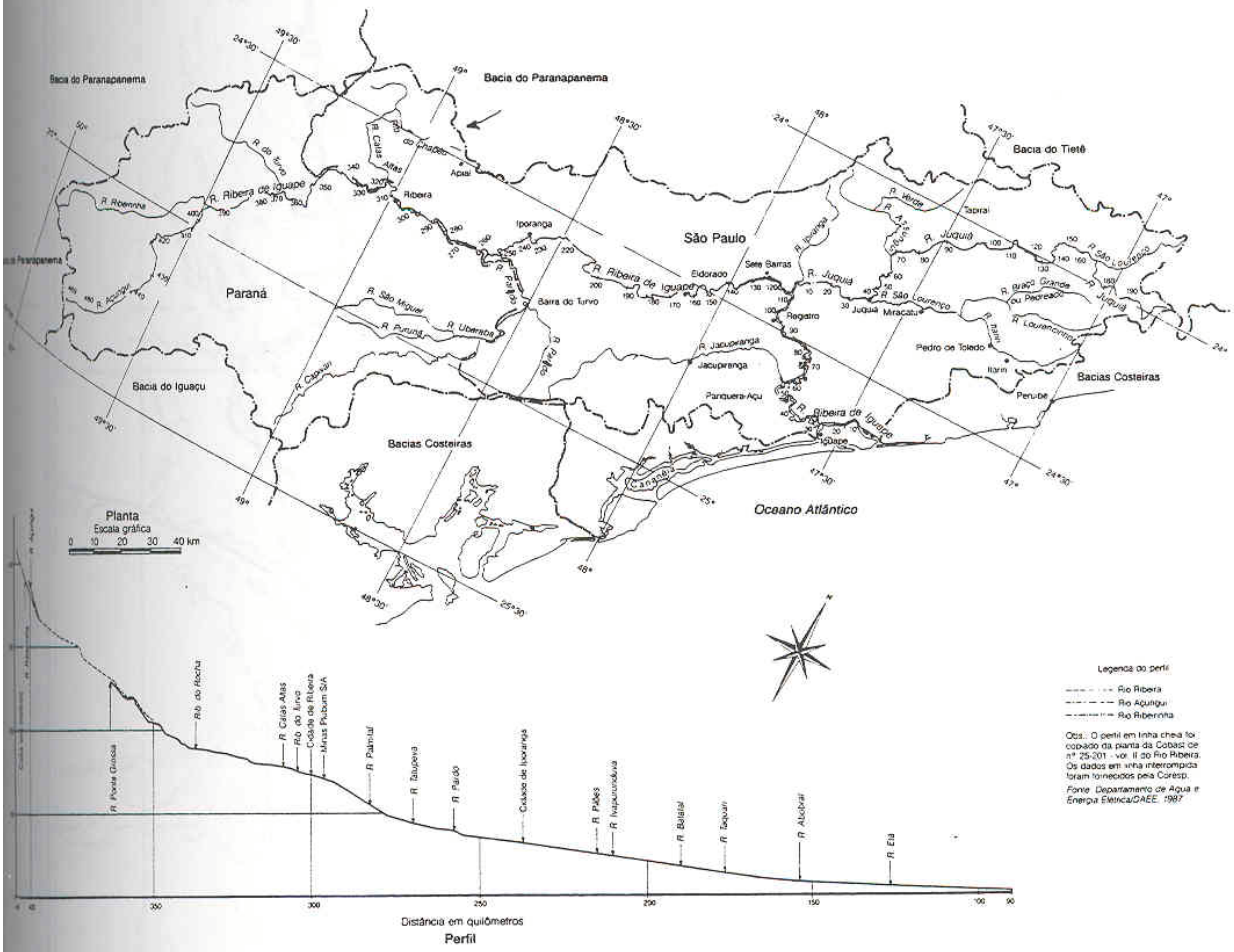


FIG. 7- Planta geral e perfil da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, demonstrando o limite com outras bacias paulistas e paranaenses (FONTE: SÃO PAULO, DEPRN e DEER, 1989)

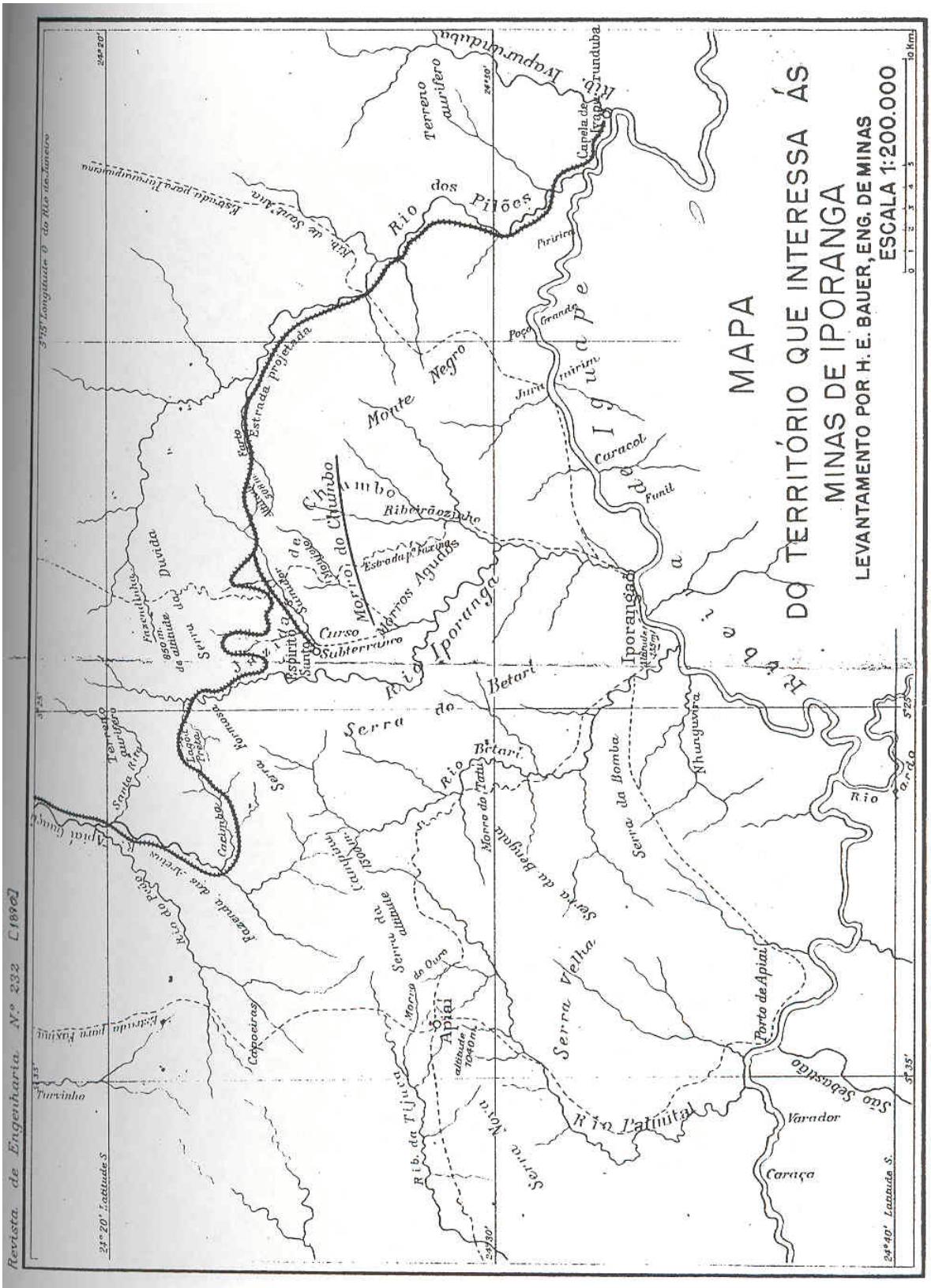


FIG. 8- "Mapa do território que interessa às minas de Iporanga". Elaborado por Henrique Bauer, no final do século XIX, localizando possível ramal de estrada de ferro, visando escoar a produção mineral, principalmente, de chumbo e prata. (FONTE: BAUER, 1890)



FOTO 10- Cidade de Iporanga, vista do Alto do Morro da Coruja. Percebe-se o contraste entre a pequena cidade, o Rio Ribeira de Iguape, a Mata Atlântica e a Serra de Paranapiacaba. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, abr.1994)



FOTO 11- Prainha do Ribeirão Iporanga, região da Passagem, local bastante freqüentado, na época de verão, pelos iporanguenses e visitantes. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 12- Vale e região cárstica do Rio Betari. Membros do GESMAR e do CEPEGE, em atividade de campo (ANÔNIMO, 1985)



FOTO 13- Campeonato de Acqua Raid's (bóia-cross) no Rio Betari (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, fev. 1990)



FOTO 14- Ribeirão Iporanga, em contraste com a densa mata, região do Núcleo Casa de Pedra do PETAR (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO , fev. 1988)

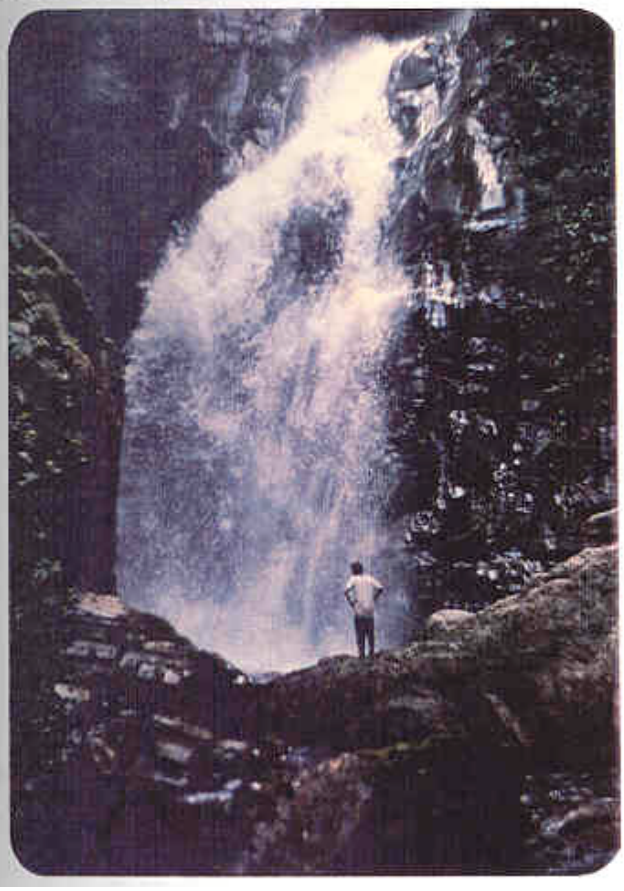


FOTO 15- Cachoeira do Betharizinho, Rio Betari (RENÊ DE SOUZA, 1989)



FOTO 16- Estrada Eldorado-Iporanga, condenada pelo descaso público. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1995)



FOTO 17- Ornamentações (canudos e helectites) da Caverna Santana, Salão Londrina (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, mar.1986)



FOTO 18- Pórtico de entrada da Caverna Água Suja (RENÊ DE SOUZA,1989)



FOTO 19- Efeito espeleofotográfico na zona fótica da Caverna Alambari de Baixo (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO,1990)



FOTO 20- Prospecção Espeleológica do Abismo da Estrada. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, out. 1988)



FOTO 21- Povoado do Ivaporunduva (Eldorado-SP), comunidades negras e o transporte fluvial. Ao fundo, à esquerda a capela histórica. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, abr. 1994)



FOTO 22- "Grande Enchente". O Ribeirão Iporanga transbordou, inundando extensas faixas de terras, comprometendo atividades agropecuárias e estradas. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 23- Cotidianos de Iporanga. Moradores da zona rural e as remanescentes relações com o transporte fluvial. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, jun.1990)



FOTO 24- Debates sobre as barragens, realizado em Iporanga. Comunidades negras do Alto Ribeira e ambientalistas são contrários e organizam luta. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO. dez.1991)



FOTO 25- Procissão Fluvial de Nossa Senhora do Livramento. Sobe-se o Rio Ribeira até determinado ponto, no local onde construíram a réplica da barca, depois segue-se em procissão de canoas até a Igreja da Matriz, no centro de Iporanga. (RENÉ DE SOUZA. jan. 1991)

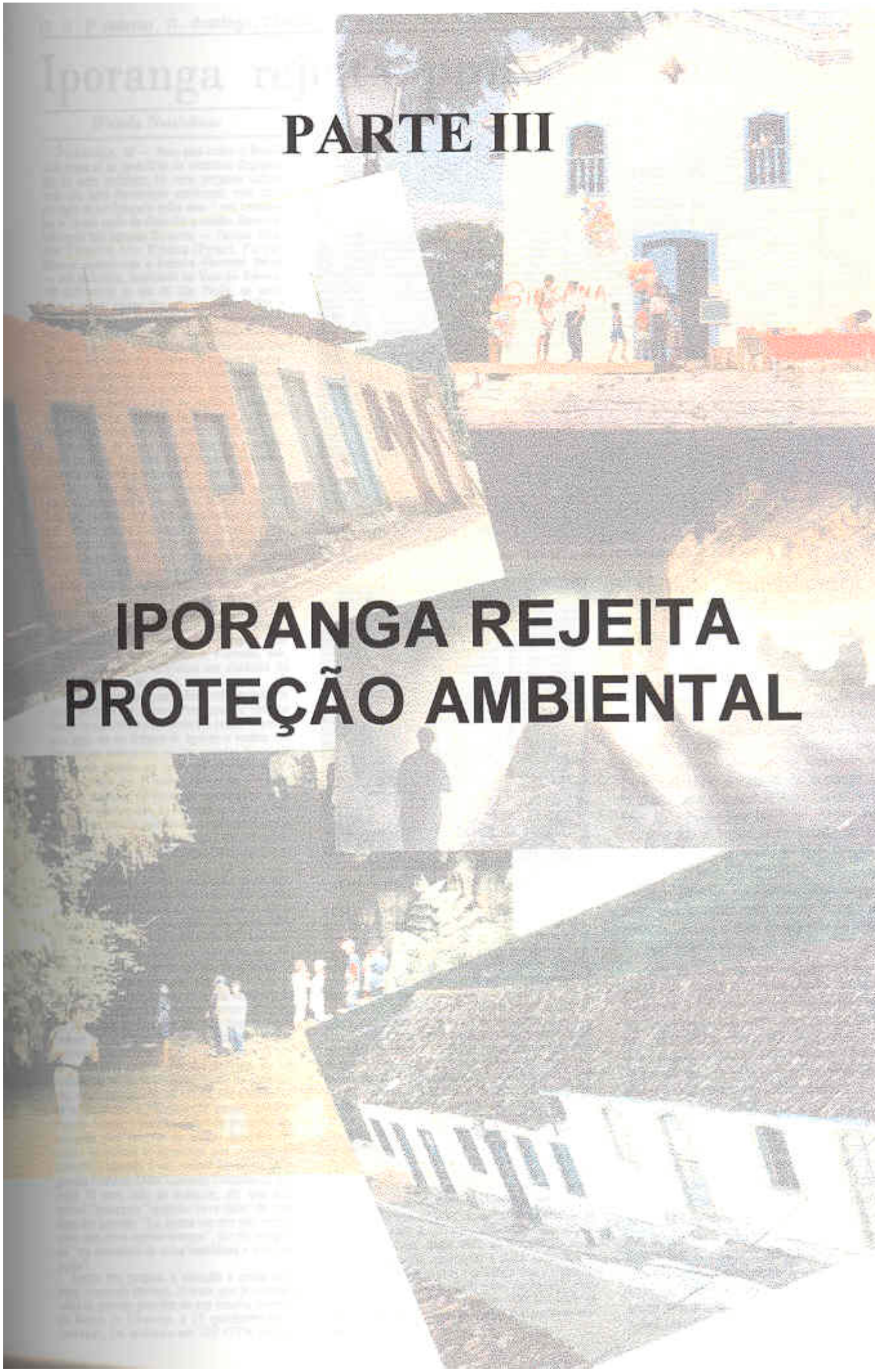


FOTO 26- Procissão Fluvial de Nossa Senhora do Livramento. Chegada na cidade e recepção dos fiéis, oriundos de vários pontos do Vale do Ribeira. (RENÊ DE SOUZA, jan. 1991)



FOTO 27- Sino da Igreja da Matriz de Iporanga, relíquia histórica, e o sineiro, Seu João Mané, memória viva de Iporanga. (LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO, jan.1990)

PARTE III



IPORANGA REJEITA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Iporanga rejeita proteção ambiental

Wanda Nestlehner

IPORANGA, SP — Num país como o Brasil, onde quase só se ouve falar da crescente degradação do meio ambiente, há uma pequena cidade onde não falta fiscalização ambiental, mas isso, em lugar de ser festejado pelos seus 7 mil habitantes, se tornou razão de discórdia e tensão. Encurralado entre três parques florestais — Parque Estadual Turístico Alto Ribeira (Petar), Parque Estadual Jacupiranga e Reserva Florestal Betari —, este município, localizado no Vale do Ribeira, 350 quilômetros ao sul de São Paulo, se sente como a grande vítima dos ambientalistas. "Foi o espírito ecológico e preservador de nosso povo o responsável pela existência, hoje, destas florestas", diz o prefeito Valfredo Ramos Pereira, a um só tempo orgulhoso das belezas do lugar e aborrecido com a pressão da Polícia Militar Florestal, que tem aplicado multas a seu ver injustas a agricultores cujas famílias vivem na região há mais de 100 anos. "Esta contradição é capaz de levar qualquer cidadão à loucura", garante Valfredo.

Não há em Iporanga quem negue que a exuberância da Mata Atlântica deva merecer cuidados. Todos se orgulham dos animais — onças pintadas, veados, porcos do mato — que ainda conseguem ali sobreviver e exaltam a beleza dos rios límpidos, cachoeiras e grutas espalhados pelo lugar. "Mas é preciso encontrar uma forma de preservar este meio ambiente e também o homem", pondera o prefeito. Há poucos dias, quando recebeu a visita do coordenador da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Valter Sobol, ele fez um pedido que espera ver atendido: a liberação de 3 hectares de terra para que cada agricultor disponha dela como quiser. Enquanto o pedido não se transforma em lei, porém, o que se vê em Iporanga é uma funda hostilidade à Polícia Militar Florestal, que, de tão zelosa, se transformou em símbolo de todos os problemas da região.

Na noite da última quarta-feira, este sentimento esteve perto de vir à tona. Preocupados com os boatos de que 100 homens armados preparavam-se para jogar no rio Ribeira de Iguape o **trailler** em que estavam acampados, os dois guardas florestais que davam plantão em Iporanga pediram reforço. Por volta das 23 horas, chegaram à cidade mais 15 soldados devidamente preparados para reprimir o protesto que, no fim, não aconteceu. No dia seguinte, poucos moradores acreditavam que o plano tivesse passado de brincadeira ou, no máximo, bravata, mas a grande maioria ria do susto por que passaram os policiais.

Vida difícil — Essa contradição entre uma população que se orgulha da preservação de seu meio ambiente e ao mesmo tempo reclama contra o alegado excesso de zelo se explica. Com quase 80% do seu território sob proteção de leis ambientais, a vida dos agricultores de Iporanga, acostumados a revezar as terras de cultivo, ficou difícil.

"A gente limpa uma capoeira que já foi cultivada uns anos atrás e leva uma multa do tamanho de um bonde", reclama Joaquim dos Passos Ursulino, dez filhos, que ainda mora no sítio Soares, onde viveram seus avós, no bairro do Ribeirão, a três quilômetros da sede do município. Embora as terras de Joaquim estejam fora dos parques, ele foi multado em 10 MVR (Mínimo Valor de Referência), o que equivale a NCz$ 178,60, sob a acusação de ter desmatado 0,5 hectare (50 metros quadrados) em dezembro passado. Além de procurar um advogado para recorrer da multa, Joaquim fez queixa na polícia de Iporanga por invasão de domicílio e agressão à sua mulher Benedita, pelos guardas florestais. Dona Laurinda Furquim de Andrade 78 anos, mãe de Joaquim, diz que seus nervos "balançam" quando ouve falar da presença dos guardas. "Da última vez eles não respeitaram nem meus cabelos brancos", diz ela indignada, "me chamaram de velha mentirosa e sem-vergonha".

Dentro dos parques, a situação é ainda mais tensa. Aparecido Moreira, 33 anos, que já perdeu a conta de quantas gerações da sua família viveram no Morro do Chumbo, a 15 quilômetros de Iporanga, foi multado em 200 OTN (NCz$ 1.234,00), em outubro, por desmatar um hectare de área classificada, na própria multa, como **capoeira**. "Nem sei o que é esse tal de OTN", reclama o agricultor. Situação parecida é a de Adalberto Carvalho Pinto, multado em 100 OTN (NCz$ 617,00) por abrir um *capãozinho* de arroz em que, segundo ele, "se deitar uma vaca, o rabo fica de fora".

"Eu sei que a Polícia Florestal não é bem preparada e compreendo o drama destas famílias, mas acredito que algumas delas devem mesmo ser retiradas da região", defende a engenheira florestal Marina Ugo Santos, coordenadora de educação ambiental da Fundação SOS Mata Atlântica, um grupo de defesa ambiental de São Paulo. "Não podemos trabalhar no varejo, para um indivíduo. Temos que pensar na sociedade como um todo", diz ela, apontando a necessidade de se procurar alternativas para estes habitantes.

O advogado Jamil Adib Antônio, chefe de gabinete e assessor jurídico do prefeito, não concorda. "Este deve ser o único município do mundo onde a população precisa trabalhar escondida da polícia", afirma. Segundo ele, a situação está empurrando os moradores para a extração clandestina do palmito, que já ocupa quase 80% da população ativa local. Os que não aguentam a dura jornada e o constante confronto com a polícia a que o trabalho obriga, vão embora. Este ano, fecharam suas portas 13 escolas do município. "Só nos últimos três meses, dez famílias já abandonaram suas terras", conta Jamil.

Arlovaldo dos Santos



Aparecido Moreira e sua família desconhecem o que é uma OTN...



...que a polícia cobra de multa

Cidade tombada está pior do que antes

IPORANGA, SP — Semelhante a um pequeno presépio, aboletada na margem do rio Ribeira de Iguape em um belo vale cercado de altas montanhas forradas por densa floresta úmida, Iporanga é uma cidade bonita, com clara vocação turística. Sua colonização é quase tão antiga quanto a da cidade de São Paulo.

Já em 1556 havia gente chegando ao lugar que foi alçado à condição de município em 1874. Em 1979, o casario de Iporanga foi tombado pelo Condephat — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Hoje, porém, muita gente se arrepende de ter lutado pelo tombamento.

"Se o objetivo era tombar, eles conseguiram, pois a cidade está mesmo caindo aos pedaços", brinca o chefe do gabinete do prefeito, Jamil Adib Antonio.

Além da beleza da sede do município, Iporanga tem também rios de águas límpidas, cachoeiras e 190 cavernas e grutas já descobertas. Em suas matas, vivem ainda onças pintadas, jaguatiricas, porcos do mato, pacas, veados e muitos outros animais menores e grande variedade de aves. Mas todo este arsenal turístico está completamente abandonado.

"Qual é o turista de bom senso que vai se aventurar a vir aqui?", pergunta, incrédulo, Jamil. Ele se refere às estradas, capazes de arrebentar o mais resistente automóvel. Para chegar a Iporanga pode-se fazer dois caminhos. Por Apiaí, ao oeste, são 43 quilômetros de estrada de terra mal conservada e perigosa por causa das fundas pirambeiras que a margeiam. Por Eldorado, a leste, são 30 quilômetros nas mesmas condições. Além disso não há hotel em Iporanga, só algumas pensões, e o único restaurante não oferece mais do que um pobre trivial simples. (W.N.)

CAPÍTULO VI

APRESENTANDO O CONFLITO ENTRE A TENSÃO E A IRONIA

6.1- A NOTÍCIA E A REJEIÇÃO: ABRINDO CAMINHOS PARA A DISCUSSÃO

O município de Iporanga tem sido alvo de inúmeras notícias de jornais, escolhi, o artigo do Jornal do Brasil, de 23 abr. 1989, apresentado na abertura desta parte, pois, ele demonstra e exemplifica, claramente, os vários aspectos do conflito, que dão base ao presente estudo. O conflito já se faz presente logo nas primeiras linhas da matéria:

> "**Num país como o Brasil, onde quase só se ouve falar da crescente degradação do meio ambiente, há uma pequena cidade onde não falta fiscalização ambiental, mas isso, em lugar de ser festejado pelos seus 7 mil habitantes** [*sic*], **se tornou razão de discórdia e tensão**" (NESTLEHNER, 1989:12).

A autora, Wanda Nestlehner, envolve o leitor de forma que, ao mesmo tempo, em que descreve os conflitos, ironiza-os. O próprio título do artigo "**Iporanga Rejeita Proteção Ambiental**" nos dá os primeiros indícios para penetrarmos nas divergências existentes e nos aspectos principais do título-tema dessa pesquisa. Afinal, O que significa essa rejeição iporanguense à proteção ambiental?

A estrutura da notícia nos revela aspectos importantes sobre as divergências de opiniões, os principais atores envolvidos e os pontos de conflito, resultantes das ações de preservação ambiental (vide QUADRO 6.1).

A posição da autora, em relação aos fatos citados, a coloca numa situação de elemento muito mais envolvido do que como simples observador, ou relator, mas, como sujeito que quer trazer à tona toda a problemática da região, tentando aproximar o leitor da importância das riquezas e belezas naturais de Iporanga e de outro lado, para os obstáculos ao desenvolvimento advindos dessas restrições ambientais.

QUADRO 6.1- Descrição e aspectos gerais para a análise da notícia de jornal: "Iporanga R (NESTLEHNER, 1989:12)

A) PERSONAGENS IDENTIFICADOS NA NOTÍCIA E SUAS CONCEPÇÕES	**1- MORADORES LOCAIS**	**PEQUENO AGRICULTOR**	**Reclamações; desconhecime preservacionistas; conflito e confr**	
	2- PODER PÚBLICO	MUNICIPAL	PREFEITO	**Questão grande orgulhos aborreci**
			ASSESSOR JUR.	**Tombam populaçã escondi empurra ilegal de**
		ESTADUAL	POLÍCIA FLORESTAL	**Antagon desprepa**
	3- AMBIENTALISTAS	**TÉCNICO FUND. SOS MATA ATL.**	**Compreende drama das famílias; r da retirada de algumas delas; procu habitantes; acha que a PFM está ma**	
B) ESTRUTURA DA NOTÍCIA E A TEMÁTICA ENVOLVIDA	**INTRODUÇÃO (Conflito Ambiental)**	**Discórdia e tensão quanto a fiscalização ambiental grande vítima dos ambientalista); Exuberância cons e confronto (símbolo de todos problemas).**		
	"VIDA DIFÍCIL" (Conflito Agrícola)	**Agricultura tradicional (cultura de "terra arrasada") visão dos ambientalistas; extração clandestina de pa**		
	"CIDADE TOMBADA ESTÁ PIOR DO QUE ANTES" (Aspectos Históricos e Potencialidades do Município)	**Vocação turismo; tombamento X destruição do patri falta de infra-estrutura acaba afastando o turista observado, ao contrário, têm sido demonstrado visitação no PETAR]**		

Esta tamanha identificação de uma jornalista de um jornal do Rio de Janeiro com uma cidadezinha do sul do estado de São Paulo, se justifica e se esclarece por um dado que coletei, que a identificou como natural de Iporanga e membro de tradicional família iporanguense, ou seja, como elemento relacionado aos problemas do município, interessado em utilizar o veículo de comunicação para destacar os fatos do conflito, as opiniões de políticos locais e dos próprios moradores afetados, principalmente os da zona rural, por serem personagens fundamentais e os mais oprimidos em relação à situação.

A matéria apresenta os representantes do poder público (prefeito e assessor) como porta-vozes do discurso contrário à proteção do meio ambiente, seus argumentos trazem dados para a análise do conflito, quando colocam que "**foi o espírito ecológico e preservador de nosso povo o responsável pela existência, hoje, destas florestas**", de outro lado, afirmam que o município "...**se sente como a grande vítima dos ambientalistas**" (NESTLEHNER, 1989:12)

Essas posições destacadas reforçam os problemas sem, no entanto, apresentar possíveis soluções ou caminhos para alcançá-las, transferindo as mesmas para outra instância. Além disso, a solicitação do prefeito ao governo estadual a fim de liberar 3 hectares, para que cada agricultor disponha como quiser, acaba esbarrando num dos grandes problemas de todo o VR, que é o conhecimento real da situação fundiária e a falta de títulos de propriedades das terras. Nem, ao menos, levantou-se os aspectos do planejamento para o uso das terras solicitadas.

Outro aspecto deve ser ressaltado, quando os personagens da notícia fazem uma contraposição de que "**não há em Iporanga quem negue que a exuberância da Mata Atlântica deva merecer cuidados**", entretanto, é reforçado que "... **é preciso encontrar uma forma de preservar este meio ambiente e também o homem**" (NESTLEHNER, 1989:12). E é aqui que reside o cerne de uma proposta de educação voltada para a temática ambiental, que deve ser encarada de um ponto de vista bem amplo.

Desse modo, a raiz de todo o conflito é transportada para a forma de atuação da Polícia Florestal e de Mananciais (PFM): "**que de tão zelosa, se transformou em símbolo de todos os problemas da região**" (NESTLEHNER, 1989:12) (grifo meu).

Essa hostilidade à Polícia Florestal se deve ao fato de que os pequenos agricultores, argumentam que não possuem informações sobre as restrições e por isso se sentem oprimidos por causa da ação individualizada dos policiais: "**a gente limpa uma capoeira que já foi cultivada uns anos atrás e leva uma multa do tamanho de um bonde**". (NESTLEHNER, 1989:12)

Atos agressivos acabam surgindo de ambos os lados, como o boato de um grupo de moradores que queriam jogar o posto-trailler da PFM no rio Ribeira ou das ações repressivas dos policiais, ofendendo os moradores e impondo-lhes multas sem nenhuma orientação.

A pressão da Polícia Florestal, por outro lado, ocorre na medida em que existem desmatamentos e outras ações depredatórias, entretanto, a falta de estrutura e formação adequada dos policiais acaba não permitindo uma atuação mais eficaz, pois não distingue quais são os posseiros seculares, ocupando "posses hereditárias", e quais são os grileiros e especuladores de terras, que se escondem no discurso anti-preservacionista, e o estimulam, como forma de manterem suas atividades ilícitas.

Um dos poucos momentos em que autora da notícia apresenta a visão dos ambientalistas, ela coloca a fala de uma técnica de uma grande organização não-governamental (Fundação SOS Mata Atlântica) que ressalta a falta de preparo adequado da PFM e defende a seguinte opinião: "...**compreendo o drama destas famílias, mas acredito que algumas delas devem mesmo ser retiradas da região**". (NESTLEHNER, 1989:12)

Nesse momento a jornalista contrapõe com a visão do assessor do prefeito, que afirmava: "**Este deve ser o único município do mundo onde a população precisa trabalhar escondida da polícia**" (NESTLEHNER, 1989:12); e ele justificava que isto estava levando a população à extração clandestina de palmito, atividade que ocupava grande parte da população economicamente ativa de Iporanga. Entretanto, como essa atividade levava ao confronto com a polícia, a população marginalizada, que nem sabe o que é OTN (índice de correção de valores das multas, adotado na época), acabava indo embora do município, ampliando o êxodo rural.

Em relação ao tombamento da cidade, a autora ironiza e reforça o conflito, com expressões do tipo: **"cidade tombada está pior do que antes", "semelhante a um pequeno presépio, aboletada na margem do rio Ribeira de Iguape".** (NESTLEHNER, 1989:12). Demonstra, contudo, a importância histórica de Iporanga e os motivos que levaram ao seu tombamento como patrimônio histórico-cultural. De outro lado, destaca que "**muita gente se arrepende de ter lutado pelo tombamento**" e ridiculariza a situação com uma frase do assessor do prefeito que diz: "**se o objetivo era tombar, eles conseguiram, pois a cidade está mesmo caindo aos pedaços**" (NESTLEHNER, 1989:12).

Finalmente, o desfecho da matéria se dá com a questão da vocação turística do município e seus atrativos, sendo novamente apresentadas ironias e dados que demonstram a falta de infra-estrutura e o abandono do município, que considera como itens que afastariam os turistas. Isto é questionável já que o fluxo de turistas havia aumentado, expressivamente, conforme discutirei nos próximos capítulos.

O artigo termina na constatação dos problemas, em algumas visões, muitas vezes, simplistas, e nos jargões locais, que causam, apenas, uma grande sensação de impotência. Por outro lado, é uma matéria muito importante, pois demonstra muito bem os discursos presentes no pano-de-fundo de minha pesquisa, abrindo, assim, caminhos para a discussão.

6.2- PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O ALTO RIBEIRA: ALGUNS COMENTÁRIOS

Percebe-se que a mídia teve um papel importante, com relação à divulgação de Iporanga, tanto a imprensa regional quanto a estadual. Afora os exageros e, algumas vezes, erros conceituais ou históricos, essa atuação levou o município ao destaque nacional, sendo, portanto, importante fonte de dados para uma reflexão da trajetória da problemática estudada.

Em virtude disso, faço, aqui, um breve parênteses para discutir sobre o material jornalístico que vim coletando ao longo da pesquisa e destacar o papel desse tipo de referência bibliográfica em uma análise de cunho histórico-sociológico.

Apesar de não ter feito um levantamento sistemático direto nas fontes jornalísticas, fui constituindo uma **Hemeroteca**[63] com quase 200 matérias, versando sobre o Vale do Ribeira, particularmente, sobre a região de Iporanga.

Dividi a Hemeroteca em 3 blocos: a) Vale do Ribeira: Geral e Diversos ; b) Iporanga: tombamento, patrimônio histórico-cultural e situação da cidade; c) Alto Ribeira: turismo, cavernas e a questão ambiental. (APÊNDICE I - A, B, C)

Dentre as notícias de jornais organizadas no acervo, algumas foram selecionadas para uma análise mais detalhada, feita no decorrer do texto da dissertação. Procurou-se destacar as matérias de acordo com seu conteúdo e relevância, relacionadas aos dois enfoques principais da pesquisa: i) tombamento de Iporanga e a preservação do patrimônio histórico-cultural e ii) implantação do PETAR, o turismo nas cavernas do Alto Ribeira e o conflito fundiário.

A análise da produção jornalística permitiu verificar os vários momentos da problemática em foco, de modo a demonstrar como os fatos vinham sendo veiculados na mídia, qual era a consistência das notícias, a freqüência e a persistência com que determinados temas apareciam, a promoção ou contraposição de discursos e, em alguns casos, indicava ou reforçava os processos de resistências. Essas matérias serviram, também, como contraponto dos documentos oficiais e dos discursos dos atores sociais de Iporanga, fortalecendo a reconstrução histórico-social da temática em foco.

Desse modo, o acervo montado constou de 192 matérias, abrangendo o período entre 1956 e 1995; sendo que as notícias ficaram, assim, agrupadas: 15,6% (30) no Bloco A (Vale do Ribeira-Gerais); 27,1% (52) no Bloco B (Tombamento e História) e 57,3% (110) no Bloco C (PETAR, Cavernas do Alto Ribeira e Turismo).

Analisando as notícias como um todo, verifica-se que os jornais que mais se destacaram foram: os jornais de âmbito nacional: *Folha de São Paulo* (45), *O Estado de São Paulo* (28), o *Jornal da Tarde* (10) e a *Folha da Tarde* (9). Foi, também, significativa a cobertura da imprensa regional: *A Tribuna do Ribeira* (14) e *A Voz do Alto Ribeira* (10).

[63] Acervo temático e catálogo de notícias de jornais e revistas.

As notícias agrupadas no Bloco A, **Vale do Ribeira - Gerais**, não foram discutidas exaustivamente, mas, propiciaram a compreensão de alguns períodos de análise ou ações do Estado e de ONGs, relacionadas aos problemas do Alto Ribeira.

Com relação à questão do **Patrimônio Cultural e o Tombamento de Iporanga**, a TABELA 6.1 demonstra como foi a evolução da produção jornalística, para o período 1966-1991. Fiz uma análise geral, destacando o ano de 1979, no qual se percebeu um expressivo número de notícias publicadas, em destaque os meses de outubro e novembro, que detêm 81,8% das notícias publicadas nesse ano e 34,6% do total de matérias analisadas no período abrangido pelo levantamento. O motivo desvelado é o conflito entre a população e o órgão público (CONDEPHAAT).

Evidenciou-se a participação de grande veículos, como a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*; entre os jornais regionais, destacaram-se: *A Voz do Alto Ribeira* (Apiaí), *A Tribuna do Ribeira* (Registro) e *A Tribuna* (Santos).

Na TABELA 6.2, fez-se uma classificação das notícias de acordo com os períodos de análise para o processo de **Implantação do PETAR**. Percebeu-se que o período em que tramitou a proposta de tombamento do Parque (1979-1983), recheado de disputas e oposição de interesses, obteve o maior destaque na mídia.

Esse dado reforça a idéia de que o período em que o conflito é mais intenso, ou quando ocorre algum evento especial, é o que possui maior espaço na imprensa (RAMOS, 1994:123). Constatou-se, ainda, que os temas da pesquisa se intercruzaram nessas notícias, principalmente, nos momentos de conflitos.

Entre os jornais de maior destaque, temos, novamente: a *FSP* e *OESP*. Cumpre destacar, também, o papel dos jornais *Folha da Manhã* e *A Gazeta*, pela contribuição em relação à divulgação do PETAR, nos seus primórdios, já que eram os jornais de maior circulação nessa época de análise (1956-1965).

As notícias de jornais se, por um lado, apresentaram uma visão parcial, por outro, forneceram elementos fundamentais para o início desta parte do trabalho, na qual pretendo desvelar o papel dos meios de comunicação na veiculação das potencialidades e dos problemas da região.

Sendo assim, após essas considerações iniciais para a abertura da 3ª. parte da dissertação, parto para a análise dos enfoques em estudo.

A notícia e suas ironias, ou as notícias e sua veiculação, foram o ponto de partida para essa análise. Os aspectos destacados serão subdivididos, trazendo recortes para o processo de preservação do patrimônio histórico-arquitetônico de Iporanga e os planos de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, visto pelas ações do Estado, de pesquisadores, ambientalistas e moradores, destacando os flashes do conflito, por meio de fatos colhidos no cotidiano da pesquisa de campo.

TABELA 6.1- Notícias publicadas em jornais e revistas, sobre a questão do patrimônio histórico-cultural e do núcleo urbano de Iporanga. Distribuição geral das notícias publicadas no período 1966-1991, destaque para o ano de 1979

PERÍODO	Distribuição Geral		Período de Destaque			
	Período 1966-1991		Ano 1979		out. / nov. 1979	
JORNAL / REVISTA	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%
1. FSP	15	28,9	7	31,8	6	33,3
2. OESP	9	17,3	4	18,2	3	16,7
3. Jornal da Tarde	5	9,6	4	18,2	4	22,2
4. Voz do Alto Ribeira, A	5	9,6	1	4,5	1	5,6
5. Tribuna do Ribeira	4	7,7	2	9,1	-	-
6. Tribuna, A	3	5,8	2	9,1	2	11,1
7. Folha da Tarde	2	3,9	-	-	-	-
8. Diário Popular	1	1,9	1	4,5	1	5,6
9. Veja	1	1,9	1	4,5	1	5,6
10. Diário Oficial do Est.	1	1,9	-	-	-	-
11. Gazeta Esportiva	1	1,9	-	-	-	-
12. Shopping News	1	1,9	-	-	-	-
13. São Paulo Interior	1	1,9	-	-	-	-
14. Jornal do Brasil (RJ)	1	1,9	-	-	-	-
15. Globo, O (RJ)	1	1,9	-	-	-	-
16. Sem Informação	1	1,9	-	-	-	-
TOTAL	52	99,9	22	99,9	18(*)	100,1
OBSERVAÇÕES	34 MATÉRIAS FORAM PUBLICADAS ENTRE 1979 –1980, EQUIVALENDO A 65,4% DO TOTAL DE NOTÍCIAS		42,3% DO TOTAL DE MATÉRIAS SOBRE ESSE TEMA		34,6% DO TOTAL DE MATÉRIAS SOBRE ESSE TEMA EQUIVALE À 81,8% DAS MATÉRIAS PUBLICADAS EM 1979 **(*)** Desses artigos 6 foram publicados no mês de outubro e 12 no mês de novembro de 1979	

TABELA 6.2- Notícias de jornais e revistas relativas ao tema: Alto Ribeira- turismo, cavernas e a questão ambiental. (out. 1956-nov. 1991) ([1]) ([2]) ([3])

PERÍODO	2º. Período (out.1956-mar.1979)		3º. Período (mar.1979-mar.1983)		4º. período (mar.1983-mar.1987)		5º. Período[(4)] (mar.1987-mar. 1991)		6º. Período[(4)] (mar.1991-abr. 1995)		TOTAL	
JORNAL / REVISTA	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%	Artigos (n)	%
1. FSP	03	11,5	11	27,5	04	26,7	-	-	04	20,0	**22**	**20,0**
2. OESP	06	23,1	05	12,5	01	6,7	-	-	06	30,0	**18**	**16,4**
3. Gazeta, A	07	26,9	-	-	-	-	-	-	-	-	**07**	**6,4**
4. Folha Manhã	07	26,9	-	-	-	-	-	-	-	-	**07**	**6,4**
5. Folha da Tarde	-	-	04	10,0	02	13,3	-	-	-	-	**06**	**5,5**
6. Cruzeiro do Sul	-	-	02	5,0	01	6,7	-	-	01	5,0	**04**	**3,7**
7. Tribuna do Rib., A	-	-	-	-	02	13,3	01	12,5	-	-	**04**	**3,7**
8. Diário Popular	-	-	02	5,0	01	6,7	-	-	-	-	**03**	**2,7**
9. Veja	-	-	-	-	-	-	02	25,0	01	5,0	**03**	**2,7**
10. Boletim SBE	-	-	02	5,0	-	-	-	-	-	-	**02**	**1,8**
11. Diário Gde. ABC	-	-	-	-	-	-	01	12,5	01	5,0	**02**	**1,8**
12. Diário Oficial Est.	-	-	01	-	01	6,7	-	-	-	-	**02**	**1,8**
13. Jornal da Tarde	-	-	01	2,5	-	-	-	-	01	5,0	**02**	**1.8**
14. Sinal Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	02	10,0	**02**	**1,8**
15. Voz do Alto Rib., A	01	3,9	-	-	-	-	01	12,5	-	-	**02**	**1,8**
16. Agitação (CIEE)	-	-	-	-	-	-	-	-	01	5,0	**01**	**0,9**
17. Careta	01	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
18. Claudia	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
19. Contigo	-	-	-	-	-	-	-	-	01	5,0	**01**	**0,9**
20. CRICS	-	-	-	-	01	6,7	-	-	-	-	**01**	**0,9**
21. Daily Post	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
22. Dia, O	-	-	-	-	-	-	01	12,5	-	-	**01**	**0,9**
23. Diário Comércio	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
24. Divulgação	01	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
25. Folha Meio Amb.	-	-	-	-	-	-	01	12,5	-	-	**01**	**0,9**
26. Gazeta Mercantil	-	-	-	-	-	-	01	12,5	-	-	**01**	**0,9**
27. Gazeta Esportiva	-	-	-	-	01	6,7	-	-	-	-	**01**	**0,9**
28. Hora de S. Paulo	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
29. Isto É	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
30. JL (Campinas)	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
31. Jorn. SUDELPA	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
32. Jornal USP	-	-	-	-	-	-	-	-	01	5,0	**01**	**0,9**
33. Manchete	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
34. Notícias Pop.	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
35. 4X4 / Pick Up	-	-	-	-	01	6,7	-	-	-	-	**01**	**0,9**
36. Tribuna, A	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
37. Visão	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
38. O Km	-	-	-	-	-	-	-	-	01	5,0	**01**	**0,9**
39. Sem informação	-	-	01	2,5	-	-	-	-	-	-	**01**	**0,9**
TOTAL	26	100,1	40	100,0	15	100,2	08	100,0	20	100,0	**110**	**99,9**

(1) Para a discussão-base da pesquisa utilizou-se apenas as notícias publicadas entre 1956-1983 (C-1 à C-72)

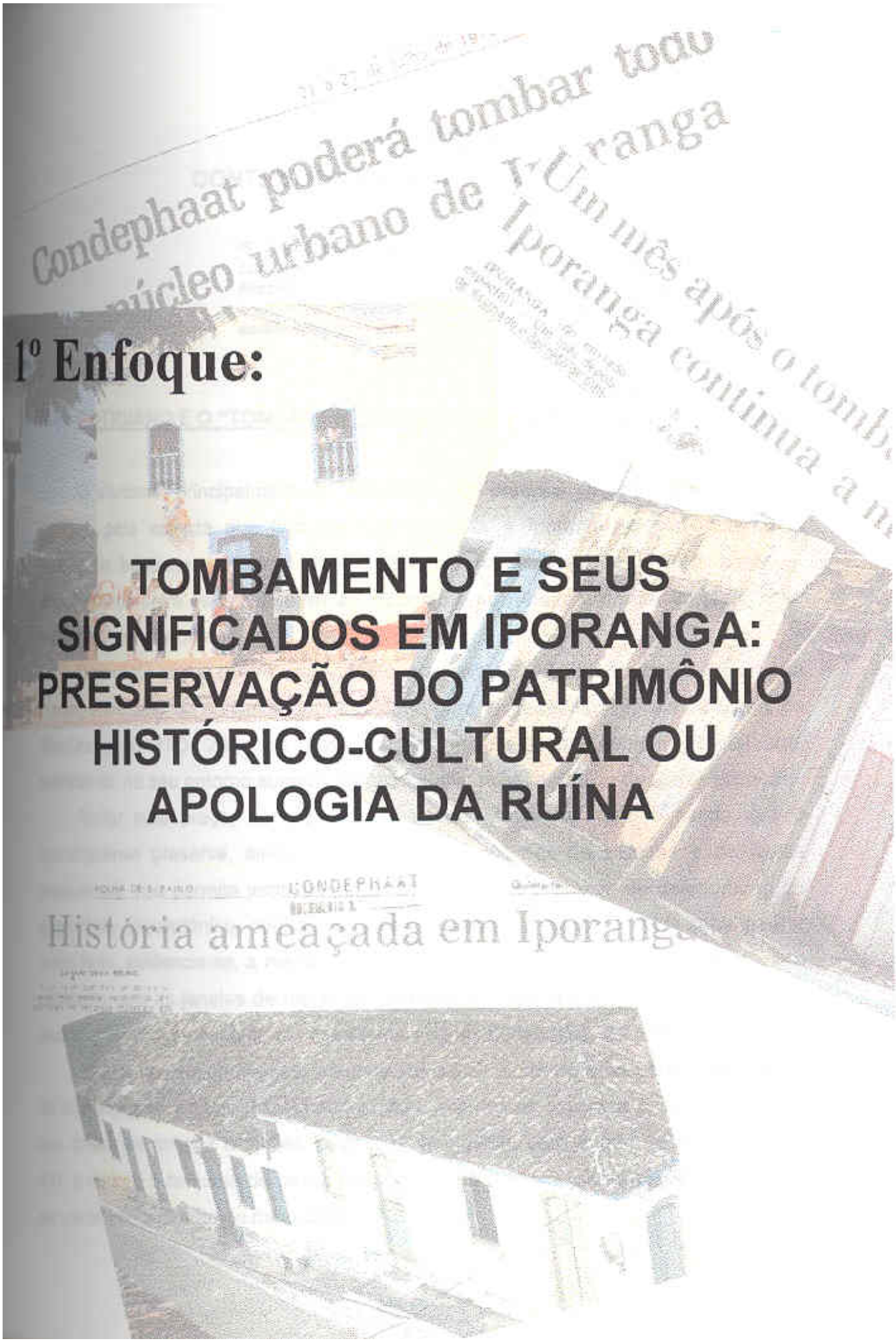
(2) Não foram localizadas matérias para o 1º. período de análise desta pesquisa (1805-set.1956). Na Tabela, do terceiro ao quinto período, dividiu-se as notícias conforme as mudanças do governo estadual.

(3) Alguns artigos classificados para a questão do patrimônio cultural, apresentavam, também, aspectos voltados para a temática ambiental, apesar disso, e de ter aproveitado esses dados, eles não foram computados nesta tabela.

(4) O quinto e sexto período figuram nesta tabela apenas como dado complementar ao período pesquisado.

1º Enfoque:

TOMBAMENTO E SEUS SIGNIFICADOS EM IPORANGA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL OU APOLOGIA DA RUÍNA



CAPÍTULO VII

CONTEXTUALIZANDO O TOMBAMENTO

> ***"[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares."*** (Carlos A. C. LEMOS, 1981)

7.1- COTIDIANO E O "TOMBAMENTO" DA CIDADE: UM PONTO DE PARTIDA

O visitante, principalmente o "marinheiro de primeira viagem", que chega de repente pela estrada que liga Eldorado Paulista à Iporanga, desemboca numa paisagem bastante agradável (FOTO 28), demonstrada pelo conjunto histórico-arquitetônico entre as Serras e Matas, estando o rio Ribeira em primeiro plano e ao fundo o Morro da Coruja.

O contato com o centro urbano histórico, travado de imediato, traz o impacto da homogeneidade do conjunto, com destaque para a imagem da Igreja da Matriz de Sant'Anna (FOTO 29), um dos poucos imóveis completamente restaurado, entretanto, no seu entorno surgem vários exemplos chocantes de descaracterização.

Andar pela praça, ao redor da Igreja da Matriz, tal qual o hábito que o iporanguense preserva, ainda hoje, nas noites dos fins de semana e de festas tradicionais, nos permite verificar vários elementos do processo de deterioração do patrimônio arquitetônico, contrapostos com a pacata e pitoresca vida urbana. Por outro lado, evidencia-se, a medida que se caminha pela praça e ruas adjacentes, o contraste com as janelas de metal, as paredes de alvenaria e as portas modernas, isso quando não se encontram casas e mais casas desabadas, ou perto disso.

Apesar desses problemas, no contexto geral, ainda há uma certa preservação da imagem geral urbana (FOTO 30), estão presentes os aspectos histórico-culturais, tais como: os antigos lampiões belgas de iluminação com azeite de baleia (FOTO 31), o coreto, o conjunto de casas feitas em taipa de mão (pau-a-pique) e as telhas de canal (meio cilindro ou meio cone). (FOTO 32)

Conforme Lino, agora que a cidade: **"[...]começou a acordar do seu sono profundo",** entretanto, enquanto alguns casarões e casas, construídas entre o período colonial e imperial, simplesmente ruíram, o restante desse importante patrimônio arquitetônico passou por um processo de "modernização" que apenas contribuiu para a descaracterização das antigas casas geminada. Blocos de cimento substituíram antigas paredes, divisões internas foram inventadas, amplas portas foram trocadas e centenárias janelas transmutaram-se em vitrôs do século XX. (LINO, 1978b:44)

Conversar com moradores, que há décadas convivem com essa problemática, com a dificuldade de encontrar materiais, com o descaso das autoridades, além das goteiras, as paredes caindo, cupins infestando as partes de madeira, nos traz à tona a problemática do tombamento.

Mas que tombamento é esse?? Observa-se isso, literalmente, ao percorrer pelo trecho central da cidade, acometido pelas agruras do tempo e pela insensatez dos homens (FOTO 33 e 34). O tombamento transformou-se num estranho mito, pois, todos sabem o que é, mas, muitos não acreditam nas suas vantagens.

Essa arquitetura e a paisagem urbana de Iporanga acabaram levando ao convívio com o eterno conflito: importância histórica X rompimento da tradição cultural; antigo X moderno, preservado X desenvolvido; memória X progresso; velho X novo. Como se toda a beleza e os contrastes das imagens de uma trajetória de glórias, registrada por poetas e cronistas, que destacaram seus vários momentos, pudesse ser simplificada a uma mera dicotomia.

Os ritmos da cidade, elucidados pelas crônicas e poesias iporanguenses, fazem aflorar as contradições, mas vão além, quando se relacionam com o resgate dos momentos de prosperidade. Por trás de alguns erros ortográficos, preservados, o cronista estimulava uma visualização da cidade, e começava provocando: ***"Você conhece Iporanga?":*** (ANEXO 1)

> ***" Iporanga é aquele pedacinho de mundo onde o visitante encontra tudo o que é espontâneo e natural, onde a beleza nativa se armoniza*** [*sic*] ***com o casário*** [*sic*] ***antigo, os costumes e o artezanato*** [*sic*]***./ A cidade embora gradativamente crescendo e com alguns retoques de modernismo, traz ainda o seu centro a imagem da Vila Colonial com suas construções da época, o coreto, o chafariz e seus lampiões de esquina dos bons tempos do ouro e que iluminava a noite as ruas da cidade com azeite de baleia./ Nesta ou naquela venda instalada em prédio típico de construção antiga você encontrará a melhor cachaça da região, fabricada ali mesmo e entre os produtos à venda você encontrará o doce de laranja, taiada, rapadura, farinha de mandioca***

especial, peneira e pá de taquara, pito de barro, utencílios [*sic*] ***de barro, colher de pau, esteira de tabôa e outros produtos*** **[...]*" (LUIZ G. NESTLEHNER, poesia, 28/05/76)***

Mas, o que se pode ver hoje é... **abandono**!! Fora dos períodos de maior movimento, nas férias e festas tradicionais, o centro da cidade fica praticamente moribundo, restringindo-se o pouco movimento aos bares e às pensões, ou soçobrando entre escombros de casas, nas tombadelas dos últimos ébrios da noite.

Os exemplos de casas que correm perigo de ruir, são comentados, criticados e revividos pelos moradores, no entanto, suas reclamações sobre a situação de descaso, acabaram se transformando, à revelia de todos os aspectos contrários, em bloco de cimento, tijolo ou esquadrias de metal.

Poucos são aqueles que resistem em tentar manter ao máximo a fachada e estrutura original de seus imóveis. Entre os prédios remanescentes, temos: o sobrado da rua Pedro Silva (FOTO 35, reveja FOTO 30), que fez a vez de multi-espaço público, tal como: Biblioteca, Telefônica, Junta Militar, Correio e Câmara de Vereadores. Existe, também, o prédio da atual Câmara de Vereadores, que já foi Biblioteca Pública e Prefeitura Municipal, sendo um dos primeiros a ser restaurado. Existe, ainda, a casa de Clayton Lino, cuja restauração demorou, mas, foi concluída.

Ao mesmo tempo, percebe-se a memória viva fluindo na cotidianidade iporanguense, confirmada pelo contato com as famílias tradicionais e personagens, que produziram a essência e características bastante peculiares dessa realidade, que vivenciaram diretamente a problemática do tombamento. (FOTOS 36 à 40)

Enfim, se fala tanto em tombamento, mas, afinal qual é o significado dessa palavra, desse conceito? Quais os mecanismos de ação governamental para a preservação do patrimônio cultural de São Paulo? Discutirei isso no próximo item!

7.2- PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E CONDEPHAAT: CONCEITOS E CONTEXTO

"O homem só se entende como tal ao debruçar-se sobre o mundo; por sua vez, 'natureza' já é um conceito culturalmente fabricado." (Jorge C. N. RIBEIRO JÚNIOR, 1982)

O conceito de cultura, construído historicamente, deve ser compreendido sob dois aspectos: resultado de produto simbólico e como derivado de processo social.

RIBEIRO JÚNIOR (1982) nos fornece elementos para a compreensão do significado de patrimônio cultural em função de sua dinâmica social:

> **"Os produtos culturais devem sua origem à ação social e não são, pois, dotados de vida própria: eles permanecem ou se modificam em função do dinamismo do processo social que lhes deu origem." (RIBEIRO JÚNIOR, 1982:16)**

Fugindo da visão estática de patrimônio cultural como conjunto de objetos, monumentos e documentos históricos, velharias e resquícios empoeirados da memória, é preciso verificar a sua construção histórica, por meio das práticas desenvolvidas pela sociedade, assim como os significados atribuídos aos produtos culturais, seu registro e difusão ao longo do tempo.

RODRIGUES (1993) acrescenta à essa perspectiva de **patrimônio cultural** a visão de que o mesmo é constituído de três elementos estruturais. O **primeiro** é o elemento de **origem natural** (relativo ao meio ambiente) em todos seus estágios possíveis de preservação, pois considera que:

> **"Até mesmo os ecossistemas intocados, transformados em unidades de preservação[...], são bens integrantes do patrimônio cultural. O homem, quando atribui valor a uma reserva de mata, devendo preservá-la, está tendo uma atitude tipicamente humana e cultural. O meio ambiente é um elemento do patrimônio herdado de gerações, de gente do campo e das cidades, que construíram um meio para si, bom ou ruim, não importa; o patrimônio não é unicamente formado de coisas belas e boas, mas também de erro e defeitos." (RODRIGUES, 1993: 181-182)**

O **segundo** elemento é aquele que tem **origem na ciência e no conhecimento** acumulado pela sociedade, e que é utilizado, transferido, difundido, estando presente nas memórias do saber popular e nos registros de todas as áreas do conhecimento científico e tecnológicos. E o **terceiro** elemento compõe os **produtos culturais**, de origem material, palpável, resultantes do conhecimento aglutinado e aplicado; são os artefatos.

Assim, baseando-se no exemplo do RODRIGUES (1993), alterado para a situação iporanguense: o conhecimento acumulado pelo artesão (segundo elemento) que atuando sobre a madeira (primeiro elemento) a entalha e modela resultando na gamela (terceiro elemento), ou nas estruturas do tráfico de farinha, contemplando os três elementos do processo social de construção da cultura.

Pode-se inferir, portanto, que toda Unidade de Conservação, assim como o conhecimento produzido sobre ela, constitui-se em patrimônio cultural da região em que se localizam essas áreas protegidas.

De outro lado, o conceito de tombamento é definido por RODRIGUES, do ponto de vista jurídico, como:

> **"[...[um ato administrativo pelo qual o Poder Público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, inscrevendo-as no respectivo Livro de Tombo, sujeitando-as a um regime especial que impõe limitações ao exercício de propriedade, com a finalidade de preservá-las. Portanto, trata-se de ato ao mesmo tempo declaratório, já que declara um bem de valor cultural, e constitutivo, vez que altera o seu regime jurídico." (RODRIGUES, 1993:181)**

De outro lado, pelo ponto de vista governamental, considera-se que:

> **"O instituto de tombamento visa a conservar e proteger bens culturais e ambientais do interesse da coletividade. O ato de tombar é, portanto, uma intervenção concreta do Estado para ordenar a utilização e a disposição, sob regime especial de cuidados, dos bens que tenham algum valor histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico." (SÃO PAULO, CONDEPHAAT, 1985)**

A competência para legislar e para a promoção da proteção do patrimônio cultural, poderá ser dada nos âmbitos federal, estadual e municipal. Na esfera federal, o papel foi desenvolvido pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).[64]

Dentro do estado de São Paulo, que utilizarei como referência para as discussões, o órgão de preservação é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), órgão esse criado em 1968.

Quanto à descrição do trâmite processual, RODRIGUES cita os decretos que demonstram inovações que o CONDEPHAAT implementou, conseguindo uma abertura mais ágil, obtendo, assim, uma proteção provisória em relação a atuação do órgão federal. De acordo com RODRIGUES o :

> **"Processo de tombamento é uma seqüência lógica de atos praticados pela Administração Pública tendentes à identificação de valor cultural em bens móveis e imóveis, públicos ou particulares..." (RODRIGUES, 1993:188)**

Esse processo é desencadeado quando o CONDEPHAAT:

> **"Por solicitação de interessado ou de ofício, decide pela abertura do processo de tombamento, notificando o proprietário. A partir de então o bem está sob tombamento, será notificado o proprietário para contestar a decisão no prazo de quinze dias. Não**

[64] Esse órgão foi, posteriormente, substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

> **ocorrendo contestação, será o tombamento submetido à homologação pelo Secretário Estadual da Cultura. Contestado o tombamento, o Conselho manifestar-se-á, encaminhando o processo à apreciação final do Secretário. Homologado o tombamento, será ele inscrito no respectivo Livro do Tombo. Da decisão em que houver impugnação caberá recurso ao Governador do Estado. O tombamento de bens de domínio do Estado ou Município não é impugnável." (RODRIGUES, 1993:190)**

Vários pontos de vista são apresentados, por RODRIGUES, sobre a natureza jurídica do tombamento e as questões relativas à indenização do proprietário, se pessoa física ou jurídica do setor privado. Esse autor mostra um panorama que demonstra a não-unanimidade quanto ao tema, pelo contrário, mostra as correntes que defendem a indenização ou, de outro lado, a gratuidade do ato de tombamento. (RODRIGUES, 1993:197-203)

Apesar de seu próprio posicionamento contrário à essa visão dicotômica, RODRIGUES nos remete à uma reflexão de que não se pode admitir a indenização pura e simples do tombamento, pois em um país pobre, como o nosso, isso pode condenar o patrimônio cultural à total destruição. (RODRIGUES, 1993:200)

Por outro lado, a descrição sobre os efeitos do tombamento, dá-nos motivo para pensar se o tombamento interfere ou não no usufruto do direito de propriedade, já que seus efeitos são:

> **"[...] a) a obrigação de levar o tombamento a registro; b) restrições à alienabilidade da coisa tombada; c) restrições à modificabilidade da coisa tombada; d) possibilidade de intervenção nela do órgão de tombamento (vigilância, vistoria, fiscalização etc.); e e) sujeição da propriedade vizinha da coisa tombada a restrições especiais" (SILVA *apud* RODRIGUES, 1993:192)**

Em relação às restrições de alienabilidade, o autor descreve que:

> **"Os bens de domínio privado não são inalienáveis, mas antes de sua venda, o proprietário deverá, pelo mesmo preço, oferecer a coisa à entidade política competente que detém o direito de preferência sobre ela e que deve usá-lo no prazo de trinta dias sob pena de perdê-lo. Assim não agindo o proprietário, o negócio jurídico é nulo, sujeitando-se este a multa e a coisa em questão a seqüestro." (RODRIGUES 1993:192)**

Além disso, o autor aponta que em relação às restrições de modificação da coisa tombada, atingindo tanto os bens públicos quanto privado; que a mesma:

> **"[...] não pode ser, em caso algum, demolida, destruída ou mutilada. Poderá ser reparada, pintada ou restaurada mediante autorização prévia do órgão competente." (RODRIGUES, 1993:192)**

Entre os problemas elencados, RODRIGUES (1993) nos apresenta a falta de vontade política do Executivo e do Legislativo Municipal, o jogo de forças do poder

econômico e os interesses dos grupos dominantes das localidades, onde se encontram importantes patrimônios culturais, além do que, prevalece a mentalidade provinciana, na maioria dos municípios brasileiros, de que: **"[...] moderna é a cidade que cresce incontrolavelmente, obtendo assim receita de ICM [...]"** (RODRIGUES 1993:186). Ao mesmo tempo, o:

> **"[...] Panorama é agravado ainda pelo fato de que, na maior parte dos casos, as cidades de patrimônio cultural mais valioso são aquelas estagnadas, economicamente decadentes e em processo de esvaziamento demográfico[...]" (RODRIGUES, 1993:187)**

E esse é exatamente o caso de Iporanga, inserida num contexto de destruição sistemática do patrimônio histórico-arquitetônico, em virtude do desestímulo ou desconhecimento dos munícipes e, principalmente, do descaso dos políticos locais, que se excluem do seu importante papel de difusores, agravado pela ineficiência do CONDEPHAAT e impotência dos grupos locais na luta pela preservação.

É nesse quadro que pretendo mergulhar, fazendo aflorar o fenômeno pedagógico presente na trajetória do processo de tombamento de Iporanga e desvelar suas contradições, no desenrolar de uma longa jornada, discutida em cenas que seguem o fluxo cronológico do conflito, e que contém aspectos das inserções e exclusões dos atores sociais, que foram partícipes da história desse último arraial de mineração do período colonial paulista.

CAPÍTULO VIII

TOMBAMENTO DE IPORANGA: ATORES E NOVELA.

> **"[...]** ***Acorda Iporanga, e te cuida./ Busca urgente em tuas matas as raízes para teu mal,/ Não escapastes do contágio do capitalismo endêmico./*** **[...]** ***Teus rios vão poluir-se de gente estranha e dessas águas beberás./*** **[...]** ***És hoje a encruzilhada de mil interesses. O Estado te quer, os inte-/lectuais te desejam, os empresários te colocam em suas rotas. Pouco/ sobrará de ti para ti. E tinhas obrigação de sobreviver./*****[...]** ***Enfeita-te, serás o palco, o circo chegou. Adeus Iporanga.//"*** (Clayton Lino, poesia, 1979)

8.1- *CENA 1*: UM ARQUITETO DESCOBRE IMPORTANTE ARRAIAL DE MINERAÇÃO PAULISTA (1956- ago.1971)

Essa história começa quando um arquiteto, Carlos Lemos, lá pelos idos de 1956, descobre a cidade de Iporanga, nos sertões do Vale do Ribeira, durante suas andanças em busca dos remanescentes da arquitetura tradicional paulista. Em suas descrições, feitas mais de uma década depois, Lemos explica a preservação do estado original do arraial colonial de mineração da seguinte forma:

> **"Iporanga dorme, pelo menos, há um século e meio, conservando integralmente, em tôda sua extensão, o aspecto primitivo de seus primeiros tempos. Concorreram para isso a pobreza e a dificuldade de acesso, pois até há pouco tempo ia-se àquela cidade através unicamente de barcos que subiam o Ribeira de Iguape" (LEMOS, 1969: 162)**

Esse deslumbramento de encontrar um arraial intacto é ressaltado por algumas considerações do arquiteto:

> **"Suas construções não tem nada de especial. As casas são tôdas muito modestas, a igrejinha muito humilde, mas, em conjunto, apresentam uma unidade admirável, impressionando ali a generalização dos princípios construtivos, a sistematização de soluções plásticas e a continuidade dos mesmos partidos que orientam as construções a se adaptarem orgânicamente ao solo, aos declives e ao próprio rio que margeia a povoação." (LEMOS, 1969: 162) (grifo meu)**

O isolamento de Iporanga se, por um lado, favoreceu a proteção desse importante conjunto arquitetônico e histórico do Estado de São Paulo, por outro, acabou, também, propiciando a decadência ou estagnação econômica do município.

O noticiário da grande imprensa, do final da década de 60 e início de 70, dava grande destaque para Iporanga e já nos indicava os momentos de glória e os

problemas, apontando, também, algumas alternativas para a região. Os títulos das notícias demonstram aspectos preocupantes da situação de Iporanga, tais como:

- **"Totalmente abandonada a cidade de Iporanga" (OESP, 09 out. 1966),**[65]
- **"Miséria sobre o ouro" (OESP, 29 fev.1968),**
- **"Iporanga: a cidade de muitas riquezas que vive na miséria" (O GLOBO, [1971]),**
- **"Vale do Ribeira, SP, pede por socorro" (O GLOBO, 09 ago.1971).**

Os termos "abandono" e "miséria" apareceram nas matérias como palavras de ordem, de modo a destacar que a decadência existente hoje **não** é uma marca de nascença, ao contrário, seu passado deveria ter sido próspero, em virtude da mineração do ouro. As notícias, então, destacavam a situação de Iporanga:

- **"E hoje, apesar da luta em que o povo se vem empenhando no sentido de melhorar suas condições de vida, o Município de Iporanga não atingiu ainda o apogeu que alcançara no século passado. A energia elétrica continua ainda deficiente, seu comércio é sem expressão, sua indústria não se desenvolve. A cidade vive das atividades agrícolas (arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar), aliás, rudimentares e da criação de porcos (OESP, 13 jan. 1968)**
- **"A região mais rica do Estado em minérios - o Alto do Ribeira, na Serra do Mar é, ao mesmo tempo, porque há muito abandonada pelos governos, a mais pobre..." (OESP, 29 fev. 1968)**
- **"É uma cidade muito antiga, de casarões imperiais** [ou coloniais??] **caindo aos pedaços. Um sino de ouro e bronze, na Matriz, é o símbolo desse grandioso passado"(OESP, 29 fev. 1968)**
- **"Uma das maiores fontes de riquezas minerais de São Paulo - jazidas de chumbo, prata, ouro, zinco e outros minerais - fica nesta cidade do Vale do Ribeira que é também uma das mais pobres do Brasil" (O GLOBO, [1971])**

Em todas as matérias aparecem, várias vezes, as reclamações da falta de atenção do Governo Estadual e o brado de um povo na busca de alternativas econômicas, entre elas: o turismo, voltado para as cavernas e outras atrações da cidade, e a mineração eram as propostas que apareciam com freqüência nas matérias. O próprio Governador da época, Laudo Natel, afirmava aos jornalistas que:

> **"Só o turismo solucionará os problemas da 'ilha de estagnação' que é Iporanga, onde fica também a maior reserva calcárea do Estado." (O GLOBO, [1971])**

Toda a divulgação para essa cidade do Vale do Ribeira, acabou reforçando a sua importância como patrimônio histórico-cultural de São Paulo e isso justifica o porquê do empenho de Lemos para obter o tombamento da cidade.

---

[65] Em virtude da grande quantidade de informações, datas, contendo dia-mês-ano, as mesmas serão abreviadas conforme norma ABNT, NBR 6023/89. Ao contrário, em relação à referência preferi destacar o autor e/ou o jornal em que foi publicada a notícia. Os dados gerais das matérias podem ser observados no APÊNDICE 1.

8.2- *CENA 2*: CONDEPHAAT PROPÕE O TOMBAMENTO, MAS O PROCESSO EMPERRA (set.1971-ago.1977)

Por solicitação do arquiteto Carlos Lemos, a presidente do CONDEPHAAT, na época Lúcia Falkenberg, encaminhou a abertura do processo de tombamento do centro urbano da cidade de Iporanga, sob o nº. 00057/71. Sua argumentação ia além da visão do potencial histórico-arquitetônico, justificando sua importância:

> **"[...]** ***por tratar-se de local do maior interesse turístico e histórico, pois é o último arraial de mineração ainda conservado no estado de São Paulo e por ser a sede de uma região plena de formações geológicas do maior valor técnico, científico e turístico, como as já famosas cavernas, (mais de 50), as minas de prata e galena e as jazidas de mármore, etc. Sem levarmos, ainda, em conta o potencial turístico do Parque Estadual demarcado dentro do município."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 24 set. 1971)** (ANEXO 2)

Desse modo, após os trâmites burocráticos, o conselho deliberativo apreciou e aprovou a proposta do tombamento de Iporanga, em reunião realizada em 13 out. 1971, na qual a presidente solicitava o encaminhamento imediato dos estudos necessários pela Comissão Técnica de Estudos e Tombamento.

Em 20 out. 1971 o próprio Carlos Lemos devolvia a informação à presidente, justificando-se pela impossibilidade de realizar estudos em um nível de detalhamento melhor, anexando, então, ao processo um documento enviado pela própria prefeitura de Iporanga, o qual na visão do arquiteto: ***"contém informações acreditamos de boa fonte",*** entretanto, chequei os dados e considero que, em muitos aspectos, é contraditório e evasivo, pelo menos com relação aos primórdios de Iporanga. Por outro lado, era realmente um dos poucos materiais disponíveis. Nesse mesmo ofício, Lemos opina por oficiar:

> **"[...]** ***Ao prefeito de Iporanga comunicando a abertura do processo de tombamento do seu núcleo urbano e, ao mesmo tempo, pedindo o envio de uma planta da Cidade, preferivelmente, aquela com o cadastramento de todos os imóveis."*** **(CONDEPHAAT, Processo nº. 00057/71, 20 out. 1971)**

Além disso, Lemos fechava esse documento, demonstrando o não-impedimento de se programar uma viagem para o levantamento fotográfico, paralelamente, à essas providências.

Desse modo, o comunicado ao prefeito ocorreu, em 25 out. 1971, de forma bastante simples e direta. Por sua vez, o prefeito da época, Theodoro Konesuk Júnior, acusava o recebimento do ofício do CONDEPHAAT e encaminhava planta do núcleo urbano da cidade, em 29 nov. 1971, de maneira aparentemente amistosa e conivente. Em dezembro de 1971 é juntado o referido documento ao processo.

No período que se seguiu até o final da gestão municipal de Konesuk Júnior, em 1973, ocorreu, pelo lado oficial, apenas o levantamento métrico-arquitetônico completo da cidade feito pelo arquiteto José Ghiu. Como não localizei esse documento não pude verificar o grau de detalhamento obtido.

Após a entrada do novo prefeito para a gestão 73-77, Jeremias de Oliveira Franco, observa-se um hiato no processo de tombamento, demonstrando a sua total paralisação, justificada pelas divergências políticas com o seu antecessor.

Apesar dessa situação no âmbito municipal, nesse período, pude localizar vários projetos e trabalhos, produzidos pela **Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA)** e pesquisas universitárias que demonstravam a importância do Patrimônio Histórico de Iporanga para o desenvolvimento de programas ligados ao turismo.

O trabalho intitulado: **"Possibilidades turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul"**, realizado, em 1973, pela Coordenadoria Técnica da SUDELPA, apresentava um estudo detalhado demonstrando a nítida vocação turística da região, em seus múltiplos aspectos e alternativas e, ao mesmo tempo, fornecia subsídios teórico-metodológicos para o planejamento e ordenamento do turismo a partir da avaliação da estimativa de demandas.

Esse estudo foi realizado por uma equipe interdisciplinar, em sua maioria ligada à USP. Destacavam como oferta turística, os recursos naturais e cênicos, as manifestações históricas e culturais, identificadas nas festas tradicionais e na arquitetura típica do período colonial, que somados ao artesanato constituíam **"[...] um acervo de grande potencialidade turística".** (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]: 93)

Em março de 1974, a SUDELPA realizou o trabalho **"Estudo e Justificativa da Necessidade de Pavimentação da Estrada Apiaí-Iporanga",** cujos objetivos

demonstravam claramente a necessidade de melhorias das vias de acesso, em vista da ampliação da **"exploração turística e mineralógica da região [...]"**. Esse trabalho propunha a seleção das potencialidades turísticas relativas às cavernas do Vale do Rio Betari, a definição de estratégias para o desenvolvimento do turismo em cavernas e a utilização adequada dos pontos turísticos, de forma a **"[...]evitar a degradação dos atrativos naturais"** (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 4)**.** As construções antigas e a arquitetura típica na cidade de Iporanga, eram colocadas como uma possibilidade a mais para um roteiro de visitação das cavernas.

Ainda em 1974, a SUDELPA encomendou um novo estudo sobre Iporanga, detalhando uma proposta para o **"Aproveitamento Turístico do Vale do Betari",** agora realizado pela **Consultoria, Projetos e Obras Ltda. (CPR)**, mas contando com grande parte da equipe do projeto de 1973. Novamente o destaque são os atrativos naturais, mas também fazem menção a importância do patrimônio cultural:

> **"A própria sede do município de Iporanga se coloca como mais um ponto de atração ao turista. Fundada no século XIX conserva seus traços coloniais na arquitetura da sua Praça Central. Algumas manifestações culturais, sobretudo religiosas, sobrevivem ainda hoje como a romaria de São Gonçalo e a festa de N.S. do Livramento, marcada por uma procissão fluvial ao longo do Rio Ribeira." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1974b]: não pag.)**

Lino realizou, em 1976, um estudo, que apesar do enfoque principal ser o turismo em cavernas, dada sua condição de espeleólogo e por ser presidente da SBE, na época, no qual apresentava uma proposta bastante abrangente, justificada pela alta diversidade de atrativos turísticos, e reforçava a importância da interligação dos atrativos naturais com o patrimônio histórico-cultural. (LINO, 1976a: não pag.)

Ao descrever as potencialidades do roteiro básico proposto para o trecho Apiaí-Iporanga-Eldorado, LINO destacava a importância do Centro Urbano de Iporanga, afirmando que o mesmo:

> **"[...] é, com certeza, o maior atrativo cultural da região em foco./ [...] Iporanga não apresenta grandes manifestações culturais, porém, suas tradições, quase sempre de fundo religioso, são fortemente conservadas e transmitidas."(LINO, 1976a: não pág.)**

Além disso, recomendava que manifestações artísticas da população, como o artesanato, fossem utilizadas para fins turísticos, desde que não se deturpasse o aspecto folclórico. Ele desfecha suas considerações da seguinte maneira:

> **"Os aspectos ligados à arquitetura histórica da cidade, somados aos da privilegiada localização, às margens do rio Ribeira e circundada em grande parte por densa mata, dão a Iporanga uma especial potencialidade turística." (LINO, 1976a: não pág.)**

A despeito de todos esses levantamentos demonstrando a importância do patrimônio cultural e das propostas de utilização do potencial turístico de Iporanga, realizados tanto por órgãos governamentais quanto por acadêmicos, o processo de tombamento caiu no total esquecimento, pelo menos dentro do CONDEPHAAT, durante todo o período que se estende até quase o final de 1977.

8.3- *CENA 3*: AQUELE MESMO ARQUITETO SOLICITA REABERTURA DO PROCESSO, OCORREM NOVOS ESTUDOS. FINALMENTE O TOMBAMENTO É APROVADO PELO CONDEPHAAT. (set. 1977 - abr.1978)

Depois de um longo e tenebroso inverno, Carlos Lemos, em 13 set. 1977, solicita ao secretário executivo do CONDEPHAAT a retomada, com urgência, do processo de tombamento do núcleo urbano de Iporanga, argumentando que o mesmo ***"[...] esteve engavetado à nossa revelia durante seis anos."*** Nesse documento Lemos fornece uma visão histórica do processo e novamente alega da importância de Iporanga como último arraial de mineração do período colonial, ele destaca em suas preocupações que:

> ***"[...] estamos cada vez mais convictos da importância desse tombamento e agora chegamos a ficar preocupados com a conservação desse núcleo urbano à vista do 'progresso' que se avizinha[...] pois as ligações agora são rodoviárias, rápidas, feitas por novas linhas de ônibus de carreira e por caminhões possantes. Está todo desfeito o antigo 'clima' do sertão antigo sempre isolado de todos [...] há a novidade da represa ali programada que irá submergir sitiocas, arraiais humildes e a capela tombada de Ivaporunduva. Iporanga irá se situar às margens de um imenso lago [...] brevemente a cidade ainda íntegra estará poluída em todos os sentidos."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 13 set.1977)**

Carlos Lemos afirma, ainda, que o levantamento métrico-arquitetônico há tempos já havia sido arquivado no CONDEPHAAT e ressalta que as informações históricas já estão constantes no processo. Além disso, ele destacava a presença do arquiteto Clayton Lino, contratado pelo CONDEPHAAT para estudos na zona rural de Iporanga, como argumento para retomada da atuação do Conselho. Pedia, também, novo alerta ao prefeito de Iporanga sobre o processo de tombamento,

novamente Theodoro Konesuk Júnior, mesmo prefeito da época da abertura do processo, reeleito no pleito de 1976.

É importante destacar que, em 30 maio 1977, esse prefeito já esclarecia à população, por meio de edital, que qualquer alteração dos imóveis dependia de prévia aprovação dos projetos pelo CONDEPHAAT e as obras em andamento deveriam ser sustadas.

Em outubro de 1977 é entregue um outro trabalho acadêmico desenvolvido por alunos do curso de turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas (FIALCH), cuja proposta era o desenvolvimento de um **"Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico"** e diagnóstico analítico preliminar do município de Iporanga. Esse documento tinha como objetivo a caracterização do potencial turístico, organização de atividades turístico-recreativas e orientações ao estímulo do turismo em Iporanga, ficava indicada, ainda, a importância do patrimônio histórico no roteiro turístico proposto.

O processo "rola frouxo" e, somente em 10 jan. 1978, o secretário executivo, na época José Geraldo N. Moutinho, encaminhou o pedido de Carlos Lemos à arquiteta Vera Maria B. Ferraz, do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), a fim de providenciar o solicitado pelo conselheiro-relator.

A arquiteta prossegue o trabalho, propondo a demarcação do perímetro, em 19 jan. 1978, a partir de entendimentos verbais com a diretoria técnica e usando como base uma planta da cidade fornecida pela prefeitura de Iporanga. Para a delimitação da área, Vera Ferraz, utiliza como ponto de partida e de chegada a ponte do Rio Ribeira, é uma descrição simples, sem grandes detalhes, sendo que a mesma obteve o "de acordo" do arquiteto Carlos Lemos, dias depois.

Por outro lado, outro conselheiro do CONDEPHAAT, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, na argumentação de seu voto, destacou que a fundamentação do tombamento de Iporanga é convincente, mas não concorda com a delimitação executada, considerando-a desatualizada, imprecisa e apresentando incorreções no traçado e finaliza julgando ser:

> ***"[...] desejável que o processo volte ao Serviço Técnico de Conservação e Restauro para que proceda a vistoria capaz de fornecer as precisões desejáveis."*** **(CONDEPHAAT, processo 00057/71, 30 jan. 1978)**

Essas considerações acabaram levando o Conselho, demonstrado na ata nº. 365, em sessão no mesmo dia, a decidir converter o julgamento em diligência, ou seja, a realização de vistorias e pesquisas visando um maior detalhamento que procedesse à nova delimitação do perímetro da área a ser tombada.

O diretor-técnico do STCR, Carlos Lemos, apresenta, em 17 fev. 1978, uma nova delimitação da área, contendo argumentação mais detalhada e os novos pontos sugeridos já pelo conselheiro Ulpiano Meneses. A descrição traz a seguinte ressalva de Lemos:

> ***"[...] julgamos que também devesse ser tombada, com fins de reflorestamento e de acordo com as conveniências municipais, a encosta posterior a cidade que começa no referido valo e sobe até a cota 127 metros, pois assim estariam a salvo as visuais de quem chega pela estrada de Eldorado, ou pelo Ribeira de Iguape. Aliás, nesse sentido, é muito ilustrativa a foto tirada por KRONE no início deste século."*** **(CONDEPHAAT, processo 00057/71, 17 fev. 1978)**

Esse documento é encaminhado ao Conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade para dar o seu parecer, o qual se manifestou favorável ao tombamento ressalvando ser procedente a inclusão da área descrita por Lemos ***"[...] dada a necessidade de proteção das encostas dos morros que envolvem o núcleo."*** (CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 03 abr. 1978)

Em virtude dessas considerações, o conselho deliberativo, em decisão registrada na **ata nº. 376, da sessão de 10 abr. 1978**, ***aprovou o tombamento*** do Núcleo Histórico de Iporanga, entretanto, solicitava o novo traçado do perímetro de forma a abranger a área sugerida por Lemos e realçada por Andrade. (ANEXO 3)

A arquiteta Vera Ferraz encaminhou a Lemos a proposta do novo traçado do perímetro em 19 abr. 1978, assim o Conselho ***aprovou o novo perímetro*****,** em **sessão de 24 abr. 1978**, como está registrado na **ata nº. 379.** (ANEXO 3)

Imediatamente, em 27 abr. 1978, é comunicado ao Prefeito de Iporanga a aprovação do tombamento e do novo perímetro, no mesmo documento solicitava-se a relação dos proprietários dos imóveis abrangidos. O secretário executivo, na ocasião cargo ocupado interinamente por Carlos Lemos, reforçava as disposições

legais que asseguravam a preservação dos bens tombados até decisão final e proibição de qualquer intervenção, como demolições, reformas, pinturas ou restaurações sem prévia autorização do CONDEPHAAT.

8.4- *CENA 4*: PREFEITO SOLICITA PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ACABA DESENCADEANDO O "CALVÁRIO" (jul. 1978 - nov. 1978)

O prefeito de Iporanga, Konesuk Júnior, enviou um ofício, em 03 jul. 1978, reconhecendo o valor histórico e arquitetônico da área tombada, entretanto solicitava, urgentemente, ao CONDEPHAAT um levantamento da situação geral dos bens tombados, assim como auxílio técnico e financeiro para a preservação daquele patrimônio, e formulação de um **plano de desenvolvimento urbano do município** com o apoio da prefeitura, sendo sua justificativa para a solicitação:

> ***"*[...] *pela falta de recursos da Prefeitura e dos proprietários locais temos visto dia após dia construções chegarem a estado de deterioração muito grande tornando-se necessária sua demolição."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 03 jul. 1978)**

Logo em seguida, em relatório apresentado, em ago. 1978, a arquiteta Vera Ferraz apresenta os resultados de uma vistoria feita no município, realizada entre os dias 22 e 23 jul. 1978:

> ***"As construções na sua maioria encontram-se em estado precário de conservação devido, entre* outros *fatores, a técnica construtiva empregada na maioria dos imóveis, que por não sofrer manutenção periódica no seu revestimento e por ser o barro vulnerável a água, deteriora-se rapidamente, comprometendo inclusive a estrutura de madeira./ As coberturas do casario de IPORANGA também merecem atenção especial, pois encontram-se bastante deterioradas pela ação do cupim./O núcleo central, o qual está sob processo de tombamento, é todo pavimentado com "blocret", necessitando entretanto, de um plano de adequação paisagística que expurgue certos elementos acrescidos descriteriosamente ao longo do tempo, e que interferem na leitura daquele espaço."*** **(FERRAZ, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 22 ago. 1978)**

Continuando seu relato, a arquiteta confirma o problema financeiro enfrentado pelos moradores e pela municipalidade local que: ***"*[...] *não dispõem de recursos para manterem suas construções em estado satisfatório de conservação"*** e sendo assim sugere que seja criado na prefeitura uma **"caixa de auxílio**":

> ***"*[...] *na qual todos os usuários incluindo a Prefeitura, contribuiriam com uma parcela de acordo com seus rendimentos, cabendo ao CONDEPHAAT e eventualmente a outros órgãos ligados a problemática de preservação do patrimônio ambiental urbano, as maiores colaborações. Desta forma, todo proprietário de imóvel tombado***

> ***se beneficiaria da ajuda desta 'caixa', para melhor conservação de seus bens."*** **(CONDEPHAAT, processo n°. 00057/71, 22 ago. 1978)**

Carlos Lemos, enviou um despacho ao secretário executivo em set. 1978, indica que o processo de tombamento poderia ser efetivado, fazia considerações quanto a deterioração do patrimônio e avaliava a idéia da "caixa de auxílio" :

> ***"*[...] *mesmo que o citado tombamento não seja efetivado a curto prazo, temos necessariamente que tomar providências urgentes no que diz respeito à conservação dos imóveis arrolados assim como à preparação de um plano disciplinador das intervenções no local, pois há de se regular construções novas em terrenos livres e reformas de edifícios novos existentes entre outros antigos. Quanto à idéia da 'caixa de auxílio', ela é simpática e talvez pudesse estar vinculada a alguma sociedade congregando os 'amigos de Iporanga', que inclusive, podem manter convênios com entidades para-estatais e com o próprio Estado, via CONDEPHAAT."*** **(FERRAZ, CONDEPHAAT, processo n°. 00057/71, 15 set. 1978)**

O "pingue-pongue" continuou e o processo foi parar no Secretário Executivo, que envia ao Conselho Deliberativo, em 18 set. 1978. O presidente, na época Nestor Goulart Reis Filho, remete o processo, então, aos conselheiros, em 25 set. 1978. Depois de todo esse trâmite burocrático, finalmente, vem o voto do conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade, em out. 1978, no qual o mesmo resgata toda a trajetória do processo, já citada acima e, após ponderações, considera que é:

> ***"*[...] *imprescindível a elaboração de um plano para Iporanga, visando promover a adequada preservação do antigo núcleo. A proposta de se criar uma 'caixa de auxílio' em benefício do acervo arquitetônico, me parece bastante interessante, no entanto, exige análise detida e consulta aos demais participantes, bem como parecer da Assessoria Jurídica, para estabelecer as bases de um desejável convênio."*** **(CONDEPHAAT, processo n°. 00057/71, 09 out. 1978)**

Assim, o processo volta ao Secretário Executivo, que envia ao Conselheiro Ulpiano de Meneses para dar vistas, em 16 out. 1978. Esse Conselheiro descreve, em seu voto, que após ter sido notificado o tombamento ao Prefeito de Iporanga, em 27 abr. 1978, e não havendo impugnação no prazo legal, que é de quinze dias, o mesmo julgou que o processo já estava em condições de ser submetido à apreciação do Secretário de Estado da Cultura para a efetivação do tombamento.

Entretanto, o conselheiro justificava a necessidade de que o tombamento viesse acompanhado do disciplinamento da área envoltória do bem tombado, e endossava o pedido do prefeito de jul. 1978 e a proposta do plano de adaptação paisagística expressa no relatório de vistoria da STCR, ressaltando que:

> ***"[...] a elaboração desse planejamento envolve complexidade tal e exige obrigatoriamente contactos com a comunidade local, em diversos níveis, além da mobilização de consideráveis recursos orçamentários, de maneira que uma operação desse porte teria que estar justificada pelo próprio tombamento".*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 23 out.1978)**

Ainda discorrendo sobre seu voto, Meneses recomendava a elaboração de um planejamento global, a ser efetivado após a homologação do tombamento, entretanto, julgava que tombamento iria causar impactos legais, econômicos, culturais, físicos e afetivos, por isso, considerava que o planejamento deveria ser precedido de uma:

> ***"[...] ampla mobilização da comunidade pelo Conselho, por intermédio da Prefeitura, órgãos oficiais,*** **escolas*, clubes, sociedade, etc., para esclarecimento do valor que representa o patrimônio ambiental da cidade, a significação e consequência do tombamento. Trata-se de uma oportunidade excepcional para que o CONDEPHAAT, dialogando com os membros de uma comunidade, lhes dê condições de se reconhecerem beneficiários e não vítimas dos bens culturais que possuem."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 23 out. 1978) (grifo meu)**

O conselheiro acrescentou, ainda, que existe uma predisposição em Iporanga para desencadear esse tipo de empreendimento e, finalmente, desfecha o documento com os tópicos a constarem do planejamento, contendo normas e recomendações para: restaurações, demolições, aspectos legais, propostas de uso, adequação paisagística, valorização do patrimônio e fontes de financiamento.

O voto de Ulpiano de Meneses foi complementado, em 06 nov. 1978, contendo considerações que reforçam que a elaboração de um plano de preservação é uma ação bastante complexa, exige recursos e mobilização da comunidade. Ele discorre sobre a legislação do CONDEPHAAT (decreto nº. 7730/76) e sua reestruturação proposta naquela época, que previa um **"plano de massa**", e sendo Iporanga uma cidade tombada estaria se admitindo a necessidade de implementação desse plano, mas que isso só teria fundamento quando homologado o tombamento.

Meneses acrescenta, ainda, que nada impede que o processo seja encaminhado ao Secretário da Cultura para ***"[...] efetivação do ato do tombamento ou arquivamento do pedido, caso este último em que ficaria prejudicada a proposta anterior."***

Assim, a síntese da decisão do Conselho, expressa na ata nº. 392 da sessão de 06 nov. 1978, indica que ***"[...] seja dada vistas dos autos ao conselheiro Licínio Silva Filho para manifestação."*** Além disso, sugere consulta ao:

> ***"*[...] *CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal, da Fundação Faria Lima (Secretaria do Interior) e à Diretoria Regional do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para obtenção de subsídios a fundamentação da relação jurídica entre o CONDEPHAAT e as municipalidades na hipótese de tombamento de núcleos urbano."*** **(CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 06 nov. 1978)**

No mesmo dia o processo tomaria outro rumo, que delongaria ainda mais a sua efetivação, pois o conselheiro Licínio Silva Filho, diante de dúvidas, fez um melhor exame dos autos e informou:

> ***"*[...] *constatei estar ele eivado de nulidade, no seu aspecto formal, consistente na inexistência de notificação das partes interessadas da decisão de tombamento do núcleo urbano. Tal vício, todavia, é sanável./* [...] *não apenas o Sr. Prefeito Municipal carecia de ser notificado/* [...] *parece-nos devam ser intimados todos os proprietários de imóveis existentes dentro do perímetro a ser tombado* [...] *restaurando-se o prazo legal ora esgotado, de molde a possibilitar qualquer manifestação recursal dos interessados* [...]*"* **(CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 06 nov. 1978) (grifo meu)**

O conselheiro apresentava, também, o encaminhamento a ser dado e sua notificação por editais, fixando um prazo de 30 dias para oferecimento de recurso. Seu desfecho é um destaque para a constatação da premente necessidade de assistência jurídica ao Conselho.

Assim, na sessão de 13 nov. 1978, registrada na **ata n^{o}. 393**, decide-se citar por meio de edital os proprietários de imóveis em Iporanga, corrigindo para 15 dias o prazo legal para a impugnação do processo. O Secretário Executivo, então, oficia o tombamento ao prefeito e solicita novamente a relação dos proprietários, justificando tal medida ser necessária para proceder a **"Notificação do Tombamento"**.

Nesse momento o processo sofre nova paralisação, exatamente na época de mudanças políticas, dada eleição indireta de Paulo Maluf para a gestão 1979-1982.

8.5- *CENA 5*: AGENTES DESENVOLVEM IMPORTANTES ESTUDOS: ENTRE O ACADÊMICO E O AFETIVO (out. 1978 a jan. 1979)

Antes de entrar no período do governo Maluf, gostaria de destacar alguns importantes trabalhos monográficos relacionados ao patrimônio cultural de Iporanga.

Primeiramente, **"Alto Vale do Ribeira: Arquitetura e Paisagem"**, elaborado por Clayton Lino, na época contratado pelo CONDEPHAAT, constando de um

volumoso trabalho sobre arquitetura rural, mas, apresentava, em adendo, o levantamento métrico-arquitetônico da Igreja da Matriz de Iporanga. (LINO, 1978a)

Posteriormente, em outubro 1978, Lino apresentou, como trabalho de conclusão de sua especialização em Patrimônio Ambiental Urbano, realizado na FAU-USP, um importante estudo, intitulado: **"Iporanga: um Plano de Desenvolvimento Urbano e Proteção do Patrimônio Cultural**". Esse trabalho seguia as sugestões dos orientadores, e membros da banca examinadora, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Carlos Lemos, ambos do CONDEPHAAT e propositores de planos para a preservação do Sítio Urbano de Iporanga.

Esse estudo merece uma atenção maior, pois contém reflexões e diretrizes para o tombamento da cidade, bastante sincronizado com o andamento das discussões dentro do CONDEPHAAT, em virtude da ligação de Lino com esse órgão e com os mencionados arquitetos, também professores da FAU-USP.

O arquiteto Clayton Lino, inicia a apresentação desse trabalho destacando a importância de expor a sua visão conceitual e metodológica e, ao mesmo tempo, ampliar a discussão sobre preservação de centros históricos e desenvolver uma proposta para o plano de desenvolvimento urbano através de estudo de caso prática, em virtude do **"valor cultural indiscutível"** de Iporanga e de sua profunda e íntima afinidade com a região, já que a localidade havia suscitado outros estudos por ele realizados. (LINO, 1976a, 1976b, 1978a, entre outros)

Nesse trabalho, LINO (1978b) introduz o assunto de forma bastante interessante, historicizando **"o processo de incorporação de uma área periférica à economia central"**, destacando a situação do Vale do Ribeira em relação à política capitalista, ligada à ótica do **"desenvolvimentismo"**, e como isso poderia levar à transformação econômica e social e, de outro lado, propiciar também a destruição do patrimônio cultural, ou mesmo, alterar o equilíbrio ecológico da região.

Essa nova ordem econômica acabava atraindo grandes latifundiários e empreendedores e propiciava o estabelecimento de **"[...] novas formas de relações de produção e relações sociais baseadas na maior produtividade da terra [...]"**, e, conseqüentemente, acaba excluindo, explorando ou expulsando as populações que

vivem o modelo de agricultura de subsistência, predominante nessa região. Lino afirma que Iporanga vivenciou este processo de forma exemplar:

> " **O isolamento em que esteve até meados deste século e a correspondente pobreza de sua população fizeram com que uma cultural tradicional de profundas raízes se arraigasse em seu meio social." (LINO, 1978b: 4)**

Ele considera que a população como **"que acordando de antiga letargia"** vai incorporando o novo discurso, "desenvolvimentista", trazendo, como conseqüência, a deterioração do patrimônio cultural, já que:

> **"A tendência então é negar as coisas do passado, carregadas de 'representações negativas' como a decadência econômica e a marginalidade social perante o Estado. Destroem-se então casas antigas, reformam-se outras, modifica-se o traçado urbano, apagam-se pouco a pouco as festas e costumes tradicionais." (LINO, 1978b: 5)**

O arquiteto demonstra a importância da abertura do processo de tombamento do núcleo urbano pelo CONDEPHAAT, descrevendo rapidamente sua trajetória e ao se passar quase uma década, percebia e constatava que, até aquele momento:

> **"[...] o processo, 'arquivado' e esquecido, nada significou para a cidade exceto uma dúvida generalizada sobre as intensões** [*sic*] **e possibilidades do órgão e um certo descrédito sobre as restrições impostas às modificações nas construções existentes," (LINO, 1978b: 5)**

Encara, por outro lado, esse autor, de que foi esse acordar que permitiu, inicialmente uma maior abertura para a discussão do tema pela população local e estimulou as iniciativas de preservação dos moradores mais esclarecidos.

O estudo proposto veio ao encontro da retomada do processo em 1977 e da aprovação do novo perímetro da área tombada pelo CONDEPHAAT. Além disso a contínua atuação de Clayton Lino na região, mostrava que a proposta de se apresentar diretrizes para a preservação de Iporanga extrapolavam o acadêmico e demonstravam a resistência de um técnico e de um indivíduo que possui um arraigado sentimento de pertencer àquela realidade (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev.1990).

Após uma abrangente descrição da História de Iporanga, resgatando seus vários momentos, ele situa Iporanga num contexto ligado à exploração mineral e ao aceno para o desenvolvimento turístico, confirmando que algumas melhorias urbanas apenas chegaram na década de 70. Lino desfecha esta parte dizendo:

> **"Assim, ainda pobre, acreditando no chumbo, no mármore e no turismo Iporanga tem tido um maior desenvolvimento e vai se incorporando paulatinamente à economia dominante ainda que tenha que, para isto, sacrificar muitos de seus costumes e tradições, muito de sua beleza, muito de sua paz." (LINO, 1978b: 24)**

A descrição do sítio urbano da cidade é calcada, por Lino, numa visão histórica, utilizando dados de cronistas do final do século XIX e início deste, além do trabalho de LEMOS (1969) e da sua própria vivência nesse município desde 1972.

Na outra metade dessa monografia, Lino nos remete a uma discussão conceitual e metodológica que fundamentam sua proposta para um plano de desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio cultural de Iporanga. Ele considera, em seus aspectos conceituais, que:

> **"A conservação deste patrimônio se deu de forma 'expontânea'** [*sic*] **sobre a natureza, ambientes, objetos e práticas sociais, caracterizada como a não destruição ou não mutilação dos mesmos através do tempo. Para isto concorreram, entre outros fatores, a manutenção do equilíbrio ecológico, a estabilidade social, a persistência de práticas sociais peculiares e manifestações culturais tradicionais, o uso contínuo dos elementos construídos. A resistência dos materiais associados às qualidades das técnicas construtivas utilizadas e, principalmente, a não modificação do programa de necessidades a que estes espaços e objetos serviam." (LINO, 1978b: 53)**

Lino frisa em seu trabalho que não se pode conceber o desenvolvimento como algo desarticulado do conceito de preservação, pois os mesmos **"são componentes imprescindíveis e integrados de qualquer planejamento**", que tenha como preocupação o respeito e responsabilidade social, desse modo, o conceito de **desenvolvimento** caminha no sentido de buscar:

> **"[...] a criação e multiplicação de fatores que favoreçam a elevação e a participação crescente das populações no sistema econômico, político e sócio-cultural no qual as mesmas se inserem." (LINO, 1978b: 55)**

Por outro lado, conceitua **preservação** como uma intervenção programada que se desenvolve como um processo dinâmico, caracterizando-a como:

> **"[...] uma postura, uma política e uma ação determinadas por premissas de ordem conservacionista e se coloca como meio de resistir a amnésia social, retendo a memória coletiva e servindo como elemento de identificação histórica entre homem, espaço e cultura." (LINO, 1978b: 55)**

Ele ressalva, entretanto, que a preservação é uma forma consciente de ação em que interagem agentes internos e externos a uma dada comunidade e que

ultrapassa a visão de **"[...] sacralização ou museificação de objetos e construções."** Esse autor entende que ações visando a preservação do patrimônio cultural tem:

> **"[...] tido caráter tipicamente intervencionista, autoritário e onipotente além de serem normalmente pouco ágeis e atadas a uma forte burocracia." (LINO, 1978b: 55)**

Aqui começa a ficar bem claro que "já vimos esse filme". Mas, Lino continua, meio que contestando a forma como o processo foi conduzido até o momento, e nos lembrando que é fundamental envolver a população local e adotar soluções vindas da própria comunidade, já que ela é a parte mais interessada, **"[...] a população consciente é a melhor guardiã de seus bens",** sendo assim, uma das mais importantes diretrizes para um plano de preservação e suas palavras de ordem são: *conscientização, participação e organização da população local*. Ele afirma que para a consecução dessa premissa é fundamental o papel dos técnicos especialistas integrantes de uma equipe multidisciplinar.

Um dos fatores que coloca em risco de descaracterização ou destruição o patrimônio cultural é, considerado por Lino, o próprio turismo, que apesar de ser uma solução prevista é também causador de vários problemas, é preciso, então, que o mesmo seja muito bem estruturado e planejado de modo a ele não se tornar um dos elementos mais perniciosos para a cultura local. E destaca que:

> **"As experiências de preservação de conjuntos urbanos com fins fundamentalmente turísticos mostram sem exceção que a marginalização e expulsão dos antigos moradores é crescente e o relacionamento entre o indivíduo e ambiente urbano são normalmente precários sob o ponto de vista social." (LINO, 1978b: 59)**

A parte conceitual do trabalho de LINO é finalizada com uma discussão sobre critérios de seleção e os tipos de intervenção mais apropriados a cada objeto de preservação de modo a não tratá-los como símbolos e elementos vazios de significado. O autor destaca que a restauração é uma das formas de intervenção, entretanto, a mesma:

> **"[...] só deve ser usada no sentido de permitir uma apreciação/apreensão mais ampla do documento [...] que aquela oferecida pelas partes remanescentes do mesmo e principalmente para impedir a maior deterioração destes 'restos', colocando reforços e suportes que auxiliem a estrutura a se manter." (LINO, 1978b: 63)**

O autor ainda ressalta que são necessárias ações em todo o desenvolvimento do trabalho, visando **"[...] documentar, analisar, planejar e executar medidas de proteção**

[...]" no nível teórico e prático, devendo todas as intervenções serem cuidadosamente estudadas. Mais do que conferir **"[...]um status de monumento muitas vezes incompatível com a sua função original"**, Lino nos leva a reconhecer que a melhor forma de valorização do patrimônio cultural é pelo seu uso e valor social, intimamente integrado ao cotidiano das comunidades onde estão inseridos.

Entrando nos aspectos metodológicos, Lino nos fornece um plano detalhado de atuação, fazendo-nos vislumbrar uma proposição altamente didática e ilustrativa de um modelo em que preservação e desenvolvimento estão intimamente associados, numa linha participativa e comprometida de atuação profissional.

Ele considera fundamental para o desenvolvimento de um plano para Iporanga a tríade de atuação: população local - técnico - especialista, fugindo a equipe do caráter meramente academicista ou do simples comprometimento burocrático, sendo que no mínimo uma equipe composta, preferencialmente, por um arquiteto e um sociólogo devessem fixar residência no local. E continua:

> **"A metodologia do trabalho por sua vez deverá ter suficiente flexibilidade para adaptar-se aos diversos condicionantes do trabalho e para sofrer eventuais (e prováveis) reformulações ao longo do estudo, tendo como fator fundamental a constante auto-crítica e reavaliação das diretrizes, objetivos e métodos empregados." (LINO, 1978b: 67)**

A criação de condições efetivas para o debate, no entender de LINO, dependem da utilização de meios e canais adequados de expressão e da participação direta da população local nas diversas fases do trabalho, sendo que as intenções e os contatos preliminares devem ser desburocratizados, visando o contato direto, de modo informal e indiscriminado.

Nessa fase inicial deve ser instalado um escritório regional do CONDEPHAAT, sede de atuação da equipe e, de preferência, localizado em local de grande importância cultural, em estado avançado de deterioração, mas, de modo que ele: **"[...] servisse como um exemplo de bom trabalho de recuperação."** (LINO, 1978b: 68)

Para Lino os levantamentos iniciais e pesquisas devem contar com o auxílio dos moradores locais. Entre essas coletas de dados o autor coloca a importância de se partir de um levantamento sociológico: **"a fim de caracterizar o destinatário do plano e entender suas relações de interesses [...]",** interligando dois momentos: a) apreensão da

realidade total onde são identificadas atitudes, aspirações, atividades econômicas, lideranças, associações, etc., e b) aprofundamento de dados.

Ele sugere, entrevistas, contendo questões abertas e uma amostragem, com zoneamento pré-estabelecido, abrangendo um mínimo de 50% dos moradores locais, além de atingir antigos moradores, turistas e outros elementos externos.

Seriam também feitos o levantamento urbanístico-arquitetônico, partindo de uma planta da área urbana constando o perímetro da área tombada; o levantamento histórico-cultural: identificando, recuperando e organizando "documentos históricos", de forma a reconstituir o passado de Iporanga, e "manifestações culturais" (festas, artesanato, músicas, gastronomia, linguagem, vestimentas, lazer, entre outros).

Além disso, seria promovido o levantamento jurídico-institucional: onde seriam identificadas as diversas instituições que atuam na área, indicando objetivos-recursos-competências. Seria também feito um levantamento da legislação incidente na área em suas múltiplas instâncias.

Partindo, então, dessa visão abrangente, Lino elenca os **meios de expressão** à serem utilizados em um trabalho de base com a população, visando a transmissão de conhecimentos, a conscientização e a participação no processo geral, em andamento.

Entre esses meios, destaca a expressão verbal como forma mais eficaz, em virtude de atingir todos **"[...] uma vez que ultrapassa barreiras como o analfabetismo e a falta de conhecimentos técnicos"** (LINO, 1978b: 74), aqui estariam previstas entrevistas, debates, sugestões, reivindicações e para a sua promoção deveriam ser realizadas uma série de atividades sociais, reuniões e excursões conjuntas que promovessem as discussões.

Outra forma de expressão seria através de informações escritas que incluiriam **"[...] as descrições de lugares e atividades, a narração de fatos, as crônicas, poemas [...] e os trabalhos específicos sobre assuntos vinculados à região"** (LINO, 1978b:74). Estariam, também, sendo incluídos os estímulos aos trabalhos realizados nas escolas, etc.

Seria, também, utilizada a linguagem iconográfica; mais restrita, entretanto, imprescindível ao trabalho de documentação e divulgação, estando presente em

desenhos, pinturas, maquetes, fotografias, entre outros, para isso é importante estimular a participação popular em mostras e exposições de trabalhos, ou cursos.

Deve-se, ainda, estimular e promover a organização da população local através da criação de entidades, identificação das associações de classe, cooperativas e o apoio de outras formas de agrupamento tais como as escolas, igrejas, a câmara municipal, e Lino destaca o papel da **Sociedade Amigos do Município de Iporanga (SAMI)**, sociedade essa criada em 1968, cuja atuação sócio-cultural desenvolvida foi fundamental no período entre os anos 60 e 70.

A parte final dessa proposta, bastante elucidativa, que estava totalmente vinculada aos anseios dos propositores do tombamento no CONDEPHAAT, é dedicada a descrição de um **Plano Básico de Ação**, no qual Lino forneceu passo-a-passo todos detalhes necessários para uma boa organização de um plano de desenvolvimento urbano, visando a preservação do patrimônio cultural da cidade de Iporanga. Entre os tópicos previstos, estão: Divisão Territorial do Município, Código de Obras e Urbanismo, Código Tributário e Plano Geral de Recursos, Plano de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos em Geral e o Plano de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano.

Nesse ponto, LINO nos fornece material extremamente didático quanto ao desenvolvimento de **Programas de Ação Sócio-Cultural**. Enfocando aspectos diversificados, tais como:

Programas de Ação Cultural

1) Reconhecimento da Paisagem- realização de excursões didáticas e o reconhecimento das potencialidades da paisagem,
2) Recuperação Histórica e Pré-Histórica- visitas aos sítios históricos,
3) Fortalecimento e Revitalização de Festas Populares e Manifestações Culturais- incentivando a manutenção ou revitalização dessas atividades como patrimônio vivo,
4) Roteiro das Cidades Históricas- excursões a cidades históricas da própria região,
5) Museu da Cidade- organização de coleções de objetos culturais, exposições circulantes e valorização de edifícios, entre outros,
6) Informação Cultural- palestras, projeções de slides e filmes, reuniões e espetáculos artístico-culturais, visando ampliar o universo cultural do homem de Iporanga.

Programas de Ação Social

1) Cooperativas- integrar pessoas com interesses e necessidades comuns,
2) Apoio ao Lazer e aos Esportes- criação e manutenção de áreas de lazer,
3) Apoio aos Grupamentos Sociais- organização e/ou fortalecimento de associações e grupos, visando a integração e o convívio social,

> ***Programa de Desenvolvimento Turístico:***
> Atividade de cunho sócio-econômico bem planejada e executada, sujeita a controle e fiscalização. Devendo criar-se infra-estrutura adequada aos turistas e regulamentação das áreas de interesse turístico contendo rígida proteção do ambiente.

Clayton Lino, ainda, demonstra a importância da estruturação de um Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural e destaca a necessidade de se documentar toda a trajetória dos trabalhos visando a avaliação e correção de falhas além de viabilizar futura publicação.

Em suas Considerações Finais, Lino caracteriza sua proposta como **"[...] a evolução lógica de um interesse afetivo e profissional sobre a região"**, e mostra as contribuições advindas de um plano que compatibilize desenvolvimento urbano com preservação do patrimônio cultural:

> **"Este trabalho busca levantar, discutir e propor soluções neste sentido. É um convite à reflexão e à colaboração de estudiosos e órgãos relacionados ao assunto. É a afirmação do propósito de aprofundamento dos estudos e de realização de uma experiência aparentemente inédita no campo da preservação cultural em nosso país." (LINO, 1978b: 90)**

Apostando na continuidade dos trabalhos e no valor da sua proposta, ele conclui: **"Para o desenvolvimento do trabalho proposto fixarei residência em Iporanga por prazo indeterminado. Parto em janeiro próximo."** (LINO 1978b: 90). Isso é o que veremos se aconteceu, nas cenas seguintes.

Outro trabalho realizado, também, nesse período, de **Arlete A. Nestlehner,** é uma monografia de conclusão do curso de Arquitetura apresentada, em jan. 1979, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Braz Cubas, de Mogi das Cruzes-SP, intitulada **"Iporanga-Preservação**".

Este estudo, que caminha igualmente no sentido da interligação entre o valor afetivo e o acadêmico, merece destaque pois é desenvolvido por uma iporanguense, oriunda da tradicional família Nestlehner, cujos representantes sempre tiveram destaque no cenário político e cultural de Iporanga. Outro fato interessante, é que ela é prima da jornalista que escreveu o artigo que escolhi para abrir esta parte.

Apesar de apresentar incorreções, o trabalho teve o mérito de reforçar a necessidade da preservação de Iporanga, agora partindo de uma "filha da terra", sendo isso uma boa maneira de se incentivar a participação da população local e

fortalecer a pressão sobre o CONDEPHAAT para efetivação do tombamento. Ela justificava o trabalho com a necessidade de divulgar a importância arquitetônica de Iporanga e desenvolver um plano de preservação do seu patrimônio cultural (NESTLEHNER, A., 1979: não pág.). Demonstra, também, sua ligação afetiva:

> **"[...] seu conjunto é belo, sua paisagem indescritível, seu povo maravilhoso; não o maravilhoso-do-moleque-que-vende-amendoins** [?] **a turistas famintos, carentes de rusticismos; nem possue o dialogismo** [*sic*] **dos guias-mirins de uma Olinda. Mas seu povo [...] representa a essência da terra, essência de ilha perdida-pura, assim como muito de seus costumes, de suas crendices, de suas manias." (NESTLEHNER, A., 1979: não pág.)**

O referencial teórico-conceitual tecido por Nestlehner é praticamente o mesmo apresentado por LINO (1978b). A diferença dos trabalhos, além da estruturação, o nível de profundidade e âmbito em que foram apresentadas, está num maior detalhamento, feito por Nestlehner, das questões sócio-econômicas, dos aspectos arquitetônicos e da descrição das técnicas construtivas adotadas em Iporanga, o que obviamente é justificado por ser um trabalho de graduação em Arquitetura.

Os primórdios de Iporanga são resgatado por Nestlehner em escassos documentos (diários, manuscritos familiares, etc.) e informações colhidas junto a moradores antigos e estudiosos locais, como havia sido seu avô, Luiz Nestlehner (o famoso Seu Luiz Alemão), homem de múltiplos interesses e funções e grande preservador e difusor da memória iporanguense.

Ela confirma que o isolamento e a pobreza contribuíram para a conservação das características arquitetônicas da cidade. Apresenta, então, uma descrição da arquitetura e técnicas construtivas empregadas em Iporanga até chegar no processo de incorporação de materiais modernos (Ex.: bloco de cimento) utilizados na reconstrução de casas, que acabam atingindo, muitas vezes, o grau de descaracterização da fisionomia da paisagem urbana. O significativo valor do ambiente urbano de Iporanga é utilizado por Nestlehner para reforçar que:

> **"Um plano de preservação provou-se obrigatório, não apenas no que se refere a recuperação material dos seus edifícios, mas também no que toca a preservação da paisagem a qual pertence o monumento [...] e especialmente a preservação do 'direito' de sua população, direito de reais ocupantes da terra, de primitivos donos do lugar." (NESTLEHNER, A., 1979: [53])**

A autora, então, entra numa discussão do conceito de patrimônio cultural onde considera que a educação e informações mais adequadas podem levar à motivação e à **"[...] uma participação mais ativa das populações, que normalmente nada opinam, não são consultados."** e portanto, acredita, tal como Clayton Lino, que a **"[...] conscientização do povo é a melhor arma [...]"**, visando salvaguardar os monumentos culturais.

Ela endossa que o mau uso do patrimônio acaba ocasionando o desgaste físico, por isso os edifícios devem ser destinados à atividades de difusão cultural e ao turismo, de modo a revalorizar obras que estavam abandonadas (NESTLEHNER, A., 1979: [57]). Por outro lado, considera que a situação é cíclica, já que:

> **"[...] a própria deterioração física leva ao abandono dos edifícios e ocasiona o seu arruinamento. Um projeto de revitalização mostrar-se-ia mais favorável na medida em que se verificasse a reintegração das primitivas funções, o que asseguraria o mínimo de mudanças..." (NESTLEHNER, A., 1979: [58])**

A autora, então, apresenta sua proposta de preservação, no item **"Quanto a Iporanga"**, em que discorre sobre o papel de um projeto de recuperação e revalorização de um conjunto arquitetônico. Ela afirma que um projeto elaborado com esse propósito tem que vir acompanhado com um estudo minucioso que contextualize o processo histórico-cultural que originou esse patrimônio e também o jogo de forças que o levaram à conservação ou destruição e reforça que:

> **"Encarar o problema de preservação de um monumento como objeto independente de situações sociais, físicas e culturais é alienar." (NESTLEHNER, A., 1979: [60])**

Arlete Nestlehner "compra uma briga", em relação a sua visão do encaminhamento do processo de tombamento em Iporanga, afirmando que a administração pública do município **"mostra-se totalmente desinformada"** e que, igualmente, os moradores:

> **"[...] possuem apenas uma vaga noção de patrimônio cultural e histórico, tombamento, revitalização ou qualquer outra especificação pomposa." (NESTLEHNER, A., 1979: [61])**

E que planos de preservação, como o que acontece em Iporanga:

> **"Mostram-se incompreensíveis e enviáveis [...]./ Sem que o povo seja informado, educado, motivado para receber tal carga de responsabilidade, usuário de um bem cultural tombado, com novas regras a serem seguidas, novas leis a serem cumpridas, tudo aleatoriamente descarregado, sem que este estivesse preparado." (NESTLEHNER, A., 1979: [61])**

A arquiteta generaliza a situação, mostrando bastante descrédito e não aceitando que seja possível a mudanças dos rumos, o que é contestado pelas anotações dos membros da banca examinadora. Um exemplo disso surge quando afirma que:

> **"A imprevisibilidade que acompanha o projeto** [*sic*] **parecem demonstrar a pequena profundidade e a relativa arbitrariedade com que são executados normalmente os projetos de preservação no país." (NESTLEHNER, A., 1979: [61])**

Ela mostra que a população local se encontra desinformada e isso gera dificuldade para que a mesma compreenda o real valor do bem tombado. Em seus levantamentos, Nestlehner obteve dados que confirmam o baixo conhecimento sobre o tombamento e o surgimento dos conflitos, pois:

> **"[...] os que tinham a noção de tombamento, 'como perda da posse', mostraram-se contrários à idéia e até inclinados a efetuar mudanças como prova dessa posse. E como as mudanças estão ocorrendo sem que haja represálias, 'o problema' já se encontra desacreditado e até mesmo esquecido." (NESTLEHNER, A., 1979: [62])**

Assim procedendo, a autora traz à tona toda uma carga de crítica à atuação do CONDEPHAAT, pelo menos no que tange ao período que antecede sua monografia, e acaba desconsiderando a resistência dos técnicos, que como Clayton Lino, vinham buscando alternativas e subsídios para uma atuação consciente e participativa. Mas esse assunto será retomado mais a frente.

Finalmente, Nestlehner descreve suas recomendações, não sem antes fazer vários senões como a impossibilidade de evolução do plano sem maior representatividade do CONDEPHAAT em Iporanga, e que "**educação e preservação caminham juntas"**, o que considero uma feliz e correta afirmação. As recomendações surgem como decorrência das informações colhidas e analisadas e são justificadas, pela autora, como necessárias em vista da indefinida situação de Iporanga, além de objetivarem a determinação de formas de atuação e estabelecimento de um programa de preservação.

A conclusão do trabalho de Nestlehner se estrutura em generalizações sobre a atuação dos órgãos de preservação, afirmando que é um encargo difícil:

> **"Agir dentro da atual política de conservação do patrimônio cultural é outro fator por demais moroso. Os órgãos públicos, que formam o corpo de preservação no Estado Brasileiro, são dotados na grande maioria de funções semelhantes e mesmo idênticas,**

> **sem contudo apresentarem bem definidas as atribuições e competências de cada um - tal situação, muitas vezes ocasiona atuações contraditórias. E juntando a isso a deficiência técnica, o limitado número de profissionais, o minguado recurso econômico aliados a uma legislação às vezes falha, constitui-se o quadro pessimista da situação atual." (NESTLEHNER, A., 1979: [69])**

E a autora conclui que é necessário uma política estatal mais eficaz para proteger nossos bens culturais, viabilizando, assim, a preservação.

Ao final desta cena tão específica, resgatada pela contribuição acadêmico-afetiva à questão do Tombamento de Iporanga, por meio dos trabalhos de agentes sociais participantes da situação, é preciso esclarecer que essa análise exaustiva desses documentos universitários, principalmente o de Clayton Lino, se deve ao fato da sua importância na história do processo de tombamento, pelo papel educativo embutido nos mesmos, por clarear alguns aspectos e problemas decorrentes da ação do tombamento e também por fazer esquentar a discussão dos conflitos entre população e CONDEPHAAT, que sobressairão nas próximas cenas.

8.6- *CENA 6*: NOVO PEDIDO DE RETOMADA DO PROCESSO, PREFEITO COMEÇA A TIRAR O CORPO FORA, MUDANÇAS NO CONDEPHAAT E MAIS CALVÁRIO (jan. 1979 - set. 1979)

Esse novo momento da trajetória do tombamento se inicia com a notícia da comemoração dos 105 anos de emancipação política, divulgada na imprensa regional. O otimismo presente no título **"Iporanga: 105 anos e muita esperança"** fica destacado na descrição das características e potencialidades do município, mas acaba se esvaindo no muro de lamentações em que a enorme matéria se transforma, na qual volta na mesma tecla da falta de estradas, de maior apoio ao turismo, das esperanças na mineração. (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 13 jan. 1979)

O jornal não se utilizou nem de uma linha da notícia para divulgar o processo de tombamento da cidade, apesar de em vários momentos citar aspectos da sua importância histórica e arquitetônica, isso demonstra um certo estado da paralisação, descrença ou desconhecimento do processo.

Nesse período o processo tombamento somente ressurgiu em fev. 1979, quando um documento assinado pela mesma arquiteta Vera Ferraz da

STCR/CONDEPHAAT, solicitava ao diretor técnico (Carlos Lemos) a retomada dos estudos do tombamento de Iporanga, paralisado desde novembro de 1978.

A justificativa apresentada nesse relatório de vistoria, realizada pela arquiteta em 03 fev. 1979 em companhia de Clayton Lino e mais três estagiários, destacava que havia ***"[...] um acelerado processo de destruição involuntária dos imóveis locais"*** e que as fortes chuvas destruíram algumas casas além da maioria dos edifícios estarem em estado precário, sendo os telhados as partes mais atingidas. A arquiteta destaca, ainda, a delicada situação política que deparou:

> ***"Como a população e a municipalidade não dispõem de recursos para recomporem os imóveis, vêm ao nosso encontro, solicitando auxílio. E como o processo de tombamento não se definiu até o momento nada podemos informá-los, fato esse que cria uma situação constrangedora para o CONDEPHAAT."*** **(FERRAZ, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 09 fev. 1979)**

A fim de se desvencilhar dessa situação incômoda, a arquiteta solicita ao prefeito que compareça a uma reunião do CONDEPHAAT, sugerindo à ele que expusesse o problema, visando alcançar uma solução conciliatória. Ela termina essa representação indicando o anexo contendo o relatório de Lino, destacando-o como ***"[...] profundo pesquisador e estudioso da região.",*** ela justifica esse relatório como uma solicitação do egrégio Conselho Deliberativo, feita na reunião do dia 5 de fevereiro.

O documento enviado, em 12 fev. 1979, por Lino ao presidente do CONDEPHAAT, ainda Nestor Goulart Reis Filho, se caracteriza por um relatório da sua atuação em Iporanga, no que concerne aos levantamentos feitos como contratado, ou não, por esse órgão; além disso descreve aspectos de Iporanga e a trajetória do tombamento e termina com sugestões de providências.

O arquiteto Clayton Lino inicia o documento contextualizando a situação econômica no Vale do Ribeira demonstrando que Iporanga representou o caso extremo da carência dentro da ***"economia periférica dependente e relativamente isolada"*** característica em todo o Vale do Ribeira.

O autor considera, no documento, que a salvaguarda do conjunto depende do estado físico das construções; o nível de conscientização popular e a questão econômica. No primeiro item destaca o estado de abandono comprometendo as construções e seu real perigo de desabar pondo em risco a vida de seus habitantes.

Por outro lado, reconsidera: ***"*[...] *não se pode depreender daí que se trata de um conjunto condenado"*,** mas, que é preciso buscar soluções rápidas e desburocratizadas.

Novamente, retoma a questão da contextualização econômica, mostrando a falta de recursos da municipalidade, as esperanças do município na mineração e no turismo. A medida que vai se incorporando o modelo capitalista, novos modelos de estética, de conforto, de progresso vão se impondo e, assim,:

> ***"*[...] *com seu caráter modernizador, refuta o antigo, rejeita o tradicional e ironiza o original.* [...] *a nível psico-social, tende a se alastrar entre os iporanguenses, a idéia do consumo do novo, pleno de símbolos de progresso e status e negação do antigo, cada vez mais caracterizado como 'velho', imprestável, perigoso"* (LINO, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 12 fev. 1979)**

Portanto, a omissão e a inércia acabaram facilitando a aceitação desses novos padrões de modernidade, que por falta de uma conscientização popular, acabaram levando a um ***"esquecimento consentido"***. Assim, Lino, ressalta:

> ***"A preservação do conjunto de bens culturais em questão, necessita pois oferecer algum tipo de recompensa positiva e concreta e não apenas restrições mal definidas como hoje se apresenta, que gera uma indignação popular."*** **(LINO, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 12 fev. 1979)**

Além disso, ele considera que a população acaba ficando desanimada quanto às promessas de melhoras alardeadas pelos órgãos governamentais, e que o CONDEPHAAT atua a tanto tempo em Iporanga e, nem mesmo o acesso aos documentos produzidos, tem sido possível, gerando:

> ***"*[...] *um caso típico de desinformação da população e um alheiamento do órgão que se refletem, infelizmente, de forma muito negativa na formação de uma consciência popular sobre seu patrimônio..."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 12 fev. 1979)**

Lino apresenta-se, no documento, como interessado nessa região e no seu patrimônio cultural e natural e conhecedor dos seus problemas e que, na medida do possível, tem realizado algumas ações espontâneas, tais como: projeção de slides na praça da Matriz; conversas com autoridades e populares tentando obter um movimento pela preservação; exposições na câmara; exposições fotográficas contendo fotos antigas e atuais; assessoria técnica prática no caso de reformas ou construções na área do tombamento e informes ao próprio CONDEPHAAT sobre a situação de abandono desse valioso patrimônio.

Ele finaliza o documento com uma série de sugestões e providências, tais como: empenho para a definição concreta do tombamento; visita dos conselheiros à cidade de Iporanga; criação de uma comissão técnica de coordenação, com a finalidade de "***fornecer orientação conceitual técnica à população local"***; além de "***salvaguardar o patrimônio em risco maior de mutilação ou destruição* [...]*"*** (LINO, CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 12 fev. 1979)

Com essas medidas, Lino provoca e instiga, afirmando que esses procedimentos estariam permitindo:

> ***"*[...] *ao CONDEPHAAT um contínuo e profundo aprimoramento conceitual e prático na manipulação dos problemas do patrimônio, sua origem e essência, teria no caso de Iporanga, um valor sócio-cultural de penetração econômica e, com certeza, recompensaria a dedicação, colaboração e urgência solicitadas aos Senhores Conselheiros."*** **(LINO, CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 12 fev. 1979)**

Apesar dessa provocação de Clayton Lino e de sua disponibilidade e interesse em conduzir essa questão, o processo sofre nova paralisação.

O único acontecimento, ainda naquele mês, foi um ofício do prefeito ao secretário executivo do CONDEPHAAT, reforçando o seu pleno acordo ao tombamento e, após algumas considerações, destacava suas preocupações, decorrentes de sua participação em reunião do Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT, em virtude da sugestão de Vera Ferraz. O prefeito de Iporanga discorre no ofício a constatação do empenho dos conselheiros na adoção de padrão de estilo único nas construções dentro da área tombada, o que ele contesta:

> ***"*[...] *em nome do povo humilde de Iporanga, labutante no seu dia a dia, venho afirmar que tal objetivo é inoperante; e esta prefeitura não poderá exercer nenhuma ação coersitiva*** [*sic*] ***junto aos habitantes que desejam construir em novas áreas, áreas vagas existentes dentro da zona tombada ou nos loteamentos a serem abertos no perímetro urbano."*** **(KONESUK JR,CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 19 fev. 1979)**

Aqui novamente emperra o processo, e já é possível visualizar o início das ações que levariam ao conflito direto. Apesar de sua anuência, reforçada no ofício, percebe-se que o prefeito não concordou muito com as discussões presenciadas no CONDEPHAAT, pois o mesmo já estava prevendo um loteamento no Morro do Coqueiro, área à noroeste da zona demarcada para o tombamento, a mesma área que Carlos Lemos afirmava ser necessária ao tombamento, para fins de

reflorestamento e que Ulpiano Meneses reforçava, dada sua importância para a proteção das encostas.

Percebemos que nem mesmo aqueles importantes trabalhos acadêmicos, contendo sugestões práticas para a atuação do CONDEPHAAT, reforçado pela atuação de técnicos e de alguns conselheiros, foram capazes de manter um ritmo mínimo das ações em prol do tombamento de Iporanga.

É um período político de transição do governo estadual, em que assume Paulo Maluf e, conseqüentemente, ocorre transformação da própria estrutura do CONDEPHAAT, isso justificava mais uma vez a letargia na atuação preservacionista, emperrada por uma política obstante e pelos intermináveis corredores dos labirintos da burocracia estatal.

Somente em set. 1979, no BOLETIM do CONDEPHAAT, n^{o}. 1, finalmente era retomado o processo. A posse do Secretário de Estado da Cultura, Antonio Henrique da Cunha Bueno e do novo Presidente de CONDEPHAAT, arquiteto Ruy Ohtake, efetivada em 17 maio 1979, era destacada nesse documento.

Cunha Bueno afirmava, no boletim, fundamentar seu trabalho nos seguintes pontos: **preservação, divulgação e criação** (CUNHA BUENO, 1979)**.** E continuava situando as ações do CONDEPHAAT num discurso populista:

> **"Ágil e seguro. Atuante e objetivo. Criativo e preservador./ Como preservação, não só de nossos bens históricos e naturais, mas também do nosso patrimônio contemporâneo./ Como tombamento, a preocupação pela posterior utilização da obra [...]/ Como restauração, toda a precisão técnica que tem caracterizado o trabalho do CONDEPHAAT" (CUNHA BUENO, 1979) (grifos meus)**

Ruy Ohtake inicia seu discurso de posse, nesse mesmo documento, afirmando que o: **"CONDEPHAAT é uma chamada"**, assemelhada aos projetos em que ele havia convivido como arquiteto, e justificava:

> **"Pois criação e preservação estão no mesmo processo dinâmico que caracteriza a síntese dos projetos. E é assim que entendemos o CONDEPHAAT. Atuante, com uma clara proposta de preservação./ [...] A preservação não se completa sem a utilização do patrimônio: a melhor forma de preservação é dar-lhe um uso adequado [...]/ Outra meta que julgamos prioritária, é o planejamento dos critérios de tombamento, quer de bens organizados pelo homem, como dos naturais. Procuraremos elaborar um mapeamento estadual de preservação do patrimônio ambiental./ [...]Para alcançar essa meta, será fundamental a participação das Prefeituras e das comunidades locais[...]" (OHTAKE, 1979)**

Ele terminava afirmando a necessidade de reformas administrativas e estatutárias na estrutura do CONDEPHAAT propondo uma gestão atuante e objetivos claros e elogia a atuação do presidente anterior, Reis Filho, no sentido de fazer crescer a credibilidade do órgão e na formação de uma opinião cultural.

Esse discurso será extremamente elucidativo dos períodos que se sucederam na trajetória do tombamento em Iporanga durante sua gestão no Conselho, e durante a qual se dará o grosso dos conflitos.

Entre maio e setembro de 1979, localizei duas notícias de jornal que destacam aspectos do tombamento, seus problemas e as potencialidades do turismo.

Em **"Iporanga pretende explorar o turismo"**, publicado no jornal **"O Estado de São Paulo"**, Mauri Alexandrino começa a matéria ironizando com a frase **"Venham ver Iporanga antes que acabe"**, que não é um slogan oficial da cidade, mas, afirmava ser uma idéia, uma forma de protesto e um alerta, bastante disseminado entre a população local. ALEXANDRINO (OESP, 16 jun. 1979) reforçava esse alerta argumentando que sem auxílio governamental para a restauração, os bens tombados **"...estarão irremediavelmente perdidos em pouco tempo..."**

Frases como **"A cidade é muito pobre", "Habitantes [...] não tem dinheiro para promover as reformas necessárias"** e **"...rígidos padrões exigidos pelo [...] CONDEPHAAT"** são exemplos claros da chamada de atenção aos problemas da deterioração e da falta de recursos:

> **"Os edifícios, em sua maioria, jamais foram restaurados e já mostram visíveis sinais de que podem ruir a qualquer momento, levando ao fim um dos mais completos e autênticos acervos de arquitetura colonial do Estado de São Paulo [...]" (ALEXANDRINO, OESP, 16 jun. 1979)**

Alexandrino realçava a importância histórica de Iporanga, é certo que com dados controvertidos em relação as datas de origem do antigo arraial, mas que demonstravam sua importância e o fato de que o isolamento da cidade que foi responsável pela preservação das características originais do núcleo urbano do período colonial. E afirmava que os problemas dos moradores aumentaram a partir do tombamento, em virtude da necessidade de prévia autorização do CONDEPHAAT para reformas dos prédios tombados e construções do seu entorno.

E, ainda, neste parágrafo, trazia algumas referências sobre o início dos conflitos e o afloramento das contradições:

> **“ ‘É um benefício que está prejudicando a cidade’, conclui o prefeito [...]Konesuk Júnior, pressionado pelos habitantes que lhe atribuem toda a culpa pelos problemas./ ‘Em locais mais desenvolvidos não existe uma mentalidade preservacionista - continua - e aqui, então, a necessidade de manter a cidade como está, em choque com a vontade do pessoal em morar em casas mais decentes e de melhores condições, cria um impasse quase insolúvel’.” (ALEXANDRINO, OESP, 16 jun. 1979)**

A relação entre patrimônio histórico e as cavernas com o turismo era considerada pelo jornalista como uma possível: **“[...] fonte de sustentação econômica.”** (ALEXANDRINO, OESP, 16 jun. 1979)

O jornalista, ainda, discorria sobre os problemas, já exaustivamente citados, como a falta de estradas adequadas e de acomodações apropriadas, como hotéis e áreas de campings e contrapõe com a descrição da importância de aproveitar o potencial turístico das cavernas. Desfechava o artigo, descrevendo a caverna de Santana, as explorações e estudos realizados pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) na região, mostrando suas peculiaridades.

Esse artigo mostrou-se bastante elucidativo da situação do processo de tombamento nesse período, independente do hiato na atuação do CONDEPHAAT, e já demonstra que o prefeito começa a ficar no meio do fogo cruzado entre a população e o CONDEPHAAT, e por isso o mesmo inicia um discurso, se não contraditório, pelo menos “em cima do muro”, mas já com nítidas incorporações dos argumentos de seus eleitores, contrários ao tombamento.

Outro artigo desse período, agora da imprensa regional, publicado em jul. 1979 anunciava: **“CONDEPHAAT poderá tombar todo o núcleo urbano de Iporanga”,** apesar de não representar nenhuma novidade, a matéria extrai uma informação extra-oficial de que o processo estaria em andamento final e que nos próximos dias poderia ser assinado o ato de tombamento naquele órgão. A matéria destacava as riquezas minerais, as potencialidades turísticas e a importância histórica, contudo, advertia que o município jamais poderia preservar sua memória com recursos próprios. E quanto a esse assunto, traz o prefeito como “carro-chefe”, revelando a morosidade do processo e demonstrando novamente sua pseudo-neutralidade.

> **"[...] ele afirma que a <u>população é contrária à medida</u>, tendo em vista que demolições e novas construções passariam a ser controladas pelo órgão estadual. O chefe do Executivo, por sua vez, considera que apenas o centro da Cidade deveria ser tombado, mas não todo o núcleo urbano, porque poderia comprometer o desenvolvimento da Cidade." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 21 a 27 jul. 1979) (grifo meu)**

O alarme para a finalização do ato de tombamento, acionado nessa matéria, mostrou-se falso, pois continuou a morosidade do processo e não encontrei nenhum documento nesse período demonstrando alguma ação relativa ao tombamento.

No processo n^{o}. 00057/71 do CONDEPHAAT o próximo documento apensado foi um relatório de vistoria realizada, às próprias expensas, pelo conselheiro Ulpiano de Meneses, quando esteve em Iporanga, entre 31 ago. e 01 set. 1979, acompanhado pelos arquitetos Clóvis Lerner e José Pedro de Oliveira Costa da STCR (CONDEPHAAT), além de Clayton F. Lino e do sociólogo Carlos Régis L. Gonçalves, estes dois últimos, considerados pelo conselheiro, como especialistas atuantes na área e responsáveis pelo projeto de instalação do Museu do Vale do Ribeira, com sede em Iporanga.

Naquela ocasião, Meneses afirmava ter entregue um ofício ao Prefeito de Iporanga, esclarecendo questões sobre o tombamento e solicitando uma relação de proprietários de imóveis na área a ser tombada. A resposta do prefeito, presente no ofício anexado ao relatório, elaborada no próprio dia 01 set. 1979, informava a absoluta impossibilidade da prefeitura de relacionar os proprietários, mas, colocava-se à disposição de fazer circular editais, notificando os interessados diretos no assunto.

Nesse mesmo documento, o Conselheiro afirma ter discutido com o prefeito sobre a proposta de loteamento no Morro do Coqueiro.

> ***"*[...] *cujos trabalhos preliminares já foram iniciados, embora inexista sequer um projeto formal, aprovado pela própria municipalidade e muito menos autorização deste conselho."* (CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 03 set. 1979)**

Aqui aflora outra contradição, cuja possibilidade de levantar conflitos já havia sido observada no ofício do prefeito de 19 fev. 1979. Mostra também, que enquanto o CONDEPHAAT ficava de lá pra cá, preso em suas burocracias, a população local, reforçada pela atuação do próprio prefeito, vinha realizando atividades contrárias à

legislação de preservação e que levam a descaracterização da área tombada, cujos bens culturais já vem há tempos sucumbindo ao processo.

Em virtude disso, Meneses discutiu com o prefeito a conveniência de se elaborar um Plano Diretor para Iporanga, colocando o CONDEPHAAT à disposição para prestar assessoria e fornecer subsídios para a concretização do referido plano.

Ainda nessa atividade de campo, a Equipe do CONDEPHAAT se reuniu com o Presidente da Câmara dos Vereadores, o secretário do prefeito, e nove (9) pessoas interessadas nos destinos do patrimônio cultural de Iporanga e durante cerca de 2 horas discutiram as seguintes questões:

1- interesses do CONDEPHAAT e estabelecimento de vias permanentes e efetivas de contato com a população, visando informação-discussão-participação, os participantes da reunião aceitaram bem a idéia de notificação dos proprietários e comentaram o texto que seria enviado aos moradores;
2- preocupação com a rápida desfiguração da cidade, inclusive a própria alteração da fachada da Prefeitura sem prévia autorização do CONDEPHAAT;
3- problema da acelerada deterioração dos imóveis agravada pelo longo desenrolar de processos de inventários;
4- sugestão de criação de uma cooperativa para solucionar o problema da escassez de material para as obras de restauro e conservação;
5- necessidade de busca de recursos de fontes diversas (SEPLAN, EMBRATUR, Caixa Econômica, etc.) visando a viabilização do projeto de revitalização de Iporanga.

Nessa reunião, vários pontos que entraram em discussão considero que são interessantes para a compreensão da atuação dos técnicos do CONDEPHAAT, obtive essas informações em uma fita gravada, na época, por Clayton Lino, a qual transcrevi e destaco alguns aspectos. O Conselheiro Ulpiano de Meneses iniciou a reunião discutindo os valores de Iporanga e os motivos do tombamento, demonstrando a necessidade de entrar em consenso com a população local quanto as questões de preservação e caminhos para o desenvolvimento da cidade, e reforça suas concepções quando afirma:

> ***"É que se há um valor na cidade, esse valor deve ser usufruído primeiro pelos seus habitantes.*****[...]** ***a cidade tem de ser de seus habitantes, antes de mais ninguém. Agora, como é um valor que inclusive ultrapassa as fronteiras municipais, e a declaração de tombamento pelo Estado significa que é um valor que interessa à todo o estado, isso quase repercute inclusive em termos de cultura brasileira..."*** **(MENESES, memória de reunião, 01 set. 1979)**

E continua sua explanação mostrando que os valores de um patrimônio também estão relacionados aos interesses econômicos do município e destaca, por outro lado, que é necessário:

> ***"*[...] *criar condições para quem vier de fora possa usufruir da cidade sem expulsar os seus habitantes* [...] *significa antes de mais nada...a necessidade que os habitantes vejam o sentido na sua própria cidade."* (MENESES, memória de reunião, 01 set. 1979)**

Essa preocupação do conselheiro vai ao encontro das pesquisas que o CONDEPHAAT pretendia realizar, procurando identificar a visão dos moradores de Iporanga sobre sua própria cidade e que tipo de "projeto" eles queriam para o município, desse modo, tenta esclarecer que o valor histórico-cultural da região ***não*** seria um fator impeditivo ao desenvolvimento da cidade.

Assim, Meneses expõe uma visão de preservação, que é contrária a concepção estática, mostrando a importância da experiência humana acumulada naquela cidade:

> ***"*[...] *no fundo, dizer que essa cidade é histórica significa que aqui há um acúmulo que o tempo deixou, de vidas que se desenvolveram nesse espaço, que deixaram suas marcas. Então, não é porque correu o tempo, um século, dois séculos, um milhão de anos, não é isso que conta. O que conta é o resultado de um trabalho que se acumulou aqui. O que a gente tá vendo nesses edifícios históricos é a expressão de um trabalho que se acumulou... expressão de uma experiência de vida*[...]*" (MENESES, memória de reunião, 01 set. 1979)**

Enquanto Meneses se preocupava com os aspectos filosóficos da problemática as lideranças locais estavam mais interessadas em entender aspectos mais estruturais e concretos do tombamento, como a dificuldade para a obtenção de materiais para recuperação dos imóveis.

Assim, quando interpelado sobre o assunto, o conselheiro informou sobre a necessidade de se criar mecanismos ágeis para montar um depósito de materiais, que seriam utilizados na restauração e recuperação de construções tombadas, em um sistema de cooperativa, e mesmo obter e armazenar material recolhido a partir de casas antigas demolidas na zona rural, que foram construídas com a mesma técnica e tipo de materiais e que estariam disponíveis para essa finalidade.

Outro aspecto analisado durante a reunião foi a situação da condição de proprietário do imóvel, os técnicos do CONDEPHAAT afirmaram que o tombamento

não altera o direito de propriedade, não ocorrendo desapropriação ou indenização por isso, o que haveria era um acompanhamento maior do Estado visando não haver desfiguração e deterioração do patrimônio. Quanto a questão das responsabilidades, Meneses nos mostra algumas nuances e chama a atenção para as seguintes considerações:

> ***"[...] as vezes é esquecido que a gente só pensa em geral na responsabilidade do particular, e esquece a responsabilidade do Estado. A lei diz o seguinte: que, em princípio, quem é responsável pela conservação é o proprietário, agora no caso de haver um problema grave, sério, e o proprietário demonstrar que não tem condições de fazer um trabalho indispensável de conservação, ele tem o direito de solicitar do Estado que o faça, e se o Estado não fizer, o proprietário tem o direito de pedir o destombamento ao governador do Estado"*** **(MENESES, memória de reunião, 01 set. 1979)**

A segunda parte da reunião é dedicada a leitura e discussão de um documento informativo, que veio acompanhando o relatório de Meneses, no processo CONDEPHAAT, destinado aos moradores de Iporanga, de modo a servir como um guia sobre o tombamento. Esse documento foi entregue ao prefeito, e aos moradores em geral, e trouxe alguns importantes aspectos sobre a visão técnica do processo de tombamento e uma tentativa de aproximação com os habitantes da cidade. É um material informativo, escrito na forma de tópicos, que tenta dar um toque didático ao texto. Começa com o conceito de tombamento e patrimônio cultural e o valor atribuído a Iporanga que justificasse a sua preservação. Após isso, entra de forma instrutiva nas conseqüências do tombamento:

> **"[...]** ***é que as coisas 'tombadas' devem ser conservadas, não podem ser destruídas ou mutiladas. Isso não significa, porém, que elas sejam intocáveis e que tenham que ficar imobilizadas para simples contemplação dos visitantes de fora. Elas devem, isto sim, ser usadas e aproveitadas ao máximo para a vida cotidiana, inclusive atendendo as exigências da vida moderna. Dessa forma, são aceitáveis alterações. Mas, para garantir que essas alterações e adaptações não vão destruir as casas ou edifícios ou desfigurar suas características fundamentais, elas precisam de aprovação do CONDEPHAAT, que orienta o proprietário sobre as obras de conservação, restauração ou reforma que devem ou podem ser executadas.*** **" (CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, s/d) (grifos meus)**

O documento ressalta em outro item que o governo não desapropria um bem tombado, pelo contrário, que os imóveis permanecem com seus legítimos proprietários, sendo apenas interferido quanto aos problemas de conservação, ou pela falta de recursos do proprietário para a conservação:

> **"[...]** ***o governo, para ser lógico com a sua declaração de que essa mesma propriedade representa um valor cultural para todos, tem o dever de prestar auxílio, inclusive financeiro. Evidentemente, o governo nem sempre tem todo o dinheiro necessário para todas as obras necessárias. Mas, num caso como Iporanga, por exemplo, pelo seu interesse excepcional, o CONDEPHAAT está disposto a solicitar verbas também para o governo federal e outras fontes, a fim de poder encontrar o indispensável para manter os edifícios em boas condições.*** **" (CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, s/d) (grifo meu)**

Os outros itens desse documento dão informações sobre a área tombada e a importância do conjunto como um todo, e não só os edifícios isolados, além da necessidade de fixação de normas de preservação, que seriam definidas em cooperação com a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e ***"...ouvindo o mais possível a comunidade iporanguense."***. Por fim destaca que o assunto do tombamento, regido pelo decreto estadual 7730/76, só se efetivaria por um ato do Secretário da Cultura, após quinze dias de prazo para contestação, fixada a partir da data da notificação.

E o documento fecha com os motivos da entrega daquela comunicação pessoal, que tinha finalidade de garantir o contato direto daquele órgão com os principais usuários e beneficiados pelo tombamento.

Em seu relatório, Meneses continua a exposição confirmando ***"...a violência do processo de deterioração",*** que já havia sido registrado por Clayton Lino, em fev. 1979. O conselheiro então finaliza o documento apontando várias sugestões de encaminhamento, tais como:

1- preparação de equipe da STCR para proceder a notificação aos moradores e o levantamento de informações básicas;
2- publicação de edital de notificação do tombamento no Diário Oficial do Estado e na grande imprensa;
3- correspondência do presidente do CONDEPHAAT encaminhada ao prefeito confirmando os entendimentos de: a) mandar equipe em data mais próxima, b) disposição de colaborar com o Plano Diretor e a curto prazo com um projeto de preservação de emergência, empenhando-se na obtenção de recursos, e c) a imposição legal de audiência ao CONDEPHAAT para aprovação de loteamento ou qualquer alterações na área tombada;
4- designação de encarregado permanente para Iporanga dentre o pessoal da STCR de forma a **"...tornar mais concreta [...] a assistência que o CONDEPHAAT traria."**;
5- aguardar 15 dias como decurso de prazo legal para impugnação do tombamento;
6- levantamento topográfico do perímetro de tombamento acrescido do entorno de 300m;
7- programar assinatura do ato de tombamento com a presença do Secretário de Cultura na cidade de Iporanga.

Essas sugestões foram de certa forma acatadas pelo presidente do CONDEPHAAT, visto a presença de um ofício no processo de tombamento, datado de 12 set. 1979, endereçado ao prefeito contendo a solicitação de atendimento da equipe técnica, que faria levantamentos em Iporanga no dia 22 set. 1979, coordenados pelos arquitetos Clovis Lerner e José Pedro de Oliveira Costa. Nesse ofício Ruy Ohtake reforça a intenção de publicar o edital de notificação aos proprietários e solicita providências para a circulação de editais elucidativos sobre o assunto. O presidente reafirma o interesse e a colaboração do CONDEPHAAT na execução de um plano de emergência para a cidade, como germe para o desenvolvimento do Plano Diretor.

O desfecho do documento não poderia ser outro, chamada de atenção à enorme lista de decretos da legislação vigente, proibindo modificações não autorizadas pelo CONDEPHAAT; e destaca, eu diria, como **"puxão-de-orelha"**:

> ***"Aqueles que porventura venham a desobedecer essas determinações legais se comprometerão a responder seus atos nos termos dessas mesmas leis."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 12 set. 1979)**

Em contra partida, o presidente do CONDEPHAAT se despede do prefeito de forma demagógica; "enchendo-o de moral":

> **"[...]** ***congratulando por ser Prefeito de uma das cidades consideradas como testemunho de nossa cultura, paulista e brasileira, cuja preservação, acredito será sempre motivo de honra de toda população de Iporanga*****." (CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 12 set. 1979)**

Enquanto se inicia o novo "pingue-pongue" burocrático para notificar os moradores, iremos observar, em dados que coletei com o próprio Lino, a corrida por fora dos técnicos tentando viabilizar ações emergências em Iporanga.

Um documento, datado de 14 de set. daquele ano, caracteriza-se como anteprojeto elaborado por Clayton F. Lino e Carlos R. L. Gonçalves, visando a realização de pesquisas interligadas, cujo objetivo principal era dar instrução a um plano de emergência de forma a conter a deterioração do patrimônio tombado. A carta de apresentação assinada pelos dois técnicos informa que essas propostas de pesquisa surgiram por solicitação verbal do próprio presidente do CONDEPHAAT, sendo anexado um roteiro geral, bem como o orçamento da prestação de serviços.

Uma das pesquisas sugeridas, visava o: **Levantamento do Estado de Conservação das Construções**, que se subdividia em duas partes: I- Caracterização dos imóveis (dados cadastrais, localização propriedade e uso, data de construção, técnicas construtivas e eventuais alterações do original); II- Quadro geral de informações complementares (disponibilidade de materiais e mão-de-obra locais, obras prioritárias, prazo de execução e estimativa de custos).

Esse projeto, proposto por Lino, envolvia a contratação de uma grande equipe para realizar num prazo curto os levantamentos, coordenado por um arquiteto e formada por 1 supervisor (sugerido um técnico da STCR); 9 a 12 pesquisadores de campo (entre funcionários e estagiários do CONDEPHAAT) e 4 para seleção do material e tabulação dos dados. Entre os equipamentos e recursos materiais ele solicita máquinas fotográficas para cada equipe de três pessoas para o registro geral do estado de conservação, material para levantamento topográfico, pastas para cada imóvel, e inúmeras cópias de planilhas para os levantamentos, cópias de plantas de situação e mapas da área tombada, afora o apoio logístico de alimentação, transporte e hospedagem.

O outro estudo básico proposto, coordenado pelo sociólogo Carlos Régis L. Gonçalves é o **Perfil dos Moradores**; um trabalho pretendido para a duração de um mês, visando colher dados sobre a caracterização dos moradores e o tipo de ocupação e que poderia subsidiar posteriormente um plano da ação cultural. A metodologia proposta eram entrevistas utilizando formulários, complementada por gravações e registros fotográficos também contando com uma grande equipe, coordenada por um sociólogo e acompanhado por um supervisor (técnico da STCR); o equipamento previsto é praticamente o mesmo.

O Processo do Tombamento de Iporanga contém, ainda, nesse período uma série de ofícios e relatórios descrevendo ações do CONDEPHAAT. Um documento do Presidente informa o Secretário da Cultura, em 17 set. 1979, sobre os encaminhamentos, nos moldes do que havia sido proposto pelo conselheiro Ulpiano de Meneses. Ohtake destaca medidas necessárias à concretização do tombamento (que foi definido em 1978, e não 1979 como consta nesse ofício): a) publicação do

edital de notificação, aprovado pela Assessoria Jurídica; b) prazo de quinze dias para contestação dos interessados e c) assinatura da resolução do tombamento.

Para encaminhar esse roteiro, o presidente informa ao Secretário sobre a decisão de se publicar em jornais a notificação de tombamento, cujo modelo envia em anexo, e decorrido o prazo para os recursos ***"...já haverá condições legais para a assinatura da resolução de tombamento..."****;* informou, ainda, a realização da visita da equipe técnica no dia 22 de set. com a missão de pesquisar novos dados e esclarecer a população sobre o alcance das medidas preconizadas. O presidente fecha o ofício com a solicitação de data para comparecimento do secretário em ato solene de assinatura do tombamento em Iporanga e informa da pretensão de se realizar um Plano de Emergência de preservação, e que seria interessante se pudesse ser anunciado o seu início no mesmo dia do ato.

O modelo de notificação é encaminhado ao diretor de divisão da Secretaria Executiva do CONDEPHAAT, que envia ao chefe de gabinete, no mesmo 17 set. 1979, solicitando a manifestação da Assessoria Jurídica e ainda destaca a existência prioridade para o caso.

O parecer da Consultoria Jurídica, de 19 set. 1979, sugere que a minuta tenha duas partes: a) preâmbulo (enunciado e dispositivos legais aplicáveis); b) descrição do perímetro de tombamento; e acrescenta como única alteração para o edital a correção dos artigos listados, visto haver um decreto estadual mais atualizado, nº. 13.426, de 16 mar. 1979, em substituição ao anterior que era de 1976.

Assim, o parecer é enviado ao CONDEPHAAT, que retorna ao STCR, em 25 de set. de 1979, para elaboração de nova minuta do edital contendo as alterações, que é enviada ao arquiteto José Pedro O. Costa para providenciar o novo texto do edital. No mesmo dia é realizado o intento, que é devolvido no dia seguinte, ao diretor-técnico do STCR.... Ufa!

Apesar de todo esse trâmite, novamente o edital consta do erro das datas de aprovação do tombamento, 1979 ao invés de 1978. Por fim, a minuta do edital retorna à Secretaria-Executiva do CONDEPHAAT que a encaminha, em 26 set.

1979, para o Chefe de Gabinete do Secretário da Cultura, justificando que o mesmo já está em condições de ser enviado à imprensa oficial.

Cumpre esclarecer que, nesse meio tempo, é feita a vistoria na cidade pela equipe técnica do STCR, e no relato apresentado em 29 set. 1979 ao Presidente do CONDEPHAAT deixava-se claro que:

> ***"A integridade do último arraial de mineração* [...] *está ameaçada, apesar dos esforços do CONDEPHAAT, devido à desinformação e ganância do Prefeito da cidade, Sr. Teodoro Konesur*** [sic], ***que não compreende o alcance do instituto do Tombamento a longo prazo, tendo em vista a alta potencialidade turística do local. A própria população da cidade (90% das pessoas consultadas em nossa pesquisa realizada nos dias 22 e 23 dêste) está a favor do tombamento o que contraria a má vontade do prefeito (arena 1) que afronta inclusive os vereadores e políticos locais (arena 2) que acompanham a maioria do povo."*** **(CONDEPHAAT, processo nº.00057/71, 29 set. 1979)**

O técnico destaca, ainda, no documento a boa acolhida da equipe e reforça a potencialidade da região, associando às grutas espetaculares, à vegetação original, protegida por parques estaduais, que, somado ao relevante conjunto arquitetônico-cultural, poderão levar ao inevitável desenvolvimento turístico.

Apesar desses procedimentos para acelerar os trabalhos e dos dados coletados, inicia um novo emperramento do processo e irão se acirrar os conflitos.

8.7- *CENA 7*: MORADORES CONTRÁRIOS AO TOMBAMENTO, ABAIXO-ASSINADO PRINCIPIA OS CONFLITOS DIRETOS (set. 1979 - jun. 1980)

Nesse momento o conflito se reacende, de forma mais clara, demonstrado pelo último documento do período anterior, visto a opinião dos técnicos do CONDEPHAAT quanto à atuação negativa do Prefeito de Iporanga. Aquela afirmação de que a maioria da população estaria a favor do tombamento cairia por terra, com o aparecimento de um abaixo-assinado, de 27 set. 1979, questionando o processo e o próprio ato do tombamento.

O documento encabeçado por Theodoro Konesuk Júnior, Prefeito de Iporanga, traz uma lista de 109 assinaturas, entre elas a de Dona Jovita G. Silva (Presidente da Câmara Municipal e proprietária de uma pensão na área tombada). Além desses importantes nomes, aparecem em destaque o vereador Henrique Steininger (que é

comerciante local), o vice-Prefeito Osvaldo S. Pereira (também comerciante local), o responsável pelo cartório Gentil de Oliveira Santos e o chefe local da SABESP, Pedro Evangelista Rosa. A seguir é anexada a longa lista de assinaturas de pessoas, consideradas proprietárias de imóveis, a ressalva que se faz é que apenas 15 pessoas são nominadas no documento, enquanto que o restante aparece como assinatura "solta", além de não constar o cabeçalho do abaixo-assinado nas folhas seguintes; além disso, aquela dezena de pessoas colocadas em destaque são os políticos, representantes das forças de poder ou de destaque local.

Esse **primeiro abaixo-assinado** é endereçado ao Governador Paulo Maluf, visando cientificá-lo do descontentamento dos munícipes quanto ao processo de tombamento, destacando-o, erroneamente, como ***"ainda não aprovado"***, e solicitavam ao chefe do executivo para interceder com urgência junto ao Secretário da Cultura de forma que o tombamento não fosse efetivado. (ANEXO 4a)

A argumentação utilizada ressaltava o fato de o tombamento só servir para prejudicar os proprietários dos imóveis e, com todas letras e vírgulas, proclamavam:

> ***"Sendo proprietários antiquíssimos de tais imóveis, na maioria casas de pau-a-pique e que necessitam de urgentes reformas e modificações para propiciar maior conforto e bem estar aos seus proprietários, não temos siquer*** [*sic*] ***o direito de modificar para melhor, para nos dar maior segurança o que é nosso, pois logo há interferência desse propalado...CONDEPHAAT que impede que se façam as mínimas melhorias. Não sendo possível fazer aquilo que queremos para melhorar o que*** [é] ***nosso, somos obrigados a residir nessas velhas edificações, verdadeiras armadilhas sujeitas a desabar sobre nossas cabeças a qualquer momento, como já aconteceu mais de uma vez em Iporanga, felismente*** [*sic*] ***sem vítimas a lamentar. Por outro lado, a conservação de tais velharias é um verdadeiro entrave ao crescimento e embelezamento de Iporanga, impedindo que surjam modernas e confortáveis moradias no lugar dessas verdadeiras armadilhas; tudo pela insenzates*** [*sic*] ***e prepotência dos homens do CONDEPHAAT. Sugerimos, visto a revolta geral do iporanguense, que se faça um presbicito*** [*sic*] ***'somente entre o povo de Iporanga'. Assim, se ele decidir-se a acatar essa coisa que é o tombamento, que seja, para azar do iporanguense, implantado. Porém, se decidir-se pelo não, que seja um resoluto 'NÃO'."*** **(CONDEPHAAT, Processo n^{o}. 00057/71, 27 set. 1979)**

O documento foi protocolado durante o período em que o Governo Itinerante esteve no Vale do Ribeira e isso acabou desencadeando grande confusão no andamento de processo. A bem da verdade as casas deveriam estar realmente em situação calamitosa, conforme depoimentos que coletei com moradores e técnicos.

Percebe-se, ainda, que a visão predominante é a do modernizante como sinônimo de segurança e conforto, e que o antigo é visto como entrave ao crescimento e melhorias para Iporanga. O conflito irá se acirrar nesse momento, com a solicitação de plebiscito e com o ataque direto à atuação do CONDEPHAAT, expresso nas afirmações sobre o impedimento de mínimas melhorias e a prepotência de seus homens.

No dia seguinte ao abaixo-assinado, o prefeito envia um ofício ao deputado Cunha Bueno, Secretário da Cultura, solicitando que ***não*** seja assinado o decreto, mostrando descrédito e repulsa quanto às restrições impostas pelo tombamento. O prefeito sai do muro e contesta a área proposta ao tombamento e seus impedimentos, considerando que:

> ***"*[...] *o que de mais antigo existe são somente algumas casas e a igreja matriz na praça principal, sendo que algumas casas já se encontram em ruínas e é de fato a parte que ainda poderia ser preservada. Mas o que o referido Conselho quer fazer de Iporanga é de fato inacreditável, pois segundo seus conselheiros, a cidade de Iporanga, após o decreto de V. Excia. passaria a ser considerada histórica, mas uma cidade quaze*** [*sic*] ***em ruínas, sem poder-se construir sem que as plantas das futuras residências sejam aprovadas pelo CONDEPHAT*** [*sic*] ***e nem mesmo uma pequena reforma o proprietário poderia fazer, sem a anuência daquele Conselho, e isto ainda em uma área de futuro loteamento que estão para serem construídas as casas populares, causando revolta na população."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 28 set. 1979) (grifo meu)**

O Prefeito Konesuk Júnior ainda demonstra no documento que a efetivação do tombamento causaria ***"[...] um mal imenso para Iporanga"*** em virtude da impossibilidade da classe média e pobre poder construir sua casa própria, contrariando inclusive a própria atuação do governador, que na época estaria estimulando e incentivando loteamentos para construções populares.

Paralelamente a isso, observa-se o expressivo aumento na divulgação de Iporanga pela imprensa regional e estadual, contendo matérias que ajudam a visualizar a trajetória do tombamento e, assim, contrapor com as ações do Estado e dos representantes do CONDEPHAAT.

O primeiro artigo desse período publicado, em 07 out. 1979, pela Folha de São Paulo noticiava: **"Iporanga não quer parar no tempo"** e destacava na manchete que a situação estava cada vez pior, vistos os danos irrecuperáveis nos edifícios, em virtude do abandono e da demora no processo.

A repórter Jane Soares inicia esse artigo destacando a descrença generalizada entre a população local quanto à chegada do progresso, resultando em uma monotonia inabalável, **"quase tão histórica quanto a cidade".** O movimento no centro urbano da cidade, que no passado era intenso, ficou reduzido a poucos transeuntes "**e de raro em raro, um automóvel**", somente aumentando um pouco no período de férias e festas tradicionais. Qualquer pessoa estranha é sempre motivo de comentários e olhares desconfiados.

Conforme a repórter, a existência real de Iporanga somente se iniciou a partir de 1971, quando começou o processo de tombamento. Se esta afirmação é questionável, pelo menos temos certeza de que foi após essa data que se iniciou uma nova fase em termos de divulgação das riquezas e potenciais da cidade.

O artigo desenrola-se costurando os altos e baixos do processo de tombamento permitindo uma compreensão clara do seu andamento e dos conflitos gerados. A autora sugere que apesar de ter sido aprovado o tombamento pelos conselheiros do CONDEPHAAT, em abr. de 1978, isso não foi suficiente para conter o processo de deterioração das casas, em virtude do emperramento por conta da infindável discussão sobre as medidas de proteção, e reforça:

> **"O próprio Presidente do CONDEPHAAT, Rui Ohtake, reconheceu que o patrimônio foi muito depredado nos últimos anos: telhados desabaram, modificações, como no prédio da Prefeitura, introduzidas, embora contrariando ostensivamente a legislação, que impede qualquer reforma mudando as características de edifícios que estão sendo objeto de um processo de tombamento[...]" (SOARES, FSP, 07 out. 1979)**

Quando tudo acenava para a efetivação do tombamento surgiu o abaixo-assinado, que acabou retardando, ainda mais, o processo. A autora comenta, também, que à medida que o processo entrou em compasso de espera a situação foi se agravando, e conclui:

> **"[...] o tempo irá se encarregar de destruir o que restou, auxiliado por alguns moradores, como o próprio prefeito Teodoro Konesuk, que já fez reformas em uma casa de sua propriedade e no prédio da prefeitura. Como o CONDEPHAAT não tem condições de auxiliar financeiramente na manutenção dos imóveis, antes que o tombamento seja executado, e os proprietários, cansados, desiludidos e sem recursos, assistem impassíveis à destruição, corre-se o risco de se perder, mais uma vez, uma parte da história do Estado[...]" (SOARES, FSP, 07 out. 1979)**

A argumentação de Soares vai na direção de mostrar que a situação de descaso e a morosidade do processo que proporcionaram todo o descontentamento e revolta da população, sendo que essa luta desencadeada contra o tombamento é, antes de mais nada, reflexo do repúdio, ou indiferença da população quanto aos rumos tomados e ao sentimento de desamparo.

Entre os líderes do movimento contrário ao tombamento e responsáveis pelo abaixo-assinado estavam pessoas de destaque no município, como o padre, a presidente da Câmara de Vereadores e o escrivão do Cartório, que, de acordo com a repórter, estava bastante agressivo; quando interpelado pela autora, afirmou que:

> **“ [...] ninguém vai mandar em minha propriedade, onde farei o que bem entender, porque preservar coisa velha só vale para o pai e a mãe, e só vocês da cidade, que moram em confortáveis apartamentos, querem tombar isto aqui.’ ”. (SOARES, FSP, 07 out. 1979)**

De acordo com a jornalista o tombamento estaria correndo no sentido contrário dos interesses locais:

> **“Como o padre que pretende construir uma moderna igreja e derrubar a casa paroquial, do prefeito com seu loteamento e suas ruas alargadas ou de poucos moradores, que pensam em introduzir modificações nas velhas casas, como colocar medonhos vitrôs de ferro em lugar das janelas de madeira, a exemplo do que o próprio Konesuk fez no prédio da Prefeitura.” (SOARES, FSP, 07 out. 1979)**

Jane Soares já indicava em sua matéria que era necessário que o presidente do CONDEPHAAT apressasse o processo e que tinham que ser realizadas atividades que demonstrassem efetivamente o interesse para impedir o processo de deterioração, que somente medidas concretas do Estado conteriam as discussões, as desilusões e os jogos de interesses.

Nesse momento, tal qual indica a matéria, a autora mostra que o processo estendeu ainda mais, pois o presidente do CONDEPHAAT afirmou que somente daria andamento aos documentos de tombamento após total aceitação da comunidade Iporanguense. Assim, outro artigo publicado, também pela Folha de São Paulo, no dia 10 out. 1979, corroboraria com essa informação, trazendo como destaque a afirmação demagógica do Secretário da Cultura de que:

> **“[...] o maior crime que poderá ser praticado, no momento, contra o patrimônio de Iporanga será justamente efetivar seu tombamento, já que a maioria dos habitantes está contra a medida.” (FSP, 10 out. 1979)**

Cunha Bueno informou, ainda, que não queria brecar o desenvolvimento de Iporanga e, pelo contrário, queria obter auxílio para o mesmo, para isso pretendia fazer trabalhos de esclarecimento e conscientização da população. Estudou também, a realização de um plano de revitalização para o município **"...com aproveitamento integral de suas possibilidades turísticas"**, para isso contatou diversos órgãos estaduais para contribuir para esse plano.

Enquanto a imprensa veiculava a situação, e os conflitos aconteciam dentro do CONDEPHAAT, Clayton Lino corria por fora articulando uma proposta de atuação, visando uma reunião para o convencimento da população sobre a importância e os benefícios do tombamento.

A proposta manuscrita, em 08 out. 1979, localizada no acervo de Lino, nos fornece informações sobre os procedimentos sugeridos por ele para serem adotados, propondo uma reunião à ser agendada com toda a comunidade, após ampla divulgação local e convite à imprensa.

A estratégia registrada por Lino, no rascunho da sua proposta, indicava a necessidade de se terminar um cartaz educativo e divulgá-lo ao máximo antes da reunião (ANEXO 5). Para a reunião, Lino listou os seguintes pontos:

1º) Valorizar o patrimônio cultural de Iporanga;
2º) Esclarecer de forma definitiva o que é tombamento;
3º) Solicitar que sejam colocadas as dúvidas e pontos negativos;
4º) Propor um "acordo de cavalheiros" e um voto de confiança ao CONDEPHAAT e vice-versa.

O acordo proposto valeria inicialmente por 6 meses, a partir da data da reunião, após isso haveria nova reunião para avaliar a situação. Durante esse período de **"trégua"** seriam atribuições do CONDEPHAAT:

a) Liberar da área a ser tombada a parte alta da cidade, desde que fosse feito um regulamento de uso do solo preservando o "pano-de-fundo" natural da cidade;
b) Enviar mensalmente um assessor para auxiliar os moradores na aprovação de processos de reforma;
c) Divulgar o patrimônio cultural de Iporanga e o trabalho que estava sendo realizado;
d) Priorizar auxílio para reforma das construções em situação de risco e
e) Restaurar a Igreja e os Prédios do Museu e da Biblioteca Municipal.

Nesse manuscrito, Lino identificava pontos da argumentação contrária ao tombamento, tais como: envolver área não-histórica, não poder reformar ou vender

os imóveis, não ter material para restaurar as casas, dificuldades de obter autorização no CONDEPHAAT para reformas, entre outros itens.

Esses dados demonstraram que os técnicos do CONDEPHAAT já tinham uma visão ampla da problemática e já estariam dispostos a rever alguns aspectos, como a área do tombamento e iniciar ações concretas, tentando, essencialmente, criar uma situação de transparência e agilizar a fluência das informações.

O assunto continuou "quente" na imprensa durante o mês de outubro. A matéria de Rachel Melamet, datada de 11 out. 1979, para o Jornal da Tarde (JT) destacava como o CONDEPHAAT iria responder às dúvidas da população iporanguense, na sua chamada aparecia o título **"Cartilha para Salvar Iporanga**". A jornalista, que elaborou esse artigo substancioso, resgatou momentos da lentidão do processo de tombamento e as várias visões em torno do tema.

O interessante é a demonstração do acompanhamento do veículo de comunicação ao desenrolar dos fatos, tal como a informação sobre o convite feito pelo Secretário da Cultura, Cunha Bueno para o prefeito participar de uma reunião na qual seriam dadas boas notícias quanto à questão do desenvolvimento de Iporanga. Nessa reunião foi ratificada a proposição do Secretário de só concluir o tombamento quando toda a população estivesse favorável.

Por outro lado, percebe-se que o abaixo-assinado, falando sobre o descontentamento dos moradores, acabou tendo um efeito contrário ao bloqueio do processo, já que serviu para a agilização do plano de emergência, acoplado a isso obteriam parte de uma série de reivindicações: verba de 1 milhão de cruzeiros para obras emergenciais, rede de esgoto, depósito de materiais para restauração de imóveis, campanha de conscientização, liberação de linhas de créditos, instalação de escritórios dos órgãos do Estado na cidade de Iporanga, ativação do turismo no local associado ao aproveitamento das cavernas e outros atrativos.

O otimismo exposto pelo presidente do CONDEPHAAT, Ruy Ohtake, de certa forma foi esfriado no dia seguinte, como aparece no texto da matéria publicada em 12 out. 1979, também pelo JT. O título já dava alguns indícios disso**, "Tombamento? Esta Cidade Ainda Tem Medo"**, o texto iniciava com a descrição

da falta de entusiasmo do prefeito de Iporanga, mesmo após a reunião com o Secretário, em que foram apresentados todos aqueles encaminhamentos político-financeiros visando melhorias ao município de Iporanga. O desfecho do artigo é retratado pelas palavras do prefeito, demonstrando os temores do prefeito de que o tombamento não se tornasse um **"abandonamento".**

Já a pequena matéria publicada, em 14 out. 1979, no Diário Popular, entitulada **"Certo, Secretário Cunha Bueno"** apresentava considerações sobre o processo que vinha se arrastando desde 1971 no CONDEPHAAT e afirmava:

> **"O instituto do tombamento, indiscutivelmente, é restritivo e a aplicação exige conscientização e acordo entre as partes. Caso contrário, é mero gesto de violência e inócuo." (Diário Popular, 14 out. 1979)**

O artigo fechava com um voto de confiança ao Secretário da Cultura, em virtude de acreditarem estarem sendo revistas as bases de atuação, **"Vamos aguardar os próximos passos e confiar que não perca o rumo [...]"** (Diário Popular, 14 out. 1979)

No mês de outubro verificou-se, ainda, outro acontecimento importante, a criação, no dia 20, do Instituto do Vale do Ribeira (IVAR) tendo à frente o arquiteto Clayton Ferreira Lino, na época trabalhando para o CONDEPHAAT, e Luiz Gonzaga Nestlehner, político iporanguense, batalhador das questões culturais do município, entre outros aspectos. O IVAR criava condições para a continuidade e estrutura jurídica para o trabalho de ativistas que já atuavam no Museu do Vale do Ribeira, também, sediado em Iporanga.

Em matéria publicada, em 29 out. 1979, a jornalista Kátia Giulete demonstrava otimismo com a possibilidade do IVAR vir a acelerar o processo de tombamento, já que a preservação do patrimônio histórico e natural foi colocado como um dos principais objetivos dessa instituição. O caráter cultural, científico e educacional, dando ênfase à promoção de estudos e pesquisa sobre a região do Vale do Ribeira seria somado às propostas de estimular reflexões sobre os problemas da população e às contribuições para a melhoria do padrão de vida dos seus habitantes.

De outro lado, a matéria também destacava o fato de a campanha empreitada pelo prefeito acabava confundindo os munícipes, espalhando a idéia de que o tombamento significaria a estagnação do município.

Um documento importante para a compreensão da problemática foi elaborado, em 30 out. 1979, por Luiz Gonzaga Nestlehner, quando assume a vice-presidência do IVAR e aceita o convite formulado pela superintendência da SUDELPA e pelo Secretário da Cultura para a realização de um trabalho de observação.

No texto entitulado "**Tombamento de Iporanga - Relatório Sobre a Atitude da População",** NESTLEHNER (relatório, 30 out. 1979) descreve aspectos das opiniões contrárias e à favor do tombamento. O relatório se mostrou muito interessante, em virtude de fornecer elementos do perfil dos opositores e da manipulação de humildes moradores de Iporanga, utilizados como joguete dos líderes do movimento contrário ao tombamento. Entre os pontos levantados como razões das pessoas contrárias, colocava a questão da difusão de uma visão distorcida e incorreta do processo, aproveitando a falta de entendimento de pessoas de baixo nível de escolaridade.

O político iporanguense agrupou os opositores em 4 blocos. O **primeiro** composto pelas pessoas dependentes, direta ou indiretamente, do prefeito, tais como: funcionários públicos, funcionários da Caixa Econômica Estadual, entre outros, e pessoas que dependem da simpatia do Padre João, vigário da paróquia de Iporanga, ficam a sua mercê ou são sugestionados pelos mesmos.

O **segundo** grupo contrário e que recebeu informações distorcidas do prefeito, são aqueles que pretendiam adquirir casa própria, através do programa ***"Nosso Teto***", pois o prefeito afirmava que o CONDEPHAAT não permitiria o convênio, a não ser que fossem construídos no estilo colonial.

Um **terceiro** grupo de opositores, considerado minoria por Nestlehner, era formado pelos proprietários de prédios antigos que precisam de reparos urgentes ou gostariam de fazer modificações mais modernas, e proprietários de imóveis não-antigos construídos dentro da área de abrangência do tombamento que acreditavam, ou eram induzidos a isso, que seriam forçados a transformá-los em estilo colonial.

O **quarto,** e último, bloco seria formado pela maioria dos vereadores, ***"...que seguem o prefeito e são possuidores de baixa cultura, difícil de entender o que seja o processo."*** (NESTLEHNER, relatório, 30 out. 1979)

O relatório de Nestlehner vai além, trazendo uma informação contundente, relativa ao abaixo-assinado entregue ao ***Governo Itinerante***, no mês de setembro, de que a maioria dos que assinaram o documento o fizeram sem saber exatamente o que assinavam, ou eram manipulados à assinar sob o pretexto de se obter a construção de casas próprias, rede de esgoto, retransmissor de TV, etc., variando de acordo com o nível de escolaridade do assinante. A indignação do relator fica expressa:

> ***"*[...] *parece incrível que assim tenha ocorrido, mas muitos daqueles que o fizeram, assim se expressaram e outros até mesmo ficaram aborrecidos por serem enganados."*** **(NESTLEHNER, relatório, 30 out. 1979)**

E a indignação continua, no relato do perfil dos que apoiaram o abaixo-assinado, observando que a maioria dos assinantes não residem na área tombada e muitas assinaturas eram de menores de idade, que foram simplesmente colocados para aumentar a lista de pessoas contrárias ao tombamento.

Em relação às pessoas favoráveis ao tombamento, Nestlehner listou os seguintes, a maioria da massa esclarecida da cidade, o delegado de polícia, o gerente do Banespa e funcionários do banco, o médico da SUDELPA, o coletor da receita federal, geólogos e funcionários da CPRM em atividade no município, a maioria dos professores, a maioria da juventude esclarecida, o gerente da CESP, o encarregado da SABESP (após a visita ao Secretário da Cultura), a minoria da Câmara dos Vereadores, a maioria dos seguidores da ala política contrária ao prefeito e ao padre, a maioria dos que se instalaram no município possuindo uma cultura mais atualizada, a comissão organizadora do Museu do Vale do Ribeira e os integrantes do IVAR.

Nestlehner concluiu o relatório informando que prosseguia uma campanha de esclarecimento nos diversos locais da cidade, mostrando os benefícios para a cidade, advindas do tombamento. Entre as sugestões para a estratégia de atuação, Nestlehner enumera o convite para reunião de convencimento de dois vereadores do Bairro da Serra ansiosos por receber a energia elétrica nesse bairro rural, o que mostra, também, um certo sentido de barganha política. Sugere esclarecimento ao gerente da Caixa Econômica Estadual sobre o futuro convênio para a construção de

casas populares e a utilização de elementos do clero participantes no CONDEPHAAT para convencer o padre de Iporanga à aderir ao movimento.

Além disso, o relator apresenta otimismo ao afirmar que poderiam conseguir um abaixo-assinado bem maior agradecendo o Secretário da Cultura pelo tombamento, por outro lado, achava que o Secretário só deveria ir a Iporanga após um mínimo de 15 dias, em que seria completado o trabalho de esclarecimento. E finaliza, retomando, indiretamente, a questão da coação: **"[...] muito contribuiria se o gerente da Caixa Econômica fosse 'convocado' a aderir."** (NESTLEHNER, relatório, 30 out. 1979)

Logo em seguida, Nestlehner publica em um jornal regional uma matéria reforçando a operação de esclarecimento à população sobre o processo de tombamento fazendo um apelo à consciência e às vantagens do tombamento. Na sua fala podemos identificar a reta final do discurso de convencimento:

> **"A população iporanguense que desde muito anseia pelo progresso de sua cidade, terá no tombamento uma de suas principais opções para atingir seu objetivo de desenvolvimento. O tombamento, até o momento, não muito compreendido por parte da população, ao contrário do que se pensa ou do que alguns interessados pretendem que se faça crer, não vem de forma alguma emperrar o desenvolvimento da cidade, mas sim, incentivá-la e prepará-la para uma das maiores fontes de rendas, o Turismo." (NESTLEHNER, L., A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 03 nov. 1979)**

Nestlehner continua seu texto mostrando aspectos da situação e da **"essência econômica"** da cidade de Iporanga, mostrando a fragilidade e a falta de opções, concentrada na agricultura de subsistência, num comércio vacilante, na pecuária engatinhando e no funcionalismo público.

A partir dessa chamada destaca as vantagens do ***turismo***, demostrando a evolução do orçamento de Cananéia, advindo do turismo, e então transporta a discussão para a situação local e reforça os trunfos do Secretário da Cultura:

> **"O Tombamento de Iporanga é o ponto inicial para o desenvolvimento do turismo no Município e seria um contracenso** [*sic*] **do próprio Governo, executá-lo sem intenções de prepará-la em sua infra-estrutura para objetivos culturais e turísticos, realizações estas que somente com o tombamento haverá razões econômicas para realizá-las, pois são obras operosas e caríssimas, tais como: implantação da rede de esgotos, asfaltamento de estradas, principalmente a para Apiaí e Caverna do Diabo, restauração de suas edificações históricas, iluminação e acesso às inúmeras grutas existentes, aproveitando de seu parque turístico [...]" (NESTLEHNER, L., A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 03 nov. 1979)**

Após citar as intenções do Governo Estadual e pedir para a população um voto de confiança ao Secretário Cunha Bueno, apelava ao bom senso e clamava:

> **"Iporanguenses, mostremos que somos fiéis a tradição de nossos antepassados, nas dúvidas, busquemos os debates para esclarecimentos antes de tomarmos posição, tenhamos nossas próprias idéias, evitemos ser dirigidos em nossos pensamentos para evitarmos cometer tal juízo e tal injustiças a idéias e programas que vem ao encontro de nossos anseios progressistas [...]/ Sintamo-nos orgulhosos em colaborar com a cultura do Estado, pois isso realmente é grande distinção, levando-se em conta que ainda levamos vantagem com este gesto, visto as obras que poderemos receber em função do tombamento." (NESTLEHNER, L., A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 03 nov. 1979)**

Pouco tempo depois da publicação do artigo de Luiz G. Nestlehner, surgia o **segundo abaixo-assinado**, datado de 10 nov. 1979, agora contendo 176 assinaturas, encabeçado por Gentil de Oliveira Santos, responsável pelo cartório e um dos mais ferrenhos opositores ao tombamento. (vide ANEXO 4b)

Esse documento é enviado ao Secretário da Cultura e caracterizava-se como um protesto à continuidade do ato de tombamento. Seu conteúdo amarrava a contrariedade ao processo com dispositivos legais constitucionais que garantiam o direito à propriedade e o usufruto desse direito.

Em resposta, ainda ao primeiro abaixo-assinado, o Governador Paulo Maluf envia um ofício ao prefeito, contendo as suas ponderações e suas promessas. O texto parte de ressalvas sobre sua compreensão dos motivos que levaram os moradores a não desejarem o tombamento, no entanto, apresenta considerações sobre a alteração do conceito de tombamento e a ação do CONDEPHAAT para possibilitar a real recuperação da cidade, em vista do processo estar atrelado a um plano de revitalização.

Sendo assim, o governador enumera as ações definidas para implantação imediata do **programa emergencial** (ANEXO 6), talvez como a última cartada:

> ***"1. Verba de um milhão de cruzeiros já foi liberada pela Secretaria de Estado da Cultura, e será aplicada imediatamente na restauração das construções mais precárias de Iporanga, para restabelecer o patrimônio ambiental.***
> ***2. Implantação da rede de esgotos, orçada em Cr$ 6.130.553,00 (seis milhões, cento e trinta mil e quinhentos e cinqüenta e três cruzeiros), cujas obras se iniciam já neste dia 16 de nov., a SABESP estará implantando na cidade 3.600 metros de rede coletora e 150 (cento e cinqüenta) ligações domiciliares; serão assentados 90 (noventa) metros de emissário subfluvial e demais equipamentos que caracterizam uma estrutura sanitária moderna, que irá beneficiar a população.***

3. A SUDELPA, dentro do seu programa de atendimento aos municípios do litoral, realizará seu programa conjuntamente com a Secretaria da Cultura visando à revitalização da cidade.

4. A ampliação da Escola de 1º grau, a ser efetivada pela CONESP, já consta do programa de 1980.

5. A pavimentação da estrada Apiaí-Iporanga, numa extensão de 39 quilômetros, que atenderá uma das maiores reivindicações dos iporanguenses.

***6. A instalação do escritório regional do CONDEPHAAT, em Iporanga, que permitirá o acompanhamento dos trabalhos de restauração das obras históricas da cidade e orientará tecnicamente os moradores, sem que tenham que se deslocar até São Paulo."* (MALUF, CONDEPHAAT, processo nº 00057/71, 13 nov. 1979)**

O ofício do governador finalizava com a chamada para a continuidade, à médio e longo prazo, do programa de preservação que daria o impulso para um turismo bem orientado, permitindo **"a retomada organizada do desenvolvimento"**. E argumentava:

> ***"Esse é o progresso que desejo para Iporanga. Um progresso que respeite suas tradições e sua história, que são de todo o povo brasileiro; que respeite sua paisagem e suas características de antigo arraial de mineração, último testemunho dessa fase no Estado de São Paulo. Um progresso possibilitado pelo tombamento que traz a revitalização, não o progresso predatório."* (MALUF, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 13 nov. 1979)**

Ao mesmo tempo, chamava a atenção:

> ***"É ao povo de Iporanga, que mais interessa a defesa intransigente da sua cidade e de seu patrimônio cultural, que exalto no sentido de que a comunidade, consciente do seu papel, se integre ao esforço comum* [...]" (MALUF,CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 13 nov. 1979)**

Essas propostas, praticamente irrecusáveis, feitas pelo próprio governador, ao que tudo indica não foram suficientes para dirimir as dúvidas ou o posicionamento contrário ao tombamento. Notícias publicadas em 16 nov. 1979, às vésperas da reunião do Secretário da Cultura com a população iporanguense, ainda destacavam as contradições entre a importância histórica da cidade, as características favoráveis ao tombamento, as ofertas do Estado e a enraizada descrença de alguns proprietários de imóveis antigos, que influenciavam os demais moradores.

Em depoimento obtido de Clayton Lino constatei que a situação estava entrando em ebulição, pois a reunião já estava agendada para 17 nov. 1979, e ainda existiam resistências internas em Iporanga. Lino foi solicitado à elaborar um quadro dos que eram contra e à favor, na qual apareciam diversos funcionários públicos, entre eles, chefes de repartições de órgãos estaduais, tais como CESP e SABESP.

Aí veio uma atitude que complicou a situação de Lino, que tentava fazer toda uma mediação do CONDEPHAAT em Iporanga; o secretário Cunha Bueno mandou, simplesmente, demitir os funcionários arredios ao tombamento.

Estupefato, Lino não concordou com o encaminhamento, já que tornaria seu trabalho insustentável e, mesmo, prejudicaria sua imagem na cidade. Por isso, acabou ficando muito nervoso, falando que iria à imprensa, enfim, o resultado disso foi o seu pedido de demissão. Com pesar, Lino ficou assistindo as atividades e a visita do secretário à distância, no seu entender achou que *"**morreu na praia"***.

A ida do secretário à Iporanga foi uma festa das contradições, com direito; à helicóptero, à rojões, soltados por funcionários uniformizados da SABESP, caminhões com o material para a implantação da rede de esgoto e faixas contendo dizeres positivos ao tombamento, por outro lado, os contrários protestavam por meio de faixas. Durante o evento foi entregue à população um documento do CONDEPHAAT esclarecendo o significado do tombamento, a proposta do plano de revitalização e a lista das medidas do programa de emergência.

Este evento foi responsável por várias repercussões do assunto na imprensa, entre os dias 18 e 22 nov. 1979. Nos títulos das matérias aparecem aspectos da situação, exemplo: **"A Cidade que não Quer Preservar seu Passado"** (OESP/JT, 19 nov. 1979, 2ªf), **"Salvando a Memória de Iporanga"** (OESP, 20 nov. 1979, 3ªf), **"História Ameaçada em Iporanga"** (FSP, 22 nov. 1979, 5ª.f)

Percebe-se que os títulos mostravam aspectos negativos ou chamadas para o problema da deterioração do patrimônio, e que, ao contrário do que acontece em muitos municípios do Brasil, a comunidade iporanguense exigia exatamente o oposto, ou seja, medidas para brecar o processo de tombamento.

Os artigos destacavam a importância histórico-cultural de Iporanga, os benefícios do tombamento, o plano de emergência, a disponibilização de recursos financeiros, a alternativa econômica baseada no turismo, a mudança de postura do prefeito após a vinda do Secretário da Cultura e, ao mesmo tempo, ressaltavam a desconfiança e descrença da população de que o tombamento seria uma ação positiva ao desenvolvimento de Iporanga.

No dia 19 nov. 1979, a grande imprensa (O Estado de São Paulo, JT e Folha de São Paulo) publicou extensas matérias sobre os resultados da visita do Secretário da Cultura, apresentando títulos que destacavam posições opostas.

Enquanto a FSP reforçava uma visão mais otimista, com o título **"Iporanga Recebe as Primeiras Melhorias**", o Jornal da Tarde era mais crítico no título da notícia: **"A Cidade que não Quer Preservar seu Passado".**

E os textos começavam da seguinte forma, a Folha de São Paulo colocou uma manchete com o título "**Promessa de melhorias para tombar Iporanga**" e na matéria iniciava assim:

> **"Os habitantes de Iporanga já têm alguns motivos para acreditar que o tombamento da cidade pode ser uma chance de tirá-la da estagnação e do abandono em que há tempos. Pelo menos, no sábado, começaram a ser tomadas as primeiras providências de fato para a recuperação e revitalização da cidade, onde se encontra um dos mais ricos acervos da arquitetura colonial brasileira: foi lançado pelo CONDEPHAAT [...] um 'plano de emergência para salvar Iporanga.' " (FSP, 19 nov. 1979)**

A introdução do artigo do JT vai por outro caminho, mais irônico:

> **"Os caminhões da SABESP, cheios de tubulações para a instalação da rede de esgotos; a poeira levantada pelo helicóptero que trouxe o Secretário de Estado da Cultura, Cunha Bueno; o barulho dos rojões que anunciou a sua presença; e todas as promessas feitas e assinadas pelo próprio governador Paulo Salim Maluf - nada disso foi estímulo suficiente para que a população de Iporanga começasse a ver com melhores olhos o projeto de tombamento [...]". (JT, 19 nov. 1979)**

Após essas introduções, ambas as matérias seguem caminhos semelhantes destacando os benefícios prometidos pelo governador de Estado, a transformação do município em primeiro Centro Histórico e Turístico do Estado de São Paulo.

Os artigos também chamavam a atenção para a implementação de um novo estilo de atuação do CONDEPHAAT, no qual só se efetivaria o tombamento com o total apoio da população local, e o presidente Rui Othake justificava que:

> **"Essa atitude faz parte de uma nova política do órgão de promover a conscientização das populações que residem em áreas a serem tombadas, com a finalidade de esclarecer o real significado do tombamento histórico, e mostrar que ele não significa estagnação - ao contrário, traz consigo uma série de benefícios que, pelas vias normais de solicitação feitas ao governo, demorariam muito mais tempo a chegar". (JT, 19 nov. 1979)**

As notícias ainda destacaram a **"guerra das faixas",** afixadas nas ruas da cidade, as azuis eram contra o tombamento: ***"abaixo o tombamento"; "queremos***

continuar donos de nossas propriedades"; "desenvolvimento sim, tombamento não", que eram rebatidas pelas faixas verdes, dos favoráveis, ***"viva o tombamento"; "conservar o que é nosso"; "tombamento é desenvolvimento".***

Esse fato demonstrou que a situação estava longe de ser resolvida ali, apesar da aparente certeza do Secretário da Cultura e do Presidente do CONDEPHAAT de saírem de Iporanga com o aval da população para concluírem o processo.

Esses mesmos artigos trouxeram, ainda, informações sobre uma manifestação que ocorreu paralelamente a esse evento, na qual membros da Sociedade Brasileira de Espeleologia aproveitavam o momento para reivindicar a implantação do PETAR.

Desse modo, no próprio dia 17 nov. 1979, dia da reunião, indo ao encontro dos interesses políticos, foi assinado um convênio entre o CONDEPHAAT e a SUDELPA, visando a integração e harmonização das atividades dos referidos órgãos, de forma a promover ações conjuntas voltadas para as interfaces de atuação em relação ao desenvolvimento regional, no que se refere à preservação, revitalização e uso do patrimônio ambiental dos municípios abrangidos pelos respectivos órgãos.

A repercussão do evento se prolongou por mais alguns dias. No dia 20 nov. 1979 saiu um editorial na Folha de São Paulo com o título: **"Salvar Iporanga"**, que destacava os conflitos, estilo de atuação do governo estadual, a questão da persistência cultural e o papel da imprensa na divulgação desse patrimônio:

> **"Após muita celeuma local, com farta cobertura da imprensa e polêmicas conceituais entre autoridades políticas e acadêmicas, o secretário de Cultura do Estado, o presidente do CONDEPHAAT e respeitável comitiva dirigiram-se ao local. O estilo dessa ação direta integrada impressiona, não só porque em outros setores a administração vem adotando esse expediente, mas sobretudo porque em questão de cultura tudo sempre foi medievalmente lento entre nós". (FSP, 20 nov. 1979)**

A matéria do "Estadão", do mesmo dia, **"Salvando a Memória de Iporanga**", trazia como destaque a mudança de postura do prefeito e a informação de que ele garantia que a população também concordaria com o decreto de tombamento, no máximo em dez dias. Ao mesmo tempo, era feita uma denuncia pelo repórter, na qual afirmava que o argumento utilizado, nos bastidores, para o convencimento dos políticos e lideranças locais era: **"ou vocês aceitam, ou o tombamento sai sem a aprovação da cidade"**, mas que as contrapartidas oferecidas, com o atendimento de várias

antigas reivindicações eram consideradas irrecusáveis. O Jornal da Tarde trazia uma matéria menor, mas com o mesmo enfoque do Estadão.

Percebe-se que ao mesmo tempo em que a imprensa divulgava a problemática, ela explorava o conflito e confusões em torno do tema. Comparando-se Iporanga com outros importantes patrimônios histórico-culturais o especial interesse do CONDEPHAAT se deve à homogeneidade do núcleo urbano central. O artigo do "Estadão", datado de 21 nov. 1979, chamava a atenção para a problemática do tombamento versus a resistência das autoridades iporanguenses, indicando que o nó da questão estava no seguinte ponto:

> **"[...] ou preservar velharias ou revitalizá-las, dando-lhes um sentido dinâmico de marco da evolução social econômica da URBE." (OESP, 21 nov. 1979)**

Em outra matéria, **"História Ameaçada em Iporanga"**, publicada pela FSP, em 22 nov. 1979, o jornalista Ernani Silva Bruno fez várias críticas sobre a situação de Iporanga e sobre o que estava sendo divulgado. Pela primeira vez, um jornal chamava a atenção para a folclórica visão de opulência no passado:

> **"...deve-se dizer que há um pouco de lenda e muito exagero [...] Na realidade, essa exploração deu margem a um pequeno ciclo regional do ouro [...]" (BRUNO, FSP, 22 nov. 1979)**

E contrapõe esse discurso, resgatando informações que demonstram exatamente o oposto desses alegados momentos de glória,

> **"De resto, essa história de 'cidade rica' é coisa bastante discutível, significando quase sempre o fato de disporem de um grupo de palacetes e solares construídos em cima e à custa de um quadro generalizado de carência e de miséria." (BRUNO, FSP, 22 nov. 1979)**

O autor continua o texto mudando o rumo da discussão, afirmando que não é que Iporanga não devia ser preservada porque é pobre, e, até ao contrário, é preciso valorizar o patrimônio arquitetônico como documentos importantes de épocas da cultura brasileira,

> **"No caso de Iporanga, o que importa é que seu núcleo central permanece como autêntico retrato de vida de uma pequena povoação do interior do Brasil há um século e meio." (BRUNO, FSP, 22 nov. 1979)**

Para fechar o texto BRUNO reforça a necessidade de ocorrer o tombamento, em virtude, da intensificação da exploração dos recursos minerais, acionada e

divulgada pela CPRM. O tombamento poderia impedir que uma rápida e desorganizada urbanização, após um longo período de estagnação econômica, pudesse destruir ainda mais esse patrimônio. Esclarece que o morador de Iporanga:

> **"[...] deverá ser cientificado de que o atual conceito de preservação cultural não implica em sufocar as atividades econômicas de uma comunidade. O iporanguense deve dispor de espaços e de possibilidades para prosperar. Mas não deve condenar suas raízes e seu passado, expressos na moldura mais que secular de seu conjunto urbano. É sintoma de bom caráter a gente não se envergonhar dos antepassados do lado pobre." (BRUNO, FSP, 22 nov. 1979)**

O Boletim do CONDEPHAAT, n^{o}. 3, lançado nesse período, aproveitou essas mesmas notícias de jornais para valorizar a sua própria atuação, destacando no editorial a implementação de uma nova linha de trabalho e a importância da conscientização da população local para perceber o valor de sua cidade e a necessidade do tombamento. (ANEXO 7)

Ainda nesse veículo de comunicação do CONDEPHAAT aparece um importante artigo do professor Ulpiano de Meneses, com o título **"Iporanga: Porque Tombar uma Cidade**". O conselheiro do CONDEPHAAT fazia considerações sobre a problemática de Iporanga e demonstrava a importância do tombamento, reforçando que, apesar de se garantir os direitos individuais, deve prevalecer o interesse social, sendo que o tombamento não impede o desenvolvimento, pois:

> **"[...] o tombamento não se opõe ao progresso, ainda mais que só se podem considerar progresso aquelas inovações de interesse social." (MENEZES** [sic]**, 1979)**

MENEZES (1979) relaciona e justifica, de forma coloquial e didática, os pontos de vista que caracterizam o valor de Iporanga como bem cultural, em resumo:

a) **<u>Valor Paisagístico</u>- a cidade é fruto de uma certa maneira de se utilizar a natureza pela coletividade;**
b) **<u>Valor Estético</u>- o traçado e as construções representam uma forma de beleza na ocupação da paisagem natural;**
c) **<u>Valor Tecnológico</u>- resultante da sabedoria na solução de problemas das técnicas construtivas;**
d) **<u>Valor Afetivo</u>- reforçado pela visão de pertencimento e das redes de relação estabelecidas entre os semelhantes;**
e) **<u>Valor Histórico</u>- mostra o fruto de um trabalho de construção do passado, no qual o respeito pelo patrimônio histórico só existe se houver respeito pelo trabalho do homem.**

O desfecho do artigo de Meneses mostra que, em última análise:

> **"[...] o tombamento visa a impedir que, por interesses particulares, Iporanga perca seu maior tesouro, sua cara própria e a substitua por qualquer máscara barata fabricada em série e comprada em qualquer supermercado da especulação e do lucro individual." (MENEZES, 1979)**

Voltando-se as atenções novamente à documentação existente no Processo de Tombamento, elaborado pelo CONDEPHAAT, verifica-se nesse mesmo período, crucial ao tombamento, foi incluído um **roteiro jurídico** que, de certo modo, repetiu questões já levantadas em 1978, quando o processo foi aprovado pelo Conselho.

Quanto aos aspectos legais, o procurador demonstrava as diferenças de encaminhamento e pontos de vista existentes entre os bens imóveis de propriedade privada e os bens públicos. Em ambos os casos os responsáveis deviam ser notificados, sendo que os proprietários de imóveis privados poderiam contestar o processo em várias instâncias, os bens públicos não comportariam contestação.

Assim, o procurador do Estado ressaltava a importância de se observar todas as formalidades, de modo a garantir a validade legal do processo administrativo de tombamento. De modo geral, as etapas propostas foram as seguintes:

> ***"a) notificação dos proprietários e espera de 15 (quinze) dias para contestação, contados a partir da publicação do edital de notificação;***
> ***b) encaminhamento de ofícios do CONDEPHAAT comunicando os chefes dos poderes executivo e legislativo do município sobre a iniciativa do tombamento;***
> ***c) o ato de tombamento é editado pelo Secretário da Cultura, se não houver contestação;***
> ***d) se ocorrer contestação o Conselho deve manifestar-se sobre o assunto e encaminhar o processo para apreciação final do Secretário da Cultura;***
> ***e) poderá ser encaminhado recurso do governador do Estado, se o secretário da cultura editar o ato de tombamento, à despeito da contestação***
> ***f) se não ocorrer contestação dos proprietários dos bens imóveis privados, não será cabível o recurso ao governador, após a edição do ato de tombamento."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 20 nov. 1979)**

Nesse momento, observa-se a presença de alguns documentos mostrando o engajamento da **Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO)**, na busca de alternativas econômicas e que proporcionassem mudança de postura dos iporanguenses contrários ao tombamento.

A referência técnica elaborada por Cibele de Almeida, em 26 nov. 1979, pautou-se em rápidas consultas ao arquivo da SUTACO, além de informações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e da Escola de Folclore (Museu do Folclore, Parque do Ibirapuera - São Paulo), ressaltando a importância da

pesquisa de artesanato e folclore no desenvolvimento do projeto de preservação do patrimônio histórico. A técnica da SUTACO afirmou, no documento, que era preciso: ***“ [...] desfazer em Iporanga a impressão de que o processo de tombamento é negativo”*** (CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 26 nov. 1979)

O documento recomendava, ainda, que ocorressem levantamentos para identificar o desenvolvimento de técnicas produtivas baseadas em oficinas artesanais, antes porém, enfatizava que:

> ***“É no sentido da consecução de um projeto de preservação abrangente, no qual se articule tombamento físico com estímulo à vida econômico-cultural geradora da singular arquitetura de Iporanga, que o artesanato e o folclore próprios do município têm importância fundamental”*** **(CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 26 nov. 1979)**

O texto parte de algumas informações preliminares referentes ao artesanato (cerâmica, trançados e madeira) e manifestações folclóricas de Iporanga (tais como, o Carnaval, festas religiosas e pagãs) e discute a importância de se reencontrar e preservar essas atividades espontâneas realizadas no município.

O reconhecimento da riqueza cultural, o estímulo à produção artesanal e a revitalização do folclore local são colocados em evidência, de modo, que sobressai, a relação entre patrimônio histórico, e as alternativas econômicas, principalmente aquelas que propiciam a preservação do patrimônio cultural e natural, entre elas: o artesanato e o turismo. E põe em ênfase o artesanato, que:

> ***“[...] por possibilitar a organização familiar de produção dispensando a imobilização de capital, permitiria que a população mantivesse seus locais de residência vendo assegurado, com o fluxo turístico, rendimento mensal satisfatório pela colocação de mercado de seus produtos.”*** **(CONDEPHAAT, processo n^{o}. 00057/71, 26 nov. 1979)**

O mês de novembro (1979) foi finalizado com mais um artigo na imprensa, agora na revista VEJA, cujo título “**Luta com o Passado”** ressaltava o conflito e iniciava com uma frase provocativa: “**Isolada no pobre Vale do Ribeira, uma cidade não quer preservar sua história”** (VEJA, 28 nov. 1979).

A matéria destacava, ainda, os motivos que levaram os iporanguenses a ficarem contrários ao tombamento, tal como a desconfiança generalizada quanto a atuação do governo estadual, que muito têm prometido e quase nada cumpriu. Além disso, a maioria das casas vem sofrendo a descaracterização pela substituição dos imóveis ou pelas reformas realizadas de maneira inescrupulosa. O movimento contra

o tombamento e a atuação do CONDEPHAAT também são citados no artigo, que é desfechado com a questão da existência de minérios que poderiam mudar a situação econômica de Iporanga. E que, por outro lado, facilitariam a transformação da paisagem ao redor da cidade.

A última matéria jornalística de 1979, datada de 23 dez., e publicada pela FSP, mostrava já os sinais de desgaste que o tema atingia na imprensa, "**Ainda o tombamento**", no qual Fernando Cerqueira Lemos analisava a problemática do tombamento de bens culturais com destaque para a especulação imobiliária, considerada grande inimiga do patrimônio histórico-cultural.

O artigo discorre, também, sobre os agentes causadores do processo de destruição dos bens culturais, as vezes de forma até irônica:

> **"[...] exemplos do próprio poder público envolvido na faina destruidora de 'monumentos' que, somados aos exemplares arrasados ou prejudicados pela nefasta ação de construtoras e incorporadoras particulares (a especulação fala muito mais alto que a cultura), ficamos privados hoje de considerável parte do que tínhamos até há bem pouco tempo./ Isso sem falar nos próprios donos dos bens tombados que acreditam estarem sendo lesados com o tombamento. A insensatez chega ao ponto de proprietários abandonarem os imóveis tombados para que o tempo se encarregue de destruí-los [...]./ O lucro, a politicalha e a ignorância são fatos obrigatórios no enredo desta história, onde são poucos os mocinhos e muitos os bandidos." (LEMOS, FSP, 23 dez. 1979)**

Independente disso, o processo continua rio abaixo, passando pelos altos e baixos da disputa política local, sofrendo grande interferência da política estadual.

Assim, influenciado pelos acontecimentos de novembro, o prefeito de Iporanga remete um ofício ao Secretário da Cultura, em 26 dez. 1979, mostrando sua opinião favorável ao tombamento, e mais do que isso, cobrava o apressamento do processo:

> ***"Em nome dessa comunidade, solicito a urgência possível na decisão de V. Excia. no sentido de solucionar a questão do decreto de tombamento da Cidade. Posso afirmar que a maioria dos moradores já está de acôrdo*** [*sic*] ***com o processo de tombamento, após a honrosa visita que V. Excia. nos fez em novembro passado. Cabe-me esclarecer ainda que os que estão contra são a minoria e não arredam pé de suas decisões, contudo acredito que não impedirá a efetivação do evento."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 26 dez. 1979)**

O inacreditável é que o prefeito era, até aquele evento, um grande opositor ao tombamento, só modificando sua visão após o aceno da vinda de recursos financeiros e benfeitorias para o carente município.

O resultado desse ofício do prefeito foi o pedido, datado de 10 jan. 1980, e feito pelo Presidente do CONDEPHAAT, para ser dada a máxima prioridade à formalização jurídica para prosseguimento do tombamento.

Enquanto isso, a imprensa regional (“A Tribuna” de Santos) divulgava, em 13 jan. 1980, a festa dos 106 anos de Iporanga, registrando a problemática do município, o andamento do tombamento, as possibilidades turísticas associadas às cavernas, a história da região, a influência da mineração do ouro e a situação atual, destacando a baixa renda e dependência financeira do município de auxílios estaduais e o problema da falta de títulos definitivos de terras para os agricultores.

Quando o processo parecia estar atingindo a estabilidade, o tombamento é mais uma vez impedido por causa de um ofício encaminhado, em 23 jan. 1980, ao Secretário da Cultura, assinado pelo vice-prefeito e dois vereadores de Iporanga.

No ofício, os assinantes se colocam como representantes credenciados ***“...por mais de 90% da mencionada população e proprietários da área a ser tombada”*** e protestavam contra a posição do prefeito, inclusive divulgada na FSP, em 06 jan. 1980, pois não haviam sido atendidas as reivindicações feitas nos abaixo-assinados de set. e nov. do ano anterior. E concluíam, para o nosso espanto, ou tédio, o seguinte:

> ***“Por ser de direito e de justiça, e, ainda, levando-se em conta o lado humano, confia no bom senso administrativo de V. Excia., mandando cancelar o Processo de Tombamento, em se tratando de preservar e promover os interesses do povo desta localidade.”*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 23 jan. 1980) (grifo meu)**

Em meio a essa nova tentativa de criar obstáculos ao processo surge um furo de reportagens, publicado na Folha de São Paulo, em 03 fev. 1980, assinado por Ulisses Capozoli, que já no título causa, impacto e curiosidade: **“Uma nova Iporanga, com ouro nas montanhas.”**

Esse artigo, de página inteira, trazia os resultados das pesquisas sobre a existência de ouro em Iporanga, realizadas, desde 1976, pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), demonstrando bastante otimismo com os dados obtidos pela equipe da CPRM, indicando a localização de filões de ouro, de excelente qualidade, nas sondagens efetuadas.

O jornalista tratava com detalhes todas as etapas da pesquisa mineral realizada e desvendava o mistério da presença da CPRM no município, que, até então, não havia, sequer, comunicado as suas intenções. Ao longo da matéria Capozoli resgata aspectos históricos e a importância econômica, direta ou indireta, dos levantamentos do potencial mineral de Iporanga. O autor, aproveita a retranca sobre o tombamento afirmando que os moradores ainda não entenderam o real significado dessas pesquisas e contrapõe, demonstrando que a mineração pode ser um dos caminhos do município, o que nunca foi descartado.

A partir de mar. 1980 o tombamento tomou rumo de finalização, atendendo-se as formalidades legais, entretanto, continuava forte o movimento contrário.

O voto do conselheiro Ulpiano T. Bezerra de Meneses, de 17 mar. 1980, traz, novamente, em balanço do andamento do processo, partindo desde a decisão de se aprovar o tombamento em abr. de 1978 e todos os obstáculos e contradições surgidos até esse momento. O relato mostrava as mudanças de posição e os motivos que emperraram o processo, afirmando que:

> ***"[...] a situação é um tanto caótica, eis que não se consumou ainda a notificação, nos seus devidos termos. Por outro lado, a maioria das manifestações constitui antes um 'protesto' do que a impugnação definida pelo art. 120 do decreto 7730 de 23.3.76. Além disso, os bens públicos não podem ter a proposta de tombamento impugnada."*** **(MENESES, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 17 mar. 1980)**

A argumentação apresentada por Meneses, quanto ao mérito das manifestações dos moradores contrários à medida, demonstrava os erros de interpretação quanto ao entendimento de que o tombamento congelaria a cidade. Além disso, os opositores se fragilizavam quando reforçavam que eram contrários a qualquer tombamento em geral, não só em Iporanga, e, principalmente, quando desconsideravam todo o valor cultural indicado pelo CONDEPHAAT em várias publicações e informações verbais. Sendo assim, o conselheiro conclui:

> ***"Nessas condições, não há qualquer fundamento em alterar do Colegiado sua decisão anterior, pelo tombamento do Núcleo Urbano de Iporanga."*** **(MENESES, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 17 mar. 1980)**

E solicitava o prosseguimento das formalidades conducentes à concretização do tombamento, procedendo com urgência a notificação dos interessados, para possíveis manifestações, e homologação do ato pelo Secretário da Cultura. Em 08

abr. 1980, o presidente do CONDEPHAAT solicita urgentes providências a serem encaminhadas pela Secretaria Executiva do órgão.

Na matéria, "**Quase Pronto o Tombamento de Iporanga**" da Folha de São Paulo, publicada em 13 abr. 1980, já se propalava a conclusão dos trabalhos, conforme garantias do próprio Presidente do CONDEPHAAT. O artigo destaca que apesar das promessas feitas em 1979, apenas a rede de esgoto estava em andamento, e, ao discorrer sobre a novela do tombamento, fazia uma denúncia de que **"toda essa história de participação popular [...] não passaria de jogada política"** (FSP, 13 abr. 1980), pois uma fonte local haveria revelado que o secretário teria avisado, à portas fechadas, que o tombamento sairia de qualquer jeito, e que era melhor eles aceitarem a proposta oferecida.

Apesar dessas insinuações da imprensa, o processo caminhou para sua fase final. Assim, em 02 maio 1980, o Presidente Ruy Othake solicita, mais uma vez, parecer jurídico para o encaminhamento ***"[...] das providências para imediata formalização do tombamento de Iporanga".***

No mesmo dia, o assistente técnico do gabinete, Dr. Eduardo Gualazzi, emitiu o parecer chamando a atenção para o roteiro que já havia sido proposto duas vezes, conforme aparece no relatório do processo de tombamento. Ressaltava, ainda, a necessidade de publicação do edital no Diário Oficial do Estado (DOE) e num jornal de ampla tiragem; a remessa de ofício à Presidente da Câmara Municipal, Sra. Jovita Gonçalves da Silva, cientificando-a sobre a aprovação do tombamento.

Após isso, o assistente jurídico fornecia um modelo do ofício a ser enviado, com uma redação a ser seguida e termina seu parecer chamando a atenção de que ***"O tombamento não deve ser editado antes de escoado o prazo legal de quinze dias" (grifos do autor)***, durante o qual poderia, eventualmente, ocorrer a contestação.

O parecer retornou ao Presidente do CONDEPHAAT, ainda no dia 02 maio 1980, que pedia providências urgentes, da Secretaria Executiva, a fim de atender o solicitado. Desse modo, o ofício à Presidente da Câmara Municipal é enviado, em 05 maio 1980, e a notificação é publicada no DOE, em 06 maio 1980. Ainda no dia 06 é enviado um ofício do Presidente do CONDEPHAAT ao secretário da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) informando do andamento do

processo, anexando a publicação do DOE e pedindo anexação das formalidades do tombamento na Pasta de Iporanga que havia sido preparada para avaliar a solicitação de verba federal visando a preservação daquele município.

No dia do vencimento do prazo legal para a contestação do processo, 21 maio 1980, é apresentado um documento pelo advogado, Dr. Raimundo Luiz C. Alencar, apoiado pela procuração de 40 pessoas, e respectivos cônjuges, afirmando que os mesmos estavam inconformados com o ato de tombamento. Em sua argumentação, o advogado ressaltava os seguintes pontos:

- ***o tombamento implica em séria restrição administrativa ao domínio da coisa tombada.***
- ***como os bens tombados não podem ser alterados, sem prévia autorização, vê-se uma abrangência ilimitada das restrições inerentes ao tombamento.***
- ***face as limitações, verifica-se a mais elevada responsabilidade na comprovação da existência dos valores históricos dos bens propostos ao tombamento.***
- ***depois de descoberto os valores, os mesmos devem passar pelo crivo crítico da própria história, através da linha metafísica e dialética*** [?]
- ***do mesmo modo como aconteceu com Iguape e Cananéia o ato de tombar obstará o crescimento e desenvolvimento do município, impedindo o crescimento e embelezamento da cidade de Iporanga.***
- ***não devem ser prejudicados os anseios desenvolvimentistas, tão inerentes à época e história atuais.***
- ***a época é marcada por um desenvolvimento tecnológico que a todos atrai e que repercute de forma inelutável na própria revisão do que seja valor histórico e artístico.***
- ***ante tais fatos, não seria melhor, ou cabível a desapropriação? Os desapropriados receberiam valores indenizatórios equivalentes para atender seus justos anseios.***
- ***a população anseia os benefícios da tecnologia, traduzida em forma de maior conforto e satisfação das necessidades vitais.***
- ***não é crível que o ato de tombar deixe de considerar aspectos de atualidade social.***
- ***a área tombada de Iporanga não tem um quadro arquitetônico e histórico hábil para justificar o tombamento, se assim o for existem no Vale do Ribeira outras localidades que teriam igualmente méritos para serem tombadas.***
- ***apenas a Igreja da Matriz se encontra em bom estado de conservação e desperta algum interesse histórico-religioso.***

Percebe-se que o argumento do advogado circundava o problema com observações evasivas e se apegava aos discursos desenvolvimentistas e às falsas interpretações da lei e da situação de outras localidades. As afirmações feitas pareciam desmerecer as justificativas à favor do tombamento e mostravam que atuação do CONDEPHAAT não foi suficiente para alterar o quadro dos opositores.

As considerações feitas pela técnica do SCTR, em 11 jun. 1980, quanto à contestação, foram direto aos aspectos negativos ou contraditórios. Do ponto de

vista técnico, relativo ao impedimento do crescimento de cidades com patrimônios históricos tombados, como Iguape e Cananéia, a argumentação é pela improcedência das afirmações visto que ambas cidades citadas não estão estagnadas, ao contrário, a arquiteta apontava, inclusive, fatos que demonstravam o desenvolvimento dessas duas cidades. Quanto às fotos que apareciam no documento de contestação, a técnica informava o desconhecimento da numeração apresentada e que os imóveis apontados nas fotos não eram tombados, apesar de alguns apresentarem representatividade histórico-arquitetônica.

Em 13 jun. 1980, novo parecer jurídico é apresentado, pelo assistente técnico de Gabinete, analisando aspectos da contestação e trajetória jurídica do tombamento de Iporanga.

Nesse documento, o responsável técnico, Eduardo Gualazzi, reiterava integralmente os pareceres anteriores (18 set. 1979; 20 nov. 1979 e 02 maio 1980) e informava o presidente do CONDEPHAAT que o documento de contestação, constando as procurações, não apresentava nenhuma prova concreta de que os peticionários fossem ***"...proprietários dos imóveis compreendidos no âmbito do tombamento"*** e, em síntese, alegava o seguinte:

> ***"a) 'os valores que constituem a filosofia finalística do instituto do tombamento merecem, portanto, exame objetivo que justifique a medida restritiva aos poderes do domínio e seus reflexos nos setores políticos-sociais';/ b) o ato de tombamento obstaria o crescimento e o desenvolvimento do município de Iporanga;/ c) 'ante tais fatos, não seria melhor, ou cabível, a desapropriação?'/ d) os peticionários solicitam o cancelamento das medidas conducentes ao tombamento."*** **(GUALAZZI, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71,13 jun. 1980)**

Em suas conclusões, o assessor jurídico do CONDEPHAAT, afirma que:

> ***"*[...] *nada apresenta ou infere que possa ser validamente oposto à continuação do procedimento administrativo, conducente à edição do ato administrativo de tombamento"*** **(GUALAZZI, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 13 jun. 1980)**

Além disso, o assessor jurídico indicava os procedimentos necessários à finalização do tombamento, com a prévia manifestação do Conselho, que:

> ***"*[...] *agora juridicamente imprescindível, poderá versar amplamente todas as facetas inerentes ao mérito, ao conteúdo em si, do objetivado tombamento, principalmente aos aspectos extrajurídicos da contestação* [...] *a manifestação do Conselho configurará um parecer coletivo não vinculatório..."*** **(GUALAZZI, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 13 jun. 1980)**

Mesmo procedendo assim, continua o assessor, após a eventual edição do ato de tombamento pelo Secretário da Cultura, os contestantes poderão, ainda, interpor recurso administrativo diretamente ao Governador do Estado.

O restante desse parecer técnico-jurídico mostrava os aspectos contrários aos argumentos apresentados pela tempestiva contestação e opinava pela negação da mesma, devendo-se dar prosseguimento ao processo administrativo de tombamento, a ser enviado ao Secretário da Cultura para apreciação e decisão final.

Desse modo, o parecer do Conselheiro, Ulpiano T. de Meneses, não poderia ser outro, manter a decisão original do egrégio colegiado. Esse documento pautou-se na trajetória desde a sessão de 10 abr. 1978, quando foi aprovado o tombamento, e concluía pela inviabilidade e impropriedade das afirmações apresentadas na contestação. Esse parecer, datado de 16 jun. 1980, analisava, ainda, vários aspectos contrários ao documento de contestação, discutindo sobre a confusão que os peticionários faziam entre desenvolvimento, progresso e modernização. E apresentava argumentos contundentes, baseados em inúmeras citações:

> ***"A história da humanidade revela, porém, que a autofagia não é o único processo de evolução* [...]. *Nem é possível confundir-se progresso com amnésia social, pois o progresso não é um processo substitutivo, por assimilação de modelos externos, mas a elaboração dos próprios modelos de desenvolvimento* [...]. *Quanto ao tombamento, especificamente já foi acentuado, repetidas vezes* [...] *que ele não congela ou imobiliza."* (MENESES, CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 16 jun. 1980)**

Essa cena é finalizada com a publicação, no Diário Oficial do Estado (DOE), de 26 jun. 1980, de duas resoluções relativas ao tombamento de Iporanga (ANEXO 8). A **Resolução n.º 18** (20 jun. 1980) consolidando o ato de tombamento, contendo justificativa e descrição detalhada do perímetro tombado e a **Resolução nº 19** (23 jun. 1980) designando o arquiteto Clóvis Lerner para acompanhar as obras de restauro e bens tombados e a destinação da, propalada, verba de um milhão de cruzeiros, que deveria ser utilizada conforme o convênio CONDEPHAAT-SUDELPA.

Parece até o término de novela, com final feliz... para quem a editou ou dirigiu, entretanto, esse ato só deu base para uma nova cena, o famoso ***"The Day After"***.

8.8- *CENA 8*: SECRETÁRIO DA CULTURA APROVA O TOMBAMENTO, A PARTIR DAÍ...DESCRÉDITO TOTAL! (jun.1980 - junho 1983)

O que se espera, geralmente, no "dia seguinte" é uma tremenda ressaca, mas o que se observou na imprensa nos primeiros dias pós-tombamento foram matérias otimistas destacando que Iporanga estava passando à categoria de cidade histórica, sendo um dos primeiros núcleos urbanos, arraial remanescente da mineração do ouro no estado de São Paulo, totalmente tombado pelo CONDEPHAAT.

O artigo da Folha de São Paulo, de 28 jun. 1980, trazia algumas incorreções, tais como: **"Iporanga fica depois de Cananéia, no litoral sul"**; mostrando desconhecimento total dessa pequena cidade do Alto Ribeira, localizada a mais de uma centena de quilômetros do mar, entretanto, a matéria ressaltava a importância do tombamento que, conforme a notícia: **"[...] põe fim a uma discussão que começou há dez anos".**

Esse jornal entrevistou o Presidente do CONDEPHAAT, que foi honesto ao afirmar que ainda existiam moradores contrários ao tombamento e que havia um empenho conjunto de órgãos do Estado para cumprir o prometido. Em suas reflexões, feitas ao jornal, Ruy Othake dizia que o:

> **"[...] importante é tombar, mas não abandonar. É preciso que o tombamento represente real preservação. O mais triste é saber que a preservação se deu por abandono" (FSP, 28 jun. 1980)**

O Presidente do CONDEPHAAT informava, ainda, que já havia sido liberada a verba prometida e que a primeira construção a ser beneficiada com a preservação era a Biblioteca Municipal, ao mesmo tempo, a SABESP já havia concluído a primeira rede de esgoto e a CONESP teria aberto a concorrência para a ampliação do ginásio local e a pavimentação da estrada que liga Iporanga a Apiaí.

O artigo de "A Gazeta Esportiva", escrito por Cioni Rosa, em 10 jul. 1980, na coluna "**Samburá**", trazia como "**Atração**" a cidade de Iporanga e usava os mesmos argumentos do artigo da FSP, com exceção para os dados mais precisos em relação à localização da cidade e o reforço para a questão da revitalização determinada pelas medidas do Estado, afirmava, ainda, a abertura de **"Perspectivas para uma nova fonte de riqueza: o turismo"**, cujo potencial era destacado como muito grande.

Em contraposição à esse otimismo veiculado na imprensa, alguns moradores continuavam insistindo na contrariedade ao processo de tombamento. Assim, em 02 jul. 1980, lançam o **terceiro abaixo-assinado**, com a denominação de **"MOVIMENTO CONTRA O TOMBAMENTO DA CIDADE DE IPORANGA"**. Nesse documento constavam 246 assinaturas, algumas relativas à proprietários de imóveis na área tombada, e os assinantes declaravam: ***"[...] sabendo o significado e normas que abrangem o tombamento SEMPRE ESTIVERAM E ESTARÃO CONTRA O DITO TOMBAMENTO NESTA CIDADE DE IPORANGA"*** (grifo dos autores).

Ainda em relação ao movimento de oposição ao tombamento é dada a entrada, no dia 04 jul. 1980, de um ofício que solicita ao Secretário da Cultura anexar o documento constando as razões de recurso a ser encaminhado ao Governador do Estado, de acordo com as prerrogativas legais cabíveis. (vide ANEXO 4c)

O documento enviado ao Governador resgatava os aspectos da contestação apresentada ao CONDEPHAAT, justificando a necessidade do cancelamento do ato de tombamento em virtude de promover **"[...] irreparáveis prejuízos que decorrerão, como efeito do mesmo"**. O procurador dos contestantes alegava a necessidade de notificação individual, como fato que obstava a ação de defesa, direito à propriedade; obstáculo ao crescimento e desenvolvimento de Iporanga, necessidade de desapropriação, existência de "prédios modernos" fora dos parâmetros exigidos para o tombamento.

Um dos aspectos acrescentado à argumentação foi relativo à implantação da rede coletora de esgoto, que, conforme os contestantes:

> ***"[...] além de mal projetada, esburacou a cidade, sujeitando-a aos serviços naturais de erosão, faltando-lhe uma estação de tratamento de esgoto, sendo o mesmo, lançado "in natura" nos rios Iporanga e Ribeira, poluindo-os, sujeitando as populações ribeirinhas a perigos que até então não existiam - tomar água poluída*** **[...]*" (CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 04 jul. 1980)***

A barganha política decorrente das ações do Estado na cidade de Iporanga, ainda em 1979, é reforçada no documento dos recorrentes:

> **"[...]** ***na hipóteses*** [sic] ***de troca de favores não é admissível que uma das partes leve desvantagem de maneira tão grave como está ocorrendo no presente tombamento, em que por um benefício de implantação de uma rede de esgoto se coloque em risco a saúde da população, poluindo-se os rios que percorrem a cidade."*** **(CONDEPHAAT, processo nº. 00057/71, 04 jul. 1980)**

Paralelamente, no dia 09 jul. 1980, o Secretário da Cultura, Cunha Bueno, envia um ofício ao Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo solicitando abertura de uma linha especial de financiamento para Iporanga como ação **"[...] imprescindível para que a preservação seja melhor concretizada".**

Ao completar um mês da publicação do ato de tombamento no DOE a imprensa voltou a editar matérias sobre Iporanga, agora trazendo aspectos da preocupação dos iporanguenses para o cumprimento das promessas feitas pelo CONDEPHAAT.

O artigo **"Iporanga: depois do tombamento, a espera"**, de 26 jul. 1980, publicado na Folha da Tarde, apresentava o problema, mostrando as promessas feitas, tais como: restauração de imóveis em estado mais precário, instalação do escritório do CONDEPHAAT, pavimentação da estrada Iporanga-Apiaí, por outro lado, a população andava apreensiva pois quase nada teria ocorrido, favorecendo a disseminação de dúvidas e fortalecimento do movimento de resistência.

A notícia da Folha de São Paulo, de 27 jul. 1980, **"Um mês após o tombamento, Iporanga continua a mesma"** reforçava a problemática, a visão paternalista de parte da população e a perpetuação da situação:

> **"A cidade continua com suas duas pensões em vida tranqüila, falta de empregos, 15 estabelecimentos comerciais, algumas casas antigas prestes a ruir e construções que aguardam a autorização do CONDEPHAAT para saírem do projeto." (FSP, 27 jul. 1980)**

O segundo semestre de 1980 foi, ainda, alvo de notícias veiculadas na imprensa estadual, duas de "O Estado de São Paulo" e uma do "Shopping News". As matérias versavam sobre o mesmo assunto: aspectos históricos, o tombamento e a alternativa turística. São artigos otimistas como era de se esperar em colunas ou suplementos de turismo. Os títulos refletem a idéia geral das matérias:

- **"Iporanga: a paz entre grutas e lembranças de riqueza" (JT/OESP, 07 ago. 1980)**
- **"Iporanga renasceu para a história. E talvez para o ouro" (SHOPPING NEWS, 30 nov. 1980)**
- **"Iporanga: o colonial paulista" (OESP, 12 dez. 1980)**

As chamadas para o turismo nesses artigos eram fracas, do tipo **"Iporanga: uma quase desconhecida cidade histórica"** e os dados apresentados em alguns desses artigos são recheados com erros absurdos, tais como: **"...é ainda no município de**

Iporanga que se encontra a caverna mais explorada turisticamente - a Caverna do Diabo", que como sabemos está localizada no município vizinho de Eldorado Paulista.

Outro erro que aparece é: **"...o governo federal mantém guardas e vigias nas grutas do Chapéu, Arataca, Pescaria e Monjolinho"**, na verdade o governo estadual, por meio do IGG, que mantinha funcionários no local. Ou então, que o acesso para Iporanga é feito por Jacutinga, que qualquer mapa rodoviário mostraria essa cidade no sul de Minas, ao invés do correto, que é Jacupiranga, no sul do estado de São Paulo. Alguns desses erros reaparecem em outras matérias, até nisso são repetitivas.

Em 1981, os jornais, após tentativas de divulgação da região visando o desenvolvimento turístico, voltam à carga às promessas feitas como decorrência do ato de tombamento e não cumpridas, e dos problemas e o estado de abandono que se perpetuavam. As matérias veiculadas em 3 jornais de grande circulação destacavam os problemas e provocavam:

- **"A restauração dá a Iporanga só poluição" (COELHO, OESP, 08 fev. 1981)**
- **"Tombada há mais de um ano, Iporanga continua abandonada" (WIDMAN & COSTA, FSP, 13 jul. 1981)**
- **"Cidade de Iporanga continua abandonada" (FT, 13 jul. 1981)**

No geral as matérias destacavam o problema gerado pela obra de instalação da rede coletora de esgotos, que a SABESP largou inacabada e lançou todos os dejetos da cidade num local que forma uma piscina natural no Rio Iporanga e é o ponto de chegada da importante procissão fluvial de Nossa Senhora do Livramento, que ocorre na passagem de ano.

Algumas matérias aproveitavam para ressaltar os protestos, caracterizar os pontos de vista dos iporanguenses e realçar o bombardeio dos discursos opostos:

> **"A ala de oposição à administração municipal carrega toda a culpa nas costas do prefeito, que permitiu que a SABESP realizasse um serviço incompleto e contrário aos interesses da população, poluindo o Iporanga, um rio até então límpido. Os situacionistas poupam o prefeito das críticas e dirigem suas baterias contra a SABESP, que iniciou o serviço em Iporanga, instalou a rede coletora em um terço da cidade, danificou as ruas, poluiu o rio e em seguida foi embora, para realizar obras em outros municípios vizinhos." (COELHO, OESP, 08 fev. 1981)**

Os artigos destacavam também que o abandono causou aumento da descrença da população, quanto às vantagens propaladas pelos signatários do tombamento, que cansada de esperar decidiu recuperar suas casas, mesmo sem

autorização do CONDEPHAAT. Em uma das notícias, da FSP, foram destacados alguns casos de moradores que tiveram que tomar a iniciativa, um dos entrevistados:

> **"[...] que pertence ao grupo que sempre apoiou o tombamento [...] dono de um bar que desabou parcialmente há pouco tempo, reformou seu imóvel, dizendo-se cansado de aguardar a orientação do CONDEPHAAT e perguntando 'quem vai se sentir bem, morando numa armadilha?' " (WIDMAN & COSTA, FSP, 13 jul. 1981)**

Outro aspecto citado nas matérias é de que a frustração se dá por não terem sido cumpridas as promessas históricas, como o asfaltamento da estrada Iporanga-Apiaí, e mesmo coisas mais simples, com recurso já previsto, não foram efetivadas.

> **"Até mesmo a antiga Biblioteca Municipal, que seria recuperada com prioridade para abrigar um museu histórico, continua abandonada e, para não ruir, está precariamente escorada com ripas de madeira." (FT, 13 jul. 1981)**

Aliás, mesmo a verba prometida durante a fase de efetivação do ato de tombamento e notificada no DOE (resolução nº19) não havia sido utilizada, apesar de liberada desde julho de 1979, por ficar presa nos entravados trâmites do CONDEPHAAT. Nem se sabe ao certo se toda essa verba foi utilizada como havia sido proposto, ou onde foi parar.

Um dos aspectos que justifica o afastamento do CONDEPHAAT aparece numa matéria publicada em 24 maio 1981, na Folha de São Paulo, na qual o título ostentava uma resposta para a situação, **"No CONDEPHAAT demissão de técnicos agrava crise"**. Nessa notícia, de página inteira, o Jornalista Paulo Valle busca informações sobre a crise naquele órgão de preservação, sendo que os dados obtidos e os argumentos apresentados pelos entrevistados forneceram elementos para verificar a fragilidade da atuação do Órgão, por conta de suas amarrações com a política do Estado, ou melhor dizendo, com a "politicagem" do Estado.

O tema: **"Tombamento de Iporanga"** praticamente some do noticiário dos jornais, a partir de 1981, e o que é pior, das prioridades do próprio CONDEPHAAT, que após a retirada de Clayton Lino da mediação do processo, não realizou mais nenhuma ação significativa em Iporanga.

8.9 *CENA 9*: CAI A TORRE DA IGREJA; CONTINUAM DÚVIDAS E CONFLITOS (jun. 1983-início de 1987)

Após um longo hiato de tempo, já no período de gestão democrática (Governo Montoro), a questão do patrimônio arquitetônico de Iporanga ressurgiu à tona devido ao desabamento da torre da igreja, em 12 jun. 1983, levando parte da Igreja da Matriz junto. Esse foi um fato muito triste para o povo religioso de Iporanga e para os mais aficionados ao patrimônio histórico-cultural da localidade, visto ser a Igreja o elemento mais representativo do acervo cultural da cidade.

A torre da Igreja de Iporanga representava um símbolo de resistência da cultura, da história dos valores iporanguenses. Com ela desabou parte da esperança de ser possível a preservação desse patrimônio histórico. Restou uma imagem desoladora, vista com muito pesar pelos olhos incrédulos dos moradores locais.

A notícia do dia 14 jun. 1983, publicada na Folha de São Paulo, mostrava que as chuvas ininterruptas desde 25 de maio, aliás causadora de uma das maiores enchentes até então, propiciaram a infiltração da água pela torre, que aparentemente se apresentava em boas condições.

O prefeito da cidade, na época José Carlos Barbosa (PDS), informava nessa matéria que já havia solicitado ajuda ao CONDEPHAAT, entretanto, os técnicos do CONDEPHAAT rebatiam afirmando que não haviam recebido nenhum comunicado a respeito do desabamento, mas que, após fazerem uma chuva de lamentações, afirmavam que tentariam atender o pedido **"dentro dos pobres recursos do CONDEPHAAT"** e realizar um levantamento da situação.

Para Clayton Lino, ex-técnico do CONDEPHAAT, a questão era mais complexa e na matéria desabafava as mágoas do passado:

> **"[...] a chuva foi apenas a gota d'água. Quem derrubou efetivamente a igreja foram o desinteresse e incompetência dos homens, em especial do CONDEPHAAT" (FSP, 14 jun. 1983)**

Lino nessa época estava voltando a atuar profissionalmente no Vale do Ribeira, agora como técnico da SUDELPA. Seu primeiro trabalho na região foi exatamente acompanhar a situação da Igreja de Iporanga, para isso realizou vistorias mensais no período de junho à setembro de 1983.

No relato da ***primeira vistoria***, datado de 15 jun. 1983, observa-se que a atividade foi realizada com grande dificuldade, em virtude do isolamento da cidade devido a ocorrência de enormes quedas de barreira nas estradas de acesso ao município. Ao mesmo tempo destacava a importância desse imóvel:

> **"Pelo valor histórico, pelo documento que representa das técnicas e sistemas construtivos e pela importância desta construção no conjunto arquitetônico do núcleo histórico de Iporanga, assim como pelo valor espiritual e afetivo que representa para a população local, a Igreja, hoje em ruínas, deve ser restaurada com urgência." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983-II: 69)**

O arquiteto Clayton Lino informava no relatório aspectos da situação, mostrando que, desde o dia 07 jun. 1983, teriam aparecido rachaduras pronunciadas entre a nave principal e a torre, apesar disso, Lino afirmava que não tinha notícias de que os fatos haviam sido notificados ao CONDEPHAAT. A torre se dividiu em 3 porções, sendo que duas atingiram a cobertura das naves principal e lateral e a terceira:

> **"Desabou sobre a rua e atingiu uma casa em cujo cômodo frontal funcionava uma quitanda de frutas e verduras. Atingiu também a rede elétrica, provocando descargas seguidas pelo 'black out' geral da Cidade. Apesar da amplitude do desabamento não houve feridos..." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983-II: 71)**

Ainda no dia 15 jun. 1983, Lino conseguiu, por telefone, autorização do presidente do CONDEPHAAT para remoção do entulho da praça da Matriz, retirado com atenção especial para aproveitamento máximo dos tijolos e separação do madeiramento deteriorado para análise. Todos os cuidados foram tomados para guardar os sinos, imagens e paramentos da Igreja. No seu relatório, Lino apresentava uma série de medidas emergenciais, entre elas a articulação das ações em conjunto com o CONDEPHAAT e a Prefeitura Municipal, solicitava imediata aprovação do CONDEPHAAT para restauração dos imóveis afetados e contratação de mão-de-obra local para o andamento dos trabalhos.

Entre as ações de curto prazo, Clayton Lino indicava a manutenção do estado original do imóvel; início imediato das obras com prazo final estipulado para 20 dez. 1983, em virtude das festividades do final de ano; montagem de um pequeno escritório para administração da obra. Listava também as ações de cada entidade, o CONDEPHAAT deveria indicar um arquiteto para acompanhar as obras e liberar

verbas para aquisição de material; a SUDELPA forneceria veículos, maquinário e contrataria mão-de-obra local; a Prefeitura e a Igreja participariam com recursos humanos e financeiros disponíveis.

O relatório da ***segunda vistoria***, realizado em 05 jul. 1983 já mostrava uma série de providências encaminhadas. Lino havia sido designado pela SUDELPA para coordenar o conjunto de medidas para restauração da igreja e o engenheiro do Escritório Regional de Apiaí para o acompanhamento das obras, foram contratados pedreiros, serventes, carpinteiros gerando empregos para a população local.

O CONDEPHAAT aprovou uma verba, com liberação imediata, de Cr$ 4.000.000,00 para aplicação na fase inicial da obra, enviou dois arquitetos para supervisionar as obras e fornecer subsídios para os trabalhos. Além disso, Lino realizou reunião no dia 01 jul. 1983 com o Presidente do CONDEPHAAT, na época o Dr. Antonio Augusto Arantes, que ratificou o seu interesse de realizar os trabalhos em conjunto, ao mesmo tempo que:

> **"[...] manifestou-se preocupado com a conservação dos demais imóveis do núcleo histórico de Iporanga, igualmente tombados e sugeriu que a atuação dos órgãos se ampliasse nesse sentido com a criação inclusive de um fundo pela preservação daquela área tombada" (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983-II: 85)**

Na ocasião aproveitou-se para definir o partido arquitetônico a ser adotado na restauração do imóvel, realizar o cálculo de materiais e o respectivo orçamento. Solicitou-se apoio da indústria Camargo Côrrea, instalada em Apiaí, a fim de diminuir custos. Além disso, Lino sugeriu o acompanhamento de uma produtora de filmes para a realização de documentários sobre o tema.

Em Iporanga várias ações já estavam em andamento: contratação de mão-de-obra, levantamentos prévios, material para montar o madeiramento dos andaimes e das partes atingidas. Da parte da Igreja, o vigário local informava sobre alguns pedreiros voluntários para o trabalho e da criação de uma comissão de moradores que iria realizar uma campanha para arrecadação de fundos (livro de ouro, quermesse e outras atividades sociais e busca de voluntários para a obra).

No dia 09 jul. 1983, o jornal "A Tribuna do Ribeira" demonstrava o andamento dos trabalhos na matéria **"Igreja de Iporanga em recuperação"**, mostrando a

existência de articulações entre CONDEPHAAT, SUDELPA e a Prefeitura. O artigo destacava a participação da comunidade na organização de um fundo de reconstrução e que, apesar da população local ter reivindicado, os técnicos do CONDEPHAAT não permaneceram no local. O jornal aproveitava para mostrar o discurso do novo Presidente do CONDEPHAAT, destacando suas promessas :

> **"[...] o órgão não será mais uma entidade fantasma. Ele está estudando todas as formas para reformulação dos objetivos do Conselho e confessa que não adianta o simples tombamento de um patrimônio histórico, se não há uma preservação. Para que isso aconteça, está providenciando uma linha de crédito especial junto ao BNH e Secretária do Patrimônio Histórico [SPHAN] para que financiamentos sejam conseguidos com o objetivo de restaurações." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 09 jul. 1983)**

No relatório da ***terceira vistoria***, datado de 24 jul. 1983, Lino indicava que:

> **"A principal razão da vistoria foi a necessidade de dados complementares para o detalhamento do projeto de fundações e reconstrução da torre." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983-II: 92)**

E mostrava que a Igreja estava preparada para o início efetivo das obras, após os cuidados preliminares, levantamentos de dados para a reconstrução, levantamento fotográfico, indicação dos locais onde seriam obtidos ou comprados os materiais, montagem da equipe de trabalho. Lino informava, também, sobre os contatos travados com:

> **"[...] restauradores de São Paulo que se prontificaram a realizar gratuitamente, em Iporanga, a restauração da imagem de Nossa Senhora do Livramento, [...] parcialmente danificada" (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983-II: 94)**

No início de setembro, Lino realizou mais uma vistoria e produziu o relatório da ***quarta vistoria***, no qual apontava para o início das obras, com a construção da torre do cunhal esquerdo da fachada principal e que o material básico para essa fase da restauração já havia sido adquirido. Do lado da população a campanha de arrecadação de recursos ainda estava restrita, em virtude das dificuldades financeiras da comunidade local.

Até então, tudo parecia estar bem encaminhado, que havia um entendimento entre os órgãos envolvidos, mas o que constatei em entrevista com Clayton Lino é que o acordo tinha ficado só no verbal, ele explica:

> ***"Foi um ano, até que descobriram que não tinha convênio da SUDELPA com o CONDEPHAAT e que sem o convênio não podia ter trabalho. Aí, pararam o trabalho***

> ***humano pra fazer o tal convênio, que não saia nunca. E nisso ficou um ano parada a obra."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Os trabalhos ficaram paralisados até 1984 quando é preparada uma **MINUTA DE CONVÊNIO**, de amplitude maior que o problema da Igreja, aparentemente uma proposta para resolver a situação geral da cidade, cujos termos eram os seguintes:

> **"[...]** ***termo de convênio que entre si celebram o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Estado da Cultura e a SUDELPA, autarquia estadual vinculada administrativamente à Secretaria do Interior, objetivando a criação de um banco de materiais com vistas a se recuperar o núcleo urbano tombado do município de Iporanga."*** **(Minuta do Convênio CONDEPHAAT-SUDELPA, 1984)**

Em novembro de 1984, é elaborada uma **"Proposta para o Núcleo Urbano de Iporanga"**, preparada pelo convênio CONDEPHAAT-SUDELPA, mas o processo emperra por falta de recursos. Nesse período Clayton Lino, que já estava envolvido, paralelamente, com a implantação do PETAR, acaba voltando toda sua atenção para esse fim, a partir daí a situação da Igreja prolongou sem solução.

Foram feitas algumas tentativas de obtenção de recursos do Fundo Nacional Pró-Memória do MEC, por meio do seu programa de trabalho para o período 1985/1986, visando ações de conservação e restauração de bens culturais. Também tentou-se um convênio entre o CONDEPHAAT, a SUDELPA e o SPHAN, mas ao que parece nada foi concretizado, pelo menos até o primeiro semestre de 1986.

Assim, notícias de jornais regionais, publicadas entre julho e agosto de 1986, mostravam o protesto da população de Iporanga:

- **"Iporanga: Quem reerguerá a Torre da Igreja?" (A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 16 jul. 1986)**
- **"Iporanga protesta contra CONDEPHAAT" (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 26 jul. 1986)**
- **"Iporanga reage" (A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 08 ago. 1986)**

A chamada principal das matérias era para a indignação da população e seu protesto pela espera de uma solução ao problema, desde junho de 1983. Os dois últimos artigos destacavam a passeata realizada, em 26 jul. 1986, durante a festa da Padroeira, Sant'Anna, liderada por um grupo de jovens católicos, contra o abandono da Igreja e pelo descaso do CONDEPHAAT. As faixas, cartazes e palavras de ordens protestavam: ***"Povo que luta, cansado de mentira, cansado de sofrer, cansado de***

esperar, proclama redenção"; "Essa, essa, essa, CONDEPHAAT é só promessa"; "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos ver em pé nossa Igreja que caiu"

A crítica era também extensiva aos políticos locais, que tentavam, sem sucesso, contornar os questionamentos:

> **"[...] pois nada fazem para que o CONDEPHAAT, a SUDELPA e tantas Secretarias de Estado cumpram o que prometeram desde o tombamento." (A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 08 ago. 1986)**

Durante aquele evento de final de ano estava sendo preparado um abaixo-assinado para ser enviado ao CONDEPHAAT, os jovens que lideravam o protesto chamavam a população para exigir respostas daquele órgão estadual.

> **"[...] exigir que o CONDEPHAAT instale mesmo o seu escritório regional em Iporanga e que o tratamento de esgoto de nossa cidade seja urgentemente efetivado, além de pedir que a SUDELPA e o CONDEPHAAT deixem de empurra-empurra das desculpas e cumpram os compromissos assumidos." (A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 08 ago. 1986)**

O fato se agravou tanto, que a imediata resolução do problema foi sugerida em duas deliberações do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), a del. nº. 80 (25 jul. 1986) e a del. nº. 112 (05 set. 1986), nas quais foi recomendada a agilização das obras de restauração da Igreja da Matriz de Iporanga, viabilizando a sua conclusão nesse mesmo ano, antes do término daquela gestão do governo estadual.

A situação da Igreja finalmente é resolvida entre o final de 1986 e início de 1987, entretanto, a questão do tombamento, das ações do CONDEPHAAT, caíram no esquecimento, ou, algumas vezes, apenas na amarga lembrança.

Assim termina a trajetória desse enfoque, **"sem pé, nem cabeça"**, parecendo uma daquelas novelas que termina no início, com uma tremenda interrogação, um fim confuso, talvez até poderia se dizer que não terminou, ficou lá, espectador boquiaberto; cansado de tanto baterem na mesma tecla e não dar em nada.

Por outro lado não se poderia afirmar que o final teria sido trágico para os protagonistas, mas que restaram lições a serem decifradas, por certo; além da constatação de que a educação não é feita só de acertos, mas, muitas vezes, é uma decorrência da compreensão real das limitações e da difícil aprendizagem de se escalar os obstáculos e os erros deparados.

CAPÍTULO IX

LIÇÕES E COMPREENSÕES DA PEDAGOGIA DO TOMBAMENTO DE IPORANGA

> **"[...] o conflito deve ser considerado não apenas como ingrediente normal da cultura, mais ainda como instância geradora, força motriz."** (Ulpiano T. Bezerra de MENESES, 1996)

Um balanço geral das ações que foram propostas no Plano de Emergência do Tombamento, de 1979, nos mostrou que nem 50% do prometido, foi efetivamente cumprido. Entre as atividades concluídas estão a ***rede de esgotos***, apesar de todos os problemas citados; a ***ampliação da escola***; a ***restauração do prédio da biblioteca*** e a ***construção de casas populares***, pois, existiam interesses por trás.

Algumas ações deixaram muito a desejar, pelo que foi constatado nas cenas dessa novela, entre elas: a ***conscientização dos moradores***, pois, se havia alguém consciente, com certeza ficou muito frustrado com os resultados; o ***convênio para a atuação conjunta entre o CONDEPHAAT e a SUDELPA,*** ficou só na intenção, na papelada, já que não conseguiram administrar suas sobreposições de funções e vencer a barreira da falta de articulação intersecretarias; e a ***revitalização da cidade***, que só não ficou parada, por algumas ações pontuais de Clayton Lino, de outros agentes externos e de algumas entidades de ação social.

Entre as propostas que nem chegaram a ser iniciadas, nas quais estavam as maiores reivindicações e anseios dos iporanguenses, devem ser destacadas: a ***pavimentação da estrada Iporanga-Apiaí***, que até 1999 ainda era de terra; a ***instalação do escritório regional do CONDEPHAAT***, acontecendo justamente o contrário, já que houve um desaparecimento por completo do CONDEPHAAT do município. Outra ação esperada e não realizada foi a implantação de um ***balneário no Rio Iporanga***, que ficou só na vontade ou nos projetos, esperando possibilidade de apoio do Fomento de Urbanização e Melhorias das Estâncias Turísticas de São Paulo (FUMEST), órgão ligado à Secretaria de Esportes e Turismo.

Assim, como que profetizado, todo o previsto, repugnado ou contestado, acabou acontecendo, casas caíram, houve descaracterização do patrimônio, proprietários tiveram dificuldades para resolver seus problemas, ausência do CONDEPHAAT, entre outros.

Parece haver um movimento cíclico na situação de Iporanga, refletida nos discursos da população iporanguense, nas promessas do Estado e mesmo nas matérias publicadas na imprensa.

Um leitor desavisado, para esse fenômeno cíclico, poderia ter uma impressão parcial da situação iporanguense, não perceberia ou não entenderia os momentos de altos e baixos, momentos de opulência divulgada e de pleno marasmo e abandono, com a divulgação das potencialidades intercaladas pelas críticas ao descaso das autoridades. Sobre esse aspectos Lino, assim se expressou: ***"vive-se um ciclo vicioso de pobreza e desorganização"***. (CLAYTON, 39, depoimento, 21 jan. 1992.)

Entrevistas que realizei, no início dos anos 90, entre atores sociais com idades variando entre 24-79 anos, que vivenciaram esse enredo, ou que foram estimulados pelo imaginário coletivo, nos mostraram a gênese da descrença, mesmo para os mais crédulos defensores da preservação do patrimônio histórico de Iporanga.

As concepções e correntes, mesmo as mais divergentes, apontaram como problemas decorrentes do processo de tombamento: falta de recursos, rotatividade nas ações e falta de uma política adequada para a condução o tombamento.

Além disso, essa condução simplista e frágil, até o ato de tombamento, o desaparecimento do CONDEPHAAT, pós-tombamento, e as mudanças constantes de presidentes e conselheiros do órgão, a cada dois anos, proporcionaram, a partir de 1983, uma grande dificuldade em focalizar as prioridades de atuação, ou óticas muito diferenciadas, que levaram à uma política de atuação descontínua, e isso foi a gota d'água para quem acreditava no tombamento.

Apesar de iniciar o balanço com um quadro "tenebroso", percebeu-se que a idéia do tombamento estava presente nos discursos dos iporanguenses, mesmo na concepção de moradores sem estudos, como a Nhá Ernesta, que na época da entrevista tinha 79 anos e morava sozinha na cidade. Ela tinha a seguinte opinião:

> ***"*[...] *tombamento?, muito bem, serve prá quando qué a conservação do local e limpeza, deve ser refeito do mesmo jeito que era antes. Deve zelar do mesmo modelo, porque as pessoa derrubam as casa e fazem do jeito que elas qué* [...]*"*** **(ERNESTA, 79, depoimento, 27 nov. 1989)**

O que se percebe é que o tombamento virou lenda, mitificou-se entre os iporanguenses, sendo outras vezes lembrado com ironia ou até chacota. Um rapaz que vivia da exploração do palmito, mas que tinha vontade de mudar de ramo, interessado no turismo, iniciava o assunto em tom de brincadeira:

> ***"O tombamento fez com que as casa todas tombasse, né, as casa antiga de Iporanga, então elas tombaro tudo*** [risos]***, foi um verdadeiro tombamento"*** **(ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

E ele fez uma constatação que perpassa por todos os depoimentos realizados:

> **"[...]** ***o que que o tombamento fez pra Iporanga... não fez nada... não ajudô nada, só atrapalhô."*** **(ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

Alguns aspectos estavam presentes nas entrevistas e merecem ser destacados: a questão da rede de esgoto, o desabamento da igreja, a participação de Clayton Lino no processo e a política de atuação do CONDEPHAAT.

Um vereador, cuja família é bastante interessada com a história da cidade e apoiaram o processo de tombamento, estava revoltado, e na entrevista desabafou:

> **"[...]** ***brigamos pra consegui o tombamento e... o tombamento só trouxe pra Iporanga o pior*** **[...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Esse tradicional político iporanguense descarregava a culpa da situação na atuação dos órgãos públicos, ou de seus agentes:

> **"[...]** ***um das coisas usadas pelo governo da época... ofereceu a SABESP, instalações de água e esgoto de Iporanga, pra população concordá com o tombamento, certo, até então, a entrada da cidade, ali onde, onde você vê o cruzamento do rio, uma hora dessas a gente tava nadando lá... toda a cidade tava nadando, se divertindo... que era uma água límpida... hoje a SABESP conseguiu contaminá tanto o rio Ribeira de Iguape, como o ribeirão de Iporanga, certo, isso nós agradecemos, à equipe que brigou pelo tombamento de Iporanga, que na época, já era comandada pelo então famoso doutor Clayton Lino, que é um cidadão... que o iporanguero já nasce tomando bronca dele, né*****! [...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

A implantação da rede de esgoto surgiu claramente como barganha política nas falas dos entrevistados:

> **"[...]** ***o governo mandou... dois caminhões de manilhas, né, pra fazê rede de esgotos na cidade... com aquela política toda... prometendo mundos e fundos, dizendo que ia ajudá e tal*** **[...]" (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

> **"[...] *a SABESP veio aqui, rasgô a cidade, virô o calçamento da cidade, não refez outra vez, bagunçô todo o coreto e jogô os esgotos nos nossos rios, certo, contaminando tudo* [...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

> **"[...] *inclusive na época o prefeito recebeu um punhado de tubo e cano, certo, prá participá* [**risos**]*, certo, do negócio do tombamento, ia se fazê o tratamento de esgoto, ia se fazê tudo que fosse preciso na cidade, caso a cidade concordasse com o tombamento, né, só que foi feito tudo pelas metade, os esgoto taí nos rios, né, como já tava, né, só que antes era menos, que muita gente tinha fossa* [...] *hoje em dia tá tudo no rio* [...] *era menos pernilongo* [...]" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Em relação a problemática da queda da Igreja, a visão é mais dramática, dada a religiosidade local e a importância histórica e cultural da Igreja da Matriz para a vida iporanguense. Um jovem artesão destacava a queda da igreja como um fato decepcionante, o qual narrou com detalhes:

> ***"Foi feito o tombamento, tal, ninguém mexe mais, aí passô 3 anos, 4 anos, entupiu todas as calhas da igreja... e um belo dia a igreja veio abaixo, uma igreja que tinha uma história* [...] *Foi uma cena de você saí caminhano, depois de tê havido* [...] *uma batalha* [...] *Um exército estraçalhô uma cidade, ai você sai, você vai* [...] *nos escombros e você vê a família das vítimas, todas chorando em cima dos corpos* [...]. *Quando essa igreja caiu foi assim, cê via gente chorando por todo lado. Eu chorei, chorei, porque as pessoas adoravam aquilo ali, puxa, caiu tudo. Quantas histórias* [...]" (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Outros entrevistados faziam correlações da queda da igreja com a atuação dos órgãos estaduais:

> **"[...] *a igreja de Iporanga caiu... em 1983 parece* [...] *ficô 4 anos, Iporanga batendo, batendo, batendo a mesma tecla pra reconstrução da igreja e o 'Meio Ambiente' não fazia nada, nada, nada, nada, o que, quem fez alguma coisa foi a SUDELPA, se não fosse a SUDELPA, a, a igreja não seria reconstruída, a igreja tava até agora caída lá... que é a maior riqueza de Iporanga* [...]*" (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

Outro aspecto sobre o assunto é fornecido pelo vereador iporanguense

> ***"O CONDEPHAAT veio aqui uma vez ou duas, quando caiu a igreja, mas nada fez pra construí, também* [...] *a gente discutia com eles, porque a gente achava qui... eles tavam preenchendo vagas de emprego... altos funcionários, vinha 4, 5 engenheiros*** [arquitetos]**... *num grupo só, chegava aqui, ficava tirando fotografia e tal, e num faziam nada, e a igreja caída* [...] *a igreja só saiu porque a SUDELPA assumiu e as prefeituras vizinhas, participaram de alguma maneira."* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

A atuação do Clayton Lino, marcada pela frustração e pelo fiasco que foi o processo de tombamento, surgiu muitas vezes como expressão dos motivos do fracasso, do abandono ou como discórdias pessoais:

> **"[...] *daí o seu Clayton Lino daquela época, afastô um pouco de Iporanga... e voltô novamente, quando se começou a falá mais seriamente do 'Meio Ambiente'* [...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Todos esses canhões voltados para o arquiteto, ex-técnico do CONDEPHAAT, mostram a busca de um culpado para a situação, um **"bode espiatório".** O próprio Clayton Lino percebe as críticas, mas mostra o "fogo cruzado":

> **"[...] *saiu o tombamento de Iporanga, e foi um guerra, certo! E... porque lá em Iporanga eu ficava como representante do Estado, de um órgão deficiente, certo!! que fazia... falava que ia fazê as coisas e não fazia... mas fiquei* [...] *com a faca dos dois lados, porque pra Iporanga eu significava o CONDEPHAAT, certo!? E pro CONDEPHAAT eu significava apenas a pressão do povo de Iporanga. Então, foi muito difícil eu seguí esse processo, tava uma resistência enorme* [...]" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

As questões da política de atuação do CONDEPHAAT se destacaram nas falas dos entrevistados, apontando uma das grandes lições do processo: a forma como foi conduzido o processo não foi adequado!

O vereador entrevistado demonstrou sua compreensão do tombamento, sua participação ativa para conseguí-lo e as relações do tombamento com a questão do turismo, de acordo com o discurso político que se apresentava na época:

> **"[...] *porque com o tombamento, o turismo ia invadí a cidade, aquela coisa toda, né, então o prefeito de Iporanga inclusive foi pressionado, pela população, porque ele sabia que alguma coisa tava errada, que não tava acreditano, e... mas já foi pressionado por uma grande parte da população, inclusive eu, eu, eu lutei... a favor do seu Clayton e daquelas pessoas, porque eu imaginava, que de fato, era um caminho pra nós, o turismo, porque quem conhece Iporanga sabe que tem alguma coisa de bonito... muita coisa de bonito* [...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

A responsável pelo cartório da cidade, cujo pai liderou o movimento contrário ao tombamento, mostrou aspectos de como foi a resistência. Em um levantamento, organizado pelo pai dela, foram feitas fotos em algumas cidades que tiveram seus imóveis tombados, tais como: Iguape e Cananéia. Os contrários ao tombamento usavam as fotos, relativas às casas deterioradas, que nem estavam na área tombada, como forma de pressão para a mudança de opinião dos moradores:

> **"[...] *foi lá, tirô fotos, mostrava pro pessoal, ó, essa é uma cidade tombada, ó, como que fica, o governo não toma providência, entende, vocês vão si lascá. Foi feito um trabalho memo, e todo mundo ficô contra, certo, quem tava mais ou menos, acabô ficando contra* [...]" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

As pressões políticas eram de toda ordem, o governo usava de tudo para conseguir o tombamento, mostrando a importância histórica daquele remanescente do arraial de mineração ou simplesmente a força do poder político. Conseguiram mudar a opinião do prefeito, do padre, agentes que tinha ascensão sobre os moradores, mas, o oficial do cartório, líder do movimento contrário e pai da entrevistada, continuou irredutível, mesmo após tentativas de suborno:

> ***"*[...] *houve realmente aquela pressão política, né* [...] *e tentaram com o pai também, certo, inclusive perguntá, certo, na época, isso aí não é segredo não, né, na época o Maluf mandô perguntá o que que o pai queria pra pará de brigá, certo, mandô um intermediário dele perguntá. 'Num quero nada, eu só quero que essa porcaria não seje tombada, quem gosta vai conservá o que tem, quem não gosta tem o direito de fazê o que qu'é certo'. A idéia do pai era essa e todo mundo acompanhava, eu acompanhava também, e nisso a raiva pelo Clayton, tal, que tava envolvido, foi crescendo* [...]" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Essa entrevistada continua sua análise do tombamento mostrando como foram pressionados os outros políticos influentes da cidade:

> **"[...] *a vice-prefeita, foi posto o nome do marido dela na escola, foi tipo uma troca, sabe, vendero a luta por alguma coisa* [...]" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Sônia continua sua fala considerando que essas atitudes revoltaram a população local, isso foi uma atitude que acirrou os ânimos e acabou levando a uma contra-educação:

> **"[...] *isso revoltô muito as pessoas, entende, tipo assim, tombô mais nóis num quisemo* [**risos**]*, nóis num queremo e num vamo respeitá. E foi isso que hoje em dia tem tantas casas aí... descaracterizada, sabe, mudada. E realmente até gente que num tava a fim de mudá, acabô fazendo por revolta, sabe, por acreditá que depois não ia conseguí mais, sabe!, não ia sê dono mais do que tivesse."* (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

O mesmo fato é reforçado por outro iporanguense entrevistado:

> **"[...] *hoje o pessoal derruba as casa, constrói, ninguém fala nada... ninguém liga... mesmo nas áreas tombadas, né, nas ruas tombadas, eles faiz e desfaiz do jeito que eles querem... e num tá sendo preservado nada em Iporanga... as casas antiga... tão se acabando* [...]" (ANTONIO C., 30, depoimento, 30 jan. 1990)**

Ele relembra das muitas promessas, como conseqüência do tombamento:

> **"[...] *eles prometero um monte de coisa, preservação das casa na época, eles falaro que ia ajudá a preservá as casas das pessoas que num tivesse condições financêra pra, é... levantá a casa, prá reformá...* E *a gente sabia já que a reforma duma casa velha fica mais cara que a construção d'uma nova e pra mantê uma casa, num modelo antigo é preciso tê dinheiro... então, eles prometero ajudá* [...] *eles iriam fazê* [...], *por***

conta deles a reforma... Só que nada disso foi feito **[...]" (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

Esse mesmo morador confirmou, na entrevista, que houve um total afastamento do CONDEPHAAT da problemática de Iporanga:

"[...] ***o CONDEPHAAT não tá nem aí com Iporanga... o CONDEPHAAT, ele, nem sei quanto tempo faiz... nem me lembro a última veiz que eles tiveram aqui... mais, eu acho que faiz bastante tempo que eles num vem... e... dentro da cidade, mesmo ali, na beira da praça, quase na frente da igreja, foi dirrubado uma casa antiga e já levantaro uma outra de concreto no lugar, a casa já tá quase pronta e o CONDEPHAAT não viu Então, tá nesse pé*** **[...]" (ANTONIO C., 30, depoimento, 30 jan. 1990)**

Casas caindo, outras escoradas com madeiras, fachadas transformadas, essa era a imagem que observei no período do trabalho de campo (1989-92). Alguns imóveis estão **"preservados",** mais por respeito em relação à identidade do imóvel ou por falta de recursos para fazer qualquer tipo de reforma, do que por uma compreensão plena do significado da preservação desse importante conjunto arquitetônico.

A visão de um jovem artesão entrevistado, que nasceu em Santo André, mas, cuja família é tradicional de Iporanga, se expressa entre a indignação da situação atual, sua concepção de como a população vê o tombamento e a crença de que o tombamento, feito de forma adequada, teria sido um bom negócio:

"[...] ***começô o problema que o CONDEPHAAT e todo mundo falava, porque vai vim verba, você vai preservá sua fachada, você vai reformá, você vai isso, isso tem que sê do mesmo jeito e tal. Hoje em dia você vê porta de ferro, que nem essa, que tem na minha rua*** **[...]** ***eu fiquei revoltado quando eu vi, tirá um batentão desse daqui, coisa mais bonita, né, uma bruta de uma história e colocá uma portona de ferro cheio de pontinha ali, de ferro, de vidro."*** **(NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Ele releva suas observações sobre as atitudes dos moradores, relacionando a sua visão com a visão da população local:

"[...] ***talvez eu veja isso pelo, pelo lado, né, qu'eu conheço, né, eu já sô um cara que gosta de arte, eu tenho contato com arte, com, com pessoas de fora, eu sei admirá uma coisa bonita e tal, pra eles isso é antiquado, é velho, se eles pudessem colocá concreto, derrubá Iporanga inteiro e fazê um monte de casa de bloco, com janela de ferro, pra eles isso seria muito interessante*** **[...]" (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

O jovem artesão demonstra que apesar de trazer uma visão de fora, ela é completada em Iporanga, toda a sua ***"bagagem cultural"*** ele considera ter adquirido na cidade de Iporanga. Ele considera que, as vezes, Iporanga é muito pequena para

suas vontades de cultura, de contato com as pessoas e com os lugares, mas se conforma com a calma, a rotina, a relação de amizade e união entre os moradores.

Nilton, que já tentou várias vezes a vida nas grandes metrópoles, põe na sua fala um tom otimista, que traz à tona um dos aspectos pedagógicos e a essência do que deveria ter sido o tombamento:

> **"[...]** ***esse conflito tá se acabando, as pessoas tão se unindo mais, certo, e... e, a cultura tá chegando, tem muita gente que na época do CONDEPHAAT falava, não, não pode acontecê. Hoje em dia já tem muita gente que pensa diferente, que já acha que já foi uma grande coisa, só que num foi bem feita, né, que teve pessoas que levaram muitos méritos com isso daí*** **[...]" (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Toda essa percepção da problemática, e mesmo das frustrações do "coito interrompido", que foi o processo de tombamento em Iporanga, perpassam as concepções do próprio Clayton Lino, que ficou com a imagem abalada na cidade, mesmo que ele não compartilhasse, em absoluto, dos encaminhamentos políticos da época do tombamento. Esse agente social ficou marcado pela má condução do processo, pelo CONDEPHAAT, e pela visão desfocada de uma parcela da população local.

Em alguns trechos de sua entrevista, ele demonstra sua visão para essas questões. Ele chama atenção para sua luta particular para dar um exemplo de restauração de um imóvel, cujos trabalhos duraram muito tempo. Ele reclama e comenta a situação como um dos ***"vínculos mal resolvidos em Iporanga"***:

> **"[...]** ***era uma casa que tinha caído um pedaço... e nessa briga pelo tombamento, eu falei; quero tê uma casa que esteja em más condições, mas que dê pra fazer uma restauração e mostrar que pode ser uma boa. E até hoje ainda não restaurei aquela casa, não por falta de tentativa, consegui por ela em pé, ela tá lá, mas eu quatro vezes tive que mandar os pedreiros imbora*** **[...]** ***Outra vez, a coisa tava deslanchando e teve a questão da Igreja de Iporanga e eu tava tocando a obra, e intão, pra que não saísse conversa de que estava usando o material ou o pessoal... Eu parei a obra e ficô... uma dificuldade. Intão vai fazendo aos pouquinhos, consegui comprar madeira para fazer as portas, mas isso é uma coisa, um ritmo muito, muito... muito difícil, né? A minha idéia é fazer uma coisa mais de utilidade pública, qué dizê, um centro de informação turística, um museu, qualquer coisa assim, lá na cidade"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Esse exemplo de trabalho, pretendia ter um caráter "pedagógico" e demonstrava a resistência de uma visão positiva para a restauração, a preservação do patrimônio histórico, e mesmo a questão do tombamento. Lino, como ator social

que se engendra na peça do tombamento, manteve a perseverança de acreditar naquela localidade aprazível e que ele possuía um profundo afeto e ligação.

Entretanto, sua visão da problemática é muito perspicaz e marcada pela reflexão. Ele procura mostrar as dificuldades e as tentativas para consolidar um exemplo de restauração, que tornaram, obviamente, um **"calcanhar de Aquiles"**, mas ele ultrapassa esse ponto frágil de forma honesta:

> **"[...]** ***não foi falta de tentativa i agora eu quero fazê, e vô restaurar e dar um uso também"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Esse arquiteto conseguiu o seu intento, foi restaurando aos poucos a casa a partir de vários materiais que foi conseguindo, móveis e utensílios antigos, coletados em seus trabalhos na região ou comprando de antiquários. Esses objetos que acabaram conferindo ao imóvel da Praça da Matriz o caráter de ***casa-museu***, pois tem quartos, que abrigam ele, seus amigos e familiares, mas que também constantemente recebe visitas as quais ele monitora com todo prazer, demonstrando que cada peça daquele museu *sui generis* tem história e uma utilidade real quando ele está em casa; além de um fantástico jardim que mantém com todo o cuidado, às margens do Rio Ribeira, que tem sobrevivido ou "ressuscitado" às várias enchentes do Ribeira. (FOTO 41 e 42)

A crítica de Clayton está presente em toda a entrevista, quanto ao posicionamento da população e sua relação com o tombamento é deixada clara:

> ***"Quem tem um pouquinho de perspectiva do potencial do núcleo histórico e do... futuro da cidade, quem incorporô isso, incorporô por si, e também quem não preza isso continua destruindo do mesmo jeito, certo?!"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Em sua fala, ele descreve, inclusive, que tem assistido à algumas mudanças de concepção, entre os moradores:

> ***"Recentemente teve até uma casa naquela mesma rua, ali completamente alterada, etc e tal, muita gente na cidade reclamô. Pela primeira vez eu vi isso, cheguei lá e muita gente veio me falá: ah, cê viu que não sei o quê, que absurdo que se fez, etc... Eu até estranhei, porque não fui eu que fui dizê pro pessoal*** **[...]** ***foi muita gente de lá que veio falar isso.*** **[...]** ***as mais variadas*** **[...]** ***"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Clayton Lino acha que a preservação do patrimônio histórico-cultural só se efetivará se a própria população iporanguense tiver claramente a idéia da

importância de proteger esse patrimônio; para que isso ocorra é preciso que a cidade queira conservar, independentemente de lei ou de pressão política.

O desfecho desse assunto, na entrevista com Clayton Lino, traz a crítica à atuação do CONDEPHAAT:

> ***"[...] naquela época eu acreditava efetivamente que o CONDEPHAAT podia fazê alguma coisa, que ele tinha algum mínimo de seriedade, etc., e que não demonstrou em relação às cidades históricas nesse tempo. Então, quando talvez a gente tiver um CONDEPHAAT sério, desse ponto de vista, em termos de atuação das coisas que tombô, etc... aquilo lá devia ser retomado."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev.1990)**

O processo acabou por destacar um certo caráter elitista, não propiciando momentos de plena participação da população, no máximo foi informativo, para não dizer impositivo.

Em relação à essa questão da participação no processo de tombamento, o professor Pompeu Figueiredo de Carvalho nos proporciona algumas reflexões, partindo do problema das concepções de preservação:

> **"Muitos adeptos da preservação do patrimônio histórico e artístico, leigos ou não, não apresentam uma argumentação clara e científica sobre o porquê do preservar [...] alguns vêem a questão da preservação como uma coisa relativa a idéia de museu. Mesmo na perspectiva de uma concepção moderna de museu vivo, esta visão é limitadora. O patrimônio histórico, mais do que um museu vivo, pode ajudar a construir um ambiente urbano vivo e contemporâneo. A idéia da preservação do patrimônio artístico muitas vezes é colocada dentro de uma perspectiva elitista e negligencia a 'contemporaneidade' do passado na construção do espaço para o presente." (CARVALHO, 1996:108)**

O tombamento, como expressão de questões culturais, nos leva à reflexões de como é construída a noção de **"usos e funções culturais"**, como nos chama a atenção Ulpiano T. B. de Meneses (1996), um dos artífices do tombamento de Iporanga:

> **"[...] nossa sociedade formulou conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais, que se projetam também num certo tipo específico de 'uso', restritivo e gerador de deformidades, ainda que apresentado como nobilitante, mas, na realidade, desqualificador de outros usos e funções [...]" (MENESES, 1996:88)**

Nesse artigo, Meneses nos remete a uma reflexão das raízes da relação entre cultura e conflito:

> **"[...] os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social. As seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação." (MENESES, 1996:92)**

Em outras palavras, ele destaca:

> **"[...] o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais." (MENESES, 1996:93)**

Percebeu-se que na pedagogia do tombamento, em suas relações sociais, que existiu todo um trabalho de contra-educação, de contracultura, de se tentar apagar da memória ou confundir o real significado do ato de tombamento, pois ficou preso na ridícula idéia do ***"tá vendo! Eu não te avisei que não ia dar em nada!"*** , da apologia da ruína, ou na visão da eterna espera paternal, própria do momento político que se vivia no país e com muito mais evidência no Vale do Ribeira.

Em relação a uma **"educação sobre o patrimônio histórico-cultural",** Maria da Glória Gohn (1992) faz, também, críticas quanto à condução dos processos de tombamento, fornecendo-nos justificativas para a situação iporanguense:

> **"Os anos 80 assistiram a uma onda de tombamentos, sem uma adequada política de gerenciamento desses bens para que não se deteriorassem. A morosidade dos processos de tombamento e a depreciação dos valores de imóveis particulares, por parte do poder público, contribuíram para a destruição de muitos casarões que eram memórias vivas de períodos de nossa história." (GOHN, 1992:62-63)**

Esse trabalho de GOHN (1992) mostra a trajetória histórica dos movimentos sociais e suas dimensões educativas.

> **"A educação ocupa lugar central na acepção coletiva de cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas." (GOHN, 1992:16)**

E essa dimensão ficou despercebida, ou no mínimo secundarizada, durante o processo de tombamento de Iporanga. O individualismo, a ausência de consciência para uma cidadania coletiva, a falta de articulação, a política paternalista, e muitas vezes corrupta, e as ações simplistas e frágeis do órgão de preservação provocaram um afastamento da compreensão do caráter educativo presente nos movimentos sociais daquela época.

GOHN destaca aspectos da dimensão da organização política dos movimentos sociais, demonstrando situações que poderiam ter rompido com a eterna luta dos

contrários, em Iporanga, e a base de sustentação para uma construção coletiva aproveitando o ideal do tombamento.

> **"A consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo. Este processo se dá espontaneamente e dele participam vários agentes [...]. A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se deve proceder para se obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público, etc. Este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recuos, possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas com técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos." (GOHN, 1992:17-18)**

Outro aspecto não assimilado no caso de Iporanga, tanto do lado da população quanto do órgão proponente do tombamento, é realçado por GOHN:

> **"As práticas reivindicatórias servem não apenas como indicadores das demandas e necessidades de mudanças, reorientando as políticas e os governantes em busca de legitimidade. As práticas reivindicatórias dos movimentos passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais. A pressão e a resistência têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Neste sentido, o caráter educativo é duplo: para o demandatário e para o agente governamental, controlador / gestor do bem demandado." (GOHN, 1992:52)**

Assim, o que extrai da pedagogia do tombamento é a necessidade da construção de uma consciência coletiva e da implementação do processo de planejamento participativo, a fim de que seja construído o futuro de Iporanga em torno de seus potenciais: turismo, artesanato e agricultura alternativa.

E o patrimônio histórico-cultural de Iporanga é um elemento extremamente fortalecedor desse potencial. Não se pode falar de Iporanga somente pelas cavernas ou a Mata Atlântica, é preciso vivenciar a sua história e sua cultura, para compreender seus potenciais, seus caminhos.

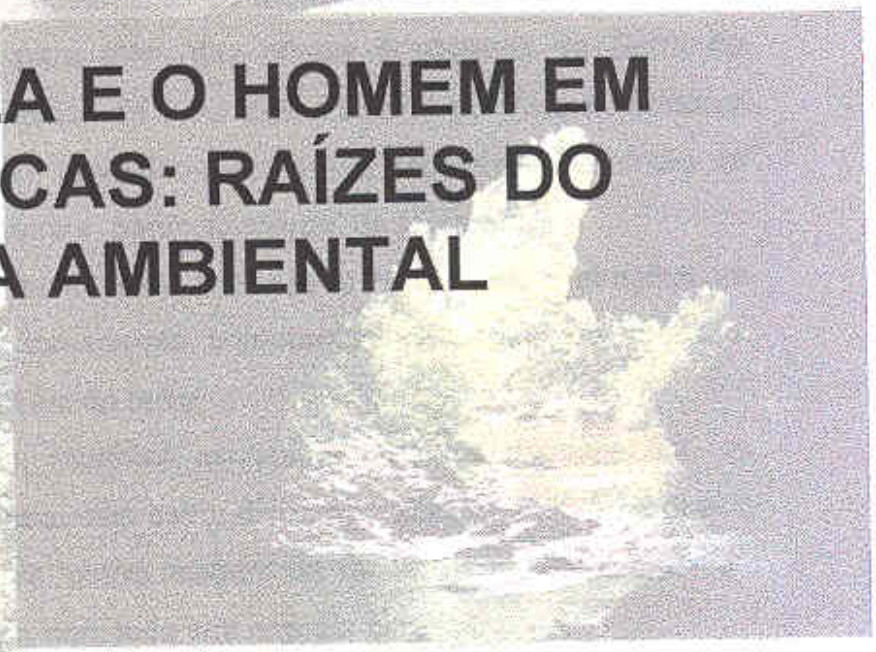
Isso demonstra que, do ponto de vista de um trabalho de preservação e educação ambiental, não se pode ver a natureza como algo estático e previamente definido, mas, algo em constante transformação, física ou filosófica, presente em todos os espaços de construção cultural da nossa vida em sociedade. Patrimônio natural e cultural em complementaridade. E isso é um aspecto que pretendo destacar.

Constituem um dos mais importantes conjuntos do mundo as grutas do Parque do Alto Ribeira

2º Enfoque:

A NATUREZA E O HOMEM EM SUAS BUSCAS: RAÍZES DO DILEMA AMBIENTAL





Cavernas do Petar atraem ecoturistas

Parque Estadual do Alto Ribeira tem a

CAPÍTULO X

"SOMOS NÓS OS MAIORES CONSERVADORES DA NATUREZA [...]"

> ***"o que eu sei é trabaiá, si me derem uma foice pra mim eu aceito mais bem, do qui me derem uma caneta..."*** (Dona Juventina, depoimento, 1990)

10.1- UMA ABERTURA AO TEMA

Como abrir um novo enfoque do trabalho, que dá o início às discussões da essência do meu tema de pesquisa, ação; e, ao mesmo tempo, demonstrar meus principais elos de ligação afetivo-científico com essa região do Alto Vale do Ribeira?

Quando percebo, deparo-me, novamente, no Morro da Coruja, mudo o foco e a direção, proponho uma viagem para além das cristas e abismos da Serra do Manduri, além do horizonte, em busca da linha demarcatória do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Identifico-o como um significativo exemplo da questão ambiental no Vale do Ribeira e, particularmente, de Iporanga.

O processo que envolve a história da natureza e suas interpenetrações na história da sociedade humana, fornece-me importantes elementos de reflexão. Surgem estalos, dúvidas, brilhos à luz do tema.

Volto às minhas anotações, organizo minhas leituras, os depoimentos, os documentos, o material da imprensa, mas estou disperso... divago. Flutuo tal qual o manso Ribeira, lento na aparência, como imagem de fundo, mas, com o vigor do grande volume de água escondido, com toda sua energia cinética.

Nesse momento me proponho a fazer algumas reflexões sobre uma certa visão disseminada em Iporanga: ***"Quem é dono da natureza?"***. Começo a tentar traçar um paralelo entre os discursos oficiais e os discursos da população, e também, buscar algum ponto de partida ao tema, relativo à questão da conservação do meio ambiente e essa dicotomia forjada, que sugere empecilho à sobrevivência humana.

Surge, então, como a luz que vem da "boca" da caverna, com toda clareza e expressividade, a fala de uma lavradora, agregada de um sítio na zona rural de

Iporanga, que exemplifica a riqueza das falas, expressadas pelos protagonistas iporanguenses.

Durante sua entrevista, realizada no antigo prédio da prefeitura, D. Juventina gesticulava, esbravejava e desabafava a sua indignação com a situação. Releio, agora, o material produzido. Nesse momento, ressurge, forte, o título do trabalho... **"O 'Meio Ambiente' Prejudicou a Gente...",** e, finalmente, me deparo com uma situação bem marcante para dar início ao texto do capítulo e introduzir o enfoque:

> **Entrevista realizada, em 05 nov. 1990, com D. Juventina (57 anos). (Os grifos de destaque são meus):**
>
> **AF: É... o quê qui aconteceu?**
>
> ***Juv:*** *Foi que... os florestar chegaro lá, aí quando...* **[AF- quando foi isso?]** *Foi na sexta feira, né!?... No sábado! Eles, eles falô pr'eu; pr'é... aqui é minha roça que eu rocei, que o meu marido é doentio, eu que tem... eu que roço... é, eu pranto, só não sei prantá de máquina, mas de saraquá vai também, né, Ali. Aí eu falei pr'eles, como é que eu faço, robá, eu num posso; comprá, eu num posso, meu marido é doentio, eu tenho uma filha pra tratá... Assim qu'eu falei pr'eles.*
>
> **AF: E o quê qui eles falaro?**
>
> ***Juv:*** *Aí eles falaro: hum... então, vamo fazê uma murta fraca pra sinhora. A sinhora sabe...sabe lê, is... iscrevê; eu falei: num sinhor, eu num sei nada! Num sabe nada, nem um poquinho? Nem o nome da sinhora; eu: nada, nada... num sei; o que eu sei é trabaiá, si me derem uma foice pra mim eu aceito mais bem, de qui mi derem uma caneta... assim qui eu falei pr'eles*
>
> **AF: E... pra quê a sinhora tinha desmatado lá?**
>
> ***Juv:*** *Eu dismatei pra mim memo, prantá... prantá arroiz* **[AF- pra quê qui a sinhora ia plantá arroiz]** *é... pra mim memo, prantá arroiz!* **[AF- pra... pra sinhora comer?!]** *É... pra mim comê, purque, eu... eu num posso comprá, né* **[AF- Não tem como comprá?]** *Num tenho com que comprá. Então, eu pego na foice, eu mando quarqui um lá, uma coisa pra mim, pego na foice e vô fazendo meu capãozinho. Arroiz e fejão eu num compro!*
>
> **AF: A sinhora sabia que não podia desmatá lá no lugar?**
>
> ***Juv:*** *Eu sabia! Eu sabia, mai pá nói nunca aconteceu nada, agora este ano qui aconteceu.*
>
> **AF: E... a sinhora, a sinhora sabe quanto que é a multa?**
>
> ***Juv:*** *Eu num sei não, qu'eu num cumpreendo nada...*
>
> **AF: Quanto é qui a sinhora ganhou de... quanto foi a multa que eles derum pra sinhora?**
>
> ***Juv:****- Pr'eu num sei! Num sei, e... eu... eu, nu meu vivê, pois agora qui Gervásio* [*vereador*] *tá, tá me decrarando aí. Q'eu num sei de nada, nada, quê... quê me decrararo nessa murta, viu... Purque eles só falaro assim pra mim: então a sinhora vai, segunda feira, intrega essa, esse paperzinho pru Dr. Jamil* [*assessor jurídico do prefeito*]*, ele resorve tudo pobrema pra sinhora* **[AF- É?!]** *É! Só assim qui eles falaro pra mim.*

AF: Eles aparece sempre lá, ou não?!

Juv: *Eles aparecem sempre, mais pá nóis nunca deu nada, agora este ano que ele foi fazê essa pra nói, pra mim, lá, né... Puis num passô lá, um dia, um bando lá; inda pararo, conversaro com o meu marido, o qui tá doen... qui tá doente, né. Aí, eu tava roçando, eu falei: pronto, vô pará! Até peguei a minha foice e joguei no mato, né. Mas, aí cumo eles num falaro nada, eles seguiro a viagem deles, eu prussegui a roçá outra veiz, né?*

AF: É! E... a sinhora conseguiu plantar ou não?

Juv*- Num tá queimado ainda, tá só roçado. Nói vai queimá agora quando fazê sol, né?!*

AF: E aí depois planta?!

Juv: *Aí dispois pranta!*

As anotações feitas na ficha de entrevista, indicavam que o contato com a lavradora foi realizado no momento em que ela estava procurando o assessor jurídico do prefeito, a fim de solicitar ajuda para pedir recurso quanto à multa que recebeu. Esse procedimento, conforme depoimento, foi recomendado pelos próprios guardas florestais, que a multaram em 62 BTNs, o que equivale a um pouco mais do que a metade do salário mínimo vigente na época. Na declaração da multa vinha justificado ***"por desmatar área correspondente a 0,04 hectares em mata natural sem a licença ambiental exigível."*** [67]

Resgatando a notícia de jornal, apresentada no início dessa parte do trabalho, percebe-se outros exemplos da problemática descrita. Um outro lavrador, que morava fora da área do parque, levou uma multa equivalente à NCz$178,60 [68], por desmatar 0,5 ha de uma área de capoeira.

Esse lavrador também procurou a prefeitura para recorrer da multa. A notícia destacava, ainda, que esse morador fez:

> **"[...] queixa na polícia de Iporanga por invasão de domicílio e agressão à sua mulher Benedita, pelos guardas florestais. Dona Laurinda [...], 78 anos, mãe de Joaquim, diz que seu nervos 'balançam' quando ouve falar da presença dos guardas. 'Da última vez eles não respeitaram nem meus cabelos brancos', diz ela indignada, 'me chamaram de velha mentirosa e sem-vergonha' ". (NESTLEHNER, JB, 23 abr. 1989)**

---

[67] 1 BTN (nov/90) = Cr$ 75,7837 / total da multa = Cr$ 4.698, 59 / salário-mínimo (nov/90)= Cr$ 8.329,55, o que significa que a multa foi equivalente a 56,4% do salário mínimo vigente, por desmatar uma área de 0,04 ha, correspondendo, de acordo com o auto de infração, "a 40 m^3 de lenha de mata natural"

[68] Salário-mínimo em abril de 1989 era igual à NCz$ 36,74

A jornalista apresenta outros casos polêmicos, de famílias tradicionais, que moram nas áreas abrangidas pelo Parque, que ela considera como sujeitos à uma tensão ainda maior. Esse trecho do artigo mostra que a linguagem do Estado, as nomenclaturas econômicas da Polícia Florestal são totalmente desconhecida para esses agricultores, um deles relatava, indignadamente, à repórter, que:

> **"[...] já perdeu a conta de quantas gerações da sua família viveram no Morro do Chumbo, a 15 quilômetros de Iporanga, foi multado em 200 OTN (NCz$ 1.234,00), em outubro, por desmatar um hectare de área classificada, na própria multa, como capoeira. 'Nem sei o que é esse tal de OTN', reclama o agricultor". (NESTLEHNER, JB, 23 abr. 1989)**

Há ainda uma outra situação descrita na mesma notícia, na qual outro agricultor, multado em 100 OTN (NCz$617,00), mostrava-se irônico, e conforme a autora:

> **"[...] por abrir um capãozinho de arroz em que, segundo ele, 'se deitar uma vaca, o rabo fica de fora'". (NESTLEHNER, JB, 23 abr. 1989)**

Essa situação tragicômica, de certa maneira, mostra muito bem a problemática explicitada na matéria de abertura dessa parte da dissertação, muito próximo dos dados colhidos durante a pesquisa de campo. As entrevistas que realizei com moradores da zona rural de Iporanga, ou agentes locais ligados à essa problemática, esclareceram muitas das dúvidas da pesquisa, além de permitir um contato direto em campo com suas realidades. (FOTOS 43 à 47)

O caso de Dona Juventina parece esclarecer muito a questão da força de opressão da Polícia Florestal e do poder da política municipal, criando um círculo vicioso, que torna esses lavradores, vulneráveis, marginalizados, prisioneiros desse jogo político, que vive, sobrevive da miséria e falta de oportunidades desses humildes brasileiros, viventes da zona rural.

Esses casos, que obtive durante a pesquisa, mostraram os indícios, as evidências que nos levam à compreensão do nó, em termos pedagógicos, que propicia a gênese do discurso anti-preservacionista. E os agentes do poder público municipal tiveram um papel preponderante de propagador desse discurso.

10.2- PÉROLAS DA POLÍTICA IPORANGUENSE

O meu contato com a questão da política iporanguense surgiu um pouco antes da definição dos rumos de minha pesquisa, mas já me causava estranheza. Meus questionamentos da época serão oportunos nesse momento do trabalho.

No final do 2º. semestre de 1988 recebi um livreto contendo a proposta política do partido do Seu Joaquim, funcionário antigo do PETAR, descobridor de cavernas em Iporanga, companheiro nosso de espeleologia e conhecido proprietário de bar no Bairro da Serra, bastante freqüentado pelos cavernistas.

Seu Joaquim, que já foi vereador na municipalidade, buscava sua reeleição mediante o trabalho de boca-a-boca, confiante na sua popularidade regional e ligação com a questão do turismo espeleológico. Para se reeleger, ele tinha que obter apenas 50 votos, contando, principalmente, com a população do Bairro da Serra, que é o maior colégio eleitoral da zona rural de Iporanga.

Ao contrário do que se possa pensar, a disputa é extremamente acirrada, os votos são obtidos com muito suor e boa dose de convencimento, já que existiam muitos candidatos para preencher as 11 vagas da Câmara Municipal.

Para se ter uma idéia melhor da concorrência, só na coligação dos partidos PMDB-PDT-PFL, da qual fazia parte o Seu Joaquim, havia 34 candidatos, destes, apenas cinco se elegeram. Seu Joaquim, no entanto, não conseguiu o seu intento de se reeleger, visto que, só no Bairro da Serra, estavam concorrendo 5 candidatos, da sua própria coligação, o que dificultava muito o processo.

É assim que se caracteriza a disputa eleitoral em Iporanga, o prefeito precisava, naquela época, de pouco mais de 700 votos para se eleger. A luta pelo poder em relação às eleições municipais de 1988 foram difíceis. Percebe-se, como evento ainda bem típico no interior do nosso país, no qual é preciso muito voto de cabresto e isso é conseguido à custa de muitos mantimentos, medicamentos, entre outros itens, para a população carente da zona rural, e urbana, constituída pela maioria dos eleitores iporanguenses.

O discurso utilizado pelos vencedores do pleito para a gestão 1989-1993, Walfredo e Thomaz, diga-se de passagem ambos não-iporanguenses, era baseado na discórdia à ação do Estado e na promessa de muitas atividades. O título do folheto distribuído pela coligação vencedora (PMDB-PDT-PFL) já chamava a atenção para o discurso populista do plano de governo: ***"Quem conhece não quer saber de outro, agora é luta com equipe de trabalho".*** (ANEXO 9)

Essa "dobradinha", que dava sustentação da chamada **"Frente Popular Renovadora Municipal",** era formada, respectivamente, por um ex-lavrador e ex-vereador de Iporanga, natural da Bahia, e um ex-médico do município, vindo de São Paulo, casado com pessoa de uma família iporanguense e político influente em alguns setores do PMDB estadual, da época. Eles se mostravam ao povo como sendo de confiança e que pretendiam ***"...realizar um governo que Iporanga jamais conheceu até agora***". Nas suas idéias iniciais já vinham algumas falas demagógicas:

> ***"AO POVO DE IPORANGA QUEREMOS APRESENTAR TRABALHO QUEREMOS FALAR DE PROGRESSO; DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA/ SOMOS GENTE COMO VOCÊ, NÃO ACEITAMOS A FOFOCA E A POLÍTICA BAIXA COMO FORMA DE GANHAR O SEU VOTO. QUEREMOS A SUA CONFIANÇA NA NOSSA VONTADE DE TRABALHAR. NÃO FALAREMOS MAL DA VIDA ALHEIA, NÃO ATACAREMOS A HONRA OU A FAMÍLIA DE NOSSOS ADVERSÁRIOS: Não temos tempo para isso. Nosso tempo usaremos para trabalhar."*** **(QUEM CONHECE NÃO QUER SABER DE OUTRO, [1988]) (grifos e destaques do documento)**

Em busca de ***"um futuro melhor para Iporanga"***, o discurso ia na direção de dar maior atenção à zona rural, considerada como uma das metas principais do plano de governo. Ressalvando que não iriam deixar de atender as necessidade da Sede do Município, principalmente, com relação à população jovem, destacavam a importância de se ver ***"com grande carinho"*** a população dos bairros rurais, aliás a maioria do eleitorado iporanguense:

> ***"O desenvolvimento do nosso lugar depende do desenvolvimento da nossa lavoura. A prefeitura deverá se empenhar em dar condições ao homem da terra de tocar seu sítio, de alimentar sua família e de ver chegar o progresso que tanto queremos"*** **(QUEM CONHECE..., [1988])**

O plano de governo, expresso nesse livreto, destacava no item **desenvolvimento da economia** a necessidade das atividades que propiciassem a

geração de empregos. Os itens colocados como prioritários eram a **agricultura**, a **mineração** e o **turismo**.

Em relação ao **setor agrícola**, colocavam a questão do palmito como prioridade, seguido da banana, maracujá, cacau e a citricultura. Ponderavam a situação frente à problemática do palmito:

> ***"*[...] *embora hoje exista a ação da Polícia Florestal impedindo, sabemos que é possível fazer a exploração do PALMITO. Esta é a principal fonte de renda que nosso Município poderá ter. Temos um plano de plantio de palmito, autorizado pelo Governo que permitirá tornar esta atividade hoje ilegal em grande fonte de renda para todos."*** **(QUEM CONHECE..., [1988]) (grifo meu)**

Choviam promessas em cada item elencado no Plano de Governo. Quanto à banana iriam instalar uma fábrica visando à exportação, principalmente para os Estados Unidos; incentivariam e financiariam o cultivo do maracujá, também com possibilidade de instalação de uma fábrica de suco, e assim por diante.

E tornavam a reforçar que não eram só palavras e planos, mas um compromisso assumido... "***SE ELEITOS"***. Para isso subsidiariam: sementes, contratação de engenheiros e técnicos para dar assistência, viveiro de mudas, trator e implementos agrícolas para o uso da municipalidade.

> ***"Além disso, é nossa intenção a criação de uma COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS para que se evite o atravessador uma vez que a comercialização dos produtos é fase de grande importância* [*...*]*"* (QUEM CONHECE..., [1988])**

O segundo item do plano para o crescimento econômico do município colocava a questão da **mineração** em destaque, faziam uma análise sobre a existência de riquezas no setor mineral; propunham, então, dar atenção à atividade da Mineração Furnas (chumbo e prata), segundo um modelo desenvolvimentista, calcado no aumento da arrecadação municipal e na geração de empregos.

O **turismo** apareceu, então, como a terceira alternativa, mas também regado de promessas, como: ***"*[...] *manter instalações e equipamentos para os artezãos* [*sic*] *desenvolverem seu trabalho como o incentivo financeiro da PREFEITURA"***, busca de apoio de empresas de turismo e da Embratur para instalação de camping e incentivo aos

esportes locais, como o caso do Campeonato de ACQUA-RAID'S [69]. Em sua visão geral do turismo ressalta o tema, também com promessas milagrosas:

> ***"A beleza natural de nossa região, nossas cavernas, nossos rios sem poluição, são um atrativo sem igual. Muita gente deixa de nos visitar pela falta de uma infra-estrutura mais apropriada. Por isso é um compromisso que assumimos com todos os eleitores de construir um HOTEL MUNICIPAL que, se eleitos, ofereceremos aos turistas e ao povo em geral antes do término do primeiro ano de mandato."*** **(QUEM CONHECE..., [1988]) (grifo meu)**

Entre as outras atividades listadas no plano estavam uma série de incentivos, investimentos e financiamentos especiais para o desenvolvimento, considerado imediato, de projetos de apicultura, criação de peixes, água mineral e reflorestamento. Finalizavam a parte econômica de forma demagógica, em relação à exeqüibilidade do que estavam propondo, afirmando que sabiam como realmente concretizar todas essas propostas, que não se tratavam de promessas.

Uma das bases para viabilização das propostas apresentadas envolve a implantação e melhoria das estradas de Iporanga. É ressuscitado o asfaltamento da estrada que liga a Caverna do Diabo à Caverna de Santana, interligando Eldorado Paulista, Iporanga e possivelmente, Apiaí. Em sua justificativa aparece:

> ***"O asfalto é fundamental para o Turismo e ainda para o escoamento da produção agrícola* [...] *Os interessados em investir no município desanimam pela falta de estrada asfaltada. LUTAREMOS E CONSEGUIREMOS O ASFALTO PARA IPORANGA!"*** **(QUEM CONHECE..., [1988]) (destaques dos autores)**

E por aí afora, continua o plano de governo prometendo literalmente "mundos e fundos" para a área de **Saúde**, aproveitando a "deixa" de que o candidato à vice-prefeito é ex-médico de Iporanga. A **Educação** seria municipalizada, com implantação de cursos profissionalizantes na área agrícola e incentivo ao programa de alfabetização de adultos e com melhores condições de trabalho para os professores. Compromissos seriam assumidos para alegrar o povo iporanguense com vários investimentos na área de **Esportes e Lazer**, como estímulo aos esportes, participação em campeonatos, incentivo às artes. As propostas eram interessantes, e, as vezes, ousadas, como um "***Festival Anual de Música, a ser realizado***

[69] Rally de bóias pelas corredeiras dos rios, principalmente o Betari, também conhecido como bóia-cross.

na Caverna de Santana e que será incluído no calendário de eventos do Estado." (QUEM CONHECE..., [1988])

Quanta coisa proposta! Se metade disso tivesse acontecido, Iporanga seria uma cidade-modelo! Mas não parou por aí, foram apresentadas várias benfeitorias a serem realizadas nos **Bairros Rurais**, como eletrificação, telefonia, saúde, educação, transporte e melhorias das moradias. Também seria feito um intenso trabalho de **Assistência Social**, atendendo o idoso, com o Asilo Municipal, atendendo a infância, com implementação de creches, assim como, incentivando e buscando parceiros para o trabalho filantrópico.

Quanto a questão da **Geração de Empregos**, colocavam a vinda de empresas para o município, no entanto, deixavam claro a posição da prefeitura; se eleitos, claro:

> ***"*[...] *a própria Prefeitura Municipal irá incentivar atividades de utilização do trabalho principalmente de mulheres e menores, com seu aproveitamento na limpeza e conservação da cidade, meninos para serem guias turísticos, montagem de brinquedos para fábricas de São Paulo, montagem de objetos como canetas, guarda-chuvas, enfim uma série de atividades que não requerem muita prática e que podem colaborar para o aumento da renda de nossas famílias."*** **(QUEM CONHECE..., [1988])**

Aqui se completa a visão real da política municipal, mostrando o enfoque machista e oportunista no Plano de Governo proposto. Finalizaram o documento com a sua postura diante do ***"problema ambiental"***. É isso mesmo, para eles o "meio ambiente" não é o maior valor, não é a solução para Iporanga e sim o entrave, que trouxe vários "problemas" para o município. É bastante elucidativo o discurso expresso no documento, que colocava os agentes externos, ambientalistas e técnicos do governo, como responsáveis pela situação:

> ***"Reconhecemos que é importante valorizar a natureza. Ninguém melhor que o nosso caboclo para ser testemunho da importância da natureza em nossas vidas. Afinal somos nós que há séculos vivemos junto às matas, junto aos rios, juntos aos bichos do mato, enfim, somos nós os maiores conservadores da natureza, só que, em defesa desta natureza, os homens de São Paulo, distantes daqui, distantes de nossas vidas e de nossas realidades, tem tomado atitudes em relação a nós que acabaram por paralizar*** [*sic*] ***o município.*** **[...]** ***nossa gente vem sofrendo por culpa de outros. Já estivemos na Secretaria do Meio Ambiente*** **[...]** ***enfim – não paramos de lutar na tentativa de fazer o governo entender que a ação da Polícia Florestal no município não está levando em consideração a necessidade de nossa gente.*** **[...]** ***Se for preciso devemos realizar um marcha para São Paulo para acabar com esta perseguição*** **[...]*"*** **(QUEM CONHECE..., [1988]) (grifos meus)**

O discurso apresentado esclarece muito a visão oportunista do conflito, muito difundida no município, que ao invés de abordar e analisar a eficiência da política de Meio Ambiente e as ações inadequadas da Polícia Florestal, reforçam e disseminam um argumento anti-preservacionista, colocando-os, até, como donos da verdade, e, também apropriadores da natureza.

As últimas colocações feitas são ponderadas e nos dão elementos importantes para uma análise mais aprofundada; *a posteriori*:

> ***"Na verdade não se trata de ser contra o Parque é a forma como a Polícia Florestal tem agido no município que nos revolta e que não aceitamos. Sabemos que é possível conviver com Parques Florestais e desenvolvimento da região. Em todos os países desenvolvidos do mundo existem parques, mas nem por isso a população que lá vive é perseguida e impedida de viver."*** **(QUEM CONHECE..., [1988]) (grifos meus)**

Depois da leitura crítica desse documento, pode-se verificar as raízes do dilema forjado: preservação ou desenvolvimento?! Esse plano de governo, tive oportunidade de acompanhá-lo, durante todo o período da pesquisa de campo e possuía vários elementos de verificação da sua real execução e dos resultados obtidos, diga-se de passagem, muitas propostas eram interessantes e eu também ansiava pela sua viabilização, mas, poucas se efetivaram.

Entretanto, o que são promessas politiqueiras, após a eleição? O que acontece com uma proposta de Plano de Governo, após a escolha do chefe do governo municipal? É uma pena que não seja feita a devida leitura de um documento como esse, nem antes ou durante a execução do mandato, muito menos depois, infelizmente. Pois este seria um excelente exercício de cidadania e construção da memória da ação política de uma localidade, visando compreender quem-é-quem e as distâncias entre promessas e ações executadas.

Iporanga vive muito disso: ilusão, promessas, espera, desilusão, resistência, descrença, ilusão ... e o ciclo se vicia. Parte das amarras está sustentada no modelo clientelista da política local.

Um vereador, ex-presidente da Câmara Municipal, nos relata alguns aspectos da trajetória da política iporanguense. Ele inicia sobre como ocorreu seu engajamento político em Iporanga, mostrando como que sua experiência de vida fora da cidade alargou seus horizontes, definiu posturas e proporcionou conflitos na

localidade. Ele fundou o MDB, por volta de 1972; até, então, a política local sempre esteve na mão de coronéis, disputas entre famílias: Santos X Descio, depois, com os governos militares passou a ter grande influência o partido situacionista, ARENA, posteriormente, o PDS, e era a primeira vez que havia oposição no município, por isso sofreu grande pressão.

Esse vereador elucida como funciona a política iporanguense e, sem pudores, traça a trama das relações e jogos de poder:

> ***"*[...] *é como até hoje acontece, nóis temos vereadores, é...com pouco grau de estudo, que não é culpa deles, eles num tiveram oportunidade de estudá, certo. E são* [...] *.são eleitores, são filhos de Iporanga, tinham razão de tentá chegá até lá, chegaram a vereadores, então. Os prefeitos já eram* [...] *mais ou menos os donos da bola* [...] *Eu tumultuei uma sessão da Câmara de Iporanga, quando eu disse pro presidente da Câmara, antes da sessão da Câmara, qu'eu tinha uma violenta de uma acusação comprovada contra o atual prefeito que, inclusive, era primo meu, certo*[...] *E o camarada, presidente da Câmara não tinha coragem de dizê nada, porque ele era meio compromissado com, com o prefeito* [...]*" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Não que a visão destacada pelo vereador fosse alguma novidade para mim, principalmente, em se tratando da política instalada por esse interior do Brasil, mas ela reforça os elementos para compreensão da problemática em foco. Assim, o vereador reforçava aspectos de sua vivência na política local, vamos acompanhar mais um pouco:

> ***"*[...] *os prefeitos* [...] *eles aproveitavam da... da inocência dos vereadores, que eram homens honestos, viu, não eram desonestos, eles só não sabiam o direito que eles tinham, o poder que eles tinham, eles num, num sabiam de nada, a única coisa que sabiam é chegá la e o prefeito dizia, assim, quem tivé a favor, fique sentado, quem tivé contra, levanta... Geralmente permanecia todo mundo sentado* [...]*." (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Os políticos locais seguem o ritmo da cidade; letárgico, num movimento "prazerosamente" preguiçoso, ou melhor, "preguiça dinâmica", tal como aparece na fala descontraída de outro político entrevistado. Por outro lado, é uma política de contato. Conhecer todo mundo, tomar cafezinho na casa dos eleitores e entabular longas conversas na praça da matriz. Uma perfeita ***"política de banco"***. É!!! Muitas vezes sentado perto do coreto, jogando conversa fora, vendo o dia passar.

São os porta-vozes do discurso colidente, muitas vezes agressivos, outras contraditórios, mas deixam bem claro sua posição. Uma vez, em 1993, participei de uma reunião da Câmara dos Vereadores; estavam discutindo com Clayton Lino,

alternativas para o desenvolvimento de Iporanga e uma frase ficou registrada na caderneta, ressonando na minha memória. Uso-a agora como provocação:

> ***"Meu espírito é produtor, é progresso... O meu progresso é diferente do seu. O seu é o do idealismo, o meu progresso é devastador...*** [!]***"*** **(depoimento anônimo, 1993)**

10.3- TRANSFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO NO ÓTICA DOS SEUS PROTAGONISTAS

Desse modo, a trilha do raciocínio é aqui traçada, entre o conflito constatado e as promessas de glórias. Mas como fica a visão dos iporanguenses sobre a trajetória da cidade? Qual a relação entre o ontem e o hoje? Quais as origens dos discursos anti-preservacionistas? Preciso alicerçar melhor essas concepções, de modo a construir uma base mais sólida para o outro enfoque da pesquisa: ***a questão da preservação do meio ambiente, o impasse com o trabalho de fiscalização ambiental e os caminhos alternativos para ultrapassar os conflitos perpetuados***.

No entender de um político local a primeira desgraça para Iporanga foi a estrada, pois, até então, a população vivia isolada e sem luxos, entretanto, vivia-se bem no município e tinha-se fartura:

> ***"*****[...]** ***Iporanga era fechado, não tinha estrada, não tinha como saí daqui, era caminho,*** **[...]*****só saia à cavalo, ou de canoa... mais a vida era boa... Eu me lembro que a gente não via miséria, certo, se via, tinha gente pobre, mais sempre tinha alguma coisa. O povo era mais, mais saudável, certo*** **[...]** ***A gente comprava, por exemplo, carne no açougue, de quilo, certo, aquele tempo se vendia pedaço, uma perna de porco pra um, uma perna pro outro, a costela toda pra outro, entende*** **[...]** ***naquele tempo comia-se muita carne de porco aqui na região, entende*** **[...]** ***todo mundo tinha possibilidade de comê bem, talvez não se vestisse tão bem*** **[...]** ***mais tinha abundância, tinha comida, o pessoal do mato comia*** **[...]** ***Meu pai era comerciante na época, e o povo do mato aqui... eles vinham comprá*** **[...]** ***era o sal, certo, era o tecido, pra fazê roupa, era o querosene, que eles num tinham, porque o resto, arroz, o feijão, a banha... O resto pra comê eles tinham tudo... tinha fartura*** **[...]** ***Depois, Iporanga foi como se fosse um saco que tivesse cheio de alguma coisa e pendurado... a chegada da estrada e a não continuação dela*** **[...]** ***foi como se tivesse pindurado um saco e furado ele... de Iporanga começô a saí tudo*** **[...]*****"*** **(WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Essa visão de "fartura", algumas vezes surge fantasiosa, com um certo ar de saudosismo, muito forte entre os iporanguenses. E apesar de sempre vir acompanhada de ponderações sobre os períodos da trajetória de Iporanga, às vezes

chega a contradizer as falas de moradores mais antigos. É preciso observar com atenção os senões. Uma antiga iporanguense nos clareia essa questão:

> ***"Antigamente aqui era a mesma coisa de agora, pobre, não tinha médico, não tinha quase nada, a prefeitura muito largada* [...] *porque o povo não tinha intendimento, era muito atrasado, caipira, né* [...] *mais, aqui era atrasado, aqui era difícil pra gente vivê* [...]. *Atrasado porque o povo* [...] *não tinha sabedoria pra nada, não tem um estudo* [...], *né. Fartura de mantimento era demais... mais o atraso do caipirismo que era duro demais. Quando eu me conheci por gente, aqui dentro de Iporanga, o senhô sabe que não tinha jeito mais de... mantimento, todo mundo plantava tinha aquela abundância, coisa por demais. Mais, no caipirismo, escola não tinha, o povo ninguém sabia lê* [...] *aqui era atrasado, memo; agora não, Iporanga, agora, tá uma cidade* [...]*" (ERNESTA, 79, depoimento, 27 nov. 1989)**

Essa senhora, que morou muitos anos na zona rural, nos traz mais dados sobre a situação e tece considerações sobre o problema:

> ***"*[...] *pru sinhô vê que a beira da cidade, qu'era por tudo lado a roçaria de feijão, de milho, de arroiz, de num sei o quê* [...] *isso foi até...64, mai ou meno* [...] *a gente tinha de tudo, de tudo! Nóis só precisava comprá um saco de sal, uma lata de querosene, um tubo fósforo e café... não comprava nada além disso, nóis tinha di tudo... hoje o sinhô sai ai pr'esses sítio, o sinhor pergunta dum frango, dum ovo, pra vê se tem; uma farinha de mandioca, difícil quem tem pra vendê... não tem mandioca, batata, couve, aqui* [...]" (ERNESTA, 79, depoimento, 27 nov. 1989)**

A opinião de Nhá Ernesta vai na contra-corrente da maioria dos entrevistados:

> ***"Agora não, ninguém qué se murtificá pra nada, tudo é sacrifício... mais, eu digo que mais é priguiça* [...]*" (ERNESTA, 79, depoimento, 27 nov. 1989)**

Seu João, também tradicional morador de Iporanga, foi lavrador, pedreiro, remeiro, sineiro, e juiz de paz, entre outras coisas, relembra aspectos da sua vida, na época de infância, na cidade:

> ***"Iporanga... até o que eu arcansei... o povo aqui vivia aqui só de lavôra... lavorinha aí, prantando arroiz, prantando milho, criando porco... fazendo rapadura, pinga... conduzia as... as mercadorias com tropa... com canoa. A iluminação aqui era à querosene* [...] *o serviço em Iporanga, o sinhor sabe, é... roça, né, a pissoa não tem outro caso* [...]*" (JOÃO M., 78, depoimento, 25 jan. 1991)**

Ele nos remete ao cotidiano da cidade, também, aos donos dos latifúndios e à utilização da força de trabalho na agricultura local. De acordo com Seu João, havia:

> ***"*[...] *dois nigocianti, forti, então eles tocavam lavôra aí* [...] *cada um tinha seus quarenta, cinquenta hôme, camarada! Faziam roça, né* [...]*; então, di dia sumiam tudo pra roça, de tarde sentavam tudo na carçada da igreja, alí. Quarenta, cinquenta, sessenta hômes sentados ali* [...] *parecia um batalhão ali* [...] *chegava di manhã cada qual saia cu'a sua turma, ia imbora pra sua roça, prantar cafezar, tinha bastante café* [...] *arroiz, feijão, milho, café, cana... fumo. Aqui andava rolano mantimento pela rua* [...] *eram muitos porcos, tinha dia que passava 300, 400 porcos aqui... pra rua aí, tocado pra Itapeva* [...]*" (JOÃO M., 78, depoimento, 25 jan. 1991)**

Outro antigo morador, Seu Gonçalo, que cresceu e se criou na zona rural, mostrou aspectos da vida dos primeiros habitantes do Bairro da Serra que, para abrirem as posses no local, viveram situação muito difícil, cortando e comendo palmito cozido com sal para sobreviver. Depois que as primeiras famílias se estabeleceram no Bairro, começaram a produzir farinha de mandioca, rapadura, inclusive, criaram algumas fabriquetas, pois, o consumo desses produtos era muito grande na época. Alguns desses aspectos são contados por ele:

> ***"*[...] *naquele tempo ninguém usava açúca, né, era café de rapadura. Então, naquele tempo quem num tinha um... uma moendinha de pau, num era seu fulano, tinha que tê uma moendinha de pau pra fazê rapadura* [...] *pá nóis usá no café... Durô isso até... até 46 ainda durô isso aí*[...] *depoi*[...] *deixaru começá vim açúca de fora* [...] *eu memo fui o último carguero de rapadura que vendi pra mim me mantê, naquele tempo em diante...daí entrô o açúca* [...] *a pessoa diz que o café de açúca é melhó, né* [...] *mai, a rapadura é mais pura, né. Mas o povo num qué mais o café de rapadura,* [...] *Prefiro passá sem tomá café cedo du qui ficá sem rapadura... Eu acho qui nóis memo procuremo dificurtá a vida pra nói aqui* [...]*."* (GONÇALO, 69, depoimento, 26 nov. 1989)**

Entrevistando jovens iporanguenses, também, pude perceber o fascínio que possuem pela cidade, a riqueza de suas raízes e das suas relações com a história de Iporanga, por outro lado, percebe-se, também, que sofrem muito com a falta de trabalho e de perspectivas de futuro. Assim, apesar de terem um papel importante para a vida de Iporanga, e Iporanga para a vida deles, muitos acabam saindo para procurar emprego em outras cidades, mas, sempre que possível, voltam, pois existem amarras com a trajetória de suas famílias, existe o perfume de suas infâncias tranqüilas e despreocupadas. Um jovem artesão, nascido na região do ABC paulista e criado em Iporanga nos brinda com a sua visão da cidade:

> ***"*[...] *Iporanga é um lugar retirado do mundo* [...] *os costumes dessa cidadezinha é...é muito diferente de tudo* [...] *qu'eu já vi. Porque eu fui uma pessoa... que consigo analisá ela. Vindo de São Paulo, morando aqui, eu me considero muito daqui,* [...] *por mais que eu num quera, eu vim de uma cidade, eu tenho um pôco de outros costumes, então, eu consigo analisá ela. A cidade estando aqui... as pessoas, elas vivem num mundo fechado... onde elas, muitas delas acreditam que só existe isso daqui... Tem muitas pessoas aqui que* [...] *nunca atravessaram a ponte da cidade, por que muitas delas tem medo, outras já nasceram aqui, nunca saíram daqui, vão morrê aqui... E essas pessoas, são pessoas simples, né, que acreditam em Deus* [...] *eles acreditam muito nas lendas, né, nos seus antepassados... e são pessoas simples, as quais eu gosto muito, principalmente aquelas pessoas do sítio* [...]*"* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Ele continua a fala, entrando mais na essência de Iporanga, principalmente entre os moradores da zona rural:

> ***"*[...] *pessoas que vivem um mundo diferente, muito difícil de se achá, simples, simples demais* [...] *porque num existe maldade nelas* [...] *se elas puderem ajudá, elas ajudam, e outra, se elas tiverem, certo, um pãozinho e você chegá, se você não comê metade do pãozinho e tomá um copo de café, você vai tá ofendendo elas, certo* [...] *é por que são coisas essenciais... pra vida delas."* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

A vinda desse artesão para Iporanga foi sempre ansiada por ele, entremeada muitas vezes pela necessidade de sair para trabalhar, mas sempre mantendo sua paixão pelo lugar, desde a infância. Quando a família se propôs a mudar da cidade grande para o Município de Iporanga foi, para esse jovem, algo muito empolgante:

> ***"*[...] *a infância pra mim era o paraíso, Iporanga foi o paraíso, sempre, né. Nas férias a gente vinha pra cá... E o sonho era morá em Iporanga* [...] *Iporanga pra mim era liberdade."* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990) (grifo meu)**

Mudando um pouco o foco da discussão, vemos que a relação entre a situação fundiária versus a problemática do trabalho na terra, era muito forte. A oficial do cartório de Iporanga, oriunda de tradicional família iporanguense, comenta aspectos interessantes da relação entre o ontem e o hoje, e resgata a problemática do início do capítulo:

> ***"*[...] *veja bem... antes era fácil. Por exemplo, uma pessoa, pelo menos que tinha seu, seu terreno documentado, ela requeria uma ordem de derrubada, certo, ela conseguia dentro de x prazo, né. Daí começô a ficá mais moroso e tal, o pessoal começô realmente a levá multa, entende. No começo era... tinha até umas pessoas que eram avisadas, entende* [risos]*, que na próxima veiz ia levá multa, mais depois realmente o jogo endureceu, né, é o que é hoje, ficô bem rigoroso, né* [...] *a situação já não tava boa, certo, já era difícil. Iporanga sempre foi um lugar, eu acho... pobre, sabe, mais pelo menos num havia miséria, certo,* [...] *você tá precisando de, de comprá um arroz, ele vai e vende uma galinha ou um porco, alguma coisa, e aí foi acabando também. Tanto é que hoje se você saí por aí, você chega em algum rancho* [...] *você não encontra nada, nenhuma galinha no terreno, sabe. Realmente tá decadente a coisa, sabe, tá feia* [...]*" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

As preocupações com a situação do município voltam latejantes na fala do político local entrevistado. Seu discurso demonstra uma opinião em relação à problemática, reforçada por um quê de revolta com a atuação do Governo Estadual, no qual ele destacava a sua dúvida e sua crítica aos órgãos de preservação, quais são as suas finalidades e o que realmente irá acontecer com a população iporanguense.

> ***"*[...] *a gente só sabe que não pode trabalhá aqui, não pode trabalhá ali...o que não é parque é Área de Preservação Ambiental* [...] *E a coisa tá difícil, viu. Então... aí degringolô memo o negócio, agora a coisa chegô a uma situação... quase insustentável, chegô à beira da fome. Essa é Iporanga hoje, é bem diferente da Iporanga qu'eu conheci* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

E a entrevista com esse político continua com vários destaques para suas broncas com a situação:

> ***"*[...] *começô a fazê pressão em cima da população, quanto ao PETAR e quanto ao Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente... daí a coisa continuô só piorano... só piorano e... chegô ao ponto que está... ninguém tem direito nas suas terras, ninguém pergunta pras pessoas que nasceram e viveram, seus pais nasceram, seus avós nasceram na propriedade, ninguém pergunta se ela tem valor, simplesmente diz que não pode trabalhá. As pessoas passaro a passá fome em volta de casa* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Voltando à oficial do cartório, ela faz uma constatação que usarei como provocação inicial para esse enfoque do estudo:

> ***"*[...] *por isso que hoje tem muita gente que não gosta do Clayton, pelo tombamento e pela defesa do parque* [...]*"* (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1990)**

Mas é preciso dar uma chance para o Clayton se defender. Em sua entrevista ele discute a questão da sua atuação em Iporanga e as conseqüências aos relacionamentos na cidade, com muita honestidade, ele demonstra aspectos sobre o que ele acha da visão dos iporanguenses quanto ao seu trabalho:

> ***"*[...] *pra muita gente eu era, e sou ainda, assim... o cara que impedia o progresso de Iporanga* [...] *veio com essa história de parque, apesar do parque ser de 1958, até a época apenas no papel, foi como se tivesse sido criado em 83. Aí com o negócio de APA, com o negócio do tombamento da cidade, com não sei o quê.* [...] *Eu sei que, por outro lado* [...] *que muita gente,* [...] *sabe!, respeita esse trabalho. Sabe que eu não fiz, em nenhuma hipótese, uma coisa pra mim especificamente. Eram coisas que efetivamente acreditava, e... também depois de 20 anos de coerência, no mesmo toque, ele falava: tem que ter alguma razão pra... quer dizer, só criando problemas lá, insistindo na coisa é porque tem que acreditar muito, porque não faltou oportunidade de falar assim: dane-se, certo. Então, não foram poucas vezes que eu falei, então dane-se, se quiser estragar, estraga* [...] *porque é uma coisa muito difícil. Então, pra mim, pessoalmente, sempre foi meio uma guerra isso...*" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Assim, percebe-se a íntima relação de Clayton Lino com os problemas e potencialidades de Iporanga, que lutou pela preservação e pela busca de alternativas, acabou, entretanto, esbarrando na lentidão e emperramento da máquina estatal, o que lhe deu, indevidamente, frutos amargos da discórdia, da falta de compreensão e, algumas vezes, o título de ***persona non grata*** do município.

Clayton Lino é um elemento importante para decifrar os vários aspectos do tema de minha pesquisa, sendo o elo de ligação entre o tombamento de Iporanga e a atuação do governo estadual quanto à implantação de Unidades de Conservação, em destaque o PETAR, além de ter produzido inúmeros documentos e textos de grande interesse, que servem para elucidar essa temática. Outro aspecto importante, é que pude acompanhar diretamente sua trajetória desde 1986.

A questão do tombamento de Iporanga e a problemática do PETAR, ora estão separadas, ora caminham conjuntamente e vão construindo um quadro rico de interações e atuações, que serão, em muitos momentos, fatores determinantes da situação de Iporanga.

Por trás dessas constatações, empolgações, contradições, reaparecem antigas inquietações minhas sobre o que determina a empatia por esse lugarejo retirado, e que, por outro lado, cativa aqueles que lutam por uma causa ambientalista, principalmente, aqueles que não perdem de vista as relações sociais que se desenvolvem nesse contexto.

Qual é a essência que guarda Iporanga, onde os ares de antigüidade se misturam com o novo, que faz a integração entre os moradores, que apaixona as pessoas, que possibilita amizades e nos dá um prazer imenso de vê-la, revê-la, cortejá-la, não só como bela e instigante paisagem, muito menos como imagem estática, mas com a mesma persistência do movimento da canoa rio acima, com a energia revigorante da cachoeira, com o prazer dos causos e lendas contados com tanta solicitude.

Pretendo decifrar essas características de Iporanga, nas suas entrelinhas, na sua problemática, buscando a relação entre tombamento e preservação do patrimônio natural, resgatando a trajetória histórica das ações do Estado, em toda sua riqueza de possibilidades e conflitos.

Nesse sentido, a proposta de traçar um paralelo entre o discurso oficial, o discurso veiculado na imprensa, o discurso da população local e o discurso dos agentes sociais, visa identificar as representações sobre preservação e

desenvolvimento, mais do que isso, visa fazer aflorar a lógica da cotidianidade de Iporanga.

Como a preservação ambiental, as políticas públicas e as ações visando o desenvolvimento de Iporanga são temas muito amplos, enfocarei esta parte da pesquisa para a relação meio ambiente e turismo, utilizando como estudo de caso a trajetória de implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), verificando seus antecedentes, na visão dos naturalistas do século XIX e início do século XX; procuro desvelar seus primórdios e esboços como Unidade de Conservação, na década de 50, além de contextualizar, essa jornada, com as ações gerais do Estado e as resistências dos atores sociais envolvidos, identificando os conflitos existentes no período que vai até os princípios da gestão democrática do governo estadual (1983/85).

CAPÍTULO XI

MEIO AMBIENTE E TURISMO:
O *PETAR* E AS CAVERNAS DO ALTO RIBEIRA COMO EXEMPLO DA RELAÇÃO PRESERVAÇÃO X DESENVOLVIMENTO

> ***"A terra atrai irresistivelmente o homem, arrebatando-o na própria correnteza dos rios."*** (Euclides da CUNHA, *Os Sertões*, 1901)

11.1- UM PARQUE PARA O ALTO RIBEIRA: OS NATURALISTAS, E O DESLUMBRE DAS CAVERNAS (1805-1956) [70]

No início do século XIX, foi feita uma das primeiras descrições sobre cavernas paulistas, realizada pelo naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Nesse documento, produzido em 1805, com o título **"Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo",** resgatado a partir dos seus manuscritos, havia toda uma descrição do Vale do Ribeira, contendo referências ao Arraial de Iporanga e comentários sobre a atual caverna Casa de Pedra[71]:

> **"[...] Continuei a minha digressão pelo Ribeirão Iporanga acima até chegar à gruta estalactítica denominada Lapa de Santo Antonio, que fica à direita no Ribeirão do Sumidouro [...] enfim aqui tudo é majestoso, tudo é grande; aqui se vê de quantos esforços é capaz a criadora Natureza [...]" (ANDRADA, 1977: 189)**

O ilustre mineralogista mostrava seu deslumbre com as cavernas da região e simulava o início da preocupação com o turismo, algo inédito para a época:

> **"Quantas maravilhas roubadas às ávidas vistas dos admiradores de gosto, ou os pincéis dos Migueis Angelos e Vandicks se o Brasil já mais culto e povoado, fosse mais suscetível de viajar-se! [...]" (ANDRADA, 1977: 189) (grifo meu)**

Um século depois era publicada a seguinte descrição, que reforçava as idéias de Andrada:

> **"No sul do estado de S. Paulo existem cavernas notáveis na bacia do rio Ribeira de Iguape, especialmente na do rio Bethary ao norte do rio Iporanga. É uma região montanhosa e muito elevada que faz parte da grande Serra do Mar. As rochas são calcareas paleozoicas, crystallinas, dobradas e falhadas, e muitos dos cursos d'água são subterrâneos [...] Essas cavernas são quasi todas forradas de estalactitos e**

[70] Os dados obtidos sobre a história da atividades em cavernas devem-se aos levantamentos que venho fazendo desde 1989, que acabaram me levando a criar e coordenar, a partir de 1994, a Seção de História da Espeleologia da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Entre os estudos realizados, cito: FIGUEIREDO & LA SALVIA (1997) e FIGUEIREDO *et al* (1997).

[71] A Caverna Casa de Pedra possui um dos maiores pórticos de cavernas do mundo, com 215 metros de altura.

estalagmitos [*sic*] **de uma belleza extraordinária. Talves não haja no mundo cavernas mais bonitas de que as desta região do Brasil." (BRANNER, 1977:113-114) (grifo meu)**

Com essas palavras de admiração, expressou-se o famoso geólogo norte-americano John Casper Branner, que realizou diversos estudos sobre a geologia brasileira para a Comissão Geológica do Império, a partir de 1875. Essa frase está presente no seu livro, escrito para estudantes brasileiros, denominado **Geologia Elementar**, cuja primeira edição foi publicada em língua inglesa, no ano de 1906.

O eco dessas palavras chegou à vários outros geólogos e estudiosos das cavernas, demonstrando a importância, não só regional, mas, de âmbito nacional das cavernas de Iporanga.

Algumas dessas cavernas mereceram atenção do governo do Estado de São Paulo, sendo que, em 1910, oito delas foram adquiridas pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. É bem provável que os estudos de Krone[72] e Krug tenham subsidiado essas ações (FIGURA 9). Krug, mais eufórico, afirmava que:

"[...] o nosso mais ardente desejo é obter do Governo do Estado uma conservação systematica destas grutas[...]" (KRUG, 1908:24)

Entretanto, Krone, mais comedido, mostrava, no seu texto de 1909, um outro lado, relativo à uma possível aquisição e os riscos de uma compra inútil, já que seu interesse se concentrava em obter materiais de valor paleontológico.

"Não há dúvida que convinha conservar algumas das grutas no seu primitivo estado, a bem das suas belezas naturais; mas comprar cavernas com fins científicos, sem saber se contém objétos paleozoologicos, e só depois proceder à excavações [*sic*]**, seria comprar nabos em saco e quer-me parecer duvidoso que o Governo Estadual efetue tal aquisição arriscada." (KRONE, 1950: 249)**

Em 1938, Krug, que foi um dos grandes divulgadores das belezas e potencialidades do Alto Ribeira, do início do século XX, já recomendava a utilização turística das cavernas e outros atrativos naturais da região, dizendo:

"Além de tudo isso, que foi escripto sobre Yporanga, esse lugar é digno de uma visita demorada, recomendando-o ao Touring Club, que com a maxima facilidade poderá alcançal-o [*sic*]**, utilizando-se do auto-omnibus que segue rumo para Curityba, passando por Apiay [...] e só a travessia do trecho montanhoso entre esses dois**

[72] Richard Krone, considerado pioneiro da espeleologia brasileira, escreveu vários artigos sobre suas explorações no Alto Ribeira (KRONE, 1898, 1904 e 1909), sendo este último trabalho o mais detalhado, constando de um levantamento preciso e o cadastro das grutas, por sua importância documental ele foi reeditado pelo IGG, em 1950. Além disso, Krone desenvolveu estudos sobre ornitologia, por ser experimentado taxidermista, e também sobre os aspectos etnográficos do Vale do Ribeira (CGG, 1914).

> **lugares, não só vale a pena, como é, também, recommendavel ao turista brasileiro, pois as *sessenta grutas* calcareas conhecidas e exploradas, [...] não só são interessantes como instructivas: ellas deveriam attrahir, forçosamente, para esse pittoresco lugar, grande quantidade de interessados em estudos espeleologicos." (KRUG, 1939:58) (destaque desse autor)**

Como reflexo dessa exaltação de Branner, seria proposto, em 1940, a criação de um Parque Nacional abrangendo as cavernas do Alto Ribeira, por dois ilustres geólogos: Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, no livro intitulado **"Geologia do Brasil"** (OLIVEIRA & LEONARDOS, 1978). Leonardos teria criado toda simpatia por essa região do VR, quando esteve realizando estudos sobre chumbo e prata, no período entre final da década de 20 e início da década de 30.

Cumpre lembrar que a partir da década de 30 estariam sendo criados os primeiros Parques Nacionais e Estaduais, tais como: Parque Nacional do Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçú (1939), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939), Parque Estadual do Jaraguá (1939) e Parque Estadual de Campos do Jordão (1941) (SILVA & FORNASARI FILHO, 1992; BRUCK *et al*., 1983). Nesta mesma época estariam sendo estabelecidas as normas para o ***Código Florestal*** da União, aprovado pelo decreto federal nº. 23.793 (23/01/1934).

Outro cientista a se interessar pelas cavernas de Iporanga foi o biólogo Crodowaldo Pavan, que realizou sua tese de doutoramento, apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), versando sobre os peixes cegos das cavernas de Iporanga e sua relação com a evolução das espécies (PAVAN, 1945). Pavan defendeu sua tese no final de 1944, sendo, portanto, a primeira tese relacionada com cavernas, de um modo geral, e sobre essa região do Alto Ribeira, destacando mais uma vez a importância de Iporanga, em termos nacionais.

Em 1945, o recém-formado engenheiro de minas, José Epitácio Passos Guimarães, foi morar na sede do **Instituto Geográfico e Geológico (IGG)**, localizada no Morro do Chumbo, em Iporanga. O objetivo era realizar pesquisa mineral sobre o chumbo e, posteriormente, sobre o calcário. Nas horas vagas, o pesquisador visitava as grutas do entorno, existentes na região conhecida como Caboclos, onde estavam aquelas grutas de propriedade estadual, administradas pela

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI). (JOSÉ EPITÁCIO, 73, depoimento, 11 jan. 1992)

Seu interesse despertado pelas cavernas o levaria a propor, em 1946, a criação de um Parque Florestal no Alto Ribeira, visando a proteção daquelas cavidades naturais, durante a apresentação de um trabalho sobre metalogênese para o Congresso Panamericano de Geologia e Engenharia de Minas, realizado em Petrópolis-RJ. (JOSÉ EPITÁCIO, 73, depoimento, 11 jan. 1992)

Como essas pesquisas mineralógicas não chegaram a bom termo, o IGG, em parceria com a PPI, propôs que Guimarães passasse a exercer o papel de responsável pelas grutas, iniciando, assim, uma série de estudos do aproveitamento dos recursos humanos do IGG, que dariam a sustentação para a criação de um parque estadual naquela região.

Guimarães executou, para o IGG, em 1952, um levantamento das jazidas calcárias do Estado de São Paulo, sendo que o Vale do Ribeira foi considerado uma das principais áreas onde aflorava esse minério. Assim, justificava-se o conflito permanente com a mineração, pois, ao mesmo tempo que a região é altamente promissora para a exploração do calcário é, também, uma área com grande potencial espeleológico, já que a maioria das cavernas se desenvolve nessa litologia. Não é à toa que Iporanga é cognominada “Capital das Grutas”.

É importante citar que, em 1950, o engenheiro químico e espeleólogo, Pierre A. Martin[73], realizou um reconhecimento espeleológico na caverna de Santana, nos seus primeiros 800 m e ficou bastante empolgado para desenvolver um trabalho de exploração e topografia dessa gruta, uma das maiores do Estado de São Paulo, no entanto, sua intenção teve que ser postergada para a década de 60, abrindo, por outro lado, o campo para vários estudos espeleológicos nessa região.

11.2- CRIAÇÃO DO PETAR: AS CAVERNAS COMO ATRATIVO TURÍSTICO NOS PRIMÓRDIOS DE UMA POLÍTICA PRESERVACIONISTA (1956-1971)

[73] Esse espeleólogo francês, radicado no Brasil, assim como Michel Le Bret, Guy Collet e outros, tiveram importante papel articulador da espeleologia nacional, tornando-se os primeiros presidentes da SBE.

Na segunda metade da década de 50, a imprensa teve um papel considerável em relação ao Vale do Ribeira, trazendo à opinião pública a importância das Cavernas do Alto Ribeira e o potencial turístico da região, retomando a idéia de se criar um parque estadual. Em outubro de 1956, o engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira, colaborador do jornal ***"A Gazeta"***, reforçou esses aspectos, após a conclusão de sete reportagens, realizadas nesse mesmo ano:

> **"A série de reportagens que vimos fazendo sobre aquelas grutas, tiveram o condão de despertar o interesse do público e das autoridades estaduais, todos comungando com as mesmas idéias dos cientistas brasileiros e estrangeiros, qual seja, a de transformar a região em Parque. Evidentemente, a região deveria constituir um Parque Nacional, pois o interesse não se limita ao âmbito estadual. Mas, bem sabemos as dificuldades do governo federal em tomar a si essa responsabilidade." (FERREIRA, A GAZETA, ? out. 1956)**

O autor da matéria em alguns momentos viajava na beleza da região, mas exagerava um pouco:

> **"[...] região de exuberante mata virgem onde a flora e a fauna mostram-se variadas e riquíssimas, não se considerando o relevo acidentado da encosta da serra de Paranapiacaba, que apresenta magnífica paisagem. A vida vegetal que recobre grande parte da região, onde se localizam as grutas calcárias, permanece, ainda hoje, <u>exatamente como à época do descobrimento do Brasil</u>. Quanto à fauna que ela abriga, é talvez uma das mais ricas do nosso Estado. Nessas condições a região constitue um conjunto de grutas calcárias, flora e fauna <u>sem par no mundo</u>. O parque estadual que será ali constituído terá também o aspecto de reserva florestal e proteção à fauna." (FERREIRA, ? out. 1956) (grifos meus)**

Manoel Ferreira apontava, ainda, alguns problemas relacionados à criação do Parque Estadual, argumentando que era preciso que ocorresse a transferência da tutela das grutas da PPI para a Secretaria da Agricultura. Outro aspecto, colocado pelo autor, é que o próprio Secretário da Agricultura seria um forte aliado ao projeto do parque, em virtude do seu conhecimento concreto da região. Ao mesmo tempo, Ferreira ponderava e questionava a relação sociedade-natureza:

> **"Numa época como a nossa, que se caracteriza por uma filosofia profundamente utilitarista é licito perguntar: -há em tal propósito, de se criar um Parque Estadual, um real interesse da coletividade? Há alguma vantagem para a sociedade em tal empreendimento?" (FERREIRA, ? out. 1956)**

Seguindo esse caminho e aproveitando o apoio da imprensa, em novembro de 1956, o IGG sugere ao Governo do Estado a criação de um Parque Estadual, abrangendo as grutas calcárias de Iporanga e visando a proteção do meio ambiente

dessa região. Esse seria o ano que propiciaria os primeiros passos concretos para criação de um parque, englobando as cavernas do Alto Ribeira.

Após um enorme esforço de articulações e justificativas para que o IGG estivesse à frente da proposta de implantação de um parque no Alto Ribeira, é publicado o decreto n.º 27.582 (26/02/1957), transferindo a administração das grutas do Alto Ribeira, da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Agricultura, ficando as mesmas, então, sob a guarda do IGG.

A imprensa acompanhou de perto, apoiou o movimento e reforçou a necessidade de se criar um parque voltado ao turismo, no Alto Vale do Ribeira. Além disso, promoveu as potencialidades locais, assim como, criticou a lentidão das ações governamentais e situação da região do parque:

> **"Infelizmente continua sem solução o caso do parque estadual do Alto Ribeira, a grande esperança do turismo paulista. Sabe-se que algumas demarches se efetuaram desde a publicação de uma reportagem sobre o assunto, nesta seção. Mas, ainda não se chegou a um resultado mais prático e que tenha em vista não apenas a defesa da flora, da fauna, das grutas, cavernas e rios subterrâneos, como também o objetivo turístico, não menos importante que os demais." (FOLHA DA MANHÃ, ?/?/1957)**

Outra matéria destacava o papel da imprensa, pela mobilização da opinião pública, para a importância desse patrimônio natural do Vale do Ribeira:

> **"As nossas reportagens tiveram o mérito de despertar a atenção do governo estadual, que procurou imediatamente tomar medidas de proteção às referidas grutas" (FERREIRA, A GAZETA, ? fev. 1957)**

Naquele momento, a divulgação se voltava principalmente para a região de Caboclos/Espírito Santo, mais próxima da rodovia São Paulo-Curitiba, onde se localizavam as grutas administradas pelo Estado e área mais conhecida da região, na época. Colocava-se em evidência a importância turística e científica das grutas do Alto Ribeira e a necessidade da constituição de um roteiro abrangendo as mais interessantes.

De outro lado, percebia-se que a proposta de parque veiculada, moldava-se à visão norte-americana e européia, em que a caça e a pesca eram permitidos:

> **"A caça e a pesca, ou pelo menos esta última, poderiam ser instaladas em normas turísticas no parque, como um dos seus maiores atrativos acham-se na área numerosos cursos de água, alguns deles tidos como muito piscosos, como os rios Betari, Iporanga e da Pescaria. Com um pouco de organização poder-se-ia ter, no Estado de São Paulo, o primeiro centro de pescaria com o objetivo de concorrer para o desenvolvimento turístico (e, portanto, econômico-social) de vasta região" (FOLHA DA MANHÃ, ?/?/1957)**

E os jornalistas iam na direção do planejamento turístico dando sugestões para o estabelecimento de prioridades e implantação de infra-estrutura no local:

> **"Não bastará, para que o Parque do Alto Ribeira adquira sentido turístico, que a estrada interna se apresente em bom-estado. Será imperioso: a) o estabelecimento de vários roteiros, abrangendo setores de caça, pesca, e das grutas, cavernas e rios subterrâneos; b) abertura de outros roteiros, inclusive apenas de penetração nas matas; c) instalação, em vários lugares, de fogões rústicos que permitam a realização de churrascos de peixe; d) captação conveniente das inúmeras nascentes fornecedoras de água potável; e) nos lugares que se indiquem, fixação de cabanas de aluguel; f) iluminação das grutas e outros melhoramentos que se fazem necessários; g) instalação de um hotel confortável." (FOLHA DA MANHÃ, ?/?/1957)**

Finalmente, após muita pressão e insistência, é instituída, de acordo com a resolução n.º 813 (24/08/1957), uma comissão especial para proceder estudos que viabilizassem a criação do Parque Estadual do Alto Ribeira, formada pelo: Bel. Felix Bulcão Ribas (PPI), o Engenheiro Agrônomo Natal de Assis Correia, do Serviço Florestal do Estado (SF) e encabeçada pelo próprio José Epitácio Passos Guimarães (IGG), que teriam um prazo de noventa dias para entregar o relatório.

Uma matéria publicada nesse mês, pela "A Gazeta", notificava o fato, dando um histórico da trajetória das ações e propostas para a criação do parque e destacava, novamente, a atuação da imprensa nos rumos decisivos para a implantação do Parque do Alto Ribeira, além de reforçar as investidas do governo estadual nessa direção:

> "**O governador encontrou no secretário da Agricultura o auxiliar decidido a levar avante a idéia da criação do Parque Estadual, que, além de constituir um atrativo turístico, teria a alta finalidade de preservar a flora e a fauna ali existentes [...] Logo após, o governador mandou consultar os diversos órgãos da Secretaria da Agricultura, sobre a conveniência de ser criado o referido parque. Os pareceres foram unânimes, no sentido de ser criado o Parque Estadual do Alto Ribeira." (A GAZETA, ? ago. 1957)**

O estudo desenvolvido pela comissão de representantes dos órgãos da Secretaria da Agricultura ficou pronto em 25 nov. 1957, delimitando uma área de 35.712 ha, nos espigões da Serra de Paranapiacaba, entre os municípios de Apiaí e Iporanga. Desse total, uma área equivalente à 10.600 ha foi considerada como terra devoluta. Uma reportagem de "A Gazeta" acompanhou o evento de entrega do relatório final da comissão e destacou alguns pontos importantes sobre a criação do Parque Estadual:

> "**Abrangerá uma região que possue atributos que a enquadra dentro da conceituação de 'parque', tal como definem os técnicos – cenários excepcionais, flora e fauna de significação nacional e objetos de interesse científico e estético – além de ter como acesso rodovia em fase final de pavimentação (São Paulo - Curitiba), sendo sem dúvida uma das únicas do mundo com tantos atrativos naturais, e tão bem situada com relação aos maiores aglomerados urbanos do país." (A GAZETA, 26 nov. 1957)**

A matéria exaltava, também, as características regionais da área de abrangência do Parque, utilizando-se de uma linguagem em estilo rebuscado:

> **"A área incluída pelos limites do Parque Estadual do Alto Ribeira é uma erma região [...] que mais agreste se torna por ter uma densa cobertura verde, e as úmidas condições climáticas das regiões serranas do litoral sul brasileiro. Nas suas matas virgens, de relevo áspero, a constituição geológica dos terrenos permitiu a construção de graciosas grutas e cavernas, obras primas do gênio arquitetônico da Natureza, decoradas por estalactites e estalagmites de feitios e belezas inenarráveis." (A GAZETA, 26 nov. 1957)**

Entre os vários argumentos apresentados pela comissão, como justificativa para a criação de um parque no Alto Ribeira, o jornal captou os seguintes:

> **"1) que a cobertura florística natural do Estado, de aspectos utilitários multiformes, se acha reduzida a valor tão baixo (em volta de 5%), que na opinião dos técnicos é calamitoso o seu estado; 2) que poucas são as áreas do Estado que possam ser consideradas como refúgio de fauna, particularmente de algumas espécies em vias de desaparecimento; 3) que em todas as grandes nações civilizadas são as grutas e cavernas monumentos arquitetônicos da natureza, irreparáveis quando destruídos, objetos de medidas que visam a preservá-las da destruição sistemática, e também destiná-las a formar um conjunto de interesse científico e turístico, não somente nacional, mas também internacional; 4) que sítios que, pelo excepcionalismo de seus acidentes naturais, vegetação e fauna, devem ser considerados e mantidos como tais, transformando-os em parques nacionais ou estaduais." (A GAZETA, 26 nov. 1957)**

O jornal fechava a matéria com uma interessante análise da relação custo-benefício para a criação do parque:

> **"Devido ao baixo custo dos terrenos na região, a quantia que o Estado irá dispender é, relativamente, pequena em face do empreendimento. Mesmo se fosse onerosa a criação do parque, tal investimento é um sadio e seguro emprego dos bens públicos, indiretamente recuperado com a intensificação do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, e melhoria do bem-estar social." (A GAZETA, 26 nov. 1957)**

O processo tramitou até maio de 1958, quando o governador **Jânio Quadros** assinou o **decreto nº 32.283,** de 19 maio 1958, (ANEXO 10), criando o **Parque Estadual do Alto Ribeira (PEAR)**, de acordo com a proposta elaborada pela comissão especial de estudos e, que foi considerado, no documento, como necessário para:

> **"[...] promover a preservação das belezas naturais existentes na região abrangida pelos municípios de Apiaí e Iporanga bem como de possibilitar a formação de um**

refúgio para a defesa do remanescente da fauna e da flora que aí se encontram." (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 19 maio 1958)

O PEAR foi constituído com uma área de 35.712 ha, sendo que o artigo 3°. descrevia o imóvel constando com uma área de 10.569 ha, que a Fazenda do Estado deveria reservar, por já ser julgada como terras devolutas e que deveria, também, proceder a desapropriação, mediante acordo ou por via judicial, das áreas consideradas de domínio particular, calculada em 25.143 ha. Essa era uma área de considerável tamanho, em vista das dificuldades para realizar a desapropriação. Além disso, o parágrafo único do artigo 3º. abria um precedente complicado, ao excluir:

"[...] das providências determinadas no artigo, as áreas objeto de exploração de minérios, de perímetros descritos em decretos federais de concessão de lavra, ainda em vigor." (DOE, 19 maio 1958)

Aplicavam-se às terras, flora e fauna, abrangidas pelo PEAR, as normas estabelecidas pelo Código Florestal.

Do ponto de vista organizacional, o artigo 5º determinava a necessidade de um plano de organização técnica-administrativa do PEAR, que deveria ser elaborado no prazo de 90 dias por uma comissão subordinada pela Secretaria da Agricultura, constituída por representantes do IGG, presidida pelo seu diretor, do Instituto de Botânica e do Departamento de Zoologia. A comissão seria, posteriormente, transformada em Conselho Administrativo do Parque e teria que, entre outras incumbências, designar as áreas a serem desapropriadas.

O artigo 6º do decreto indicava a possibilidade da divisão de certas zonas do Parque em lotes, que poderiam, à juízo do Conselho Administrativo, ser arrendados **"[...] para fins que favoreçam o desenvolvimento do turismo"** e para a consecução desse fim **"[...] o Estado fomentará a construção de um grande hotel"**. Essa proposta destacada no decreto daria sustentação para um argumento disseminado até os dias de hoje.

De acordo com os artigos 7º e 8º, o Estado poderia obter alguns recursos provenientes da administração do Parque, seja pelos requerimentos de pesquisa e lavra de minérios, visando a exploração ou arrendamento, seja pela cobrança de taxas de acesso e permanência de excursionistas.

A repercussão na imprensa da assinatura do decreto de criação do Parque foi satisfatória, saindo matérias nos principais veículos de massa do Estado. “A Gazeta”, em 20 maio 1958, vangloriava-se pela influência que suas matérias, desde 1956, tiveram como desencadeadoras do decreto e afirmava, em subtítulo, que seria constituído **“O Centro Turístico mais Importante de São Paulo”**.

A “Folha da Manhã” elaborou, durante o final da maio e início de julho, uma seqüência de matérias destacando o fato. Em 21 maio 1958, realçava no título que **“Famoso Conjunto de Grutas Integra o Parque Estadual do Alto Ribeira”,** mas, essa notícia pautava-se mais pela descrição do conteúdo do decreto. A matéria de 29 maio 1958 destacava que o Parque propiciaria a defesa de importantes cursos d’água na região do Alto Ribeira, como o Pilões, o Iporanga e o Betari, além disso, chamava a atenção e ressalvava:

> **“Numerosos e importantes cursos de água, que integram a bacia do Rio Ribeira de Iguape, acabam de ter sua defesa assegurada com o decreto assinado pelo governador Jânio Quadros, dia 19 último. Desde que os dizeres desse diploma legal sejam devidamente executados, tornar-se-á uma realidade o Parque Estadual do Alto Ribeira.” (FOLHA DA MANHÃ, 29 maio 1958)**

Outro artigo da Folha da Manhã, agora de 05 junho de 1958, chamava a atenção para os méritos e decorrências do decreto:

> **“[...] não apenas no setor conservacionista de defesa de flora e fauna, de regularização dos cursos de água, de proteção às belezas naturais e de desenvolvimento à mineração, como também no que diz respeito ao incremento de atividades turísticas” (FOLHA DA MANHÃ, 05 jun. 1958)**

Essa mesma matéria ressaltava as características desse centro de atração turística do interior de São Paulo, diferentes das do litoral paulista, mas com grande potencial:

> **“[...] o Parque Estadual do Alto Ribeira poderá tornar-se o maior centro turístico do interior do Estado, pois não lhe faltam possibilidades para tanto. Numa afirmativa um pouco mais arrojada, mas cuja concretização dependerá apenas da atividade e do interesse oficiais nesse sentido, pode-se dizer que o referido parque ocupará posição ímpar dentre os pontos de evocação turística do país.”(FOLHA DA MANHÃ, 05 jun. 1958)**

O artigo continuava discorrendo sobre as potencialidades do Parque, destacando as características que propiciariam a caça, **“[...] mediante rigoroso controle das autoridades”**; a pesca, aproveitando os numerosos cursos d’água, além da prática

da canoagem. Chamava, também, a atenção para as numerosas serras da região, plotadas em mapa, que propiciariam **"vistas panorâmicas de notável beleza"**, consideradas como mais um atrativo turístico.

Destacava, ainda, a valorização da opção turística existente no decreto de criação do Parque e a abertura de facilidades para a atuação da iniciativa privada, por outro lado, contestava a ausência de um representante dos órgãos ligados ao turismo na estrutura do Conselho Administrativo do PEAR.

A última matéria, dessa seqüência publicada pela Folha da Manhã, de 13 junho de 1958, destacava as cavernas e sumidouros abrangidos pelo decreto do PEAR, como um conjunto de importância mundial, que deveriam ser explorado como um dos principais atrativos turísticos da região. A notícia descreve as grutas mais importantes, localizando-as em mapa da área do Parque e em relação às vias de acesso regional.

Conforme ofício do engenheiro José Epitácio P. Guimarães, datado de 22 julho de 1976, informava que, em julho de 1958, havia sido instalada a comissão encarregada da elaboração do plano de organização técnico-administrativa do PEAR, em sessão realizada na sede do IGG. Em setembro, desse mesmo ano, é apresentado os resultados dos trabalhos da comissão ao Secretário da Agricultura. Esse documento, denominado pela comissão como **"Regulamento"** sugeria, também, o texto para um projeto de decreto, visando a criação do "FUNDO PEAR", que daria o suporte econômico para as atividades do Parque.

A imprensa somente divulgou o fato em novembro de 1958. Assim, com o título **"Será Pleiteada Autonomia Administrativa para o Parque Estadual do Alto Ribeira"**, a Folha da Manhã ressaltava que tal autonomia era de fundamental importância para que fossem atingidos os objetivos do PEAR, e colocava o que era necessário para a sua concretização:

> **"Uma das dificuldades que tem entravado o andamento dos trabalhos que objetivam a concretização do parque, diz respeito à verba respectiva. Embora de pequeno vulto, dada a grandiosidade da iniciativa a atender, até agora não foi posta à disposição das autoridades para o processo das desapropriações que se fazem imprescindíveis. No entanto, estudos efetuados permitem uma previsão de despesas da ordem de doze milhões de cruzeiros."** [74] **(FOLHA DA MANHÃ, 20 nov. 1958)**

[74] Para fins de comparação, o salário-mínimo vigente, até 01/01/1959, era de Cr$ 3.700,00.

E a matéria foi na direção da crítica ao lento andamento do processo:

> **"Infelizmente, porém, todas as tentativas feitas até agora para a obtenção de recursos que proporcionem a efetivação do parque, têm encontrado grande oposição por parte de elementos ligados à Secretaria da Fazenda [...]" (FOLHA DA MANHÃ, 20 nov. 1958)**

Ao final da gestão Jânio Quadros, no início de 1959, nada mais que o decreto ou os relatórios das comissões para o estudo de estruturação do Parque foram alcançados. Especula-se, entre os iporanguenses entrevistados, que o único interesse de Jânio Quadros era dificultar ações de Adhemar de Barros, seu opositor e grande proprietário de terras, relacionadas com a atividade minerária na região. O vereador entrevistado indicava o fato e a origem da descrença sobre o Parque:

> ***"*[...] *o parque a gente ouviu falá em 58, mais ninguém acreditava nele, porque é o seguinte, a gente sabia o que* [...] *o fundo lá da coisa* [...] *era a briga do Jânio Quadros com o Adhemar de Barros, que o Adhemar de Barros, era dono da maior área de terra daqui da região, certo, e o Jânio Quadros queria atingí o Adhemar... isso é o que a gente imaginava na época* [...]*, na verdade, Jânio Quadros não atingiu o Adhemar, o Adhemar mais uma veiz provô que ele era vivo, que não era burro; quando eles chegaram,* [...] *o parque chegô, o Adhemar já tinha vendido suas propriedades na região, já tinha passado pra frente, certo, e quem pagô, na verdade, foi o povo de Iporanga* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev.1990)**

De outro lado, um ofício de Guimarães, escrito em 1976, dava um histórico da trajetória do PETAR e afirmava que o maior proprietário de terras da região atingida pelo PETAR, Osvaldo Sampaio, teria formulado uma proposta, considerada por Guimarães como sendo generosa, para a venda de suas terras. Houve intervenção do próprio IGG para esse intento, em abril de 1959, sem obter nenhum resultado concreto. Em maio de 1959, o IGG enviou ao Secretário da Agricultura um ofício fazendo um apelo ao Governo do Estado no sentido de tomar providências necessárias à instalação definitiva do Parque.

Uma matéria publicada na "Folha da Manhã", nesse mesmo mês, salientava uma das primeiras tentativas de atuação da Assembléia Legislativa, no sentido de desenvolver ações para resolver a situação do Parque:

> **"Na sessão de ontem [...] o deputado Juvenal Rodrigues de Morais apresentou indicação dirigida ao Poder Executivo, no sentido de que seja efetivada a criação do Parque Estadual do Alto Ribeira." (FOLHA DA MANHÃ, 23 maio 1959)**

O artigo transcreveu, na íntegra, a proposição do referido deputado, que aproveitava a deixa do recebimento da medalha cultural, "Mal. Cândido Mariano da

Silva Rondon", pelo governador Carvalho Pinto, instituída pela Sociedade Geográfica Brasileira, pelo propósito do governo estadual de defender os recursos naturais de São Paulo. O deputado utilizou-se desse fato para declarar a importância de se efetivar a implantação do PEAR.

A matéria do jornal "Folha da Manhã", mostrava a fala do deputado, chamando a atenção para a espera de um ano, desde a assinatura do decreto de criação do Parque, e, bajulando o governador, desfechava:

> **"Indico, pelos motivos expostos, ao Poder Executivo, a necessidade de atentar para a relevância que tem no setor da conservação dos recursos naturais a efetivação do Parque Estadual do Alto Ribeira, e que se dê execução imediata às desapropriações necessárias a esse fim [...] Estará, assim, o governo do sr. Carvalho Pinto dando cumprimento ao clarividente plano de sua administração, no setor da conservação do patrimônio natural do nosso território, o que será por certo lembrado com reconhecimento pelas gerações futuras." (FOLHA DA MANHÃ, 23 maio 1959)**

Enquanto o processo corria no plano político, observa-se que as formas de se chegar na região ainda eram bastantes precárias naquela época, para se ter uma idéia o acesso de automóveis somente era feito pela antiga Rodovia São Paulo-Curitiba, que passava por São Roque, Itapetininga, Capão Bonito e Apiaí. De acordo com matéria de divulgação turística escrita para a revista "Careta", quem pretendia seguir para aquelas maravilhosas grutas, partindo pelo litoral, deveria sair da tradicional cidade de Iguape:

> **"Ali o viajante, que quiser ir por água, que é o trajeto mais bonito de todos, encontrará, várias vêzes por mês, ocasião de subir o Rio Ribeira, pelos vapores que fazem o trajeto até Xiririca em menos de dois dias. Em Xiririca principia a navegação em canôa [...]" (CARETA, 01 ago. 1959)**

O ano de 1959 seria, ainda, marcado pela implantação o Departamento de Espeleologia do, recém-criado, Clube Alpino Paulista (CAP), um dos primeiros grupos de montanhismo do Estado de São Paulo.

Assim, a partir de 1960, sob o comando do engenheiro e espeleólogo francês Michel Le Bret, o CAP conduziu importantes estudos na região do Alto Ribeira, resgatando os trabalhos de Krone e as intenções de Guimarães. Esses espeleólogos descobriram novas cavernas e exploraram as já descritas por Krone, contribuindo para a proteção e divulgação das cavernas daquela localidade.

Entretanto, o Parque continuaria no papel, mesmo com uma série de apelos do IGG, feitos entre fevereiro e julho de 1960, para sua efetiva demarcação e desapropriação, e várias notícias criticando a não-implantação definitiva do parque.

Em maio de 1960, o IGG solicitou ao Serviço Florestal do Estado a rápida tramitação do processo sobre a criação do PEAR, que naquele momento se encontrava entravado na Seção de Defesa Florestal.

A Folha de São Paulo divulgou, no mesmo mês, uma matéria afirmando que São Paulo estava negligenciando a formação de um Parque Turístico no Alto Ribeira e comentava a atuação do governo federal na preservação e divulgação dos recursos naturais do país:

> **"Por desinteresse de seu governo, São Paulo vai perder magnífica oportunidade de mais uma vez colocar-se na vanguarda das iniciativas no país. Sabendo ver mais longe que os poderes públicos paulistas e reconhecendo a grande força que o turismo significa para a consolidação de finanças, e para a recreação, o bem-estar e a higienização mental do povo, o sr. Juscelino Kubistchek acaba de anunciar à nação que transformará a ilha do Bananal num parque turístico nacional." (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 maio 1960)**

E a notícia continuava sua dura crítica à atuação do governo estadual, "comemorando" os 2 anos de descaso após a criação do parque:

> **"Enquanto isto acontece e apesar de reiteradas críticas, o poder público paulista cruza os braços, inexplicavelmente, deixando ao abandono apreciável gleba já declarada parque e passível de transformar-se num dos mais importantes recantos turísticos, até mesmo do país [...] parece não haver dúvida que é até mesmo criminosa a omissão do governo de São Paulo na concretização do Parque do Alto Ribeira [...]" (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 maio 1960)**

Assim, o único fato concreto que aconteceria nesse período, seria a aprovação da **lei n.º 5.973**, de 28/11/1960, de autoria do deputado Cyro Albuquerque, que autorizou a alteração da denominação do parque para **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)**, nome que permaneceria até hoje, mostrando que o discurso turístico ganhava, pelo menos, expressão governamental; nesse momento, entretanto, ainda vinculado à uma visão de forte cunho capitalista, pouco se falando dos benefícios às populações locais, atingidas pelo Parque.

Ainda, em novembro de 1960, a Folha de São Paulo divulgava o fato com uma certa euforia, o título comprovava: **"São Paulo Ganhou, Oficialmente, seu Primeiro Parque Turístico, na Região do Alto Ribeira"**. A notícia interpretava,

precipitadamente, que essa alteração mostrava que o Governo Carvalho Pinto estaria encarando a questão turística de forma mais arrojada:

> **"Com a nova denominação dada ao Parque Estadual do Alto Ribeira, São Paulo, passa a ter seu primeiro parque turístico, o que significa equacionamento de interesses do governo com os do povo e, ao mesmo tempo, a cristalização parcial dos esforços despendidos pela FOLHA DE S. PAULO nesse sentido. O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira é o primeiro grande marco no processo evolutivo do turismo interno paulista. Ressalta a compreensão que o problema vem tendo da parte das autoridades [...] Aliás, foi o titular dessa pasta** [Secretaria da Agricultura]**, o sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, quem tratou diretamente com o governador da conveniencia de iniciar São Paulo sua marcha decisiva no aproveitamento das reservas florestais como centros turísticos." (FOLHA DE SÃO PAULO, ? nov. 1960)**

Entretanto, o repórter ponderava e retomava os questionamentos anteriores, fazendo a seguinte ressalva:

> **"A batalha pela formação do parque de turismo do Alto Ribeira ainda não terminou. Somente se encerrará quando naquela linda região estiver em franco funcionamento o ambicionado logradouro, com todas suas instalações completas a proporcionar momentos felizes ao povo e compensadoras rendas ao governo." (FOLHA DE SÃO PAULO, ? nov. 1960)**

No ano seguinte, o decreto n.º 38.391 (03/05/1961) alterou a nomenclatura das dependências do Serviço Florestal e atribuiu a esse órgão a competência de classificar as novas áreas adquiridas, entre elas o PETAR.

Revistas de circulação na época, continuaram proclamando os potenciais da região do Alto Ribeira, tal como a Revista "Divulgação" que destacava como título **"O mais belo parque florestal da América Latina**", matéria que constituía o primeiro número da revista, que circulou em agosto de 1961.

No início de 1962, a Folha de São Paulo voltou a carga para os problemas referentes à implantação de parques turísticos, criticando a atuação de gestões do governo estadual quanto ao assunto. Utilizando como referencial a atuação do governo dos Estados Unidos, que criou, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, reconhecido mundialmente como o primeiro parque implantado, a matéria da Folha criticava: **"Em parques de turismo São Paulo tem quase um século de atraso"**. E trazia importantes questionamentos sobre o modo de entender o problema pelo governo brasileiro:

> **"Incompreensão do governo brasileiro e, especialmente, do Estado, faz com que o país e São Paulo se distanciem cada vez mais das nações que realizam algo de construtivo no setor dos parques de turismo. Nem mesmo as reservas florestais, cuja lei maior permite o aproveitamento de áreas com objetivos turísticos, se**

> **encaminharam nesse sentido, com poucas exceções. São Paulo sem um parque turístico sequer (a não ser o do Alto Ribeira, criado teoricamente), sugere confrontos com a mentalidade de governantes de outros povos. Daí, desponta a melancólica revelação da existência de pelo menos três quartos de século de atraso ou, talvez, até mesmo quase um século a débito dos paulistas [...] No governo do sr. Jânio Quadros criaram-se dois ou três parques-fantasmas, que não se concretizaram." (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 mar. 1962) (grifos meus)**

Ressalvou-se no artigo que não se esperava que São Paulo constituísse algo como o Yellowstone, mas que, áreas com características turísticas e recreativas próximas à capital, tal qual a Serra da Cantareira, fossem implantadas. Além disso, chamava a atenção e voltava à carga de criticidade:

> **"[...] a concretização do Parque Estadual de Turismo do Alto Ribeira, que até o momento não passa de expressão demagógica do governo." (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 mar. 1962)**

Ao que parece a notícia tinha razão de ser, pois o PETAR continuou em estado de abandono. Do ponto de vista da política institucional as coisas se complicaram, visto a aprovação do **decreto n.º 41.636** (30/01/1963), que regulamentava a lei n.º 6.884 (29/08/1962), dispondo sobre parques estaduais, que determinou que os parques e florestas estaduais deveriam ser da responsabilidade do Serviço Florestal, mesmo o PETAR, à revelia dos técnicos do IGG.

Indignado, o Eng. José Epitácio Passos Guimarães, mencionou o fato no seu parecer elaborado em 1976 sobre a situação do PETAR:

> ***"Assim, gradativamente, por motivos não colocados à discussão e desconhecidos dos técnicos das ciências geológicas, o IGG, que planejou e corporificou o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, desde o seu nascedouro, foi sumariamente excluído da liderança de sua realização. E, também, desde janeiro/1963, passou a ser competência e interesse, exclusivamente, do Serviço Florestal* [...] *os assuntos***
>
> ***relacionados com o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira."* (GUIMARÃES, ofício, 22 jul. 1976)**

Na verdade, o IGG continuou ligado à questão do PETAR, ficando sob sua guarda aquelas grutas adquiridas em 1910, localizadas na parte centro-norte do Parque, no núcleo Caboclos. Por outro lado, o fato que acabou excluindo o IGG da liderança dos trabalhos se deve a conflitos políticos dentro dos órgãos governamentais, que acabaram mantendo o PETAR em estado de abandono das ações do Estado, até o final do Governo Carvalho Pinto.

Com a entrada do Governo Adhemar de Barros, em março de 1963, a situação, se não piorou, no máximo ficou na mesma. Nenhuma ação governamental foi localizada nesse período para o Alto Ribeira. A exceção se deve ao início dos trabalhos da Brasconsult, empresa contratada, em 1964, pelo DAEE, para realizar estudos visando a elaboração de um plano para o desenvolvimento do VR.

Em contrapartida, Diva B. PINHO (1964), em seu trabalho produzido na Universidade de São Paulo, sobre problemas de desenvolvimento regional, já chamava a atenção para a possibilidade do incremento da atividade turística, de caráter científico, como aproveitando das grutas do Alto Ribeira, e como alternativa econômica viável, se viesse acompanhado de melhoria das estradas de rodagem e das condições de hospedagem na região.

De outro lado, as atividades de entidades espeleológicas foram responsáveis pela descoberta de novas grutas, e ampliação do conhecimento das grutas anteriormente cadastradas por Ricardo Krone. (FIGUEIREDO & LA SALVIA, 1997)

Em julho de 1964, ocorreu uma importante atividade intergrupos, visando a exploração e mapeamento de cavernas do PETAR. Essa atividade fez a vez de **1º Congresso Brasileiro de Espeleologia**, realizado na região do Bairro da Serra em Iporanga, e tinha como principais objetivos: a troca de informações entre os (poucos) grupos de espeleologia existentes na época, a sistematização de dados sobre as cavernas do Alto Ribeira e dar início às discussões para concretização de uma federação de entidades espeleológicas no Brasil.

Com o título **"Exploradores de Grutas e Cavernas Brasileiras vão Fundar Federação"**, a imprensa deu boa cobertura ao fato, descrevendo os resultados dos trabalhos e a proposta desse agrupamento dos aficionados à Espeleologia, além de chamar a atenção para a problemática do PETAR:

> **"Cogita-se há muitos anos de transformar aquela região num Parque Estadual do Alto Ribeira, iniciativa a nosso ver – se concretizada – felicíssima [...] Esperemos, pois que, uma vez sintetizadas todas essas iniciativas, quer particulares, quer governamentais, possam os espeleólogos paulistas e brasileiros prosseguir em sua tarefa de desvendar os segredos das grutas e cavernas do nosso Estado" (MARTIN, OESP, 09 out. 1964)**

O Espeleo Club de Londrina, sob coordenação de Pierre A. Martin, realizou várias expedições, no período de julho a dezembro de 1964, produzindo um levantamento de 2.500m do eixo principal da Caverna de Santana, reconhecida por Krone como uma das, possivelmente, maiores do Estado, fato que veio a ser comprovado. Aliás, a região da Caverna de Santana acabou se constituindo num dos núcleos de maior visitação turística do PETAR, a partir da década de 70.

Os resultados dessas expedições foram publicados em uma interessante notícia do jornal "O Estado de São Paulo" que trazia no título, **"Alto Ribeira: Grande Potencial Inaproveitável"**, que constitui matéria-prima para verificar a situação do PETAR naquela época. A reportagem ressaltava a importância daquelas cavernas de São Paulo, como fator de atração turística,:

> **"Até o leigo pode compreender, sem grande esforço, que aquele potencial inestimável pode atrair, por si só, caudalosas correntes turísticas de estudiosos, de cientistas, de artistas, de exploradores e de público em geral, de todas as partes do globo." (OESP, 08 jan. 1965)**

Mas, a notícia também criticava a situação de abandono do PETAR, com a espera de quase uma década para a criação de um Parque Estadual.

> **"Oito anos se passaram e estamos ainda no anteprojeto. É de se lamentar que as autoridades oficiais não tenham julgado oportuno dar àquela iniciativa a importância que indiscutivelmente merece, quer pela valorização turística de uma zona ainda virgem, privilegiada quanto aos encantos naturais, quer pela preservação do maior patrimônio de riquezas subterrâneas que se conhece no Estado, e talvez no Brasil." (OESP, 08 jan.1965)**

E a reportagem reforçava a necessidade de se implementar o PETAR e sugeria atenção do governo estadual:

> **"A transformação daquela área em Parque Estadual, dentro de criteriosa aplicação de verbas, promoveria intensa e rápida valorização da região, ao tempo que preservaria as matas, através de rigorosa fiscalização, e proporcionaria, ainda, aos turistas, condições de hospedagem e de guias para excursões. Seria este um bom tema para o sr. titular da pasta do Turismo, que acaba de ser criada, adotar para ponto de partida de suas atividades." (OESP, 08 jan.1965)**

Nesse sentido, um artigo de "A Gazeta" demonstrava que o deputado Blota Júnior, recém-empossado secretário do Turismo, estava bastante impressionado com o extraordinário potencial turístico da Caverna do Diabo, localizada no município de Eldorado, vizinho à Iporanga, mas, que pretendia, também, retomar e dinamizar o plano de gestão do PETAR, elaborado pelo IGG, tendo realizado naquela época uma

reunião específica para esse fim com o diretor do IGG e o Eng. José Epitácio P. Guimarães.

De acordo com a matéria, havia um visível interesse do secretário para essa região do Estado de São Paulo, em vista de seu enorme potencial para o fomento do turismo. Nessa direção, a matéria declarava que seria feita a iluminação da Caverna do Diabo **"[...] de acordo com o plano de desenvolvimento turístico da região das grutas calcárias, [...] a fim de torná-la ponto de atração de primeira grandeza dos municípios do sul do Estado."** (A GAZETA, 06 ago. 1965)

Ao que tudo indica o Secretário de Turismo concentrou-se apenas na "Caverna do Diabo", já que o turismo implementou-se amplamente nessa gruta, mas, a região do PETAR ficou fora dos planos do governo estadual, visto não ter acontecido nada de concreto nesse período.

Enquanto isso, a **Gruta da Tapagem**, ou sua alcunha turística: ***"Caverna do Diabo"***, ganhava o cenário nacional e internacional, por ser uma das primeiras grutas contando com infra-estrutura para o turismo de massa, tais como: passarelas, pontes, iluminação, a ser implantada no Brasil, entretanto, foram vários os equívocos decorrentes da visão simplista de manejo de cavernas, corrente na época.

Apesar da proposta de retomada do plano de organização do PETAR não ter sido colocada em prática, o IGG, por meio do Eng. José Epitácio P. Guimarães, continuou divulgando as belezas da região e os estudos sobre cavernas. Assim, em 1966, foi publicado um boletim especial contendo um artigo geral sobre **"Grutas Calcárias"**, de autoria do próprio GUIMARÃES (1966) e outro, do engenheiro e espeleólogo francês, Michel LE BRET (1966), intitulado **"Estudos Espeleológicos no Vale do Alto Ribeira"**, caracterizando-se em um dos primeiros documentos de cunho didático-informativo, relacionado à espeleologia paulista.

O prefácio de Valdemar Lefèvre, diretor geral do IGG, nesse boletim fazia um breve histórico da situação do PETAR. E não perdia a oportunidade para lamentar sobre o descaso:

> **"As representações dos técnicos e a campanha movida pela Imprensa esclarecida desta Capital não encontraram eco e até hoje está improdutivo o trabalho elaborado pela Comissão de 1958. Em consequência, perderam os técnicos, os cientistas, os estudiosos e os turistas." (LEFÈVRE, 1966)**

Entre 1966/67, no governo provisório de Laudo Natel, ficou pronto o relatório da Brasconsult, um gigantesco documento, contando com 6 volumes, intitulado: **"Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul"**. Nesse material apesar do destaque para os problemas e características regionais, o Vale do Ribeira era colocado como **"região turística por excelência"**. (SÃO PAULO, DAEE/ BRASCONSULT, 1966)

Em 1968, já no governo Abreu Sodré, era feito um resumo desse documento, como ponto de partida para a implantação do plano de desenvolvimento regional (SÃO PAULO, DAEE, 1968). Nesse mesmo ano, é iniciada uma série de ações pontuais para a melhoria das condições do VR, sendo criados diversos órgãos, como a **Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA)**, numa linha pautada na doutrina da segurança nacional e desenvolvimento econômico, do período militar. (MARTINEZ, 1995:53-57)

Ao mesmo tempo, o governo iporanguense era liderado por Jeremias de Oliveira Franco, assessorado por Luiz Nestlehner, cujas atuações, na época, foram fundamentais para a implantação do turismo, em nível municipal, e consolidação da denominação de **"Capital das Grutas"** para o município de Iporanga, até hoje utilizada. Em 1968, o prefeito Jeremias Franco decidiu equipar o trecho inicial da Caverna de Santana para atender aos turistas e os espeleólogos, para isso contratou alguns funcionários para o serviço de instalação, manutenção e apoio aos visitantes. Por conta de sua atuação, alguns espeleólogos paulistas lhe prestaram uma homenagem, denominando Gruta do Jeremias, uma nova caverna descoberta na região sul do município.

Matérias publicadas na época, principalmente pelo jornal "O Estado de São Paulo", dão idéia da importância que o turismo e a preservação das cavernas ganharam no município. No enorme artigo ***"Turismo, indústria ou aventura"*** aparece pela primeira vez uma proposta de desenvolvimento turístico unindo os atrativos naturais, grutas e cachoeiras, com o patrimônio histórico de Iporanga, abrindo novas perspectivas para o turismo:

> **"A gruta de Sant'Ana [...] vem recebendo agora os primeiros melhoramentos por parte da Prefeitura de Iporanga, que fez uma estrada, melhorou a entrada e o interior da gruta e está aguardando a ajuda do governo estadual, que já prometeu iluminá-la [...]. Iporanga é um complemento obrigatório para quem visita as grutas. Além das**

atrações próprias de sua antiguidade e de sua história pitoresca, ela pode oferecer notáveis contribuições para melhorar o passeio à região, especialmente se houver um pique-nique no programa." (COELHO, OESP, 25 set. 1968)

Mas a notícia de Sérgio Coelho era iniciada fazendo uma provocação que se somou ao desfecho da matéria, de forma irônica:

"Conhecer as 30 grutas calcárias e o Vale do Betari em Iporanga [...] ainda é uma aventura. Faltam estradas, faltam hotéis, falta confôrto, falta tudo para aproximar os paulistas dessa região de riquezas naturais surpreendentes e transformar essa aventura em turismo." (COELHO, OESP, 25 set. 1968)

Em relação ao PETAR, pouca coisa aconteceu no período da gestão Abreu Sodré (1967-1971). O único fato concreto foi a assinatura de um decreto estadual datado de 28/12/1969, que excluiu uma área de 609,17 ha da área original do Parque, que passou a ter 35.102,83 ha. Essa área, situada nas cabeceiras do rio Pilões, pertencente a uma empresa de mineração. (CARRIL, 1995), mostrou-nos que o lado econômico falou mais alto.

Outro fato importante, desse ano, é o sancionamento do decreto n.º 145, de 08/08/1969, criando o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), com 150.000 ha, sendo sua área mais conhecida a do Núcleo Caverna do Diabo, por sua famosa atração turística. O PEJ abrangeria uma área de 6,4% do município de Iporanga, sendo mais um diploma legal restritivo que afetou o município.

Nesse mesmo ano, em 01 nov. 1969, foi fundada a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), sob a presidência de Michel Le Bret, entidade que congregaria os espeleólogos brasileiros, que já vinham se reunindo desde 1964, para discutir os problemas relativos à proteção do patrimônio espeleológico. Além disso, a SBE seria uma entidade que teria uma atuação significativa para a implantação do PETAR.

Surgiriam, nessa época, diversos grupos de espeleologia (Os Aranhas, Itatins, Espeleo Clube de Londrina, Opiliões, CEU, Bagrus, entre outros), que tiveram um importante papel para consolidar esse tipo de atividade, ligando o lazer, o esporte de aventura e a pesquisa científica, além de fornecer dados que justificariam o porquê de um parque para proteger cavernas do Alto Ribeira.

11.3- PROJETOS TURÍSTICOS PARA O VALE DO RIBEIRA: CAVERNAS NA MIRA (1971-1979)

A partir de 1971, a SUDELPA ganhou novas dimensões e maior apoio financeiro, durante o governo Laudo Natel. Para se ter uma idéia esse órgão recebeu, até 1974, uma verba equivalente a quase 400% da verba obtida no início do órgão, em 1968. Com isso pôde ser elaborado o **"Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Litoral – Vale do Ribeira (PROAP)"**, que possibilitou a concretização das funções da SUDELPA (MARTINEZ, 1995:60-61). Muitos outros projetos e estudos foram realizados nesse período, visando a consolidação de um plano de atuação desse órgão para o Vale do Ribeira.

A questão turística, voltou à cena, agora contando com maior destaque e associada a viabilização de um plano de desenvolvimento sócio-econômico, tendo no turismo, e setores associados, o elemento principal que poderia redimir a situação do Vale do Ribeira.

Desse modo, a SUDELPA contratou entre 1970/71 a empresa INTERCONSULT para realizar o **"Estudo de Viabilidade Técnica e Sócio-Econômica de Implantação de Comunidades de Serviço e Turismo (CST) na Área do Litoral Paulista"**.

Esse extenso trabalho, contando com 3 volumes, deixava claro a intenção de ocupação da região e dinamização econômica, atraindo a iniciativa privada e propiciando a fixação de profissionais de nível universitário e médio, tais como: **"engenheiros, professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, dentistas, administradores"**, nas comunidades existentes na região abrangida pela atuação da SUDELPA. Essa capacidade da região absorver recursos humanos qualificados, foi considerada como um aspecto muito importante. (SÃO PAULO, SUDELPA, [1971]:1)

O relatório final desse exaustivo estudo demonstrava as características e potencialidades da região do litoral e do Vale do Ribeira. Os temas pesquisados foram: Dinâmica Populacional, Força de Trabalho e Emprego, Artesanato e Emprego, Oportunidades de Desenvolvimento, O Sistema Educacional, Saúde e Equipamentos de Saúde, Saneamento, Transporte e Organização Territorial.

Quanto à definição do que seria uma **"Comunidade de Serviço e Turismo – CST"** os relatores afirmaram que, numa acepção ideal:

> **"A CST pode ser definida como um conjunto social (em sentido lato) complexo, organizado, integrado e dinâmico de serviços educacionais, de saúde, de esporte, de cultura, de recreação e de outras atividades, conjunto esse no qual as crianças, os adolescentes e os adultos trabalham, produzem, criam, transmitem-se reciprocamente as suas experiências e assim por diante. Nessa acepção, a CST se compõe de instituições e de pessoas, de valores culturais e padrões de comportamento, de atitudes e de opiniões. Na medida em que são organizadas e dinâmicas, elas combinam de modo ativo e criador todos esses elementos. Uma CST completa e ideal, pois, seria aquela comunidade de serviços sociais e culturais (sistemas de educação, de equipamentos de saúde, de bibliotecas, de teatros, de jornais, de rádios, de clubes, etc.) por meio dos quais as pessoas de uma cidade podem realizar e aplicar sua vida social e cultural em sentidos amplo e criador." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1971]:7) (grifos dos autores)**

Entretanto, considerou-se no documento que a maioria das cidades abrangidas pela atuação da SUDELPA não apresentavam essas características descritas, e, por isso, era imprescindível a sua implantação no litoral e no Vale do Ribeira.

Em relação aos programas para o desenvolvimento do turismo, abrangendo o Litoral Sul e Vale do Ribeira, consideravam que, apesar atrativos naturais serem **"[...] bem menos favoráveis do que aqueles apresentados pela região que vai de Bertioga à Parati [...]"**, o aumento da demanda turística poderia ser absorvido por essas outras regiões.

O documento descrevia as etapas para a viabilização de programas de turismo no Litoral Sul e no VR, chamando a atenção para a necessidade de melhorias nas vias de acesso e na divulgação da região, que era incipiente, apesar de algumas ações da Secretaria de Turismo, utilizando cartazes turísticos, como aqueles relativos à Caverna do Diabo, considerados, no entanto, como mínimos os resultados alcançados. Até a realização de excursões gratuitas com estudantes universitários, foram propostas como estratégias de divulgação à turistas potenciais.

A segunda etapa definida indicava a necessidade do desenvolvimento dos núcleos turísticos já existentes, tais como: Iguape, Cananéia e Eldorado Paulista, por conta da Caverna do Diabo. O município de Iporanga era considerado como uma quarta opção e que:

> **"[...] apesar de ainda não valorizado turisticamente, apresenta boas potencialidades em virtude do grande número de cavernas e de outras formações rochosas peculiares." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1971]:146)**

O estudo sobre viabilidade de implantação de CSTs indicava, nessa etapa, a necessidade da SUDELPA motivar as prefeituras para realizarem planos específicos para o desenvolvimento do turismo local, cuja implementação poderiam contar com a colaboração da Secretaria de Turismo ou a Secretaria de Planejamento.

O relatório informava que, já naquela época, existiam estudos na Secretaria de Turismo para implantação de um **"grande hotel de luxo"** junto à Caverna do Diabo. No entanto, afirmavam que tal iniciativa era recomendável no contexto de um programa turístico para toda essa região, mas acreditavam que nas proximidades do mar os turistas tenderiam a permanecer por mais tempo, e que a Caverna do Diabo deveria constituir uma atração adicional. Sugeriam, ainda, a melhoria das instalações sanitárias e de restaurantes, além da construção e um **"camping de montanha"**, como algo mais apropriado para essa área nas escarpas da Serra de Paranapiacaba.

Com relação à Iporanga, o documento ressaltava que aumento do fluxo turístico dependia da ampliação da divulgação, melhoria das estradas e da infra-estrutura. Contudo, consideravam que essas iniciativas teriam pequenos efeitos quanto à geração de empregos e aumento da renda, mas, seria o passo inicial para

tornar o lugar mais conhecido e dar condições para atrair novos investimentos (SÃO PAULO, SUDELPA, [1971]:153).

De acordo com o documento, propunha-se a criar Parques de Caça e Pesca, que deveriam ser localizados e delimitados com a colaboração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Secretaria Estadual da Agricultura, para o fornecimento do calendário apropriado para a caça e pesca das diferentes espécies animais. Além disso, esses parques teriam dupla finalidade:

> **"[...] facilitar as condições de acesso e de hospedagem nos locais apropriados e, por outro lado, de contribuir para preservar a fauna e a flora contra o uso indevido e incontrolado." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1971]:155)**

Ao que tudo indica essa visão de turismo, ligado à caça e à pesca no Alto Ribeira, somente esteve presente nesse período da primeira metade da década de 70, não mais sendo colocado como alternativa de desenvolvimento.

Enquanto a SUDELPA iniciava esses estudos para o planejamento do turismo no VR, o presidente da SBE, na época Pierre Martin, se preocupava com a depredação de cavernas do PETAR. Em junho de 1971, Martin enviava um ofício ao Prefeito de Iporanga esclarecendo mal entendidos sobre a atuação de ***"[...] elementos que não manifestam o devido respeito às belezas naturais [...]"***, que se colocavam indevidamente como funcionários do IGG e conclamava as autoridades municipais a salvaguardarem as cavernas do Vale do Bethary de ações depredatórias, colocando a entidade à disposição, para esse fim.

Retomando o âmbito das ações governamentais, uma parceria com o governo Japonês, proporcionou a realização de outro estudo visando o desenvolvimento do VR. O relatório apresentado, em fevereiro de 1972, pela delegação técnica japonesa apontava, no item relativo ao "Desenvolvimento da Silvicultura", a importância da conservação das florestas do VR e do papel do Instituto Florestal para a promoção da proteção florestal, da pesquisa e de serviços ligados à organização das atividades de reflorestamento. E traziam o assunto para os benefícios sociais da conservação e os problemas advindos da atividade agrícola.

> **"A floresta oferece sossego e recreio à humanidade. Porém, à medida que se vão adiantando os empreendimentos agrícolas, mais freqüentemente as matas irão sofrendo cortes descontrolados, o que poderá ser refreado por meio de preservação organizada, tendo-se em vista grandes reservas julgadas indispensáveis. A mencionada floresta, patrimônio nacional, perto de São Paulo, é uma jóia para adorno da Paulicéia, e a mata virgem do Ribeira é um tesouro da nação. Bem poderia o governo liberar ao público parte das matas a ele pertencentes, para fins de recreação." (SUMIYOSHI *et al*., 1972)**

Esse estudo apontava a SUDELPA como o órgão que seria o **"verdadeiro dínamo na execução do Plano"** e que teria a missão de supervisionar todos os serviços relativos ao desenvolvimento do Vale do Ribeira, entretanto, considerava que a atuação desse órgão ainda não estava de todo estruturada, devido ao seu pequeno tempo de existência, e que faltava completar o seu pessoal e organograma interno.

O documento é realçado pela constante intenção do desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os países (Brasil - Japão) na consecução de um plano para o desenvolvimento para o VR (Mais um??!!), colocava, ainda, a importância de maior intercâmbio entre os órgãos de estado e outras entidades, viabilizando esse plano.

Com o título **"Ciência ou Aventura na Rota das Cavernas"** era publicado, em 04 fev. 1973, no jornal "O Estado de São Paulo", mais um artigo de divulgação das cavernas do Alto Ribeira. O jornalista Hamilton de Souza descrevia, nessa matéria, uma expedição de treinamento, realizada em janeiro, por integrantes da SBE.

A matéria partia da afirmação: **"não há infra-estrutura para ativar o turismo"** em Iporanga. E na sua análise sobre o tema, refletia sobre a problemática:

> **"Na região mais pobre do Estado de São Paulo - o Vale do Ribeira - a existência de 87 grutas deveria constituir motivo suficiente para um grande empreendimento turístico. Mas, o município de Iporanga, onde se encontra várias cavernas comparáveis à do Diabo, não dispõe de verbas para melhorar as estradas e conservar as grutas, e não existe, na região, nenhum hotel que possa atender a um eventual fluxo de turistas". (SOUZA, OESP, 04 fev. 1973)**

O estado de abandono das grutas era geral, com exceção da Caverna de Santana que, apesar das suas precárias condições, mantinha guias locais para orientar os visitantes. No artigo, o prefeito de Iporanga reconhecia no turismo a melhor forma para o desenvolvimento do município. Além do que, a melhoria da estrada que liga Eldorado, onde está a Caverna do Diabo, à Iporanga:

> **"[...] tornaria possível a elaboração de um roteiro das cavernas: em vez de visitarem somente a Caverna do Diabo, os turistas passariam também pelas cavernas de Iporanga, o que beneficiaria economicamente o município". (SOUZA, OESP, 04 fev. 1973) (grifo meu)**

A notícia destacava, ainda, que a concretização dessas melhorias era vislumbrada pelos iporanguenses:

> **"Assim, sem condições para explorar uma das maiores riquezas do município - as cavernas - Iporanga espera a colaboração do governo estadual, que até agora só mostrou interesse pela Caverna do Diabo, no município de Eldorado, dotando-a de iluminação e som e destinando grandes somas para a sua conservação". (SOUZA, OESP, 04 fev. 1973)**

Na matéria comentava-se, também, que enquanto o turismo não se instalava, como alternativa real de desenvolvimento, algumas pessoas inescrupulosas, aproveitavam o estado de abandono para depredar as ornamentações das cavernas.

Assim, a idéia do desenvolvimento do turismo ganharia força total no período de 1973-1974, final da gestão Laudo Natel, quando a SUDELPA realizou uma série de estudos por sua equipe técnica, ou pessoal contratado, a fim de verificar a viabilização e sistematização dessa opção econômica em todo o Vale do Ribeira.

Esses estudos foram possíveis de serem executados, em virtude do aumento significativo de verbas destinadas à atuação da SUDELPA, principalmente, a partir do ano 1974. (MARTINEZ, 1995)

O primeiro desses trabalhos, **"Possibilidades Turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul"**, produzido no final de 1973, possuía um âmbito mais geral quanto a abrangência do turismo regional e um certo caráter acadêmico, visto que sua equipe era composta por elementos da coordenação técnica da SUDELPA, que além da característica multidisciplinar (economistas, sociólogos, geógrafos e arquitetos), eram, em sua maioria, oriundos da USP.

Um dos objetivos do trabalho era fornecer uma contribuição à literatura voltada para a metodologia do planejamento turístico. A equipe partia seu discurso da importância de pesquisar o turismo e mostrava o ineditismo desse tema no Brasil:

> **"Turismo é campo de estudos repleto de desafios e que, especialmente no Brasil ainda atravessa a fase do empirismo. O desafio resulta do desconhecimento do comportamento do turista brasileiro e das formas mais adequadas para a exploração turística dos inúmeros núcleos receptores potenciais." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:1)**

O documento elaborado extrapola a região do VR, tornando quase um estudo de caso, não fossem os objetivos políticos e institucionais envolvidos. A justificativa para um estudo nessa região de atuação da SUDELPA, destacava o turismo como a atividade mais promissora, entretanto, novamente surgia a necessidade da melhoria da infra-estrutura e da divulgação. (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:11)

O estudo destacava, dentre as potencialidades turísticas do VR e Litoral Sul, a área litorânea e as cavernas do Alto Ribeira. E faziam uma ressalva sobre a relação entre o desenvolvimento local e o turismo:

> **"Evidentemente, não se deve entender o desenvolvimento turístico como desvinculado do desenvolvimento das demais atividades econômicas locais. Muito pelo contrário, o crescimento de outras atividades econômicas [...] apresentam repercussões sobre atividades turísticas." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:14)**

Em termos metodológicos, o trabalho pautou-se na aplicação de diversos métodos de estimativa e de avaliação da oferta e demanda turística. Os levantamentos propostos, de âmbito quantitativo e qualitativo, forneceram elementos para análise do turismo nas localidades destacadas, entre eles: capacidade de alojamento, serviços complementares, serviços de apoio à atividade turística, análise

de custos, análise da demanda, atividades mais procuradas para a recreação e o perfil sócio-econômico da clientela.

No item voltado para a questão dos impactos do turismo sobre a área, houve uma tendência de enfatizar os aspectos positivos do turismo, desconsiderou-se, nesse momento, os seus possíveis impactos negativos.

> **"O processo de desenvolvimento na área repercutirá sobre o aumento da demanda de turistas. [...] O turismo desempenha papel fundamental na evolução econômica de uma área, incrementando desta modo os vários setores: a indústria de alimentação, a indústria de alojamentos, a indústria de construção civil, as obras de infra-estrutura, setor de serviços (bancos, comércio, etc.), conseqüentemente, geram-se novas fontes de trabalho, proporcionam-se novos empregos [...]./ O turismo provoca no emprego uma série de melhorias em termos de qualidade, produtividade e remuneração." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:39)**

Essa apologia da atividade turística como promotora da geração de divisas e mola propulsora do desenvolvimento econômico regional, surgia em meio à corrente do ***"Prá Frente Brasil"***. Nesse momento, o turismo se colocava, não só como mais uma opção econômica, mas, além disso, como atividade intimamente ligada à ideologia da integração e segurança nacional, tendo como função regional a ordenação territorial. (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]: 43)

Esse documento destacou a importância da definição de zonas prioritárias que indicariam os pólos turísticos, baseados nas características e **"[...] vocações naturais da região"**. A escolha dessas zonas turísticas, visando futuros investimentos, deverá se basear em estudos detalhados dos valores qualificativos da própria região e dos estímulos dos centros emissores em visitá-las.

O texto destacava, ainda, a questão da importância dos parques como atrativo turístico, calcado na conservação dos recursos naturais, Apresentou-se no documento, inclusive, uma análise do conflito na relação sociedade-natureza e o papel dos parques no **"[...] sentido de deter a destruição da natureza"**:

> **"A humanidade, dispondo de recursos fornecidos pela moderna tecnologia, avança de modo cada vez mais avassalador sobre os recursos naturais. A floresta tropical, ainda hoje, é quase encarada pelo leigo como uma inimiga a ser enfrentada e aniquilada para que possa haver 'progresso'. Idéias inteiramente falsas como 'inferno verde', 'febres tropicais' [...] disseminadas pelos primeiros colonizadores e viajantes, continuam sendo aceitas em nosso dias, com o aparente objetivo de incompatibilizar o homem com a natureza tropical." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:44)**

Essa reflexão, bastante moderna para a época e momento político, evidenciava a visão dos autores para a relação entre preservação e turismo, ressaltando a importância das unidades de conservação do ponto de vista científico, estético e econômico, além das suas relações com a cultura e o bem-estar da humanidade.

O outro aspecto destacado nesse item foi a "Ordenação Legal e Institucional", no qual é listada uma série de documentos legais que dão sustentação às políticas públicas de turismo, tanto no âmbito federal, quanto no estadual, mostrando que esse trabalho fundamentava-se nas bases jurídicas, da época, como o decreto-lei nº 55 (18/11/1966), que definia a Política Nacional de Turismo e criava o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR):

> **"Existe ampla legislação ao nível federal e estadual definindo a política de turismo, regulamentando várias atividades turísticas, concedendo estímulos fiscais às atividades ligadas ao turismo, traçando regulamentos, visando a preservação do patrimônio histórico, artístico e paisagístico, etc. O conhecimento da legislação federal e estadual é condição indispensável ao planejamento turístico." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:46)**

A Coordenadoria Técnica da SUDELPA, destacava no documento os seguintes municípios do Vale do Ribeira: a) Iguape-Cananéia: no circuito das praias do litoral sul e b) Eldorado-Iporanga pelo conjunto de magníficas cavernas, na área do Alto Ribeira. Os roteiros foram propostos de acordo com as disponibilidades de atrativos naturais e diversos aspectos histórico-culturais. (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]). Reconhecia-se a precariedade do acesso entre essas áreas, por isso, recomendava-se a melhoria ou asfaltamento das vias de ligação entre núcleos turístico.

Iporanga era destacada, no documento, devido à existência de Parques Estaduais, entre eles o Alto Ribeira e Jacupiranga, realçados como um considerável recurso turístico, desde que promovida a sua utilização racional.

A questão histórica e cultural também conferia à Iporanga, uma valorização turística, vista como herança do nosso **"glorioso passado colonial"** e como indicativo dos primórdios do **"[...] processo de transformação da paisagem natural**". Sua relação com o turismo é explicitada no documento:

> **"[...] os primeiros povoadores deixaram marcas de uma atividade colonial que ainda hoje são encontradas na arquitetura local, nos monumentos, igrejas, etc., que possuem hoje um valor histórico e que somados ao artesanato e festas religiosas locais, constituem um acervo de grande potencialidade turística." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1973]:93)**

Apesar da inexistência de uma conclusão formal desse documento, foi trazido à tona um enorme referencial bibliográfico e aplicada uma importante metodologia para concretização de um plano de turismo, comprometido com os interesses regionais, considero, portanto, esse trabalho da SUDELPA [1973] o mais importante documento sobre planejamento turístico do VR, até o início da década de 80. A partir daí inúmeros trabalhos e publicações enfatizariam a importância turística do VR, sempre trazendo como destaque o município de Iporanga.

Em março de 1974, o **"Estudo e Justificativa da Necessidade de Pavimentação da Estrada Apiaí - Iporanga"**, apresentou alternativas de baixo custo para a pavimentação dos 41 Km dessa estrada, com apoio da Associação Brasileira de Cimento Portland, num traçado que passava pelo Núcleo Santana do PETAR e pela Mineração Furnas. Esse trabalho reforçava dados anteriores que destacavam a importância da melhoria das vias de acesso à Iporanga a fim de promover o turismo local, e a mineração, "evidentemente".

> **"A proposição e a justificação de pavimentar a referida estrada apoiam-se na posição adotada pela SUDELPA baseada em imperativos de ordem turística além do fato de que a estrada tem seu traçado atual sobre um área de mineração que será, certamente, objeto de industrialização futura./ [...] estudará como a demanda de recreação nos grandes aglomerados humanos e uma oferta inexplorada de atrativos turísticos justificam e mesmo pressionam no sentido da pavimentação da Estrada Apiaí-Iporanga." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 1)**

De acordo com esse relatório, a demanda da recreação ao ar livre deve ser analisada sob as seguintes variáveis: *urbanização crescente, elevação do nível de renda e aumento do tempo disponível para o lazer*. Podendo-se, ainda, estabelecer correlações entre esses fatores e a escolha de uma área rural ou litorânea.

As praias do litoral paulista, por sua proximidade dos grandes centros urbanos, têm-se mostrado saturadas e poluídas, o que leva ao surgimento de novas demandas, principalmente, em regiões onde existam ricas belezas naturais e que estejam relacionas ao turismo de fim de semana. Iporanga surgia em destaque:

> **"A área do Vale do Rio Betari, no município de Iporanga, preenche condições de importância capital no que toca a oferta de atrativos turísticos [...] e a sua relativa proximidade de centros urbanos importantes (São Paulo e Curitiba), colocam-na com uma potencialidade ainda maior. Todavia o aproveitamento turístico dessa área só poderá ser efetuado se a Estrada Apiaí - Iporanga for pavimentada, sem o que as condições ótimas de demanda de recreação ao ar livre e de oferta em atrativos turísticos serão perdidas. A experiência tem demostrado que o acesso a um núcleo**

> **turístico é um dos fatores de maior importância para deflagrar uma demanda reprimida. A inexistência de acesso adequado e utilizável em qualquer época do ano para a área das cavernas do Vale do Rio Betari comprometerá irremediavelmente qualquer investimento que se faça nas cavernas para adequá-las ao uso público." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 2-4) (grifo meu)**

O documento procurava ressaltar como atrativos da oferta turística: as cavernas, o patrimônio histórico da cidade de Iporanga, a beleza cênica dos mirantes, os rios e cachoeiras ao longo do trecho abrangido pela Estrada Apiaí - Iporanga. Por outro lado, destacava a importância da pavimentação da estrada, exclusivamente do ponto de vista turístico, visto que o transporte da produção dos setores primário e secundário apresentavam acentuado decréscimo, caracterizando a economia iporanguense como que quase totalmente de subsistência.

O aumento da demanda turística, atraída pelas cavernas do Vale do Rio Betari, é colocado como um fato esperado, comparando-se com o fluxo turístico à Caverna do Diabo, criando-se um circuito turístico que interligasse as cavernas do VR.

A Grande São Paulo é colocada como principal centro emissor de turistas e o trajeto principal proposto era a via Apiaí, aproveitando os maiores trechos asfaltados para o percurso até o centro receptor do turismo. A região de Curitiba, no Paraná, também é considerada potencialmente emissora, entretanto, apresenta o trajeto com distâncias maiores a serem percorridas em estradas não pavimentadas.

A beleza cênica, associada à paisagem natural e à topografia, conferem a característica de "estrada turística" ou "rodovia cênica" à Estrada Apiaí-Iporanga. O estudo buscou dados internacionais que caracterizavam a importância de uma rodovia cênica e descrevia o seu processo de implantação, visando a:

> **"[...] exploração turística-recreativa de uma região de paisagem com grandes belezas naturais, seu traçado aproveita a configuração dos arredores de maneira a permitir que o turista desfrute do prazer de dirigir, hábito já intensamente desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa [...]" (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 30)**

A partir do levantamento da situação do traçado atual da Estrada Apiaí - Iporanga foi apresentada uma proposta, pela Associação Brasileira de Cimento Portland, para a pavimentação com solo-cimento, baseada nas vantagens técnicas, próprias desse tipo de material, e nos seguintes fatores:

> **"[...] condições financeiras das mais favoráveis, posto que este tipo de pavimentação em comparação com o custo de um asfaltamento comum é altamente vantajoso.**

> **Ressalta-se também que o solo da região apresenta condições adequadas a este tipo de pavimentação." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 45)**

O relatório aconselha que os equipamentos para acolher os turistas, concentrem-se nos meios extra-hoteleiros, tais como: campings; chalés, motéis, etc. Sugere, ainda, a instalação de um núcleo turístico; entendido como **"[...] o conjunto de serviços básicos que permitem o pernoite em condições razoáveis de higiene e conforto [...]"**; e as instalações mínimas e equipamentos para o interior das principais cavernas.

Quanto ao local de instalação do núcleo turístico, sugeriam o Bairro da Serra, sendo a justificativa baseada nas condições topográficas e características mais favoráveis desse bairro. A proximidade do rio Betari é colocada como fator principal que possibilita a prática do campismo, além da existência de **"[...] mata secundária que favorece a prática do pedestrianismo."** (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 56)

Em relação à instalação de equipamentos de serviços, como sanitários e lanchonetes, o documento justifica sua necessidade junto a Caverna de Santana, Água Suja e Alambari. Quanto às instalações internas nas cavernas, considera que não existe um regulamento próprio que recomende o tipo de equipamento, contudo, destaca que deve-se verificar as exigências próprias da caverna, levantando **"[...] as condições de caminhamento, iluminação e segurança para o visitante em cada caverna".** (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 58)

A exigência de orientação e promoção adequada às atividades turísticas no Vale do Rio Betari, era destacada como necessária, para que fossem atingidas as premissas básicas do documento. Por outro lado, apesar dessas potencialidades turísticas, devia-se tomar os devidos cuidados para a proteção dos atrativos naturais da região em análise, justificando que:

> **"Toda abertura de uma caverna para fins turísticos provoca uma relativa degradação do bem natural pelo desequilíbrio ecológico resultante das visitas. Todavia será possível minimizar esta degradação por meio de um sistema eficaz de fiscalização que impedirá a desfiguração irreversível desta área de vocação turística. Sugere-se assim que nos locais a serem visitados pelos turistas se coloquem guias para mostrar os atrativos e que estes guias recebam instruções no sentido de orientar os turistas para impedir degradações." (SÃO PAULO, SUDELPA, 1974a: 59)**

A questão da "Ordenação Legal e Institucional" finaliza o trabalho. Apresentava-se o decreto de criação do PETAR, mostrando que o mesmo já previa o desenvolvimento do turismo, por outro lado, o decreto declarava como utilidade

pública as áreas abrangidas pelo parque nos municípios de Apiaí e Iporanga. Entretanto, como não foi feita a desapropriação, no prazo legal de 5 anos, propunha-se, então, a elaboração de um novo decreto, contendo modificações no texto que incorporassem as alterações feitas no Código Florestal, vigente naquela época.

Seguindo essa mesma linha, tendo o turismo como principal eixo para o desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira, a SUDELPA executou outro estudo, realizado pela empresa "Consultoria, Projeto e Obras Ltda." (CPR), no qual detalhava o **"Aproveitamento Turístico do Vale do Betari"**, demonstrando a importância dessa região do VR e do turismo na atuação da SUDELPA, no final da gestão Laudo Natel. Esse documento, repetia dados dos trabalhos anteriores, organizava melhor os dados ou complementava-os, sendo apresentada uma proposta mais viável por ser considerada de baixo custo. A seguinte justificativa é apresentada para esse estudo:

> **"O município de Iporanga, cuja economia apresenta desempenho dos mais precários, bem aquinhoado, todavia, em atrativos turísticos representados por suas cavernas calcárias, dispõe de um grande potencial cujo aproveitamento,[...]poderia representar um importante estímulo à economia do município. O presente documento, ao lado de recomendações de caráter geral, traz o detalhamento de um estudo de camping próximo à Caverna de Santana, alternativa esta considerada mais adequada como forma de alojamento para um turismo baseado no aproveitamento de recursos como cavernas e natureza selvagem [...]" (SÃO PAULO, SUDELPA, [1974b]: não pág.)**

Outro fator, considerado para a realização desse estudo, foi:

> **"[...] com a próxima construção da barragem de Eldorado a estrada de acesso à Caverna do Diabo desaparecerá em razão de sua localização abaixo da cota inundável. Surge então como necessária uma alternativa para o turismo de cavernas, seja oferecendo outra caverna, seja criando um Circuito das Cavernas de tal forma que em lugar de uma única caverna o público passa a dispor de uma variedade delas." (SÃO PAULO, SUDELPA, [1974b]: não pág.) (grifos meus).**

Percebe-se que já havia uma idéia circulando pela região, relacionada com a instalação de barragens no VR. Isso levou o estudo a reforçar a importância do Vale do Rio Betari, quanto às atividades espeleológicas de cunho turístico, inclusive, esse destaque devia-se ao aumento das informações sobre essas grutas e seu potencial para o turismo. Ressurgia a idéia de se implantar um **"Circuito das Cavernas"**, como mais uma opção para o turismo de fim de semana, no Vale do Ribeira. Sendo assim, como orientação geral, esse estudo voltava-se para:

> **"[...] o diagnóstico dos vários fatores físicos que influem na atividade turística, e na apresentação de recomendações específicas [...] sobre o que se faz necessário para**

> **implantação de um pólo receptivo [...]/ A institucionalização do núcleo turístico foi outra preocupação do estudo e sob este aspecto não podemos deixar de ressaltar o esforço e a visão de um governo passado, quando através de um decreto criou o PEAR - Parque Estadual do Alto Ribeira - propondo uma estrutura institucional para administrar e operar o núcleo turístico seguindo o que ainda hoje é a mais atual forma de gestão e manejo dos recursos naturais". (SÃO PAULO, [1974b]: não pág.)**

É importante observar a preocupação da SUDELPA em tornar esse empreendimento rentável, mas, que levasse em consideração a integração dos aspectos arquitetônicos e paisagísticos da região.

Propunha-se, também, reavivar os princípios e normas que criaram o PETAR, que nesse documento indevidamente chamado de PEAR, aliás, a maioria dos trabalhos da época desconsideravam a denominação oficial, que, estaria muito mais apropriada , em virtude do fator turismo destacado nesses trabalhos.

Esse estudo, encomendado pela SUDELPA, propunha a reativação da idéia de implantação desse parque no Alto Ribeira; a pavimentação da Estrada Apiaí-Iporanga, tal como foi proposto no estudo analisado anteriormente, e indicava a importância da atividade turística no Vale do Rio Betari, mas, deveria estar associada à cidade de Iporanga, devido as características históricas e o incentivo à instalação de serviços de apoio ao turismo na sede do município.

O estudo finalizava com uma proposta de realização de um programa de divulgação da região, por meio das agências de viagens e órgãos oficiais do Estado, além de sinalização adequada nas estradas.

Em meio a esses estudos, espeleólogos que vinham realizando importantes trabalhos para o reconhecimento do patrimônio espeleológico iporanguense, reforçavam sua característica como "Capital das Grutas". Supõe-se que nesse momento, ambas iniciativas tenham ficado distantes da população local; do lado da SUDELPA o assunto "esfria" um pouco, com a mudança do governo estadual.

No início de 1975, aconteceu um marco histórico na espeleologia brasileira, ali mesmo, no Vale do Rio Betari. Foi a ***"Operação Tatus"***, primeira experiência brasileira, de permanência subterrânea prolongada, na qual 11 espeleólogos do Centro Excursionista Universitário (CEU-USP) estiveram realizando estudos geológicos, biológicos, comportamentais, entre outros, durante 15 dias ininterruptos, sem contato com a luz do dia, com o relógio, ou qualquer outra pessoa.

A Caverna Santana foi escolhida para a atividade e os resultados foram compensadores, em virtude da divulgação, da ampliação dos conhecimentos sobre essa caverna, e, também, a maior aproximação dos espeleólogos para as potencialidades e problemas dessa localidade, no Alto Ribeira.

Como decorrência do aumento do interesse por essa região, estudantes universitários de várias áreas de conhecimento, oriundos de diversas universidades, realizaram alguns estudos na segunda metade da década de 70. Muitos desses trabalhos tinham ligação com a espeleologia, com a questão arquitetônica, e com o planejamento urbano e turístico.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos, apresentado como atividade de disciplina, para o curso de Turismo da **Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas (FIALCH)**, no final de 1974, intitulava-se ***"Turismo e Espeleologia"***; tinha à frente Suely Ferreira Lino[75] e baseava-se nos estudos da SUDELPA, nos dados da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e nos cadernos turísticos do jornal "O Estado de São Paulo".

Esse trabalho, apesar de bastante preliminar e superficial, trazia as características dessa região do Vale do Ribeira e no que se refere ao turismo espeleológico, propunha um plano de desenvolvimento turístico pela implantação do **"Roteiro das Grutas"**; ressurgia, novamente, essa proposta.

LINO *et al.* [1974] chamavam a atenção para uma série de iniciativas propostas pelo governo estadual, muitas não cumpridas até hoje. Vale destacar a menção feita à questão do **palmito**, na qual citava um trabalho de investigação estadual que permitiria:**"[...] uma base segura para a implantação racional dessa cultura e a eliminação das práticas empíricas e predatórias atualmente em uso."** (LINO *et al*., [1974]:4)

Quanto aos aspectos sociais e à questão do emprego, LINO *et al.* [1974] afirmavam que não havia praticamente oferta de trabalho e que o desenvolvimento da região deveria estar associado à participação da população nesse processo.

> **"No Vale do Ribeira, estão abertas frentes de trabalho que tem como objetivos promover, através de uma atividade orientadora e educativa, a participação dos membros da comunidade no processo de elevação do nível de vida em cada grupo**

[75] Em informação verbal, Clayton F. Lino afirmou que o interesse da irmã pelo turismo espeleológico havia surgido por estímulo das atividades que ele já vinha realizando na região, pelo CEU.

populacional; atender grupos carenciados [*sic*]**, objetivando a integração social dos elementos marginalizados." (LINO *et al*., [1974]:5)**

Em relação ao planejamento do turismo, afirmavam que haviam sido iniciados empreendimentos para construção de **"modernos hotéis"**, inclusive um a ser construído em Iporanga; o que é um "espanto", pois até hoje isso é almejado pelos iporanguenses, já que não foi construído nenhum hotel.

Sugeriram, nesse trabalho, a implantação de roteiros turísticos nos setores: I- Caboclos; II- Vale do Betari; III- Eldorado (Caverna do Diabo), a melhoria das condições das vias de acesso e infra-estrutura, além de espaços para a prática do campismo e melhorias nas áreas internas das cavernas. Consideravam que a circulação de turistas fomentaria a indústria hoteleira e o comércio regional e, conseqüentemente, melhoraria a promoção social das populações envolvidas.

Esse trabalho inicial deu base para que Suely Lino e outros, elaborassem, em 1976, um trabalho de conclusão do curso de Turismo (FIALCH) sobre o aproveitamento turístico do município de Iporanga. (LINO *et al.*, 1976)

No mesmo rumo desses trabalhos, outro grupo de estudantes de turismo, também da FIALCH, apresentou, como trabalho de conclusão da disciplina **Teoria e Técnica do Turismo,** um **"Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico e Diagnóstico Analítico Preliminar"** para o município de Iporanga, o qual também tomava como base os trabalhos da SUDELPA e da SBE, além de realizar um trabalho de campo em Iporanga.(HOSHII *et al*., 1977)

Seus objetivos estavam voltados para caracterização das potencialidades turísticas iporanguenses e elaboração de orientações para a organização das atividades turísticas e recreativas na região, além de promover o envolvimento da população local no desenvolvimento desse tipo de atividade econômica.

Como destaques desse trabalho, foram listadas uma série de recomendações aos órgãos envolvidos com o desenvolvimento do turismo, entretanto, muitas das questões levantadas já haviam sido feitas em outros trabalhos.

Em relação à Prefeitura Municipal de Iporanga: propunham a implantação de equipamentos de infra-estrutura institucional, melhoria dos acessos e serviços; conscientização da população para a importância do turismo; criação de centro

comercial; preservação do típico patrimônio arquitetônico da cidade; formação de guias locais e manutenção das manifestações culturais do município. As escolas deveriam realizar programas de conscientização da população jovem.

Quanto ao Governo do Estado, deveria pavimentar a Estrada Apiaí - Iporanga. À Secretaria de Turismo recomendou-se a implantação de equipamentos de recreação e hospedagem; instalação de camping; equipar as cavernas de forma a obter condições mínimas de caminhamento e segurança. Propunha-se, ainda, a utilização de florestas, riachos e cascatas como atração turística; a desapropriação da Gruta de Santana; não deixar que as grutas fossem destruídas pela mineração; aplicação de multa aos turistas que causassem danos às cavernas; o incentivo à pesquisas espeleológicas e cadastrar e conservar as novas grutas descobertas.

Apesar desses trabalhos anteriores, irei destacar o estudo acadêmico intitulado: **"Vale do Ribeira: Alternativa Turismo"**, realizado pelo próprio Clayton LINO (1976a), como trabalho de formatura em Arquitetura, cuja a análise, relativa ao patrimônio histórico, já havia iniciado no enfoque anterior.

Proponho um discussão detalhada desse estudo, em virtude do ineditismo do mesmo e por ser o trabalho mais significativo sobre o assunto, além de abrir o horizonte para uma referência básica sobre o turismo nas cavernas do Alto Ribeira. Em sua entrevista, Clayton Lino comentava sobre a ausência de dados sobre o aproveitamento turístico das caverna da região, e em geral:

> ***"*[...] *a região do Vale do Ribeira, primeiro, num panorama geral, era uma coisa muito desconhecida. Praticamente você não tinha bibliografia nenhuma. Você tinha algum material da SUDELPA, que eu peguei na época... mas era... praticamente, nenhum órgão, ninguém sabia o que era o Vale do Ribeira. Era uma coisa assim* [...] *você falava Vale do Ribeira, todo mundo pensava que era Vale do Paraíba, como ainda tem gente que troca.* [...] *quanto mais eu rodava, mais coisa interessante eu via, em todos os sentidos, sentido histórico, arqueológico, cavernas, uma cultura, um artesanato, interessantíssimos; uma paisagem completamente diferente da que eu conhecia."***
> **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Clayton Lino ia descobrindo os potenciais, as carências, os entraves e as perspectivas, à medida que seu contato com a região se ampliava. Assim, ele argumentava, mais especificamente sobre o Alto Ribeira:

> ***"*[...] *já era perceptível que não tinha vocação agrícola, agropecuária em geral* [...] *o que sobrava era a mineração, com todos os conflitos que tinha, e o turismo."***
> **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

E ele afirmava que não tinha dúvidas, e continua não tendo, de que o turismo é a solução para aquela região:

> ***"*[...] *na verdade o potencial, a matéria-prima, a fonte de recursos para essa região seria, essencialmente, a questão do turismo, a mineração, sem dúvida; eventualmente, algum tipo de indústria não poluente, uma coisa mais na área de serviços de beneficiamento* [...] *E na hora que eu tive isso um pouco claro pra mim, na época, assim... eu falei: bom, vou fazer um trabalho tentando estudar isso e propor algo* [...]*"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Então, Lino resolveu direcionar seu trabalho de conclusão de curso para o Alto Ribeira e, apesar de ser na área da Arquitetura e Urbanismo, conseguiu reunir seus conhecimentos sobre espeleologia, manejo de cavernas e planejamento turístico.

O trabalho resgatou documentos importantes, descrevendo os potenciais para a atividade turística, discutindo os roteiros possíveis e analisando as alternativas para o uso da paisagem natural e do patrimônio histórico para o turismo. Primou, também, por trazer um referencial teórico, visando a definição das **"bases para o planejamento turístico de uma caverna"**, buscando critérios mais objetivos, relacionados com a conservação do ambiente cavernícola e com o bem-estar do turista.

Esse autor propunha, ainda, as bases filosóficas e o fornecimento de critérios de avaliação. Demonstrava o interesse de Lino de compatibilizar aproveitamento turístico e preservação das cavernas, mostrando as obras da natureza sem a interferência humana, oferecendo uma visão geral a todos sem privilégios à determinada classe sócio-econômica de turistas (LINO, 1976a:[11]). Outro aspecto salientado por Lino, em sua justificativa, era que:

> **"[...] em nenhum momento pode-se tratar a 'entidade' caverna, como apenas o vazio entre as rochas, mas sim o conjunto que globaliza este vazio: a ecologia interna, o invólucro rochoso e o meio ambiente externo que, direta ou indiretamente, exerça sua influência sobre a ecologia ampla da caverna." (LINO, 1976a: [12])**

O autor reforçava que não existia um único modelo de aproveitamento de cavernas para fins turísticos, mas, poderiam ter diferentes tratamentos, conforme as características da caverna. Dois aspectos são sugeridos por Lino, como base para o planejamento turístico de uma caverna:

> **"Um deles é o de 'preparação' da caverna para o conforto e segurança do turista e o outro é o da preservação da mesma, visando à sua ecologia. Obviamente o segundo também tem interesse para o turista, uma vez que se parte do princípio de que o**

turista busca, dentro das possibilidades, conhecer o ambiente cavernícola em seu estado mais natural." (LINO, 1976a: [12])

Em relação ao **Manejo da Caverna,** o autor propõe que sejam detalhados os seguintes itens para o levantamento da caverna: **Dados históricos, localização e acesso; Topografia interna; Biologia e Ecologia; Geologia e espeleotemas; Hidrologia; Medidas físico-químicas e climatologia; Características de eventuais usos específicos.**

Deve-se então, proceder ao **Zoneamento Interno**, tal qual ocorre no manejo de parques, quando são delimitadas as áreas de *uso intensivo* (fluxo maior); *uso extensivo* (Fluxo controlado e especializado) *e áreas de proteção total* (não recebe

visitação). Desse modo, o autor pretende garantir o bom funcionamento do uso e evitar problemas com a preservação do ambiente cavernícola: (LINO, 1976a: [16])

Segundo LINO (1976a: [19]), o zoneamento interno da caverna deve propiciar a elaboração de roteiros de visitação que contemplem a diversidade de pontos de interesse turístico, oferecendo caminhamentos alternativos e segurança aos turistas, bem como, deverão estar relacionados com a sua capacidade de atendimento. Quanto à questão da *iluminação*, LINO (1976a: [23-28]) faz uma descrição detalhada dos tipos e possibilidades, destacando as funções de segurança e valorização dos espaços e ornamentações da caverna.

O autor indica, ainda, a importância de se contemplar no plano de manejo da caverna uma série de equipamentos de emergência localizados em pontos estratégicos do roteiro, tais como: equipamentos de resgate, pronto-socorro, alimentação e iluminação sobressalente, saídas de emergência.

Em relação ao **Manejo do Entorno**, Lino apresenta uma discussão sobre a necessidade do estabelecimento de conceitos e princípios que levem em consideração o aproveitamento turístico da caverna e dos atrativos do entorno.

"[...] para evitar, ou pelo menos minimizar os efeitos negativos da apropriação do meio externo pelo homem, nas proximidades da caverna". (LINO, 1976a: [31])

Ao mesmo tempo, Lino ressalta a importância das **Recomendações de Funcionamento**, nas quais devem ser estabelecidas as normas de funcionamento do uso turístico, fixando princípios e procedimentos de visitação, manutenção e esquema de segurança em eventuais emergências. (LINO, 1976a: [33])

Lino afirma que a *dinâmica da visitação* deve levar em consideração a capacidade física da caverna, englobando a distribuição espacial e o percurso turístico, evitando situações embaraçosas para os visitantes. Outro aspecto da visitação é a demanda turística e as características do usuário, além da organização do turismo local pelo proprietário ou responsável da atividade turística na caverna.

Outro aspecto investigado foi problemática do lixo em cavernas que recebem visitação turística. Em virtude disso, Lino desenvolveu, como levantamento preliminar, no período de maio e junho de 1976, um estudo de caso na Caverna do Diabo, visto esta ser uma caverna de maior afluxo turístico na época, na qual constatou a presença de detritos em grande quantidade, sendo eles por ordem de freqüência: **material fotográfico, pilhas, potes de filmes; latas e garrafas; embalagens de guloseimas; pertences individuais (caixas de fósforo, pentes, chaveiros, etc.) e detritos de construção (fios elétricos, lâmpadas queimadas, tábuas, restos de alvenaria)** que ficaram escondidos sem remoção para fora da caverna. (LINO, 1976a: [35-36])

Em virtude disso, Clayton Lino comentava as medidas necessárias para controlar e minimizar a presença de fatores degradantes na caverna que receberá o fluxo turístico. Quanto ao material fotográfico encontrado em grande quantidade, Lino propõe educar o turista e oferecer locais apropriados para o descarte do lixo, além de garantir constante fiscalização e manutenção, a fim de retirar os detritos ainda existentes. (LINO, 1976a: [37-38])

A partir dessa apresentação, das bases conceituais para o manejo turístico de cavernas, Clayton Lino descreveu aspectos gerais e discutiu o potencial para o aproveitamento turístico de 5 grutas selecionadas no PETAR: Santana, Morro Preto, Couto, Água Suja e Córrego Grande I. Os critérios analíticos utilizavam crivos de exclusão preliminar e crivos de qualidade (conferidos na escala de 0 a 10). Os parâmetros usados são:

> **"[...] estética das ornamentações;/ estética dos espaços internos;/ acessos internos - segurança e conforto;/ acessos externos - a proximidade a centros urbanizados e ou vias; estética dos recursos aquáticos;/ estética e dimensões da entrada;/ capacidade interna;/ desenvolvimento específico do trecho turístico;/ potencialidade indireta - proximidade e qualidade de outros recursos turísticos;/ fatores histórico-culturais." (LINO, 1976a: [48])**

A aplicação do método mostrou-se apropriado e adequado às características das cavernas analisadas, entretanto, possuía limitações, devido ao alto grau de subjetividade na quantificação dos crivos de qualidade.

Em seguida Lino passa a uma descrição e análise de roteiros turísticos possíveis abrangendo os pólos emissores de São Paulo e Curitiba e como pólos receptores as regiões de Caboclos, Vale do Betari e Caverna do Diabo. Foram elaborados quadros comparativos detalhados e um total de 25 roteiros para visitação de cavernas. Os roteiros foram classificados, de acordo com o grau de penetração na região turística.

Por outro lado, o que se observava na região em apreço é uma atividade turística tão subdesenvolvida quanto as características da região visitada (LINO, 1976a: [92]), não representando retorno econômico significativo.

> **"[...] o turismo não atua de forma sensível nas comunidades locais e daí estas comunidades não conseguem se organizar e criar uma infra-estrutura de apoio ao turismo, que possa competir com os serviços melhores, externos à economia regional [...]" LINO, 1976a: [93])**

Sendo assim, Lino aponta para a necessidade de que: **"O turismo atue no mínimo como catalisador do desenvolvimento regional"** e para isso é preciso que os roteiros propostos reunam o maior número de atrativos, entre eles: cavernas, matas, paisagens, rios, patrimônio histórico (centro urbano histórico de Iporanga e Capela de Ivaporunduva). Desse modo, Lino acredita que irá: **"[...] induzir uma maior permanência do turista na região".** (LINO, 1976a: [93])

A necessidade de pavimentação adequada e aproveitamento das paisagens e atrativos turística daquela localidade, levaram Lino a tecer considerações sobre a implantação de estradas turísticas nos Estados Unidos e Europa, dando base para a proposta de construção de uma rodovia cênica, como mais um fator de desenvolvimento turístico e regional do Alto Ribeira. Nesse sentido o autor argumentava que:

> **"[...] é necessário que a estrada respeite e seja o menos distante possível da natureza que a cerca. Por outro lado, devemos considerá-la não apenas como o acesso ao lazer, mas já lazer em si, e, para tanto, devem ser valorizadas as paisagens que oferece, os belvederes, as fontes e cascatas que as beiram, os paredões de pedra, a vegetação local, etc. Procura-se dessa forma estabelecer um 'corredor cênico' que além das vistas e recursos naturais, abrange também o devido tratamento de sinalizações e possíveis interferências construtivas." (LINO, 1976a: [99])**

O autor considerava necessário a recuperação e revitalização do PETAR, a partir da implantação de um pólo turístico na região de Caboclos (na época era a sede principal do parque) e um outro no Vale do Rio Betari, no qual concentrou a sua descrição de zoneamento ambiental e partido arquitetônico da área para o aproveitamento turístico.

O pólo turístico do Betari, proposto por Lino, englobava uma série de atrativos naturais, considerados privilegiados. A área proposta contava com diversas

cavernas, além da própria mata do entorno, o rio Betari e seus afluentes, cachoeiras, torres de pedras e paredões, as montanhas e o vale.

Em sua "Nota Final", Lino demonstrou o quanto esse trabalho o sensibilizou e propiciou seu engajamento como profissional e militante da causa do VR:

> **"Em termos acadêmicos ele representa para mim o fim de um curso e a melhor experiência de estudo que desenvolvi. Em termos profissionais, pode representar um início ou mais uma proposta perdida pelas labirínticas gavetas governamentais. Em termos de vivência, me deixou claro o carinho que tenho pela região estudada e suas cavernas, e definiu em mim a necessidade de aprofundar o estudo, mudando-me para o Vale do Ribeira por alguns meses. Parto em janeiro." (LINO, 1976a: não pág.)**

Cumpre lembrar, que parte desse estudo, realizado por Clayton Lino, foi utilizado, já em atuação profissional, para o trabalho desenvolvido nesse mesmo ano, contratado pela CPR e encomendado pela Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, visando a estruturação do **"Roteiro das Cavernas da Região Apiaí-Iporanga".** (LINO *et al.,* 1976b). Desse modo, bastante motivado a continuar o estudo na região, Lino procurou uma forma de conciliar o seu interesse pessoal de ficar morando uns tempos no Vale do Ribeira com alguma atividade profissional.

Essa situação se efetivou por meio de um contrato com o CONDEPHAAT, a fim de realizar um estudo sobre arquitetura rural, daí ao invés de ficar uns meses, acabou ficando todo o ano de 1977. Esse levantamento dos bairros rurais do Alto Ribeira, já havia comentado no enfoque sobre o tombamento. (LINO, 1978a).

Ao mesmo tempo, nesse período Clayton Lino era presidente da SBE, por isso desenvolveu, paralelamente, alguns estudos espeleológicos e iniciou mais sistematicamente sua briga pela questão do PETAR.

A partir daí, a atuação desse ambientalista, de acordo com seu depoimento, foi se estruturando no Vale do Ribeira, direcionando-se para três focos: ***1. Patrimônio cultural: tombamento de Iporanga, os sítios arqueológicos, cultura local; 2. Patrimônio natural: cavernas, parques, etc.; 3. Questão social: problemas fundiários.*** (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)

E foi por meio da questão fundiária que Clayton Lino foi levado à uma ação concreta em prol da população do Alto Vale do Ribeira. Isso aconteceu quando o dono de uma mineradora comprou terras em Iporanga, achando que tinha comprado toda área do Bairro da Serra (que tinha dezenas de posseiros), esse fato gerou um tremendo conflito, pois o empresário queria as terras a qualquer custo, e acabou "forçando a barra", com jagunço, intimidação, etc. Assim, Clayton Lino, que morava nesse bairro, na época, e João Allievi, espeleólogo e advogado, "compraram a briga" e tocaram uma ação de usucapião, a primeira ação coletiva, cujo resultado tenha sido favorável para os posseiros no Vale do Ribeira.

Clayton Lino justificou, em sua entrevista, o seu engajamento nas questões do Vale do Ribeira, em meio à uma época de turbulência na política nacional e os vários conflitos que existiam em toda a região:

> ***"*[...] *tinha um movimento de grilagem de terra muito grande no Vale do Ribeira. Gente de São Paulo, de Curitiba, principalmente de São Paulo, de Santos, que iam ocupavam grandes áreas, expulsavam o pessoal e destruíam tudo. A gente via, assim, que eram os mesmos agentes que expulsavam as populações pobres, lá do Vale... é que destruíam o meio ambiente."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Por conta dessa atuação, Clayton Lino descobriu que a problemática da posse de terra não ocorria só do Alto do Ribeira, identificou, também, diversos agentes sociais preocupados com essa situação em todo o VR. Eram médicos, advogados, agrônomos, educadores, técnicos de órgãos públicos ou não, que foram se juntando para discutir o assunto e buscar soluções para aquela região.

Então, no período de 1977 a 1979, ocorreu um processo de mobilização da população do Vale do Ribeira e articulação desses técnicos, baseados num trabalho de resistência, com a criação de uma rede de comunicação, motivados por esses agentes. Ocorreram 5 encontros regionais, em vários municípios do Vale do Ribeira,

contando como até 700 pessoas, principalmente posseiros que viviam o mesmo problema da expulsão das pessoas de suas terras. [76]

Houve, até, uma tentativa de agrupar esses agentes, com a criação do **Instituto do Vale do Ribeira (IVAR)**, em 1979, entretanto, essa entidade teve vida curta e sua atuação foi mais direcionada para Iporanga, mesmo porque a sede do Instituto e os principais dirigentes estavam ligados à esse município.

No final dos anos 70, com o início da abertura política e a possibilidade do pluri-partidarismo, acabou levando ao esvaziamento do movimento, já que os agente foram saindo de uma única oposição, que era o MDB, e migrando, principalmente, para o PMDB e para o PT. Assim, esse ideal de grupo e articulação se diluiu, visto que cada um foi para um lado, apesar de continuarem mantendo contato.

Percebe-se que questão do PETAR ficou um pouco apagada, nesse final de período, já que Clayton Lino estava mais envolvido com o CONDEPHAAT e com questões ligadas as patrimônio histórico-cultural e ao tombamento de Iporanga; o tema turismo continuava sendo colocado como uma importante alternativa.

Entretanto, em seu plano para o desenvolvimento de Iporanga, Lino fazia uma ressalva quanto à possibilidade do fluxo turístico colocar em risco a cultura local:

> **"O turismo pode ser bom para uma área quando bem planejado, bem executado e sob constante controle e fiscalização. Não sendo atendidas quaisquer destas premissas ele normalmente passa a ser um dos elementos mais perniciosos para a cultura local e mais depredadores para a área e seu patrimônio natural. Dentro das premissas citadas ele pode ser importante fator de desenvolvimento econômico e social dinamizando entre outros o setor comercial, hoteleiro e gastronômico, o setor de transporte e o de serviços. Pode igualmente, pela divulgação e pela força econômica, viabilizar programas amplos de preservação do patrimônio natural e cultural de uma área." (LINO, 1978b: 59) (grifo meu)**

Os argumentos de Lino caminhavam de modo a reforçar que o turismo não deve levar à marginalização e à expulsão dos antigos moradores; sendo assim, o turismo não deve ter no turista o **"principal destinatário de uma ação preservacionista".** O turismo deve romper os privilégios, tornando-se numa **"forma democrática de reapropriação do bem cultural".**

---

[76] Sobre essas resistências vide as pesquisas de MARTINEZ (1995) e CARRIL (1995), que muito bem abordaram esse tema.

Clayton Lino finaliza esse estudo (e eu finalizo esse sub-capítulo) retornando o pé ao chão, analisando os rumos de Iporanga:

> **"Assim, ainda pobre, acreditando no chumbo, no mármore e no turismo, Iporanga tem tido um maior desenvolvimento e vai se incorporando paulatinamente à economia dominante ainda que tenha que, para isto, sacrificar muitos de seus costumes e tradições, muito de sua beleza, muito de sua paz." (LINO, 1978b:24)**

Nesse momento cria-se, concretamente, a interface entre os temas que estou trabalhando: a preservação do patrimônio cultural, a proteção ambiental, e alternativas de desenvolvimento, sendo o turismo o elemento que interliga esses aspectos em Iporanga.

11.4- TOMBAMENTO DO PETAR: INGERÊNCIAS DO ESTADO, RESISTÊNCIAS E LUTAS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA (1979 - 1983)

> **"Iporanga comemorou ontem 105 anos de emancipação político-administrativa com uma única esperança: que as jazidas minerais tragam algum benefício direto ao município, para que se possa, antes de tudo, cuidar melhor de suas crianças, de seu futuro. A falta de estradas e maior apoio ao turismo[...] tem prejudicado bastante Iporanga, uma cidade histórica no Alto Ribeira, onde o ouro, mármore, chumbo e calcário são riquezas em exploração." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 13 jan. 1979)**

Utilizando esse argumento, a manchete do principal jornal do Vale do Ribeira, publicada na transição de governo e de período de análise, propalava as dúvidas e os anseios dos iporanguenses, durante as comemorações do aniversário da cidade.

O modelo de desenvolvimento baseado na indústria mineral, as reclamações do prefeito quanto ao melhor aproveitamento desse setor por falta de infra-estrutura, é a matéria-prima dessa notícia, abrindo assim, um novo momento para minha análise. Tudo indica que essa argumentação já vimos em outros momentos, realçando o ciclo vicioso em que se fecha a situação de Iporanga.

O artigo trazia a "ladainha": **"baixa renda impede o progresso"** e ressaltava antigas reivindicações: a questão da legalização das terras, a pavimentação de estradas, o retorno direto da tributação referente à exploração mineral e a iluminação da Caverna Santana, visando ampliar as opções turísticas na região. Em relação à questão fundiária, o jornal reforçava as palavras do prefeito:

> **"A legalização das terras ainda é um sério problema, porque sem os títulos definitivos os agricultores** [não] **conseguem levantar empréstimos bancários, dando como garantia as terras que ocupam." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 13 jan. 1979)**

Quanto à visão da mineração como a atividade que iria redimir o município, o artigo destacava outra fala do prefeito, Theodoro Konesuk Júnior:

> **"Recentemente deixamos de ter uma indústria calcareira em nossa cidade por causa das estradas precárias e isso acaba atrapalhando o desenvolvimento da cidade, que tanto precisa de indústrias na região." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 13 jan.1979)**

O fechamento deste artigo é feito, trazendo o turismo em Iporanga como **"[...] a salvação para os seus problemas"**, mas que sofria das mesmas dificuldades de sempre, a falta de recursos da prefeitura e as péssimas condições das estradas que dão acesso aos principais atrativos turísticos.

De acordo com o artigo, apenas dois funcionários, em revezamento, faziam o duplo trabalho de zelar o patrimônio e guiar os turistas na Caverna Santana. E o artigo destacava a interpretação do questionamento feito por um desses guias:

> **"[...] quando o Estado realmente se interessar pela potencialidade turística da região, construindo caminhos e iluminando as cavernas existentes não haverá mais dúvida de que em pouco tempo Iporanga será conhecida mundialmente por suas belezas naturais." (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 13 jan. 1979)**

Os aspectos aqui apresentados demonstram o tipo de visão predominante nesse período da análise, que se desenvolve no final do governo militar. O período destacado irá adentrar toda a gestão do Governo Paulo Maluf e de José Maria Marin, que o substituiu no final da gestão, durante o período eleitoral.

Esse é um período que demonstra a íntima relação entre o tombamento de Iporanga e a luta pela implantação definitiva do PETAR. As matérias dos jornais da época traziam artigos importantes destacando o turismo como o elo de ligação desses assuntos. Parte desses artigos já discutí no capítulo 8, nos quais explorei os aspectos relativos ao tombamento e ao patrimônio histórico-cultural.

Mauri Alexandrino, no artigo para "O Estado de São Paulo" remete, então, ao cerne do assunto e redescobre a solução para a economia para Iporanga:

> **"O aproveitamento do centro histórico para o turismo, aliado ao interesse pelas mais de cem cavernas existentes no município e ainda semi-desconhecidas, poderia trazer para a cidade uma nova fonte de sustentação econômica." (ALEXANDRINO, OESP, 16 jun. 1979)**

Esse e muitos outros artigos publicados nesse período, trouxeram de novo a problemática das condições das estradas e falta de meios de hospedagem, como

fatores impeditivos ao bom aproveitamento turístico do município e, consequentemente, como uma dificuldade concreta à implementação do turismo.

Na tentativa de (re)forçar a efetivação do tombamento do núcleo urbano de Iporanga, o argumento da Secretaria da Cultura procurava de todas as maneiras ser convincente: ativar o turismo, aproveitar turisticamente as cavernas, recuperar o patrimônio histórico, realizar convênios com universidades (como a USP), e tocava na ferida da falta de opções de trabalho, conforme outra notícia da época:

> **"[...] criar no local uma infra-estrutura de pequenos hotéis, restaurantes e serviços de informações, se possível utilizando mão-de-obra local, porque a falta de empregos é grande em Iporanga". (MELAMET, JT, 11 out. 1979)**

Um dos defensores locais do tombamento, Luiz Gonzaga Nestlehner nos remete para a visão da íntima e otimista relação entre o tombamento e o turismo:

> **"O Tombamento de Iporanga é o ponto inicial para o desenvolvimento do Turismo no Município e seria um contracenso** [*sic*] **do próprio Governo, executá-lo sem intenções de prepará-la em sua infra-estrutura para objetivos culturais e turísticos, realizações estas que somente com o tombamento haverá razões econômicas para realizá-las, pois são obras operosas e caríssimas, tais como: implantação da rede de esgotos, asfaltamento de estradas [...], restauração de suas edificações históricas, iluminação e acesso às inúmeras grutas existentes, aproveitando de seu parque turístico e muitas outras obras [...]" (NESTLEHNER, A VOZ DO ALTO RIBEIRA, 03 nov. 1979)**

As matérias dessa época destacavam, também, a possibilidade de Iporanga tornar-se a primeira cidade paulista declarada como Centro Histórico e Turístico, tal como Ouro Preto, em Minas Gerais, ou Parati no Rio de Janeiro, possibilitando obter apoio e verbas da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) ou o Fomento de Urbanização e Melhorias das Estâncias Turísticas de São Paulo (FUMEST).

Alguns artigos, inclusive, divulgavam roteiros para uma visita na região, mesmo enquanto estava-se aguardando as providências para impulsionar, concretamente, o turismo em Iporanga.

O desenvolvimento da atividade turística ainda ficava na dependência do tombamento, das ações do Estado, de uma política de aproveitamento do turismo cultural e natural em Iporanga, enquanto isso, o setor mineral "corria por fora" e apresentava sua força representativa na região.

Em relatório, produzido em 1979, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão federal ligado ao Ministério das Minas e Energia,

demonstrava o significado das expectativas para a exploração mineral no Vale do Ribeira. E alardeava:

> **"Considerada pelo setor mineral brasileiro como uma região altamente promissora à descoberta de reservas minerais, metálicas não ferrosas, principalmente cobre, chumbo e zinco, o Vale do Ribeira vem sendo objeto de trabalhos sistemáticos de prospecção e pesquisa geológica, efetuados por empresas privadas e por órgãos governamentais." (BRASIL, DNPM, [1979]:1)**

E continuavam o assunto demonstrando o alto investimento do governo federal em prospecção mineral, buscando atingir maior independência econômica em minerais metálicos. No Vale do Ribeira existiam centenas de pedidos de autorização de pesquisa, alvarás de pesquisa e pedidos ou decretos de lavra, figurando o município de Iporanga em destaque, entre os municípios contendo o maior número solicitações. Entre os minerais não-metálicos, destacava-se o potencial do calcário, como matéria-prima para a fabricação do cimento. (BRASIL, DNPM, [1979]:2-3)

Mas o artigo, "dava uma guinada" e informava que a existência de rochas calcárias propiciavam, por outro lado, o desenvolvimento de grutas, possuindo uma importância científica, do ponto de vista arqueológico e paleontológico, em virtude da presença de jazigos fossilíferos; biológico, visto a fauna e flora peculiares; geológico, já que permite estudos das mineralizações e definição de depósitos minerais em profundidade. Além disso, ressaltava o **"[...] extraordinário potencial turístico"**. (BRASIL, DNPM, [1979]:11)

E por incrível que pareça, o órgão responsável pela produção mineral no Brasil propunha, sem o menor aceno de conflito, o seguinte:

> **"Esses monumentos naturais da região, pelos motivos anteriormente referidos, devem ser rigorosamente preservados, recomendando-se ao mesmo tempo que seja criada uma infra-estrutura voltada para o turismo (vias de acesso, rede hoteleira, restaurantes, etc.) para um melhor conhecimento destas grutas, algumas delas citadas internacionalmente entre as mais importantes do mundo [...]" (BRASIL, DNPM, [1979]:12) (grifo meu)**

Em suas recomendações finais, o texto do DNPM voltava à necessidade de ampliação das pesquisas minerais, determinando a diversificação da produção e, conseqüentemente, atraindo maiores investimentos dos empresários do setor. O artigo aproveitava para recomendar a melhoria da infra-estrutura, tomando como base o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

O aproveitamento turístico das grutas é colocado como justificativa para atrair investimentos, visando o melhoramento dos transportes, eletrificação, etc. Sugere, ainda, a conhecida proposta de estabelecer um circuito interligando as grutas da região. (BRASIL, DNPM, [1979]:14)

O discurso apresentado no documento caminhava no sentido de justificar uma **"ocupação e exploração efetivada de modo harmônico"** no Vale do Ribeira e, visando o bem-estar da população, colocavam que a mineração e outras atividades deveriam possibilitar um crescimento econômico equilibrado (BRASIL, DNPM, [1979]:15).

O modelo de desenvolvimento, associado à mineração, sempre foi conflitante com a questão da preservação do patrimônio natural. O discurso apresentado por esse órgão federal (DNPM), quase que clamando por harmonia no processo, não reflete a situação real do Vale do Ribeira, principalmente, aquela do Alto Ribeira. Ou seja, o que se observou foi um jogo de interesses que levaram à expulsão dos pequenos agricultores, ocupantes de posses seculares, atingidos pelos donos do capital. A política de investimentos no setor mineral, na época, acabava reproduzindo e/ou ampliando, de certa forma, o conflito fundiário.

Em Iporanga, o confronto entre mineração, a preservação ambiental e a questão fundiária foi muito forte à partir dessa época, um exemplo concreto disso foi o conflito veiculado no artigo de "O Estado de São Paulo", intitulado **"Os Tesouros do Vale"**, no qual travou-se um debate entre o Sr. Blanes, diretor da **Companhia Argentífera Furnas, Mineração, Indústria e Comércio Ltda. (CAF)** e o ambientalista, Clayton Lino, nesse momento representando a presidência da SBE.

O motivo da matéria era o direito de resposta que o empresário alegava possuir, respaldado na legislação pertinente, em virtude de terem sido **"[...] divulgados fatos inverídicos e distorcidos sobre nossa pessoa e sobre a empresa CAF [...]"**. (OESP, 30 out. 1979)

Nessa época, a CAF estava em fase de reabertura dos trabalhos de mineração do chumbo e da prata no Bairro Furnas, localizado parcialmente no interior do PETAR. O conflito surgia, visto ter sido essa mina iniciada no começo do século XX, portanto, antes do decreto de criação do parque.

O diretor da empresa mineradora colocava um tom ostensivo na sua réplica, visto Lino ter feito fortes denúncias em matéria anteriormente publicada pelo mesmo jornal, na qual o ambientalista afirmava haver um processo de contaminação dos cursos d'água e expulsão de posseiros. Cumpre lembrar que o problema relativo à posse da terra no Bairro da Serra já vinha se avolumando desde o ano anterior, portanto, essa notícia só vinha demonstrar o acirramento da briga.

Em meio à esse conflito, o final de 1979, foi agitado por um **manifesto da SBE**, visando a preservação das cavernas do Alto Ribeira e demarcação dos limites do PETAR. Esse manifesto foi lançado, em Iporanga, e aprovado unanimemente, pelos 23 participantes da primeira assembléia geral do Conselho Deliberativo da SBE, órgão que havia sido criado por essa entidade, de acordo com os novos estatutos, aprovados em 1979. (ANEXO 11)

Naquela ocasião a SBE estava comemorando dez anos de existência, e passava por uma fase de rearticulação, fortalecimento, divulgação e engajamento político nas questões ambientais.

A proposta, apresentada, era enviar o documento para divulgação na imprensa, no seu teor continha dados sobre a destruição do patrimônio espeleológico nacional, além de: ***"advertências às autoridades, para que se conscientizem da imperiosa necessidade de proteção desse patrimônio".***

O documento destacava ***"a expansão desordenada da sociedade industrial"*** e a pressão ***"de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros"*** como fatores que poderiam levar à destruição irracional do patrimônio natural e cultural. E chama a atenção para a situação do Vale do Ribeira:

> ***"[...] é uma das últimas regiões de São Paulo onde ainda se encontra praticamente inalterado o quadro natural e onde os valores culturais de seu povo ainda subsistem à massificação imposta pela sociedade de consumo."*** **(Ata 1ª. assembléia, Conselho Deliberativo da SBE, 1979)**

Além disso, ressaltavam os manifestantes, que o aproveitamento turístico de cavernas do Alto Ribeira, não deve seguir os moldes da Caverna do Diabo, em virtude da descaracterização do ambiente interno e exploração inadequada que essa atividade econômica causou. Nessa linha, então, argumentavam:

> ***"Dentro deste aspecto, é fundamental a implantação 'de fato' do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), criado em 1958 pelo então governador Jânio***

> ***Quadros, mas cuja existência é apenas virtual, pois nada se fez para sua implantação definitiva. Nem ao menos demarcou-se seus limites."*** **(Ata 1ª. assembléia, Conselho Deliberativo da SBE, 1979)**

Ao mesmo tempo, ressaltavam os problemas do turismo irracional e colocavam a mineração como outra ameaça que pode ***"[...] destruir em poucos anos esta imensa reserva natural"***. E finalizam, convidando a opinião pública a se manifestar, após citar vários exemplos de destruição das cavernas, em diversos ponto do Brasil.

Alguns comentários precisam ser feitos para podermos compreender melhor a ação realizada e a problemática colocada. Note que Clayton Lino ainda era presidente da SBE, estava em "pé-de-guerra" com a atividade mineral no Bairro da Serra e tinha acabado de sair da condução dos trabalhos voltados ao tombamento da cidade de Iporanga, além disso, nesse momento não mais atuava profissionalmente no Vale do Ribeira. É preciso deixar claro que na época do lançamento do manifesto havia uma sobreposição de eventos, justamente no dia em que o Secretário da Cultura foi à Iporanga convencer o prefeito, políticos e população em geral da necessidade de consolidação do processo de tombamento.

Foi, portanto, uma atuação estratégica da SBE, visto que a imprensa estava presente no evento, não passando despercebido o manifesto. De acordo com a principal matéria relativa ao evento:

> **"[...] também participavam os membros da Sociedade Brasileira de Espeleologia. Estavam lançando um manifesto contra a devastação do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira** [*sic*]**, localizado em Iporanga [...], indústrias atuam no local explorando minérios e colocando em risco as cavernas, com as constantes explosões, e o parque, sem qualquer fiscalização, vem sendo destruído. A Sociedade pretende fazer um amplo movimento para pressionar o Governo a delimitar o parque e a tomar providências para sua conservação." (FSP, 19 nov. 1979)**

Em seu depoimento Clayton Lino faz uma declaração sobre esse início de atuação mais sistemática da SBE:

> ***"Assim, começô a campanha Pró-PETAR, em 79, e a briga com as minerações, e não faltavam razões. Nessa época, existiam... coisa de doze a quinze minerações irregulares, essas completamente irregulares, atuando na área do parque, principalmente com o chumbo e o calcário."*****(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Artigos de jornais divulgando o assunto e mostrando a contraposição entre as potencialidades de Iporanga, as possibilidades do turismo e os problemas, apareceram logo no início de 1980.

Uma matéria no jornal "A Tribuna" (de Santos), abordando o aniversário de 106 anos de Iporanga, chamava a atenção para os atrativos histórico-turísticos, os problemas da dificuldade de acesso ao local como fator complicador para a implantação de um **"[...] projeto turístico que tornaria as cavernas um forte atrativo para milhares de pessoas."** (A TRIBUNA, 13 jan. 1980). Ainda nesse artigo, é citado a assinatura de um protocolo de intenções entre a SUDELPA e o CONDEPHAAT, que, entre outras coisas, possibilitaria a transformação de Iporanga em Centro Histórico e Turístico. O protesto da SBE também mereceu destaque nesse artigo.

Com o título **"Uma ameaça toma conta do Vale"**, o representante da regional de Sorocaba de "O Estado de São Paulo", chamava a atenção para o abandono e possibilidade de destruição do Vale do Betari, referindo à uma das mais importantes áreas do PETAR. O artigo trazia a problemática da situação irregular das terras, da falta de delimitação da área do parque e colocava em evidência a ação dos palmiteiros e das mineradoras, como as **"[...] ameaças mais sérias que pairam [...]"** (COELHO, OESP, 27 fev. 1980). O texto é entremeado com aspectos do manifesto, lançado pela SBE, em novembro de 1979.

Ao mesmo tempo, o início de 1980 foi marcado pela continuidade das ações da SBE, por meio da elaboração de um documento reforçando a necessidade de preservação do Alto Vale do Ribeira, cujo objetivo é apresentado como:

> **"[...] um manifesto da SBE em apoio aos grupos espeleológicos que atuam na área e ao Instituto do Vale do Ribeira (IVAR), visando demonstrar a necessidade de preservação da natureza do Ribeira e propor medidas efetivas de controle da ocupação do território"**. **(SBE, [1980]: não pág.)**

O texto destacava os problemas da região, entre eles o decreto nº 14.321 (27/11/1979), que instituiu o Programa de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Estado de São Paulo, o Pró-Minério, cuja atuação no VR era considerada:

> **"[...] uma grande ameaça sobre toda esta área, inclusive sobre o PETAR, uma vez que, nas atuais circunstâncias do estado e do país, os valores econômicos parecem imperar sobre os ecológicos." (SBE, [1980]: não pág.)**

O documento remete a discussão para situação e para o "pingue-pongue" entre os órgãos que deveriam ser o responsáveis pela solução do problema:

> **"A situação não seria desesperadora se o PETAR estivesse efetivamente implantado. No entanto, o Instituto Florestal (Ex. Serviço Florestal), a quem legalmente deveria caber a proteção do Parque, alega nada poder fazer diante da acelerada destruição na área, em face à não demarcação do território do Parque; paralelamente, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), a quem cabe a demarcação da área, alega não dispor de recursos nem para proceder ao levantamento topográfico inicial [...]" (SBE, [1980]: não pág.) (grifo dos autores)**

Esse documento destacava, ainda, a importância cultural e natural do Alto Vale do Ribeira, indicada pela presença de sítios arqueológicos e paleontológicos, o tombamento da cidade de Iporanga e uma série de fatores ligados ao patrimônio natural da região (cavernas, mananciais hídricos, flora e fauna) que justificariam a implementação de um amplo programa de preservação. Entre os riscos de uso do solo, o documento trazia a mineração, o uso da terra e o próprio turismo.

O conflito decorrente da *mineração* é demonstrado pelos seguintes aspectos, contaminação das águas, danos físicos às cavernas e/ou a devastação de grandes áreas florestais, com relação específica ao Alto do Ribeira, destacavam:

> **"Nota-se, portanto, que as perspectivas futuras não são das melhores. O mal não é mineração em si, mas a maneira como é feita, desprezando o meio-ambiente** [*sic*] **e não trazendo os benefícios sociais que deveria trazer." (SBE, [1980]: não pág.)**

Quanto ao *uso da terra*, o texto chama a atenção para a predominância da agricultura de subsistência, considerada de pequena alteração ambiental. Em contrapartida, a exploração comercial do palmito, sem replantio, e a coleta de plantas ornamentais, como raras orquídeas, constituem uma ameaça constante, por serem realizadas de forma predatória. A valorização das terras da região tem levado a uma maior incidência de queimadas e derrubada de matas, o que:

> **"[...] além de destruir a flora - uma das mais exuberantes do país - coloca em risco a fauna, provoca o escorregamento de encostas e o assoreamento de rios. Numa região de relevo acidentado como o Alto Ribeira, a vegetação é fundamental para a manutenção da integridade paisagística." (SBE, [1980]: não pág.)**

Com relação ao *turismo*, consideravam uma atividade ainda incipiente no Alto Ribeira, mas, retomavam a problemática já conhecida da Caverna do Diabo, no município vizinho de Eldorado:

> **"[...] o afluxo turístico é grande, mas é feito de uma forma inadequada porque altera de uma maneira significativa o ambiente interno e externo." (SBE, [1980]: não pág.)**

A previsão do asfaltamento da Estrada Apiaí - Iporanga, como conseqüência do tombamento de Iporanga, e o decorrente aumento do fluxo turístico, eram alterações vistas como ***"funestas"*** se não fossem ***"devidamente organizadas"***. Tal como, anteriormente, destacou LINO (1976a), essas foram as ressalvas apresentadas:

> **"Embora considerando que o turismo seja uma das melhores formas de promover o desenvolvimento econômico regional, ele deve ser planejado de uma maneira conveniente, compatibilizando-o com a preservação do meio ambiente e com a real melhoria das condições de vida da população local." (SBE, [1980]: não pág.)**

A proposta apresentada ao final do documento é dirigida aos órgãos de proteção ambiental e visava atingir também a opinião pública. O passo inicial proposto era a demarcação da área do PETAR e indicava a existência de outras áreas importantes no entorno do Parque que deveriam ser protegidas.

O texto marcava bem a concepção dos autores, aproximando uma sociedade espeleológica da discussão sobre a relação entre patrimônio natural e patrimônio cultural. Isso marcava o início de uma ação social engajada e de caráter educativo.

> **"O caráter preservacionista lidera nossas intenções junto a esta área do Alto Ribeira. O patrimônio cultural e natural aqui exposto exige uma implantação de uma estrutura legal que, além de proteger estas riquezas, deverá considerar o problema social inerente. Deve-se ressaltar a urgência de tais medidas conservacionistas uma vez que a pressão econômica sobre a região tem se acelerado a cada dia e suas conseqüências são facilmente notadas nas ações predatórias que a área em questão vem sofrendo." (SBE, [1980]: não pág.)**

Caminhou-se, então, para a descrição sucinta das reflexões sobre a criação de um plano de atuação, visando assegurar o manejo e a conservação da área, que deveria ser desenvolvido pelos órgãos competentes, em nível estadual e/ou federal. A implantação de infra-estrutura para o turismo é proposta, com a ressalva de que deveria estar voltada para a preservação. A contraposição turismo-mineração é inevitável e reaparece com destaque no texto:

> **"A atividade turística deve ser encarada inclusive pelo aspecto econômico, devendo trazer benefícios diretos para o Vale do Ribeira e valorizando suas riquezas próprias, ao contrário da atividade mineral, que se constitui numa exploração de bens não renováveis (e muitas vezes nociva ao meio ambiente)." (SBE, [1980]: não pág.)**

Os autores do documento voltaram a afirmar que a preservação do patrimônio natural e cultural do Alto do Ribeira está perfeitamente relacionado com o tombamento do sítio urbano de Iporanga. Sugerem, ainda, fiscalização intensiva da

região pela Guarda Florestal, mas esclarecem que ela precisa estar devidamente instruída e com amplos poderes para autuar infratores. A finalização do documento foi feita de modo amplo, deixando claro a opinião da entidade. Salientava-se:

> **"[...] a necessidade social de manter a população nativa vivendo no seu local de origem, mesmo que este esteja contido nos limites da área a ser preservada. Eventualmente esses habitantes tradicionais poderiam ser encaixados no sistema de fiscalização e outras atividades ligadas à conservação, pois são eles os melhores conhecedores da área. Ao mesmo tempo, este plano deverá impedir a instalação de pessoas estranhas à terra (não nativas) dentro dos limites da unidade a ser preservada, considerando portanto o problema fundiário ali presente." (SBE, [1980]: não pág.)**

E, assim, a população iporanguense viveu esse momento, de um lado o Governo de Estado impondo o tombamento da cidade, de outro lado, os ambientalistas querendo, também, a implantação do PETAR, além de tudo, a poder público municipal ficava a mercê dos jogos políticos. Setores locais estavam a favor, outros contra, pouca coisa de concreto acontecia, mas os discursos se avolumavam.

Enquanto a problemática "corria solta", no curso das "águas" da metrópole, alguns fatos rolavam pelas "corredeiras" de Iporanga.

Ainda no 1º semestre de 1980, como decorrência das articulações da SBE e do manifesto contra a destruição do patrimônio espeleológico nacional, algumas pessoas do meio espeleológico se organizaram e criaram uma nova entidade, junto com Clayton Lino (na época estava com o mandato prorrogado como presidente da SBE). O processo de formação dessa entidade é, também, fruto de dissidências dentro do Centro Excursionista Universitário (CEU), cuja equipe de espeleologia era uma das melhores estruturadas na época. O próprio Clayton informava sobre isso:

> ***"*[...] *nós tínhamos saído do CEU, um grupo de espeleologia. Eu tinha criado o CENIN, Centro Interdisciplinar de Pesquisas; tinha uma proposta, digamos, assim, mais profissional* [...] *em termos de um trabalho mais sistemático; amador (do ponto de vista de que não era um trabalho pago), mas, buscava uma sistematização* [...]. *Fizemos o primeiro mapa localizando as cavernas do PETAR. Por exemplo, onde é que tavam, afinal de contas, aquelas cavernas que todo mundo falava; batalhamos, então, pelo tombamento do PETAR."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Ao mesmo tempo, João Allievi, espeleólogo e advogado, continuava lutando contra a Mineração Furnas defendendo a causa dos moradores do Bairro da Serra, e oficiava o Prefeito em 15 ago. 1980, que não poderia continuar acompanhando o processo na esfera contenciosa do judiciário, mas continuaria colaborando.

Enquanto isso, Iporanga continuava no noticiário. Em seu caderno "Divirta-se" (Turismo Rápido) o Jornal da Tarde promovia a região: **"Iporanga! A Paz Entre Grutas e Lembranças de Riqueza"**. Apesar da divulgação, existiam erros absurdos, como o governo federal manter a guarda de cavernas do PETAR, número excessivo de moradores (7000), a Caverna do Diabo se encontrar no município de Iporanga (é Eldorado Paulista), a matéria mascarava todos os problemas que vinham ocorrendo, e conclamava um **turismo rápido**, sem aventar a lentidão como estava sendo tratada a problemática local. (JORNAL DA TARDE, 07 ago. 1980)

Ainda no início do 2º semestre de 1980 ocorreria outro fato marcante para a condução dos trabalhos em prol da implantação do PETAR, o **I Simpósio Paulista de Espeleologia**. Realizado em São Carlos, como promoção da SBE e organização do Grupo Alpino Excursionista de São Carlos (GAE); do EspeleoGrupo de Rio Claro (EGRIC) e do EspeleoGrupo de Araraquara (EGA), nos dias 20 e 21 de setembro de 1980. O Simpósio tinha como temática básica a questão do Alto Ribeira e propunha-se à aglutinar e articular as entidades interessadas na luta Pró-PETAR. Lançava-se assim, as bases para consolidação daquele manifesto da SBE, do final de 1979.

Clayton Lino fornece informações sobre esse evento, comentando sua importância e as questões que estavam em destaque:

> ***"Foi a primeira vez que a gente, assim, sentou, os órgãos todos; conseguiu pôr junto: DNPM, PPI, o CONDEPHAAT*** [não constava na lista de participantes]***; todos esses órgãos, assim, da época. Nós conseguirmos colocar junto a primeira vez o pessoal; inclusive, da IUCN,*** **[...]** ***e fizemos um documento que até hoje é usado,*** **[...]** ***sobre a necessidade de preservação do Alto Ribeira. E começamos esse trabalho do tombamento*** **[...]*" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)***

O documento produzido no Simpósio (ANEXO 12), relatando os principais pontos discutidos na mesa-redonda sobre o PETAR, partia logo de início para uma reflexão, mostrando o aumento da pressão sobre os recursos naturais e a expansão desordenada da sociedade industrial provocando diversos problemas ambientais.

Novamente apareciam os problemas da mineração, extração da madeira e do palmito, juntamente com caça ilegal, constituindo em uma ameaça ao patrimônio natural da região. Entre as resoluções e encaminhamentos extraídos, estavam:

1. Criação de um Conselho Consultivo para discutir os problemas do PETAR e dar orientação ao Grupo de Trabalho IG-CENIN (Instituto Geológico e Centro Interdisciplinar

de Pesquisas). Ficaria a cargo da SBE e do IG fazer um levantamento de entidades e pessoas para comporem esse conselho.

2. Atribuições do Grupo de Trabalho IG-CENIN: coordenar os trabalhos práticos; encaminhar devidamente instrumentado o Processo de Tombamento do PETAR; procurar legislação específica de proteção às cavernas; declarar de utilidade pública e desapropriar áreas correndo riscos especiais; modificar sistemática de autorização de lavras concedidas pelo DNPM, na área do Parque; estudar possibilidade de ampliação da área do PETAR; criação da Sociedade Amigos do PETAR (uma de suas atribuições seria manusear os fundos para a efetivação do PETAR); solicitação de verbas ao World Wild Life Fund; solicitação de apoio à International Union for Conservation of Nature - IUCN, declarando o PETAR como área prioritária para criação de reserva natural; estudo de efetivação da participação da comunidade nas lutas pelo Parque; elaboração de um plano de manejo do PETAR; confecção de cartazes de divulgação; efetivar a comunicação entre os interessados pelo PETAR;
3. Levantamento sumário, geral, das condições do PETAR e encaminhamento de denúncias.

Nas atas do evento foi publicado, em anexo, um documento específico sobre o **"Posicionamento do Instituto Geológico com relação ao PETAR"**, no qual a diretora-geral de IG, Maria Helena de Almeida Mello, afirmava que além das atribuições legais de **"manter serviço de conservação de monumentos geológicos naturais"**, tais como cavernas, estava plenamente consciente da importância da sua preservação face aos impactos da ocupação do espaço territorial. Desse modo:

> **"[...] suas preocupações se voltam à recuperação de áreas naturais que aqui restam, visando antes de tudo a preservação da vida, no seu sentido mais amplo. Assim, o Instituto está altamente interessado na solução dos problemas inerentes ao PETAR e nas possíveis medidas a serem adotadas quanto a almejada instalação do mesmo." (MELLO in: SIMPÓSIO..., 1980)**

No documento, o IG apontava os aspectos fundamentais para a preservação do PETAR, colocando-se como interlocutor para contatar e articular órgãos públicos e entidades interessadas na resolução do problema, coordenar ações, agrupar informações, elaborar mapa-base para a delimitação do Parque e propor um plano de manejo. Entre as ações imediatas para conter a degradação a dirigente do IG listava: solicitar ao CONDEPHAAT o **tombamento do PETAR**, manter os contatos com o Instituto Florestal (IF), visando a união dos esforços para a definição da área do Parque e estabelecer estratégia de atuação junto às autoridades competentes.

O evento mostrou-se muito produtivo, visto a articulação dos interessados na resolução dos problemas do PETAR, favorecendo muitas decorrências; sendo que, seus frutos serão verificados ao longo desse período de análise.

Na Tabela 11.1 temos uma visualização da participação, representatividade e composição institucional do evento, na qual verifica-se uma participação total de 50 pessoas, representando 17 entidades, predominando as entidade espeleológicas, seguida de outros setores não-governamentais.

Tabela 11.1- Distribuição, por setores, das entidades participantes do I SIMPÓSIO PAULISTA DE ESPELEOLOGIA. (20 e 21/09/1980) (*)

SETOR	NÚMERO DE ENTIDADES	ENTIDADES PARTICIPANTES
1 - Órgãos Públicos	2	IG, IF
2 - Grupos Espeleológicos	6	CEU, BAGRUS, CAP, EGRIC, EGA, GAE
3- Associações de Classe ou Sociedades Civis Representativas	4	SBE, APB, AGB-SP, SBDMA
4 - ONGs (ambientalista ou estudantil)	4	APASC, IPA, CENIN, DCE-UFSCar
5 - Instituições Internacionais	1	IUCN
TOTAL DE ENTIDADES	17	
ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES	50	

(*) Tabela preparada com base no documento resultante do I simpósio Paulista de Espeleologia (São Carlos - SP).

Dando continuidade ao processo de organização e articulação das entidades interessadas na preservação do PETAR, a Seção Regional de São Paulo da Associação do Geógrafos Brasileiros (AGB-SP), propôs, em conjunto com a SBE, em outubro de 1980, a realização de uma mesa-redonda, **"A Proteção das Cavernas do Vale do Ribeira"**, precedida por projeção de audiovisual. Esse evento veio à somar esforços, visando a defesa da região e o enriquecimento dos debates.

Em circular dirigida aos associados da SBE, o presidente recém-eleito, Luis Enrique Sánchez, comentava sobre a decisão de encaminhar o pedido de tombamento do PETAR ao CONDEPHAAT e que havia sido formado um Grupo de Trabalho dentro do CENIN (GT-PETAR), responsável pela produção da documentação necessária[77].

O evento promovido pela AGB-SP, produziu o efeito desejado, continuando a sensibilizar as entidades, a opinião pública e ampliando as discussões, tanto é que a

[77] Luis Enrique Sánchez é engenheiro de minas, ex-espeleólogo do CEU e membro do CENIN; irei denominar de ***Dossiê PETAR*** a pasta organizada por ele, para o GT-PETAR/CENIN, contento diversos documentos importantes sobre a trajetória das propostas para a preservação do Alto Ribeira.

própria AGB-SP, propôs continuar acompanhando o tema e montar ações em conjunto com a SBE, por meio a sua Comissão Especial de Estudos Ambientais, convocando a SBE para uma reunião em novembro de 1980.

Em nova circular (Pres. 941/80) enviada aos associados, em 28 nov. 1980, o presidente da SBE fazia um balanço dos dois eventos, mostrando a aglutinação de entidades em torno do objetivo comum: preservar a região do Alto Ribeira.

Considerou-se, no documento, que os resultados dos eventos foram extremamente valiosos. Entre as decisões tomadas, figurava o fortalecimento da luta pela efetiva implantação do PETAR, mas, que antes disso seria feito um projeto de tombamento da área, apoiado por diversas entidades: IG, AGB-SP, Sociedade Brasileira de Direito do Meio ambiente (SBDMA), entre outras. Sánchez comentava nessa circular os encaminhamentos e deixava claro os motivos estratégicos:

> ***"*[...] *um grupo de interessados, sob a coordenação do CENIN* [...] *já começou a elaborar tal pedido, com a demonstração da importância da área, mapeamento, localização de grutas, levantamento da fauna, flora, geologia, pelo e arqueologia. Entregue esse plano, a região passará à condição de pré-tombada, o que lhe assegurará proteção imediata."*** **(SÁNCHEZ, Ofício SBE, 28 nov. 1980)**

Entre outras ações decorrentes dos eventos Pró-PETAR, surgiu a proposta de criação do **Conselho Consultivo do PETAR**, formado por entidades com competência para emitir pareceres e realizar consultas sobre o assunto. Também, foi proposta uma campanha publicitária, visando informar a opinião pública sobre a importância e as ameaças àquele patrimônio natural. Sánchez reforçava, no documento, o necessário e imediato compromisso com ações:

> ***"*[...] *uma coisa ficou clara: ou nós nos movimentamos AGORA, mobilizando todos os recurso* [*sic*] *ao nosso alcance, ou amanhã não teremos mais com que nos preocupar. O que resta de natureza no Vale do Alto Ribeira* [*sic*] *será destruído pelos interesses econômicos. (Mineração - Madeireiras - Indústrias de beneficiamento de palmito - especuladores imobiliários em busca de terras, etc.) Tudo isso amparado e incentivado pelo Governo, que pretende, em nome de um 'desenvolvimento' regional, abrir vastas linhas de créditos e incentivos fiscais."*** **(SÁNCHEZ, Ofício SBE, 28 nov. 1980) (destaque do autor)**

A denúncia apresentada, apesar de forte, era procedente, em virtude dos inúmeros pedidos de vistoria enviadas ao Batalhão da Polícia Florestal e dos Mananciais (PFM) e ao diretor da Divisão de Proteção de Recursos Naturais da

Secretaria da Agricultura. No Dossiê PETAR estão apensados diversos ofícios, solicitações e respostas mostrando autos de infração florestal por desmatamento.

As informações indicavam que a PFM estaria autuando os infratores dentro do PETAR, no entanto, a atuação geral estaria sendo ineficaz, por falta de recursos materiais e humanos para conter a onda de degradação no Alto Ribeira.

Apesar desses problemas, um fato positivo marcou, no ano de 1980, a história da Espeleologia Brasileira. Foi o lançamento do livro **"Cavernas Brasileiras"**, produzido por Clayton Lino e João Allievi, considerado o primeiro livro no gênero, publicado no Brasil, enfocando aspectos introdutórios e didáticos sobre espeleologia, citando vários exemplos paulistas, fartamente ilustrado com fotos de cavernas do PETAR e contando com capítulos sobre aspectos históricos da espeleologia, a ciência espeleológica, técnicas aplicadas à espeleologia e uma parte específica sobre conservação e proteção de cavernas. O livro surgia como fruto do acúmulo de experiências dos autores e de uma série de registros e pesquisas feitos pelo primeiro autor. Lino e Allievi afirmam, no prefácio, que a publicação:

> **"[...] não pretende ser um compêndio científico, nem tampouco deseja-se ver transformado em um guia turístico. É, antes, uma contribuição ao público leigo em geral e à classe espeleológica em especial, numa tentativa de mostrar a importância e o valor científico do mundo subterrâneo." (LINO & ALLIEVI, 1980:10)**

É interessante notar que os autores, apesar de engajados no Movimento Pró-PETAR, não fizeram menção específica no livro sobre a situação desse parque e do processo desencadeado por eles próprios, talvez por razões editoriais, já que teriam que entrar pela intrincada teia da política estadual de meio ambiente.

Enquanto isso, vão se ampliando os apoios ao movimento, indicado pelos ofícios enviados à SBE e arquivados no Dossiê PETAR. Um importante aliado adere ao movimento no fim de 1980, é a Sociedade Brasileira de Paisagismo, entidade filiada à IUCN, que fortaleceu as discussões sobre o tombamento do Parque.

Seguindo as deliberações do Simpósio de São Carlos é implantado, em 05 de dezembro de 1980, o **Conselho Consultivo do PETAR (CC-PETAR)**. Esse órgão de composição mista, continha representantes dos setores governamentais afetos e da sociedade civil organizada. O Conselho foi implementado pelo IG, tendo como principal colaborador, para seu bom funcionamento, a SBE.

A função do CC-PETAR era a de reaglutinar as entidades preocupadas com a degradação do Alto Ribeira e de implementar o processo de tombamento e implantação definitiva do Parque. A força política dada pela união de esforços de órgãos oficiais e entidades da sociedade civil foi fundamental na busca de soluções para a situação do PETAR.

Apesar da existência relativamente curta do CC-PETAR, em torno de 1 ano, foram encaminhadas diversas diretrizes de atuação, que fizeram decolar o processo de preservação do Parque.

Toda a trajetória do CC-PETAR é entremeada por ações importantes, que podem ser observadas no Dossiê PETAR. Os dados presentes nesse Dossiê indicam que a SBE foi entidade facilitadora do processo de organização, visando a implantação definitiva do PETAR e implementação do seu conselho consultivo.

Procurarei discutir os principais pontos levantados nas reuniões do CC-PETAR, à medida que surgirem documentos importantes sobre a situação do Parque e sua divulgação na imprensa, utilizando o Dossiê PETAR como fio condutor.

Percebe-se, por meio das atas de reunião, uma participação expressiva da sociedade civil, algo em torno de 40% do número total de participantes em cada reunião. As entidades que se fizeram presentes em todas as reuniões foram IG, SBE e a SUDELPA, sendo que as duas primeiras entidades tiveram o papel de liderar o Conselho e registrar a sua trajetória, seus representantes, ocuparam, respectivamente, os cargos de presidente e secretário do Conselho.

Um levantamento das atas de reuniões permitiu visualizar a freqüência média dos participantes e entidades, fornecendo indícios de como era o comprometimento e como se deu o funcionamento desse Conselho. Os aspectos gerais dessas reuniões podem ser verificados na Tabela 11.2, na qual está indicada a representatividade, a participação e as temáticas.

A primeira e a segunda reunião do CC-PETAR ocorreram num intervalo de apenas 10 dias, no final de 1980, devido a premência de definir as diretrizes do Conselho e acelerar os encaminhamentos para o pedido de Tombamento do PETAR, além disso, as entidades participantes estavam preocupadas com o aumento da degradação do Parque.

A primeira reunião do CC-PETAR ocorreu em 05 dez. 1980, foi convocada pelo IG e realizada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (DG/FFLCH-USP), local escolhido como sede para todas as reuniões seguintes.

Tabela 11.2- Representatividade e participação nas reuniões do Conselho Consultivo do PETAR (CC-PETAR), realizadas no período de dez. 1980 a jun. 1981

			1a Reunião	2a Reunião	3a Reunião	4a Reunião	5a Reunião	Freqüência nas reuniões (%)	Índice relativo de participação.
		Data / Entidades	05/12/1980	15/12/1980	28/01/1981	13/04/1981	29/06/1981		
SOCIE-DADE CIVIL		SBE/ CENIN	5	3	1	5	3	100	3,4
		AGB / DG-USP	1	1	-	-	1	60	0,6
ÓRGÃOS	GOVERNAMENTAIS	IG	2	1	1	1	1	100	1,2
		SUDELPA	2	1	1	1	1	100	1,2
		DNPM	1	1	2	1	-	80	1,0
		IF	1	1	1	-	1	80	0,8
		PPI/PGE	1	1	-	1	1	80	0,8
		IBt	1	-	-	-	1	40	0,4
		CONDEPHAAT	-	1	-	1	-	40	0,4
		PFM	-	-	-	-	1	20	0,2
		IBDF	-	-	1	-	-	20	0,2
TOTAIS		n=11	14	10	7	10	10	65	10,2
PRINCIPAIS PONTOS DA PAUTA			- Histórico PETAR - Implantação do PETAR (atrib.) - Tombamento do PETAR. - Situação atual do Parque e intervenções. - Representatividade e estrutura do CC-PETAR. - Escolha do presidente e secretário.	- Situação da demarcação do PETAR. - Encaminhamento do processo de tombamento. - Construção de estradas na região (DER/DNPM) - Recursos para a demarcação do PETAR (IUM ?) - Estrutura do CC-PETAR. - Encaminhamento para solução de problemas (ex. Gruta Azul).	- Projeto de Tombamento (Documentação a ser enviada ao CONDEPHAAT). - Posição oficial dos órgãos envolvidos com o CC-PETAR. - Convênio SUDELPA-PPI (demarcação de terras). - Mineração x PETAR (posição do DNPM). - Atividades predatórias no PETAR.	- Pedido de tombamento (nº 00010/81) (10/02/1981) - Posição do CONDEPHAAT. - Orçamento para a demarcação do PETAR. - Lista de membros do CC-PETAR.	- Projeto PETAR (PGE -> SICCT) Solicitações de recursos para demarcação do PETAR e estudos preliminares. - Depoimento da Polícia Florestal. - Problemas no PETAR e atuação da PFM. - Busca de recursos (ex. CNPq).		

(*) A UFSCar e a SBDMA, apesar de constarem da lista oficial de membros do CC-PETAR, não compareceram a nenhuma dessas reuniões, por isso não foram consideradas para fins de cálculos. Portanto n=11 (número total de entidades participantes nas reuniões)

A partir dessa reunião começaram a transparecer as posições das entidades envolvidas com o PETAR, podendo ser observado o jogo de forças, os obstáculos, o labirinto das atribuições e a burocracia dos órgãos governamentais, que deveriam efetivamente resolver os problemas do PETAR e realizar a sua implantação.

O representante do IF alegava, na ata dessa reunião, que apesar de todos os parques estaduais estarem sob a responsabilidade do IF, somente poderiam

implementar alguma ação se o parque estivesse efetivamente demarcado; por outro lado a demarcação era da competência da PPI que, por sua vez, já estaria acertando com o IF e o IG um modo para alcançar esse propósito.

O IG continuava sendo o órgão mais à frente do problema, por estar historicamente envolvido com a trajetória do PETAR e com a proteção das cavernas do Alto Ribeira, apesar de ter sido alijado do processo, quando foi transferida a responsabilidade do PETAR para o IF (ex-Serviço Florestal), que, ao que tudo indica, não havia conseguido cumprir o seu papel, até aquele momento.

Entre os problemas destacados na reunião, como causadores da devastação do Alto Ribeira, estão a mineração e a extração de madeira e palmito. A postura do DNPM evidenciava-se pela sua porta-voz, Maria Helena T. Mendes, em dois momentos da reunião, mostrando um posicionamento bastante amarrado com a questão econômica. O secretário do CC-PETAR, Luis Enrique Sánchez, registrou aspectos da fala dessa representante em alguns momentos da reunião:

> ***"*[...] *disse que é preciso demarcar as áreas de preservação permanente para que se possa liberar as outras e que está sendo estudada a construção de estradas vicinais, com verbas do Imposto Único sobre Minerais./* [...] *voltou a salientar a necessidade de compatibilização de interesses das várias entidades envolvidas com recursos naturais, dizendo que a área considerada é no Brasil, a mais promissora em terras de não ferrosos."* (Ata CC-PETAR, 1ª., 05 dez. 1980)**

Por outro lado, essa mesma representante do DNPM, mostrava-se interessada em verificar o caso da destruição de uma pequena caverna, contendo raros espeleotemas azuis, fato que estaria ocorrendo dentro do PETAR por causa de uma mineradora de calcário.

A reunião é fechada com uma discussão sobre a estrutura do CC-PETAR, surgindo dúvidas quanto ao seu formato, já que continha instituições oficiais e sociedade civil.

A segunda reunião do CC-PETAR, realizada em 15 dez. 1980, iniciou-se com a questão da demarcação do PETAR, a qual estaria sendo providenciada por meio da cooperação entre PPI/IG/IF; foi preparado um esquema orçamentário e estimava-se um prazo total de 6 meses para a execução total da demarcação. Esse é um dado importante que retomarei em vários momentos.

Outro aspecto abordado foi a questão do tombamento da área do PETAR, contando, agora, com a presença de um representante do CONDEPHAAT, Profª Léa Goldenstein, do DG-USP. De acordo com a ata, ela:

> ***"[...] afirmou que o processo de tombamento poderia inibir qualquer medida predatória e que ele não é uma medida a mais, mas uma medida genérica fundamental".*** **(Ata CC-PETAR, 2ª., 15 dez. 1980)**

Por outro lado, a ata demonstrava sua ponderação:

> ***"[...] o problema de demora dos processos de tombamento é o de que não se pode atuar no vazio, devendo-se saber precisamente quais os limites da área a ser tombada [...]"*** **(Ata CC-PETAR, 2ª., 15 dez. 1980)**

A representante do CONDEPHAAT alertava para que fosse agilizado o processo, pois quando se começa a falar de tombamento ***"as paredes têm ouvidos"***.

O asfaltamento da Estrada Apiaí-Iporanga, outro tema da pauta, surgia novamente no cenário, agora vinculado à atividade mineral. Outro representante do DNPM, Milton Kiyotani, demonstrava a possibilidade da execução da obra pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER), contando com verba do Imposto Único sobre Minerais (IUM), além disso, já estaria em projeto a construção de mais seis estradas na região, à cargo da SUDELPA, também contando com verba do IUM.

Nesse momento levantada uma questão do secretário do CC-PETAR: ***seria possível utilizar recursos do IUM para a demarcação do PETAR?*** A resposta do representante do DNPM confirmava essa possibilidade, desde que fosse elaborado um plano pela PROMOCET; empresa ligada à Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT), responsável pela administração do Pró-Minério. Em virtude disso, os membros do Conselho presentes acharam que a PROMOCET, deveria ser convidada para a próxima reunião do CC-PETAR.

A oficialização do Conselho foi um ponto, novamente, polêmico da pauta, já que persistia o conflito da existência de entidades não oficiais na sua estrutura. Indicava-se, naquela época, que a situação da demarcação do PETAR já estaria se viabilizando pela PPI, com o apoio de outros órgãos envolvidos com o Parque.

A questão esbarrava na idéia do conselho não ser só composto por entidades oficiais, mas, também por organizações não governamentais, ou, então, começar por uma comissão só de órgãos governamentais que abriria possibilidade, posterior, de

incorporação de ONGs. Quanto aos perigos dessa fórmula, o presidente da SBE, e secretário do CC-PETAR, protestou, afirmando que:

> ***"[...] a SBE não aceitaria a criação de uma comissão oficial sobre o PETAR em que ela não participasse, uma vez que falar em PETAR significa falar em cavernas, e falar em cavernas no Brasil, significa falar na Sociedade Brasileira de Espeleologia; além disso, foi por iniciativa da SBE que os órgão governamentais voltaram a preocupar-se com o PETAR, e se não fosse pela firme atuação da SBE em defesa do PETAR, este parque estaria hoje correndo um risco muito maior."*** **(Ata CC-PETAR, 2ª., 15 dez. 1980)**

Polêmicas à parte, aliás, elas não foram resolvidas nessa reunião, a ata é finalizada com um ofício solicitando providências para sustar a destruição da "Gruta Azul", que é entregue pelo presidente da SBE ao representante do DNPM, salientando a importância e raridade dessa cavidade natural.

A terceira reunião do CC-PETAR, realizada em 28 jan. 1981, tinha como pauta principal a apresentação da proposta de tombamento e os documentos a serem encaminhados ao CONDEPHAAT. Outro ponto importante da reunião foi a formalização da posição das entidades participantes do CC-PETAR em relação ao assunto, o que ficou comprometido, em vista de ter sido uma reunião pequena, na qual até a presidente do CC-PETAR teve que se ausentar. Aspectos da demarcação do PETAR e sua futura manutenção foram os itens que fecharam a pauta.

A proposta de tombamento foi elaborada pelo GT-PETAR/CENIN, todos os participantes eram membros, associados ou diretores, da SBE. O documento-base data de dezembro de 1980, sendo que o ofício de encaminhamento da proposta foi assinado por representantes da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente (SBDMA), Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG/FFLCH-USP), AGB-SP, IG e Sociedade Brasileira de Paisagismo (ANEXO 13a). Entre os materiais anexados ao pedido de tombamento, figuravam:

- Texto "Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação", baseado num documento da SBE de janeiro/1980, elaborado e modificado pela mesma equipe do GT-PETAR/CENIN, composta por 14 membros, de formação multidisciplinar. (ANEXO 13b)
- Mapa (1:50.000), contendo os limites do PETAR e da área adicional proposta para o tombamento, além da localização das cavernas e sítios arqueológicos e paleontológicos conhecidos na região.
- Mapa (1:250.000), contendo os limites do PETAR e da área adicional, acrescido da delimitação da cobertura vegetal e das áreas já devastadas.

- Relação das cavernas localizadas na área solicitada para o tombamento, contendo o número de cadastro na SBE.
- Relação dos sítios paleontológicos, contendo número de cadastro na SBE.
- Relação dos sítios arqueológicos e seu respectivo número de cadastro na SBE.

A Tabela 11.3, demonstra que área proposta para o tombamento englobava os limites do PETAR, adicionado de 6 novas áreas, de grande interesse para a preservação. (CENIN, 1980)

Tabela 11.3- Áreas adicionais propostas para serem incorporadas ao Tombamento do PETAR

	Denominação	Área (ha)	Observações
PETAR		35.712	Núcleos Santana/Caboclos/Ouro Grosso/Casa de Pedra
ÁREAS ADICIONAIS	1- Região do Sul do PETAR	7.775	Caverna Jeremias / sítios arqueológicos
	2 - Lageado e Serra da Biquinha	3.750	Caverna Areias, entre outras / sítios paleontológicos
	3 - Passa Vinte	3.100	Cabeceiras dos rios Betari e Iporanga
	4 - Serra do Sem Fim	675	Cabeceiras dos rios São Pedro e São Paulo
	5 - Serra do Manduri	3.405	Cabeceiras de rios, lente calcária pouco conhecida
	6 - Alto Rio Pilões	3.300	Nascentes do Rio Pilões / Caverna dos Paiva
	SUBTOTAL	21.025	
Área Total Proposta para o Tombamento		**56.737**	

Em relação à postura das entidades quanto à implantação do PETAR, apenas os representantes da SUDELPA e DNPM se pronunciaram. A posição da SUDELPA, apesar de extra-oficial, era de que o órgão teria interesse real na preservação do Parque, como exemplo, a representante indicou a paralisação das obras, nos limites do PETAR, da estrada que ligaria a sede do município de Iporanga ao Bairro de Caboclos, passando pela região central do parque.

Quanto à posição do DNPM, o representante informou que o órgão se interessa pela demarcação do PETAR, pois, somente conhecendo os reais limites do PETAR poderia ser evitada a concessão de atividades minerais dentro do Parque, além disso, as atividades, hoje existentes, são anteriores à criação do PETAR. Apesar desse interesse, o representante do DNPM, reivindicava que fosse garantido, aos órgãos governamentais, o direito de preceder estudos geológicos e prospecção mineral na área.

Nessa reunião do CC-PETAR, ressurgia a discussão das verbas e do orçamento para a demarcação de PETAR. A representante da SUDELPA informava que existiam recursos disponíveis para demarcação de terras no Vale do Ribeira, por meio do convênio SUDELPA-PPI, e sugeria estudo da viabilidade de deslocar parte dessa verba para o PETAR. O representante do DNPM retomou a idéia da possibilidade de uso de verbas do IUM para a demarcação do Parque e fechava com a proposta de se criar uma "Fundação", ou seja, uma entidade para gerenciar o PETAR, já que a demarcação não seria suficiente para a preservação do Parque.

O representante do IF fez uma explanação sobre a situação de parques similares, tais como: o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), que apresentava vários problemas: demarcação não terminada, devastação, equipe de fiscalização muito pequena. Surgia, então, uma questão: ***o DNPM não poderia proibir a exploração mineral, com base no código Florestal?!*** Tendo em vista a negativa do representante do DNPM, criou-se uma polêmica, pois o representante do IF achava que haveria amparo legal para cancelar as autorizações de mineração e acabou desabafando: ***"[...] enquanto houver exploração de calcário, é um contra-senso ter-se um Parque."*** (Ata CC-PETAR, 3ª., 28 jan. 1981)

O representante do DNPM afirmou que seria necessário que um órgão governamental, tipo IF ou IG, solicitasse o cancelamento dos decretos de lavra. Mas o representante do IF colocou-se na defensiva, afirmando não ter condições nem de administrar os parque já existentes, além disso, não possuíam informações suficientes sobre as divisas do PETAR.

Desse modo, foram sendo delineadas as posturas nessa pequena reunião. A representante do DNPM, também presente à reunião, mostrou aspectos de uma posição calcada, novamente, na visão econômica:

> ***"[...] há necessidade de se conciliar a conservação da natureza com a economia e que não se pode fechar totalmente a região à exploração mineral, pois o bem mineral não é renovável e nem escolhe onde ocorrer."*** **(Ata CC-PETAR, 3ª., 28 jan. 1981)**

O último item da pauta estava vinculado à questão da alarmante extração de palmito dentro do PETAR e das atribuições de fiscalização. Algumas marcas

comerciais de palmito, que certamente exploravam o produto no VR, eram vendidas com indicação no rótulo de que o palmito teria sido obtido no Pará.

Abrindo um parênteses, observou-se que, apesar da ausência constante, a representante do Instituto de Botânica, Yara Struffaldi De Vuono, justificava não ter podido participar da maioria das reuniões do CC-PETAR, reclamando, inclusive, da falta de comunicação convocando-a para as reuniões. A representante mandou um ofício, em 30 jan. 1981, reforçando a postura do órgão:

> ***"O Instituto de Botânica mantém sua intenção de colaborar da melhor forma possível, para a solução do problema do PETAR e acredito que o desencontro de informações havido até o momento, não afetará o desenvolvimento de trabalhos futuros."*** **(Ofício IBt, 30 jan. 1981)**

Seguindo a questão das estratégias de pressão ao CONDEPHAAT, quanto ao processo de tombamento do PETAR, foi solicitado que as entidades interessadas na causa do Parque enviassem ofícios de apoio ao movimento, endereçado ao presidente daquele órgão. No período de março a abril de 1981, figuraram os apoios da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, e da Associação Paulista de Proteção à Natureza (APPN).

A quarta reunião do Conselho ocorreu em 13 abr. 1981 e teve como principal ponto de discussão o andamento do processo de tombamento no CONDEPHAAT. O processo foi entregue em 10 fev. 1981, sob número 00010/81, entretanto, o CONDEPHAAT não deu prosseguimento aos encaminhamentos, devido à falta da listagem dos proprietários de terras, existentes na área do PETAR.

Esses dados não poderiam ser obtidos pelas entidades que subscreveram o pedido de tombamento, sendo atribuição de órgãos oficiais. Identificou-se que própria PPI, que já estaria fazendo a discriminação da área do PETAR, poderia colocar à disposição os dados solicitados pelo CONDEPHAAT.

Quanto à demarcação, foi proposto o encaminhamento de um orçamento atualizado a ser enviado à Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT), responsável pela aplicação das verbas do IUM, no Estado de São Paulo.

A postura do CONDEPHAAT, ressurgia na fala de sua representante, que transmitiu a posição do presidente da entidade, Ruy Ohtake, de que:

> ***"[...] não seria da alçada do CONDEPHAAT o tombamento do PETAR, uma vez que a área proposta abrange mais que área delimitada pelo decreto de criação do PETAR e que parecer-lhe-ia melhor um eventual tombamento apenas na área do PETAR."*** **(Ata CC-PETAR. 13 abr. 1981)**

Essa visão foi contestada por Clayton Lino, já que o mesmo considerava o tombamento como um instituto autônomo, que não deveria se prender a outros procedimentos, e esse ativista interpretava a postura desse órgão:

> ***"[...] o CONDEPHAAT quer 'evitar problemas' na área, uma vez que o tombamento do núcleo histórico de Iporanga foi muito polêmico."*** **(Ata CC-PETAR. 13 abr. 1981)**

Esse dado foi complementado pela representante do CONDEPHAAT, que afirmou que o atual Conselho pretendia evitar **"casos complicados"**.

Outro apoio importante, conseguido nesse período, foi do Rotary Club de São Paulo (Oeste), que em 22 abr. 1981, enviou um ofício ao vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, convidando-o para a Convenção Internacional do Rotary, que aconteceria no Brasil, cujo destaque seria dado à um fórum de debates sobre o PETAR, o qual o político deveria ocupar o lugar de presidente de honra. Após breve histórico da problemática do PETAR o ofício destacava a participação de entidades cientificas e autoridades federais e estaduais.

O período de abril a junho de 1981 foi marcado pelas articulações, eventos e divulgação na imprensa. Várias matérias foram publicadas sobre a situação do PETAR, os títulos e conteúdos dão uma idéia dos enfoques (QUADRO 11.1)

QUADRO 11.1- Situação do PETAR na ótica das notícias de jornais (abr./maio 1981).

JORNAL	LOCAL PUBL.	DATA	TÍTULO	OBSERVAÇÕES
A Tribuna	Santos	24/04/1981	"Cidade das Cavernas"	- Convênio PMI-SEET. - Posição do Secretário de Turismo. - Melhorias Propostas.
Diário Popular	São Paulo	26/04/1991	"Um Planejamento Turístico para as Grutas de Iporanga"	- Matéria Idêntica à anterior.
J L	Campinas	03/05/1981	"Uma Cidade Conhecida por suas Cavernas"	- Idem anterior.
Folha da Tarde	São Paulo	07/05/1981	"Parque Turístico: Denúncia"	- Problemas do PETAR. - Histórico da Situação e Potencialidades.
Folha de São Paulo	São Paulo	08/05/1981	"Ameaçada Implantação do Parque do Alto Ribeira"	- Idem Anterior.
Folha de São Paulo	São Paulo	20/05/1981	"Refeito Apelo para Tombar o Alto Ribeira"	- 23º Aniversário do PETAR. - Entrevista com Imprensa. - Processo de Tombamento. - Atribuições e órgãos.
Folha	São Paulo	20/05/1981	"Criado a 23 anos, o	- Campanha pelo tombamento.

da Tarde			PETAR aguarda tombamento"	- Processo de tombamento. - Omissão do CONDEPHAAT. - Postura de especialistas.
Diário Popular	São Paulo	20/05/1981	"PETAR é Malogro Público". "Fracasso na Preservação do Parque PETAR".	- Competências quanto ao PETAR. - Posição de especialistas. - Omissão.
Folha de São Paulo	São Paulo	24/05/1981	"No CONDEPHAAT Demissão de Técnico Agrava Crise"	- Motivos das demissões. - Postura do Presidente do CONDEPHAAT. - Pressão política.

Nota-se que as matérias são repetitivas (algumas reeditadas) e "batem na mesma tecla", abandono e omissão do CONDEPHAAT. Com relação ao turismo a matéria de "A Tribuna" mostrava que a Prefeitura de Iporanga estava "correndo por fora", visto a chamada para o convênio que estava sendo feito com a Secretaria de Esportes e Turismo, visando melhorar a infra-estrutura da Caverna de Santana.

A posição do Secretário de Esportes e Turismo, Francisco Rossi, era destacada, mostrando seu interesse de viabilizar a melhoria nas estradas, construção de chalés, restaurantes e iluminação da Caverna de Santana, lançando um novo polo turístico na região, indicando, inclusive, os primeiros estudos e verbas para um investimento, em torno de 8 milhões de cruzeiros. Esse projeto é destacado de forma demagógica, e no artigo é justificado:

> **"[...] pois transformará Iporanga em uma cidade essencialmente turística, pois, embora, já tenha sido tombada pelo CONDEPHAAT [...], por suas inúmeras belezas naturais, até hoje ainda não se tinha desenvolvido [...] a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de todo o seu potencial turístico." (A TRIBUNA, 24 abr. 1981)**

Essa matéria chamava a atenção, ainda, para o manejo turístico de cavernas:

> **"No Brasil ainda são poucas as cavernas exploradas turisticamente mas, na quase totalidade dos casos, apresentam sérios problemas de planejamento [...]. A depredação causada pela falta de preparação do turista, que, muitas vezes, quebra os espeleotemas, escreve nas paredes, ou pela própria inconsciência de quem se propõe a explorá-la economicamente, é o maior problema que se apresenta para um real planejamento turístico." (A TRIBUNA, 24 abr. 1981)**

Algumas notícias retomavam as denúncias, mostrando que a exploração mineral indiscriminada, as queimadas e a extração predatória do palmito poderiam estar ameaçando seriamente o Parque, antes mesmo de ser efetivada a sua implantação. A estratégia das entidades, com relação ao tombamento do PETAR, é apresentada nas matérias, repetidas vezes e em veículos diferentes, como:

> **"[...] uma forma de proteção imediata, porque não exige obrigatoriedade de desapropriações, não exclui a luta pela delimitação do parque, permite a inclusão de**

outras áreas contíguas não abrangidas pelo decreto de criação do PETAR e que necessitam de proteção, além de possibilitar que a guarda do território passe para a Polícia Militar." (GALVEZ, FOLHA DA TARDE, 07 maio 1981)

Além disso, a denúncia da omissão do CONDEPHAAT, foi ressalvada, visto que até aquele momento não havia prestado nenhuma informação, quanto a situação do processo, aberto em fevereiro desse mesmo ano.

Entretanto, o CONDEPHAAT já havia "aberto a retaguarda" e informava, por meio de um ofício, enviado em 24 abr. 1981 ao presidente da SBE, sobre os questionamentos relativos ao andamento do processo de tombamento do PETAR.

As respostas não foram muito convincentes, aliás, foi tipicamente a transferência do "abacaxi" para outro órgão. O documento informava que a responsabilidade pelo PETAR era do Instituto Florestal (desde 1963), sendo recomendado a apresentação da ampliação da área protegida àquele órgão, empreendimento, esse, considerado merecedor do apoio do CONDEPHAAT. O presidente desse órgão de preservação informava, também, que só o IF poderia decidir pela incorporação de novas áreas. Apresentava, ainda, fatos mostrando a falta de recursos para a demarcação do Parque, além do interesse do Conselho em verificar as posições de outros órgãos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Enquanto isso, aproveitando as "comemorações" do 23º aniversário do PETAR, a SBE promoveu, junto com outras entidades, uma entrevista coletiva. O assunto ocupou espaço em vários jornais, que ressaltaram o fracasso na resolução dos problemas do Parque, inclusive, uma matéria da FSP, de 24 maio 1981, chamava a atenção para a demissão de técnicos, agravando a crise no CONDEPHAAT. Coincidência ou não, o fato é que a situação daquele órgão eram bem ruim.

Voltando às atividades do CC-PETAR, ocorre a quinta reunião, em 29 jun. 1981, na qual trazia como destaques: o encaminhamento do **"Projeto PETAR"** à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT), via Procuradoria Geral do Estado (PGE) e os problemas enfrentados pela PFM.

O *"Projeto PETAR"* foi elaborado, em 04 jun.1981, por membros do CC-PETAR: Maria Helena de A. Mello (IG), José Galante Rodrigues (PPI/PGE), Clayton F. Lino (SMC/PMSP) e Luis Enrique Sánchez (SBE), e tinha o objetivo de executar, em 18

meses, a demarcação do PETAR; implementar medidas preliminares de emergência para o controle, levantamento e diagnóstico do meio físico e do estado de conservação dos sítios de interesse científico; além de registrar as informações coletadas e propor medidas para solucionar os problemas relacionados com a demarcação e regularização fundiária. Esperava-se que o Projeto permitisse:

> **"[...] conciliar interesses até certo ponto conflitantes, como o são o desenvolvimento econômico e a preservação, sem prejuízos de quaisquer natureza a ambos, pois, o que se propõe é a obtenção de conhecimentos científicos [...] e sua utilização para definição da ocupação adequada do seu espaço territorial." (MELLO *et al.*, 1981:6)**

Esse projeto era bastante minucioso e visava fornecer subsídios para a atuação governamental e a tomada de decisões quanto ao desencadeamentos das ações em prol da demarcação do PETAR. O projeto foi enviado ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Minerais (Pró-Minério), vinculado à SICCT, a fim de solicitar-se financiamento da ordem 37 milhões de cruzeiros[78], e continha uma descrição detalhada dos recursos necessários, envolvendo serviços e encargos de pessoal técnico e especializado, serviços de topografia, fiscalização e vigilância, além da compra de equipamentos de rádio-comunicação e veículos.

Em relação ao segundo item da pauta, atuação da PFM, foi feito um convite para que o representante do 1ºBPFM informasse sobre os problemas do PETAR, entre os pontos principais, destacou-se: derrubada de florestas, exploração e industrialização do palmito, a caça e a pesca. O discurso do policial, registrado na ata, demonstrou aspectos dos conflitos de interesse no entorno do PETAR, e uma visão dicotômica da relação entre população tradicional, especuladores e o Parque:

> ***"*[...] *de um lado alinham-se os proprietários, madeireiras e empresas imobiliárias, cujas conveniências econômicas levam sempre à supressão de florestas e de outro, os posseiros que, na tentativa de provarem ser os legítimos proprietários da gleba, também promovem a supressão das florestas. Desta maneira, contínua, elementos inescrupulosos e alheios à preocupação de preservar o verde, se arriscam a enfrentar a fiscalização florestal e quase sempre visando somente o aspecto econômico, derrubam árvores centenárias que deixam de ser paisagem, alimento, verso, pouso e ninho de pássaros para se transformarem em toras mortas, em metros cúbicos de madeira."* (Ata CC-PETAR, 5ª., 29 jun. 1981)**

O representante da PFM fez, ainda, uma série de críticas ao código florestal e à portaria do IBDF, por considerá-los desatualizados ou inadequados, já que as

[78] O Salário-Minímo vigente na época era de Cr$ 8.464,80 (01/05/1981)

punições eram muito brandas. Há, também, o problema da falta de depositários para se confiar as madeiras apreendidas, e por isso o produto acabava ficando nas mãos do próprio infrator, cuja multa era irrisória, tendo em vista o valor econômico do recurso natural depredado.

Ainda nessa reunião, Clayton Lino levantou a questão da institucionalização da categoria dos palmiteiros, já que a região era pobre e acabava empurrando os moradores para essa atividade, como única profissão. Outro aspecto citado foi o da incompatibilidade em relação exploração do palmito, pois se instalava uma indústria com uma capacidade de beneficiamento muito maior que a de produção dessas áreas autorizadas.

Assim, é sugerida como diretriz o mapeamento de todas as áreas onde estavam autorizadas as extrações de palmito, com atualizações constantes, dificultando ao máximo as atividades clandestinas.

Um problema, que já estava identificado naquela época, era o da relação entre o mandante ou empresário (dono dos recursos de exploração) e o palmiteiro (o indivíduo que extrai o palmito na mata), pois, na maioria das vezes, o cortador de palmito que era autuado, e como não havia vínculo empregatício entre os mesmos, o mandante acabava saindo ileso, gerando novos conflitos.

Finalizando a ata, foi retomada a discussão da legalidade do CC-PETAR, a fim de dar maior força à sua atuação, já que o mesmo possuía legitimidade e vinha fazendo importantes encaminhamentos e desencadeando diversas ações. Apesar dessa ser a última ata registrada no Dossiê PETAR, que consegui localizar, observa-se, ainda, algumas atuações realizadas em nome do CC-PETAR.

As ações em prol do tombamento do PETAR tomaram outro rumo, quando a SBE, em nome do CC-PETAR, solicitou o encaminhamento da proposta de tombamento para ser transformada em **Projeto de Lei Estadual**, o qual foi elaborado pela deputada Irma Passoni (PT), sob o **nº 198**, dando entrada na **Assembléia Legislativa**, em 09 jun. 1981. (ANEXO 14)

Antes, porém, a temática da preservação do Vale do Ribeira já tramitava em duas moções enviadas pela Assembléia Legislativa à Presidência da República. Uma

delas (nº 41), de autoria do deputado Vicente Botta, de 30 mar. 1981, solicitava providências urgentes visando conter a devastação no Alto Ribeira, em especial, no município de Iporanga. A segunda moção (nº 121) elaborada em 18 maio 1981, pelo deputado José Yunes, solicitava a autorização para criação de Estações Ecológicas, de modo a preservar as áreas de remanescentes florestais no Vale do Ribeira .

A proposta de tombamento recebe novos apoios, ainda nesse período, do próprio Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, do Ministério do Interior; da Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos (APASC); da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), entre outros.

Parece que esses apoios surtiram o devido efeito, principalmente, o do secretário da SEMA, em virtude do envio de um ofício (nº 111, datado de 25 jun. 1981), do presidente do CONDEPHAAT, endereçado ao presidente da SBE, colocando alguns aspectos para dar prosseguimento à proposta de tombamento.

Procuro traçar um paralelo entre os tópicos e conteúdos desses ofícios e as respostas fornecidas pelo presidente da SBE, no seu ofício nº 981, de 08 de julho de 1981, dado a possibilidade de melhor entendimento do trâmite. (QUADRO 11.2)

Ainda em agosto é enviado um ofício ao Presidente da SBE, informando sobre o andamento do pedido de identificação dos proprietários das áreas do Alto Ribeira, solicitado à PPI/PGE, demonstrando que as articulações continuavam à ocorrer.

Ao mesmo tempo, membros da SBE/CENIN divulgavam as questões do PETAR no **III Simpósio Nacional de Ecologia**, realizado em Belo Horizonte-MG, no período de 27 a 31 jul. 1981, durante o qual foram produzidas moções específicas sobre o PETAR, endereçadas ao Governador do Estado de São Paulo e ao CONDEPHAAT, visando sensibilizar os órgãos competentes e apoiar o pedido de tombamento.

Novas matérias, nos jornais de grande circulação, traziam como destaques: os problemas do PETAR e a situação de descaso no andamento do tombamento.

- **"Desmatamento e caça ameaçam o Parque do Ribeira". (FSP, 20 jul. 1981)**
- **"Devastação: Burocracia é responsabilizada". (Folha da Tarde, 22 ago. 1981)**
- **"Devastação continua no Parque Estadual [...]". (FSP, 24 ago. 1981)**

Essa última notícia de jornal foi motivo suficiente para que o deputado estadual **Geraldo Siqueira** (PT) acatasse o pedido da SBE, e elaborasse o **requerimento nº**

1622/81, dando entrada à uma solicitação na Assembléia Legislativa para apurar os fatos referentes à **denúncia de irregularidades no PETAR**, que seria encaminhada ao Executivo Estadual, usando isso como procedimento de pressão sobre o CONDEPHAAT, e que pudesse levar à abertura do processo de tombamento.

QUADRO 11.2- Resumo comparativo do conteúdo de ofícios (CONDEPHAAT e SBE) sobre andamento do processo de tombamento do PETAR (1981).

CONDEPHAAT	OFÍCIO GP-111/81	DATA: 25/06/1981	**SBE**	OFÍCIO PRES. 981/81	DATA: 08/07/1981
1) - Reafirma a importância do PETAR. - Conhecimento de trechos dessa região. - Importância ressaltada por estudiosos.			1) - Registra o prazer de verificar a reafirmação da importância do PETAR. - Sugere que seja estendida essa importância às áreas adjacentes ao Parque.		
2) - A Conselheira Léa Goldenstein (DG-USP) é indicada como representante do CONDEPHAAT nos trabalhos relativos ao tombamento.			2) - Cumprimentos ao CONDEPHAAT e ao Secretário da Cultura pelo tombamento da reserva do Morro Grande e anúncio do tombamento da S. da Cantareira.		
3) - Aguardando agendamento de reunião entre SBE/SEMA/CONDEPHAAT.			3) - Propõe data de 12/08/1981. - Não garante a participação do Secretário Nacional da SEMA. - Solicita participação das outras entidades que solicitaram ou referendaram o tombamento do PETAR.		
4) - Legislação disponível sobre o PETAR. - Evoca a importância da participação do Instituto Florestal no Programa de Preservação do PETAR.			4) - Apesar dos instrumentos legais de proteção do PETAR, considera o tombamento como um instituto autônomo. - A Reserva do Morro Grande, a Serra da Cantareira e o Maciço da Juréia são exemplos de áreas protegidas por instrumentos legais específicos e que também foram tombadas . - Participação do IF já ocorre no CC-PETAR.		
5) - Estabelecimento da política de tombamento de áreas naturais. - Constituição de Grupo de Trabalho interinstitucional: SBP, IF, IG, DG-USP, CONDEPHAAT.			5) - Deseja sucesso ao GT. - Coloca-se à disposição para colaborar com o GT. - Sugere a indicação de um representante do CENIN para participar do GT.		
6) - Solicita subsídios da SBE para colaborar nos objetivos desse GT.					
7) - Roga que a SBE complemente as informações de acordo com a ordem de serviço nº. 1/81. - Demarcação topográfica da área. - Proprietários e endereços.			7) - Lembra que a ordem de serviço entrou em vigor em 28/03/1981, enquanto que o pedido de tombamento é de 10/02/1981. - Informações de um funcionário do CONDEPHAAT indicavam que o processo poderia ser aberto sem essas informações. - Os perímetros da área do PETAR estão em discriminação. - Essas informações não podem ser fornecidas às sociedades civis, só para algum órgão público. - O CONDEPHAAT poderia solicitar os dados necessários diretamente à PPI.		

A repercussão desse requerimento fez-se notar no mês de novembro de 1981, quando a presidente do CC-PETAR, Maria Helena de A. Mello (Pesquisadora Científica e Ex-Diretora Geral do Instituto Geológico), envia um informe ao Diretor

Geral Substituto do IG, relacionado com as solicitações feitas pelo deputado Geraldo Siqueira, sobre a situação do PETAR.

Nesse documento a representante do IG, no CC-PETAR, resgatava uma breve síntese histórica dos eventos relacionados com o PETAR, produzida em 1976 pelo Eng. José Epitácio P. Guimarães, ex-membro da Comissão de Implantação do PETAR, criada pelo decreto de 1958. Anexado ao documento, estava o relato do Sr. Pedro Comério (Chefe Interino do Museu Geológico), dando corpo à busca de irregularidades e aos problemas do Parque, com todo o seu discurso, que lhe é muito próprio, ora verboso, ora prolixo, mas que exprimia com tom poético a situação e sua paixão pela região do Alto Ribeira.

> ***"É bem verdade que existe uma pressão de concomitantes e abstrusas razões e interesses econômicos em áreas de domínio particular, quase sempre transpondo divisas, prática energizada pela circunstância favorável da não demarcação das fronteiras topográficas que corporizariam a figura do PETAR. Essa falta de demarcação, como fator negativo, veio conspirar contra o desiderato idealístico, cultuado pelo pugilo de ecólogos e outros poucos bem intencionados cidadãos, que se preocupam com o futuro (de inquietante e fácil vaticínio, a curto prazo) da devastação de uma região que contém um remanescente manto florestal, já sob o imperativo irreversível de iminente extinção, incluso, dos mananciais que a caracterizam."*** **(COMÉRIO, ofício, 09 nov. 1981)**

Usando esses documentos como base, Maria Helena Mello, procurava fornecer dados ao diretor do IG, destacando os problemas decorrentes da sobreposição de atribuições no que se refere a proteção daquele patrimônio natural. O IG é responsável pelas cavernas, mas o IF é responsável pela área da superfície, sendo que a PPI/PGE é o órgão responsável pela demarcação do Parque.

A pesquisadora do IG apresentava no documento sugestões de medidas, a curto e médio prazo, a serem tomadas para a resolução dos problemas do PETAR, entre as quais figuravam as diretamente à cargo do IG: mobilização de recursos financeiros, visando melhoria das instalações, na época bastante deterioradas; contratação de pessoal (3 guias, 3 vigias e 1 técnico encarregado, especializado em espeleologia). Entre as que excedem à atuação do IG, mas que merecem empenho, estão elencadas: demarcação e implantação definitiva do PETAR, execução de um Plano de Manejo (parceria IG/IF); viabilização de estudos para promoção do uso racional do solo no Alto Ribeira; além de definir e implantar outras UCs na região.

Em seguida o documento é direcionado para as respostas às perguntas formuladas no requerimento nº 1622/81. No QUADRO 11.3 tracei um paralelo entre as questões feitas pelo deputado e as respostas da representante do IG.

Observa-se, pela contraposição desses documentos, que continuava a imperar o problema da sobreposição de atribuições entre órgãos que atuavam na região do Alto Ribeira. No entanto, a denúncia de irregularidades foi reforçada, encaminhamentos foram feitos e responsabilidades foram apontadas.

QUADRO 11.3- Questões formuladas no requerimento nº 1.622 (15/09/1981) pelo Deputado Geraldo Siqueira e as respostas fornecidas pelo IG.

Requerimento nº. 1622 (15/09/1981)	OFÍCIO IG (11/11/1981)
1 -) Se é verdade que vem ocorrendo casos de devastação na área do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira?	"[...] não podemos afirmar o grau em que está se processando a devastação da mesma. Todavia, temos tido conhecimento, através de terceiros, que usualmente circulam pela área, de denúncias oficiosas e oficiais sobre a retirada de madeira, palmito e outros bens naturais da área. No caso da denúncia formulada pelo Senhor Luiz Enrique Sánchez, presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia, trata-se de uma denúncia oficial. Aliás a devastação das poucas áreas naturais que restam neste Estado, é fato sobejamente conhecido e de domínio público. Quanto às providências que têm sido adotadas em face dessas denúncias, apenas a Divisão de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN) tem condição de esclarecer, pois trata-se de assunto de sua alçada".
2 -) Se é verdade que a Agência Japonesa JICA pretende derrubar uma vasta área de mata original do Vale do Ribeira?	"Nada temos a declarar".
3 -) Por que não foi aberto ainda o processo de tombamento do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira? 4 -) É verdade que a abertura de processo de tombamento de áreas naturais é condicionada à apresentação de uma relação oficial de ocupantes da região que se quer tombar?	"Não somos membro do CONDEPHAAT, porém pertencemos a um grupo de trabalho à ele vinculado, o que nos possibilita informar que existe uma portaria, de ordem administrativa, que relaciona uma série de requisitos para abertura de um Processo de Tombamento e dentre esses requisitos, solicita-se, ao interessado na abertura do processo, que apresente, junto com outros documentos, a relação oficial dos ocupantes da área. Para se obter informações mais precisas com relação a esses itens, referentes ao tombamento, deve-se dirigir ao próprio CONDEPHAAT, entidade subordinada à Secretaria da Cultura".
5 -) É verdade que a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado só fornece esse tipo de documento por solicitação de outro órgão governamental?	"Nada temos a informar, a não ser que os devidos esclarecimentos podem ser obtidos junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado - Secretaria da Justiça".

Outro aspecto importante, apesar de algumas evasivas na resposta do IG, é que o requerimento do deputado surtiu efeito desejado, desencadeando uma série de justificativas e a formulação de uma proposta para a resolução dos problemas.

Um aspecto merecedor de um parênteses, foi a constatação da ausência de informações ou referências de Maria Helena Mello sobre o CC-PETAR, o que nos dá indícios do início do seu processo de desarticulação.

A matéria da Folha da Tarde, de 05 out. 1981, trazia como destaque **"DER vai melhorar estradas do Vale do Ribeira"**, desencadeando novos conflitos na região:

> **"Compreendendo 211 quilômetros e investimentos estimados em cerca de 2 bilhões de cruzeiros, todas as obras de pavimentação e melhoramentos das estradas constantes do Pró-Minério, na região do Vale do Ribeira, já foram contratados pela Secretaria dos Transportes, com o objetivo de permitir o aproveitamento dos recursos minerais e o desenvolvimento de outras potencialidades econômicas da região." (Folha da Tarde, 05 out. 1981)**

A resposta do presidente da SBE se revelou imediatamente, em 06 out. 1981, por meio do ofício endereçado ao Secretário de Esportes e Turismo, Abdo Haddad, com cópia para o Secretário de Obras e Meio ambiente, Walter C. Antunes. Entre os aspectos que Luis Enrique Sánchez chamava a atenção, destaca-se os seguintes:

> ***"A anunciada melhoria de estradas no Vale do Ribeira, à parte de seu inegável conteúdo social, poderá representar a via definitiva para a total devastação do patrimônio natural daquela importante região do Estado se paralelamente não forem tomadas as medidas necessárias para garantir pelo menos a preservação daquelas porções que, por força da lei, devem ser preservadas pelo Estado, mas não o são."*** **(SÁNCHEZ, Ofício SBE, 06 out. 1981)**

Além disso, Sánchez chamava a atenção dos secretários para a responsabilidade pela preservação da região e ressaltava os problemas relacionados à acelerada devastação, por isso, era preciso que a melhoria das estradas estivesse associado à efetiva implantação do PETAR e do PEJ.

Continuando nessa direção, é publicado no "Estadão" de 15 nov.1981, artigo com o título **"No Ribeira, o parque ameaçado"**, no qual os jornalistas destacavam problemas locais que comprometiam a existência do PETAR, nele também indicavam os dados que vinham sendo coletados por VON BEHR (1981), para seu trabalho de conclusão no curso de Arquitetura e Urbanismo.

Com relação à mineração trazem o prefeito Theodoro Konesuk Júnior como pivô das contradições, ele informava que quase a totalidade da área do PETAR estava sendo pesquisada por mineradores. Os jornalistas conduziram o texto de modo a reforçar a visão utilitarista do prefeito:

> **" '[...] quando as lavras começarem a ser extraídas a ecologia vai sofrer muito'. [...], se hoje fosse obrigado a optar entre mineradores e a preservação, ficaria tranqüilamente com os primeiros. Isso porque a mineração faria nascer recursos para a cidade, hoje um pouco maior do que um simples povoado (4.726 habitantes apenas), sem perspectivas de progresso a curto prazo." (SABOYA e IALONGO, OESP, 15 nov. 1981)**

Outro problema é reforçado na retranca intitulada **"Acesso às cavernas, obstáculo ao turismo"** e começam com um otimismo questionável, afirmando que a SUDELPA estaria iniciando a construção da estrada para a mina do Espírito Santo.

A análise documental permitiu identificar a preocupação da SBE em relação à divulgação do asfaltamento e melhoria das estradas e da implementação do turismo na região do Alto Ribeira. Percebe-se que a SBE, bastante atuante nesse período, procurou não só maneiras de divulgar e conter os problemas, mas, também, de participar do processo de buscar as soluções.

Uma outra frente de atuação conjunta foi proposta ao prefeito de Iporanga, em 19 nov.1981, era uma minuta visando a concretização de um **Acordo de Cooperação Mútua** (SBE/PMI) com vista à organização e planejamento do turismo em cavernas da região.

A justificativa dada destacava a importância espeleológica de Iporanga, considerada uma das áreas mais representativas do país, de outro lado, indicava as articulações e gestões visando ***"[...] efetivar medidas de preservação para a região"***, que, no entanto, se mostravam insuficientes para conter os problemas enfrentados:

> ***"Infelizmente, enquanto essa mobilização percorre os corredores burocráticos, verdadeiros atentados ecológicos, e depredações criminosas feitas por turistas inconscientes, vândalos profissionais e comerciantes aproveitadores, estão ocorrendo e proliferando na área. Essa agressão e desrespeito não atingem somente a natureza. Atacam também a cultura regional."* (SÁNCHEZ, Ofício SBE, 19 nov. 1981)**

Em relação aos motivos e a importância dessas cooperações, o presidente da SBE citava: com o crescente fluxo turístico no pólo do Rio Bethary havia necessidade de orientação e disciplinamento da atividade turística; coibição dos desmatamentos; destaque para o valor científico, cultural, turístico, recreacional e educativo do patrimônio natural do município; interesses sociais e econômicos visando a exploração racional e a necessidade de barrar as ações predatórias.

Na divisão das tarefas, colocava-se para a SBE o papel de planejamento, orientação, normatização e divulgação da atividade turística, ao passo que a PMI

ficaria responsável pela manutenção de mão-de-obra, acessos e materiais; melhoramento e infra-estrutura; regularização da situação legal da área; fazer cumprir as normas estabelecidas, além de manter informada a SBE sobre projetos a serem desenvolvidos na área.

Um outro ofício da SBE, esse datado de 26 nov. 1981, demonstrava as articulações dessa sociedade com lideranças políticas de Iporanga, visando que o acordo fosse efetivado também com o aval da Câmara de Vereadores.

Ainda no mês de novembro, foi encaminhado outro projeto visando a demarcação e estudos para a implantação do PETAR. Esse plano de trabalho denominado **"Projeto Alto Ribeira"**, foi enviado ao DNPM (Ministério das Minas e Energia) assinado pelo presidente da SBE e eng.°. de Minas, Luis Enrique Sánchez.

O projeto é apresentado realçando dois aspectos, que poderiam, até, serem vistos como contraditórios; de um lado o patrimônio natural representado pela Mata Atlântica remanescente, numerosas cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos e diversas espécies animais, em vias de extinção, de outro, o rico potencial em recursos minerais, especialmente os não-ferrosos, destacando-se o calcário.

> ***"O crescente conhecimento do potencial mineral da região* [...]*, assim como a abertura e asfaltamento de novas estradas, tornam premente a necessidade de se planejar o desenvolvimento da área* [...] *tendo em consideração o potencial mineral, o manejo adequado dos ecossistemas, a proteção do meio ambiente e os interesses das populações locais."* (PROJETO ALTO RIBEIRA, nov. 1981)**

A fundamentação do Projeto tem como base os próprios objetivos do Programa Estadual de Desenvolvimento de Recursos Minerais (Pró-Minério), criado no final de 1979 e regulamentado em maio de 1980, nos quais estava claro a importância da relação entre o fomento à pesquisa, a exploração mineral e o incentivo a preservação dos sítios geológicos de interesse científico, tais como as cavernas.

Entre os itens indicados no Projeto Alto Ribeira destacaram-se: demarcação do PETAR; levantamento da situação jurídica da área em face dos direitos minerários; levantamento do meio físico e biológico; levantamento da atividades sócio-econômicas, proposta de zoneamento regional e um planejamento de ocupação do espaço relacionado com as atividades minerárias e proteção do meio ambiente.

As justificativas apresentadas ressaltavam a preocupação de que a exploração dos recursos renováveis e manejo dos ecossistemas deviam evitar a deterioração da qualidade de vida e promover uma minimização dos impactos ambientais.

Destacaram, também, os diversos diplomas legais que versavam sobre a preservação do meio ambiente e que se aplicavam ao Alto Ribeira, caracterizando-o como área de preservação permanente. A falta de demarcação acabou levando o próprio DNPM a conceder decretos de lavra e alvarás de pesquisa no interior do PETAR, atitude que gerou conflitos com a legislação que rege o Parque.

A preocupação com o desenvolvimento econômico e a questão de atingir os anseios da população são reforçados, já que acreditam na necessidade da manutenção da população local.

O desfecho da justificativa mostra o manejo da UC como um importante aspecto de múltiplas funções; para além da mera preservação do recurso natural:

> ***"*[...] *um Parque bem planejado e manejado não só atende aos objetivos de preservação ambiental, de pesquisa científica e de educação ambiental, mas também* [...] *pode ter um papel muito importante no rol das atividades sócio-econômicas de uma comunidade e pode perfeitamente contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento de uma região".*** **(PROJETO ALTO RIBEIRA, nov. 1981)**

Esse projeto propunha que a equipe executora, de caráter interdisciplinar, deveria envolver agentes ligados aos diversos órgãos e entidades relacionados com o PETAR e pessoal contratado como prestador de serviços, sob a coordenação do DNPM. Propôs-se, ainda, que essa equipe fizesse a articulação entre os órgãos envolvidos com a elaboração do Projeto Alto Ribeira. A equipe proposta constava de 10 pessoas e o projeto solicitava recurso da ordem de 25 milhões de cruzeiros[79].

A SBE lançou, em dezembro de 1981, um boletim informativo que trazia como editorial e matéria de capa **"PETAR: dois anos de luta"**, resgatando e descrevendo a trajetória da mobilização em prol da implantação do Parque. (ANEXO 15)

O balanço realizado mostrava todos os altos e baixos do processo: os momentos importantes, os registros significativos, as ações de articulação, a busca de caminhos alternativos para a solução do problema, o papel do CC-PETAR, os

[79] Salário mínimo vigente = Cr$ 11.928,00 (nov. 1981).

labirintos burocráticos do Governo Estadual, o jogo de "empurra-empurra" e as tentativas feitas com legislativo estadual e no município de Iporanga.

Entretanto, no "frigir dos ovos" o presidente da SBE mostrava uma certa frustração e fazia um desabafo, apesar de depositar suas esperanças no ano eleitoral que se aproximava:

> **"[...] chegamos hoje a uma situação em que, de efetivo, somente se conseguiu que o Batalhão da Polícia Florestal de Apiaí recebesse mais um veículo, uma quota adicional de gasolina e um trailer para a fiscalização da área. E apenas isto, apesar de todos os esforços para o diálogo com os órgãos públicos, da boa vontade tantas vezes demonstrada pela SBE, do apoio da imprensa e da dedicação de alguns funcionários de determinados órgãos." (SÁNCHEZ, 1981)**

O mês de dezembro é povoado com notícias de jornais abordando o Alto Ribeira. A Folha de São Paulo publicou, em 13 dez. 1981, uma matéria sobre o balanço das atividades do movimento Pró-PETAR, intitulada **"Entidades lutam para manter cavernas de SP"**, na qual destaca os problemas ao longo da luta pela consolidação do PETAR.

Outro aspecto destacado nessa matéria era a preocupação dos membros da SBE em relação à notícia de que a Secretaria de Estado de Esportes e Turismo havia firmado convênio com a Prefeitura de Iporanga visando realizar obras de infra-estrutura e a extensão da rede elétrica para a Caverna de Santana, de modo a intensificar o fluxo turístico na mesma. Essa preocupação decorre do fato de que a implantação de infra-estrutura turística, sem o acompanhamento de espeleólogos, produziu danos irreparáveis na Caverna do Diabo. (PIRES, FSP, 13 dez.1981)

A questão do convênio, que já havia sido destaque de notícias de outros jornais, mostrava a Caverna de Santana como uma outra opção à visitação turística, nos moldes da Caverna do Diabo.

- **"Turismo irá desenvolver o Vale do Ribeira; o Estado anuncia um investimento de dois milhões de cruzeiros na Gruta de Santana." (Cruzeiro do Sul, 06 dez. 1981)**
- **"Caverna de Santana será nova atração [...]" (Diário do Comércio, 10 dez. 1981)**
- **"Caverna de Santana: um novo destino para quem vai ao Vale do Ribeira." (OESP, 01 jan. 1982)**

Essas ações, divulgadas na imprensa, foram desencadeadas pelo, então, secretário de turismo, Abdo Hadad, e visavam a abertura de novas frentes para a atividade turística, considerada uma das principais alavancas para erguer a

economia do Vale do Ribeira. Na verdade observou-se que foi muito mais euforia momentânea e demagogia política, visto que até hoje a caverna continua, felizmente, sem iluminação elétrica.

Uma nova pesquisa acadêmica sobre o Alto Ribeira é entregue e defendida, ainda em dezembro de 1981, por Miguel Fernando Von Behr. Era um Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), produzido para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, intitulado **"Uso do Solo e Impacto Ambiental: Alto Ribeira"**.

Entre as finalidades do trabalho estavam a definição de indicadores da ocorrência de impactos ambientais e a avaliação desses impactos, partindo de uma caracterização regional e da análise dos processos de uso e ocupação do solo, principalmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais do Alto Ribeira.

O trabalho apresentava como proposta final o desenvolvimento e implementação de um **"Plano de Aproveitamento dos Recursos Naturais do Alto Vale do Rio Ribeira de Iguape"**, cujas intervenções visavam compatibilizar a proteção ambiental com o planejamento do uso do solo, a medida que as orientações dadas caminhavam na direção do crescimento que não causasse desequilíbrios regionais. Essa proposta partia da premissa de que estava ocorrendo uma dinâmica de incorporação econômica da região, nos moldes capitalistas, já que **"[...] os valores econômicos parecem prevalecer sobre os ecológicos"**. (VON BEHR, 1981)

VON BEHR (1981), indicava, ainda, um crescente fluxo turístico e aumento da exploração dos recursos naturais, com destaque para os recursos minerais, entretanto, continuava sendo uma das áreas mais preservadas e da maior importância do ponto de vista da proteção ambiental. Partindo da proposta do tombamento do PETAR, feita em novembro de 1980 pelo GT-PETAR/CENIN, evidenciando a ampliação da área a ser protegida, VON BEHR (1981) sugeria a criação de uma Área de Proteção Ambiental abrangendo o Alto Ribeira.

Voltando ao Dossiê PETAR, observa-se que o resultado do ofício encaminhado em outubro de 1981, pela SBE ao Secretário de Estado de Obras e Meio Ambiente, relacionado com as preocupações dos impactos do turismo, retornava, somente em janeiro de 1982, com uma manifestação da CETESB, órgão ligado àquela pasta,

informando a esfera de suas atribuições e o limite de sua competência no que tange a proteção do Alto Ribeira.

Nesse documento ficava claro que as ações da CETESB não visavam diretamente ***"a manutenção das condições naturais"*** da área, no entanto, poderia assumir em conjunto com outros órgãos, tais como o IF, ações nesse sentido. Como atribuição legal da CETESB é indicado a localização e controle das fontes poluidoras, que prejudicassem a qualidade ambiental. E complementavam:

> ***"Fora disso, a CETESB somente poderia apoiar toda a iniciativa que vise à institucionalização das mencionadas áreas como reservas naturais ou parques estaduais"*** **(Ofício CETESB, 14 dez.1981)**

Percebe-se aqui que o processo continuava a navegar pela burocracia, tornando a solução dos problemas do PETAR cada vez mais difícil e distante.

Voltando ao Projeto de Lei nº 198/81 da deputada estadual Irma Passoni, sobre o tombamento do PETAR, observa-se que a tramitação foi bastante truncada, acabando por levar ao **veto do Governador**, Paulo Maluf, ao projeto (ANEXO 16). No QUADRO 11.4 apresento um balanço da trajetória do projeto, é interessante observar os entraves durante as etapas do processo na Assembléia Legislativa.

Não obtive os detalhes sobre o desfecho final do projeto de lei, mas os dados mostraram que o mesmo tramitou quase um ano, sendo que o veto permaneceu e essa tentativa de implementar a proposta de tombamento não foi para a frente.

Enquanto os meios políticos não se mostravam adequados para tirar o PETAR da situação de degradação que se avolumava, a Comissão de Ecologia da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) se reunia, em março de 1982, na Universidade Federal de São Carlos, com a presença de diversas entidades ambientalistas e do Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, para aprovar uma resolução, considerando a região do Vale do Ribeira e da Mata Atlântica como área de interesse mundial para a preservação.

QUADRO 11.4- Tramitação do Projeto de Lei nº 198/81 (deputada estadual Irma Passoni-PT), visando o tombamento do PETAR e áreas adjacentes.

ETAPA	DOCUMENTO	DATA	AUTORIA	CONTEÚDO	PARECER / CONCLUSÃO.
1	Projeto de Lei 198/81	09/06/1981	Irma Passoni	- Propõe o tombamento do PETAR. - Identifica as áreas a serem tombadas. - Justifica tombamento com base nos	-O CONDEPHAAT discriminará a inscrição no livro

				trabalhos da SBE e na proposta enviada ao CONDEPHAAT em fev. 1981.	de tombo.
2	Parecer nº 1.308	?/?/1981	Rubens Lara (Comissão de Constituição e Justiça)	- Examina os aspectos legais dessa iniciativa. - Destaca o mérito do projeto: ***"[...] aspiração vivamente sentida por todas as entidades conservacionistas do nosso Estado".*** - Destaca o potencial dos recursos naturais. - Indica equívoco na nomenclatura da Secretaria a que está vinculado o CONDEPHAAT, Secretaria da Cultura e não Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia (conforme denominação anterior).	- Considerado o adendo a comissão deve aprovar o projeto. - Propõe emenda corrigindo a terminologia
3	Parecer nº 1.509	23/10/1981	Álvaro Fraga (?) (Relator Especial, pela Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia)	- Demonstra as etapas de tramitação do PL. - Pedido de urgência foi solicitado (50 dias). - Esgotou-se prazo para manifestação da Comissão. - Indicação do Relator Especial pelo presidente da Assembléia Legislativa. - Afirma que a competência do tombamento é do CONDEPHAAT e que é o órgão que deve opinar tecnicamente sobre o assunto. - Esse procedimento legislativo ***"[...] impede que se conheça os detalhes indispensáveis para um correto enfoque do problema"***. - Afirma inexistir fundamentos para a avaliação perfeita do mérito da proposição.	- Contrário ao seu acolhimento.
4	Autógrafo nº. 16.067 (Projeto de Lei nº 198/81)	02/12/1981	- Januário Mantelli Neto -Sylvio Martini - Vicente Botta	- Mesma redação da Etapa 1. - Continuou com erro no nome da secretaria.	Aprova o projeto.
5	Mensagem nº 194	23/12/1981	Gov. Paulo Maluf	- Considera ***"[...] inconstitucional e contrário ao interesse público."*** - Contraria o direito de propriedade. - Limita o processo de defesa e elimina a oportunidade de impugnação do interessado. - Conflito decorrente da sobreposição com a atribuição do CONDEPHAAT. - Considera que: ***"[...] somente a Administração, pelos instrumentos que detém, possui elementos para o eficaz desempenho dessa tarefa".***	- Veto total ao projeto. - Devolve para a reapreciação pela Assembléia.
6	Parecer nº ?	10/03/1982	Relator (Comissão Constituição e Justiça)	- reexame do Projeto de Lei - análise da alegação do veto. - ***"Toda vez que do Legislativo nasce a iniciativa de tombamento para preservação de bem [...] o Chefe do Executivo lhe nega apoio e sanção, por entender invadida a área em que se exercem com exclusividade sua competência e seu domínio".*** - Para o governador o processo de tombamento só pode ter início pela iniciativa do CONDEPHAAT. - Os argumentos fornecidos são suficientes para demonstrar a oportunidade do veto.	- Manter o veto. - Rejeição do projeto.

O Boletim SBE (nº 2, abr. 1982) trazia o texto da resolução:

"Declarar a região lagunar e de mangues de Cananéia, suas ilhas oceânicas com santuários de pássaros, o sistema de Cavernas do Alto Vale do Ribeira de Iguape e a Mata Atlântica do Brasil de Sudeste como uma região de alto interesse científico, cultural e ecológico; também declarar o interesse da Comissão de Ecologia da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources em apoiar todas

as medidas para proteger esta importante área para o Brasil e para o mundo." (ALTO VALE DO RIBEIRA..., 1982) (grifos meus)

Um novo elemento para a preservação do PETAR, surgiu em um ofício, datado de 26 abr. 1982, enviado pelo coordenador da recém-criada **Comissão Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (CPPE/SBE)**, e ex-presidente da SBE, Luis Enrique Sánchez, ao Delegado Executivo da SEMA, no estado de São Paulo. Nesse documento Sánchez reforçava o interesse dessa Secretaria e da IUCN pela preservação da Mata Atlântica e da SBE pela preservação do Alto Ribeira e de seus sistemas de cavernas, por isso, fazia uma consulta à SEMA à respeito da possibilidade de "**criação uma Área de Proteção Ambiental (APA) envolvendo o Alto Vale do Ribeira"**, aproveitando a nova legislação vigente relativa às UCs[80].

O delegado executivo da SEMA, José Pedro de Oliveira Costa, agradeceu, em abril de 1982, a manifestação de preocupação e colaboração da SBE em relação ao Alto Ribeira, além disso, informava sobre os estudos iniciais para uma possível APA abrangendo toda a Serra do Mar, inclusive o PETAR, e solicitava colaboração da SBE no mapeamento, zoneamento e fiscalização dessa APA a ser criada.

Outra entidade que deu apoio a causa do PETAR foi a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que reforçou, no início de 1982, a preocupação com a implantação de infra-estrutura turística na Caverna de Santana, proposta que tramitava por meio do convênio SEET-PMI, em suas ponderações, o diretor da SPHAN colocava:

- ***A Caverna de Santana é de grande interesse para a pesquisa científica, não só para o aproveitamento turístico;***
- ***A SPHAN vem procurando "[...] criar critérios que possibilitem o equacionamento dos problemas associados à preservação do patrimônio Espeleológico."***
- ***"[...] julga oportuno e desejável o estabelecimento de medidas adequadas a sua preservação."***
- ***Sugere que seja ouvida a SBE para esse assunto, em virtude do auxílio que essa entidade vem oferecendo à SPHAN para tratar esses problemas.***

[80] O ano de 1981 havia sido bastante profícuo para a legislação ambiental, em virtude da promulgação da Lei Federal nº 6902 (28/04/1981) versando sobre a criação de duas novas categorias de UCs, **Estações Ecológicas** e **APAs,** e da Lei Federal nº. 6938 (02/09/1981), estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente, ambos, instrumentos legais que abririam novas possibilidades para proteger o PETAR.

Do ponto de vista estadual, o CONDEPHAAT, finalmente, viabilizou o Grupo de Trabalho que preparou um documento visando disciplinar o tombamento de áreas naturais, intitulado **"Subsídios para um Plano Sistematizador de Paisagens Naturais do Estado de São Paulo"**, apresentado em 12 de maio de 1982.

O grupo, formado pelos seguintes especialistas: Gil Sodero de Toledo (DG-USP), João Régis Guillauman (IF), José Pedro de Oliveira Costa (SEMA), Léa Goldenstein (DG-USP, CONDEPHAAT), Maria Helena de Almeida Mello (IG) e Rodolfo Ricardo Geiser (SBP), tinha como objetivos principais: avaliar as conceituações básicas sobre o tema, analisar casos específicos nos processos do CONDEPHAAT, conceituar e propor diretrizes e medidas fundamentais, referentes ao tombamento de quadros naturais. E entre seus fundamentos definiam:

> **"[...] os poucos quadros naturais existentes são documentos vivos da evolução biológica e geológica da Terra e as paisagens onde a ação humana se faz sentir mais direta e intensamente são documentos da história do homem. Toda paisagem é um bem cultural, seja por seu valor como acervo para o conhecimento em geral, ou pelo simples fato da paisagem integrar a noção de Mundo, no âmbito da consciência humana. É imprescindível, portanto, salvaguardar determinados tipos de paisagens ou componentes de paisagens." (SÃO PAULO, CONDEPHAAT, 12 maio 1982)**

E justificavam essa medida para a situação paulista:

> **"No caso do Estado de São Paulo, onde os quadros naturais, enquanto paisagens, são raros, devido a formas inadequadas de utilização, torna-se urgente a sua preservação, não só para garantir a continuidade e a qualidade de vida da biota remanescente, mas também pelo que representam de patrimônio cultural. O mesmo quanto a alguns tipos de paisagem natural onde a atuação humana deixou marcas peculiares aos diferentes momentos da história deste Estado." (SÃO PAULO, CONDEPHAAT, 12 maio 1982)**

Quanto à natureza jurídica, relacionada com a ocupação e propriedade de terras, o GT recomendava e questionava:

> **"Não se pode admitir que áreas de reconhecido valor como patrimônio cultural turístico e histórico, possam deixar de ser consideradas e efetivamente estudados para fins de tombamento devido a problemas de uso, posse e propriedade de terras" (SÃO PAULO, CONDEPHAAT, 12/maio/1982)**

O documento, recomendava, ainda, diversas questões de ordem técnica, indicando encaminhamentos para estudo pormenorizado; normas para os diferentes tipos de tombamento; inclusão da demarcação e planos de manejo nos estudos

específicos para fins de tombamento; que os planos de manejo respeitem as estruturas sociais e econômicas das populações locais, assim como a sua dinâmica; fiscalização e conscientização das comunidades locais.

Apesar desses esforços, o processo continuou emperrado, incomodando muito os ambientalistas envolvidos com a questão do PETAR. Assim, aproveitando a energia do ano eleitoral, entidades, lideradas pela AGB-SP e a SBE, resolveram promover um grande debate sobre a atuação dos políticos em prol do Meio Ambiente, sendo o PETAR um dos assuntos de destaque. O evento foi organizado em 21 maio 1982 , cujo tema era: **"Os Partidos Políticos e a Questão Ambiental"**.

A primeira chamada para o evento, saiu na FSP, cujo artigo partia de uma questão polêmica: **"Meio Ambiente tem só dois projetos - Deputados demonstram pouco interesse"**. Na Assembléia Legislativa tramitava um projeto versando sobre a obrigatoriedade do ensino de Ecologia nas escolas e o outro, de Irma Passoni, pedindo o tombamento do PETAR. (FSP, ? maio 1982)

O debate foi realizado no auditório da Folha e foi subdividido nos seguintes tópicos: preservação e utilização das águas; usinas atômicas; veneno nos alimentos; preservação de áreas de interesse ecológico, poluição do ar e atividades de ensino e pesquisa em recursos naturais. Essa data foi escolhida por estar próxima da comemoração dos 24 anos, de abandono, do PETAR.

Estiveram presentes no evento, Rogério Cerqueira Leite, da UNICAMP e membro do Conselho Editorial da "Folha", que coordenou o debate e representantes das entidades ambientalistas e acadêmicas: Eng. Agr. José Lutzemberger, militante ambientalista da AGAPAN; Aziz Ab'Saber, Prof. do Depto. de Geografia da USP e membro da AGB; Nanuza Luiza de Menezes, do Instituto de Biociências da USP e ex-presidente da Sociedade Botânica do Brasil e a atriz Cacilda Lanuza, do Grupo Seiva de Ecologia.

Representando os partidos políticos estavam os seguintes deputados estaduais e respectivos assessores: Dep. Rubens Lara, Fernando Vitor e Walter Lazarini Filho (PMDB); Dep. Irma Passoni; Israel Valigora e Antonio Carlos (PT); Dep. Marco Antonio Mastrobuono (PTB); Dep. Camal Rameh (também diretor da CETESB),

Antônio Carlos Bastos, Rubens Monteiro de Abreu e Nelson Nabam (PDS); Dep. Márcio Almeida (PDT).

No geral, as respostas aos tópicos do debate se mostraram genéricas e, muitas vezes, evasivas, apesar da avaliação geral feita pelos participantes do evento apontarem o PMDB, o PDT e o PT como os partidos que tiveram os melhores desempenhos. Com relação à questão proposta solicitando a posição quanto à reapresentação do projeto de tombamento do PETAR, os partidos se prontificaram a apoiar, com exceção do PDS, o que já era de esperar, visto o veto do governador.

O aniversário do PETAR e o debate "Os partidos políticos e a questão ambiental" tiveram ampla repercussão na mídia (TV e imprensa escrita). Vários artigos trouxeram como destaque o debate promovido pela Folha de São Paulo.

Em paralelo, a Comissão Nacional de Proteção do Patrimônio Espeleológico (CPPE/SBE), com o aval da União Internacional de Espeleologia (UIS), enviava um ofício à diversas entidades internacionais solicitando apoio para pressionar o Governador em exercício, José Maria Marin (Maluf estava afastado, pois concorria às eleições), quanto à situação do Alto Ribeira. Várias entidades manifestaram-se.

A SBE lançou, então, um documento: **"PETAR: 24 anos de omissão"**, que levantava a problemática e resgatava a luta iniciada em 1979, fazendo uma crítica ao veto do governador ao projeto de lei do tombamento do PETAR, e desabafava:

> ***"A luta pelo PETAR ganhou reconhecimento nacional e internacional. A União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN, declarou a área como de 'alto interesse científico, cultural e ecológico a nível mundial'. Enquanto isso, a Assembléia Legislativa aprovou um projeto de lei de tombamento do PETAR, mas o governador o vetou, alegando ser o tombamento 'contrário ao interesse público'. Ou seja, para o Sr. Paulo Maluf, a preservação de uma área de importância mundial é contrária ao interesse público./ A situação é sem perspectiva. O Parque será abandonado, não existe, e o Poder Público ainda financia sua devastação. São, a partir de hoje, 24 anos de omissão."*** **(Manifesto CPPE/SBE, 19 maio 1982) (grifo meu)**

Em 29 maio 1982, ocorreu a primeira reunião oficial da Comissão Nacional de Proteção do Patrimônio Espeleológico (CPPE/SBE); apesar da pequena participação (6 pessoas), teve como foco principal o PETAR e deliberou diversos pontos, que considero fundamentais para a compreensão dos novos rumos que tomariam as discussões sobre o Parque. Os encaminhamentos foram registrados em circular:

> ***"a. tentar, com o apoio do Poder Legislativo Estadual, obter a revogação do Decreto s/nº. de 29 de dezembro de 1969 que excluiu 609 ha do PETAR, já que este decreto foi feito à revelia da legislação existente;/ b. solicitar à SPHAN o tombamento das cavernas localizadas nesta área* [...]*por estarem ameaçadas por um decreto de lavra de calcário concedido à Cia. Sul Paulista de Cimento, empresa do grupo multinacional ITT* [...]*/ c. obter mais subsídio com relação à legislação que regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental* [...] *com vistas à possível solicitação por parte da SBE, da criação de uma APA no PETAR* [...]*contatos já foram mantidos com a SEMA* [...] *que se mostrou favorável à idéia; a área a ser eventualmente proposta incluiria, além daquela que foi encaminhada ao CONDEPHAAT, uma área extra que promoveria a interligação do PETAR com o Parque Estadual de Jacupiranga. Na hipótese de efetivação desse pedido à SEMA, a SBE retiraria seu pedido de tombamento junto ao CONDEPHAAT."* (Circular nº. 2, CPPE-012/82, 16 Jun. 1982) (grifos meus)**

Enquanto essas discussões ocorriam, no PETAR continuavam os processo de degradação. Num ofício da CPPE/SBE enviado à Divisão de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), mostrava-se o descaso:

> ***"Tendo a SUDELPA aberto uma estrada de acesso à Caverna Santana, no interior do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), com grande derrubada de árvores e sem os mínimos cuidados para se evitar a erosão e tendo a CESP igualmente procedido à derrubada indiscriminada de árvores para estender uma linha de força no referido local, cujas conseqüências serão igualmente a erosão acelerada e a poluição do rio Bethary por finos em suspensão, vimos consultar a DPRN sobre a legalidade de tais derrubadas e, caso sejam irregulares, solicitar que os infratores sejam punidos na forma da lei."* (Ofício CPPE nº. 010/82, 04 jun. 1982)**

Os casos de desmatamento, extração clandestina de madeira e palmito ampliaram-se, por isso, a CPPE solicitava da DPRN atuação mais eficaz da PFM.

A resposta foi enviada pela DPRN, em ago.1982, acompanhado de um ofício da Polícia Florestal, de 08 jul.1982, na qual o Comandante da Companhia explicava:

> ***"1.* [...] *a) Realmente existe uma estrada de acesso à Caverna Santana, já muito antiga e que dada a afluência de turistas no local, a referida estrada foi melhorada permitindo a passagem de veículos sem dificuldades, não havendo no entanto grandes derrubadas nesta pavimentação; b) quanto a derrubada efetuada pela CESP, foi instaurado inquérito Policial Floresta, visto que a área é de preservação permanente, para apurar a responsabilidade do ato* [...]; *c) o desmatamento existente no Vale do Rio Iporanga, dentro da área do PETAR, até o presente momento verificamos existir somente no local conhecido por Córrego Grande, no interior do Parque* [...]; *d) as indústrias de beneficiamento de madeira e palmito* [listagem anexa]; *e)convém salientar ainda que existem alguns desmatamentos no Vale do Rio Iporanga, autorizado pela DPRN, não sendo desta forma ilegal* [...].**
>
> ***2. Pelo exposto verifica-se estar perfeitamente fiscalizada a área do PETAR, já que as infrações existentes foram penalizadas com multa e em outros casos os responsáveis foram indiciados* [...] e *os demais desmatamentos estão autorizados pelo órgão competente."* (Parte nº. 1BPFM-207/303/82, 08 Jul. 1982) (grifos meus)**

A Tabela 11.4 demonstra que as indústrias extrativistas eram 15, a maioria se localizava em Apiaí e tinham como atividade principal a extração e o beneficiamento da madeira. Dessas empresas apenas 3 (20%), não possuíam registro no IBDF.

Tabela 11.4- Indústrias de Beneficiamento de Madeira e Palmito no Alto Ribeira, de acordo com informação do 1º. BPFM (08 jul.1982)

DADOS / MUNICÍPIO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS	REGISTRO IBDF		ATIVIDADE PRINCIPAL (*)		
		SIM	NÃO	MADEIRA	PALMITO	MINERAÇÃO
Apiaí	**9** (60,0 %)	**9**	**-**	**7**	**3**	**-**
Iporanga	**4** (26,7 %)	**3**	**1**	**2**	**1**	**1**
Barra do Turvo	**2** (13,3 %)	**-**	**2**	**1**	**1**	**-**
TOTAL	**15** (100 %)	**12** (80 %)	**3** (20 %)	**10**	**5**	**1**

(*) Neste item apareceu uma empresa que tinha como atividade principal, simultaneamente, a extração de madeira e de palmito e uma das empresas estava cadastrada no ramo da mineração.

Aparecia, nitidamente, uma discordância entre as questões levantadas pela SBE e a visão da Polícia Florestal, mostrando a complexidade do problema, as divergências e as dificuldades para que as denúncias resultassem em ações específicas e mais eficientes da Polícia Florestal. A aparente legalidade das ações extrativistas, muitas vezes encobertavam atividades ilícitas.

Os problemas com a mineração, também, persistiam nessa época. Em ofício ao DNPM, o novo presidente da SBE, Guy Christian Collet, declarava:

> ***"[...] lamentamos informar que o principal espeleotema da Gruta Azul já foi destruído, ao que parece devido às detonações da pedreira."*** **(Ofício SBE, Pres. no 1153/82, 16/jun./1982)**

Apesar do lamento, o presidente da SBE colocava que o problema era muito maior do que a simples remoção de raros espeleotemas, para fins de preservação, pois a questão da mineração dentro do Parque era cada vez mais agravante, entretanto, solicitava:

> ***"[...] face à iminência da destruição sumária de toda a caverna, seja providenciada a imediata retirada de todos os espeleotemas restantes, retirada esta que deveria ser acompanhada por um técnico do DNPM, bem como por espeleólogos que atuam na região. As peças seriam encaminhadas ao Museu Espeleológico, ora em projeto por parte da SBE."*** **(Ofício SBE, pres. no 1153, 16/jun./1982)**

Com relação à divulgação das cavernas, prosseguiam os artigos sobre as potencialidades e os problemas do PETAR. As revistas Manchete e Visão, trouxeram artigos sobre o PETAR e até a revista "Claudia", de julho de 1982, trouxe como artigo

“Aventura: um passeio com a turma, nas cavernas”, no qual retomava o problema da Gruta (ou Fenda) Azul.:

> **“Que visão! Como um lustre de turquesa, com um metro de comprimento e mais ou menos meio de diâmetro, descia a estalactite. Magnífica, preciosa, imponente, contrastando com o marrom vulgar [...] Era brilhante, úmida. Parecia faiscar de vida (Infelizmente, soubemos que essa maravilha poderia vir a ser destruída, devido à exploração do calcário na região).” (Novikow, CLÁUDIA, jul. 1982)**

Enquanto isso, a resposta sobre a questão da possível implantação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) é enviada, em 25 ago. 1982, pelo secretário Paulo Nogueira Neto, da SEMA, na qual informava à Luis Enrique Sánchez (coordenador da CPPE/SBE) que já haviam sete áreas em estudo abrangendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que era considerado uma demanda de trabalho substanciosa. Entretanto, noticiava que as APAs poderiam também ser criadas no âmbito Estadual e Municipal.

O mês de agosto, e o final do ano de 1982, foi palco de grandes alterações no andamento do processo do PETAR no CONDEPHAAT. O desenrolar do governo Marin acabou levando à demissão do presidente desse órgão, Ruy Ohtake.

Antes disso, porém, Ohtake aprovou a abertura do processo de tombamento do PETAR, atendendo à solicitação da Conselheira Léa Goldenstein, datada de 26 ago. 82, que considerava oportuna a formalização do processo, tendo como base às diretrizes do **“Plano Sistematizador de Proteção do Recursos Naturais do Estado de São Paulo”**, publicadas no DOE de 14 jul. 1982

Em setembro de 1982, toma posse o novo presidente do CONDEPHAAT, o geógrafo Aziz Ab’Saber, professor doutor do DG-USP, que já vinha acompanhando o processo do PETAR, portanto, finalmente um aliado. Sua gestão foi curtíssima (set. 1982 a mar. 1983), mas, manteve a luta pelo tombamento do Parque. Em novembro de 1982, foi realizada uma reunião com alta representatividade dos órgãos envolvidos com o PETAR, na qual Ab’Saber considerava viável, e mais ágil, em um primeiro momento, o tombamento de apenas uma parte da área proposta, abrangendo os principais sistemas e agrupamento de cavernas.

Uma circular da SBE (CPPE - 016/82), de 20 dez.1982, informava sobre esse fato e convocava as entidades colaboradoras da defesa do Alto Ribeira para uma reunião, no início de 1983, a fim de avaliar a proposta que estava sendo preparada.

O projeto enviado ao CONDEPHAAT, foi preparado por Luis Enrique Sánchez, com a colaboração de Ivo Karmann e Peter Slavec. A área proposta para o tombamento, totalizava 24.925 ha e envolvia 4 áreas com características específicas, que não abrangiam toda a área do PETAR, mas incorporava outras áreas importantes, fora do Parque. Entre os aspectos utilizados como critérios para a seleção das referidas áreas estavam: representatividade local e regional; ocorrência de unidades de relevo que compõem conjuntos paisagísticos de excepcional beleza cênica; ocorrência de sítios paleontológicos e ocorrência de testemunhos de assentamentos pré-históricos. (SÁNCHEZ, 1984) (FIGURA 10)

O documento avaliava as formas de uso do solo na área proposta para o tombamento e identificava a agricultura de subsistência e criação de pequenos animais como as principais atividades. A mineração vinha em segundo plano, seguida pela atividade turística, a qual SÁNCHEZ comentava:

> ***"O turismo é ainda incipiente na região, restringindo-se às poucas visitas à Caverna de Santana e às ainda mais raras, às grutas de Cablocos. A cidade de Iporanga, cujo núcleo histórico foi tombado pelo CONDEPHAAT, recebe também pouca visitação. A tendência é que, a curto prazo, cresça consideravelmente o fluxo turístico, já que as obras de iluminação da Caverna Santana deverão ser iniciadas em breve"*** **(SÁNCHEZ,1984) (grifo meu)**

É interessante comentar que essa iluminação da caverna Santana não ocorreu até hoje, além do que, considera-se que a visitação de grutas contando apenas com a iluminação individual móvel é a mais adequada para a região.

Outra contribuição às discussões, foi a publicação dos Anais do **"I Simpósio sobre a Ocupação do Vale do Ribeira"**, realizado no período 30 set. e 01 out. 1982. Esse evento foi promovido pela Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE) e em conjunto com a SBE, contou com a colaboração: Sociedade Brasileira de Geologia (SBG); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEESP) e Associação dos Economistas, Administradores e Contadores da CESP. O presidente da ABGE e membro da comissão organizadora do evento, Nivaldo José Chiossi, logo na abertura

do simpósio, clamava por: **"Um brado de alerta para que seja preservada uma das regiões menos atingida pela ocupação desenfreada"** (CHIOSSI, 1983:6).

A argumentação de CHIOSSI quanto aos objetivos do evento ressaltava a necessidade de elaborar um planejamento compatível com as condições sócio-econômicas e do meio físico, visando a ocupação racional do VR(CHIOSSI, 1983:5). Destacava, ainda, os seguintes aspectos, como comprovadores da importância regional: pequeno grau de ocupação do território; região menos desenvolvida do estado; possui potencial mineral, hídrico e patrimônio natural de inestimável valor.

A principal finalidade do evento foi juntar técnicos, políticos, empresários e membro da população local, visando esclarecer a opinião pública sobre a importância de se preservar essa região e conter ao impactos ambientais e sociais, buscando soluções tecnicamente adequadas à essa região. Chiossi terminava seu discurso de abertura de forma irônica e chamava a atenção para os cuidados com as visões mirabolantes e fantásticas sobre o potencial mineral do VR:

> **"[...] que se fale a verdade sobre a ocupação do vale do Ribeira e de suas implicações e conseqüências. Que seja abandonado, por exemplo, o folclórico habito de se dizer que teremos lá a maior mina de ouro do mundo, para que nosso Estado não venha a se tornar, cada vez mais, um Estado de mentira". (CHIOSSI, 1983:6)**

O Simpósio foi aberto com a conferência de Clayton Lino, representando a SBE e também um dos organizadores do evento. O artigo preparado para os Anais, destacava os aspectos históricos do processo de incorporação dessa área periférica à economia central. Cabe destacar uma importante passagem do texto, relativa a questão do patrimônio natural e o modelo desenvolvimento implementado no VR, que fazia uma espécie de balanço geral da problemática:

> **"Altera-se igualmente o equilíbrio ecológico da região com a destruição do rico patrimônio natural representado especialmente pelas matas, rios e cavernas. Os diversos parques e reservas criados nas duas últimas décadas não passam de abstrações jurídicas, uma vez que em sua maioria não estão demarcados nem as terras foram desapropriadas ou mantidas em regime especial de forma eficaz. No trato do assunto, a ação dos órgãos governamentais competentes tem se caracterizado pela morosidade, burocracia e descontinuidade. A população da área, por outro lado, envolvida pelo modelo desenvolvimentista importado não tem, fora raras e honrosas exceções, nada ou quase nada feito em defesa deste seu patrimônio." (LINO, 1983:11) (grifo do autor)**

Em relação aos documentos produzidos e alternativas sugeridas para o desenvolvimento do VR, Lino apresentava, também, suas criticas, e destacava as contradições do processo:

> **"A análise deste quadro se expressa nos inúmeros levantamentos, estudos, planos e programas para a área que, apesar de representarem uma significativa produção, até o momento tem primado pela fragmentação de objetivos, voltando-se para aspectos isolados e em grande parte desvinculados aos anseios e necessidades locais." (LINO, 1983:12)**

E completava sua visão para os caminhos a serem trilhados; mostrando sua íntima familiaridade com o problema e vivência na região.

> **"É necessário portanto que se procure integrar tais estudos e instituições, agrupar de forma efetiva a participação dos moradores locais e desenvolver um plano de desenvolvimento integrado para o Vale do Ribeira. Só a ordenação dos pensamentos e a democratização do poder decisório poderão inverter esse processo de ocupação desenfreada e maléfica em andamento e orientar as futuras ações na área de forma adequada." (LINO, 1983:12)**

Durante o evento foram tratados os seguintes temas: Condições de Vida e Aspectos Fundiários; O Meio Físico e Biótico; Mineração e Projetos e Obras. As discussões realizadas durante o Simpósio trouxeram importantes subsídios para as ações no Vale do Ribeira, seja do ponto de vista da iniciativa privada, dos órgãos governamentais ou das organizações não governamentais (ONGs).

Retornando para a questão específica do Alto Ribeira, que também havia sido enfatizada durante o evento, a problemática do PETAR esboçou algumas modificações no final do governo transitório de José Maria Marin, quando foi anunciada, no início de 1983, a contratação de funcionários, permitindo ampliar a recepção de turistas. No final de 1982 já haviam iniciado os estudos e levantamentos em prol da delimitação definitiva do Parque.

Esse fato, noticiado pela Folha de São Paulo, de 12 jan.1983, relativo a iniciativa de admissão do pessoal operacional para o PETAR, foi visto como bastante oportuno pelo presidente da SBE, Guy Collet, que aguardava que essa medida fosse efetivada o mas breve possível.

Assim, fechou-se mais um período de análise, refletindo os momentos político do país e do Vale do Ribeira; perspectivas se abriram, mas a população ainda

continuava desconfiada de que as ações do Estado pudessem ser concretizadas, tal como havia acontecido com relação ao tombamento do centro urbano de Iporanga.

11.5 INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PETAR: GOVERNO DEMOCRÁTICO, AÇÕES EFETUADAS E AS RESISTÊNCIAS DA POPULAÇÃO LOCAL (1983- 1985)

Essa fase da política paulista é demasiadamente rica em relação ao tema da minha pesquisa, no entanto, apesar da tentação, optei por realizar a análise para apenas uma parte desse período, que já nos dará uma boa idéia de como as transformações políticas interfiram na questão ambiental em Iporanga.

No ano de abertura de um novo panorama político no país e com a ascensão de André Franco Montoro ao governo do Estado de São Paulo, prenunciava-se que os ambientalistas teriam maior espaço e suas "preces seriam ouvidas".

Estava claro que o estilo de governar seria bem diferente dos seus antecessores. Em 1982, no seu programa de governo, Montoro afirmava que:

> **"Não me proponho a governar como se fosse possível e fácil de resolver, da noite para o dia, a crise que atravessamos. Mas sei que é grande o potencial de recursos humanos e produtivos de nosso Estado, e conheço a capacidade de trabalho dos brasileiros que aqui vivem. Se unirmos São Paulo em torno da idéia generosa de um desenvolvimento baseado em nossos próprios recursos - um desenvolvimento cujo centro seja a pessoa humana -, iniciaremos um movimento de transformações sociais e políticas que há de marcar uma geração, em nosso Estado e no País." (MONTORO *apud* SÃO PAULO, 1987: 5)**

A mudança no enfoque político, afetaria também as questões ambientais, um tema destacado, pela significância e possibilidade de repercussões positivas. A avaliação do final de governo, publicada no documento **"A Batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro"**, mostrava que:

> **"Essa mudança é caracterizada tanto pela prioridade dada à questão como pela escala ampliada interdisciplinar com que ela foi tratada. E é neste governo que marcadamente a questão ambiental passou a se tratada como tema político e não apenas como assunto técnico. Os esforços existentes anteriormente no Estado estavam praticamente sufocados e foi preciso reavivar a esperança e sonho e buscar da forma mais imediata possível transformá-los em realidade." (SÃO PAULO, 1987:9)**

Entre as diretrizes básicas, relativas à questão ambiental, a "Proposta Montoro" colocava como meta a implantação efetiva, preservação e regularização dos parques

e reservas do estado. Além disso, havia a necessidade de se intensificar o aproveitamento das áreas de interesse ambiental e turístico para fins de educação ambiental. (SÃO PAULO,1987:19)

De outro lado, no Vale do Ribeira, com o processo de especulação imobiliária, grilagem de terras e extrativismo à pleno vapor, percebe-se que, no início do governo Montoro, houve um acirramento dos conflitos e dos ânimos, visto que as exigências se ampliavam e, de certa forma, que o apoio às atividades ilegais ou predatórias seria diminuído, pelo menos era isso que os ecologistas esperavam. Propalava-se que seriam eliminadas as ações que degradavam o ambiente no VR, mas, sabemos que as coisas não foram bem assim, eram muito mais complexas.

É preciso deixar claro que o ano de 1983, além de importante marco político, foi a época de uma das maiores enchentes no Vale do Ribeira, relembrando que parte da igreja de Iporanga havia caído. Ao mesmo tempo, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por meio do Instituto Florestal, iniciava o processo de contratação de funcionários para atuarem na implantação do PETAR (escriturário, pedreiro, auxiliar agropecuário, trabalhador braçal, vigia e engenheiro agrônomo), conforme divulgado no edital do concurso público, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE, 25 mar. 1983).

Outro órgão que passou por uma reformulação total, na forma de atuação, nesse mesmo ano, foi a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). A área prioritária de ação da SUDELPA, era o Vale do Ribeira, por isso, e por sua ligação política com o governo Franco Montoro, ressurgiu ao cenário o arquiteto Clayton Ferreira Lino, como coordenador dos setores técnicos de Uso do Solo e Patrimônio Histórico da Equipe Territorial e Recursos Naturais (ETRN) da SUDELPA. Desse modo, ele amarrou sua militância quanto ao tombamento do PETAR com suas atividades profissionais no VR. E a situação era ruim:

> ***"*[...] *até então o PETAR não existia institucionalmente; a não ser o decreto, era tudo zero, era coisa muito simples, era zero funcionário, zero metros quadrados regularizados do parque, zero metros lineares de divisa feita... era tudo zero* [...]*. Ele efetivamente não existia... em nada. E tinha lá na área da Santana, já tinha visitação na Santana, pela prefeitura e tinham guias lá."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

A SUDELPA acabou tendo uma atuação fundamental quanto à implantação do PETAR, no entanto, essa deveria ser a atribuição do Instituto Florestal, mas o IF afirmava que só assumiria o Parque quando ele estivesse totalmente regularizado. Os argumentos de Clayton Lino demonstravam esse conflito:

> ***"*[...] *então nunca tinham assumido o Parque e nunca tinham nem visitado o Parque, nenhuma vez, nenhum técnico do Instituto Florestal. Então, nós assumimos, assumimos e começamos, e o Instituto Florestal só veio a se envolver com a questão anos depois, certo!?. Daí foi minha discussão, muito grande, muito tempo com o Instituto Florestal, por causa disso; pois, simplesmente, não existia o Parque pra eles".* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

A nova direção da SUDELPA, que assumiu em maio de 1983, encontrou um quadro muito ruim na entidade, um abandono total, reflexo de muitos anos de assistencialismo e clientelismo, quando houve um total desvirtuamento dos objetivos da SUDELPA. O decreto-lei complementar nº.4 (01/09/1979), afirmava que era seu dever ***"Promover o desenvolvimento econômico e social da região* [...]*"***. O que se observou no primeiro relatório da entidade, era que, nas gestões anteriores:

> **"[...] a SUDELPA passou claramente a ser uma companhia de terraplanagem, com máquinas em permanente sucateação** [*sic*]**, devido a despreocupação com sua manutenção. Além disso, politicamente, esteve permanentemente envolvida em várias obras e serviços, feitos em nome de compromissos políticos pessoais de elementos da administração anterior./ Este desvirtuamento geral dos objetivos, gerou a nível da estrutura da Autarquia, grandes distorções, particularmente a deterioração da Coordenadoria Técnica, levando-a praticamente à desativação[...],o órgão passou a prescindir, do seu corpo técnico, destruindo e retalhando praticamente toda sua memória técnica." (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:1)**

Essa situação, que desviou a SUDELPA do seu papel, deixou a entidade acéfala, sendo que:

> **"[...] a ação casuística dispensou o trabalho de planejar o desenvolvimento regional, através de uma ação coordenada e, mais do que isso, não necessitou de um corpo técnico capaz de compreender, conhecer e apreender, cada vez mais rigorosamente, as distorções e entraves técnicos e sócio-econômicos que marcam a região[...]"(SÃO PAULO, SUDELPA,1983:1)**

Além disso, todas as formas de subsídio ao trabalho técnico estavam desativadas, a biblioteca totalmente desorganizada, contendo documentos dispersos, empoeirados e o levantamento aerofotogramétrico desatualizado. (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:2)

A nova proposta para o plano de trabalho da SUDELPA, indicava o caminho do planejamento integrado, evitando obras faraônicas e absolutamente inócuas, e eliminando o caráter autoritário da antiga gestão. Assim esperava-se alcançar uma ação governamental coerente com as exigências sócio-econômicas de cada sub-região, nas quais o enfoque do planejamento se pautava no:

> **"[...] processo em permanente evolução e a interação entre os técnicos e a comunidade, que permita aos primeiros uma maior vivência de realidade que oriente, tanto o diagnóstico, como as intervenções sobre ela necessárias." (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:3)**

O método de abordagem proposto fugia aos tradicionais macrodiagnósticos da área como ponto de partida. Utilizou-se uma nova postura de governo, que destacava a ação coordenadora do planejamento e a perspectiva regional e comunitária. Também, propunha-se a assumir o papel de órgão normalizador e fiscalizador do zoneamento e gerenciamento da costa paulista, contando com a colaboração e parceria de diversos outros órgãos, além da integração com as prefeituras municipais e esferas de representação da comunidade (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:4-5)

A preparação de cavernas para a visitação e a difusão da espeleologia apareciam relacionadas às diretrizes turísticas, inseridas no plano como importante questão social e alternativa econômica. Portanto, o PETAR, a questão ambiental e o turismo ressurgiam, como enfoque de atuação da SUDELPA. A própria vinda de Clayton Lino para essa entidade teve importante significado para tirar o Parque do completo abandono, que o mesmo viveu desde seu decreto de criação em 1958.

Será que finalmente os ambientalistas veriam o PETAR realmente implantado? Bem, pelo menos era o que demonstrava o plano de ação que a SUDELPA elaborou para seu conjunto de atividades emergenciais .

A estrutura da Diretoria Territorial e de Recursos Naturais (DTRN) nos dá uma idéia do plano de ação, as inter-relações temáticas e as prioridades da SUDELPA para os assuntos ligados à questão ambiental. (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:124):

> *Geologia e Mineração; *Uso do Solo; *Terras e Assuntos Fundiários; *Meio Ambiente; *Desenvolvimento Agrícola; *Cavernas: Proteção e Conservação; *Saneamento e Recursos Hídricos; *Geografia e Cartografia Básica e *Patrimônio Histórico.

Durante a gestão Montoro, essa diretoria da SUDELPA teve um importante papel para a atuação da entidade, como um todo, era a maior e mais diversificada equipe de trabalho. A estrutura anterior da DTRN não privilegiava ações setoriais, mostrando a total falta de compromisso com uma proposta sistemática, do ponto de vista técnico e programático, voltada à temática ambiental.

Um dos aspectos que emperrava a efetiva implantação do PETAR eram os problemas fundiários, que não eram específicos de Iporanga, mas que assolavam em torno de 60% de todo o Vale do Ribeira, gerando grande tensão social (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:151).

Apesar da SUDELPA ter celebrado um convênio com PPI para tratar de assuntos fundiários, durante o período 1979-1983, a nova administração considerou que os trabalhos realizados foram muito aquém do desejável e a estrutura do convênio inadequadas. Sugeriu-se, ainda, que fosse renovado o convênio, mas com a necessária revisão dos termos, visando a agilização do processo de regularização fundiária.

Quando vista pela ótica ambiental, a questão fundiária era ressaltada e colocada como interdependente. Uma reflexão sobre o assunto mostrava que:

> **“ Embora de cunho imininentemente** [*sic*] **sócio-econômico, este problema reveste-se no fundo, de grande coloração política e ambiental. A grande dificuldade em se obter planos de financiamento; delimitação de parques e reservas; fixação dos colonos e de uma agricultura mais estável; manutenção das formações vegetais fundamentais, etc., quer indireta ou diretamente, relacionam-se à posse da terra.” (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983:170)**

Por isso, o assunto foi colocado como prioritário, já que a questão do desenvolvimento, principalmente do setor agrícola, mineral e a preservação estavam diretamente associados à posse e uso da terra na região do Ribeira.

Entre as ações programadas para a DTRN, estava a demarcação de terras devolutas, na área do PETAR, com vistas a titulação e emissão de posses. Associado a isso existia um projeto de fixação do homem a terra, a ser feito conjuntamente com a equipe social. (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:182-183)

A questão da atividade mineral era outro grande problema do PETAR, e a situação era muito confusa até aquela época. Havia sonegação do Imposto Único sobre Minerais (IUM), pois não existia nenhum controle entre o que era produzido e o

que era declarado. Era grande a quantidade de minerações clandestinas e existiam atividades de exploração mineral dentro do próprio Parque.

A Equipe Territorial e Recursos Naturais da SUDELPA, na gestão Montoro, considerava, nesse seu primeiro relatório de atuação, que a causa dessa desorganização da atividade minerária no Vale do Ribeira se devia a concessão aleatória e indiscriminada de alvarás de pesquisa e decretos de lavra pelo DNPM, sem verificar que os mesmos estavam dentro da área de Parques, como o PETAR, aumentando assim os fatores de **"[...] devastação e descaracterização desses Parques."** (SÃO PAULO, SUDELPA, 1983:136). Além disso, consideravam que :

> **"[...] a utilização dos decretos do DNPM como instrumentos de pressão sobre proprietários de terras e posseiros, muitas vezes com uso de violência, tem causado instabilidade social em alguns locais. Soma-se a isso a utilização de áreas requeridas para a mineração, como forma de especulação imobiliária ou grilagem de terras." (SÃO PAULO, SUDELPA,1983;136)**

Em virtude desses problemas, propunha-se que a atuação da SUDELPA, no Setor Mineral, cumprisse o papel de planejar e fomentar o desenvolvimento da região do Vale do Ribeira, a partir da elaboração de um plano para enfrentar coerentemente os problemas do setor, articulado com a ampliação de estudos e pesquisas minerais. (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:137)

Quanto às ações mais específicas para a preservação e conservação das cavernas do PETAR, o Setor de Meio Ambiente da DTRN propunha o aproveitamento turístico das cavernas de Santana e Morro Preto. Vimos na década de 70 vários planos de desenvolvimento do turismo para a região das cavernas do Alto Ribeira, entretanto, percebeu-se que os mesmos não haviam sido implantados e as cavernas tinham ficado a mercê dos processos de degradação.

Esse projeto apresentado para o aproveitamento turístico das cavernas da região destacava aspectos de infra-estrutura e melhoria nas possibilidades de atendimento do turista. Esperava-se que essas ações dinamizassem o Núcleo Santana do PETAR, como mais uma opção ao turismo regional, consolidando assim a idéia do **"Circuito das Cavernas"**, passando por outras cavernas da região, como a Caverna do Diabo, tal como, inicialmente, proposto em meados da década de 70.

As propostas apresentadas demonstravam a importância do fortalecimento da parceria entre SUDELPA, Secretaria de Turismo, Prefeitura de Iporanga e SBE. A responsabilidade pela coordenação geral seria da SUDELPA, além da execução dos projetos e o fortalecimento de equipamentos e mão de obra necessária.

À *Secretaria de Turismo* caberia o apoio técnico-financeiro e o estudo da possibilidade do controle de arrecadação, nos moldes da Caverna do Diabo. A *Prefeitura* seria responsável pela compra de material destinado às obras, apoio geral (inclusive com mão de obra) e o contrato e manutenção de guias e técnicas para avaliação dos projetos. Enquanto a *SBE* teria como principais funções: apoio técnico ao projeto e obras, elaboração de mapas, a instrução e preparação dos guias e avaliação do projeto a ser contratado pela prefeitura. (SÃO PAULO, SUDELPA,1983(II):112,113)

Esse programa partia, anteriormente, de um projeto de **"Implantação, Legitimação, Demarcação e Manejo do PETAR"**. Nesse projeto, considerava-se necessário a adoção de medidas, em caráter de urgência, visando a definição do quadro fundiário, instalação dos limites físicos e fiscalização, de modo a retirar o Parque da situação de terra de ninguém (SÃO PAULO, SUDELPA,1983:170), para numa segunda fase definir e implementar um plano de manejo e estabelecer o uso racional do Parque.(SÃO PAULO, SUDELPA,1983:199)

Associado a isso, propunha-se, pelo Setor Cultural da equipe da ETRN, um projeto de implantação do **"Museu das Cavernas"** no Polo Turístico do Betari, localizado no Bairro da Serra; conjuntamente, seria implementado, também, um Museu Cultural na sede do município de Iporanga.

A Educação Ambiental, a documentação e a divulgação, visando a valorização da região, também tiveram espaços específicos nos planos de ação da SUDELPA.

Ao bem da verdade boa parte dessas propostas só viriam a ser implementadas a partir de 1984, em virtude de todo o processo de reorganização da SUDELPA. Além disso a Secretaria da Agricultura, instância afim com as atividades da SUDELPA, e seus institutos, estavam em péssima situação financeira, fruto de uma política que veio diminuindo drasticamente as verbas para pesquisa e ações voltadas

para a proteção dos recursos naturais, principalmente no governo Maluf/Marin. O jornal "Folha de São Paulo" divulgava o fato:

> **"A falta de recursos, reflexo da diminuição gradativa das verbas destinadas pelo Estado à Secretaria da Agricultura, que entre 1966 e este ano teve reduzida participação no orçamento global de 4,63% para 1,4% - está comprometendo importantes iniciativas, tidas como prioritárias no programa de governo apresentado por Franco Montoro. A implantação de Parques Estaduais, por exemplo, vem sendo bloqueada pelo lento ritmo das despropriações** [*sic*] **[...]. E pela dotação de verbas destinadas a essa finalidade, pode-se concluir que essas áreas não passarão tão cedo ao domínio do Estado, requisito legal para implantação de parques." (WIDMAN, FSP, [03 jul. 1983])**

Uma das últimas atividades sobre a preservação do PETAR, desenvolvida pela SBE, nesse período que estou analisando, foi a organização de um evento denominado **"PETAR: 25 Anos de Luta"**. Durante o processo de organização desse evento, a SBE resgatou importantes momentos das ações em prol da implantação definitiva do PETAR, divulgando na imprensa e em suas circulares, que apesar de toda mobilização feita, entre 1979 e 1983, a única ação significativa foi o processo de contratação de pessoal.

O evento, proposto para maio, alterado para junho e finalmente cancelado, em virtude das fortes chuvas que assolaram a região em 1983, tinha como programação: Espeleoshow, com coral e grupo de teatro encenando dentro da Caverna Morro Preto; projeção de filmes e slides; exposição fotográfica e debates. Esperava-se que o evento contribuísse para atingir alguns objetivos do movimento Pró-PETAR, entre eles:

a) **Demarcação e implantação do PETAR;**
b) **implantação de um sistema efetivo de fiscalização do Parque e do entorno;**
c) **integração da população local às atividades de preservação e obtenção de benefícios que se traduzam em real melhoria de suas condições de vida e permitam o desenvolvimento econômico-social harmônico às características do meio ambiente;**
d) **tombamento do Parque e áreas adjacentes;**
e) **reintegração ao Parque da área ilegalmente desmembrada em 1969 .**

Esses aspectos, assim como a divulgação do evento, tiveram bastante espaço na imprensa, ressaltando a problemática do PETAR e, mesmo que o evento não tenha sido realizado, cumpriu novamente o papel de mobilização, articulação e divulgação das questões do Parque.

A **reintegração de posse** da área de 609,17 ha, desmembrada do PETAR, em 1969, no governo Abreu Sodré, em favor da **Companhia de Cimento Sul Paulista**, parece ter sido a última cartada da SBE, visando a virada da situação. Essa questão demonstra o favorecimento dessa companhia, que, iniciou em 1983 um processo de desmatamento, mas até esse momento não havia começado as atividades de lavra, previstas desde 1971. Isso motivou a ação da SBE, que verificou a ilegalidade do desmatamento da área, dando entrada, em 9 de maio de 1983 no processo de reintegração da posse junto a Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN), por meio de oficio CPPE-008/83 (ANEXO 17a), reforçado pelo pedido de abertura do processo, pelo oficio CPPE-013/83 de julho de 1983 (ANEXO 17b).

Na argumentação de Sánchez, coordenador da Comissão Nacional de Proteção do Patrimônio Espeleológico (CCPPE/SBE), a exclusão daquela área não procederia, pois contrariava o Código Florestal, em seu artigo 3º., parágrafo 1º. Informava, ainda, que uma decisão desse tipo só pode ser feita mediante ação de nível federal, o que não ocorreu, visto ter sido a decisão tomada exclusivamente pelo Poder Executivo Estadual. Além disso, essa medida contrariava, também, a legislação estadual, já que o desmembramento teria sido feito por decreto, o que não era considerado correto, pois a alteração necessitava de lei estadual específica.

O processo de reintegração de posse chegou à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), da Procuradoria Geral do Estado, que forneceu um parecer detalhado sobre a exclusão dessa área. O documento apresentado pelo procurador do Estado, José Galante Rodrigues, em 14 dez. 1983, enumerava os aspectos legais envolvidos na exclusão da área do PETAR. (ANEXO 17c)

A análise feita pela PPI/PGE, resgatava aspectos da trajetória da solicitação da SBE, informando que o documento entregue na Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, teve como primeira instância de manifestação a Assessoria de Estudos Patrimoniais do Instituto Florestal (IF), que destacou os seguintes pontos:

> ***"Este instituto jamais concordará com a cessão de área, que venha a reduzir o tamanho original de um parque estadual, sob a sua administração./*** **[...]*Em se tratando de uma exclusão de área que recai sobre o Parque Estadual do Alto Ribeira, cuja a administração ainda não foi transferida para o Instituto Florestal, achamos indispensável um parecer da douta Procuradoria do Patrimônio Imobiliário sobre o assunto em tela."*(Parecer PPI/PGE,14 dez.1983)**

A solicitação foi, em seguida, analisada pela diretoria da **Divisão de Reservas e Parques**, do IF, que mostrou-se, também, discordante quanto à exclusão daquela área do PETAR, mas se eximia da apreciação do decreto s/nº. (29/12/1969), por não julgar da sua competência e sim da PPI. Ainda com relação ao resgate da tramitação do pedido de reintegração da área, o procurador José Galante Rodrigues afirmava que a **Diretoria Geral** do IF corroborou com as manifestações anteriores e ratificou a proposta de encaminhamento do processo à PPI, sendo confirmado o trâmite pela **Consultoria Jurídica** da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

É interessante observar uma certa contradição nos argumentos dos órgãos internos do IF, já que os mesmos se eximiam da competência do assunto e afirmavam, de um lado, que a administração do PETAR ainda não havia sido transferida para o IF, por outro lado, o decreto n.º 41.626 (30/01/63) determinava que o PETAR era uma responsabilidade do IF (ex-Serviço Florestal do Estado).

Estranha-se o fato de que um órgão do IF, tenha se colocado contrário a cessão da área do PETAR, sendo que a mesma foi excluída em 1969, quando o Parque já estava sob sua tutela. Ao mesmo tempo, alegavam estar sendo concluída a legitimidade da competência do IF e da PPI para a implantação do Parque, em virtude das providências para a realização de concursos públicos visando a contratação de pessoal técnico para essa tarefa. Essa situação demonstra que ainda havia um afastamento dos compromissos reais do IF para com o PETAR, por outro lado, estaria sendo revertido o processo de abandono do Parque.

O parecer do procurador da PPI mencionava o parágrafo 1º. do **Código Florestal**, o qual afirmava que:

> ***"A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal quando fôr*** [*sic*] ***necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social."*** **(Código Florestal *apud* Parecer PPI/PGE ,14 dez.1983)**

Com base nessa informação o procurador demonstrava as evidências de que:

> ***"*[...] *o poder público estadual exorbitou de suas atribuições, invadindo área de competência federal, ao tratar da exclusão de 609,17 hectares, da área do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR; e isto porque a lei é clara e de meridiano entendimento./ Mas, a irregularidade não para aí. É necessário atentar para o detalhe de que o PETAR ainda não está suficientemente pesquisado e estudado, e nele, por certo, existirão áreas de preservação permanente*[...]*"* (Parecer PPI/PGE, 14 dez 1983)**

Foi identificado pelo procurador da PPI o agravamento da situação, quanto à exclusão daquela área do PETAR, por existirem, tal como indicado no artigo 2º. do Código Florestal, florestas e vegetação natural ao longo dos cursos d'água, em nascentes, topos de morros e montanhas e nas encostas com declividade superior à 45 graus.

O manifesto da Companhia de Cimento Sul Paulista, que solicitava a regularização da área para que pudesse ser feito o título de domínio das terras, tinha como finalidade viabilizar a instalação de uma ***"fábrica moderna"***, com capacidade para a produção de 2.000 toneladas diárias de cimento. Esse empreendimento tinha a intenção de empregar 290 pessoas como mão-de-obra. De acordo com o procurador da PPI a referida manifestação foi acolhida na época pelo procurador chefe, isso demonstrava:

> ***"[...] o ambicioso propósito da Cia. de Cimento Sul Paulista, que, por certo, impressionou as autoridades da época, para as determinações que tiveram lugar."*** **(Parecer PPI/PGE, 14 dez. 1983)**

Esses propósitos, não passaram de intenções, já que os levantamentos efetuados, também, pelo procurador José Galante Rodrigues e pela Divisão de Engenharia, em 1983, informavam que até aquele momento não havia sido implantada a fábrica, pelo contrário, a única atividade realizada era o desmatamento ilegal de uma área equivalente à 1 ha, que já havia sido multado pela PFM.

Além disso, a solicitação de titulação por pessoa jurídica, prática existente na época, não coadunava com a legislação pertinente (decreto-lei n°. 14.916, de 06/08/1945 e lei nº.3.962, de 24/07/1957), gerando controvérsias; sendo constatada mais uma irregularidade no processo. De acordo com Rodrigues:

> ***"[...] o objetivo da lei visou a titulação de pessoas físicas, devendo, daí por diante, serem sustadas as titulações de pessoas jurídicas; mesmo porque a alienação de bem imóvel do Estado, fora das previsões de legislação legitimatória, é irregular."*** **(Parecer PPI/PGE,14 dez.1983)**

Considerando que o ato que desmembrou a área de 609,17 ha do PETAR era contrário ao Código Florestal, Rodrigues apresentava nova abordagem, argumentando que era necessário obter-se prévia autorização de autoridade federal,

assim: ***"[...] não obtida tal autorização e praticada a exclusão, deve entender-se nulo o ato, e, portanto, de nenhum efeito."*** (PPI/PGE,14 dez.1983).

Para finalizar, o procurador José Galante Rodrigues, apresentou, no parecer, uma discussão sobre a anulação do ato administrativo que excluiu aquela área do PETAR, finalmente concluindo que:

> ***"a) a titulação da Cia de Cimento Sul Paulista ofende a legislação paulista de legitimação de posses; e / b) a exclusão da área de 609,17 ha, do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, pelo decreto de 29 de dezembro de 1969, retificado pelo decreto de 31, do mesmo mês e ano, constitui ato nulo, ao arrepio do Código Florestal."*** **(Parecer PPI/PGE, 14 dez. 1983) (grifos meus)**

Continuando a batalha pela reintegração da área do PETAR, o Coordenador da Comissão Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (CPPE/SBE), Luis Enrique Sánchez, enviou ofício, em 19 dez.1983 (ANEXO 17d), ao coordenador da CPRN, a fim de o mesmo tomasse providências urgentes para sustar o decreto de lavra nº. 72.792/73, da Companhia de Cimento Sul Paulista, junto ao DNPM, visto que as atividades de lavra não haviam ocorrido e que sofriam risco de caducidade, e que havia sido aberto o processo de reincorporação dessa área dentro do PETAR. Assim, em 10 jan.1984, o coordenador da CPRN, Eduardo Pires Castanho Filho, enviou o ofício, tal como solicitado pela SBE à Diretoria da Regional de São Paulo do DNPM. (ANEXO 17e)

A partir daí o Dossiê GT-PETAR/CENIN apresentava alguns ofícios delatando novas atividades irregulares (desmatamentos, extração de palmito, etc.) na área do PETAR, mas nada de substancioso. No entanto, tudo indicava que o processo se prolongou mesmo durante essa primeira gestão do governo democrático.

Que se pese a não continuidade da análise para o período entre 1985 até o presente momento, que por si só poderia propiciar uma longa discussão quanto a trajetória do PETAR, suas relações com a política de meio ambiente e com o discurso da população, é preciso deixar claro o turbilhão de propostas vazias, no máximo intenções quanto à questão ambiental e ao desenvolvimento de Iporanga.

O plano de turismo não foi implantado, as estradas até o PETAR continuaram sem pavimentação e a que chega hoje em Iporanga está toda comprometida com processos erosivos e problemas decorrentes da péssima execução da obra e a falta

de conservação adequada (FOTOS 48 e 49). Ainda não existem bons hotéis, somente algumas pensões e pousadas.

Por outro lado, sabemos que ações positivas, voltadas para a temática ambiental, ocorreram no Vale do Ribeira, acompanhei muitas delas e sem dúvida nenhuma merecem uma discussão detalhada, entretanto, em outro momento e com mais fôlego.

Como finalização, gostaria de comentar que o ano de 1984, foi bastante profícuo para a proteção ambiental no estado de São Paulo, em maio foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) a **"Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais"**, seguindo as diretrizes da **"ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO"** (IUCN, 1984). Esse documento foi, também, aprovado pela Assembléia Legislativa, no mês de agosto.

Nesse instrumento legal a questão da Educação Ambiental ganhou destaque, como **"[...] um dos caminhos mais seguros para formar uma mentalidade conservacionista e comunitariamente abrangente para a defesa do meio ambiente[...]"** (SÃO PAULO, CONSEMA, 1984: 6)

Outra importante ação de política ambiental foi a criação da **APA da Serra do Mar**, em 21 set. 1984, envolvendo a área do PETAR, entre outras UCs, e interligando-o com o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). Além disso, as atividades em prol da implantação do PETAR tomaram vulto e foi fortalecida a equipe de trabalho do Parque.

Apesar dessas ações visando a proteção ambiental no Vale do Ribeira, a problemática da exploração mineral continuaria afetando o patrimônio natural de Iporanga. Em virtude disso, em fevereiro de 1985, a SUDELPA lançou um documento sobre o assunto, intitulado **"A Mineração e Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira"**. (SÃO PAULO, SUDELPA, 1985)

Esse relatório resgatou os aspectos do problema valendo-se de um amplo levantamento dos pedidos minerários e a situação dos processos incidentes, propunha-se, então realizar uma **"ação disciplinadora dos vários órgão envolvidos"** e o fornecimento de sugestões para a superação dos conflitos.

Nesse mesmo ano, o CONDEPHAAT terminava uma parte da novela, em 06 jun. 1985, efetivando o **Tombamento da Área Natural da Serra do Mar**, tendo incorporado a área do PETAR. No final de 1985 o IF elabora o **"Plano Conceitual de Manejo para o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira"** (SÃO PAULO, IF, 1985), aproximando, definitivamente, o IF da atuação em defesa do PETAR. Abre-se, assim, novas perspectivas para a conservação ambiental no Alto Ribeira, que reforçaram a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento na região.

Observa-se, ao final desses levantamentos e reflexões, que os conflitos continuaram e ainda estão sendo disseminados em todo o Vale do Ribeira, talvez mais brandos, ou sem grande destaque na imprensa, mas estão lá, mostrando que a situação continua complexa, entretanto, percebe-se que existem grandes perspectivas para a diminuição desses conflitos e aproximação dos atores que constróem essa novela, pois na sua prática social pretendem conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e social, de forma justa e equilibrada.

De outro lado, o contato com a população local e com os agentes regionais continuou preso ao jogo político do poder público, consolidando-se complexo.

Pretendo identificar, ainda, aspectos das representações desses atores sociais, envolvidos na surrealidade da difícil labuta cotidiana, na qual habitam as raízes do problema-tema desta pesquisa. Algumas dessas questões caíram na rotatividade das relações sociais, inserindo esses agentes na lógica da lentidão valeribeirense ou, de outro lado, conclamando-os como agentes de transformação, nesse aspecto escondem-se ensinamentos que merecem ser compartilhados.

CAPÍTULO XII

A RETOMADA DOS PROTAGONISTAS E O FENÔMENO PEDAGÓGICO EXTRAÍDO DOS CONFLITOS

"Isso aí é... um assalto de caneta em punho"
(Vandir S., depoimento, 1990)

"...num sô contra a floresta, não! **[...]** ***a reserva é uma... uma coisa muito necessária..."*** (Gonçalo, depoimento, 1989)

"...se a gente não consegue vencê a correnteza, desce com ela, porque senão morre afogado..." (Antonio C., 30, depoimento, 1990)

12. 1- VOLTANDO AOS DISCURSOS

Os depoimentos e comentários utilizados nessa parte do trabalho detiveram-se ao último período analisado (1983/85), entretanto, os argumentos são validos até o início da década de 90, quando realizei a maioria das entrevistas. Por outro lado, deve-se ressalvar que as visões afloradas na pesquisa retratam um momento específico daquela realidade, talvez não refletindo as posturas atuais, já que muitas "águas rolaram" durante todo esse tempo.

Assim, em Iporanga, enquanto a batalha legal corria solta, sempre bastante complicada; o dia-a-dia do município mostrava mais e mais conflitos, em virtude do deslanchar do processo de implantação do PETAR.

De acordo com Clayton Lino havia ótimas intenções nas ações do Estado para a região, já que procuravam atacar as questões básicas, entre outras: as estradas vicinais, a agricultura, os parques e a questão fundiária, essa última ressalvada como sendo a mais importante, pois, todas as outras estavam na sua dependência .

No entanto, Lino afirmava que o andamento do processo estava complicado, mas que não daria para ter sido diferente, visto que o país passava por um período de ajuste social bastante conturbado. De outro lado, considerava Iporanga um bom exemplo dos conflitos existentes no Brasil, quanto a questão do modelo de desenvolvimento e do conceito de progresso.

> ***"O qui'stava abandonado acabô di repenti virano o centro das discussões. O povo num entendia nada do qui istava aconteceno, grileiro falava uma coisa, os técnicos falava outra* [...]. *De repente o Vale do Ribeira apareceu no mapa, reunião para cá, reunião para lá, democracia participativa, isto tudo causou impacto, porque as coisas no Vale do Ribeira sempre ocorreram lentamente."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

A base da economia iporanguense eram as atividades ilegais, como a extração do palmito e de madeira, ou irregulares como a mineração dentro do Parque. A única coisa que Lino considerava como legal, era o funcionalismo público, que absorvia parcela expressiva da população. Aliás, no entender, irônico, do político iporanguense entrevistado: ***"*[...] *a população de Iporanga é composta por um grupo de* [...] *funcionários públicos e esfomeados."*** (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990).

Então, isso gerava grande conflito, pois boa parte da população trabalhava clandestino, escondido, como se fossem marginais, foras-da-lei, Lino avalia como:

> ***"*** **[...]** ***uma situação péssima pra eles, injusta com eles, porque não tem alternativa certo?! E ao mesmo tempo, o negócio é... falá... bom, então deixa degradá por causa disso? Então, isso daí sempre foi um conflito,*** **[...]** ***o único jeito de resolvê isso é tendo outras alternativas econômicas"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

No projeto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, coordenado por Lino, intitulado **"Assentamentos Humanos em Unidades de Conservação"**, argumentava-se que o extrativismo não é uma **"vocação particular dessas comunidades"**, mas, devido a falta de condições para as suas atividades tradicionais, associadas a demanda crescente de especuladores e da carestia.

> **"[...] o certo é que a ruptura de seu isolamento em anos recentes vem resultando no acelerado esfacelamento de suas formas tradicionais de subsistência, forçando-os a três alternativas quase inelutáveis. O <u>extrativismo</u>: por que o corte de palmito, ao contrário dos magros produtos de roça, pode imediatamente ser convertido em dinheiro. O <u>assalariamento</u>: uma vez que impossibilitados de manter seu próprio sustento, passam a vender sua força de trabalho (como bóias-frias, p. ex.). E, por último, a <u>venda de posse</u>: quando, seduzidos por quantias em dinheiro vivo, que jamais sonharam obter, se desfazem da terra por propostas aviltantes." (SÃO PAULO, SMA, 1986:3) (grifos desse trabalho)**

Em contrapartida, Clayton Lino afirmava ter sempre rebatido a idéia de exploração mineral e vegetal e especulação imobiliária dentro do Parque, que eram freqüentes nessa época, no início da década de 80. Ele contrapõe e analisa:

> ***"A questão do turismo... uma fonte efetiva, qui poderia sê desenvolvida e algum tipo de... outro tipo de indústria, não poluente. Mas, nunca foi isso, nunca apareceu investimento nessa área... um círculo vicioso. Não tinha estrada, então ninguém vai***

> ***fazê investimento* [...]*. Pra quebrar esse círculo, só com uma ação do governo em termos de infra-estrutura* [...]*"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Ao mesmo tempo, Lino propunha e ponderava, quanto à questão da situação das estradas de acesso ao Município (FOTOS 48 e 49):

> ***"Aí, me bati muito pela estrada, por exemplo, a questão do asfaltamento da estrada. Em se pensar qui no estado de São Paulo, até um ano, dois anos, um município qui num tinha um metro de asfalto, no município inteiro, certo?! É um absurdo total. Mas, tá lá, é um exemplo. Então... mas, o qui acontece? Então, eu brigava assim: asfaltamento da estrada Apiaí-Iporanga, e de lá a ligação com a área da Caverna do Diabo, que já tinha* [...], *mas o pessoal de Iporanga falava: não, nós queremo a estrada do Espirito Santo, qui cruza o parque, qui vai serví pra invasão da área, pra especulação imobiliária, pra especulação mineral, certo! Aí a guerra* [...]*"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

No seu depoimento, Clayton Lino chamava a atenção para o fato de que todo esse interesse pela estrada do bairro Espirito Santo (FOTO 50) tinha motivos escusos, já que havia pessoas grilando terras nessa região, que acabavam influenciando os moradores locais e a população como um todo. Por isso, Lino denuncia:

> ***" Tem mineração, tem o pessoal colocado lá enganado pelo invasor, certo?! Pelo que se diz proprietário terra, qui num era dele e qui hoje assessor direto do prefeito de Iporanga. Então, essa é uma coisa, assim... muito difícil nesse sentido"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

O vereador iporanguense entrevistado retalhava a situação da estrada e demonstrava sua irritação com o assunto:

> ***"*[...] *o único município no estado de São Paulo qui até o momento num tem um palmo de asfalto* [...] *a estrada de Apiaí à Iporanga, esse pedaço aí, qui é do DER, mais é um inferno duma estrada, qui num tem condições de andá mais, o DER num faz nada* [...] *não temo estrada, nada, então, como você pode pensá, essa Secretaria do Meio Ambiente falá em turismo na região, siquer estrada nóis num temo* [...] *"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Nas ponderações de Lino ficavam evidentes os motivos de sua visão dos problemas quanto à estrada do Espírito Santo, já que cruzaria o Bairro de Camargos, Ribeirãozinho, Taluá e Caboclos. Apresentava, também, as alternativas:

> ***"Eu acho qui essa estrada pode e deve ser feita no futuro, mas antes tem um monte de coisa a ser feita* [...] *ela seria interessante pro próprio roteiro turístico, até pra fiscalização do Parque, até pra própria circulação, interligação de áreas do Parque, mas devia ser transformada numa estrada-parque, um projeto específico*[...] *com controle. Agora, sê feito isso, depois qui o Estado tiver as terras de volta, senão é você ir e entregar pra especulação* [...] *Então, agora, o Estado devia agilizá esse processo na área"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

12.2- O CASO DO BAIRRO RURAL DOS CAMARGOS

Essa região de Iporanga, envolvendo os bairros rurais de Camargos, Ribeirãozinho e Taluá, foi colocada como prioridade no início do processo de implantação do PETAR, pois, caracterizava-se como exemplo vivo da problemática entre o Parque e a posse da terra. Os rascunhos de um documento produzido por Clayton Lino fornece elementos iniciais para a compreensão desses conflitos. Na proposta para a criação do Núcleo Rural dos Camargos, apresentava-se como justificativas:

> ***"*[...] *compatibilizar a implantação do PETAR com a existência de posseiros legítimos existentes em seu território./* [...] *possibilidade de programas de remanejamento*[...] *para áreas com melhores condições de vida./* [...] *melhoria da qualidade de vida rural e urbana da população de Iporanga, garantindo:/- direito efetivo e permanente de uso da terra para moradia e agricultura, gerando estabilidade social e desenvolvimento econômico* [...]*/ - acesso da população rural aos serviços básicos* [...]*/ - estímulo e apoio à organização comunitária* [...]*/ - acesso à assistência técnica* [...]*."* (PROJETO NÚCLEO RURAL DOS CAMARGOS, [1983])**

Desse modo, esperava-se que essa proposta favorecesse a fixação do homem no campo, a diminuição de conflitos de terra, a diminuição da degradação ambiental do PETAR, a queda no fluxo migratório para a cidade, a melhoria das condições de vida no meio rural, a otimização do uso da terra, o aumento da produção e a melhoria da qualidade da mão-de-obra rural.

A região dos Camargos, também conhecida como Ribeirão, está localizada à uns 10 km da Sede do Município de Iporanga, e nos forneceu importantes elementos para a compreensão dos conflitos entre agricultura e proteção ambiental; população tradicional, grileiros e Parque. Clayton Lino, inclusive, comentava sobre alguns aspectos dessa região, que nos permitiram adentrar nessa problemática:

> ***"*[...] *é a área mais conflituosa, muito mais por indefinição, falta de presença também do próprio Estado. O pessoal devia tocar aquela desapropriação e aí sentar com os moradores* [...] *é perfeitamente passível de chegar a um acordo com os moradores, também criando uma infra-estrutura lá, tendo um núcleo, lá, do Parque... com esse mesmo sentido... ter guia e etc., desenvolver, por exemplo, a Casa de Pedra, qui é uma gruta de interesse internacional* [...] *na área do Ribeirãozinho, tem áreas importantes, tem atrativos importantes, tem essa questão social."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

O desenvolvimento do trabalho visando a questão social é colocado por Clayton Lino como uma atividade importantíssima, que precisa ter clareza, do ponto de vista ambiental, mas, também, da responsabilidade social para trabalhar de acordo com as características da comunidade, analisando caso-a-caso e não tratar as coisas de forma genérica. Deve-se procurar compatibilizar, já que:

> ***"Tem gente qui as vezes está dentro do PETAR e não sai porque não tem condição de saí*** **[...]** ***não é todo mundo qui tá lá qui qué o resto da vida ficá lá, naquele lugar. Então... você tem as várias situações, certo? Tem gente que se tivesse uma outra terrinha, condição melhor de plantá... em outro lugar, na região, mudaria com o máximo prazer. Então, você precisa saber do A até Z quais as alternativas qui tem*** **[...]** ***tem caso de remanejamento, tem caso de simplismente desapropriação e indenização, justa... certo?... tem caso qui é mudar o limite do Parque... certo?! ... deixá de fora algumas áreas"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Ele reforçava a necessidade de se avaliar as situações existentes, pois, a atuação conservacionista depende de vontade política para resolver os conflitos:

> ***"*****[...]** ***depende de uma vasta negociação, conversação com o pessoal de lá... com outros órgãos*** **[...]** ***só dá pra fazê se isso for efetivamente prioridade, não escrito prioridade, mas, prioridade na cabeça dos governantes responsáveis*** **[...]** ***pela coisa. Senão, você num consegue fazê... você vai lá arma toda uma situação pro pessoal local... chega na hora você num consegue fazê... aí piorô a situação em qui tava"*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Essas ponderações são frutos de experiências amargas no PETAR, que Clayton Lino vivenciou. O caso do Bairro Camargos demonstrou os embates e as aprendizagens. Fui buscar as raízes desse problema, entrevistando representantes de vários segmentos: os políticos locais, membros do grupo de ação comunitária, moradores do Bairro, na grande maioria lavradores que protagonizaram o conflito, contrapondo com a visão do agente do órgão estadual de proteção ambiental.

Solicitado a comentar sobre esse assunto, Clayton Lino nos descreve a trajetória de sua atuação na região do Bairro Camargos e o início dos problemas a partir dos desencontros entre os próprios órgãos do governo estadual.

> ***"*****[...]** ***Eu tava ainda na SUDELPA quando cutucamos a CPRM*** [Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais] ***e eles mandaram máquinas prá lá, começaram a abrir estradas sem autorização e etc., nós embargamos a CPRM, embargamos a estrada. É... então, isso já criou o conflito."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Com relação à ação dos mineradores, esse agente entrava na briga:

> ***"*****[...]** ***esses mineradores fizeram um trabalho grande com os posseiros, é... de dizer: Olha, eles querem tirá você*** **[...].** **N*unca foi ninguém da Secretaria do Meio Ambiente lá***

> ***dizê para o morador: a idéia é* [...] *tirá você daqui e tal... Isso nunca teve no plano... mas, todo mundo dizia isso!.. Porque enfiaram na cabeça deles qui era essa a idéia."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

A manipulação dos posseiros do Bairro Camargos foi feita por um advogado que veio de Botucatu e se instalou em Iporanga. De acordo com Lino, ele chegou com caminhões cheios de gente, que teriam vendido tudo que tinham em Botucatu para comprar terras em Iporanga, desse advogado, que nem mesmo eram dele.

> ***"Era invasão pura e simples da área do Parque* [...] *mas, de um pessoal pobre, qui foi enganado... certo?!, Então o problema social aí é quente... tal. Depois pararam com isso, etc., mas eles já tinham despejado um monte de gente lá* [...] *Depois é qui os cara descobriro qui era Parque* [...]*" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Mas, a situação era mais complexa, pois, na época não se tinha claro quem eram os posseiros tradicionais, cujas famílias estiveram sempre na região e os oportunistas, que se aproveitavam da falta de informação que existia.

O Bairro Camargos sempre foi tido pelos iporanguenses como possuidor de passado próspero; tinham fartura, produziam de tudo e vendiam os excedentes:

> ***"*[...] *você via em toda a extensão da estrada, cê via roça de arroiz, de milho, de mandioca, de cana* [...] *cê encontrava muitos porcos na estrada, gado"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

> ***"*[...] *era o bairro qui mais produzia no município, produzia banana... a maioria da banana qui saía de Iporanga, saía de lá, fornecia o leite pra cidade* [...] *produziam muita carne suína ali, em grande quantidade... acabô!,* (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

A situação se modificou bastante e apareceu nos discursos com tom de crítica:

> ***"*[...] *Agora cê procura um maço de rapadura aí, qui era a coisa qui mais saía, saía de caminhões daqui, não tem! Hoje o infeliz daqui compra arroiz empacotadinho de fora, compra feijão de fora... compra farinha de fora, qui aqui não tem, certo?!* [...]*" (WIILY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

O discurso do vereador aprofunda seus questionamentos:

> ***"*[...] *existem homens trabalhador da roça, forti, qui... produzia, eu conheci alguns deles, muitos deles, qui todo fim de semana trazia o seu produto pra cidade, um dois carguêro carregado... e voltavam com o carguerinho de mercadoria pra casa deles, qué dizê, trazia o produto do trabalho deles, vendia e depois ele levava alguma coisa... hoje a gente encontra um pai desses, de família, viu, qui tem seis, oito filhos, carregano uma sacola na mão, com o que comê, pra família toda, isso pra passá o mês* [...]*" (WIILY, 57, depoimento, 02 fev. 1990) (vide FOTO 44)**

Percebe-se que foram beneficiados pelos conflitos, os grileiros de terras e os latifundiários, que invadiram a região, principalmente na área do Parque.

> ***"*[...] *quando começô a vim essa, essa pressão qui nóis tâmo sofreno,* [...] *de mais ou menos uns seis anos prá cá, essa coisa começô a piorá sabe?!. Começô a vim essas conversa de que aqui seria Parque, ali seria Parque, que aqui seria alguma coisa do governo, qui o governo ia tomá aqui, ia tomá ali* [...] *aqueles camaradas qui faziam aquelas agricultura maior, começaram a ficá com medo, certo?! Foram vendendo as suas propriedade. Foi o maior negócio do mundo pros latifundiário, pros grileiro de terra* [...] *porque com o comentário do Parque, vinha aqui, qui ia tomá qualqué coisa, eles começaro a jogá sua propriedades fora, a troco de nada... Então, teve pessoa aí qui conseguiu comprá glebas enorme de terra* [...], *qui o pessoal num sabia onde seria o Parque* [...]*"* **(WIILY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Ele continuava sua argumentação informando que essa pressão da Secretaria do Meio Ambiente e da Polícia Florestal foi fazendo os pequenos proprietários venderem suas terra ***"a troco de banana, pr'aqueles mais poderosos"***, que depois contratavam esses infelizes para ganhar um salário aviltante. (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)

Os moradores ligados às famílias que, tradicionalmente, viviam dentro do PETAR, mostraram uma situação mais exata, uma visão mais real da vida deles e dos problemas com o Parque. Um lavrador do Morro do Chumbo, nessa mesma região central do PETAR, comentava sobre como era, realmente, o lugar:

> ***"*[...] *ali é um lugar muito pobre, né, o povo plantava assim, ali* [...]*. Era um lugar muito difícil, mas a pessoa era teimoso, né! Ficava lutano, trabalhano assim... nóis naquele*[...] *jeito de serviço... É um lugar qui nóis num istudava,* [...] *ninguém num sabia nem o qui falá em iscola, intão, nóis também fômo cresceno, até qui os véio foi morreno e a gente ficô, né* [...]*. Eu saí prá trabaiá um pôco fora, mais num me acostumei, purque eu num tenho istudo, num sei nem meu nome, assim, num sei nem iscrevê, nem lê* [...]*. Eu peguei, sai um pouco pras caiêra de cal, experimentá trabaiá de empregado, mas num se ajeitei, voltei prá roçá, de novo fiquei lutano ali."*** **(JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)**

Ele continuava seu relato mostrando como eram suas atividades e a rotina na agricultura de subsistência, falava, também das dificuldades:

> ***"*[...] *roçava, queimava, prantava fejão, prantava milho, arroiz, ingordava um porquinho, criava uma galinha, prantava uma cana, fazia um melado, pá tomá café de melado de cana* [...]*, vendia uma leitoinha prá comprá um sal, qui a gente num tinha, né* [...] *muito difícil pra fazê pra comê; arguma coisa tinha qui passá farta... num dava pra andá bem vestido* [...] *começô abrí estrada, quando quis miorá, piorô!*[...]*o povo já foi proibino as derrubadas, as queimadas*[...]*"* **(JOSÉ S.,38, depoimento, 01 mar. 1990)**

O jovem iporanguense entrevistado, ex-morador do Bairro Camargos, e ativista do grupo de espeleologia local (EGAI), nos remete à situação do bairro e às reflexões de quem vivenciou diretamente o problema; seu pai, ex-caminhoneiro, queria se estabelecer no bairro, à partir da atividade agropecuária.

> ***"Bom, quando a gente chegô lá, a gente comprô uma região já*** **[...]** ***devastada, já bem trabalhada, porque o ex-dono de lá*** **[...]** ***ele tinha uma maderêra aqui,, uma serraria*** **[...]** ***quando vendeu aquilo lá, tinha pasto formado pros bois de tora*** **[...]** ***o único serviço qui realmente a gente teve foi, chegá e plantá um pouquinho mais de capim, naquela área qui era derrubada."*** **(VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Ele entra na questão do parque e como foi a relação da sua família no começo:

> ***"*****[...]** ***veio o parque, que realmente aí*** **[...]** ***teve alguns problemas. Até o primeiro ano num teve muito impacto, com a questão do Parque e a questão da atividade do meu pai, mais com o correr do tempo, se caía uma cerca... num podia pegá um palanque*** [mourão] ***pra trocá*** **[...]** ***Quando ele comprô lá, não, ninguém sabia da existência do Parque, quando foi comunicado, foi quando teve a primeira reunião, foi lá em casa, onde foi o Clayton e um pessoal explicá qui estava sendo implantado um Parque na região"*** **(VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

O pai dele confirma seu desconhecimento sobre o PETAR e da sua busca de informações sobre o assunto, pois não queria ter problemas depois:

> ***"Antes, quando eu fui pra mim apanhá isso aqui, eu fui em Apiaí, né, na Procuradoria de Terras, sabê da situação disso aqui... Eles me falaro qui nada constava si era Parque ou se era área ambiental, se era reserva... me mostraram os mapa. Só tinha o mapa lá do Parque de Jacupiranga. Eu num fiquei satisfeito, procurei os guarda-mato em Iporanga*** **[...]** ***eles: - olha, num consta nada qui isso aqui é Parque... nós num temo conhecimento de nada. - Aí eu comprei... aqui. Eles num sabia e tinha razão de num sabê, porque o Parque num era demarcado*** **[...]** ***Fiquemo sabeno, fômo... surpreso com essa notícia que aqui era Parque."*** **(VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

A falta de informação, aliás, a promoção da desinformação, foi uma constante no processo de implantação do PETAR. A situação de conflito foi confirmada na região do Bairro Camargos, tendo como fato principal o caso da **primeira reunião com a população local.**

Os protagonistas dessa reunião mostraram os pontos-de-vista sobre os motivos e decorrências da reunião, mas, também, faziam aflorar as contradições:

> ***"*****[...]** ***Eles chamaro o povo lá, prá conversá com o povo*** **[...]** ***ensinaro, né, o povo, como é qui é pra vivê dentro do parque. Então, eles chamaro, a gente veio lá, mas num tava aceitano a proposta deles, mas eles num resorvia nada prá nóis... falô, falô e dexô nói na mema... foi só prejudicano nóis, num dexô nada, num dexô nói cuma saída boa."*** **(JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)**

Outro entrevistado, participante da reunião, confirmou a situação e os conflitos:

> ***"Ah! Tinha mais de cem homens na reunião... o bairro aqui todo tava na reunião, inclusive o pessoal da cidade*** **[...]**. ***Na reunião ele*** [Clayton] ***disse que aqui era Parque, mais nóis num tivesse medo nenhum, qui já iam demarcá o Parque... qui nada ia acontecê cum nóis... e qui o governo num pricisava tomá terra de ninguém, nóis qui num tivesse medo... e, nós puderíamo continuar trabalhano,*** **[...],** ***puderíamo fazê as nossas roça e qui ele iria gerá até emprego, prá nóis aqui du Parque. E agora ficô***

contrário, ele foi embora, os florestar veio e me murtô ... e agora, através dessa murta, vem a penhora." **(VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

Do ponto de vista de um vereador iporanguense, a reunião do Bairro Camargos foi uma ação do Estado que revoltou a população e frustou qualquer expectativa. Esse político considerava que estavam fazendo promessas mentirosas e jogou toda culpa em Clayton Lino, já que ele representava o Estado e liderou a reunião:

> ***"*****[...]** ***ele disse pras pessoas:- pode continuá fazendo roça qui eu garanto, isso num é problema*** **[...]** ***o governo num vai tomá a terra de vocêis, e aí as pessoas ficaram tranqüilas, fizeram algumas roças e... logo em seguida, quando as roças estavam prontas, veio a Polícia Florestal... já vieru preparado, qué dizê, tava tudo certinho... e fizeru essas multa abusiva..."*** **(WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

A reunião foi o momento em que a população local tomou conhecimento da existência do Parque. Um dos entrevistados, morador tradicional, presente na reunião comentou como foi a discussão:

> ***"*****[...]** ***o povo entrô fazendo um levantamento, explicano pra nóis, mais do jeito qui eles falava nóis ficava na mesma, purque eles falava qui nóis num pudia tá derrubano mais, num pudia tá queimano mais, num ensinaru se ia tirá nóis, se nóis ia tê direito. Só falaro se nóis quizesse prantá tinha qui carpi, na carpida de enxada... e falaro qui ali era Parque*** **[...]*****"*** **(JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)**

Conforme a oficial do cartório, o discurso do Estado, não era muito convincente, por isso os moradores locais foram para a reunião com um pé atrás.

> ***"*****[...]** ***chega lá eles começaro a defendê, falá qui isso aqui é bonito, qui isso aqui é maravilhoso, sabe?! Qui realmente num tem mais verde no estado de São Paulo, por isso é qui o Parque tem qui sê preservado, todas essas conversa,*** **[...]** ***qui usam, só qui num havia nada de prático*** **[...] (SONIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

À princípio as pessoas se sentiram satisfeitas com a possibilidade de continuar com suas atividades normais e se tranqüilizaram, frente aos boatos negativos que rondavam o parque, mas, essa situação não se concretizou, por isso a indignação.

Clayton Lino nos fornece uma visão um pouco diferente, destacando a margem oposta do problema. O dono da serraria do bairro, que invadiu área do Parque e que extraía irregularmente madeira do lugar, foi um dos estimuladores do conflito:

> ***"*****[...]** ***teve vários momentos, assim, de crise*** **[...]** ***marquei uma reunião pra lá... pior besteira estratégica qui eu fiz. Cheguei lá, tava armado todo um circo*** **[...]*****. Quase me bateram... certo. Reunião pesada,*** **[...]** ***a partir daí eu falei: num faço mais reunião aqui. Eu venho e falo individualmente com cada família, mas num vô entrá na toca do lobo, prepará, afiá o dente do lobo, aí... mi entregá. Então, atrapalhou demais o processo, porque a gente tava começano um processo de discutir alguma coisa, mas aí, não,***

> ***ficou o pessoal de lá discutino*** **[...]** ***na verdade, a população de lá ficou sendo jogada de um lado pro outro, certo.*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Um jovem iporanguense, que viveu no Bairro Camargos, confirmou o jogo de "empurra-empurra" durante a reunião, afirmando que quem criou o clima de discórdia foi aquele advogado de Botucatu, envolvido, inclusive, com grilagem de terras. Ele havia comprado 300 alqueires de terra e estava loteando para o pessoal de Botucatu, favorecendo uma "invasão de pessoas" nessa região.

Esse advogado havia se unido com fazendeiros da região, que extraíam ilegalmente madeira e palmito da área do Parque, de modo a movimentar gente influente de Iporanga, para criar um "clima" ruim contra a equipe do PETAR. O jovem, ex-morador do Bairro de Camargos, informou que a situação chegou ao extremo de quererem linchar a equipe que tinha ido para explicar para a população local a situação em relação ao Parque, mas como estavam em "pé-de-guerra", não conseguiram terminar a reunião. Esse jovem analisa o resultado disso:

> ***"*****[...]** ***Aí ficou chato, porque o pessoal da cidade ficô com uma visão do pessoal do Parque e o pessoal do Parque também ficô com uma visão, entende, de uma população radical, e certo eles foram de saí, porque o pessoal, os caboclo do mato sendo influenciado por uma cara de fora, já tavam tudo lá, passando a mão, pedaço de tábua lá, qui era de serraria*** **[...]** ***tinha um monte em frente de nossa casa, lá, pra dá paulada na negada*** **[...]*****. Esse foi o primeiro impacto com o Parque*** **[...]*****."*** **(VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Esse agente social viveu toda a turbulência no Bairro Camargos com relação a proposta do PETAR e mostrou como foi o processo de aglutinação dos contrários ao Parque. O advogado de Botucatu fomentou, ainda mais, o conflito, quando adquiriu quatro motosserras e incutiu, entre os moradores, a idéia de que o PETAR, seria cercado e que eles iam ficar presos lá dentro, não iam ter mais acesso às estradas; inclusive, induziu os moradores a ratear a verba para a compra dessas motosserras. Ele se aproveitava do fato de ser advogado para manipular as pessoas humildes e sem estudo do Bairro, fazendo um verdadeiro terrorismo contra o Parque.

O jovem, ex-morador do Bairro Camargos, considera que a situação ficou mais acirrada quando chegou esse pessoal de Botucatu, pois, eles foram introduzindo a pecuária, a extração de carvão vegetal, reforçando a extração de palmito, e a partir

disso, começou a vir uma fiscalização mais forte; quem sofria, com isso, era a população local.

Esses fatos demonstram os motivos do clima ruim entre a equipe da Secretaria do Meio Ambiente e os moradores. Para piorar, a situação conflituosa acabava levando às multas, pois, a população afirmava não ter nenhuma orientação do que poderia fazer ou não, isso gerou revolta entre os moradores.

> ***"*[...] *os guarda-mato num orientava o cara onde ele podia plantá ou não* [...] *. Eu acho qui o impacto maior qui o pessoal do lugar sofreu, inclusive meu pai, era se senti robado, né, na época, e num sabê o que fazê, e tê medo de fazê as coisa, e sê incorreta, qui ixistia na época lá uma história qui se o cara derrubasse, ele fosse multado, ele num ia mais sê multado, ia sê processado* [...]*"* (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Outras pessoas acabavam se beneficiando com essa desinformação e eram, justamente, as que mais estimulavam a discórdia e essa confusão:

> ***"*[...] *essas pessoa como eu te falei, que se estabilizaram na vida aqui, qui vieram para cá sem nada, lotearam terra dentro do Parque, venderu terra dentro do Parque,* [...]*, não só dentro do Parque como pra fora, hoje são quase dono de Iporanga* [...]*. Então, realmente se fazia a cabeça do povo do lugar, pra vendê as terras ou í embora , largá as terras. Aí, eles chegavam, arrumavam a documentação e vendia."* (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Preocupado com esse problema e com o desencontro de informações, o presidente do diretório municipal do PMDB, Luiz Gonzaga Nestlehner, enviou um ofício à SUDELPA, em 28 mar. 1984, solicitando uma campanha para esclarecer a população de Iporanga sobre o processo de implantação do PETAR.

Nesse ofício, Nestlehner afirmava haver um trabalho que estava deturpando e confundindo os posseiros e proprietários de terras na região, causando confusão e descontentamento. E, ainda, dava indícios de como a discórdia estava sendo promovida e sua relação com a política local: ***"A oposição, comandada pelo prefeito do PDS, vem fazendo toda sorte de distorção sobre o assunto, colocando a população rural contra o partido e o governo."*** (NESTLEHNER, ofício, 28 mar. 1984)

Na resposta enviada pela SUDELPA, em 17 abr. 1984, o coordenador técnico agradecia a preocupação do diretório municipal do PMDB e informava que a efetiva implantação do PETAR estava incluída no plano de ação da entidade, e que o órgão não mediria esforços para tornar esse Parque um exemplo de ação integrada. Outros argumentos do representante da SUDELPA, mostravam as dificuldades para

a realização de uma ação concreta e viável de imediato, mas que a questão social não seria menosprezada pela SUDELPA, pois, pretendiam compatibilizar desenvolvimento municipal, apoio às comunidades e exploração racional dos recursos naturais.

12.3- REVISITANDO A AÇÃO DA POLÍCIA FLORESTAL

"...acho qui invés de guarda florestal, deveria tê professor florestal."
(Antonio C., depoimento, 1990)

Apesar dessas considerações, das propostas da SUDELPA e do comprometimento do governo Montoro com o Vale do Ribeira; em Iporanga, a atuação da Polícia Florestal e dos Mananciais (PFM) era vista como truculenta, anti-educativa e, em algumas situações, como corruptível. Vários casos foram citados pelos entrevistados, levando-os a concluir que havia perseguição:

> ***"*[...] *e as murta que eles fizeru já se percebeu no começo, qui num era murta... era um modo de tomá a terra, purque era murta em OTN, 90% do caboclo aqui num sabe o qui é OTN. Então, pôr uma murta de 31 mil cruzado num caboclo... qui só faz aqui pra comê... é tomá a terra do cara* [...] *e conclusão: isso aí é... um assalto de caneta em punho."*** **(VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990) (destaque meu)**

Esse mesmo morador, pequeno produtor rural, foi multado quando ajudava dois lavradores a fazerem uma roça, usando as terras de sua esposa, visando, posteriormente, a divisão da colheita; mas essas terras estavam dentro do parque:

> ***"*[...] *eu ainda reclamei pra eles, falei... olha, essa murta é muito pesada, a roça é pequena... vocês vão lá, vamu olhá direito. Não, não, não... a obrigação nossa é murtá"*** **(VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

Ele, ainda, denunciava como era feito o levantamento pelos policiais:

> ***" Eles faz à olho... ele olha lá a roça e calcula de cá de longe... num tem... eles num leva topógrafo pra medí, num levam nada, eles olham lá... é tanto... e tem quem assiná"*** **(VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

As denúncias e reclamações se estendem, demonstrando a situação de medo dos lavradores. Um dos entrevistados nos mostrou como tem visto a ação da Polícia Florestal, ele tinha feito uma roça para o sustento da família em um lugar considerado bem escondido, mas não adiantou, a PFM localizou a área e ele, sem ter o que fazer, acabou abandonando a área cultivada:

> ***"*[...] *aqui apertô dimais, muita gente tá até saindo do mato por num tê condições de ficá mai, purque eles proibiu os tipo de trabaiá, muitas pessoa ficam cum muito medo, né, eu memo. Andava déiz home armado lá, ia em casa, lá, e eu, eu, tinha hora qui eu quase perdi até o sentido, num sabia o qui eu fazia, eu achava qui eles ia me achá, ia me surrá ou ia prendê ou ia me judiá, então, eu até saí uma ocasião, andava fugino* [...] *uns tempos depois encontrava os amigo, eles dava conselho, falava: não eles só têm direito de murtá, num vão te fazê nada, então, aí eu acarmava um pôco, mai tinha hora qui eu tava pensano, eu trabaiano, sofreno, um bando de hôme desse me perseguino, eu num tô rôbano, eu priciso trabaiá, qui foi o ramo qui meu pai me ensinô, agora, aí uma pirsiguição assim, intão, eu mi sentia mal, né, mais, tudo passô e tô infrentano até hoje* [...] *num tem isperança di miorá, du jeito qui tá* [...]*"* (JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)

O vereador iporanguense, entrevistado, confirma a ação, nem um pouco educativa da PFM:

> ***"*[...] *chegô a agredí as pessoas e... agredí verbalmente senhoras com mais de 80 anos de idade, invadí casas, impurrá senhoras grávidas, com criança no braço, pra procurá palmito embaixo das cama, qué dizê, isso não ensina nada*[...] *você tem que educá o cara* [...]*, pra depois você exigí dele alguma coisa, você não pode pegá uma pessoa qui não sabe escrevê e colocá um livro na mão dele e faiz ele lê, eles têm que ensiná primeiro, pra cobrá alguma coisa* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)

Ele exaltava a sua indignação, dizendo que ***"o governo está querendo colher sem plantar",*** e continuava :

> ***"*[...] *olha, é revoltante o cara aparecê com o cacetete na mão, na porta do cara, dano grito, esbravejano, fazeno multa, 'assina aí!' e o cara assina memo, porque se não assiná, sei lá o qui vai acontecê* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)

A partir daí suas criticas mais contundentes reapareceram:

> ***"*[...] *é o método mais fácil que o atual governo de São Paulo, com as suas secretarias, acharo de resolvê o problema: matá o povo de fome ou fazê ele corrê com fome* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990) (destaque meu)

Ele retomou a idéia, mais adiante no depoimento, em forma de sugestão, entretanto, voltava às suas críticas:

> ***"*[...] *o Governo podia estipulá lugar qui o cara pudesse trabalhá, ele num precisava fugí da terra, num precisava sê mais um mendigo em São Paulo ou mais um mendigo aqui na rua* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)

Esse vereador acreditava que a ação do Estado em relação à questão ambiental devia partir da escola, ensinando desde pequenos o porquê da preservação do Meio Ambiente. Além disso, precisava um trabalho educativo junto à população, principalmente para os que estão na zona rural, de forma a orientar o

que pode e não pode ser feito, dando informações sobre o significado dessas ações. Ele até esboça algumas idéias sobre forma de atuação:

> ***"*[...] *aqui sua família já trabalhô há 300 anos, já trabalhô aqui. Nesse pedacinho você pode continuá, você num pode cortá mais árvore aí, certo* [...] *Aqui tem um rio, certo, aqui vai passá a sê preservado, de agora em diante, você faiz o seguinte, você, trabalha um pouco mais do lado, lá você tem tantos metro da margem do rio* [...]. *Isso... tem qui sê feito, isso ninguém faiz* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

No dizer de outro entrevistado, quanto aos aspectos da ecologia, ele afirmava que a parte principal ainda é o homem, pois ele acreditava que é necessário um certo equilíbrio entre o homem e a área natural a ser preservada. O vereador por outro lado, é mais incisivo quanto a sua visão de ecologia:

> ***"*[...] *eu acho qui é a maior safadeza qui tá se fazendo com o povo, os dos grandes centro, como São Paulo, é falá em ecologia. Fala-se em ecologia, mais na verdade esses cara qui grita lá no palanque, esses candidatos, fala de ecologia, na verdade eles num tão fazeno nada pela ecologia* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Quando indagado sobre os motivos que levaram à essa visão negativa da Secretaria do Meio Ambiente, um jovem artesão entrevistado, voa alto para enxergar o problema de um modo muito mais abrangente:

> ***"*[...] *tá faltano feijão na panela... isso é qui é o problema. O problema não é o PETAR, não é com a Secretaria do Meio Ambiente, o problema é o Brasil, o problema é as cidade pobre* [...]*"* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Entretanto, o jovem artesão, apesar de sua visão mais ampla do problema, reviu os aspectos da situação local e apresentou seu ponto de vista sobre a problemática da atuação da PFM, considerando que ela levava ao medo, ao desespero ou à clandestinidade; por outro lado, mostrava o avesso da moeda:

> ***"*[...] *o pessoal tá disisperado, o pessoal do mato. Aí vem o lado do desmatamento, qui num pode dismata pra plantá. O pessoal morre de medo, tem um monte de multa* [...] *qui a própria prefeitura de Iporanga tomô a frente e tá levano pra São Paulo,* [...] *e tá tentando cancelá* [...] *porque, são proprietários de um pedacinho de terra, qui desmatô* [...] *pra plantá pra subsistência e metem uma multa num cara desse, é certo?!* [...] *Existem muitos deles qui tem um papo qui tem um monte de multa e num pagam também, qui tem grandes fazendas, certo!* [...] *às vezes* [...] *nem multa num sai. Se é uma enorme de uma multa, cê leva uma multinha pequena, qué dizê, os grandes sempre, sempre, levano a melhor parte, né, e os pequenos sempre regredindo* [...]*"* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

O jovem artesão demonstrou, ainda, aspectos da situação em relação à falta de opções de emprego, como fator que levava à desesperança:

> ***"*[...] *o nível de desemprego nessa cidade tá horroroso, pai de família disisperado. Sempre eu via aí,* [...] *pai de família disisperado, endividado em bar, gente boa, sabe, botano filha de 11 ano, de 10 ano pra trabalhá de doméstica... criança abandonando escola, porque tem qui carpí roça, porque o pai tá desempregado, cortava palmito... e isso é uma coisa qui, qui tá acontecendo... e ainda tenho certeza, qui se fô do jeito qui tá, vai cada vez piorá mais."* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Clayton Lino nos mostra o outro lado da questão, mesmo porque temos que tomar cuidado, pois, as generalizações feitas podem mascarar a realidade:

> ***"*[...] *a ação da Polícia Florestal,* [...] *foi uma ação... vamos dizer, assim, de certa maneira prejudicial, do ponto de vista deles. Num dá pra culpar a Polícia Florestal, porque ela tá cumprindo a obrigação, certo. Num cabe a um policial florestal ir lá ver uma coisa irregular e não multar,* [...]*, não pode sê uma definição pessoal, dou multa ou não dou multa* [...] *É... então, pra eles a situação ainda é difícil* [...]*, mas tem qui fazê* [...] *Mude-se a lei ou tenha uma política qui defina e dê respaldo pra ele atuar diferente, se for o caso"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Quanto a questão das multas exorbitantes, Clayton colocou criticamente sua opinião no depoimento:

> ***" Absurdo! Porque nunca vão pagar. E eles não têm esse dinheiro, mesmo que quisessem, não têm esse dinheiro. Então, tô falano, é... é uma farsa, tá. Agora, aquele policial tem qui fazê isso, ele é pago pra isso, ele tem qui cumprir esse acordo... certo. Agora,* [...] *é irresponsabilidade em termos da coisa, em não ter plano pra lá, certo. E fica, assim, os técnicos ficam com medo de fazer um plano. Pra fazê o plano você precisa ir lá e involvê a população. Você precisa discutir com eles, fazê levantamento* [...]*. Tem um monte de dados qui a gente foi fazendo, foi fazendo, acumulano, mas aí vai e acerta, mas num tem nenhuma autonomia pra acertar a coisa, pra ter um plano e depois, digamos qui tem o plano prontinho, bem feito, etc. e tal, assim... quem é qui banca esse plano?... Chega na hora, os dirigentes maiores num vão, certo. Ou até é capaz de ir lá, faz um auê e depois vão andano e fica o técnico levano na cabeça* [...]*"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Como agente social de preservação ambiental, Clayton Lino, acreditava que era necessário definir uma política que levasse em consideração a situação real, não só a que se encontrava no papel, nos planos, mas, aquela que visualizava a problemática amplamente e, que, em alguns casos, pudesse até redefinir os limites do Parque, como foi feito no Bairro da Serra.

> ***"*[...] *Fizemo um estudo, tanto do ponto de vista técnico e depois fomo conversá com cada morador, falano - a nossa proposta é mudar o limite do Parque* [...]. D*epois desapropriamos esses terrenos, assim; quer dizer, pagou indenização, é pouco etc., mas pagou indenização porque o pessoal tinha esse direito* [...] *podia ser a área mais conflituosa de toda a região, né, mas por quê? Porque si sentô com os cara, fez estudo técnico decente, certo. Não partiu da coisa: é aqui o limite no rio, tá bom!?, então tire as pessoas."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

O agente ambiental colocava que apesar de existirem alguns casos isolados de problemas ambientais:

> ***"*[...] *o Bairro da Serra é um exemplo de uma convivência pacífica em níveis bastante civilizados, entre a questão social e a questão ambiental. Com isso, a mudança do limite, criou-se um limite que é respeitado* [...]*"* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Mas, não é liberação geral, afirmou Clayton Lino, é preciso verificar caso por caso, não deixar terra devoluta na mão de fazendeiro, como ocorre no Bairro Camargos, ou Ribeirãozinho, que usa um título de área limítrofe ao Parque e acaba invadindo, ou extraindo palmito, madeira, desmatando para fazer pasto.

O ponto de vista de outro morador, comerciante, sobre a atuação da Polícia Florestal vai além da constatação do abuso do poder, buscando o papel pedagógico:

> ***"*[...] *acho qui invés de guarda florestal, deveria tê professor florestal. Em vez de ele chegá e multá, eles deveriam chegá e ensiná o pessoal. Ensiná eles como plantá, né, ensiná eles o qui fazê pra podê, pra ele podê fazê derrubada e tal, como fazê pra num atrapalhá a parte ecológica; mai não, eles já chegam logo com o caderninho de multa, multano, invêis de procurá ensiná. Porque o... o lavrador, ele num é esclarecido, ele num sabe das coisa, as veiz ele tá fazendo coisa errada, mais ele tá achano qui tá certa, fazendo por inocência... vai sê punido logo de cara, porque errô inocentemente* [...].*"* (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990) (destaque meu)**

Esse comerciante iporanguense, não acreditava que a forma como a agricultura era feita em Iporanga afetasse o Meio Ambiente:

> ***"*[...] *as roças qui são feita no município de Iporanga, eu acho qui num acaba com o Meio Ambiente, num destrói a ecologia de jeito nenhum... porque, o pessoal aqui... aí nos mato, eles tem* [...] *sempre mais de 10 alqueires e eles num consegue cultivá, nem meio alqueire de chão, entende. Olha, 80% num consegue cultivá meio alqueire de chão... sobra ai uns 20% qui consegue cultivá aí de... um negócio de 1 alqueire, 2 alqueires* [...] *Então, ele tem aquela quantidade grande de mato, ele faiz, né, a rocinha dele aqui, né, caiu as árvores, aí ele planta o feijãozinho dele, pá, o arroizinho dele... A hora qui ele acha, qui aqui num tem adubo* [...]*, qui aquele pedacinho de chão tá cansado, e já num tá dano a mesma produção, ele abandona aquele pedacinho ali e pega outro, lá no canto da roça, totalmente diferente* [...]*. Quando aquela terra cansô, qui ele já tem qui mudá, porque a terra* [...] *já se enfraqueceu... Aí, aonde ele deixô anteriormente, já tá mata virge de novo, já tá capoerão, já tem uma árvore grande... e num deu problema ecológico. Então, ali já tá passano bicho de novo, já tem tatu, já tem porco do mato* [...]*. O agricultor, o qui pode dá desequilíbrio ecológico em Iporanga... são aqueles grande latifundiário, qui compra quantidade grande de terra pra fazê pasto* [...] *Então, a corda está sempre arrebentano do lado mais fraco, sempre do coitado* [...].*"* (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

Realmente, são poucos os trabalhos que se desenvolveram no sentido de educar os policiais, ou mesmo os agricultores, sobrepujando o conflito entre

preservação do meio ambiente e técnicas agrícolas, buscando harmonizar e equilibrar as ações humanas e seus impactos. E esse deveria ser o principal caminho para um processo educativo, ligado à problemática ambiental das áreas rurais existentes dentro, ou no entorno, de áreas naturais protegidas. [81]

Esse obstáculo tem que ser ultrapassado, já que se pretende tornar a questão ambiental mais próxima dos moradores locais, de modo a tirar o tema da visão negativa, presente no imaginário coletivo desses atores sociais.

12.4- SITUAÇÃO SOCIAL, TENTATIVA DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E OS ARGUMENTOS PARA A EXTRAÇÃO DO PALMITO

A argumentação usada nos depoimentos dos atores sociais de Iporanga para justificar a situação do município e a exploração do palmito, mostrava a existência de diversos problemas com o Parque, entraves burocráticos e muitos questionamentos, mas, todos esses aspectos esbarravam tanto na política local, quanto na estadual.

Os desencontros dessa política com a prática social local acabaram levando à uma instabilidade político-econômica do município, ao deslocamento da zona rural para a cidade, ou mesmo, acabavam forçando o êxodo dos jovens da área rural para outras regiões. O exemplo do Bairro Camargos demonstrava bem isso:

> ***"*[...]** ***o pessoal qui moravam lá, principalmente, o pessoal de uma faixa etária de idade de 20 à 30 anos, todos saíram de lá pra conseguí emprego*** **[...]** ***e foram, a maioria, pra Apiaí... prantá tomate*** **[...]" (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1990)**

Um pequeno produtor rural do Bairro Camargos reforçava a questão, mas, em relação à saída dos moradores, ele indagava:

> ***"*[...]** ***querem sair daqui, ir pra onde... caboclo num sabe trabalhá nem de servente de pedrêro, só sabe roçá, capiná, prantá e comê... a grande parte aí é só analfabeto, num sabe nem assiná o nome... que que esse povo vai fazê na cidade... na cidade num tem roça... o que eles vão comê, o que qui eles vão bebê... vão robá."*** **(VANDIR.S, 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

Apesar disso, o esvaziamento do Bairro Camargos tornou-se inevitável e ficou mais evidente nas falas e na situação de abandono constatada; bem distante da fartura dos tempos de outrora:

[81] Percebe-se a partir da década de 90, uma maior incorporação do discurso da educação ambiental pela PFM.

> ***"*[...] *Hoje é um bairro pobre, cê num vê atividade nenhuma, você tá indo prá lá, tá tudo parado* [...] *os qui teimaru a permanecê lá, começaru* [...] *a fazê como nômade, plantá um ano aqui, um ano ali e cada veiz mais pá dentro do sertão, vai ficá lá cada veiz mais escondido da fiscalização, aonde eu acredito qui começô a prejudicá mais ainda, quanto ao meio ambiente* [...] *vão plantano em lugares irregulares, cabeceira de água, beira de rio* [...]*" (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Um pequeno agricultor do Bairro Taluá nos fornece uma visão desanimada da situação, em 1990:

> ***"Tá feia ainda, tá mema coisa qui tava... a gente tá trabaiandinho, mais num tá fácil não... trabaiandinho, meio teimandinho, meio escondidinho, a roçadinha nos lugar mais fraco, no lugar que a capoeira é mais fina, a produção só caíno."* (JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)**

Pegando carona numa das falas da oficial do cartório, ativista do SOS Iporanga, grupo de ação social do município, ela nos remete à reflexões sobre alternativas para Iporanga, o necessário papel educativo da Secretaria do Meio Ambiente e a importância de que as ações sejam efetivas e contínuas, dando assistência técnica e subsídios para essas alternativas:

> ***"*[...] *se o camarada tem sua terra lá, ele num pode desmatá, ele só tem um pedacinho qui já tá desmatado, qui ele pode usá. Ensina ele usá essa terra, certo, em benefício próprio, pra ele, pelo menos pra subsistência dele e da família, né. Tem mais mato, vamo fazê cultura alternativa, pode prantá cacau em baixo do mato, plantá, certo, vai criá abelha ou coisa do tipo, né. Ele pode criá um peixe, ele pode plantá banana em baixo do mato. Vê?! Esses tipo de coisa, entende. Porque, assim, ele num vai si daná, certo, levano multa e um monte de coisa né, e vai aprendê a trabalhá dentro da situação* [...]*" (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Essa entrevistada, achava que alguma coisa tinha que acontecer, mas, que não podiam ficar esperando de braços cruzados, tinham que fazer coisas concretamente. Então, nesse sentido, algumas tentativas foram feitas no Bairro Camargos, quem demonstra isso é um jovem, que testou várias coisas com o pai:

> ***"*[...] *Ele num podia í embora e deixá o qui ele tinha investido ali, num tinha condição de fazê isso. E ficá dentro do Parque seria uma situação bem crítica. Bom, ele começô a tentá adaptá outras atividades, pra conseguí mantê o sítio* [...] *Hoje se ele saí de lá, ele vai saí sem nada* [...] *Ficá dentro de um, de um sistema tão complexo qui é um Parque, sem podê produzi nada. Na época ele tentô várias atividade, como minhocultura, tentô apicultura, chegô a fazê um projeto lá pra piscicultura, quando num conseguiu... fazê os tanque, porque ele tinha qui fazê um tanque na beira de um córrego* [...] *num podia..."* (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Esse jovem informava, ainda, sobre outras atividades que tentou tocar com o irmão, anos mais tarde:

> ***"*[...] *a gente não levô mais nenhuma multa, nem nada, e a gente conseguiu adaptá uma cultura diferente na região, ali no sitio, né, qui era o girassol, o qui não teve muito, mas dá, deu pra cultivá legal; é nessa região qui dava, sem causá o mínimo impacto ao Parque e... só qui não conseguimo comercializá* [...] *Depois disso a gente tentô* [...] *plantá outra veiz a banana* [...] *também não conseguimo comercializá ela, difícil, a estrada num foi mais arrumada, a prefeitura num tomô mais conta da estrada, num teve como... continuá* [...]*" (VALDECIR, 20, depoimento, 24 jan. 1991)**

Mas, eles conseguiram implantar uma atividade, finalmente:

> ***"*[...] *a única atividade qui você vê funcionano lá, dentro do Parque, é uma granja... qui foi a única coisa qui eles conseguiru adaptá dentro de um Parque, qui num vai causá impacto nenhum, qui pode funcioná legalmente, e foi só também, cê num vê mais ninguém fazendo nada mais* [...]*"(VALDECIR, 20,depoimento, 24 jan. 1991)**

Essa situação desoladora e angustiante estava empurrando a população para posturas extremadas; bom, pelo menos, essa era uma visão do vereador entrevistado, que despejava sua argumentação na forma de desabafo, afirmando que são várias famílias, com mais de seis filhos, que estão passando fome:

> ***"*[...] *Existe pessoas, aqui em bairros periférico, aqui no município de Iporanga, que tá comendo banana verde cozida, certo, qué dizê, eu... a coisa chegô ao ponto, extrema miséria, extremo disispero* [...] *tão começano a se revoltá... existi pessoa qui, inclusive, já tá falano de, de... qui vai acabá invadindo a cidade pá tirar o que comê." (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

O vereador informou, também, que numa das poucas visitas do Secretário de Meio Ambiente , ele tinha alertado para o fato e que a coisa poderia ser ainda pior:

> ***"*[...] *o disispêro leva o homem a causá coisas absurdas, a fazê asnêras grandes, inclusive alertei, pra qui ficasse atento, qui, talveiz, no primeiro verão, viesse a acontecê incêndios criminosos no município, por disispêro, não por bandidagens das pessoas, por disispêro dos mesmos, qui querem comê, eles querem trabalhá..." (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

E a justificativa para esses argumentos, ressonavam suas percepções e interpretações da problemática, nos deixando atônitos, mas é uma fala que apareceu em outros momentos do estudo.

> ***"*[...] *eles sabem qui enquanto tivé... essa beleza, essa selva, essa coisa toda aí, eles vão sê perseguido, então, talveiz eles imagine, qui o caminho mais certo é acabá com isso, pra podê deixa de sê persiguido..." (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Essa questão provocativa demonstra que é preciso compreender melhor os caminhos que levam à aceitação da injustiça ou à busca de sua superação (MOORE JR.,1996). No caso em estudo a população iporanguense tem ficado na posição de vítima ou agente contestatório, levando ao destaque das posturas extremadas,

situações de opressão (ação da PFM), ou, de outro lado as ameaças (invadir a cidade à busca de alimentos). Para o entendimento do problema é preciso buscar suas raízes, profundamente.

Na verdade, a situação de Iporanga é, apenas, um exemplo da situação paulista, ou, até, nacional. O clássico trabalho de Antonio Candido, apresentado, em 1954, como tese de doutoramento, já mostrava a situação de transformação do modo de vida da população da zona rural e a dependência, cada vez maior, que tinham das cidades (CANDIDO, 1987). Ou seja, é uma situação que não é específica da realidade iporanguense, muito menos, atual. Os fatos desvelados em Iporanga, somente, corroboram essa assertiva e contextualizam a problemática local.

Outro alerta, feito pelo político iporanguense, ao Secretário de Meio Ambiente abre-nos um assunto importante para ser analisado e discutido, relacionado ao tema de minha pesquisa, a atividade de ***extração do palmito*** (*Euterpe edulis*) [82]:

> ***"*[...] *é mais fácil, o infeliz do mato, escondê um feixe de palmito... qui custa muito pouco tempo pra ele tirá... do que ele escondê uma rocinha, qui já tá feita e ele não tem condição de escondê; se ele feiz, o guarda chegá lá encontra a rocinha* [...], *no atual momento de Iporanga, o palmito continua sendo extraído,* [...] *é como o único meio de sobrevivência deixado, embora sendo roubado, sendo ilegal, é o único meio de sobrevivência qui esse povo ainda tem* [...]*" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990***

Já houve uma época em que funcionaram fábricas regulares, que extraíam e beneficiavam o palmito em Iporanga. Essas atividades iniciaram-se na década de 50, e funcionaram alguns anos, paralisando tempos depois. Uma dessas fábricas retomou as atividades no início da década de 80, mas, foi embargada entre 1983 e 1984, quando se efetivou a implantação de PETAR. (FOTO 51)

Muitos moradores argumentavam que a fábrica era uma forma concreta de gerar empregos no município, além de organizar o processo de extração do palmito e controlar aspectos higiênicos de fabricação.

O fechamento da fábrica, a implantação do Parque e a ação da PFM levou a atividade extrativista de palmito para a atuação clandestina, marginal e desorganizada. Esse assunto surgiu em várias falas dos entrevistados:

---

[82] Nas entrevistas, e nas minhas anotações, o termo **palmiteiro**, geralmente significa o trabalhador do corte de palmito, expressão mais usada na região, outras vezes pode significar o próprio atravessador, o empresário da extração de palmito (mandatário), ao invés de nome da planta do palmito.

> ***"*[...] *então, ele já não planta, entende, então é mais fácil, sabe, ele cortá palmito, ele trabalhá por dia pra outra pessoa, fazê alguma coisa, assim, do qui se preocupá com ele mesmo, entende, ele tá lá fazendo o essencial pra ele sobrevivê, certo* [...] *pessoas qui você conversa dá impressão qui perdeu, sabe, aquela vontade de melhorá* [...]*"* (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Ocorreu toda uma alteração nas atividades de Iporanga, substituindo a agricultura de subsistência pela extração do palmito, isso é evidente na fala da oficial do cartório:

> ***"*[...] *eu tava ali com aquela mulher, veio fazê o registro da filha, trouxe um feixe de palmito, certo, e vendeu ali mesmo, certo, pra outra pessoa, certo. Porque antes ela plantava, meu; eu cheguei a comprá feijão dela, muitas vezes, certo, galinha, certo, e agora tão mexendo com o palmito, porque vai fazê uma roça num tem condições* [...]*"* (SÔNIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Outro entrevistado, também ressaltava essa situação instaurada em relação ao corte de palmito:

> ***"*[...] *o caboclo se vê na situação difícil, num tem emprego, num tem uma fábrica, num tem meio dele ganhá um dinheiro, ele se sujeita a ser ladrão, purque num tem meio de sobreviver... tem gente escondido de noite, de madrugada, principalmente um dia de chuva, o dia que eles mais gosta de cortá, purque com chuva num tem fiscalização* [...]*"* (VANDIR S., 62, depoimento, 02 fev. 1990)**

Esse entrevistado, complementou sua visão sobre o palmito, descrevendo aspectos da atividade e seus problemas:

> ***"Eles colhe da mata e cozinha esse palmito lá na mata, com água suja, com a mão toda suja, eles num sabe o tanto de droga qui põe no palmito, pru palmito não estragá. Infeliz a cidade qui compra essa porcaria* [...] *sendo qui as autoridades podia legalizá, as fábrica funcioná; qui a fábrica é uma coisa limpa, asseada, documentada, recolhe imposto, acaba com os ladrão; o proprietário direto qui vai vendê esse parmito* [...] *o sujeito tem condição de reflorestá* [...]*"* (VANDIR S., 62, depoimento, 02 fev. 1990)**

Um morador tradicional do bairro rural do Taluá, que trabalhava na agricultura, via com receio a extração palmito, ele percebia que é uma atividade de última instância, quando a pessoa já tá perecendo muito e não tem outro recurso acabam tirando palmito para seu próprio sustento, mas alguns chegam a vender. Ele mesmo não trabalha com o palmito, mas justifica:

> ***"*[...] *tenho medo de mexê com parmito, eles promete prendê se achá lidanu no parmito, então, eu passo necessidade, mais as veiz só pra comê que tiro* [...] *As veiz num tem mistura, assim, eu tiru um parmitinho pra comê. As veiz, quando o arroiz é pôco* [...]*"* (JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)**

Outro entrevistado, ex-caçador e lavrador do Bairro da Serra nos dá importantes referências à problemática do palmito e suas influências no modo de vida na área rural; desmistificando a idéia que o palmito é a solução:

> ***"*[...] *o povo vivia de suas própria lavôrinha, tudo bem, tudo mundo qui trabaiava, tinha, e depois qui entrô o corte de parmito, em veiz de melhorá, arruinô, porque no fim tá bão só pra uma pessoa ou pra outra qui, como se diz, cozinha o mantimento do parmito pra vendê; pra ele qui tá dano dinhêro, mai pro coitado, qui vai cortá no mato, num tá dano dinhêro, purque ele tá sirvindo di iscravo pra essas pessoa* [...]*"* (GONÇALO, 69, depoimento, 26 nov. 1989)**

Ééé!... mas, a vida do cortador de palmito não é fácil não, quem nos confirmou esse fato foi um ex-palmiteiro do Bairro da Serra, bastante conhecido no bairro; na sua entrevista ele descrevia as necessidades e os problemas do corte do palmito:

> ***"*[...] *tem dificuldade, é arriscado, o qui tem de palmitêro qui morreu, qui os cara bateu na cabeça e matô, outro qui quebrô a perna, cobra mordeu; aqui mesmo, morreu um rapaiz, um bom trabalhador, mordido de cobra, morto na mata, acontece tudo isso, o palmitêro tá sujeito a todas essas coisa..."* (MANOEL, 82, depoimento, 22 jan. 1991)**

Do ponto de vista econômico, esse palmiteiro demonstrava que a atividade não era rentável':

> ***"*[...] *para o palmitêro pouco dava, Isso aí... eu sei, porque eu trabalhei, confirmo, eu num ganhei nada, se eu ganhei... pareceu alguma coisa, é qui eu lutava com porcada e fazê a roça, mais do palmito eu num ganhei nada, e acho qui ninguém ganha, us qui vão pro mato. Agora, us qui luta em casa e ispera, porque aí eles ganha tudo, né."* (MANOEL, 82, depoimento, 22 jan. 1991)**

Apesar de suas considerações negativas da atividade com o palmito, esse ex-palmiteiro, reconhece que as primeiras fábricas de palmito em Iporanga foram responsáveis pelo maior movimento do município e geração de empregos.

As percepções para a questão do palmito variavam conforme o *status* na atividade, um palmiteiro entrevistado, esse já um atravessador do palmito, descreve sua visão, quando começou a trabalhar com isso e remete os conflitos para outro enfoque e encontra argumento para atividades mais prejudiciais:

> ***"*[...] *eu pensei bem i, ... puxa vida, o palmito pode sê errado, parei... mais nem, tudo qui é errado, parei, é errado realmente... i eu não condeno nada, não vejo nada de errado no palmito, porque o palmitêro qui entra no mato adentro pra cortá uma cabeça de palmito... ele vai, né, e corta uma palmeira e o carrêrinho dele só passa ele e o burro... num é como maderêra, qui vai abrindo uma estrada e derruba uma árvore de sessenta, setenta anos de idade* [...]*"* (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

Esse palmiteiro nos informou que a extração de doze palmeiras de palmito bruto, em ponto de corte, produz cerca de duas caixas, contendo quinze vidros de trezentas gramas cada, ou seja, uma média de trinta vidros. Cada cortador pode extrair, a cada dois dias, dois cargueiros representando cinco dúzias de palmito. O maior problema é que eles retiram também palmito muito fino e isso ele acredita que é errado, sendo necessário um controle.

Apesar de considerar as dificuldades do trabalho, ele afirmava que o trabalhador do mato conseguia ganhar, em média, cinco vezes mais do que trabalhando por dia na cidade.

Para o atravessador a extração do palmito, apesar de ser considerada lucrativa, não era vista como compensadora, pois ganhava-se muito, mas, podia perder muito, também; o indivíduo está sempre sujeito à multas, apreensões, estradas ruins, mal tempo, concorrência e a viver sempre com medo da polícia. O entrevistado já tentou inúmeras outras atividades econômicas, não obtendo nenhum sucesso, está no ramo de palmito, por falta de opção e por ser, como ele mesmo diz: a ***"epidemia"*** do momento em Iporanga.

Seu Gonçalo foi um dos primeiro que eu entrevistei, ele foi lavrador e caçador e mostra muito da sua compreensão da relação **palmito-mata-fauna**, dos aspectos da preservação e das reclamações em relação ao parque.

> ***"*[...] *eu intendo as coisa, eu acho qui o corte de palmito, caçada, devassa o lugar. Devassa, purque eu fui caçador* [...] *eu falo purque eu sei disso, tenho convicção do qui tô falano... Nóis ia por esse mundo afora, aí... caçá, nóis incontrava caça, e hoje em dia, devido ao devasso qui fizéro, qui acabaru com palmito, pode ir pr'esses mato aí, num tem um passarinho pra gente vê, né, a cantiga do passarinho; num tem caça, num tem nada... As caça fôro muito pra longe, purque num tem onde sobrevivê, ali. Qui eu noto é isso aí... Então, nesse ponto aí, eu num sô contra, num sô contra a floresta, não* [...] *a reserva é uma ...uma coisa muito necessária* [...]**" (GONÇALO, 69, depoimento, 26 nov. 1989) (destaque meu)**

Quando perguntado sobre os motivos de quase não se ver mais animais silvestres perto do Bairro, o entrevistado argumentou:

> ***"*[...] *isso aí é devido o palmito, ele é... ele era o modo qui os vivente sobrevivia, da fruta da Jiçara, né,* [...] *qui dava o cacho, qui dava o fruto pros bicho comê. O povo acabô com tudo, num tem mais, né. Hoje, tão cortano as parmiteirinha nova* [...]**" (GONÇALO, 69, depoimento, 26 nov. 1989)**

Ele deu exemplos da aprendizagem obtida a partir da sua relação com a equipe do PETAR, o próprio Clayton Lino esteve em reunião com eles:

> ***"*[...] *aí ele falô pra mim, pois é, agora purque nóis combatemo isso,* [...] *devaste,* [...] *devassa de mato, cortá o palmito, caçá. Purque vai chegá o tempo qui os seus filho, talvêiz, ainda tenha conhecido arguma coisa disso, mas os nossos neto vão chegá ao tempo de num sabê o qui é isso* [...]*" (GONÇALO, 69, depoimento, 26 nov. 1989)***

Os moradores entrevistados mostraram dúvidas, apreensões quanto à situação geral do município, entretanto, falaram das alternativas, das tentativas de mudanças. O lavrador do Bairro de Taluá esboçou algumas idéias para a ordenação da exploração do palmito:

> ***"*[...] *Eu achava qui numas parte eles pudia modifica a lei, né... Eles pudia istudá um jeito de... pudia até fazê prantio de parmito, se cortá o qui tivésse maduro, dexá formá os mais miúdo, né. Pudia esse tipo de lei ponhá uma orde, mantê aquela orde e o povo pudia até plantá parmito, pudia cortá, mai cortá uma parte e respeitá outra, né* [...] *seria tudo, como diz, uma produção pá miorá o lugar* [...]*" (JOSÉ S., 38, depoimento, 01 mar. 1990)***

Percebe-se que a questão do palmito tem sido colocada como crucial para a sobrevivência de Iporanga, por outro lado, permanece, ainda, no embate entre a legalidade e as necessidades. É preciso que sejam efetivadas ações concretas, que permitam ultrapassar as barreiras do conformismo, ou da simples contestação.

A problemática da extração de palmito em áreas naturais protegidas tem se avolumado em todo do VR e na região estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Guaraqueçaba, região litorânea entre São Paulo e Paraná, observando-se situações drásticas, muitas vezes ligadas ao crime organizado, como ocorre no litoral norte paranaense. Um dossiê preparado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) levantou importantes dados sobre a situação, informando sobre grupos organizados e armados, que submetem a população local ao trabalho clandestino, por outro lado, reconhecem as limitações materiais e humanas da fiscalização, por isso, propõem diretrizes para a contenção do problema.

> **"A exploração sustentada do palmito, que poderia assegurar melhor qualidade de vida para toda a população, é descartada, pois, a extração ilegal é mais barata tanto pelo desrespeito à idade adequada para o corte, quanto pela prática do roubo." (DESTRUIÇÃO..., 1995: não pag.)**

Em Iporanga a situação teve momentos desse tipo, ligado à criminalidade, visto que se explorava a pobreza e a falta de opções dos moradores, para utilizá-los como mão-de-obra barata, e necessitada. Mas, as coisas foram mudando, mesmo porque existe hoje grande dificuldade de se encontrar o palmito nas proximidades, reflexo da exploração predatória.

Esse fato coloca esse tipo de atividade econômica em segundo plano, no entanto, precisa-se enxergar o assunto pela ótica do manejo sustentável. Alguns trabalhos técnicos sobre o manejo do palmito tem sido produzidos, de modo a estimular ações visando o plantio e corte, controlados. (PATON *et al.*, 1996)

Surge nesse cenário, também, a discussão da organização da população em práticas de ação comunitária, tal como, as cooperativas de produtores, que poderiam favorecer a produção e extração sustentada do palmito. A diferença é que os próprios moradores seriam os beneficiários diretos, podendo, inclusive, facilitar o desenvolvimento de parcerias, propiciando o apoio técnico e logístico, eliminando os atravessadores e os agentes criminosos.

A questão da articulação de cooperativas de produtores rurais, no VR, já era proposta por PINHO (1964), entretanto, estamos terminando o século XX, com poucos exemplos eficientemente implantados na região. Do outro canto do Brasil, observa-se um modelo de processo de implantação de cooperativas, dentro dessa perspectiva de participação popular, como pode ser verificado no trabalho de REYMÃO *et al.* (1986), sobre a exploração do açaí, entre ribeirinhos da Amazônia.

12.5- RETORNANDO AO PETAR E À BUSCA DE ALTERNATIVAS

Retomando nosso foco para implantação do PETAR, percebe-se, em muitos dos depoimentos, que os moradores viam o Parque como responsável por todos os problemas de Iporanga. Faremos então, uma incursão por essa questão vendo os pontos-de-vista, procurando desvelar esse conflito.

O político iporanguense, mais exaltado com os problemas, dá-nos uma mostra da sua indignação com a atuação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

> ***"*[...] *num têm a mínima idéia da situação qui ela tá criano, e a mínima idéia de como saí dela. Aí eu me revoltei, quando o* [...] *representante da Secretaria do Meio Ambiente disse, qui as pessoas daqui são culpadas pela situação. Porque eles deviam continuá socano o arroz no monjolinho, certo, beneficiano o arroz no monjolo, qui poderiam continuá fazendo a farinha de milho, artesanalmente* [...]*, qui poderiam continuá fazendo a rapadura, é... com os engenho de pau, como faziam antigamente, qui isso ia atraí os turista... Eu refleti um pouco, se não fazia um gesto até mais sério, viu... mais eu disse* [...]*, fazê farinha do quê, meu amigo... de raiz de pau... Fazê rapadura de quê* [...] *socá o quê no monjolo, meu amigo, se vocês não deixam siqué plantá um pé planta* [...]*"* (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Essa revolta também apareceu no depoimento de um palmiteiro, reforçando a crença de que o PETAR não contribuía para a melhoria da situação do município:

> ***"*[...] *O prefeito não pode fazê nada* [...] *qui possa mexê com o mato e tal, sem autorização do PETAR, então, o PETAR manda mais qui o prefeito, nesse sentido... e Iporanga se doô pra eles, mais num tá recebendo nada em troca,* [...] *pelo contrário, tá sendo prejudicada com isso, porque o... o lavrador leva multa por causa,* [...] *di problema,* [...] *di roça, né, e a cidade, os turistas qui vêm,* [...] *nem aqui num chega* [...]*"* (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)**

A oficial do cartório, mais contundente, forneceu argumentos endereçados aos responsáveis do PETAR, que reforçavam essa visão negativa:

> ***"*[...] *vocêis não indenizaro, vocêis não pagaro, vocêis não fizero nada com ninguém, então, vocêis não pode pura e simplismente falá qui é Parque agora, saiam daí. Vão pra onde? Qui condições vocêis vão dá, entende; então, era esse tipo de briga* [...] *então, realmente era assim, tudo mundo qui falasse* [...]*, de preservação, Parque,... iporanguero pegô uma birra, sabe, assim tipo de uma raiva memo, né..."* (SONIA, 31, depoimento, 24 jan. 1991)**

Outro entrevistado ponderava que a preservação era importante, mas, entendia que a sobrevivência deles também era:

> ***"*[...] *todos nóis entendemo qui precisa muita preservação, precisamo conservá os bichinho qui tem aí* [...] *nem lagarto num tão matano, cabô os caçador, cabô os tiro qui tinha por aqui* [...] *não se corta madeira, não se corta palmito, não se faz nada, nela é preservado... memo.* [...] *agora chega de madrugada, aqui, nhambú canta, ninguém mata o bichinho, tamo respeitano* [...] *tamém é preciso qui us governante entenda qui nóis pricisamo sobrevivê."* (VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

E ele mesmo desabafava:

> ***"*[...] *num é possível nóis humirdemente obedecê e sê castigado dessa manêra*[...]*"* (VANDIR S., 62, depoimento, 30 jan. 1990)**

Mas tem o outro lado da história, principalmente entre os entrevistados do Bairro da Serra, que é o Bairro que mais se beneficiou com o turismo oriundo das

atividades no PETAR. A dona de um bar, nesse bairro, fez observações, quando perguntada sobre o que aconteceu com a comunidade local com a vinda do Parque:

> ***"*[...] *eu acho qui num mudou nada, a turma reclama do Parque, muitos falam, mais eu acho qui não, eu nunca sôbe, eu nunca vi, nunca sôbe qui aqui do bairro saiu, por acaso, um caminhão lotado de saco de fejão... eu nunca vi nada disso, tudo mundo plantava só pro gasto* [...]*"* (OTÍLIA, 37, depoimento, 26 nov. 1989)**

Entretanto, apesar de beneficiada diretamente pelo turismo, considerava que a solução pra Iporanga seria outra:

> ***"*[...] *deveria sê uma fábrica de cimento, né, pra empregá todo mundo"* (OTÍLIA, 37, depoimento, 26 nov. 1989)**

Essa é uma contradição bastante presente entre os iporanguenses, devido às minerações que existiram, no município, no passado, mesmo que tenham deixado pouco para Iporanga.

Um jovem morador do Bairro da Serra, filho de um funcionário do PETAR, vislumbrava, por outro lado, possibilidades e alternativas reais no turismo, mas percebia os problemas de entendimento da população local:

> ***"*[...] *por enquanto, né, o pessoal sente aquela consciência, aquela, aquele aperto, né, aquela prisão, né. Porque tanto tempo o pessoal viveram, conviveru aqui livre, fazeno tudo qui quiria, né, agora* [...] *já num pode tá derrubano mata, tal, e, então, o pessoal já si sente mais oprimido nessa parte aí. Mais, com o tempo eles vão si acostumá e assim qui começa aumentá o turismo aqui, eles vai começá a convivê melhor!"* (JURANDIR, 27, depoimento, 26 nov. 1989)**

Outro entrevistado do Bairro da Serra, funcionário do PETAR e dono de antiga pousada, rebatia a idéia de que o PETAR foi um fator negativo para os moradores de Iporanga:

> ***"*[...] *pelo contrário, o Parque vai trazê muito melhoramento pra ele, porque na tendência do, do Parque é de quem tá dentro,* [...] *eles mesmo sê o próprio fiscal do Parque, né, trabalhá e tê o emprego dele dentro do Parque. Mas, não fazê o qui eles quiria* [...]*, qué dizê, o pessoal num respeitava, derrubava* [...] *os sitiante, plantava, queimava, depois o outro ano já ia derrubá de outro lado, qué dizê,* [...] *essa liberdade num pode, num pode havê mais, né. Porque aí já tá destruindo."* (VANDIR A., 50, depoimento, 24 fev. 1991)**

Veja bem, esse entrevistado foi um dos primeiros beneficiados pela implantação do PETAR, dedicou boa parte de sua vida para o Parque, direta ou indiretamente, portanto é plausível ele ver as coisas assim, ser mais esclarecido. Ele

percebe o Parque, o turismo, como geradores de empregos e de atividades que beneficiarão o município.

Em outro depoimento, um jovem membro da pastoral da igreja e de grupo de ação social, demonstrava uma visão um pouco mais ampla da questão:

> ***"A preservação todo mundo acha qui é necessário, embora num afirmem isso, mais é exatamente purque eles, quando se fala de preservação do Meio Ambiente, eles acreditam,*** **[...]** ***todos nóis tâmo vendo isso, é... numa maneira geral*** **[...]** ***como impedimento deles continuá trabalhano na terra, como sempre trabalharam*** **[...]** ***o lavrador vai fazê, um mato baixinho aí pra cortar, pra queimá como se costuma fazê e plantá, ele é multado. Então a... a vida, né, o verde, tá sendo prejudicial nesse sentido, na visão do trabalhador, na sobrevivência do lavrador. Então, é claro qui o pessoal fica contra tudo isso em parte de... de meio ambiente*** **[...]*" (EDIVALDO, 30, depoimento, 24 jan.1990)***

O político iporanguense complementava essa idéia e afirmava que haviam aprendido a preservar com os próprios pais:

> ***"*****[...]** ***a gente aceita a preservação ambiental, nóis provamo, num é qui não aceitamo, nóis provamo qui nóis somu preservador, porque nóis temu o qui preservá, ainda*** **[...].** ***Antes de aparecê*** **[...]** ***Secretaria de Meio Ambiente em Iporanga, ninguém nunca se preocupô com nada aqui, foi o povo de Iporanga qui se preocupô*** **[...]" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)**

Quem forneceu outros argumentos foi o agente externo, Clayton Lino, que hoje pode até, tranqüilamente, afirmar **"eu me sinto cidadão de lá".** Ele faz algumas considerações sobre o papel do Parque em Iporanga, os conflitos, os exemplos no Bairro da Serra:

> ***"*****[...]** ***o Parque por outro lado, conseguiu um avanço muito grande, existe hoje, muita coisa qui foi feita, tem muito pra fazê ainda, mas tá... mesmo qui vai devagar numa época ou em outra, sei qui a coisa continua. E eu não tenho mais medo, eu acho qui é assim, o Parque é irreversível, certo, coisa qui... cê falar isso a dez anos atrás... ninguém ousaria*** **[...]** ***podia simplesmente dançar*** **[...]** ***inteiro*** **[...]*" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)***

O Bairro da Serra é o maior exemplo de implantação do PETAR e dos benefícios gerados pela presença do Parque no Bairro:

> ***"*****[...]** ***primeiro, o próprio movimento do Bairro da Serra, os turistas ,etc., segundo qui os turistas gastam, toma a cervejinha, precisa de um guia, tem... qué dizê, movimento pra economia, terceiro, lá é a fonte maior pros funcionários do Parque, então dá emprego, o Parque dá emprego. Então, esse tipo de coisa, então, eles vêem não só restrição, mas, vêm restrição em algumas coisas e benefícios em outras."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Do outro lado do vale, no alto da montanha, estava o político iporanguense, que também achava que o turismo era uma importante alternativa, mas via com muito ceticismo a situação. Na época da entrevista, o asfalto ainda não havia chegado até a sede do município.

> ***"*[...] *Iporanga tá completamente fechada nesse setor: Turismo. Num temos nada aqui, o turista vem por Apiaí, desce na caverna de Santana e volta pra Apiaí, certo; a estrada é péssima* [...] *acho qui tem possibilidade, fazê, melhorá estradas. A Secretaria de Turismo, Esporte e Turismo, nunca veio ninguém dessa Secretaria falá de turismo nessa região. Eu já tive nessa secretaria várias vezes. Por incrível qui pareça, uma veiz eu fui* [...] *falá sobre isso, num consegui falá com ninguém* [...] *fiquei treis dias em São Paulo, num consegui falá com o secretário, quando eu consegui falá com o assessor mais chegado do secretário, é... num consegui trazê uma bola de futebol pra esse município* [...]*" (WILLY, 57, depoimento, 02 fev. 1990)***

Apesar dessa visão negativa do turismo, a maioria dos entrevistados vê no turismo uma solução para o município. O ex-palmiteiro do Bairro da Serra, entrevistado, também colocou o seu ponto de vista:

> ***"Ah! Turismo é uma boa coisa, é bonito, né; acho porque se, se é uma coisa qui está ligano com o país, né, mais para o lugar aqui, pouco tem feito, deu serviço pra algum, né* [...] *não pra população toda, não..." (MANOEL, 82, depoimento, 22 jan. 1991)***

O jovem palmiteiro, da sede do município, apresentou sua visão sobre o turismo, ele é bastante interessado nessa atividade, pois quer mudar de ramo:

> ***"*[...] *se a gente não consegue vencê a correnteza, desce com ela, porque senão morre afogado... Então diante dessa circunstância eu acho qui a solução pra Iporanga... tem qui, tem e deve sê... acompanhano o meio ambiente, apoiano ele* [...] *então, a solução pra Iporanga é através do turismo... é acompanhano o turismo, indo junto com ele, caminhano junto... porque do contrário... Iporanga não cresce, Iporanga vai sê barrada e vai tê guerra o tempo inteiro e quem vai perdê com isso é Iporanga* [...] *tá na hora de abrí o olho pra essa realidade, qui tá acontecendo* [...]*" (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990) (destaque meu)***

A opinião desse entrevistado é interessante, mas jogava a maior responsabilidade para o Estado:

> ***"*[...] *uma maneira do PETAR pagá Iporanga é montano uma infra-estrutura aqui, pra recebê turista ou incentivá alguém qui tenha condições, qui tenha dinheiro... e fazê eles acreditá no turismo, pra ele montá uma infra-estrutura dentro da cidade... pra podê recebê turista de fora... aí, então a cidade será beneficiada, do contrário o PETAR não beneficia Iporanga... e nem tá ajudano..." (ANTONIO C., 30, depoimento, 31 jan. 1990)***

Dentre os entrevistados, o jovem artesão é o que tem maior interesse que o turismo e a questão ambiental caminhem juntos, na busca de soluções para o

município. Ele nos dá lições quanto à sua percepção do turismo, mas, também, delineia sobre as contradições:

> ***"*[...] *o turista, ele gosta de levá um pedacinho pra ele, né; tem muito disso. Se você vai num lugar, certo, leva um postal, se você vai em outro lugar, você leva uma foto, se você vai em outro lugar, você leva uma pedra do rio, se você vai numa caverna, qué levá um pedaço de pedra. E... ou então, levá um pedaço de madeira ou um passarinho, isso qui as vezes acontece, as pessoas querem levá essas coisas daqui... E se você tê um turismo consciente, né, eles nunca vão querê levá isso, porque você explicando pra eles qui num existe mais muitas reservas como esta, eles vão se interessá em preservá, como você qui mora aqui* [...]*"* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Além disso, esse artesão mostrava que era preciso um trabalho sério de todos os envolvidos, em destaque a própria população de Iporanga. E esse era um processo que exigiria bastante organização:

> ***"*[...] *se esse turismo chegá, a gente vai tá organizado, quando ele chegá, porque se a gente num tivé organizado, a gente num vai levá nada, certo, eles vão destruí o restinho qui a gente tem e num vai deixá nada, vão deixá só lata de cerveja e copinho plástico pro meio da rua, certo, e num vai trazê benefício em nada... Aí vem a divulgação, eu acho, talveiz seje a saída, né, de divulgá, de o pessoal querê conhecê Iporanga, sabe, querê começá a vim, aí nas cavernas. Ah! Mais que seja uma coisa direcionada..."* (NILTON, 24, depoimento, 30 jun. 1990)**

Outro agente social entrevistado, um ativista do grupo de ação social e da comunidade da igreja católica, acreditava que o turismo era uma atividade irreversível, em Iporanga, no entanto frisava que não podiam deixar a população local à margem do processo:

> ***"*[...] *Esse turismo voltado pra preservação* [...] *é necessário uma educação e é necessário qui... a gente qui tá aqui, qui o morador daqui, é... participe disso, tome parte disso de coração* [...] *A gente qué se prepará, é... fazê programações no sentido de abrí alojamentos, pensões ou coisa parecida, qui tem aqui, como restaurantes, com o pessoal do comércio, com a formação de guias turísticos, a gente estar participano.* [...] *porque a gente tá com medo que o Estado faça isso, e a gente acabá* [...] *sendo marginalizado, jogado pra fora da história... a gente num qué fica aqui como atração turística, qué participá disso tudo* [...]*"* (EDIVALDO, 30, depoimento, 24 jan.1990) (destaque meu)**

Em relação à atuação do Estado, o próprio agente de proteção ambiental forneceu reflexões para uma avaliação geral da situação e teceu suas críticas:

> ***"*[...] *a questão é qui o Estado é muito emperrado, por exemplo, cê passa muito tempo fazendo orçamento e chega no fim do ano e não deu em nada aqueles orçamentos, bastava ter economizado aqueles dias de trabalho dos técnicos, todos qui ficaram fazendo o orçamento, qui dava mais dinheiro do qui o que vem no fim do ano."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Ele considerava que o Estado precisava desburocratizar, não ficar fazendo levantamento nas comunidades que não vão dar em nada:

> ***"Agora, o Estado abandona; então, mais uma vez o pessoal dos bairros serviu de cobaia pra pesquisa, certo. Os dados daqui um ano estão completamente desatualizados. De novo, perdeu-se tempo, encheu-se o saco do pessoal de lá, mais uma vez criou expectativa qui não atende, etc. Então, é uma irresponsabilidade. Eu acho que tinha qui tê uma certa autonomia maior na questão de tocar o Parque e trabalhar com a cidade, e seriedade nisso. Então, não adianta dizê: é prioridade pra Secretaria do Meio Ambiente o PETAR, sendo que*** **[...]** ***no fim do mês tem cinco mil cruzados pra custo, certo. Então, qui prioridade é essa, ou, então, cê assume de ir lá fazê um trabalho com a comunidade ou cê pára no meio. Então, isso dificulta muito*** **[...]** ***o pessoal tem razão de não acreditar no governo*** **[...]** ***Então, isso explica muito a dificuldade de se trabalhar no Vale do Ribeira, porque eles têm uma história*** **[...]** ***em termos de... do abandono, da falta de credibilidade qui os órgãos tiveram, enfim."*** **(CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

Mas, ele não parou por aí, Clayton Lino afirmava que as ações para melhorar a situação de Iporanga tinha que envolver vários setores. Em **primeiro** lugar as próprias lideranças locais:

> ***"*****[...]** ***existe muita divisão política local*** **[...]** ***se fosse uma comunidade, no conjunto, qui tivesse... trabalhasse de maneira integrada, eles conseguiriam vencer isso, mas é uma coisa muito difícil de acontecer, teria que ter uma liderança local forte, qui não fosse representante de um grupo ou de outro, fosse uma coisa mais ampla, conseguisse integrar mais essas coisas, não sei quando é qui vai aparecê isso lá*** **[...]*****" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

O **segundo** setor seria do próprio governo, municipal e estadual, que deveria investir efetivamente, dar um impulso inicial para criar um ciclo econômico positivo, quebrando barreiras econômicas e psicológicas.

> ***"Falta investimento da própria cidade e também falta capital, certo. Falta investimento do governo do Estado, na melhoria de estradas, no apoio pra hotel, pra coisas do tipo assim*** **[...]** ***seria, assim, um marco que aí depois você começa um ciclo positivo de economia, uma coisa puxano a outra*** **[...]*****" (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)***

A iniciativa privada seria o **terceiro** segmento a ser envolvido, que poderia investir no turismo, serviços e outras alternativas econômicas para o município, como indústrias não poluentes.

E finalmente, o **quarto** setor, que já deveria estar envolvido, são os usuários do Parque e freqüentadores de Iporanga, os turistas, os espeleólogos, os pesquisadores, entre outros, que precisam ter um compromisso maior com o problema, maior engajamento, de modo a reverter a situação:

> ***"*[...] *então, é preciso ter coisas assim, ter uma preocupação maior também dos próprios espeleólogos, de ampliar essa relação, tanto à nível pessoal... de, tá lá usano a terra dos caras, etc.* [...] *como à nível de informação... Pouca gente ainda se dedica, e o pessoal qui vai para visitar a Santana* [caverna]*, às vezes vai quinhentas vezes prá lá, não conhece ninguém, a não ser os livros. Não deixou nada na região* [...] *Então, qué tê um paraíso só pra si, mas num tem nenhuma responsabilidade com esse paraíso, então fala: ah! incentivar o turismo, ah! não sei o quê* [...]. *Esquece qui tem gente qui depende disso."* (CLAYTON, 37, depoimento, 21 fev. 1990)**

O conjunto de setores envolvidos e os investimentos feitos poderiam ser formas de pressionar o governo à conduzir melhor o planejamento e as estratégias de atuação na região, ou poderiam estimular mais pessoas a se envolverem e favorecer a realização de ações diretas e concretas no município.

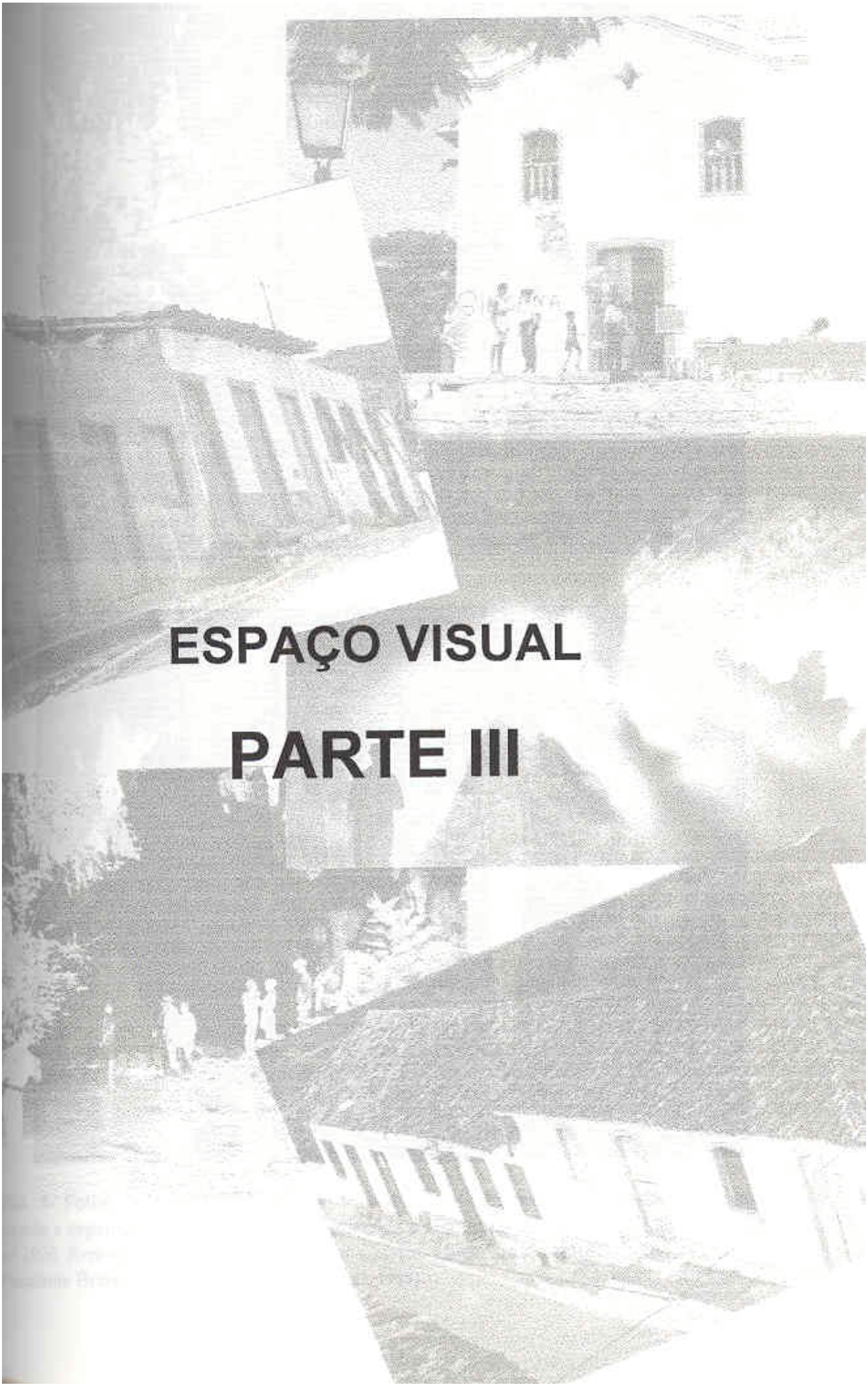
Essas percepções do problema, apresentados nos depoimentos, demonstraram a complexidade da situação e que não podemos ver com simplismo as questões colocadas. Não podemos, também, ficar em uma visão polarizada, do tipo: quem está certo ou quem está errado. Os aspectos elencados mostraram os vários lados do problema, entretanto, vários depoimentos "forçavam a barra" em generalizações freqüentes, mas indicavam poucas saídas, destacando-se mais a constatação dos problemas e as denúncias.

Por outro lado, as sugestões apontadas são interessantes e demonstraram com clareza que os atores sociais envolvidos percebiam a problemática e visualizavam os caminhos para contornar esses problemas.

Aprendizagens, essas, que foram geradas nos processos de interação, nos conflitos e nas convivências entre os agentes, que encenaram essa história e que continuam à construir a realidade e o cotidiano de Iporanga.

Por isso, acredito não ter sentido falar em Educação Ambiental, como algo genérico, como pílulas da salvação. É preciso, sim, aperceber-se da compreensão das complexidades, das representações, das percepções, sem deixar de refletir sobre as constatações do trabalho realizado, do contrário tudo seria falso.

Esse é o fenômeno pedagógico extraído dessa experiência, que traz, mais do que soluções fantasiosas, traz referências para aqueles que julgam que a vida em sociedade implica, continuamente, em ensinar e aprender, e, nessas trocas, percebe o processo educativo em construção; percebe a vida fluir, com mais justiça social.



ESPAÇO VISUAL

PARTE III

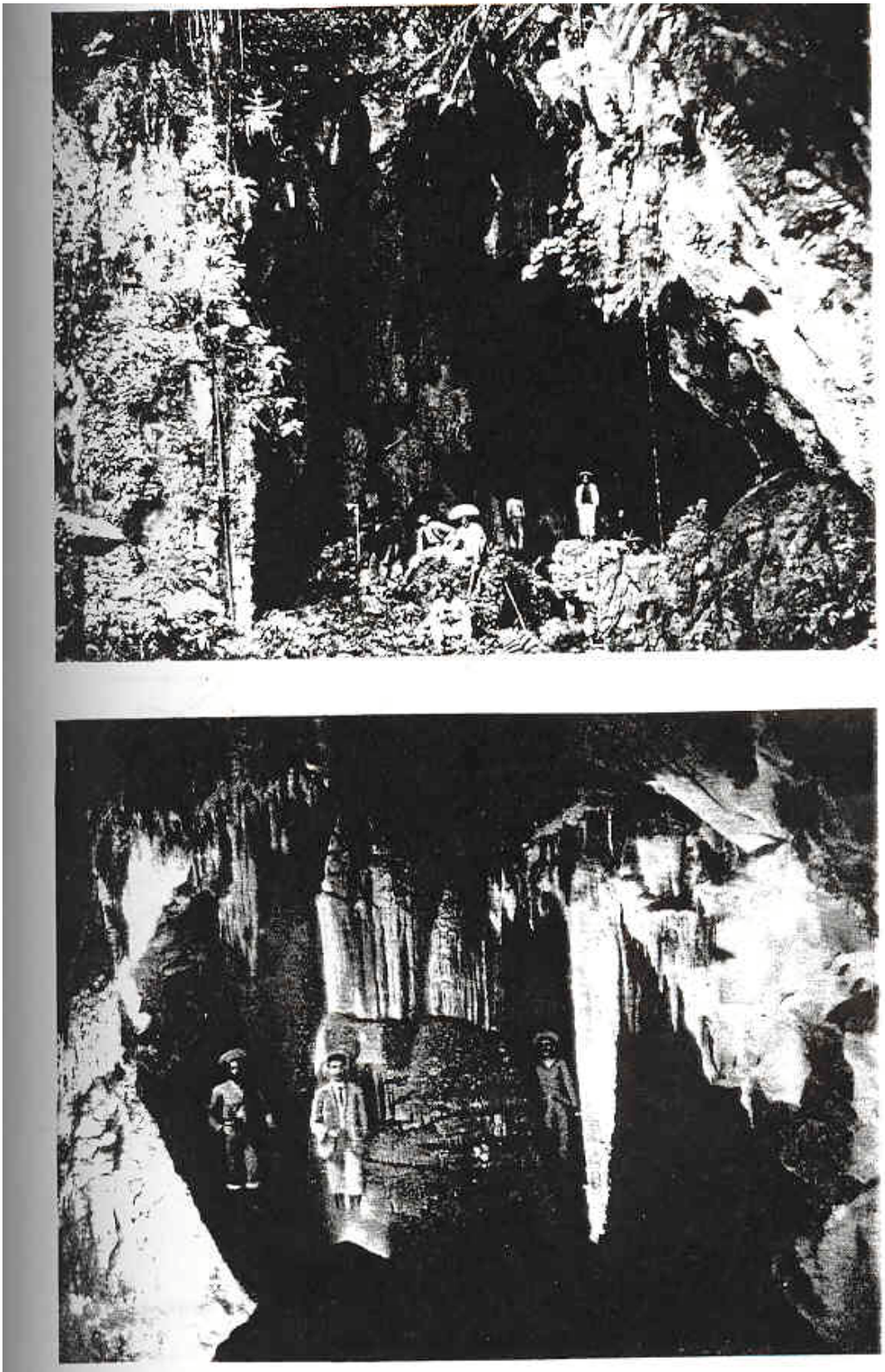


FIG. 9- Fotos de cavernas, feitas por Ricardo Krone (pioneiro da espeleologia paulista), durante a expedição da Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (CGG), em 1906. Reprodução fotográfica feita por Clayton Lino para ilustração do livro "Cavernas: o Fascinante Brasil Subterrâneo" (FONTE: LINO, 1989)

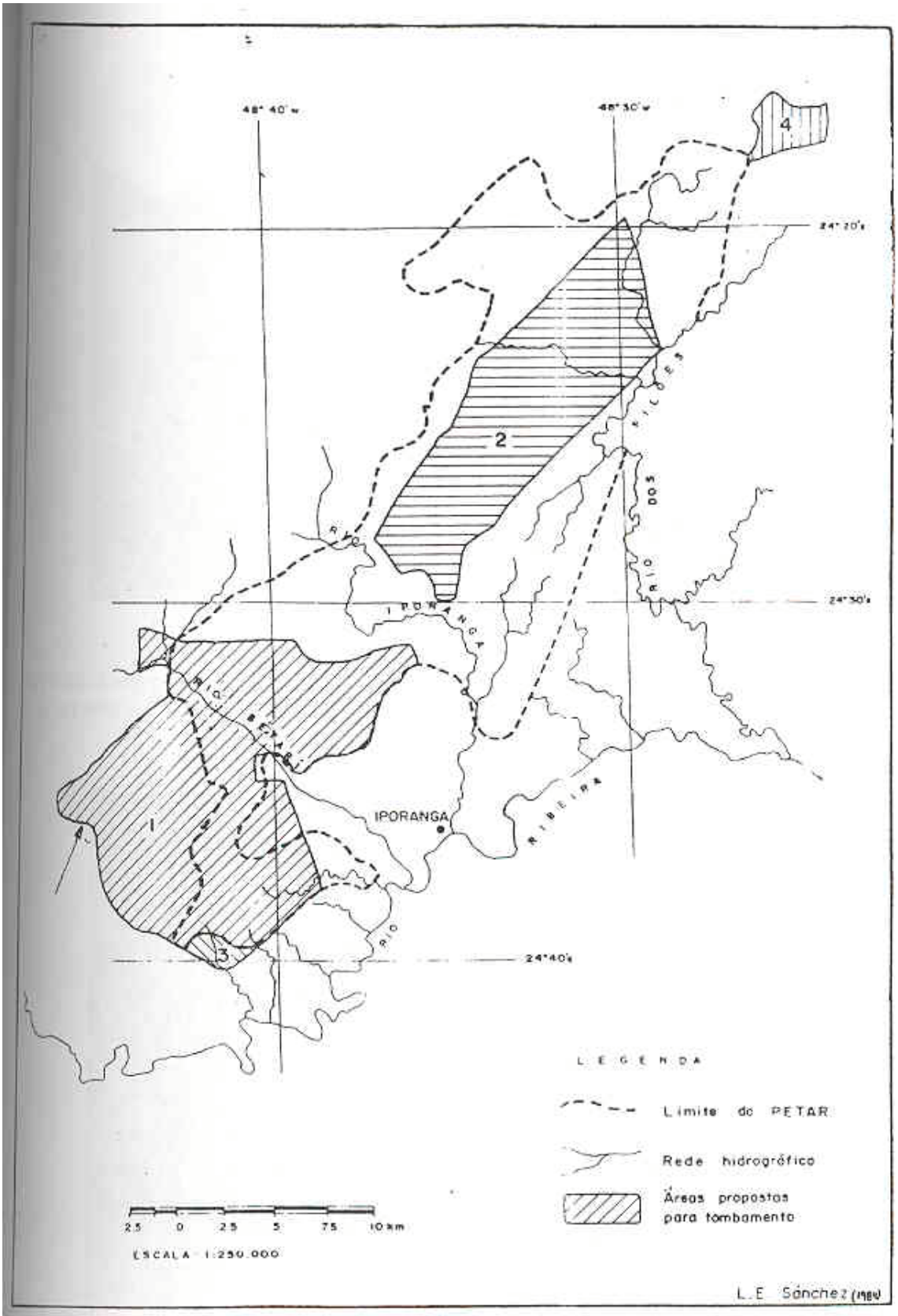


FIG. 10- Mapa da nova área proposta para o tombamento do PETAR, envolvendo quatro regiões distintas do Parque. (FONTE: SÁNCHEZ, 1984)



FOTO 28- Vista panorâmica do núcleo urbano de Iporanga. Aspectos gerais da área tombada (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1991)



FOTO 29- Vista da fachada da Igreja Matriz e área de entorno, na praça central de Iporanga. (RENÉ DE SOUZA, jan.1991)



FOTO 30- Aspectos gerais da área tombada, com destaque para o casarão da rua Pedro Silva, usado como espaço público de múltiplo uso, circundado por casas em ruínas. Ao fundo, no alto, o novo prédio da prefeitura. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1991)



FOTO 31- Vista das casas na área tombada, em destaque lampião Belga, originalmente funcionava à óleo de baleia. (RENÊ DE SOUZA, jan.1991)



FOTO 32- Vista dos telhados e fachadas das casas tombadas em Iporanga. Destaque para as telhas tipo meio cilindro, ou meio cone. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1991)



FOTO 33- Vista geral de casa em estado bastante precário de conservação, localizada na área do tombamento, próximo à Praça da Matriz. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 34- Detalhe de casa "tombada", literalmente, bem próxima da Praça da Matriz de Iporanga. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 35- Cotidianos de Iporanga. Vista da fachada do único casarão, remanescente do período imperial. Prédio público de múltiplo uso (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1990)



FOTO 36- Cotidianos de Iporanga. Várias gerações da família Corrêa. Em destaque, ao centro, seu Honório, na época com aproximadamente 100 anos, D. Eugênia com 90 anos e sua filha D. Flauzina, dona de pensão e mercearia local . (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jun. 1990)



FOTO 37- O mestre da banda Lira Iporanguense, seu Benjamim Lisbôa, na época com 89 anos, um dos primeiros prefeitos e memória viva de Iporanga. (RENÊ DE SOUZA, jan. 1991)



FOTO 38- Presidente da Câmara dos Vereadores, Willy Werner Nestlehner, tradicional politico local. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1990)



FOTO 39- Luiz Gonzaga Nestlehner, politico local; fundador da Sociedade Amigos do Município de Iporanga (SAMI), do Instituto do Vale do Ribeira (IVAR) e do SOS Iporanga; iporanguense preocupado com a questão da preservação ambiental. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1990)



FOTO 40- Nilton, jovem artesão do município, membro do SOS Iporanga e do EGAL, em atividade, preparando peças para uma exposição de artesanato municipal. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1990)



FOTO 41- Clayton Ferreira Lino, importante agente de proteção ambiental, que participou de etapas do tombamento da cidade e do processo de implantação do PETAR. Aqui, aparece nos fundos de sua casa, finalmente, restaurada. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1994)



FOTO 42- Casa-Museu restaurada por Clayton Lino. Ponto de encontro dos que lutam pela preservação do Alto Ribeira, ou lugar para o simples prazer de prosear, falar sobre Iporanga, sua gente, sua memória, e, ainda, viajar pela história de cada peça dessa casa. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, out. 1997)



FOTO 43- Moradores da zona rural de Iporanga (Bairro Camargos), entrevistados em sua moradia. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 44- Morador da zona rural de Iporanga (Bairro Taluá). Na entrevista falou sobre a problemática do Parque e sua revolta com a situação. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 45- Seu Pedro Sá, artesão do Bairro da Serra. Mora na região da ressurgência do córrego Alambari, próximo à Caverna Alambari de Baixo. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1992)



FOTO 46- Nhô Jeca, morador da zona rural de Iporanga (Córrego Soares), próximo de sua plantação foram descobertos alguns abismos. (ZÉLIO AUGUSTO V. FIGUEIREDO, 1991)

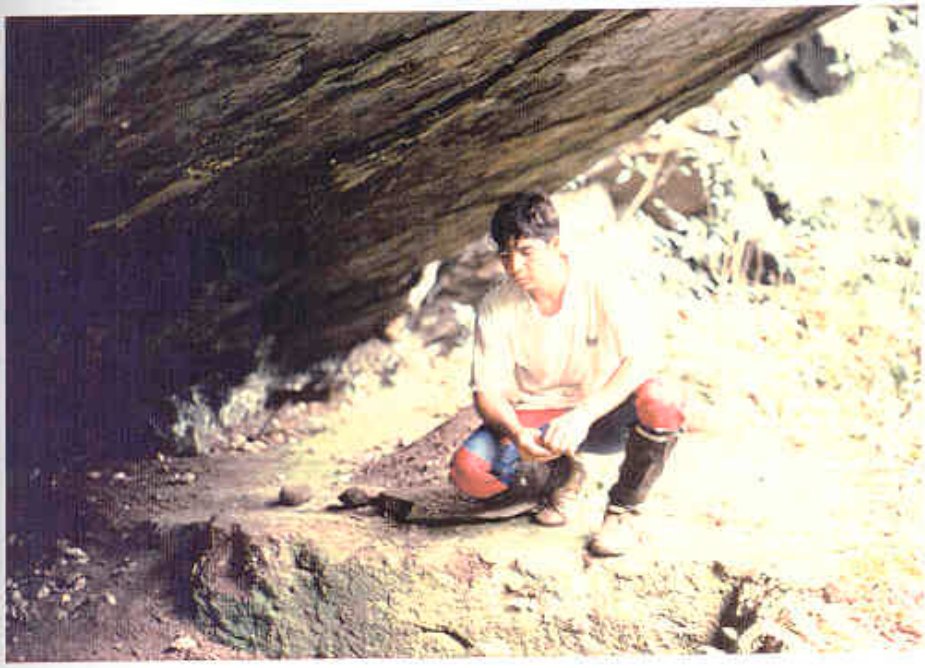


FOTO 47- Valdecir, jovem morador envolvido com a atividade espeleológica e ecoturística. Aqui, reconhecendo aspectos da prospecção arqueológica feita no Abrigo Maximiano (PETAR). (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, mar.1990)



FOTO 48- Estrada Eldorado-Iporanga, antes do asfaltamento, situação bastante precária, principalmente, nas épocas de chuvas. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1992)



FOTO 49- Estrada Eldorado-Iporanga, após asfaltamento, continuava precária, em virtude dos processos erosivos e da má construção. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1995)



FOTO 50- Ponte sobre o Ribeirão Iporanga, no Bairro Camargos, próximo ao PETAR. A construção está localizada em região de densa Mata Atlântica, ligando "nada a lugar nenhum". As obras dessa estrada foram embargadas, pela SUDELPA, em 1983, gerando polêmicas. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, fev. 1990)



FOTO 51- Prédio da antiga fábrica de palmito. Na época da foto estava abandonado, hoje abriga a Fábrica Cultural, um misto de museu e espaço de lazer e cultura. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 52- Realização de evento cultural, "Gincana União", organizado pelo SOS Iporanga e o GESMAR, palco montado na Praça da Matriz. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan.1990)



FOTO 53- Excursão espeleológica à Caverna Casa de Pedra, promovida, em conjunto, pelo GESMAR, o EGAI e o SOS IPORANGA, com jovens de Iporanga, visando divulgar esse tipo de atividade e o potencial turístico do município. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, fev. 1990)



FOTO 54- Atividade de levantamento fotográfico, realizada em parceria EGAI-GESMAR, na região da Serra do Manduri. O envolvimento de jovens iporanguenses com a atividade espeleológica, demonstrou a busca de alternativas de trabalho e lazer, e o seu engajamento com os rumos do município. (LUIZ AFONSO V. FIGUEIREDO, jan. 1991)



FOTO 55- Treinamento de técnicas verticais no único viaduto da cidade, preparação para prospecção espeleológica em novos abismos encontrados na Serra do Manduri. Na foto estou dando instruções para o presidente do EGAI da época (Valdecir). (ANÔNIMO, jan. 1990)



FOTO 56- Atividade de Ecoturismo, na região da Caverna Água Suja (PETAR), promovida por integrantes do GESMAR. (RENÊ DE SOUZA,1990)



FOTO 57- Hora do lanche e "parada total"!! Atividade espeleoturistica, promovida pelo GESMAR, realizada com acadêmicos da Fundação Santo André, no Núcleo Santana do PETAR. (RENÊ DE SOUZA, 1990)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Vejo-a, Iporanga,
rodeada pela serra e pela mata,
cortada pelo Ribeira, envolta numa
névoa tênue do espaço/tempo* [...]*"

(Wanderley Negrão da Silva, 1997)

OS ENFOQUES E AS APRENDIZAGENS

> **"[...] participação não é somente uma conquista, mas, também uma reconquista diária[...]"** (Pedro DEMO, 1985)

Chego ao final desse estudo propondo um retorno ao Alto do Morro da Coruja, lá me reencontro com enfoques pesquisados e percebo que eles se interpenetram, numa íntima relação entre natureza e cultura, implantação do PETAR e Tombamento da cidade, preservação e desenvolvimento.

As práticas sociais decorrentes do processo de efetivação do PETAR e do Tombamento de Iporanga, ressaltaram a dimensão educativa ao longo dessa trajetória de ações preservacionistas e demonstraram que apesar da não explicitação pedagógica do movimento social que se instaura, ele acaba por produzir diversas aprendizagens.

Os caminhos que me levaram a essa compreensão cruzam com os de GOHN (1992), quando a autora discute o caráter educativo dos movimentos sociais:

> **"Falar da experiência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por meio de técnicas e instrumentos do processo pedagógico." (GOHN, 1992:17)**

A problemática ambiental e os conflitos sociais advindos da implantação do Parque nos levaram a escavar as relações entre representantes da população local e os técnicos dos órgãos de proteção ambiental, aqui no caso, membros da ETRN, da SUDELPA, cuja equipe seria, posteriormente, incorporada ao Instituto Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O mesmo vale para as relações entre a equipe do CONDEPHAAT e o processo de tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico de Iporanga.

O fenômeno pedagógico desvelado nessas relações sociais, nos seus momentos de distanciamento e aproximação, permitiu um melhor entendimento do processo, mesmo que em alguns momentos tenha ocorrido de forma dolorosa,

principalmente, quando se pensa nas práticas visando a proteção da sócio-biodiversidade

Os conflitos desnudados permitiram perceber que aos poucos a oposição com relação à preservação ambiental e cultural, em decorrência das práticas sociais de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, foi sendo transformada, à medida que as aprendizagens levavam à compreensão de que é possível desenvolver o município sem deixar de preservá-lo.

Por isso, um trabalho de educação ambiental em uma região como a de Iporanga não teria muito sentido, ou pelo menos ficaria secundarizado, se não estivesse associado à discussão das alternativas econômicas, das estratégias para a sobrevivência e dos caminhos possíveis. Esse novo enfoque deve passar, necessariamente, pela aproximação dos atores sociais, identificando formas de desenvolvimento pautadas na preservação do patrimônio natural, da cultura, e, principalmente, dos protagonistas que fizeram parte dessa história de conflitos.

O processo de implantação do PETAR, como exemplo do que ocorre nas demais Unidades de Conservação, guardou-nos, igualmente, importantes aprendizagens, com relação à questão da proteção ambiental e das interações entre as populações circunvizinhas e o Parque.

Verificou-se no caso de Iporanga semelhanças com o que acontece, em geral, no Brasil, cujo modelo implantado de área natural protegida tem seguido os mesmos moldes norte-americanos, iniciado em meados do século XIX, que não previa a ocupação humana, para possibilitar a criação de vastas extensões de “natureza selvagem”. Isso justifica porque a legislação brasileira é, predominantemente, preservacionista, não aceitando a presença humana dentro de Unidades de Conservação (UCs). (GONÇALVES, 1992:189-195)

É preciso, pois, romper com esse **“mito da natureza intocada”**, bastante discutido por DIEGUES (1993, 1994 e 1999). Esse autor demonstra em suas reflexões sobre o tema, que a forma como as UCs têm sido implantadas, mal planejadas, geram muitas vezes conflitos e o rompimento com as relações

harmônicas que, anteriormente à UC, existiam entre as populações tradicionais e as áreas naturais.

Ao contrário do que era propagado por algumas entidades ambientalistas, que afirmavam que a presença de populações humanas em Parques levariam à destruição desses patrimônios naturais, DIEGUES nos coloca que:

> **"[...] para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. Isso não implica numa visão bucólica dessas comunidades, que muitas vezes são obrigadas a 'burlar a lei' usando de forma inadequada os recursos naturais das áreas protegidas para assegurar sua sobrevivência." (DIEGUES, 1993:34)**

Além disso, DIEGUES (1993) afirma que essa visão de intocabilidade das áreas naturais promove a expulsão dessas populações, um **"abandono forçado"** da região, levando-as a viver em condições totalmente adversas, que com a depauperação acabariam sendo empurradas para a moradia em favelas.

Em outro trabalho, DIEGUES & NOGARA (1994) fizeram um estudo de caso no município de Parati-RJ, mostrando a percepção da população local para as transformações na região do Saco do Mamanguá, cuja área havia sido incorporada, parcialmente, em uma grande Unidade de Conservação. E faziam uma análise crítica da relação que se criou entre a população local e os visitantes, oriundos das áreas urbanas:

> **"Na maioria das vezes, é uma usurpação de espaços coletivos, habitados por populações com grande tradição de saber e fazeres, patrimoniais, em benefício de um mito moderno que favorece as populações urbanas que usam o Parque para passear, se divertir [...]" (DIEGUES & NOGARA, 1994:161)**

Essa situação leva ao conflito, visto que as populações tradicionais não conseguem compreender por que eles estão sendo excluídos, negados pelo Parque, e que, ao mesmo tempo, permita-se que os turistas visitem e se deleitem dessas áreas naturais (DIEGUES, 1999:92-93). Essa visão de natureza intocável é, vista por DIEGUES (1999:86), como uma forma de recuperar o mito do "paraíso perdido". Além disso, essa idéia é muito própria das populações que vivem nas metrópoles, que sofrem, continuamente, em ambientes altamente poluídos e degradados.

Gera-se, então, uma dicotomia entre os que propõem que as áreas protegidas sejam desabitadas, pois, para esses qualquer presença humana pode ameaçar ou comprometer o ecossistema, e do outro lado, as populações tradicionais, ou primitivas, cujas representações demonstram que, ao contrário,:

> **"[...] existe uma simbiose entre o homem e a natureza, que se manifesta tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais quanto no campo simbólico." (DIEGUES, 1999:91)**

Por outro lado, DIEGUES (1999) afirma que novas correntes do ambientalismo já tem visto a questão de outra forma, pois verificou-se que a manutenção da diversidade biológica possuí íntima relação com o respeito à diversidade cultural, das áreas em que estão inseridas as UCs.

Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para que não vejamos a questão só pela ótica da dicotomia forçada, **população X parque**, pois, essa concepção esconderia a complexidade do tema. Existem diversas variáveis envolvidas, relacionadas com a situação de cada lugar, a trajetória de implantação da Unidade de Conservação, o envolvimento das populações no jogo de interesses associados.

Na mesma direção vem o caso de Iporanga, que apesar das suas peculiaridades, parece ser um problema crônico com vários exemplos pelo Brasil, possuindo, particularmente, diversas similaridades em todo o Vale do Ribeira.

Não devemos encarar a população local como vilã, muito menos como "coitadinha", mas como cidadãos e protagonistas da história local, que ficaram a mercê do poder público e dos especuladores, às vezes como joguetes, às vezes condescendes, é verdade, mas, na maioria das vezes descrentes de todo o processo e das possibilidades reais de benefícios que a UC possa lhes trazer, muitas vezes, por conta da ineficiência do Estado em gerir os problemas.

Enfim, devemos vê-los, em sua maioria, como pessoas apegadas à localidade, em íntima relação com aquele ambiente, talvez lhes falte subsídios para realizarem atividades de menor impacto para as UCs, em que estão inseridos, talvez lhes falte alguém que os ouça e que realmente queira trabalhar em conjunto.

Observou-se que existe a necessidade de compatibilizar a população com o Parque, já que o processo foi tumultuado, e que essa harmonização favoreceria, como na situação de Iporanga, a diminuição dos conflitos, implantando uma proposta menos fictícia e mais adequada à realidade local.

Devemos entender os atores sociais tradicionais como parceiros, cuja presença na UC pode facilitar a conservação da área natural em questão. Ao mesmo tempo, devemos debater amplamente e rever o conceito de reservas naturais ligada a noção de vazio demográfico, tal qual DIEGUES (1993) questionou, e CARRIL (1995:181) reforçou, em seu trabalho sobre a situação de populações negras do Vale do Ribeira.

Verificou-se que os atores sociais entrevistados redescobriam-se a medida que relatavam e representavam suas percepções e concepções da problemática. Essa oportunidade de descrever aspectos que vivenciaram diretamente, ou que simplesmente tomaram conhecimento, levaram-lhes à reflexão daquilo que havia sido subtraído de seu cotidiano. As coisas lhes pareciam distantes, pois, como afirma MOSCOVICI (1978:64), elas aconteciam como se não existissem nelas.

Mas, é preciso que sejam tomados os devidos cuidados ao se analisar as representações da população local para os conceitos de desenvolvimento e preservação, pois, não são percepções homogêneas, apesar de convergirem para pontos em comum, conforme observamos nas falas dos entrevistados.

De acordo com MOSCOVICI (1978:65) cria-se uma tensão no âmago de cada representação, pois, ao representar algo o ator social também se representa. Assim, um fato, um povo, uma instituição, uma situação, ao serem representados nos **"...conduz a repensá-los, a reexperimentá-los, a refazê-los à nossa maneira, em nosso contexto"** (MOSCOVICI: 1978:64).

Estudos feitos pela UNESP/Bauru, por meio do seu Campus Avançado no Vale do Ribeira, mostraram aspectos das concepções dos moradores das áreas rurais quando comparadas com as das áreas urbanas dessa região:

> **"Ao contrário dos ribeirinhos, o citadino possui uma visão imediatista. Por outro lado, a idéia de preservação, tanto em um grupo, quanto em outro, não se aproxima daquela defendida pelos ecologistas." (NASCIMENTO JUNIOR *et al*., 1996)**

Esses autores consideram que não houve maior devastação ambiental na região, não porque existia uma consciência preservacionista, mas porque possuíam um modo primitivo de trabalhar a terra.

Observou-se, nesses estudos, que a existência de restrições ambientais e o aumento do turismo, acabou estimulando parte dos moradores tradicionais da área do Parque, ou limítrofes, a imigrarem para as atividades de guia de cavernas ou trilhas ou mesmo para o trabalho de construção de alojamentos, visando receber os praticantes de atividades ecoturísticas (GOTTARDO *et al*.,1996); tal como ocorreu em Iporanga, principalmente, no Bairro da Serra.

Em Iporanga, constatei que o trabalho feito pelo órgão de proteção ambiental, relacionado com a identificação dos atores sociais, foi muito lento; sendo assim, muito difícil implementar ações eficazes, já que elas dependiam do grau de relação da população local com o Parque, o seu envolvimento com a região, o tempo de moradia, os impactos causados pelas atividades econômicas e, também, da identificação rápida daqueles oportunistas, que depredavam o meio ambiente e manipulavam os moradores tradicionais a seu favor.

Em seu trabalho sobre políticas públicas e a questão da sustentabilidade para o Vale do Ribeira, SEKIGUCHI (1997) traz à tona os sérios problemas que são recorrentes na região e que dificultam a implementação de uma proposta de desenvolvimento sustentável, entre eles:

> **"[...] a desarticulação de políticas publicas setoriais de diferentes níveis de governo; a resistência de grupos de interesse políticos e econômicos que dominam a região; a elaboração e implementação de propostas muito distanciadas das vocações sócio-econômico-ambientais da região e dos interesses efetivos da população local." (SEKIGUCHI, 1997: 410)**

Essas questões foram explicitadas no estudo de caso que fiz em Iporanga. Evidentes, também, foram os distanciamentos causados pelos conflitos, pelas posturas radicalizadas nos lados "opostos" do processo, população versus agentes de proteção ambiental.

Do ponto de vista das ações do Estado, vemos que a percepção da relação entre os posseiros e os Parques ficou mais transparente, como foi evidenciado no relatório final do governo Montoro, o qual concluiu que:

> **"[...] os direitos dos habitantes originais de um Parque devem ser respeitados, na medida em que isso não traga prejuízos ao meio ambiente, pois não há outro lugar onde essas pessoas possam se instalar./ Quem deve sair dessas regiões são os grileiros e os interessados em depredar a natureza. Os habitantes dos parques podem inclusive servir com agentes fiscalizadores, garantindo que o meio ambiente seja preservado e colaborando nas pesquisas científicas com seu conhecimento da natureza local" (SÃO PAULO, 1987:122-123)"**

Esse tipo de ação foi pouco expressiva, principalmente entre as populações que moravam dentro do Parque, indicando a necessidade de implementar um plano de manejo que não negue a existência de moradores nos Parques e não fique preso no preciosismo da legislação, que tem se mostrado inadequada, ou então, que vá de encontro ao muro da burocracia, a fim de desobstruir a disseminação de ações conjuntas com a população local, favorecendo a multiplicação e o envolvimento.

FONSECA *et al.* (1990), entretanto, criticam a marginalização à que, ainda, têm sido submetidos os ocupantes de áreas naturais protegidas, que são ignorados pelos instrumentos que criaram essas UCs, e isso tem levado à expulsão:

> **"[...] das populações, na medida em que a ação da Polícia Florestal, fazendo cumprir a legislação, tolhe suas atividades, impedindo-a de se reproduzir e desrespeitando seus direitos, gerando conflitos sociais." (FONSECA *et al.,* 1990: 504-505)**

Enquanto DIEGUES (1993:3/25) afirma existir uma tendência internacional de valorizar a presença de moradores tradicionais no seio das UCs, incorporando-os nas atividades preservacionistas, existindo alguns exemplos positivos esparsamente distribuídos pelo Brasil, por outro lado, BRITO (1998:219) considera essa questão da permanência ou não das populações no interior de uma UC, como um **"falso dilema"**, já que não existem comprovações científicas suficientes sobre a existência de relações harmônicas, com exceção às populações indígenas.

Apesar dessas controvérsias, observa-se, em relação à situação do próprio PETAR, o envolvimento de moradores locais em suas atividades, principalmente, os do Bairro da Serra, que mantêm o menor nível de conflitos com o Parque.

Outra importante experiência desenvolvida com a população local, nessa mesma região, se deve às atividades do Parque Estadual de Intervales, UC limítrofe ao PETAR, onde os moradores, que eram extrativistas e depredadores, foram incorporados nas ações de manejo, pesquisa, fiscalização, educação ambiental e ecoturismo (LEONEL *et al.*, 1992 e OLIVEIRA, 1993).

Isso reforça a necessidade de serem elaborados instrumentos mais eficazes de planejamento, visando o manejo adequado das UCs e sua relação com a população local. Além disso, DIEGUES & NOGARA (1994) demonstram a importância de uma mudança radical na ótica de planejamento do manejo dessas áreas naturais, de modo a torná-lo um instrumento democrático, que se baseie nas:

> **"[...] percepções e valores que os grupos sociais têm do mundo natural, da importância dos processos naturais e não de princípios imanentes aos próprios ecossistemas." (DIEGUES & NOGARA, 1994:174)**

Contribuindo para essa discussão, SERRANO (1999: 111-13) afirma que é necessário uma maior interação entre o Estado e as instituições da sociedade civil na gestão das áreas naturais protegidas; mesmo porque, a visitação das UCs possui vantagens que extrapolam a mera obtenção de renda a partir da cobrança de ingresso, em contrapartida, é preciso ter clareza, também, dos impactos negativos decorrentes do turismo na UC.

Nesse rumo, tenho afirmado, em vários trabalhos, que é necessário garantir um processo de aproximação consciente entre os técnicos dos órgãos públicos, os ambientalistas, os usuários das UCs e as populações locais, visando minimizar o conflito disseminado de que preservação é incompatível com o desenvolvimento (FIGUEIREDO, 1991b,1994,1996, 1997c e 1997d; FIGUEIREDO *et al*,1992).

Entretanto, deve-se ter como parâmetro de desenvolvimento, aquele que permita a melhoria da qualidade de vida, a manutenção da cultura local e níveis adequados de sustentabilidade social e ecológica.

Mas, a qualidade de vida não deve ser vista somente pela ampliação da capacidade de consumir valores urbanos, ou na simples verificação de números e indicadores. Deve estar associada à relação entre ter-amar-ser, como nos indica

ALLARDT citado por HERCULANO (1998:81), sobre o conceito que vem sendo difundido pelos países escandinavos, no qual se busca uma harmonização entre as condições materiais de sobrevivência, respeitando a inclusão social e a necessidade de reconhecer-se e integrar-se, relacionando com as pessoas e grupos,.

Além disso, DOMINGOS (1997:iii) confirma que a questão da qualidade de vida tem ganhado novos espaços de discussão, deixando de ser hegemônicos os aspectos sócio-econômicos, trazendo para o destaque os aspectos valorativos e os conceitos de coletividade e cidadania.

Em relação à realidade do VR, percebeu-se, durante essa caminhada, que a questão do desenvolvimento, da preservação e da melhoria da qualidade de vida passavam, necessariamente, pelas trilhas do turismo. E o turismo, particularmente em Iporanga, não podia ser visto pela lente do turismo convencional.

Quanto à superação do atraso regional do VR por meio do desenvolvimento turístico, AZZONI (1993:45) considera que a demanda potencial não é uma condição suficiente para isso, entretanto, demonstra que a real geração de emprego e renda no VR depende da atividade turística, visto que: **"[...] o turismo não é apenas viável na área, como também crucial para o seu desenvolvimento."** (AZZONI, 1993: 44).

No caso de Iporanga, particularmente, o turismo deve promover uma aproximação entre o patrimônio histórico-cultural e o patrimônio natural e, simultaneamente, promover mudanças nas visões meramente mercantilistas da atividade turística, que ainda predominam no município. Mas, para que isso ocorra de forma adequada é preciso atentar para o que MENDONÇA (1996) destacou em suas reflexão sobre a falsa oposição entre turismo e meio ambiente:

> **"[...] uma população pode participar da economia do turismo, estar em contato com os visitantes e até melhorar sua qualidade de vida, sem dissolver-se como cultura. Mas isso só será possível se essa população participar ativa e não passivamente do processo." (MENDONÇA, 1996:23)**

Mesmo em relação ao processo de tombamento da cidade, vimos o turismo aparecer como importante fator de desenvolvimento local e motivador da preservação do patrimônio cultural de Iporanga. Entretanto, os rumos tomados,

conforme foi visto neste estudo, levaram a um afastamento dessa relação entre a existência de um rico patrimônio histórico-arquitetônico, e mesmos os aspectos da cultura iporanguense, e as possibilidades da organização e ampliação da atividade turística no município.

É preciso, pois, compreender o que está por trás dessa problemática, a fim de extrairmos mais algumas lições. MENESES (1996), informa que é preciso olhar com o devido cuidado para essa questão e faz a seguinte ressalva, quando discute a questão do "direito a cultura", considerando-a como "direito à diferença".

> **"O turismo, se respeitar esta dimensão plural da cultura, poderá ser fonte fecunda de renovação; caso contrário apenas facilitará, mascarando-a, a pasteurização exigida pelo mercado" (MENESES, 1996:92)**

Por outro lado, CARVALHO (1996: 109) nos faz atentar para o fato de que o "**patrimônio histórico não deve ser visto apenas como um recurso econômico turístico**". Ele destaca os prejuízos desse tipo de visão:

> **"A destruição da história dos centros urbanos e a sua reconstrução submetida à funcionalidade do capital é traduzida num espaço onde há enorme perda de signos importantes para a realização da essência humana" (CARVALHO, 1996:107)**

Assim, é preciso compreender o turismo fora das concepções tradicionais, que, normalmente, acaba tendo um papel alterador das culturas e destruidor dos patrimônios. O fenômeno turístico tem que promover o espaço para a consciência coletiva, tanto para a população local, que é protagonista direta dessa historia, quanto para os agentes externos, que buscam obter uma compreensão do significado do patrimônio histórico-cultural na trajetória daquela localidade e sua representatividade no âmbito nacional. Conforme CARVALHO (1996):

> **"O turismo, o ir além dos lugares de vivência cotidiana, pode possibilitar a construção dessa cidadania, na qual o homem não será mais limitado por fronteiras impostas por razões que negligenciaram as premissas do desenvolvimento humano". (CARVALHO, 1996: 101)**

Entretanto, é preciso compreender a forte ligação entre a preservação do patrimônio histórico-cultural e o patrimônio natural, com vistas ao desenvolvimento da atividade turística. Nesse aspecto, PELLEGRINI FILHO (1997), em sua tese de livre-docência, traz importantes recomendações e analisa a questão do

planejamento, buscando com isso um **"relacionamento saudável de ecologia, cultura e turismo"** (PELLEGRINI FILHO, 1997:12). Esse autor faz algumas considerações sobre o tema e sua relação com os modelos de desenvolvimento sustentável.

> **"Tanto nos casos de bens naturais quanto nos casos de bens culturais, procuramos realçar a importância de se atentar para a `preservação ativa`, que conceituamos como: a conservação de bens naturais e culturais, dando-se-lhes ao mesmo tempo uma função conveniente, com soluções adequadas ao desejado progresso; portanto, implicando ao uso adequado de atrativos da natureza e da cultura porém evitando-se ou minimizando-se prejuízo a eles ou sua perda." (PELLEGRINI FILHO, 1997: 12)**

O interesse maior, de acordo com PELLEGRINI FILHO (1997), em preservar o patrimônio natural e cultural, deve partir das próprias coletividades, antes mesmo do turismo em si. Ele aponta como justificativas para a perda de bens patrimoniais no Brasil:

> **"[...] a falta de educação ambiental e a falta de conscientização a respeito da memória nacional, tanto na população quanto em autoridades públicas. Para estas, especialmente, será necessário esclarecer a respeito de noções como ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentado, vantagens políticas advindas da aprovação e do cumprimento de legislação que preserve o meio ambiente natural e o artificial, vantagens políticas advindas do incentivo à produção cultural em nível municipal (concursos infantis, festivais, excursões ecoculturais na própria cidade ou em seus arredores, valorização da história local/regional etc.) Parece-nos obvio que as atividades propriamente de turismo viriam como conseqüência desse trabalho de base". (PELLEGRINI FILHO, 1997:140)**

Notícias de jornais e depoimentos de moradores iporanguenses chamavam a atenção para a poluição dos rios, como conseqüência da rede de esgoto mal implantada, a deterioração do conjunto arquitetônico e ironizavam o fato de uma cidade apresentar atratividade turística e estar poluída, ou com seus casarões à ruir, e, mesmo, se o turismo não poderia piorar essa situação. PELLEGRINI FILHO (1997) faz uma análise sobre esse tema, propiciando algumas reflexões:

> **"Quanto ao turismo ser destruidor e poluidor, trata-se de uma imagem negativa mundialmente corrente; e correta. Ressalvemos, entretanto, que ele não é o único nem o maior poluidor ou destruidor. Como corolário, podemos perceber que é possível mudar essa imagem negativa; basta haver vontade política e disposição de rever o item custo/benefícios; em projetos de setor, também adotar a decisão de privilegiar o turismo brando e evitar o turismo de massa - este sim, o real poluidor e destruidor". (PELLEGRINI FILHO,1997:144)**

Um outro aspecto que é preciso não perder de vista, e que é a maior premissa do turismo sustentável, foi trazido à tona por PELLEGRINI FILHO (1997):

“[...] compete aos agentes profissionais considerar a importância social de beneficiar as populações radicadas em núcleos receptores, que de modo algum devem ser prejudicados em favor dos visitantes.” (PELLEGRINI FILHO, 1997:144)

E isso foi muito bem descrito nos trabalhos de LINO (1976a, 1976b e 1978b), nos quais foi feita uma amarração entre o potencial turístico do patrimônio cultural e natural e as alternativas econômicas para o município de Iporanga.

O estudo que realizei permitiu uma melhor compreensão do papel educativo dos técnicos, dos agentes do Estado e dos agentes externos, mediadores ou não das práticas sociais decorrentes das ações do município. Do ponto de vista mais específico, com relação ao PETAR, pôde-se perceber uma proximidade entre as ações de José Epitácio Passos Guimarães, nas décadas de 50 e 60 e as ações de Clayton Ferreira Lino, nas décadas de 70 a 90, que, embora em épocas diferentes, tiveram um papel que extrapolou a função técnica e de representantes do Estado.

Clayton Lino, mostrou-nos suas reflexões quanto aos erros cometidos, os altos e baixos do processo, mas, também, ressaltou o valor do crescimento dos agentes locais, com relação à compreensão da importância da interligação entre a preservação e o turismo, que ele há muito tempo já havia vislumbrado como alternativa para o Alto Ribeira. (LINO 1976a.)

Hoje, como membro do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Clayton Lino e os agentes que formou, colhem doces frutos das suas persistências, talvez não como gostariam, mas, uma construção decorrente das ações concretas, das relações sociais e das aprendizagens decorrentes da pedagogia dos conflitos.

A situação em Iporanga está se revertendo lentamente e isso ficou claro ao se promover um desvelar do conflito, o processo fugiu da tentação de escondê-lo. A medida que o conflito aflorou, em toda sua nudez, pode ser rediscutido e analisado.

O fenômeno educativo advindo da análise do conflito permitiu compreender as percepções, as resistências, e fornecer elementos para a difícil tarefa de limpar nosso “modelito urbanóide” de preservação ambiental. Para isso, deixou-se de lado a lógica unilateral para avizinhar-se da prática interativa do “ouvir para ser ouvido”.

Esse processo de reeducação promoveu um repensar das ações e a aproximação dos atores sociais que constróem a realidade iporanguense, fornecendo elementos para desenvolvimento de uma proposta de educação ambiental pautada no caminho das sociedades sustentáveis.

Percebe-se, ainda, que as políticas públicas implementadas esbarraram nas concepções técnicas, na morosidade burocrática, na desarticulação inter-secretarias e nas divergências com a população local.

O discurso contrário à preservação ambiental, surgiu em torno desses desencontros. Quem se apropriou com maior intensidade desse discurso foi o poder público local que, associado aos especuladores, mantinha o controle sobre a situação de Iporanga, pois, enquanto a região estivesse abandonada, melhor seria para a manutenção desse poder. Enquanto isso, ficavam na cômoda posição de questionar o governo Estadual, dizendo que ele não investia na região. Essa postura não mudou nem mesmo quando a prefeitura estava em gestão situacionista.

À medida que esse discurso se disseminava e confundia a população local, deixava-os à mercê de posturas inescrupulosas. Percebeu-se, também, que a visão desenvolvimentista predominava, visto que muitos afirmavam que a solução para Iporanga seria a instalação de uma indústria ou a realização de grandes empreendimentos no município, como as propaladas Barragens do Ribeira.

Existem diversos exemplos brasileiros que provaram que, ao contrário, essas atividades acabam por acelerar o processo de exclusão social, como o caso do Pólo Cloroquímico de Alagoas, muito bem analisado por LIMA (1984), que poluiu a Laguna Mundaú e modificou totalmente a vida dos pescadores artesanais que ali viviam, comprometendo sua cultura e sua qualidade de vida.

Deve-se aplicar a energia em outro rumo, investindo na conservação ambiental como estratégia para o desenvolvimento. O turismo, o artesanato, a indústria de transformação caseira e a agricultura alternativa podem ser os caminhos para que isso se concretize.

Entretanto, com relação ao artesanato, deve-se superar os conflitos advindos da presença das áreas naturais protegidas, para que o morador local não veja nesse tipo de atividade algo que será lesado. GARAVELLO *et al.* (1998: 106) estudou as representações de artesãos do VR e verificou que os mesmos mostravam-se desanimados com as restrições ambientais impostas à eles e tendiam a procurar novas atividades, principalmente, entre os mais novos, filhos de artesãos.

Paralelamente, como militante dos movimentos sociais que se engendraram na realidade iporanguense, vivenciei as práticas sociais que dão a base à uma proposta de Educação Ambiental, voltada para a construção coletiva de ações e para a promoção da participação popular. Isso levou-me à algumas reflexões.

Tenho percebido uma grande confusão causada pelo uso excessivo dessa denominação, **Educação Ambiental**. Em nome dessa tal "educação Ambiental", tem-se cometido várias "atrocidades pedagógicas", distanciando a discussão de algumas questões básicas: Que concepção de educação se está falando e se está propondo? Em que contexto esse processo educativo ocorre? Que ambiente é esse e em quais condições ele se encontra? Que relações se estabeleceram entre a sociedade e o seu ambiente? Que educação não ocorre em algum ambiente?

Observa-se que esse discurso caminha bastante truncado e, muitas vezes, de forma incorreta. A adjetivação, **ambiental**, adicionada ao termo educação, acaba mascarando um processo bastante complexo, desviando a discussão da necessidade de se repensar a educação e os seus métodos, como um todo. É preciso, então, que ao se propor uma prática sobre outra prática já existente, que se esforce por recriá-la, fugindo aos modismos e "lugares-comuns". Nesse sentido, Paulo FREIRE faz um importante questionamento, quando nos lembra que ao se repensar um pensamento já existente, deve-se ter em mente que:

> **"...nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto." (FREIRE,1984:17)**

Percebe-se que a temática ambiental tem ganhado cada vez mais espaço nos últimos anos, sendo, inclusive, referida na última constituição brasileira; promulgada

em 05 de outubro de 1988, no título VIII - da Ordem Social, capítulo VI - DO MEIO AMBIENTE, no qual o artigo 225 diz que:

> **"Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." (PARANÁ, SEDU,1990:15)**

E ainda no parágrafo 1º. coloca como incumbência do poder público, assegurar a efetividade desse direito, sendo que um dos itens é:

> **"VI- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente." (PARANÁ, SEDU,1990:15)**

Entretanto, a constituição federal não acenava nenhum caminho para que se pudesse viabilizar ou assegurar o que estava proposto neste item, deixando margem para inúmeras controvérsias e simplismos, tal como o discurso sobre a criação de mais uma disciplina no currículo escolar. A partir de 1997, o assunto retornou aos espaços políticos, em virtude do processo de implementação da **"Política Nacional de Educação Ambiental"**, aprovada em 1999, mas, ainda, envolto em discórdia.

É preciso, pois, identificar a educação ambiental como uma educação política, no sentido de promover o processo de produção de uma identidade política e cultural, visando, tal como afirma DEMO (1985:4-6), a formação de uma consciência social, para além do caráter meramente contestador, mas, que favoreça a participação como conquista e reconquista diária.

Nesse sentido, REIGOTA (1995:28) coloca que o desafio da educação ambiental é sair do confinamento ingênuo e conservador, em termos biológicos e políticos, e propor alternativas sociais que levem em consideração as complexas relações humanas e ambientais. Ele ressalta a seguinte idéia como princípio norteador da educação ambiental :

> **"[...] é uma educação política, fundamentada numa filosofia política, da ciência e da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social [...]" (REIGOTA, 1995:61-2)**

Partindo dessas conceituações retorno ao caso iporanguense, no qual destacaram-se algumas questões: como promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, se são poucos os trabalhos que têm estimulado, ou ampliado, o

reconhecimento da realidade de Iporanga? Quais são as opiniões da população local com vistas à uma proposta educativa, e o que as escolas e os espaços educativos do município tem realizado, ou podem realizar?

Como podemos falar de conscientização pública para a preservação do meio ambiente em um município, dos mais preservados do estado, e cuja população se diz, ao mesmo tempo, responsável por este estado de preservação e contrária ao modelo de proteção ambiental implantado pela política de meio ambiente do Estado?

Outra questão importante é que, na maioria das vezes que se propõe o desenvolvimento de um projeto de educação ambiental para as comunidades próximas à áreas de restrição ambiental, a educação ambiental aparece como um "remédio" que se deve dar a essas comunidades de forma a "curar" o distanciamento dessas com o seu meio ambiente.

Essa postura, ainda muito comum, é uma visão centralizadora que transfere ao técnico ou pesquisador, que atua na área, o poder de ser o dono da verdade. Faltam, ainda, trabalhos alternativos que propiciem a análise crítica dessas formas de encaminhamento, que afastem os agentes de educação ambiental dessa posição.

Percebe-se, também, a necessidade de se realizar mais pesquisas com as comunidades, de modo a levantar o conhecimento que elas possuem sobre o seu próprio ambiente, seu relacionamento e o histórico de sua utilização, até como subsídio para o desenvolvimento posterior de projetos; ou ainda, de se partir de projetos de pesquisa em educação ambiental, como indicador-orientador dos caminhos para implantação de novas Unidades de Conservação, ou mesmo, para o manejo das UCs já existentes.

Os trabalhos de BERNARDES & MARTINS (1988), BRASIL/SEMA (1988), PÁDUA & TABANEZ (1997), DIEGUES (1999) e SERRANO (1999), entre outros, demonstram alguns aspectos sobre o assunto, tais como críticas às formas de encaminhamento do processo, alternativas, propostas de atividade turísticas e/ou subsídios à elaboração de projetos de educação ambiental voltado para as populações que moram próximas de Unidades de Conservação.

Tenho refletido sobre a questão do ecoturismo e manejo de UCs e suas relações com a Educação Ambiental, demonstrando a importância da participação popular no processo de gestão das áreas naturais protegidas (FIGUEIREDO, 1997b e 1997c). Com relação ao manejo turístico de cavernas, mais especificamente, a experiência desenvolvida no Alto Ribeira levou-me a enveredar pela discussão sobre a situação da visitação de cavernas brasileira (FIGUEIREDO, 1998).

De outro lado, a possibilidade de realizar um estudo do tipo etnográfico permitiu ampliar minha visão, possibilitando-me tornar agente de aproximação dos diversos atores sociais na realidade de Iporanga. Procurou-se, a partir disso, realizar diversas ações relacionadas com o resgate cultural e atividades sociais de integração, como a organização de eventos (FOTO 52)[83], o estudo de árvores genealógicas, a documentação e a formação de acervo fotográfico, entre outros.

Foram, também, realizadas diversas atividades de integração, promovidas conjuntamente entre a entidade que faço parte (GESMAR) e entidades locais interessadas na questão da preservação ambiental e no turismo (SOS IPORANGA e EGAI), que visavam a estimulação de jovens do município a se interessar por essa temática, entre elas: caminhadas, levantamentos espeleológicos, exposições fotográficas, curso básico de espeleologia, treinamentos de técnicas verticais (descida e escalada de ambientes usando equipamentos), entre outras atividades. (FOTOS 53 à 55)

A instalação do Centro Histórico e Turismo de Iporanga, em 1991, foi o ponto alto do processo de articulações, proporcionando a implantação de um espaço múltiplo, visando resgate da memória local e a criação de atrativos para trazer os espeleólogos e os turistas, em geral, até a sede do município.

Pelo GESMAR continuamos nossas atividades de cunho educativo e ecoturístico, envolvendo novas pessoas com a problemática do Vale do Ribeira, muitas dessas atividades procuravam estimular estudantes universitários a descobrir

[83] As fotos de 52 a 57, apesar de tratarem de aspectos apresentados nas Considerações Finais, foram colocadas no item **Espaço Visual-Parte III**.

um vasto campo de atuação profissional, extremamente interessante, unindo, inclusive, o útil ao agradável. (FOTOS 56 e 57)

Também, foram desenvolvidos diversificados trabalhos para a formação de agentes multiplicadores (FIGUEIREDO, 1994 e 1997b). Entre eles, o curso de capacitação de professores, realizado em 1992, cujo enfoque principal foi subsidiar a discussão sobre a relação entre Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Outra ação importante, realizada em 1995, foi o curso de treinamento para a formação de monitores ambientais, entre jovens do município, interessados nas atividades ecoturísticas; um trabalho considerado pioneiro no Estado de São Paulo. (MARINHO *et al*.,1997).

Essas atividades, e as discussões que vinha fazendo, foram o ponto de partida para a estruturação da Seção de Educação Ambiental da SBE, cuja oficialização ocorreu, ainda, em 1992, propiciando uma maior discussão sobre a difusão da espeleologia e a formação do espeleólogo, preparando-o para o trato das questões ambientais de modo mais amplo. (FIGUEIREDO, 1991b, 1997a e 1998)

Ressalta-se, regionalmente, a existência de estratégias, visando o desenvolvimento, interrelacionadas com a questão turismo e meio ambiente. Entre essas ações, deve-se ressaltar a implantação, a partir de 1995, da “Agenda do Ecoturismo do Vale do Ribeira”, organizada por órgãos estaduais e o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ribeira (CODIVAR). (VEIGA & ROMÃO, 1998:178). Esse processo ocorreu de forma bastante pertinente às definições das **“Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo”**, que foram implementadas, por meio de um convênio entre a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), da Secretaria de Meio Ambiente e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da UNICAMP. (SÃO PAULO, CEAM, 1997)

Assim, chegamos ao final desse trabalho, tendo clareza das limitações, mas, também, percebendo que a proposta inicial foi se moldando à minha trajetória de pesquisador; no entanto, antes que se tornasse saga inacabada, fechei as cortinas para poder curtir a efervescência dos bastidores.

Pretendia fazer um estudo mais completo, mas acabei selecionando parte do material para essa pesquisa. A intenção era a análise do desenvolvimento de uma pesquisa-militante, entretanto, restringi-me à riqueza do estudo de percepção ambiental e das representações do discurso: preservar (versus) desenvolver, contrapondo com a implementação de políticas públicas de proteção ambiental e histórico-cultural; um caminho que mostrou-se estimulante e compensador.

Em Iporanga ainda estão abertas as portas para a reflexão das experiências que protagonizei nesse período, quando os conflitos estavam mais acirrados e as distâncias entre os atores pareciam intransponíveis. No Alto Ribeira participei e registrei diversas experiências (FIGUEIREDO, 1996 e 1997d), mas, elas ainda carecem de um aprofundamento sobre a questão das potencialidades e dos impactos socioambientais do turismo; do manejo das Unidades de Conservação, tendo sempre como perspectiva a gestão participativa e o papel educativo dos movimentos sociais. Talvez, essa seja uma excelente oportunidade para a retomada das práticas de educação ambiental e ecoturismo nessa região.

Percebo que, se inicialmente tinha muito forte a questão da preservação das cavernas, da natureza, hoje tenho fortalecido o trabalho de preservação dos agentes que constróem a teia de interações em Iporanga e, ao mesmo tempo, a história que se desenrolou nesse contexto socioambiental peculiar. Um ambiente que nos uniu em torno da sua preservação e da busca de alternativas socioeconômicas a partir das próprias experiências da população local e das aprendizagens decorrentes.

Esse processo faz parte de uma das lições das cavernas, assim como aquelas brindada poeticamente por MELO NETO (1986:12), em sua **"A Educação pela Pedra"**. Lições, essas, que aprendi a decifrar, para além de "**[...] sua carnadura concreta"**, só que, ao contrário das securas sociais do sertão nordestino, estava mergulhado nas águas da sua humanização, desvelando-se como algo mais do que o prazer de freqüentar o peculiar e obscuro ambiente das cavidades naturais, desnudando-se como produção social e construção cultural do conceito de educação ambiental.

Enfim, se esse trabalho acadêmico termina após sua defesa pública, os resultados proporcionados colocam “lenha na fogueira” da militância, cuja atuação, numa linha participativa, leva à uma dinâmica produção, que promove e redimensiona constantemente as ações. Essa foi outra grande lição tirada dessa vivência, desse processo de construção coletiva.

Descobriu-se que os bons resultados obtidos, em alguns momentos, nas experiências promovidas, e a identificação de uma visão mais integrada dos conceitos de preservação e desenvolvimento, só ocorreram por ter havido uma aproximação crítica dos atores sociais, mas ainda existe muita trilha a ser percorrida.

Encenar essa novela pedagógica, que é a vida cotidiana, permitiu extrair importantes aprendizagens, fruto das práticas e relações sociais, que edificaram o processo educativo.

A empatia e, porque não dizer a relação afetiva, que se construiu, marcou-me como pessoa e como pesquisador; permitiu, também, um crescimento mútuo. Teve momentos em que eu pude iluminar a atuação e visualizar toda a trajetória, seja nas suas vitórias, nos obstáculos, nos erros cometidos, ou nos conflitos deparados.

Isso é muito importante para a construção de uma linha de pesquisa na área de educação ambiental que respeite as pessoas envolvidas no processo, em fluxo contínuo, e que apreenda e aprenda com elas, que convivem diretamente na realidade local, forjando o fenômeno pedagógico que se processa.

Os resultados relacionados às interações com os agentes locais estão nos trabalhos citados, outros em aberto para novas pesquisas. Espero, por essas trilhas, ter iniciado a minha contribuição para o desenvolvimento de trabalhos de educação relativos à preservação ambiental e cultural, que pretendam realizar-se entre as classes populares e que estejam preocupados com reflexões político-ideológicas das práticas das entidades e dos agentes no campo da Educação Ambiental. Espera-se, ainda, que esse caminhar promova uma revisão constante de nossas posturas como **educadores** e de nossas visões como seres humanos.

NOS ALTOS DE IPORANGA

CONTEMPLO SUA GENTE E SUAS PAISAGENS

Essas andanças por Iporanga acabaram me levando à mais uma subida ao alto do Morro da Coruja, na qual proponho-me a fazer um balanço geral da experiência. Lá a brisa me estimula e me leva a perceber nitidamente as relações entre a paisagem e a história, dando formato à essa cidade do Alto Ribeira.

Vejo o Ribeira fluir impassível aos apelos iporanguenses. Em suas águas viajaram sonhos, promessas e intenções. Em suas margens, mais do que contemplação, vivemos esperanças, mas, também, ações concretas; observando com nitidez o papel de cada um.

Muitas das antigas casas já ruíram, dá pra notar isso; muito da sua cultura também tem se esvaído, mas, ainda permanece a sua essência, os ares dos tempos coloniais, dos causos do ouro, das festas, dos momentos de fartura e da saudosa convivência.

Observo Iporanga, “Capital das Grutas”; suas cavernas posso não vê-las do Morro da Coruja, mas, sinto-as sob meus pés, resgatadas pelas memórias de minhas incursões e pelas lutas em prol da proteção desse patrimônio natural.

A verdejante mata parece infinita, mas não nos iludamos que por isso não faz falta um pé de palmito, uma figueira; nem nos deixemos levar pelas turbulentas palavras dos oportunistas. Nesse trecho de Mata Atlântica, construímos ações em todas as suas cores e sons, que vão além do ato de sobreviver; promoveram, sim, a perpetuação de sua gente, de sua natureza, em íntima relação.

Posso nesse momento não estar lá em Iporanga, pois, nos últimos tempos não tenho conseguido estar presente na sua cotidianidade; mas, sabe de uma coisa, na verdade nunca saio de lá, pois, sinto-me parte daquela paisagem, ela me toca e me faz revigorar.

Sinto-me parte das famílias iporanguenses, sem falsas pretensões, já que fui adotado em seus lares, e porque me identifiquei com sua rica história e com os prazeres de recuperar sua memória viva.

Nesse caminho, criou-se uma ampla empatia e que, em seu suor e alegrias, construiu uma afeição, promovendo meu crescimento como educador, militante e pesquisador. Como contrapartida, em Iporanga, floresceram parceiros e agentes atuantes, que identificaram seu destino ligado à preservação do seu fantástico patrimônio.

Chééé...bobo!!!!

Sempre que posso, dou uma chegadinha lá pr'aquelas bandas do Alto Ribeira, ávido para prosear com os "batutas" daqueles "poranguêro"....

...respiro nos seus ares uma proposta de continuidade!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz N. Geomorfologia e Espeleologia. **Espeleo-Tema**, São Paulo: SBE, 12: 24-31, 1979.

AB'SABER, Aziz N. O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional. **Bol. Téc. SUDELPA**. São Paulo: SUDELPA, (1):1-35, jan. 1985,

ALMEIDA, Erasto Boretti *et al*. Perspectivas de desenvolvimento dos recursos minerais da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO SOBRE OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983.

ALTO VALE DO RIBEIRA: área de importância mundial para a preservação. **Bol. SBE**. São Paulo: SBE, nº. 2, abr. 1982.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 1999.

AMBROGI, Angélica; VERSOLATO, Elena F.; LISBÔA, Júlio Cezar Foschini. **Unidades modulares de Química**. São Paulo: Hamburg/CECISP, 1986.

ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro de. Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo (1805). In: **Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)**. Ed. fac-símile. São Paulo: IMESP, 1977.

ANDRÉ, Marli E.D.A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. pp.37-45.

ANTUNIASSI, Maria Helena R. *et al.* **O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano**. São Paulo: CERU, nº. 2, 2ª. série, 1989.

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico; reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. **Turismo em Análise**. São Paulo: ECA/USP, 4(2):37-53, nov. 1993.

BAUER, Henrique Ernesto. As minas de Iporanga. **Revista de Engenharia**. Rio de Janeiro: (232):85-7, 1890.

BAUER, Henrique Ernesto. **Relatório Bauer**. [s.l.] [s.n.], 1891.

BELINKY, Aron & Mac DOWELL, Silvia. Desenvolvimento e preservação ambiental em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, 3(4): 65-68, out./dez., 1989.

BERNARDES, Martha Tresinari e MARTINS, Maria Claudia C. **Orientações e estratégias para formulação e implantação de projetos de educação ambiental para as comunidades vizinhas às unidades de conservação**. Brasília: IBDF / COPLAN, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses de Itapira: um estudo sobre a religião popular**. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. 2ª. ed. Campinas-SP: Papirus, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante.** 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. 2ª. ed. Campinas-SP: Papirus, 1986b.

BRANNER, John Casper. **Geologia Elementar**. Mossoró-RN: UFRN, 1977. (tradução do original de 1906)

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Aspectos da atividade mineral no Vale do Ribeira**. s/l: DNPM, [1979]. (relatório inédito)

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Divisão de Controle de Recursos Hídricos (DCRH). **A Bacia do Rio Ribeira de Iguape: Caracterização dos Usos e das Disponibilidades Hídricas**. Brasília: DNAEE / DCRH, 1984.

BRASIL. Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). **Projeto de educação ambiental nas comunidades próximas à Estação Ecológica de Maracá (AP)**. Brasília, WWF/FBCN/SEMA/Gov. Amapá, 1988.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. In: VEIGA, José Eli (org.). **Ciência Ambiental: primeiros mestrados**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 1998.

BRUCK, Eugênio C. *et al.* Unidades de conservação. **Rev. Serviço Público**. Brasília: FUNCEP, ano 40, 111(4):21-27, out./dez. 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires R. **Imagens do poder e da sociedade; o mundo cotidiano de moradores da periferia**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

CALÓGERAS, Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1904-05. (Tomo I e II)

CALÓGERAS, Pandiá. A mineralurgia em São Paulo (Chumbo, Prata e Ouro). In: **Problemas de Governo**; São Paulo: 1928. pp. 62-63.

CALÓGERAS, Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. 2ª. ed. São Paulo: Nacional, 1938. pp. 429-31. (Tomo III) (Brasiliana, v. 134)

CAMARGO, José Carlos Godoy; PINTO, Sérgio dos A. F.; TROPPMAIR, Helmut. Estudo fitogeográfico e ecológico da bacia hidrográfica paulista do rio da Ribeira. **Biogeografia**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, n. 5, 1972.

CAMPOS NETO, Mário da Costa. Contribuições à Litoestratigrafia e Estrutura do Grupo Açungüi no Sudeste do Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOLOGIA, 4, **Atas...** São Paulo: SBG/São Paulo, 1983. pp. 103-112.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 7ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História, área de História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo *et al.* (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

Centro de Treinamento para Professores de Ciências Exatas e Naturais de São Paulo (CECISP). **Ciência integrada**. 2a. ed. exp. São Paulo: MEC/PREMEN/CECISP,1977.

Centro de Treinamento para Professores de Ciências Exatas e Naturais de São Paulo (CECISP). **Ciências Ambientais para o 1. Grau**. Rio de Janeiro: SEPS / PREMEN / FENAME, 1982. Folheto Introdutório (29 V.: il.; 28 cm)

Centro Interdisciplinar de Pesquisas (CENIN). Grupo de Trabalho do PETAR. **Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação**. São Paulo: GT-PETAR/CENIN, dez. 1980.

CHIOSSI, Nivaldo José. Objetivos do Simpósio. In: SIMPÓSIO SOBRE OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983. pp.5-6

COLLAÇO, Roberto Gomes. **...e assim se fez princesa**. São Paulo: Edicon, 1989.

COLLIER JUNIOR., John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU / EDUSP, 1973.

Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (CEEIGUAPE). **Síntese da atuação do CEEIGUAPE**. São Paulo: CEEIGUAPE, fev. 1988.

Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (CEEIGUAPE). **Relatório de avaliação preliminar sobre o projeto de aproveitamento hidrelétrico do Rio Ribeira de Iguape**. São Paulo: CEEIGUAPE, jan. 1989.

Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG). **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. 2ª. ed. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1914.

COMPIANI, Maurício. **O fazer Geologia com ênfase no campo na formação de professores de Ciências para o 1º. grau** (5ª. a 8ª. séries) Campinas-SP, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação, área de Metodologia de Ensino) – Faculdade de Educação, UNICAMP.

CUNHA, Euclides . **Os Sertões** (Campanha de Canudos). Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d.

CUNHA BUENO, Antonio Henrique da. Discurso do Secretário da Cultura... **CONDEPHAAT / Boletim**. São Paulo: CONDEPHAAT, nº. 1, set. 1979.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição; elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1987.

DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel. São Carlos: UFSCar, 1996.

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: VON SIMSON, Olga R. M. (org). **Experimentos com histórias de vida: (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992. TEXTOS CERU, série 2; n.3)

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. **Cad. CERU**. São Paulo: CERU, 5(2):61-68, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação e Meio Ambiente; uma proposta educativa preliminar**. Brasília: SEMA / Coord. Comunicação Social e Educação Ambiental, 1985.

DESTRUIÇÃO e morte na rota do palmito. **Inf. SPVS**. Curitiba: SPVS, 3(5):não pág., 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações locais. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2ª. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos S. & NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque;** estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DOMINGOS, Álvaro Luiz. **Qualidade de vida: concepções e representações sociais**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia da Universidade Católica (PUC-SP).

FAZENDA, Ivani. Reflexões metodológicas sobre a tese: "Interdisciplinaridade - um projeto em parceria. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 2ª. ed. aumentada. São Paulo: Cortez 1991.

FERNANDES, Florestan. **Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.

FERRAZ, João de Sousa. **Vias de comunicação para o Vale do Ribeira**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

FERRAZ, João de Sousa. **Aguapés flutuam na ribeira**. Limeira-SP: Letras da Província, 1969. 305p.

FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios**. (A Política Ambiental no Estado de São Paulo). Campinas-SP, 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

FERREIRA, Lúcia da Costa**. Os Fantasmas do Vale: representações e modos de ação social em Cubatão-SP**. Campinas-SP, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conservação de florestas e desenvolvimento regional: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP. In: Núcleo de Estudos e Pesquisa Ambientais (NEPAM). **A questão ambiental: cenários de pesquisa;** a experiência do Ciclo de Seminários do NEPAM. Campinas-SP: UNICAMP/NEPAM, 1995.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Propostas alternativas do ensino de Ciências Naturais. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1, 1985, São José dos Campos-SP. **Anais...** São José dos Campos-SP: PMSJC, set. 1985.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Uma abordagem da química no 2º. grau através do tema: recursos minerais e a indústria de transformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 3, 1986, Curitiba. **Anais...** Curitiba-PR: SBQ / UFPR, jul. 1986.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Uma experiência alternativa do ensino de química no 2.grau através da análise das relações homem-meio ambiente. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4, 1987, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Instituto Butantan/Estação Ciência, ago. 1987. (não publicado)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. **O ensino de Química do 2º.grau: uma experiência de encontros e desencontros**. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 1988. (Monografia apresentada à disciplina Problemas de Metodologia de Ensino).

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. **Análise dos pressupostos metodológicos para a elaboração e desenvolvimento de propostas alternativas para o ensino de Química no 2º. grau**. Campinas-SP: FE-UNICAMP, 1989a. (Monografia apresentada à disciplina Projetos de Ensino I)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Pesquisa hidrogeoquímica e climatológica em cavernas: problemas e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESPELEOLOGIA, 20, 1989b, Brasília. **Anais...** Brasília: SBE/GREGEO/UnB, jul.1989b. (encarte xerocopiado)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. (coord). **Estudo das relações homem-meio ambiente em Iporanga-SP: subsídios para a implantação de um programa de educação ambiental e desenvolvimento auto-sustentado em áreas de sítios espeleológicos do Alto Ribeira**. Santo André-SP: Fundação Santo André / GESMAR / EGAI / SOS Iporanga, mar. 1990. (Projeto de pesquisa e intervenção)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de. Percepção ambiental na área urbana e rural: subsídios para uma proposta de educação ambiental em Iguape-SP.. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 18, 1991, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)/FFLCH-USP, maio 1991a.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Educação Popular e Espeleologia: a pesquisa participante como forma de atuação com as comunidades próximas de cavernas. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1, 1991, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANAMMA/ PMC/UNILIVRE, jul. 1991b.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma experiência interinstitucional para reciclagem de professores de 1º. e 2º. graus do Alto Vale do Ribeira-SP. **InformAtivo SBE**. Santo André-SP: SBE, (55):7, jan./fev. 1994.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Com vivências em Educação e Meio Ambiente: um rio de possibilidades no Ribeira. In: FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1996, Registro-SP. **Anais...** Registro-SP: SMA-SP e Comissão Interinstitucional 1996. (não publicado)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Educação ambiental e formação espeleológica no Brasil: estado da arte e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 24, 1997, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: SEE/SBE, jul. 1997a.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Educação Ambiental e manejo turístico de Unidade de Conservação: análise de experiências e propostas para a formação de agentes multiplicadores em São Paulo. FÓRUM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4, ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1, 1997, Guaraparí-ES. **Resumos...**. Guarapari-ES: SEAMA/ABES-ES/UFES, ago. 1997b.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997c.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Nas trilhas de Iporanga: pesquisa e vivência. In: "SEMINÁRIO DE IPORANGA": EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1, 1997, Iporanga. **Anais...** Iporanga-SP: SMA-SP/CODIVAR, out. 1997d. (não publicado)

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de. Cavernas brasileiras e seu potencial ecoturístico: um panorama entre a escuridão e as luzes. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org.). **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. & LA SALVIA, Eliany S. Subsídios para uma cronologia da história da espeleologia brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 24, 1997, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: SEE/SBE, jul. 1997.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V.; SILVEIRA, Margareth.; AUGUSTO, Isabel da A. "O 'Meio Ambiente' prejudicou a gente...": uma proposta de Educação Ambiental para desvelar a pedagogia de um conflito. In: FÓRUM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CECAE-USP/Comissão Interinstitucional, abr./maio, 1992.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V.; MARTINS, Carlos Adriano; OLIVEIRA, Rosângela R. Produção técnico-científica em espeleologia: panorama preliminar brasileiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 24, 1997, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: SEE/SBE, jul. 1997.

FLAUBERT, Gustave. **Bouvard e Pécuchet**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FONSECA, Fernanda P.; VIANNA, Lucila P. & BRITO, Maria Cecília W. de. População e manejo nos parques estaduais paulistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 8, 1990, Salvador. **Anais...** Salvador: AGB, jul. 1990.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) **Pesquisa participante**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (FBCN). Educação Ambiental. In: **Conservação ambiental: uma missão nacional para a década dos setenta**. Rio de Janeiro: FBCN, fev. 1972.

FURTADO, Dimas Barreira. Ação de Base em Educação Popular. **Cadernos do CEAS**. Salvador: CEAS, (77): 49-56, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1984.

GARAVELLO, M.E.P.E. *et al.* Representação de artesãos do Vale do Ribeira sobre restrições ambientais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA. 2, 1998, São Carlos. **Resumos...** São Carlos: UFSCar, 1998.

GODOY, Joaquim Floriano de. **A província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso** (1875). 2ª. ed. fac-sim. São Paulo: Gov. Estado, 1978.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época, 5)

GONÇALVES, Wantuelfer. Florestas: objeto ou instrumento de preservação? **Paisagem e Ambiente**. São Paulo: FAUUSP, 1992. (Ensaios; 4)

GRAZIANO, Eduardo; DENARTE, Dina T. & PLATINETTI JUNIOR, Armando. **Diagnóstico geral da região do Vale do Ribeira**. São Paulo: SEP/CAR, nov. 1989. (relatório técnico, versão preliminar)

GUIMARÃES, José Epitácio Passos. Grutas calcárias. **Bol. Inst. Geog. Geol.** São Paulo: IGG, 47:9-70, 1966.

GUIMARÃES, José Epitácio Passos. **Espeleotemas e pérolas das cavernas**. São Paulo: IGG, 1974. (Boletim, 53)

GUIMARÃES, José Epitácio Passos. **Epítome da história da mineração no mundo antigo, no Brasil e nos Estados Unidos da América**: valores de seus feitos e de suas personagens, sua dependência com a natureza. São Paulo: Art Ed. / Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & Sociedade**. Campinas-SP: NEPAM/UNICAMP, I(2):77-99, 1º. sem. 1998.

HOGAN, Daniel J.; CARMO, Roberto L. do; ALVES, Humberto P. F.; RODRIGUES, Izilda A. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. **Ambiente & Sociedade**. Campinas-SP: NEPAM/UNICAMP, II (3/4) 2º. sem. 1998/1º. sem. 1999.

HOSHII, Marta T. *et al*. **Plano diretor de desenvolvimento turístico, diagnóstico analítico preliminar-Iporanga**. São Paulo: FIALCH, 1977. (Trabalho apresentado à disciplina Teoria e Técnica de Turismo)

IPORANGA (Município). Câmara Municipal. **Lei orgânica do município de Iporanga**. São Paulo: IMESP, 1990.

JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 12ª. ed. São Paulo: Global, 1989. (Passado & Presente, v.20)

JORNADA SOBRE O ENSINO DO CONTEÚDO GEOLÓGICO NOS 1^{O}. E 2^{O}. GRAUS, 1, jul. 1983, Belém. **Resumos...** São Paulo: SBG, 1984. (Realizada durante 35^{a}. Reunião Anual da SBPC)

JOVCHELOVITCH, Sandra & GUARESCHI, Pedrinho A. (org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis-RJ: VOZES, 1994.

KARMANN, Ivo. Província espeleológica do Vale do Ribeira: aspectos cársticos e necessidade de sua preservação. In: SIMPÓSIO SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983.

KARMANN, Ivo & SANCHEZ, Luiz Enrique. Distribuição das rochas carbonáticas e províncias espeleológicas do Brasil. **Espeleo-Tema**. São Paulo: SBE, IX(13):105-167, 1979.

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. **Ciência e Cultura**. São Paulo: SBPC, 38(1): 30-36, jan. 1986.

KRONE, Ricardo. As Grutas Calcárias de Iporanga. **Rev. Mus. Paulista**, São Paulo, 31:477-500, 1898.

KRONE, Ricardo. Grutas Calcáreas do Valle da Ribeira**. Rev. do Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas**. Campinas-SP: n.7, jul. 1904.

KRONE, Ricardo. Estudos Sobre as Cavernas do Vale do Rio Ribeira, **Arq. Mus. Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, n.15, 1909.

KRONE, Ricardo. As grutas calcárias do Vale do Rio Ribeira de Iguape, **O IGG**. São Paulo: IGG, 8:248-297, 1950. (Reedição do artigo publicado no Museu Nacional, em 1909)

KRUG, Edmundo. **A Ribeira de Iguape** (Die Ribeira von Iguape). São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild and Co., 1908.

KRUG, Edmundo. Xiririca: Evaporundyba e Yporanga. **Rev. Inst. Hist. Geog. de São Paulo**. São Paulo: Typographia do “Diário Official”, Vol. XVII (1912), pp.295-312, 1913.

KRUG, Edmundo. **A Ribeira de Iguape**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria, Commercio do Estado de São Paulo, 1939.

LANG, Alice Beatriz da S.G. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. (Textos CERU, Série 2; n. 3)

LE BRET, Michel. Estudos espeleológicos no Vale do Alto Ribeira. **Bol. Inst. Geog. Geol.** São Paulo: IGG, 47:71-127, 1966.

LEFÈVRE, Valdemar. Prefácio. **Bol. Inst. Geog. Geol.** São Paulo: IGG, 47:5-7, 1966.

LEMOS, Amália Inês G. A pesquisa participante em Geografia: uma linha de ação; experiências na periferia de São Paulo (Brasil). **Bol. Geografia Teorética**. Rio Claro-SP: UNESP/Rio Claro, 16-17(31-34):285-288, 1986-87.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. São Paulo: FAU-USP, 1969.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, v. 51)

LEONEL, Cristiane; SILVA, Adriana N.; GALANTE, José R.C.; PISCIOTTA, Kátia R. Capacitação de monitores de campo da Fazenda Intervales. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IF/SMA-SP, 1992.

LEPSCH, Igo (coord.) **Macrozoneamento das terras da região do Rio Ribeira de Iguape, SP.** São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento/ Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária, Instituto Agronômico, 1988. (Relatório técnico)

LHOTTE, Christine. **Trindade para os trindadeiros**. Campinas-SP, 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

LIMA, Maria José A. **Ecologia Humana: Realidade e Pesquisa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

LINO, Clayton F. **Vale do Ribeira: alternativa turismo**. São Paulo, 1976a. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mackenzie. 2 v. , v.2.

LINO, Clayton F. *et al.* **Roteiro das cavernas da região Apiaí-Iporanga**. São Paulo: Secretaria de Esportes e Turismo de São Paulo, 1976b. (Relatório)

LINO, Clayton F. **Alto Vale do Ribeira: arquitetura e paisagem**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1978a. (3 v.)

LINO, Clayton F. **Iporanga: um plano de desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural**. São Paulo: 1978b. Monografia (Especialização em Patrimônio Ambiental Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP.

LINO, Clayton F. **Bairro da serra: estudo sobre um bairro rural de Iporanga**. São Paulo: FFLCH/USP, 1980. (Trabalho apresentado à disciplina Bairros Rurais)

LINO, Clayton F. Vale do Ribeira: Incorporação de uma Área Periférica à Economia Central. In: SIMPÓSIO SOBRE OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983.

LINO, Clayton F. **Cavernas: o fascinante Brasil subterrâneo**. São Paulo: Rios, 1989.

LINO, Clayton F. & ALLIEVI, J. **Cavernas brasileiras**. São Paulo: Melhoramentos,1980.

LINO, Suely F, *et al*. **Turismo e Espeleologia**. São Paulo: Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, 1974. (Trab. de disciplina, curso de Turismo)

LINO, Suely F. *et al.* **Aproveitamento turístico do município de Iporanga**. São Paulo, 1976. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo) - Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas

LISBÔA, Benjamin dos Santos. **Relatos históricos sobre Iporanga**. Santo André: Fundação Santo André, 1990. (Livreto original de setembro de 1964, compilado por Alberto Corrêa E. de Mello)

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUTFI, Mansur. **Os aditivos em alimentos como proposta para o ensino de Química no 2°. grau.** Campinas-SP, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação, Área de Concentração: Metodologia do Ensino) – Faculdade de Educação, UNICAMP.

LUTFI, Mansur. **Produção social e apropriação privada do conhecimento químico**. Campinas-SP, 1989. Tese (Doutorado em Educação, área de concentração: Metodologia do Ensino) – Faculdade de Educação, UNICAMP.

LUTFI, Mansur *et al*. Proposta de curso noturno em escola pública. **Cadernos CEDES.** São Paulo: Cortez/CEDES, n.16, 1986. (O ensino noturno: conquista, problema ou solução; organizado por Célia Pezzolo de Carvalho)

MADEIRA, Margot Campos. Representações sociais: pressupostos e implicações. **R. Bras. Est. Pedag.** Brasília: INEP, 72(172): 129-144, maio/ago., 1991.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 4ª. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978. (Brasiliana, v. 45)

MARINHO, Maurício A.; VIEIRA, Júlia A. M..; FIGUEIREDO, Luiz Afonso V.; MARQUES, Ana R. A Formação de monitores ambientais: estratégia para a conservação e o desenvolvimento sustentável junto às comunidades vizinhas ao PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNILIVRE, dez. 1997.

MARQUES, Maria Therezinha C. & RAMALHO, Marilena P. Os movimentos ecológicos e a interdisciplinaridade. In: SÁ, Jeanete L. Martins de (org.). **Serviço social e interdisciplinaridade:** dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINEZ, Maria Cecília**. A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira-1968/1986**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História, área de História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MEADOWS, Donella H. *et al*. **Limites do Crescimento.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MEIHY, José Carlos S. B. Definindo história oral e memória. **Cad. CERU**. São Paulo: CERU, 5(2):52-60, 1994.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO NETO, João Cabral. A educação pela pedra. In:__ **Antologia poética**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MELLO, Maria Helena de A.; RODRIGUES, José Galante; LINO, Clayton F.; SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Projeto PETAR**. São Paulo: CC-PETAR, jun. 1981. (documento inédito)

MENDONÇA, Rita. Turismo e meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália I. G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os "usos culturais" da cultura; contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo *et al.* (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Iporanga: porque tombar uma cidade? **CONDEPHAAT / Boletim**. São Paulo: CONDEPHAAT, nº. 3, nov. 1979.

MILKO, Peter *et al.* Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação. In: SIMPÓSIO SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983.

MIRANDA, Orlando. **Obscuros heróis de capricórnio**. São Paulo: Global, 1987.

MONTEIRO, Arlete A. **O trabalho como agente de educação: um estudo sobre a educação numa comunidade de pescadores em Santa Catarina/Brasil**. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia da Universidade Católica.

MOORE Jr, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORÁN, Emílio F. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Museu da Imagem e do Som (MIS). Vale do Ribeira. **Cad. MIS**. São Paulo: MIS, n.1, 1980. (Organizado por Maria de Lourdes Julião)

NESTLEHNER, Arlete A. **Iporanga - preservação**. Mogi das Cruzes-SP, 1979. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brás Cubas.

NESTLEHNER, Wanda. Iporanga Rejeita Proteção Ambiental. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 abr. 1989. (C. 1, p. 12)

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a "madame"; trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Loyola, 1986.

NUNES, Márcia Bandeira de Mello L. **Anões contra gigantes: o movimento de defesa da ecologia no bairro da Gávea, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, UFRJ.

NUNES, Edson de Oliveira (org). **A aventura sociológica**; objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NUSDEO, Fábio. **Desenvolvimento e ecologia**. São Paulo: Saraiva, 1975.

OHTAKE, Ruy. Discurso de posse do novo presidente do CONDEPHAAT. **CONDEPHAAT/ Boletim**. São Paulo: CONDEPHAAT, nº. 1, set. 1979.

OLIVEIRA, L. H. D.C. Unidades de Conservação do Estado de São Paulo- Fazenda Intervales- experiência de administração e gestão dos recursos naturais. In: BENJAMIN, A. H. V. (Coord.) **Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão.** São Paulo: Revista dosTribunais, 1993.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de & OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

OLIVEIRA, Avelino Ignácio & LEONARDOS, Othon Henry. **Geologia do Brasil**. 3ª. Ed. Mossoró-RN: Escola Superior de Agricultura, 1978. (Primeira edição publicada em 1940)

PÁDUA, José Augusto (org). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / IUPERJ, 1987.

PÁDUA, Suzana Machado & TABANEZ, Marlene Francisca. **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ/FNMA, 1997.

PARANÁ (Estado). Secretaria do Desenvolvimento de Estudos e Defesa do Meio Ambiente. **Coletânea de legislação ambiental federal e estadual**. Curitiba: Gov. Estado, 1990.

PATON, Evandro J. A. *et al.* **O manejo de rendimento sustentado do palmiteiro juçara**. 2ª. ed. São Paulo: IBAMA-SP/SMA-SP, 1996.

PAVAN, Crodowaldo. **Os Peixes Cegos das Cavernas de Iporanga e a Evolução**. São Paulo: FFCL-USP, 1945. 105p. (Bol. FFCL-USP, 79, Série Biologia Geral, 6)

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 2ª. ed. Campinas-SP: Papirus, 1997.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Bairros rurais paulistas; dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas Cidades. 1973.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU / FFLCH-USP 1983.

PIACENTINI, Telma Anita. **O Morro da Caixa D'Água: o significado político-pedagógico dos movimentos de educação popular na periferia de Florianópolis-Santa Catarina**. Campinas-SP, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação, área Metodologia de Ensino) - Faculdade de Educação, UNICAMP.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo e problemas de desenvolvimento regional**, possibilidades de utilização do cooperativismo no desenvolvimento da região do Ribeira. São Paulo: FFLCH-USP, 1964. (Bol. nº. 299, Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas)

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo: FFLCH-USP, 1983. (Antropologia, 1)

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **O discurso ambiental na comunicação de massa: um estudo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo, 1994. 142p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP.

RASIA, José Miguel. **Criança e trabalho no campo**; socialização, trabalho e educação: a criança na força de trabalho rural. Campinas-SP, 1987. Tese (Doutorado em Educação, Área de Concentração Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP.

RATH, Carlos. **Fragmentos geológicos e geográphicos**, etc. (para a parte physica da estatística das províncias de SP e PR exploradas às próprias expensas do autor, começado no ano de 1845) São Paulo, 1856. (relatório)

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da Nossa Época, v.41)

REYMÃO, Maria Eunice G.; D'AGUIAR, Ana Maria M.; DUARTE, Maria Tomázia S. (orgs.). **Organização popular e mudança**. São Paulo: Loyola, 1986.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio N. **A festa do povo: pedagogia da resistência**. Petropólis-RJ: Vozes, 1982.

ROCHA, Antonio José Dourado. **Perfil analítico do chumbo**. Rio de Janeiro: DNPM, 1973.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Tombamento e Patrimônio Cultural. In: BENJAMIN, Antonio Herman V. (coord.). **Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1993.

ROSA, Maria Arlete. **Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba**. São Paulo, 1991. 245p. Dissertação (Mestrado em Educação, Área de Filosofia e História da Educação), Pontifícia da Universidade Católica (PUC-SP).

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMOHYL, Robert W. Acumulação de Capital e Desacumulação do Meio Ambiente. **Economia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, I(2), fev.1982.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. PETAR: dois anos de luta. **Bol. SBE**. São Paulo: SBE, nº. 1, dez. 1981.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Ecologia: da ciência pura à crítica da economia política. In: **Ecologia: Prêmio Fiat Automóveis para Universitários-1982**. Rio de Janeiro: CODECRI / Fiat Automóveis, 1983.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Cavernas e paisagem cárstica do Alto Vale do Ribeira, SP: uma proposta de tombamento. **Espeleo-Tema**. São Paulo: SBE, 14: 9-21, 1984.

SANDOVAL, Salvador A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: CEDES, 1989.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Serviços e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Serviço do Vale do Ribeira (SVR). **Plano de desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul**. São Paulo: BRASCONSULT, 1966. (6 vol.)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Serviços e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Serviço do Vale do Ribeira (SVR). **Um plano para o desenvolvimento regional do Vale do Ribeira e Litoral Sul do estado**. Organizado por Schaia Akkerman. São Paulo: DAEE, 1968.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Serviços e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Serviço do Vale do Ribeira (SVR) & Universidade de São Paulo (USP). Cadeira de Sociologia II. **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. Coord. por Maria Isaura P. Queiroz. São Paulo: DAEE /USP, 1969.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Economia e Planejamento. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). **Estudo de viabilidade técnica e sócio-econômica de implantação de Comunidades de Serviço e Turismo (CST) na área do litoral paulista.** São Paulo: Interconsult. [1971]. 3v.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT). **Tombamento do centro urbano da cidade de Iporanga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1971-80. (Processo nº. 00057/71)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Economia e Planejamento. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) **Possibilidades turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul**. São Paulo: SEP, [1973].

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Economia e Planejamento. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). **Estudo e justificativa da necessidade da pavimentação da estrada Apiaí-Iporanga**. São Paulo: SUDELPA, mar. 1974a.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Economia e Planejamento. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) . **Aproveitamento turístico do Vale do Betari**. São Paulo: SEP, [1974b].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). **Subsídios para implementação dos guias curriculares de Química - 2º. grau.** São Paulo: SE/CENP, 1979. 3v.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT). **Subsídios para um plano sistematizador de paisagens naturais do estado de São Paulo**. São Paulo: CONDEPHAAT, 12 maio 1982.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). **Relatório de atividades e proposta de trabalho da Coordenadoria Técnica: 120 dias da nova SUDELPA**. São Paulo: SUDELPA, out., 1983.

SÃO PAULO (Estado). Gabinete do Governador. Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). **Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**. São Paulo: Gabinete do Governador, 1984.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Obras e Meio Ambiente. Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). **Programa de obras para o aproveitamento e controle dos recursos hídricos da bacia do rio Ribeira de Iguape**. São Paulo: DAEE, nov. 1984.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). **A mineração e o Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira**. São Paulo: SUDELPA, fev. 1985.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT). **O tombamento da Serra do Mar**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1985.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento. Instituto Florestal (IF). **Plano conceitual de manejo para o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. São Paulo: IF/DRPE, dez. 1985.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Assentamentos humanos em unidades de conservação**. Coord. por Clayton F. Lino. São Paulo: SMA, 1986.

SÃO PAULO (Estado). **A batalha do meio ambiente no governo Montoro**. São Paulo, PN, mar/1987.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT). Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) **Subsídios para o aperfeiçoamento da legislação relacionada à mineração e meio ambiente: cadastro da legislação ambiental**. São Paulo: IPT/PRÓ-MINÉRIO, jul. 1987.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN). Secretaria da Educação. Divisão Especial de Ensino de Registro (DEER). **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. Coord. Cleide de Oliveira e Luiza Alonso da Silva. São Paulo: SMA-SP, 1989. 10v.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. São Paulo: SMA-SP, 1997.

SEKIGUCHI, Celso. Por uma política de governo compatível com as sustentabilidades ética, sociocultural, política, econômica e ambiental: o caso do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

SERRANO, Célia M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2ª. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

SETTI, Kilza. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

SETTI, Kilza. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord.). **Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, Luiza Alonso da. A Unidade Escolar de Ação Comunitária do Vale do Ribeira. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL, 1982, Ijuí-RS. **Anais...** Brasília: MEC/INEP, 1982.

SILVA, Luiza Alonso *et al* . A Unidade Escolar de Ação Comunitária do Vale do Ribeira, **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 5(16), dez.1983.

SILVA, Wanderley S. & FORNASARI FILHO, Nilton. **Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo**. 2ª. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1992.

SIMÕES, Eliane; MENEGHINI, Dagoberto; FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. Educação Ambiental na escola: uma experiência no curso noturno. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Instituto Butantan/Estação Ciência, ago. 1987. (não publicado)

SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE GEOLOGIA NO BRASIL, 1, 1981, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte-MG: SBG, 1981. 2 v.

SIMPÓSIO PAULISTA DE ESPELEOLOGIA, 1, 1980, São Carlos. **Resoluções e Encaminhamentos...** São Carlos-SP: GAE/UFSCar, set. 1980.

SIMPÓSIO SOBRE OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA, 1, 1982, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABGE, 1983.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA (SBE). **Alto Vale do Ribeira: a necessidade de conservação**. São Paulo: SBE, [jan. 1980]. 10p. (mimeo.)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA (SBE). **Cadastro nacional de cavidades naturais: índice de dados sobre as cavernas do Brasil**. São Paulo: SBE, jul. 1989.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA (SBE). **Núcleo Caverna do Diabo e desenvolvimento do Vale do Ribeira: potencial turístico e espeleológico, situação atual e proposta de ação integrada**. Elaborado por Luiz Afonso Vaz de Figueiredo. São Paulo: SBE, maio 1993.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA (SBE) e INSTITUTO FLORESTAL (IF). **Proposta de manejo turístico das cavernas e sítios arqueológicos do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).** São Paulo: SBE IF/SEMA, mar. 1987.

SORRENTINO, Marcos. **Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos: subsídios para a compreensão das relações entre movimento ecológico e educação**. São Carlos-SP: 1988. Dissertação (Mestrado em Educação, área de Metodologia de Ensino) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 9(3):300-308, jul./set., 1993a.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993b.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **Práticas discursivas e a produção de sentidos no cotidiano**; aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SUMIYOSHI, Yuzo *et al.* **Relatório da delegação técnica japonesa sobre desenvolvimento do Vale do Ribeira**. São Paulo: [s.n.], fev. 1972.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1988.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E RECURSOS NATURAIS (IUCN). **Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado**. São Paulo: CESP, 1984.

VEIGA, José Eduardo R. & ROMÃO, Devancyr A. O Ecoturismo como estratégia de desenvolvimento regional. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org.). **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

VON BEHR, Miguel F. **Uso do solo e impacto ambiental: Alto Ribeira**. Santos-SP: 1981. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos.

VON SIMSON, Olga R. M. (org). **Experimentos com histórias de vida: (Itália-Brasil)** . São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR-GUIMARÃES, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE I

HEMEROTECA
A - VALE DO RIBEIRA-GERAL E DIVERSOS
(maio 1967 - nov. 1991)

Cod. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.
A-1 (Abreu Sodré)	maio 1967	Folha de São Paulo.	"Vale do Ribeira não quer mais continuar pobre."	Atuação do SVR/DAEEE / barragens / desenvolvimento / turismo / minerais.
A-2 (Abreu Sodré)	28 out. 1967 (sáb)	Jornal da Tarde.	"Eis a guerrilha de uma pobre região rica."	3.600 homens do II Exército travam combate imaginário com 180 guerrilheiros.
A-3 (Laudo Natel)	09 ago. 1971 (seg)	O Globo.	"Vale do Ribeira, SP, pede por socorro."	Problemática de área / transferência provisória do governo estadual / turismo e minério.
A-4 (Paulo Egydio)	13 ago. 1975	Folha da Baixada.	"O Vale de ontem e de sempre." (J. Mendes). "Pecuaristas em Iporanga." (Luiz G. Nestlehner).	Aspectos do Vale do Ribeira. / turismo Caverna do Diabo / Grutas de Iporanga.
A-5 (Paulo Egydio)	06 set. 1975	A Voz do Alto Ribeira. Pág. 5	"Rápida biografia de Luiz Nestlehner." (Jeremias de Oliveira Franco)	Aspectos biográficos.
A-6 (Paulo Egydio)	01 nov. 1976	O Vale do Ribeira Especial.	"A procura da história".	Descrição geral de cada município.
A-7 (Paulo Maluf)	30 mar.1980 (dom.)	O Estado de São Paulo - pág. 52.	"Não é lenda, Iporanga tem ouro." (Sérgio Coelho).	Projeto Eldorado / CPRM / SUDELPA / histórico / lendas / DNPM - projeto ouro.
A-8 (Paulo Maluf)	24 maio1981 (dom.)	Folha de São Paulo.	"No CONDEPHAAT demissão de técnicos agrava crise."	Geral da situação do órgão / pontos de vista.
A-9 (Paulo Maluf)	10 set. 1981	Folha da Tarde	"DER vai melhorar estradas do Vale do Ribeira."	Obras da estrada Apiaí - Iporanga (12 meses para execução).
A-10 (Paulo Maluf)	09 fev. 1982	s/inf. (Ecologia)	"Flora: no Vale, ação antidevastação."	Campanha da ABPPolar contra devastação do Vale do Ribeira.
A-11 (José Maria Marin)	19 maio 1982	Folha de São Paulo	"Os partidos políticos e o Meio Ambiente, um debate na Folha."	Informações sobre o debate (chamada).
A-12 (José Maria Marin)	21 maio 1982	Folha de São Paulo	"Partidos debatem questões ambientais hoje na Folha"	Chamada para o debate/questões que serão discutidas/participantes do debate
A-13 (José Maria Marin)	22 maio 1982	Folha de São Paulo	"Partidos debatem os problemas ambientais "na Folha" os partidos defendem o meio ambiente."	Alto Ribeira, um parque em perigo (tema principal do debate) - (resumo).
A-14 (José Maria Marin)	06 jun. 1982 (?)	Folha de São Paulo (pág. Inteira)	"Partidos debates os problemas ambientais"	Íntegra do debate
A-15 (José Maria Marin)	21 set. 1982	Folha de São Paulo	"Ab'Saber toma posse e propõe curadoria para auxiliar o CONDEPHAAT."	Novas diretrizes políticas no CONDEPHAAT.
A-16 (Montoro)	24 abr. 1983	Folha de São Paulo	"Professor não desiste do tombamento do JAPI."	Citação do tombamento de cavernas.
A-17 (Montoro)	20 out. 1985	Folha de São Paulo	"Queimadas e desmatamento atingem Vale do Ribeira."	Operação da PFM, multas, desmatamento, derrubada de árvores.
A-18 (Quércia)	21 mar. 1988	Jornal da Tarde (p.13)	"Uma *'blitz'* contra a devastação, a operação no Vale do Ribeira foi mais educativa do que repressiva."	Operação da PFM, argumentos da população de Iporanga, a cidade mais crítica.
A-19 (Quércia)	13 out. 1988	Diário do Grande ABC.	"Vale do Ribeira na vanguarda da Guerrilha Verde."	Situação do Vale, aspectos de luta pela preservação.
A-20 (Quércia)	25 ago. 1990	A Tribuna do Ribeira	"Ivaporunduva: um bairro que luta pela sobrevivência".	Situação do bairro, *oba-oba* político, patrimônio histórico, barragens.
A-21 (Quércia)	25 ago. 1990	A Tribuna do Ribeira	"Barragens no Ribeira serão discutidas amanhã pelo PT."	Barragens, seminário organizado pelo PT, necessidades de programa educativo.

Cod. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.

A-22 (Quércia)	29 ago. 1990	A Tribuna do Ribeira	"Comunidade: a dura luta pela sobrevivência diante da ameaça."	Resultado do encontro do PT contra as barragens, 200 pessoas.
A-23 (Quércia)	Set. 1990	A Tribuna do Ribeira	"CEDAVAL inicia projeto de monitoria agrícola."	CEDAVAL / FAC / LBA / treinar líderes comunitários, 21 bairros.
A-24 (Quércia)	15 set. 1990	A Tribuna do Ribeira	"Curso no CEDAVAL discute o meio ambiente no Vale."	Implantação do programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira.
A-25 (Quércia)	24 out. 1990	A Tribuna do Ribeira	"Professores são preparados para a Educação Ambiental."	Implantação do programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira.
A-26 (Quércia)	17 nov.1990	A Voz do Alto Ribeira.	"Ecologia ou fome?!!" (J.A.F.C.)	Crítica ao decreto Mata Atlântica.
A-27 (Fleury)	20 jul.1991	A Voz do Alto Ribeira.	"Discos voadores em vídeo."	Chamada do I Seminário Ufológico de Iporanga.
A-28 (Fleury)	Set. 91	Revista Geográfica Universal.	"Vale do Ribeira: patrimônio da história e da natureza." (Cássio Barsante)	Aspectos históricos e naturais, aspectos culturais.
A-29 (Fleury)	Nov. 91	Jornal do Campus - USP (Suplem. Esp.).	"Ilha do Cardoso: cais de vida."	Histórias de pescador.
A-30 (Fleury)	02 ago. 1994 (ter.)	Jornal da Tarde (política - pág. 6)	"Movimento resiste à barragens". "Atingidos por barragens conta com o apoio da Igreja e da CUT e tem como objetivo impedir construção de hidrelétricas". (Valdir Sanches)	A questão das barragens e as resistências dos movimentos sociais contra sua instalação

PRODUÇÃO JORNALÍSTICA - VALE DO RIBEIRA-GERAL E DIVERSOS (JORNAL x NÚMERO de Artigos)							
FOLHA DE SÃO PAULO	09	DIÁRIO DO GRANDE ABC	01	GEOGRÁFICA UNIVERSAL	01	S/ INF.	01
TRIBUNA DO RIBEIRA , A	06	ESTADO DE SÃO PAULO, O	01	GLOBO, O	01		
VOZ DO ALTO RIBEIRA, A	03	FOLHA DA TARDE	01	JORNAL DO CAMPUS	01		
JORNAL DA TARDE	03	FOLHA DA BAIXADA	01	VALE DO RIBEIRA ESPECIAL	01	**TOTAL**	**30**

HEMEROTECA

B - IPORANGA: TOMBAMENTO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E SITUAÇÃO DA CIDADE.

(out. 1966 - jan.1991)

Cod. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.
B-1 (Laudo Natel)	09 out.1966	O Estado de São Paulo.	"Totalmente abandonada a cidade de Iporanga."	Histórico, decadência, mineração, grutas.
B-2 (Abreu Sodré)	13 jan. 1968	s/ inf.	"Iporanga faz hoje 32 anos."	Histórico, esperanças, minas e grutas, turismo.
B-3 (Abreu Sodré)	29 fev. 1968	O Estado de São Paulo.	"Miséria sobre o ouro."	Situação do Alto Ribeira, agricultura, estradas / falta tudo / a esperança.
B-4 (Laudo Natel)	1971	O Globo.	"Iporanga: a cidade de muitas riquezas que vive na miséria."	Denúncia, sem médico, grutas (84).
B-5 (Paulo Egydio)	13 jan. 1979	A Tribuna do Ribeira.	"Iporanga: 105 anos e muita esperança."	Aspectos históricos, arquitetura colonial, grutas, alternativas.
B-6 (Paulo Maluf)	16 jun. 1979	O Estado de São Paulo.	"Iporanga pretende explorar o turismo." (Mauri Alexandrino)	"Venham ver Iporanga antes que se acabe", aspectos históricos e turísticos.
B-7 (Paulo Maluf)	21 a 27 jul. 1979	A Tribuna do Ribeira.	"CONDEPHAAT poderá tombar todo o núcleo urbano de Iporanga."	Tombamento e a visão do prefeito (artigo resumido).
B-8 (Paulo Maluf)	07 out. 1979 (dom.)	Folha de São Paulo.	"Iporanga não quer parar no tempo." (Jane Soares)	Demora no tombamento provocou danos irreparáveis ao patrimônio.
B-9 (Paulo Maluf)	10 out. 1979 (4ª.f)	Folha de São Paulo.	"Secretário quer apoio do povo para tombar Iporanga."	Matéria enorme / Processo tombamento / atuação do CONDEPHAAT / burocracia / posição da população / Fundação do Museu do Vale do Ribeira.
B-10 (Paulo Maluf)	11 out. 1979 (5ª.f)	Jornal da Tarde.	"Cartilha para salvar Iporanga". (Rachel Melamet)	Ações do CONDEPHAAT para o tombamento de Iporanga/ elaboração de cartilha.
B-11 (Paulo Maluf)	12 out. 1979 (6ª.f)	Jornal da Tarde.	"Tombamento? Esta cidade ainda tem medo."	O tombamento e seus aspectos.
B-12 (Paulo Maluf)	14 out. 1979 (dom.)	Diário Popular.	"Certo Secretário Cunha Bueno."	Voto de confiança do comentarista à atuação do Secretário.
B-13 (Paulo Maluf)	29 out. 1979	A Tribuna (Santos)	"Tombamento de Iporanga é defendido" (Katia Giulete)	Criação do IVAR / processo de tombamento / secretário da cultura quer apoio dos moradores / abaixo-assinado contrário ao tombamento.
B-14 (Paulo Maluf)	03 nov. 1979	A Voz do Alto Ribeira.	"Iporanga e seu tombamento" (Luiz G. Nestlehner) - (29 out. 1979)	Mostra importância do tombamento / tombamento e turismo / tombamento e desenvolvimento / alerta às informações falsas.
B-15 (Paulo Maluf)	16 nov. 1979 (6ª.f)	A Tribuna (Santos)	"Iporanga ainda preserva toda a riqueza colonial."	Situação de Iporanga / aspectos da cidade.
B-16 (Paulo Maluf)	16 nov. 1979 (6ª.f)	Folha de São Paulo.	"Iporanga dirá se aceita tombamento."	Situação de Iporanga / visão da população / ida do secretário, trunfos / plano de emergência, palavra final: é da população.
B-17 (Paulo Maluf)	18 nov. 1979 (dom.)	O Estado de São Paulo.	"Como se destrói a memória cultural de uma cidade". Retranca: "No interior, contradições do progresso."	População de Iporanga contra tombamento / abaixo assinado / CONDEPHAAT x população, situação de outros municípios.
B-18 (Paulo Maluf)	19 nov. 1979 (2ª.f)	Jornal da Tarde.	"A cidade que não quer preservar seu passado." (Rachel Melamet)	Secretário Cultural / opinião de moradores / tombamento só com acordo da população / plano de emergência / guerra das faixas.
B-19 (Paulo Maluf)	19 nov. 1979 (2ª.f)	Folha de São Paulo.	"Iporanga recebe as primeiras melhorias." Manchete: "Promessa de melhorias para tombar Iporanga."	Benefícios do tombamento / conscientização da população / desconfiança da população / plano de emergência / Iporanga: cidade piloto / atuação da SBE, protesto contra o abandono do PETAR.
B-20 (Paulo Maluf)	20 nov. 1979 (3ª.f)	O Estado de São Paulo.	"Salvando a memória de Iporanga."	Primeiro Centro Histórico Turístico do Estado / prefeito pede 10 dias para mudar a posição da população, Rio Iporan-

				ga balneário, benefícios.
B-21 (Paulo Maluf)	20 nov. 1979 (3ª.f)	Folha de São Paulo. (Editorial)	"Salvar Iporanga."	Novo estilo tombamento / tombamento: preservação e benefícios.

Cod. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo Autor	Observação.
B-22 (Paulo Maluf)	20 nov. 1979 (3ª.f)	Jornal da Tarde.	"A cidade de Iporanga, tombada. Agora é quase certo."	Primeiro Centro Histórico e Turístico do Estado / mudança de posição do prefeito / benefícios.
B-23 (Paulo Maluf)	21 nov. 1979 (4ª.f)	O Estado de São Paulo.	"O tombamento de cidades históricas."	Porque Iporanga / outras cidades históricas / homogeneidade do núcleo urbano / revitalização / razões do CONDEPHAAT e da população.
B-24 (Paulo Maluf)	22 nov. 1979 (5ª.f)	Folha de São Paulo.	"História ameaçada em Iporanga. (Ernani Silva Bruno)	"Crítica à visão de opulência no passado / crítica a idéia de cidade rica / tombamento x mineração / crítica ao tombamento.
B-25 (Paulo Maluf)	28 nov. 1979	Revista Veja (pág. 57-58)	"Luta com o passado: Isolada no pobre Vale do Ribeira, uma cidade não quer preservar sua história."	Contradição / Iporanga contra o tombamento / desconfiança da população / CPRM e mineração.
B-26 (Paulo Maluf)	23 dez. 1979 (dom.)	Folha de São Paulo. (4º caderno - Ilustrada)	"Ainda o tombamento." (Fernando Cerqueira Lemos)	Comentários de cartas dos leitores / exemplos de tombamento.
B-27 (Paulo Maluf)	13 jan. 1980 (dom.)	A Tribuna (Santos)	"Iporanga festeja 106 anos de emancipação."	Potencial de Iporanga / Processo de tombamento / Protesto SBE pelas agressões ao PETAR / busca do ouro / falta de legislação das terras.
B-28 (Paulo Maluf)	03 fev. 1980 (dom.)	Folha de São Paulo.	"Uma nova Iporanga, com ouro nas montanhas." (Ulisses Capozoli)	Possibilidades da mineração, atuação CPRM, filões de outro, análise do potencial mineral.
B-29 (Paulo Maluf)	13 abr. 1980 (dom.)	Folha de São Paulo.	"Quase pronto tombamento de Iporanga."	Chamada para término do processo de tombamento / novela "CONDEPHAAT x população" / revisão do conflito / promessas do secretário da cultura / jogadas políticas.
B-30 (Paulo Maluf)	26 jun. 1980 (6ª.f)	Diário Oficial do Estado. (pág. 52)	Resolução 18 (20/06/80) Resolução 19 (23/06/80)	"Tombamento, descrição do perímetro, contratação ao arq. Clóvis Lerner para acompanhar obras de restauro.
B-31 (Paulo Maluf)	28 jun. 1980 (dom.)	Folha de São Paulo.	"Iporanga passa à classificação de histórica." (chamada de capa).	Iporanga - último núcleo min. Ouro SP transformou-se no primeiro núcleo urbano totalmente tombado.
B-32 (Paulo Maluf)	28 jun. 1980 (dom.)	Folha de São Paulo. (pág. 11)	"Iporanga, agora a primeira cidade tombada do Estado."	Primeiro núcleo urbano do estado tombado / retrospectiva do conflito / ainda moradores contra/ atuação CONDEPHAAT e outros órgãos / mineração.
B-33 (Paulo Maluf)	10 jul. 1980 (dom.)	A Gazeta Esportiva. (Seção: atração)	"Iporanga agora é cidade histórica," (Cioni Rosa)	Questão do tombamento / decreto / oposição da cidade / primeiras medidas / importância de Iporanga / histórico, turismo / revitalização.
B-34 (Paulo Maluf)	26 jul. 1980 (sáb.)	Folha da Tarde - (Capa, pág. 5)	"Tombamento preocupa Iporanga". "Iporanga: depois do tombamento, a espera."	Aguardando promessas / casas caindo, falta de plantas / 5 meses sem técnico do CONDEPHAAT / promessas não cumpridas / reclamações da população / contradição do prefeito.
B-35 (Paulo Maluf)	27 jul. 1980 (dom.)	Folha de São Paulo.	"Um mês após o tombamento Iporanga continua na mesma."	Espera do cumprimento das promessas, (matéria repetida de B-34).
B-36 (Paulo Maluf)	07 ago. 1980 (5ª.f)	Jornal da Tarde. (Divirta-se: Turismo rápido.)	"Iporanga: a paz entre grutas e lembranças de riqueza."	Retrospectiva tombamento / histórico / período de riquezas / cavernas (muitos erros absurdos).
B-37 (Paulo Maluf)	30 nov. 1980	Shopping News (Cad. Turismo).	"Iporanga renasceu para a história. E talvez para o ouro." (texto repetitivo).	Polêmica do tombamento / ouro, como no passado / garimpeiro / aspectos da cidade / cavernas / localização.
B-38 (Paulo Maluf)	12 dez. 1980	O Estado de São Paulo. (Supl. Tur.)	"Iporanga: o colonial paulista". (erros repetidos).	Aspectos históricos/ tombamento / cavernas / localização.
B-39 (Paulo Maluf)	08 fev. 1981	O Estado de São Paulo (pág. 29)	"A restauração dá a Iporanga só poluição." (Sérgio Coelho)	Tombamento / promessas / ruas esburacadas / esgoto Tio Iporanga / prejuízo lazer, procissão / protestos / culpados / ver. Panos quentes/ procissão fluvial

				desde 1842 (?).

Cod. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.
B-40 (Paulo Maluf)	13 jul. 1981	Folha de São Paulo. (Pág. 8)	"Tombada há mais de um ano, Iporanga continua abandonada." (Simon Widman / Álvaro da Costa).	Promessas / descumprimentos / esgoto falta tratamento / recuperação à revelia do CONDEPHAAT / decadência / estrada / esperança.
B-41 (Paulo Maluf)	13 jul. 1981	Folha da Tarde.	"Cidade de Iporanga continua abandonada."	Mesmo texto B-40, com acréscimos / situação biblioteca / superstição! Rasga-mortalha.
B-42 (Montoro)	19 abr. 1983	O Estado de São Paulo (pág. 37)	"Em crise a Santa Casa de Iporanga." (José Maria Tomazela)	Condições precárias e situação da Santa Casa / falta de materiais / estradas precárias / casos mais freqüentes / utilidade pública.
B-43 (Montoro)	14 jul. 1983	Folha de São Paulo.	"Desaba a torre da Igreja tombada do Vale do Ribeira."	Aspectos do caso do desabamento / aspectos históricos / posição do CONDEPHAAT / críticas do Clayton Lino à atuação do CONDEPHAAT / desabou em 12 jun. 83.
B-44 (Montoro)	09 jul. 1983	A Tribuna do Ribeira. (Pág. 5)	"Igreja de Iporanga em recuperação."	Situação da Igreja / SUDELPA x CONDEPHAAT x Prefeitura / fundos para reconstrução (população) / coordenação Clayton Lino / inscrições em tijolos / atuação do CONDEPHAAT.
B-45 (Montoro)	jul. 1985	São Paulo Interior - (VEJA) (pág. 43)	"Iporanga em festa" : a festa em louvor à padroeira Santa'Anna e ao divino Espírito Santo é um singular exemplo de expressão popular.	Festa da padroeira / Seu Benjamim formou-se em direito em 1984 com 82 anos.
B-46 (Montoro)	16 jul. 1986	A Voz do Alto Ribeira. (Mat. Capa).	"Iporanga: quem reerguerá a Torre da Igreja?	"Nota de chamada para o problema / aguardando soluções."
B-47 (Montoro)	26 jul. 1986	A Tribuna do Ribeira.	"Iporanga protesta contra CONDEPHAAT." "Mutirão, há quase dois séculos."	Passeata contra o CONDEPHAAT / situação da Igreja / abandono / construção da Igreja.
B-48 (Montoro)	08 ago. 1986	A Voz do Alto Ribeira.	"Iporanga reage."	"Manifestação, atuação do TUCAC / situação da Igreja / protesto contra o CONDEPHAAT, SUDELPA.
B-49 (Quércia)	18 mar.1989	A Voz do Alto Ribeira Pág. 5	"Iporanga sem educação." – (chamada de capa).	Atitudes negativas do diretor da escola / primórdios do SOS Iporanga.
B-50 (Quércia)	23 abr. 1989 (dom.)	Jornal do Brasil (RJ) (pág. 12)	"Iporanga rejeita proteção ambiental."	Vide caderno 5 pág. 137-138.
B-51 (Quércia)	06 jan.1990	A Voz do Alto Ribeira	"Aniversário de Iporanga"- (capa). "Iporanga aposta no ecoturismo."	Programação / discurso do prefeito.
B-52 (Quércia)	12 jan. 1991	O Povo (Botucatu-SP)-Edição Especial	"Iporanga: capital das grutas: um pouco de história"	Descrição poética de Iporanga / Balanço da Adm. e propaganda do prefeito

PRODUÇÃO JORNALÍSTICA - IPORANGA: TOMBAMENTO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E SITUAÇÃO DA CIDADE (JORNAL X NÚMERO de Artigos / out. 1966-jan.1991)							
FOLHA DE SÃO PAULO	14	TRIBUNA, A	03	GAZETA ESPORTIVA, A	01	SEM INFORMAÇÃO.	01
ESTADO DE SÃO PAULO, O	09	FOLHA DA TARDE	02	GLOBO, O	01		
JORNAL DA TARDE	05	VEJA / Geral e SP Interior	02	JORNAL DO BRASIL	01		
VOZ DO ALTO RIBEIRA, A	05	DIÁRIO OFICIAL ESTADO SP	01	POVO, O	01		
TRIBUNA DO RIBEIRA, A	04	DIÁRIO POPULAR	01	SHOPPING NEWS	01	**TOTAL**	**52**

HEMEROTECA

C - ALTO RIBEIRA: TURISMO, CAVERNAS E A QUESTÃO AMBIENTAL

(out. 1956 - abr.1995)

Cód. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.
C-1 (Jânio)	out. 1956 Obs. - Última da série de 7 reportagens.	A Gazeta	"Constituirá Parque Estadual a região das grutas". (Manoel Rodrigues Ferreira).	Grutas já constituem patrimônio público / estão sendo destruídas / homem e a natureza / grutas, flora e fauna / oportunidade de criação do parque (mapa do parque).
C-2 (Jânio)	27 out. 1956	A Gazeta	"Será criado um Parque do Estado na região Apiaí - Iporanga". (notas)	Fala da conclusão da 'serie de reportagens / engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira / Gov. Jânio Quadros nomeou comissão de estudos (Secretaria da Agricultura) / preservar flora e fauna.
C-3 (Jânio)	? fev. 1957	A Gazeta	"No sul do Estado: decreto governamental visando a proteção das grutas calcárias." (Manoel Rodrigues Ferreira)	Importância de reportagens para a proteção das grutas / comissão para estudar Parque / Secretaria da Agricultura / IGG / PPI.
C-4 (Jânio)	?/?/ 1957	Folha da Manhã.	"Proclama-se a necessidade de preparar para o turismo o Parque do Alto ribeira."	Falta de solução para o PEAR / grande esperança de turismo paulista, grutas principais / viagem confortável, instalação de caça e pesca / melhoramentos / autorização para visitas.
C-5 (Jânio)	26 ago. 1957	A Gazeta.	"Dentro de noventa dias: Os estudos finais para a criação do Parque Estadual do Alto Ribeira".	Comissão estudos (resolução 813/57): Félix Bulcão Ribas (PPI), José Epitácio P. Guimarães (IGG) e Natal de Assis Correa (SF) / reportagem Manoel Rodrigues Ferreira / importância da região / providências do Estado.
C-6 (Jânio)	26 nov. 1957	A Gazeta.	"Uma grande realização: criação do Parque Estadual do Alto Ribeira: entregue ontem ao Secretário da Agricultura o relatório da comissão - justificativas para a criação do Parque - a região delineada."	Entrega do relatório da comissão / justificativas, região do parque / menção à KRUG / importância da região.
C-7 (Jânio)	20 maio 1958	A Gazeta	"Por decreto do governador é criado o Parque Estadual do Alto Ribeira."	Importante centro turístico, turismo e preservação da flora e fauna.
C-8 (Jânio)	21 maio 1958	Folha da Manhã	"Famoso conjunto de grutas integra o Parque Estadual do Alto Ribeira."	Promissora região de turismo, terras devolutas e terras particulares, divisão e confrontações do Parque.
C-9 (Jânio)	29 maio 1958	Folha da Manhã	"Importantes cursos d'água serão defendidos com a criação do Parque Estadual do Alto Ribeira."	Protegidas as cabeceiras de três mais importantes tributários cursos d'água / Rio Betari.
C-10 (Jânio)	05 jun. 1958	Folha da Manhã	"Poderá tornar-se um grande centro de atração turística o Parque Estadual do Alto Ribeira."	Maior centro turístico do interior, caça, pesca e canoagem, vistas panorâmicas de notável beleza / houve preocupação com o turismo / esquecidos os órgãos ligados ao turismo.
C-11 (Jânio)	13 jun. 1958	Folha da Manhã. (nº 10469)	"Constituem um dos mais importantes conjuntos do mundo as grutas do Parque do Alto Ribeira."	Aspectos do parque, abrangida pelo parque, a totalidade das grutas / localização das principais grutas mapa de localização das grutas.
C-12 (Jânio)	20 nov. 1958	Folha da Manhã.	"Será pleiteada autonomia administrativa para o Parque Estadual do Alto Ribeira."	Com. de regulamentação do Parque / autonomia ideal / verba p/ concretização / aspectos importantes.
C-13 (Carvalho Pinto)	23 maio 1959	Folha da Manhã.	"Salientada na Assembléia a importância da criação do Parque do Alto Ribeira."	Deputado apresenta necessidade de efetivar a criação do Parque / Carvalho Pinto ganha medalha da Soc. Geográfica / situação / apelo.
C-14 (Carvalho Pinto)	01 ago. 1959	Careta (nº 2666)	"Brasil maravilhoso: as maravilhas subterrâneas das cavernas e grutas do Vale do Rio Ribeira de Iguape..."	Apontamento para roteiro turístico / barco a vapor de Iguape.

Cód.	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.

(Gestão de Governo)				
C-15 (Carvalho Pinto)	20 maio. 1960 (6ª.f)	Folha de São Paulo - (Caderno 2)	"São Paulo negligencia a formação de seu Parque turístico." "JK vai criar um na Ilha do Bananal".	Crítica do governo estadual / iniciativa de JK / poder público cruza os braços / caça e pesca, Parque Alto Ribeira, antes do Bananal.
C-16 (Carvalho Pinto)	? nov. 1960	Folha de São Paulo.	"São Paulo ganhou oficialmente, seu primeiro parque turístico, na região do Alto Ribeira."	Lei 5973 (28/11/60) / Parque Estadual Turístico Alto Ribeira / estrutura do Parque Turístico / centro de atração turística / necessidade de preparar parque para o turismo.
C-17 (Carvalho Pinto)	ago. 1961	Divulgação (Revista nº 1 - pág. 12-15)	"Vale do Ribeira: o mais belo Parque Floresta da América Latina." (Paulo Canabrava Filho)	Matéria curta / muitas fotos, belezas do parque / as grutas / IGG - guias.
C-18 (Carvalho Pinto)	02 mar. 1962	Folha de São Paulo.	"Em parques de turismo, São Paulo, tem quase um século de atraso."	Congresso norte-americano, Yellowstone (1872) / críticas ao Gov. Estadual / compara o Brasil com EUA.
C-19 (Adhemar de Barros)	09 out. 1964	O Estado de São Paulo.	"Exploradores de grutas e cavernas brasileiras vão fundar federação." (Pierre A. Martin)	Primeiro Congresso Brasileiro de Espeleologia - jul./1964 / Federação Espeleológica Brasileira / duas equipes (Casa de Pedra / região do Betari).
C-20 (Adhemar de Barros)	06 nov. 1964	O Estado de São Paulo.	"Casa de Pedra: o mais Alto Pórtico."	Exemplo CAP (Casa de Pedra), relatório Michel Le Bret / bem detalhado.
C-21 (Adhemar de Barros)	08 jan. 1965	O Estado de São Paulo.	"Cavernas de SP: Alto Ribeira - grande potencial inaproveitado."	8 anos esperando Parque Estadual / Parque e a promoção do turismo, exemplo grutas / criação secretaria de turismo / exploração Santana.
C-22 (Adhemar de Barros)	06 ago. 1965	A Gazeta.	"Dinamização do Parque Turístico do Alto Ribeira." "Vai ser iluminada a Caverna do Diabo."	Deputado Blota Junior, Secretário do Turismo visita Caverna do Diabo com governador e excursionistas/ propõe melhorias para Caverna do Diabo / Estudo para dinamização do PETAR.
C-23 (Abreu Sodré)	12 jul. 1968	O Estado de São Paulo.	"Descoberta caverna em Iporanga."	Relatório da exploração, resultados / gruta do Jeremias e motivo do nome (prefeito local).
C-24 (Abreu Sodré)	25 set. 1968 (4a. f)	O Estado de São Paulo (pág. 14)	"Ministério e jogo abrem Congresso." "Turismo, indústria ou aventura." (Sérgio Coelho).	Lendas e atrações do Ribeira / Iporanga aspectos históricos / grutas de Iporanga (exploradores).
C-25 (Laudo Natel)	04 fev. 1973 (dom.)	O Estado de São Paulo.	"Ciência ou aventura na rota das cavernas." (Hamilton Octávio Souza)	Expedição da SBE / turismo / Iporanga / espeleologia / SBE (60 integrantes) / sugestão de turismo.
C-26 (Laudo Natel)	15 jun. 74	A Voz do Alto Ribeira (pág. 3-5)	"Grutas de Iporanga (ITO)". "Poema - Iporanga".	Bauer / Grutas, aproveitamento turístico da gruta Santana.
C-27 (Paulo Maluf)	30 out. 1979 (3a. f)	O Estado de São Paulo.	"Os tesouros do Vale".	Carta de Alfredo Blanes criticando Clayton Lino / respostas do Clayton Lino.
C-28 (Paulo Maluf)	27 fev. 1980 (4a. f)	O Estado de São Paulo	"Uma ameaça toma conta do Vale."	Vale do Betari / situação PETAR.
C-29 (Paulo Maluf)	15 fev. 1981	O Estado de São Paulo	"A devastação chega ao Ribeira."	Madeireira / riscos / destruição, exploração palmito / atuação SBE.
C-30 (Paulo Maluf)	24 abr. 1981	A Tribuna.	"Cidade das cavernas - Iporanga"	Diversas grutas em Iporanga, convênio pref. Mun. Iporanga - secr. Turismo / expansão do turismo / estudos e obras / investimentos.
C-31 (Paulo Maluf)	26 abr. 1981	Diário Popular	"Um planejamento turístico para as grutas de Iporanga".	Repete o conteúdo da C-30
C-32 (Paulo Maluf)	03 maio 1981	JL (Campinas)	"Uma cidade conhecida por suas cavernas."	Divulgação de Iporanga / plano turístico / prefeitura / SEET, convênio prefeitura / SEET / melhorias / iluminação Santana.
C-33 (Paulo Maluf)	07 maio 1981	Folha da Tarde (ecologia)	"Parque turístico: denúncias." (Eunice M. Galvez).	Informações históricas/ Krone/ criação PETAR / potencialidades / pedido de tomb.
C-34 (Paulo Maluf)	08 maio 1981	Folha de São Paulo.	"Ameaçada implantação do Parque do Alto Ribeira".	Potencialidades/pedido tombamento./ histórico / falta a posição do CONDEPHAAT.

Cód. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo/Autor	Observação.
C-35 (Paulo Maluf)	20 maio 1981 (4a. f)	Folha de São Paulo.	"Refeito apelo para tombar o Alto Ribeira."	Reforço pedido de tombamento do PETAR / entrevista coletiva/aniversário do PETAR.
C-36 (Paulo Maluf)	20 maio 1981 (4a. f)	Folha da Tarde.	"Criado à 23 anos, o PETAR aguarda tombamento."	Comemoração / entrevista coletiva / ampliar o debate, Ab'Saber acha visão CONDEPHAAT absurda.
C-37 (Paulo Maluf)	20 maio 1981	Diário Popular.	Capa: "PETAR é malogro público." "Fracasso na preservação do Parque PETAR."	Comemoração / denúncia / Por que PETAR / início das depredações 1976.
C-38 (Paulo Maluf)	07 jun. 1981	Folha de São Paulo.	"Piracicaba faz protesto com Passeio Ecológico." - (Dora Tavares de Lima)	Encontro entidades ambientalistas / apelo SBE para pressão ao CONDEPHAAT.
C-39 (Paulo Maluf)	09 jun. 1981	Diário Oficial do Estado / Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	"Projeto de Lei nº 198 de 1981 - (várias moções de deputados) (Irma Passoni).	Disposições sobre o tombamento do PETAR.
C-40 (Paulo Maluf)	02 jul. 1981	Folha de São Paulo.	"Assembléia pode tombar o Parque do Alto Ribeira."	O processo e a participação da Ass. Legislativa no tombamento do PETAR.
C-41 (Paulo Maluf)	jul. 1981 1ª Quinzena	Hora de São Paulo	"Resenha Estadual"	Entrega de 200 títulos de posse de terra no Vale do Ribeira pelo Gov. Paulo Maluf - (erros).
C-42 (Paulo Maluf)	20 jul. 1981 (2a. f)	Folha de São Paulo (pág. 14)	"Desmatamento e a caça ameaçam o Parque do Ribeira". (Simon Nathan)	Criação do PETAR / problema da falta de demarcação das terras / Cons. Consultivo PETAR / polícia / palmito/ parque / Clayton Lino sugere categoria Parque Natural solicita tombamento / zoneamento.
C-43 (Paulo Maluf)	22 ago. 1981 (sáb.)	Folha da Tarde	"Devastação: Burocracia é responsabilizada."	Burocracia é responsável / má vontade / problemas e denúncias de Sánchez.
C-44 (Paulo Maluf)	24 ago. 1981 (2a. f)	Folha de São Paulo.	"Devastação continua no Parque Estadual do Alto Ribeira."	Denúncias / má vontade / entraves.
C-45 (Paulo Maluf)	05 out. 1981	Folha da Tarde (ecologia)	"Em Sorocaba, a II Madrugada Ecológica." (Eunice H. Galvez)	Evento ecológico / denúncia da situação do PETAR.
C-46 (Paulo Maluf)	05 nov. 1981	O Estado de São Paulo.	"No Ribeira, o Parque ameaçado." (Elaine Saboya e Carlos Ialongo)	Trabalho de graduação / Miguel F. Von Behr.
C-47 (Paulo Maluf)	06 dez. 1981 (dom.)	Cruzeiro do Sul (Sorocaba)	"Turismo irá desenvolver o Vale do Ribeira: O estado anuncia um investimento de dois milhões de cruzeiros na Gruta de Santana."	Estado anuncia investimentos para o turismo na Caverna Santana. (Notícia incompleta)
C-48 (Paulo Maluf)	10 dez. 1981	Diário do Comércio.	"Caverna de Santana será nova atração para turistas".	Novas frentes tur./convênio CESP / Pref. Mun. Iporanga / Secr. Cult. / iluminação.
C-49 (Paulo Maluf)	11 dez. 1981	Folha de São Paulo.	"Outra caverna no Vale do Ribeira."	Obras e infra-estrutura na Caverna Santana.
C-50 (Paulo Maluf)	13 dez. 1981 (dom.)	Folha de São Paulo. (Local - ecologia 4º caderno - pág. 35)	"Entidades lutam para manter cavernas de SP." (Cecília Pires)	Situação do PETAR / riquezas em perigo / comissão SBE / IG / AGB / SBDMA / SB paisagismo / Departamento Geográfico USP / SEMA / proposta no lixo / comissão histórica / Irma Passoni (PT) projeto de lei p/ tombamento das cavernas.
C-51 (Paulo Maluf)	dez. 1981	Boletim SBE	"PETAR: dois anos de luta."	Situação do PETAR, convênio com pref. Mun. Iporanga.
C-52 (Paulo Maluf)	01 jan. 1982	O Estado de São Paulo.	"Caverna de Santana, um novo destino turístico para quem vai ao Vale do Ribeira."	Exploração turística / SEET convênio.
C-53 (Paulo Maluf)	24 e 25 jan. 1982	Daily Post (Travel Latin América)	"Incredible caves of the Ribeira Valley." (Jo Ann Hein)	Fala das potencialidades turística e atrativos / divulga investimento da Secretaria de Turismo.
C-54 (Paulo Maluf)	13 abr. 1982	Notícias Populares.	"Debate sobre ecologia do Vale do Ribeira."	Ciclo de palestras da União Ecológica.
C-55 (Paulo Maluf)	abr. 1982	Boletim SBE	"Alto do Vale do Ribeira: área de importância mundial para preservação."	Espeleologia histórica / proteção do patrimônio espeleológico brasileiro / IUCN

				identifica Alto Ribeira como importante patrimônio da humanidade.
Cód. (Gestão de Governo)	**Data**	**Jornal**	**Artigo/Autor**	**Observação.**
C-56 (Paulo Maluf)	maio 1982	Folha de São Paulo.	"Meio ambiente tem só dois projetos: deputados demonstram pouco interesse."	Projeto tombamento PETAR / inclusão de ecologia e meio ambiente nas escolas (1979).
C-57 (Paulo Maluf)	09 maio 1982	Cruzeiro do Sul (Sorocaba)	"SBE está explorando cavernas do Ribeira."	Atuação SBE / debate auditório Folha de São Paulo.
C-58 (José M. Marin)	23 jun. 1982	Isto é (revista).	"Cavernas em perigo: as maravilhas ameaçadas do Vale do Ribeira."	
C-59 (José M. Marin)	05 jul. 1982	Jornal da Tarde.	"A depredação no Parque do Alto Ribeira."	Denúncia de Celso Zílio dos desmatamentos da SUDELPA na Caverna Santana.
C-60 (José M. Marin)	jul. 1982	Revista Manchete.	"Cavernas: o show subterrâneo da natureza."	Divulgação / turismo / potencial / problemas.
C-61 (José M. Marin)	27 jul. 1982	Folha de São Paulo.	"Falta segurança na caverna de Iporanga."	Denúncia Celso Zílio / reabertura turismo na Santana.
C-62 (José M. Marin)	jul. 1982	Revista Cláudia - pág. 182-184	"Aventura: um passeio com a turma, nas cavernas." (Lana Novikow)	Atividades de Peter e Hilda Slavac / Gruta Fenda Azul (fotos coloridas).
C-63 (José M. Marin)	30 ago. 1982	Visão	"Beleza oculta."	Matéria grande de divulgação das potencialidades e dos problemas.
C-64 (José M. Marin)	set. 1982	Jornal SUDELPA	"Caverna de Santana: um espetáculo subterrâneo."	Divulgação.
C-65 (José M. Marin)	12 jan. 1983	Folha de São Paulo.	"Parque do Ribeira vai ser instalado."	Nota falando do levantamento aerofotogramétrico / contratação funcionários.
C-66 (José M. Marin)	[1983]	S/inf. (Revista?)	"A ameaça do turismo quintaleiro." (Pedro Comério).	Crítica rebuscada sobre o turismo predatório em cavernas / frases de efeito.
C-67 (Franco Montoro)	25 mar. 1983 (6a. f)	Diário Oficial do Estado.	"Concurso público para vários cargos para o PETAR."	
C-68 (Franco Montoro)	06 maio 1983	O Estado de São Paulo.	"Parque do Ribeira, só promessas."	Denúncias / chamada para o evento PETAR: 25 anos de luta.
C-69 (Franco Montoro)	19 Maio 1983	Folha de São Paulo.	"Abandonado, Parque do Alto Ribeira completa 25 anos."	Denúncia / problemas / 25 anos do PETAR.
C-70 (Franco Montoro)	19 maio 1983	Cruzeiro do Sul (Sorocaba).	"Espeleólogos vão lembrar os 25 anos do Parque Estadual."	Denúncia / atuação do Espeleo Grupo Michel Le Bret.
C-71 (Franco Montoro)	22 maio 1983	Gazeta Esportiva.	"Mundo submarino: atividades subaquáticas." (Alfredo C. Ferreira)	Chamada para o evento PETAR: 25 anos de luta.
C-72 (Franco Montoro)	03 jul. 1983	Folha de São Paulo	"Redução de verbas compromete pesquisa de recursos naturais (Simon Widman)	Institutos ligados à Secretaria da Agricultura paralisam importantes programas por falta de verbas, comprometendo a implantação de parques
C-73 (*) (Franco Montoro)	29 maio 1985 (4ª.f)	Folha da Tarde (Show) - pág. 15	"Hermeto, o maestro da orquestra natural." (Tânia Regina Pinto)	Sinfonia do alto Ribeira / bagre-cego / festa Nossa Senhora do Livramento.
C-74 (Franco Montoro)	31 ago. 1985	A Tribuna do Ribeira.	"Filme com Hermeto, momento mágico."	Semana cultural / bagre-cego / renovo / detalhes dos vídeos.
C-75 (Franco Montoro)	06 abr. 1986 (dom.)	Folha de São Paulo (cidades) - pág. 22	"Estrada ameaça áreas virgens do Parque do Ribeira."	Situação do PETAR / cacau - sul / estrada no Espirito Santo / reunião na USP / movimento Pró-PETAR.
C-76 (Franco Montoro)	13 jul. 1986	Diário Popular.	"PETAR, a vergonhosa demagogia verde." (Danilo Angrimani)	Situação / criação PETAR / questão fundiária / mineração / Dr. Jamil (denúncia) / madeireiros - palmiteiros - serrarias / guardas descalços / grileiros.
C-77 (Franco Montoro)	05 set. 1986 (6a. f)	Folha de São Paulo. (turismo)	"Vale do Ribeira: uma aventura nas grutas de Iporanga." (Jorge O. Ribeiro).	Aspectos do turismo em cavernas / Iporanga - capital nacional das grutas.
C-78 (Franco Montoro)	out. 1986	Revista CRICS (ano 1 nº 1)	"Caverna Santana."	Atividades turísticas na Caverna Santana.
C-79 (Franco Montoro)	nov. 1986	Quatro por Quatro & Pick-up	"Caminhos verdes: entre os vales e serras de Apiaí." - (chamada de capa)	1º encontro de Off-Road de Apiaí / detalhe das trilhas.

		Ano III nº 36.	"Apiaí: entre trilhas e cavernas." (Décio Colasanti).	
Cód. (Gestão de Governo)	**Data**	**Jornal**	**Artigo/Autor**	**Observação.**
C-80 (Franco Montoro)	18 dez. 1986	Folha da Tarde.	"Demarcação do Parque do Alto Ribeira."	Nota: demarcação de 150 Km.
C-81 (Franco Montoro)	31 jan. 1987	A Tribuna do Ribeira (esporte)	"Uma aventura no PETAR: Acqua Raid's." (nota)	Acqua Raid's / Mateus Teodoro da Silva / 5º campeonato / equipamentos.
C-82 (Quércia)	30 dez. 1987	Revista VEJA - SP (férias) (pág. 6-7)	"De mochila nas costas: as caminhadas que se podem fazer no verão."	Opção de lazer / roteiros alternativos / empresas ecoturismo / alimentação, preços / roteiros / opiniões de clientes.
C-83 (Quércia)	14 abr. 1988	O Dia	"Curso de ecoturismo para guias"	1º. curso básico para guias do PETAR / ((Será que aconteceu mesmo?))
C-84 (Quércia)	22 abr. 1989	A Voz do Alto Ribeira. - Ano XV - nº 749	"Valfredo reúne autoridades em Iporanga."	13 e 14 abr. 1989 reunião / discurso do prefeito / Dr. Jamil, multado com palmito/ notas sobre apreensões de palmitos.
C-85 (Quércia)	10 dez. 1989 (dom.)	Diário do Grande ABC (turismo) (pág. 3)	"Emoção e aventura nas cavernas do PETAR em SP." Capa: "Cavernas do PETAR: opção."	Chamada para o turismo / os roteiros / cavernas / empresas ecoturísticas.
C-86 (Quércia)	18 jul. 1990	Revista VEJA - (turismo) (pág. 22-26)	Chamada de capa: "As belezas do turismo verde." "Passeios ecológicos: cinco roteiros para colocar o paulistano em contato com a natureza." (Iracy Paulina).	Entre outros: PETAR, intervales / preços/ empresas / roteiros / climb iniciou atividades em 1985.
C-87 (Quércia)	19 set. 1990 (4ª. f)	A Tribuna do Ribeira.	"Núcleo do PETAR ganha estrutura para turismo." (Irineu Machado Antônio).	Evento / grupo explo. Gruta / orquestra dá concerto na caverna.
C-88 (Quércia)	03 out. 1990	Gazeta Mercantil	"Cavernas: IBAMA controlará exploração."	Cavernas constituem patrimônio cultural brasileiro / autorização IBAMA / diminuir o ritmo da destruição.
C-89 (Quércia)	dez. 1990	Folha do Meio Ambiente.	"Pesquisa e turismo pedem preservação de cavernas." (Antonio Reche / Jorge Reti / Anete Jeane).	Cadastro de cavernas / SBE / legislação de proteção das cavernas / IBAMA quer norma para mineradoras / turismo / programa nacional de proteção do patrimônio espeleológico.
C-90 (Fleury)	? mar. 1991	O Estado de São Paulo	"Reserva do Alto ribeira, grilada com fé." - (Maria Colla)	Autuação / quadrilha / uso de Deus / questão fundiária.
C-91 (Fleury)	23 mar. 1991 (sáb.)	A Tribuna do Ribeira.	"Grileiros vendiam terras sagradas no PETAR." - (Maria Colla)	Autuação / golpe / flagrante.
C-92 (Fleury)	03 abr. 1991 (4ª.f)	Cruzeiro do Sul (Sorocaba)	"Presa dupla que vendia lotes dentro de Parque."	Flagrante (02 mar. 1991)
C-93 (Fleury)	04 abr. 1991 (5a. f)	Folha de São Paulo (turismo) pág. 8	"Mundo subterrâneo esconde e mostra segredos." - (Lauro Toledo)	Chamada para o turismo (PETAR) / atrativos / núcleo Santana / trilhas.
C-94 (Fleury)	04 abr. 1991 (5a. f)	Folha de São Paulo (turismo) pág. 9 inteira.	"Espeleologia surgiu no século passado." - (Lauro Toledo)	Dados históricos da espeleologia / saiba como evitar problemas / roupa certa é importante / caminhada requer cautela / hospedagem pode ser em camping ou hotel.
C-95 (Fleury)	04 abr. 1991 (5a. f)	Folha de São Paulo (turismo) pág. 12.	"Mineração de calcário ameaça Parque Ecológico." (Lauro Toledo).	Atividades clandestinas / mineração e extração de palmito / mapa e dados gerais do PETAR.
C-96 (Fleury)	16 a 23 abr. 1991	Sinal Verde (SMA - SP)	"Prisão preventiva para grileiro no PETAR."	Autuação / quadrilha / os golpes.
C-97 (Fleury)	23 a 30 abr. 1991	Sinal Verde (SMA - SP)	"DPP projeta centro do núcleo Ouro Grosso."	Estrutura do centro / paisagismo / centro de visitantes / falta cobertura.
C-98 (Fleury)	08 maio 1991	Revista VEJA interior reportagem de capa (pág. 6-10)	"Uma viagem ao fundo das cavernas." (Liana John). Capa: "O turismo ecológico do Vale do Ribeira."	Descrição da região (PETAR) / reserva da biosfera / turismo ecológico / núcleo Santana / visitação.
C-99 (Fleury)	12 maio 1991	O Estado de São Paulo.	"Plano pode atrair turista ao Parque do Alto Ribeira."	Projetos para atrair turistas / desenvolvimento do turismo ecológico / educação ambiental / fiscalização / contatos para visita.
C-100	12 jun. 1991	Jornal da Tarde	"Palmitos: cenas de uma destruição	Fotos fábricas clandestinas / economia

(Fleury)		(matéria pág. Inteira)	explícita." (Valdir Sanches)	baseada no corte ilegal do palmito / apreensão de palmito.

Cód. (Gestão de Governo)	Data	Jornal	Artigo Autor	Observação.
C-101 (Fleury)	26 set. 1991 (5a. f)	Folha de São Paulo (turismo) (pág. 15) (pág. inteira)	"Aventure-se pelo mundo encantador de uma caverna." (Lauro Toledo).	Atrativos do PETAR / núcleo Santana / Alto Ribeira é refúgio de animais em extinção (mapa).
C-102 (Fleury)	nov. 1991	Contigo em São Paulo. - (guia de oportunidades).	"Magia subterrânea: o mundo encantador e pouco explorado que habita o Vale do Ribeira." - (Carlos Maceno)	Denúncia de furto de espeleotemas.
C-103 (Fleury)	09 jan. 1992 (5a. f)	O Estado de São Paulo(cidades)pág. 5	"Iporanga: estalactites são furtadas de caverna." (Márcia Colla).	Denúncia de furto de espeleotemas.
C-104 (Fleury)	19 set. 1993 (dom.)	Diário Grande ABC (Viagens & Turismo) pág. 1-4 inteira.	"Cavernas do PETAR atraem ecoturistas." "Parque Estadual do Alto Ribeira tem a maior concentração de cavernas do Brasil." - (Nei Bonfim)	Descrição do PETAR / Atrativos turísticos / "aventura e corpo-a-corpo com as trevas" / depredação / esculturas.
C-105 (Fleury)	15 a 20 maio 1994	Jornal da USP (pág.10-11) (inteiras)	"Cavernas: um mundo subterrâneo no Vale do Ribeira." (Gustavo Guimarães).	Grupo Geo-USP (GGEO) - (atividades do grupo) / patrimônio geológico / arqueologia / bioespeleologia / problemas da região.
C-106 (Fleury)	23 ago. 1994 (3a. f)	O Estado de São Paulo (viagem) (Aventura Especial) (pág. 11-12)	"À procura do caminho para a preservação." (Maria Folgato).	Governo e ecoagentes começam a discutir como salvar parques e reservas da depredação / falta de estruturas, gente e dinheiro / aguardo de concurso público / plano de recuperação.
C-107 (Fleury)	05 jan. 1995 (5a. f)	O Estado de São Paulo (esportes radicais)	"Acqua-loucos: esportes radicais." (Ciça Vallério).	Campeonato / local de atividade / surgimento do esporte / crítica aos iporanguenses / regras básicas.
C-108 (Covas)	mar./ abr. 1995	Revista Agitação (CIEE, ano III - nº 14) - aventura.	"Os homens das cavernas."	O que é espeleologia / como formada uma caverna / como é a atividade do espeleólogo.
C-109 (Covas)	19 set. 1995 (3a. f)	O Estado de São Paulo (viagem / aventura) (pág. 13-14-15) (inteiras)	"Os segredos das nossas cavernas." "Curso prepara futuros espeleólogos." (Tânia Rabello)	Aulas de espeleologia / empresas / pacotes / material necessário.
C-110 (Covas)	1995	0 Km (revista) pág. 72-76	"O Vale das Cavernas: uma viagem com sabor de aventura às grutas paulistas." (Solange Barreira).	Santana / Caverna do Diabo / Fazenda Intervales / roteiro turístico.

(*) As matérias de C-73 a C-110 não foram discutidas, nem utilizadas, diretamente, apenas compõem o acervo da Hemeroteca, entretanto, forneceram importantes elementos para reflexões sobre a situação do Alto Ribeira, serviram, ainda, para contextualizar o momento de ocorrência da maioria das entrevistas (1988/1992).

PRODUÇÃO JORNALÍSTICA - ALTO RIBEIRA: TURISMO, CAVERNAS E A QUESTÃO AMBIENTAL
(JORNAL X Número de Artigos / out. 1956 - abr. 1995)

FSP	22	DIÁRIO OFICIAL EST.	02	DAILY POST	01	JORNAL DA USP	01
OESP	18	JORNAL DA TARDE	02	DIA, O	01	JL (Campinas)	01
FOLHA DA MANHÃ	07	SBE (BOLETIM)	02	DIÁRIO DO COMÉRCIO	01	MANCHETE	01
GAZETA, A	07	SINAL VERDE	02	DIVULGAÇÃO	01	NOTÍCIAS POPULARES	01
FOLHA DA TARDE	06	VOZ DO ALTO RIBEIRA, A	02	FOLHA DO MEIO AMBIENTE	01	4x4 & PICK UP	01
CRUZ. DO SUL (Sorocaba)	04	AGITAÇÃO	01	GAZETA ESPORTIVA	01	TRIBUNA, A (Santos)	01
TRIBUNA DO RIBEIRA, A	04	CARETA	01	GAZETA MERCANTIL	01	VISÃO	01
DIÁRIO POPULAR	03	CONTIGO	01	HORA DE SÃO PAULO	01	O KM	01
VEJA	03	CRICS (REVISTA)	01	ISTO É	01	SEM INFORMAÇÃO	01
DIÁRIO GRANDE ABC	02	CLAUDIA	01	JORNAL DA SUDELPA	01		
						TOTAL GERAL	**110**

APÊNDICE II

MODELO DE FICHA DE ANOTAÇÕES PARA CATÁLOGO DE DOCUMENTOS

FICHA DE CATALOGAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS E DOCUMENTOS

PESQUISA DE MESTRADO: "O 'MEIO AMBIENTE' PREJUDICOU A GENTE..."
(LUIZ AFONSO VÁZ DE FIGUEIREDO)

A- DADOS DO MATERIAL

TIPO: ( ) ***Documentos:*** relatórios técnicos, atas de reuniões, ofícios, folhetos, cartazes, documentos pessoais (correspondências, poesias, anotações), textos não-publicados, censos, fotografias, outros.

( ) ***Material Bibliográfico***: textos publicados, livros, artigos de revistas, separatas, notícias de jornais, teses e monografias,

TÍTULO:_____
_____
AUTORES_____
_____
_____
DADOS DE REFERÊNCIA(EDIÇÃO, REVISÃO, REIMPRESSÃO):_____
LOCAL DA PUBLICAÇÃO:_____
EDITOR:_____
DATA DA PUBLICAÇÃO/REALIZAÇÃO:_____
DADOS COMPLEMENTARES:_____
FONTE DO MATERIAL:_____
CONDIÇÒES DO MATERIAL(original, xerox, estado de conservação):_____
OBSERVAÇÕES:_____
_____

B- CONTEÚDO DO MATERIAL

ASSUNTO:_____
_____
_____
RESUMO (vide verso)

C- OUTRAS INFORMAÇÕES

APÊNDICE III

MODELO DE FICHA DE ANOTAÇÕES DE ENTREVISTAS

FICHA DE ENTREVISTAS

PESQUISA DE MESTRADO: "O 'MEIO AMBIENTE' PREJUDICOU A GENTE..."
(LUIZ AFONSO VÁZ DE FIGUEIREDO)

A- DADOS DO INFORMANTE

NOME_____ CÓDIGO_____
IDADE_____ SEXO_____ ESTADO CIVIL_____
NATURALIDADE/NACIONALIDADE_____
CARACTERÍSTICAS DE REFERÊNCIA DO INFORMANTE_____
_____
OCUPAÇÃO ATUAL_____ OBSERVAÇÕES_____
_____

B- CONTEÚDO DA ENTREVISTA

C- DADOS DA ENTREVISTA

DATA DA ENTREVISTA_____ Nº CÓDIGO_____

LOCAL DE REALIZAÇÃO_____

MUNICÍPIO/ESTADO_____

HORÁRIO_____DURAÇÃO_____

OBSERVAÇÕES_____
_____

D- OUTRAS INFORMAÇÕES

APÊNDICE IV

MODELO DE FICHA DE ANOTAÇÕES DE MEMÓRIA DE REUNIÕES

MEMÓRIA DE REUNIÕES

PESQUISA DE MESTRADO: "O 'MEIO AMBIENTE' PREJUDICOU A GENTE..."
(LUIZ AFONSO VÁZ DE FIGUEIREDO)

A- DADOS DA REUNIÃO

ENTIDADES PARTICIPANTES:_____
_____
_____CÓDIGO:_____

DATA:_____ HORÁRIO:_____ DURAÇÃO:_____

LOCAL:_____MUNICÍPIO/ESTADO:_____

PARTICIPANTES:_____
_____
_____
_____

PAUTA:_____
_____
_____

B- CONTEÚDO DA REUNIÃO

ATA: ( ) SIM ( ) NÃO RESPONSÁVEL:_____

C- OUTRAS INFORMAÇÕES

ANEXOS

ANEXO 1

"Você Conhece Iporanga?"
Poesia de Luiz Gonzaga Nestlehner
(28 maio 1976)

CAMARA MUNICIPAL DE IPORANGA

CAPITAL DAS GRUTAS

VOCÊ CONHECE IPORANGA ?

Iporanga é aquele pedacinho de mundo onde o visitante encontra tudo o que é espontaneo e natural, onde a beleza nativa se armoniza com o casário antigo os costumes e o artezanato.

A cidade embora gradativamente crescendo, e com alguns retoques de modernismo, traz ainda o seu centro a imagem da Vila colonial com suas construções da época, em Coreto, Chavaris e seus lampiões de esquina dos bons tempo do ouro e que iluminava a noite, as ruas da cidade com azeite de Baleia.

Nesta ou naquela venda instalada em predio típico de construção antiga você encontrará a melhor cachaça da região, fabricada alí mesmo e entre os produtos a venda, voce encontrará o doce de laranja, taiada, rapadura, farinha de mandioca especial, peneira e pá de taquara, pito de barro, utencílios de barro, colher de pau, esteira de tabôa e outros produtos do municipio que é rico em industria tipica e artesanato.

Nas saidas da cidade, é corriqueiro avistar alí o cavalo amarrado ao cêpo enquanto seu dono faz as compras e o burro ainda com seu cesto de carguiero sobre a cangalha a espera da carga.

O cenário serviria de argumento a qualquer artista da pintura...

A noite enquanto os namorados passeiam de bonde em redor da Matriz, depois de cumprirem suas obrigações religiosas, as mães zelosas cuidam de seus filhos que brincam no jardim da praça, as moças juntam-se aos fins de semana, a noite para ao som de violão em coro, cantarem melodiosas musicas que fazem harmonia com a paisagem noturna, este e mais qquele outro grupo de serestéiros deslocam se para as escadarias do rio para dedilharem seus instrumentos e os amigos / do jogo de Buraco, reunem-se nesta ou naquela casa para fazerem suas partidas inocentes, valendo apenas o tempo...

Nos dias de festa, todos de roupa nova, frequentam o atos religiosos e depois assistem o leilão e ficam a ouvir a " Lira Iporanguense " tocar.

A banda de Iporanga, Furiosa ou Sempre Viva e ainda Lira Iporanguense, fundada a um seculo atraz, sob a regencia de Ze Lizeo é a peça que mais se destaca nestas festividades...

Isto é Iporanga... histórica... romantica... religiosa... poética... na sua humildade é linda pela sua espontaniedade, é acolhedora e relaxante... é ainda talves um unico recanto para se encontrar a paz interior e higiene mental.

Alem de tudo isso, Iporanga ainda lhe oferece ao larfo de seu território, outros atrativos que compoem seu ernberante acervo de belezas naturais, compostos de Grutas e Cavernas, Rios, cascatas, cataratas, ilhas, montanhas e / vales ...

Isto é Iporanga... venha conhece-la...

Iporanga, 28 de maio de 1976

Ito

ANEXO 2

Ofício da Presidência do CONDEPHAAT propondo e aprovando a abertura do processo de tombamento da cidade de Iporanga.

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT -

São Paulo, 24 de setembro de 1971

Senhores Conselheiros

Vimos pelo presente propor a Vossas Excelências a abertura de processo de tombamento, cumpridas as formalidades legais, do centro urbano da cidade de Iporanga, por tratar-se de local do maior interêsse turístico e histórico, pois é o último arraial de mineração ainda conservado no Estado de São Paulo e por ser a sede de uma região plena de formações geológicas do maior valor técnico, científico e turístico, como as já famosas cavernas (mais de 50), as minas de prata e galena e as jazidas de mármore, etc. sem levarmos, ainda em conta o potencial turístico do Parque Estadual demarcado dentro do município.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

LUCIA PIZA FIGUEIRA DE MELO PALHENBERG
PRESIDENTE

WG/

Imp. Serv. Gráf. SCET

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Ficha de informação rubricada sob n.º 3
e [illegible] nº [illegible]/70 (a) [illegible]

Interessado: Prefeitura Municipal de Cerqueira
Assunto: Abertura de Processo de Tombamento do centro urbano da cidade de Iporanga

Em reunião realizada nesta data, o Conselho aprovou a proposta de abertura de Processo de Tombamento do centro urbano da cidade de Iporanga.

Para os estudos necessários, encaminhe-se o processo à Comissão Técnica de Estudos e Tombamento.

SP., em 13 de outubro de 1971

LUCIA PIZA FIGUEIRA DE MELLO PALMENBERG
PRESIDENTE

50.000 - VI-970 Imp. Serv. Graf. SCET

ANEXO 3

Atas nº 376 e 379, de abril de 1978, contendo a síntese da decisão do Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT, quanto ao tombamento de Iporanga e aprovação do novo perímetro da área a ser tombada.

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

Fone de informações rubricadas o nº 25

de PATR. CONSERVAT. nº 0[illegible]/71 (a)

Interessado PRES. DONA P. DE CONSELHO

Assunto Tombamento do Centro Urbano da Cidade de Iporanga.

SÍNTESE DA DECISÃO DO EGRÉGIO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA Nº 210 DA SESSÃO DE 10.04.1978

O Egrégio Conselho Deliberativo aprovou o Tombamento do núcleo histórico de Iporanga, e solicitou o traçado de novo perímetro, conforme o parecer do Conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade.

S.E., 10 de abril de 1978.

JOSÉ GERALDO NOGUEIRA MOUTINHO
Secretário-Executivo

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

Folha de informação rubricada sob n.º [illegible]

de [illegible] nº [illegible] / [illegible] (a) [illegible]

Interessado [illegible]

Assunto [illegible] do Centro Urbano da cidade de Iporanga.

SÍNTESE DA DECISÃO DO EGRÉGIO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 170 DA SESSÃO DE 14.04.1978

O Egrégio Conselho Deliberativo decidiu, de acordo com parecer do Conselheiro Relator Antonio Luiz Dias de Andrade, aprovar o novo perímetro descrito à fls. 30.

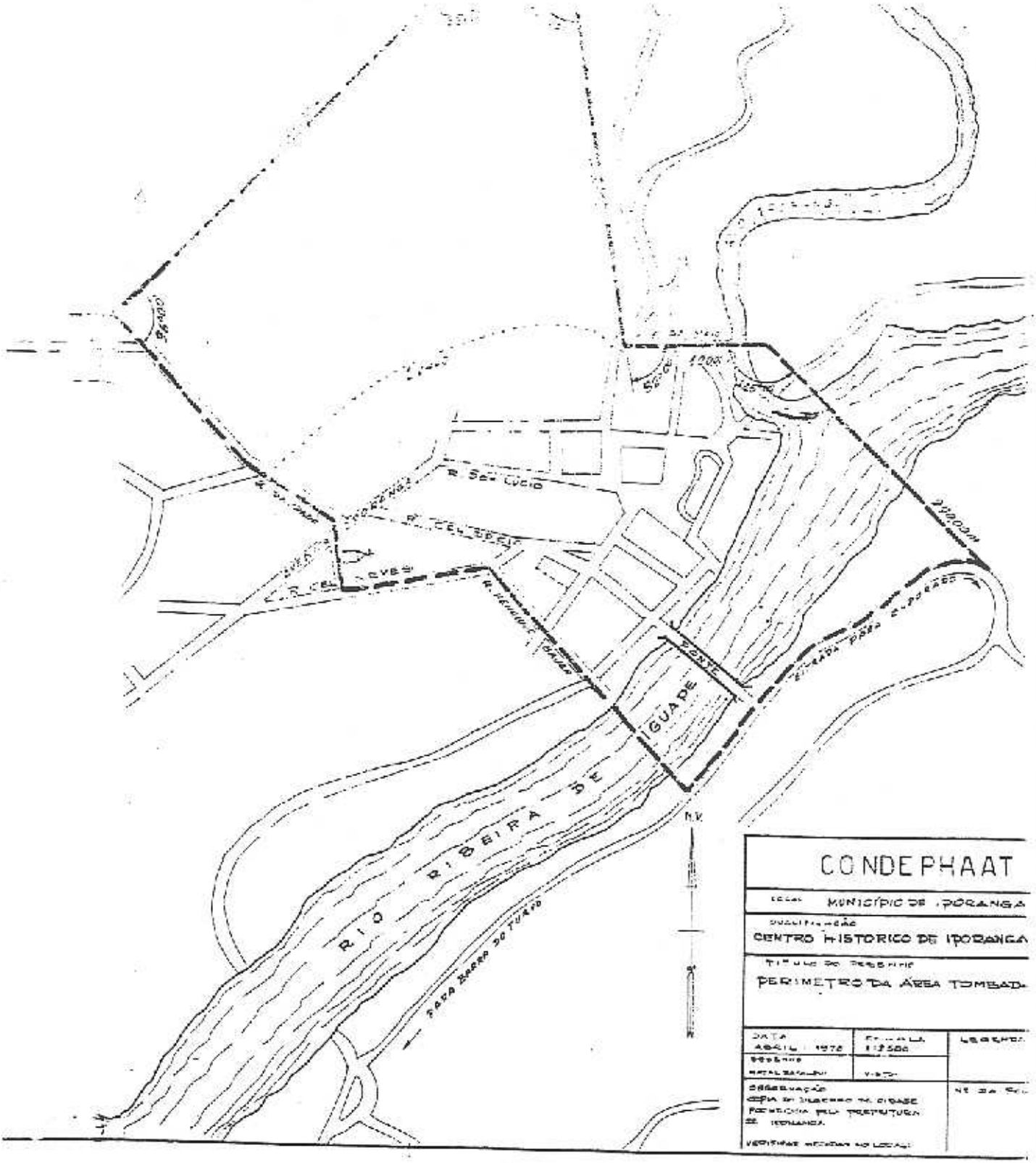
S.E., 24 de abril de 1978.

CARLOS ALBERTO CERQUEIRA LEMOS
Secretário-Executivo em Exercício

/fac.

Cod. 02-11

Imp. Serv. Gráf. SCCT


R. Sen. Lucio
R. Cel. Lobo
R. Cel. Lobo
R. Benjamin Barros
PONTE
IGUAPE
RIO RIBEIRA DE
PARA BARRA DO TURVO
ESTRADA PARA ELDORADO
N.V.
CONDEPHAAT
MUNICÍPIO DE IPORANGA
CENTRO HISTORICO DE IPORANGA
PERIMETRO DA ÁREA TOMBADA
DATA
ABRIL 1978
ESCALA
1:2500
VISTO
OBSERVAÇÃO
CÓPIA DO DESENHO DE ORIGEM FORNECIDA PELA PREFEITURA DE IPORANGA.
VERIFICAR MEDIDAS NO LOCAL!

ANEXO 4

Ações contrárias à efetivação do tombamento de Iporanga (1979-1980)

a- Primeiro abaixo-assinado (27 set. 1979)

b- Segundo abaixo-assinado (10 nov. 1979)

c- Contestação jurídica do tombamento (04 jul. 1980)

Exmo. Sr.
Governador do Estado de São Paulo
Engº. PAULO SALIM MALUF
SÃO PAULO/SP

Vimos pelo presente cientificar V.Excia. do descontentamento gerado entre os munícipes de Iporanga com o "tombamento" do Núcleo Urbano de nossa cidade -ainda não aprovado- pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de S.Paulo - CONDEPHAAT.

Achamos que não se justifica tal medida, que só serve para prejudicar os proprietários dos imóveis tombados. Sendo proprietários antiquíssimos de tais imóveis, na maioria casas de pau-a-pique e que necessitam de urgentes reformas e modificações para proporcionar maior conforto e bem estar aos seus proprietários, não temos siquer o direito de modificar para melhor, para nos dar maior segurança o que é nosso, pois logo há interferência desse famigerado... CONDEPHAAT que impede que se façam as mínimas melhorias.

Não sendo possível fazer aquilo que queremos para melhorar o que nosso, somos obrigados a residir nessas velhas edificações, verdadeiras armadilhas sujeitas a desabar sobre nossas cabeças a qualquer momento, como já aconteceu mais de uma vez em Iporanga, felizmente sem vítimas a lamentar.

Por outro lado, a conservação de tais velharias é um verdadeiro entrave ao crescimento e embelezamento de Iporanga, impedindo que surjam modernas e confortáveis moradias no lugar dessas verdadeiras armadilhas; tudo pela insenzatez e prepotência dos homens do CONDEPHAAT.

Sugerimos, visto a revolta geral do iporanguense, que se faça um presbicito "somente entre o povo de Iporanga". Assim, se ele decidir-se a acatar essa coisa que é o tombamento, que seja, para azar do iporanguense, implantado. Porém, se decidir-se pelo não, que seja um resoluto "NÃO".

Solicitamos a V.Excia. interceder pelo povo de Iporanga que confiante espera, interferir junto ao Sr. Secretário da Cultura para que o mesmo não permita seja efetivado o tão mal visto "tombamento" pelo CONDEPHAAT.

segue...

Certos de que poderemos contar com a compreensão e o apoio de V.Excia., ficamos no aguardo de uma solução favoravel e caso seja optado pelo presbicito, esperamos que se marque para o mais breve possivel a realização do pleito.

Aproveitamos o ensejo para expressar a V. Excia. os nossos protestos de mais alta admiração e respeito.

Respeitosamente,

Theodoro Konesuk Junior (Prefeito Municipal)

Jovita Gonçalves da Silva (Presidente da Câmara Municipal)

Henrique José Steininger (Vereador e comerciante)

Osvaldo da Silva Pereira (Vice-Prefeito e comerciante)

Gentil de Oliveira Santos(Serventuário da Justiça) :*:*:**

Pedro Evangelista da Rosa(Chefe local da Sabesp e proprietário em Iporanga. :*:*:*:

fl. 193

Antonio Costa
Lelis Nunes
João Dias
Alcina Dias
Acacia maria Santos
Placidina Jesus Alves
Aparecida Maria Silva
Antonio
Dirlenande de Jesus
Maria da Gloria Nunes Rodrigues.
Mauro Oliveira Mota.
Elvira da Silva Konefuke
Silvio Fernandes Fernandes
Edivaldo Lopes Rodrigues
Eldraque Barbosa
José Antonio de Oliveira
Otavio Mendes Jor,
Hugo Emiliano
José Maciel de Oliveira
Jailma Maria Santos
Andrade
Francisco Ap Vernecin
José das Dores Oliveira
Antonio
Edilson
Maria Rodrigues Reis
José Joaquim de Albuquerque

[illegible]
[illegible] Fernandes
Maria Aparecida de Lima
Jeremias Gonçalves Barbosa
Eulália Fátima de Pontes
Laura Soares de Lima - proprietária
Pierzinha Lúcia dos Santos
[illegible] Maria dos Santos
José S. Nunes
Maria Reis da Silva
[illegible]
Raimundo Pinto da Silva
[illegible]
Rubens Sillmann Filho
[illegible]
Maria Aparecida
[illegible]
Julia Nunes da Silva
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Maria Ramos de Lima
[illegible]
[illegible]
Maria dos Santos
Rosa Correa Lima de Jesus
Antonia da Silva

2/94

fls 95

Cinara Furquim dos Matos

Amadeu Furquim de Lima

Adriana Ferreira de Oliveira (VEREADOR)

Joana Cardoso de Lima

Izabel Cardoso dos Santos Vieira

Domingos R. de Lima

Edson Tavares de Lima

Maria José Tavares

Edna Tavares de Lima Vieira

Antonio Medeiros

Maria das Dores Silva

Daniel Pereira da Silva

Durvalina Oliveira Santos

José Manoel de Andrade

Elvira Aparecida de Andrade

Maria Rodrigues

Paulina Tavares de Lima

Lucia de Lima Ramos

1

Exmo.Senhor.

Secretário da Cultura do Estado de São Paulo.

São Paulo..

A população da CIDADE DE IPORANGA, pelo presente, como já o fizera através de requerimento (abaixo assinado) datado de 27/09/1979, protocolado no Governo Itinerante-Casa Civil sob Nº04127, quanto ao aludido " TOMBAMENTO " ora processado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico do Estado (CONDEPHAAT).-:*: Baseando-se nos dispositivos legais que nos concerne os direitos e garantias individuais (Cap.IV do título II da Emenda Const.Nº1 de 17/10/1969) no seu parágrafo 22 do artigo 153 assim o sentimos " É ASSEGURADO O DIREITO DE PROPRIEDADE.:." ;e como se não bastasse recorremos à Lei Nº3.071 de 01/01/1916 (Código Civil Brasileiro)-Art.525 "É PLENA A PROPRIEDADE, QUANDO TODOS OS SEUS DIREITOS ELEMENTARES SE ACHAM REUNIDOS NO DO PROPRIETÁRIO . . ." ;além destes fundamentos fazemos sentir ainda a ilegalidade de se tombar terrenos ainda vazios, privando a liberdade de novas construções-Art.572-" O PROPRIETÁRIO PODE LEVANTAR EM SEU TERRENO AS CONSTRUÇÕES QUE LHE APROUVER, SALVO O DIREITO DOS VIZINHOS . . .". :*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:Vem perante V.EXCIA., PROTESTAR quanto a continuidade do processamento do ato ora em tela. :*:*:*:*:*:*:*:*:*:

Iporanga, 10 de novembro de 1979.

(01)- Gentil de Oliveira Santos

Gentil de Oliveira Santos-Serventuário da Justiça-Proprietário -RG.3.563.525-CIC-247.948.808/04. :*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:

(20) Délia Joaquina da Rosa

Funcionária municipal e Proprietária

(21) Joaquim Manoel de Oliveira

João Manoel de Oliveira-Juiz de Casamentos-Proprietário.

(22) José Elisiário da Silva

Proprietario de casa, Rua Cel. Descio-Iporanga.

(23) Firmino Batista da Costa

Firmino Batista da Costa- Proprietario

24 Henrique Steininger

Henrique Steininger- Proprietario.

25 Brasilina Rodrigues da Silva

Brasilina Rodrigues da Silva-Proprietaria.

26 Maria dos Santos

Maria dos Santos- Proprietaria.

27 Maria Anita Silva

28 Jonas Mitsuru Horiy

Jonas Mitsuru Horiy- Proprietario.

29 Antonio Pinto de Lima

30 Leonardo da Silva

Leonardo da Silva-Proprietario.

31 Placido de Tal

comerciante e proprietario.

32 Aparecida Maciel Alves

Aparecida Maciel Alves-proprietaria.

33 Jair Rodrigues

Jair Rodrigues-Proprietario.

34 Olinda Maciel de Oliveira

Olinda Maciel de Oliveira-Proprietaria.

35 Reinaldo Bonizetê Vieira

Reinaldo Bonizetê Vieira.

36 Oscar Gomes de Oliveira

Oscar Gomes de Oliveira-Comerciante.

37 Djalma Tavares de Lima

Djalma Tavares de Lima- Funcionario municipal.

38 José Theodoro da Rosa

José Theodoro da Rosa-Funcionario municipal e proprietario

39 José Joaquim de Albuquerque

José Joaquim de Albuquerque-proprietario

40

65 Odoríco Maciel da Silva- comerciante e Proprietário.

66 Cyro Maciel da Silva- funcionário publico.

67 Maria Dias da Silva

68 Benedito dos Santos - proprietário.

69 Agenor Natalino de Matos- RG-7.972.325 e CIC-380630198/87,proprietário

70 Funcionário municipal-

71

72

73 Dina Gonçalves Barbosa.

74 Elidia Lopes Barbosa

75 Florentina Gonçalves Barbosa.

76 Joaquim Gomes de Oliveira-Proprietário.

77 José Augusto da Silva

78 Benedita Morato de Oliveira-proprietária.

79 Valdugenio Dias.

80 Domingas Ribeiro de Lima- Proprietária.

81 Ilton Tavares de Lima.

82 Edson Tavares de Lima

83 Maria Gessi Tavares.

84 Laurindo Furquim -Proprietário.

85 Proprietário e comerciante.

86 Izabel Cardoso dos Santos- Proprietária.

87 Joana Cardoso de Lima-Proprietária.

111 Izael Motta

112 [illegible]

113 Evelina O. de Albuquerque

114 Lucilla dos Santos Andrade.

115 Cesira Gonçalves de Macedo

116 Lourenço de Lima Nunes

117 João Maria de Andrade

118 Jasmins Gonçalves Barbosa

119 João Lopes da Rosa

120 Eline Steininger

121 José Loureiro de Ulhôa

122 Vicente Ferreira Santos

123 Emilia Lopes da Rosa.

124 Teresa Franco de Oliveira

125 Manoel de Oliveira

126 Benedito Gonçalves

127 Mário Oliveira Santos

128 Lilia Brasil Brasil da Cruz

129 Julieta B de Andrade

130 [illegible]

131 Conceição de Oliveira Santos

156 Benedita Rodrigues

157 Theodoro da Silva Nascimento

158 Antonia Rodrigues

159 Nicolau Ursulino

160 Antonia martins dos Santos

161 Maria José

162 Eulalia Fatima de Pontes

163 Guilherme Pereira do Valle

164 Francisca Portes de Miranda

165 João Arthur dos

166 Domingas Lage da Rosa

167 Aurea Souza dos Santos

168 João Bernardo de Paula

169 Olinda Dias da Silva

170 Theresa de Lage

171 Olga Zago de Angelo

172 Alisia Oliveira Santos

173 Benedita Correa Henrique

Francisca Jesus da Silva

Abdeil Santos

176 Abania Rodrigues Bastos

Excelentíssimo Senhor Secretário de Justiça do Estado de São Paulo.

Ref.Proc.nº [illegible]
Tesoura nº [illegible] - 26.06.80
Objeto: Tombamento do Centro Urbano de Cidade de Iperanga.

Diz,mui respeitosamente se,a V.Excelência, JOSÉ LEMBO E SILVA com outros, Proprietário rurícola e/agrícola residente e domiciliado em o Mun. De Iperanga nº 0 (zero) no De Idade já apo nce,é com a maior respeito,que RECORRE da R. Decisão do Senhor Secretário de Estado,com a finalidade que lhe defere o disposto no § 3º do art.109,do Decreto 7.730 de 31.03.1975 "in verbis":

"§ 3º-Da decisão do tombamento em que houve impugnação caberá recurso ao Governador do Estado".

Assim,pede a V.Excelência se digne de mandar com as Amplas RAZÕES DE RECURSO,o processo, a fim de apreciação e julgamento do Senhor Governador que,de certo,fará justiça,reformando a R.Resolução ou decidindo por outra forma,em face à matéria arrazoada.

N.Termos,pede deferimento.

São Paulo,04.07.1980

pp.Eduardo Pinto C.de Almeida- Adv.

De Ordem do Senhor Secretário

245

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo:

Ref.Proc.(Adm.) nº 00057/71 - CONDEPHAAT -Sec.de Estado da Cultura.

JOSÉ ELISEU DA SILVA,com s.mulher,mais ous.
Aurea de Souza Lima,
Acacio Maria Santos,
Arnaldo Steininger,
Antonio Pereira da Silva,com s.mulher,
Antonio Henrique Pedroso,
Antonio de Lisboa,
Antonio José da Silva,com s.mulher,
Cyro Maciel da Silva,com s. mulher,
Dimas Tapajós de Oliveira, com s.mulher,
Euclides da Silva Pereira Jr,com s.mulher,
Francisco Antonio Venâncio,
Gentil de Oliveira Santos,com s.mulher,
Henrique Steininger,
Henrique José Steininger,
José Manoel de Andrade,
José Teodoro da Rosa, com s.mulher,
José Joaquim de Albuquerque com s. mulher,
Jair Rodrigues,com s.mulher,
João de Lima,com s.mulher,
José Maria dos Santos, com s.mulher,
João Manoel de Oliveira,com s.mulher,
João Dias,
Maria dos Santos,
Maria José Lisboa,
Oswaldo da Silva,Pereira,
Pedro Mendes dos Santos e s.mulher,
Waldir dos Santos,
Sonia Aparecida Santos, todos qualificados

+

246

todos qualificados no processo supra epigrafado de Tombamento do Centro Urbano de Iporanga-Estado de São Paulo,e, ainda:

Laurindo Furquim,com s.mulher,
Maria da Gloria Nunes Rodrigues,c.s.marido,
Nascimento Satiro da Silva,
José Marques da Silva,com s.mulher,
Celestina Dias Cavicchio,com s.marido,
José Dias de Paula,com s.mulher,
Lourenço de Lima Nunes,c.sua mulher,estes

últimos com pedido de juntada de instrumentos particulares de PROCURAÇÕES ao processo,intempestivamente, aos quais se solidarizam,entendendo ser a sua "mens" expressiva da de toda a população e dos proprietários de imóveis na Cidade tombada de IPORANGA,mais todos os que se subscreveram nas "listagens" de 200 a 205,as pessoas da relação anexa a este recurso,todas -/ residentes ou e/domiciliadas na mesma Cidade,-

vêm,mui respeitosamente,ao seu GOVERNADOR, recorrendo,para se lhes fazer a espereda JUSTIÇA, com a devida vênia,da determinação administrativa do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da CULTURA que,em RESOLUÇÃO nº 18,de 20.06.1980,publicada no D.O.E.de 26.06.1980,-TOMBOU O CENTRO URBANO DA CIDADE DE IPORANGA,pe-/ dindo que mande CANCELAR o referido ato de Tombamento, impe-/ dindo,dess'arte lhes ocorram irreparáveis prejuizos que decorrerão,como efeito do mesmo, argumentando :

1.que os recorrentes contestaram o Tombamento do Centro Urbano objeto do processo nº 00057/71,ofertando as razões que lhes ocorreram na premência do tempo exíguo que lhes restara,após "notificação" através da Imprensa,quando o certo seria lhes haver sido dado conhecimento do feito,com notificação individual dos proprietários de bens imóveis no referido CENTRO, eis que todos existem e têm situação de residência e domicílio ali. O ato notificatório foi,assim,obstativo à defesa / dos contestantes,na sua maior dimensão formal e fática;

247

"na área descrita na Notificação publicada em "O Estado de São Paulo",em 7 de maio de 1980,e,se necessário juntarão documentos comprovantes"

2.2"O instituto do tombamento se caracteriza,nos termos do art. 1º do decreto-lei federal nº 25,de 3o de novembro de 1937, em função das medidas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, implicando em séria restrição administrativa ao domínio da coisa tombada."

2.3"Assim,com a inscrição dos bens tombados,não poderão estes em caso algum ser destruidos,demolidos ou mutilados,nem ainda,sem prévia autorização da autoridade competente,reparados,pintados ou restaurados,nos termos do art.17 do supra indicado decreto-lei. Vê-se,portanto,uma abrangência ilimitada das restrições inerentes ao instituto"

2.4"Em face às limitações impostas ao patrimônio pelo tombamento ao proprietário, conclui-se a mais elevada responsabilidade na comprovação da existência dos valores históricos artísticos,arqueológicos e monumental, pressupostos do art. 114 do Decreto Estadual nº 13.426,de 16 de Março de 1979."

2.5"Os valores que constituem a filosofia finalística do instituto do tombamento merecem,portanto,exame objetivo que justifique a medida restritiva aos poderes de domínio e seus reflexos nos setores político-sociais"

2.6"Alem da judiciosa preocupação que deve existir no processo de averiguação de existência de valores justificadores do Tombamento, mister ainda não se esquecer de que tais valores,depois de descobertos ou aferidos, devem passar pelo crivo crítico da própria história, através da linha metafísica e dialética. Tanto assim é que o legislador estadual, inclusive no âmbito administrativo, admite a contrariedade, em termos de mérito, sem prejuizo "ad futurum"da apreciação judiciária".

2.7"Não resta a menor dúvida de que o ato de tombar,a exemplo do que vem acontecendo nas cidades de Iguape e Cananeia, - como é público e notório, obstará o crescimento e desenvolvimento da cidade de Iporanga, como célula política do estado membro e da nação, impedindo o crescimento e embelezamento da cidade de Iporanga, como bem manifestam os munícipes na representação de 27 de Setembro de 1979 ao senhor Governador,conforme cópia em anexo,da qual se extrai o tex-

248

"da qual se extrai o texto seguinte:

" Não sendo possível aquilo que queremos para melhorar o que é nosso, somos obrigados a residir nessas velhas edificações,verdadeiras armadilhas sujeitas a desabar sobre npseas cabeças,a qualquer momento"

" Por outro lado,a conservação de tais velharias é um verdadeiro entrave ao crescimento e embelezamento de Iporanga,impedindo que surjam modernas e confortáveis moradias no lugar..."

2.8"Percebem os ilustres conselheiros a sabedoria dos cidadãos da pequena e humilde cidade de Iporanga,que não devem ser prejudicados nos seus anseios desenvolvimentistas,tão inerentes à época e história atuais,quando os desnivelamentos devem se extinguir,à medida em que a intervenção do Estado se justifique".

2.9"Tais anseios da população iporanguense estão consignados tambem na representação de 1o de novembro de 1979 dirigida ao Exmº Senhor Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, contendo 176 assinaturas, e cuja cópia tambem segue em anexo"

2.10."O ângulo técnico não pode ser esquecido neste cotejo. A época é marcada por um desenvolvimento tecnológico que a todos atrai,e que repercute de forma inelutável na própria revisão do que seja valor histórico e artístico. Isto neinguem em sã consciência pode negar. Esta explicação está magistralmente colocada em " As Fronteiras da Técnica " de Gustavo Corção, onde o ilustre pensador cristão conceitua a técnica como / sendo a melhor adaptação da lei física. Ora,tal conceito leva a um dinamismo,que admite sempre a existência de uma melhor técnica no dia de amanhã. Como,então,conciliar o que seja valor histórico e artístico frente a este movimento universal ?"

2.11."Ante tais fatos,não seria melhor,ou cabível a desapropriação? De certo,porque,então,haveria lugar para a justiça comutativa,uma vez que os desapropriados receberiam valores

249

2.13.ª Não é crivel que o ato de tombar deixe de considerar aspectos de atualidade social, que tambem visam ao aprimoramento do belo sob/é qualquer de suas constações, sejam históricas ou artísticas ou,até mesmo,arqueológicas".

2.14."O Município de Iporanga,como na generalidade,as localidades às margens do Rio Ribeira,e nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba, tem encantos naturais visto em sua paisagem global, mas não se pode dizer o mesmo dos núcleos habitacionais, como a área tombada de Iporanga,porquanto esta é formada de pequenas casas de taipa em estado de ruina, e inspirando insegurança, não tendo tambem,um quadro arquitetônico e histórico hábil,para justificar o seu tombamento. Em igualdade de condições,deveriam ser tombadas, imeritoriamente,áreas,como a de Apiai,Ribeira,Itaoca,Eldorado e outras semelhantes do Vale".

2.15."Da observação visual sobre a área tombada de Iporanga, chega-se a perguntar: onde e quais os bens ou monumentos que se prestam às finalidades do tombamento? Talvez se salve um, a Igreja matriz que se encontra em bom estado de conservação e desperta algum interesse histórico-religioso. Então, simplesmente sobre a Igreja matriz caberia o ato de Tombamento."

2.16."Diante de todas as circunstâncias apontadas,tendo em vista a deliberação do CONDEPHAAT,ora impuganada,esperam,judiciosamente,os contestantes que a medida restritiva e," data venia",incabível do Tombamento da área descrita da Cidade de Iporanga,conforme consta da Notificação-edital de 07 de maio próximo passado, seja cancelada após a conveniente manifestação desse Conselho e posterior encaminhamento do processo nº 00057/71,de Tombamento do Centro Urbano da Cidade de Iporanga, ao senhor Secretário de Cultura do Estado que, com sabedoria,equidade e senso de elevada Justiça,conhecerá deste contraditório, dando-se ao mesmo o aguardado provimento".

3.que estas as razões que arrolaram os Iporanguenses na defesa de seus direitos de propriedade sobre os prédios que constituem o esforço de suas lutas e atividades ou empreendimentos por vários anos,direta ou indiretamente,através de seus antepassados, merecendo a apreciação do Senhor Governador,com /

25C

com sua visão da sabido homem de empresa,de negócios,exímio promotor do progresso de nossa Nação, acrescentando outras nesta peça recursal, assim :

3.1.O CONDEPHAAT negou provimento à defesa dos contestantes e o Senhor Secretário da Cultura definiu,por fim,o processo de Tombamento,em vista das doutas manifestações administrativas no Parecer Nº 06/80-Condephaat e,no outro de fls.223 do senhor Procurador, digo,Conselheiro Ulpiano T.Bezerra de Menesas que, em suma,denegam o pedido de cancelamento objeto da "Contestatio"e,logicamente,as razões aí expendidas, aduzindo-se :

a) ser Iporanga "os últimos restos de um arraial setecentista;
b) são restos constituidos de edifícios dessa época e de arruamento,traçado,espaços urbanos,implantação da cidade na paisagem;
c) edifícios sem luxo arquitetônico,com simplicidade de realce de valor documental;
d) finalmentese dá em Iporanga, harmoniosa articulação da paisagem e da construção humana.

5 Apesar disso, recorrem a Vossa Excelência, de vez que as doutas razões denegatórias são insuficientes para debelar as razões da contestação, tendo-se em atenção que o tombamento resolvido alem de violar o direito individual dos proprietários, sagrado e intocável na legislação pátria, não deixa de ser um entrave ao desenvolvimento e ao progresso da pequenina cidade ribeirinha .

5.1 Desrespeitou-se o processo citatório, como já foi dito antes procedendo-se a notificação por edital, quando é certo, que os proprietários contestantes existem individualmente, e seus direitos têm intima ligação pessoal e juridica com os mesmos .

5.2 Desrespeitou-se tambem, a faculdade legal prevista para os Municípios com sua competencia concorrente com o Estado para legislar - itens VIII, IX e XI, do artigo 3º do Decreto Lei Complementar nº 9, 31 de dezembro de 1969,e suas retificações.

5.3 Pode-se perguntar onde no processo instrutorio do tombamento ficou definido o uso a ser dado à área tombada, bem comm. quais os planos existentes nesse mesmo processo para a revitalização da cidade de Iporanga?

5.4 Dentro da área tombada, conforme levantamento efetuado, existem prédios modernos, completamente fora dos parametros exigidos para o tombamento. - Relação em anexo, c/ fotos.

poluindo-os, sujeitando as populações ribeirinhas a perigos que até então não exitiam - tomar água poluida, o que vem chamando a atenção de outra parte da população que potesta contra o tombamento fazendo coro e engrossando a coluna dos descontentes.

6 Os recorrentes querem com a devida venia ressaltar ainda, que na hipoteses de trocas de favores não é admissivel que uma das partes leve desvantagem de maneira tão grave como esta ocorrendo no presente tombamento, em que por um bene ficio de implantação de uma rede de esgoto se coloque em - risco a saude da população, poluindo-se os rios que percor rem a cidade , ressaltando-se ainda, que a maior prejudica da, a parte maior , a população.

7 Temem os contestantes que com o ato de tombamento, venha a- contecer à Iporanga, o que esta acontecendo em Cananéia e Iguape, onde o tombamento, para aquelas populações vem signi ficando abandono e destruição pelo tempo.

8 Não desconhecem os recorrentes o poder de policia invocado pela Administração Pública, para até tomar medidas de tom- bamento como a presente, mas estranham que o processo para tanto, se desvincule da vontade individual, quando é certo que a convenção da qual resultou um pseudo consentimento - popular para o tombamento, não estava integrada dos lidimos habitantes do Municipio, sendo tal convenção liderada e en- grossada, na sua maioria, por pessoal estranhos à Comuna.

9 Ressaltam os recorrentes, com apoio na população de Iporanga e tomando como lema a faculdade dos individuos para gerirem os seus negócios e seus bens, suportando apenas a função su- pletiva do Estado, no momento em que não possam atingir os seus objetivos, , o seu interesse em se desenvolver e pro - gredir por sua propria conta, ficando a ação do Estado re - servada aos Programas Gerais de Saneamento e Desemvolvimen- to, pensando ainda, que o tombamento de áreas urbanas, di- ficultando o desenvolvimento de Municipios, não seja meta - prioritária do Governo de Vossa Excelencia.

Assim, oferecem o presente recurso, com fundamento nas disposições do artigo 129 - § 2º, do decreto 7730, de 23 de março de 1.976, e no § único do artigo 180 da Constituição da Republica, decreto Lei Complementar Estadual nº 2, e esperam se digne o Senhor Governador, no seu alto espirito politico e de justi- ça de determinar o cançalamento do tombamento do centro urbano da - cidade de Iporanga.

Em anexo ao presente recurso seguem re- lações de proprietários referidas no recurso e dos predios de cons- trução recente, discordando portanto, do tipo das construções anti- gas.

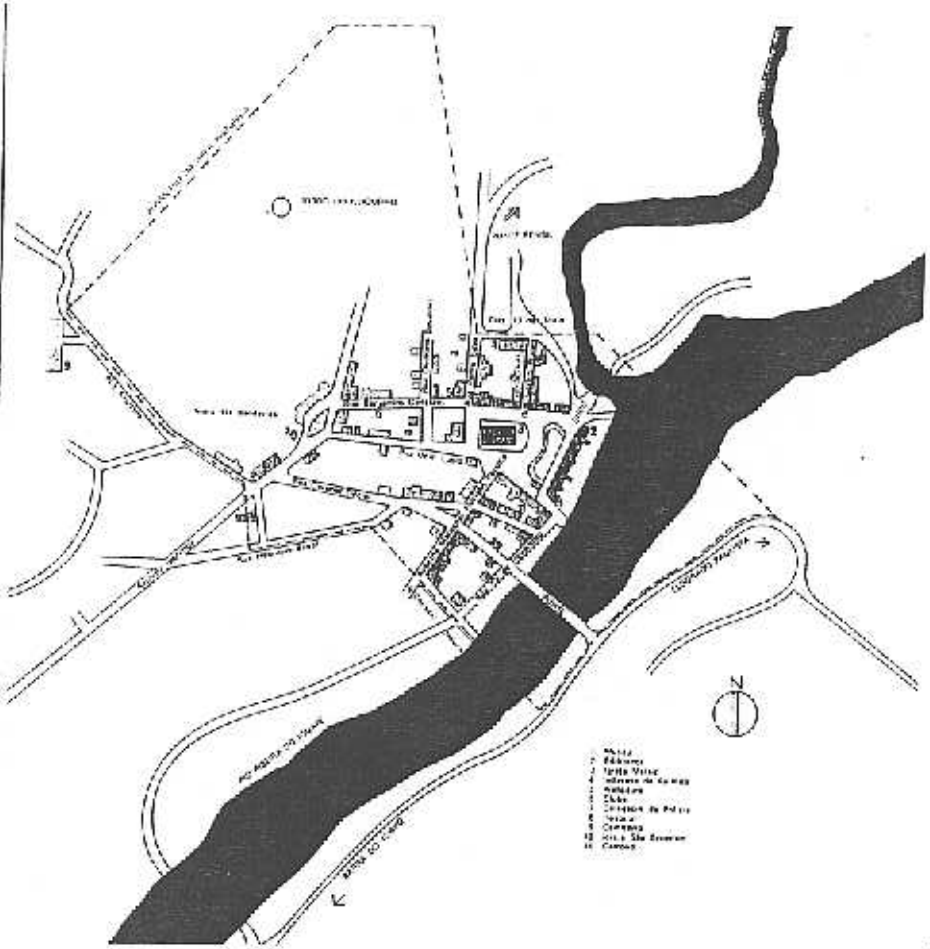
Termos em que pedem deferimento.

PP. Raymundo Coelho de Alencar

FORMATO = A-4 213 x 297 mm

ANEXO 5

Cartaz elaborado pelo CONDEPHAAT, visando a divulgação de Iporanga e o subsídio para o processo de convencimento dos moradores quanto às vantagens do tombamento (nov. 1979).

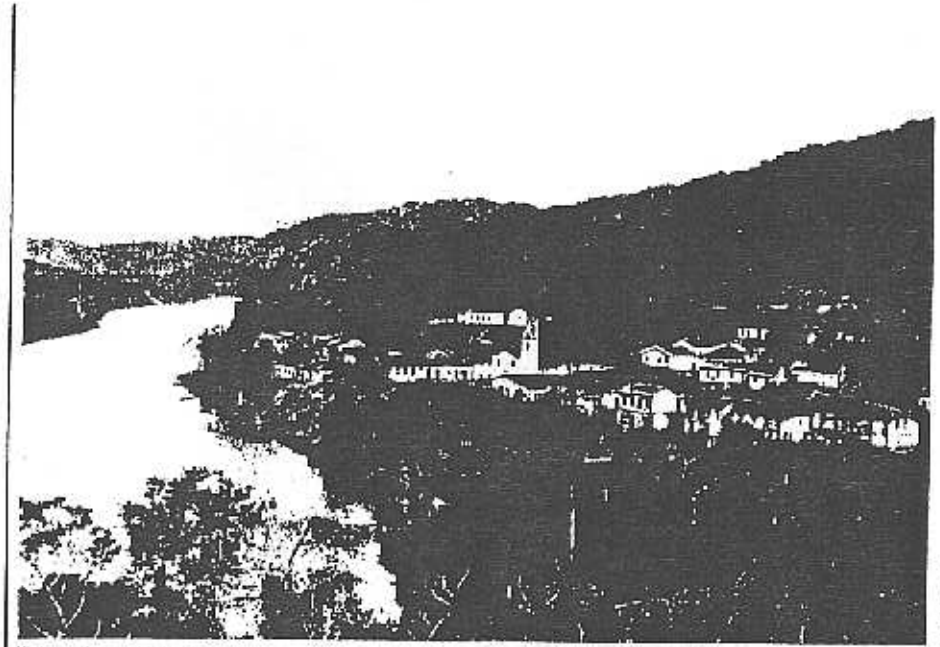


CONDEPHAAT/CIDADES HISTÓRICAS
3

Iporanga

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Governador: Eng.º Paulo Salim Maluf
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Secretário: Deputado Cunha Bueno
CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Novembro de 1979

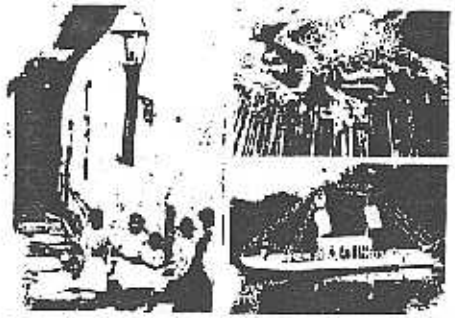
IMPRESSO NA GRÁFICA DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Vista geral da cidade em 1900.
Como cidade histórica, Iporanga ("Água Bonita") deve ser preservada, pois é uma das poucas que ainda conservam a maior parte de seus traços originais.
A paisagem que cerca a cidade — vegetação exuberante, vales e gargantas profundas cortadas por rios muito limpos e mais de uma centena de cavernas calcárias — também precisa ser conservada, pelo patrimônio que constitui e pelo potencial turístico que representa.
(Foto Commissão Geographica e Geológica, 1900).



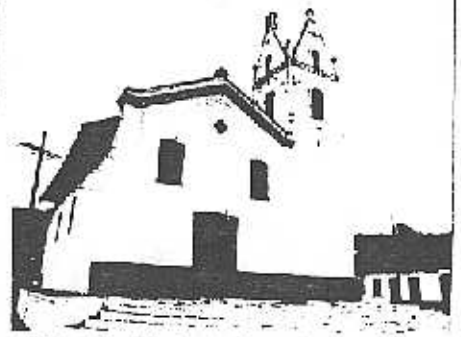
Casas da Praça da Matriz, ou Praça Luiz Nesthiernar.
As casas baixas, de taipa ou pau-a-pique, construíam em sua maioria as telhas tipo canal, as soleiras em arcos nas portas e janelas, estas lintadas por pesadas folhas de madeira. O isolamento de Iporanga permitiu que seus moradores mantivessem as características de construção que identificam toda a região. Algumas casas térreas, tres sobrados, a cadeia e o chafariz foram, lamentavelmente, demolidos, deixando assim de enriquecer o patrimônio cultural do Estado.
(Foto Julio Scarano, 1978).



Esquina da rua do porto, início do século XX.
As calçadas altas, de pedras e com degraus são características de Iporanga, bem como as lamparinas a querosene importadas da Bélgica, das quais ainda existem algumas na cidade.
(Foto de morador local).

Detalhe do interior da Caverna Santana.
Mais de cem cavernas calcárias são encontradas no município de Iporanga, todas oferecendo formações raras e estranhas. Elas fazem parte do rico patrimônio ambiental onde a cidade se integra.
(Foto Clayton Ferreira Lino, 1978)

A procissão de Nossa Senhora de Livramento, no primeiro dia do ano, é a principal festa de Iporanga. A imagem da santa desce o Ribeira numa balsa enfeitada construída sobre três canoas, até o porto do ribeirão Iporanga dali, o cortejo segue para a matriz, onde a noite é assistida missa, seguindo-se muitos grandes festejos.
(Foto de morador local).



A igreja matriz de Santana de Iporanga foi construída por volta de 1820, com grossas paredes de taipa.
A torre foi acrescentada em 1884 pelo alemão Guilherme Lozer, "construtor de igrejas" nomeado pela Santa Sé e que, para as obras de Iporanga, recebeu uma condecoração do D. Pedro II. O sino foi doado por Joaquim Moin comerciante local; tem 61mm aproximadamente e consta que dois quilos de ouro do ribeirão Iporanga foram misturados ao bronze durante a fundição. A escadaria semi-circular de pedra, que se vê na frente da igreja, é o terreiro preferido dos moradores para o jogo-da-bola, brincadeira que ao jogo inglês como peça as semelhanças conhecidas como gilo-de-bol e gira-do-cabra ou pequenas pedras.
(Foto Clayton Ferreira Lino, 1978).

Patrimônio Cultural

"Tombamento" é uma palavra antiga que hoje significa o registro, num livro especial, de construções, monumentos, objetos, documentos, lugares, etc., considerados importantes por razões históricas, artísticas, tecnológicas ou afetivas e que, por isso, merecem a proteção do governo e da comunidade. Esses bens constituem o que se chama de "patrimônio cultural".

Assim, uma das conseqüências do tombamento é que os bens tombados passam a ser conservados, não podendo ser destruídos. Isso não quer dizer, porem, que sejam intocáveis e que tenham que ficar imobilizados para simples contemplação dos visitantes. Eles devem, isto sim, ser usados e aproveitados ao máximo para a vida cotidiana, inclusive atendendo às exigências da vida moderna.

Dessa forma, são aceitáveis alterações e adaptações; mas, para garantir que essas mudanças não venham a destruir os bens tombados ou desfigurar suas características fundamentais, elas precisam da aprovação do CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo — que orienta os proprietários sobre as obras de conservação, restauração ou reforma que devem ou podem ser executadas.

No tombamento, o governo não desapropria os imóveis que continuam nas mãos dos seus legítimos proprietários, podendo ser comercializados. Quando o proprietário demonstrar que não tem recursos para a restauração ou conservação desses bens tombados, a lei determina que o governo lhe preste auxílio financeiro. E a própria comunidade, consciente de que essas propriedades constituem um patrimônio cultural de todos nós, tem o dever de colaborar na sua preservação.

ga

e da prata" era o nome que
onos cavam à faixa de litoral que
ul do Cananéia. Isso porque, desde
rriam fendas sobre a existência
sos no interior; daí, as primeiras
enas.

o na região de Iguape, os caminhos
e terrestres que para lá se
n a ser freqüentados tanto pelos
ral, em direção ao "sertão", como
e faiscadores, que do planalto

ia Ribeira e de seus afluentes,
culo XVIII, tiveram início várias
ação da mineração: Iguape, Xiririca
aulista), Ivaporunduva, Porto
ga. Nessas núcleos também eram
feijão, milho e outros gêneros,
da população.

mineração deixava de ser
is e ouro de lavagem esgota-se
adução de arroz cresce na região;
os monjolos ou nos pilões-de-mão,
ado, pelo rio, para os povoados

ica e as atividades econômicas
ao Vale do Ribeira um
margem das outras regiões
esso, o deslocamento das gentes,
ouro, depois em busca de terras
m povoamento espaçado.
a mudança de local das
l cidade de Iporanga, por exemplo,
gada a um antigo arraial
erca de seis quilômetros de seu
o.

o Arraial

belecimento, na ribeirão Iporanga,
nente no início do século XVIII.
1753, os mineradores Garcia
sé Rolim de Moura, Antonio Leme
no Mendes Torres substituíram

uma antiga capela de sapé por outra, de taipa e coberta com telhas; nela foi colocada uma imagem de Santana — doada por Rodrigues Pais — que ganhou coroa e resplandor de ouro, feitos a mando do Alvarenga.

O metal batendo na região era enviado à Casa de Fundição instalada pela Coroa portuguesa em Iguape, então principal núcleo da região. Os caminhos terrestres eram muito ruins, e a ligação entre a serra e o litoral se fazia pelos rios: canoas transportavam o ouro, as notícias, as ferramentas, o sal, os gêneros. Dessa povoação restam os vestígios das casas, as valas e os desvios do ribeirão, testemunhos das atividades de mineração.

Santana de Iporanga

No fim do século XVIII, a produção de ouro no arraial já era pequena. A população resolve mudar-se para o local em que o Iporanga deságua no Ribeira, de onde o contato com o litoral era mais fácil. Na nova povoação de Santana de Iporanga, os moradores dedicaram-se à agricultura de subsistência. A roçadura e o arroz que cultivavam eram levados para Iguape, pelo rio, iniciando-se um pequeno comércio. Além disso, ainda se explorava algum ouro, em leiras próximas.

A capela continuou no antigo arraial, e a população sentia falta de um lugar para a prática de seu culto. O padre Bernardo de Moura Prado, então, animou os moradores para a construção de uma nova capela, a qual foi autorizada pelo Bispo da Capitania, Dom Mateus de Abreu Pereira.

Toda a comunidade participou da empresa: por meio de mutirão, plantou-se uma grande roça de arroz, que rendeu a quantia de cem mil réis. O dinheiro foi usado para pagar a mestre de taipas Francisco Alves, que dirigiu a construção no terreno cedido por Escolástica Mario Carneiro.

Antes de 1821, a igreja estava pronta, e até hoje continua como um marco na cidade, em meio ao conjunto de casas de taipa e de pau-a-pique ainda existentes.

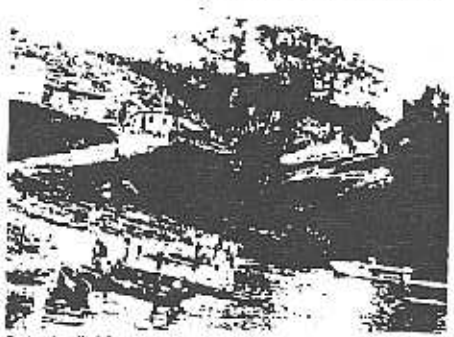
O isolamento do povoado, as dificuldades de navegação provocadas pelas corredeiras do Funil, da Caracol e do Poço Grande, não impediram uma certa prosperidade da agricultura e do comércio. A venda de aguardente, rapadura e farinha para as proximidades permitiu a multiplicação de alambiques, engenhos e casas de farinha nos arredores de Iporanga. Além disso, o povoado era um centro das regiões vizinhas, onde ainda se batevam ouro: assim, guardou características de arraial.

O comércio trouxe fartura e uma relativa riqueza: em 1830 o povoado era elevado a Freguesia e, dois anos depois, a Distrito de Paz.

Em meados do século XIX, as minas de chumbo descobertas na região foram consideradas as mais importantes do Império; sua exploração, porém, deu-se muito depois, devido à dificuldade de acesso.

Elevada a Vila em 1873 e a Município no ano seguinte, Iporanga tornara-se importante ponto na ligação comercial entre o litoral sul e as vilas do planalto: Itapeva da Faxina, São Pedro de Itararé, Avaré, Itapetininga e outras. Os meios de transporte usados nesse comércio eram as canoas, pelo Ribeira, entre Iguape e Iporanga e, serra acima, as tropas de mulas.

Por volta de 1830, a população atingia 3.000 habitantes, entre os quais havia apenas 80 escravos.



Porto do ribeirão Iporanga, descascando-se o pau-de-sangue, árvore que os moradores apreciavam muito e que foi destruída por um raio. Desde o século passado, os três portos de Iporanga eram mantidos em boas condições pela prefeitura: deles dependia a vida econômica dos habitantes e por eles era feita a comunicação com os núcleos de vizinhança, através de canoas e barcos. (Foto de um morador local, cerca de 1950).

A cidade contava com quase 30 armazéns e 32 fábricas de aguardente e rapadura; além dos comerciantes, salientava-se entre a população um bom número de ferreiros, cuja atividade ligava-se à constante passagem de tropas de burros pela cidade. Esse movimento era tão importante, que a prefeitura mantinha, próximo ao porto, uma área para pastagem e descanso dos animais.

A prosperidade de Iporanga ressentiu-se com a implantação da ferrovia e da rodovia no planalto, que prejudicou o movimento comercial de serra-abaixo. Apesar disso, os iporanguenses continuavam a produzir aguardente, farinha, bem como canjica e derivados de carne de porco, enviando seus produtos às cidades próximas.

O Ribeira de Iguape, ao longo do qual havia alguns armazéns, continuava como principal via de comunicação; desde 1901, a governo da Província mantinha uma linha regular de navegação entre Iguape e Xiririca. A viagem demorava vários dias, e a Iporanga só chegavam as canoas movidas a varas. Esse problema de acesso retardou o desenvolvimento do município: embora rico em minérios, o escoamento da produção era difícil.

Em 1939, a inauguração da estrada entre Iporanga e Apiaí e, um ano depois, de uma linha de ônibus, deram alento à economia regional. Na década de 1950, a mineração de chumbo, ouro e prata teve bons resultados e forneceu empregos a boa parte da população; mas a dificuldade de transporte da produção levou à diminuição dessas atividades.

Nos anos 70, a ponte sobre o Ribeira, novas estradas, o turismo, a instalação de novas empresas, permitiram um crescimento mais acelerado da cidade; a renda municipal porém, continuou baixa.

O isolamento, ao retardar o desenvolvimento de Iporanga, por outro lado foi um fator importante para a conservação da paisagem riquíssima, das construções e dos costumes de seus habitantes: as cerastas, o joga-da-onça, a festa do Divino, as romarias de São Gonçalo, a procissão de Nossa Senhora de Livramento. Tudo isso forma um patrimônio que deve ser preservado, não só pelo potencial turístico que representa, mas principalmente porque constitui a própria identidade da comunidade.

ANEXO 6

Ofício do governador Paulo Maluf (set. 1979) respondendo ao abaixo-assinado dos moradores de Iporanga e apresentando os itens a serem cumpridos no Plano de Emergência.

Gabinete do Governador
Estado de São Paulo
Protocolo nº 1.[illegible]-79
Proc. SC-[illegible]/79

São Paulo, 13 de novembro de 1979

Senhor Prefeito,

Em resposta ao seu abaixo-assinado, com as firmas de cerca de vinte e seis moradores desta cidade, devo ao Prefeito e à comunidade de Iporanga as minhas ponderações.

O processo de tombamento de Iporanga iniciou-se em 1971, e até recentemente, como verifiquei no processo, quase nada foi feito. Assim, entendo por que razão o prefeito e esses moradores, sinceramente interessados no bem da sua comunidade, sentiram-se levados a não desejar o tombamento.

Agora, porém, com a dinamização do CONDEPHAAT, órgão responsável pela preservação do nosso patrimônio histórico, seguindo as diretrizes da Secretaria da Cultura, alterou-se o conceito de tombamento. Há a necessidade de medidas mais concretas, ao lado do tombamento, para que sejam preservados nossos bens culturais.

Cumpre considerar, portanto, que o tombamento é um ato jurídico que, isolado, pouco tem a oferecer, mas que, integrado num plano de revitalização, significa a possibilidade real de recuperação da cidade e de crescimento com que sonhamos todos, prefeitos, vereadores, moradores e nós, como governo do Estado.

Assim compreendendo, é que determinei a implantação imediata do Programa de Emergência para a recuperação urbana de Iporanga, com as seguintes medidas:

1. Verba de um milhão de cruzeiros já foi liberada pela Secretaria de Estado da Cultura, e será aplicada imediatamente na restauração das construções mais preci-

Gabinete do Governador

Estado de São Paulo
EG/Ofício nº 827/79
Proc. SC-2157/79

Mist de Iporanga, para restabelecer o patrimônio ambiental.

2. Implantação da rede de esgotos, orçada em Cr.$ 6.130.355,00 (seis milhões, cento e trinta mil e quinhentos e cinquenta e três cruzeiros), cujas obras se iniciam já neste dia 16 de novembro: a SABESP estará implantando na cidade 5.600 metros de rede coletora e 150 (cento e cinquenta) ligações domiciliares; serão assentados 90 (noventa) metros de emissário sub fluvial e demais equipamentos que caracterizam uma estrutura sanitária moderna, que irá beneficiar a população.

3. A SUDELPA, dentro do seu programa de atendimento aos municípios do Litoral, realizará seu programa conjuntamente com a Secretaria da Cultura visando à revitalização da cidade.

4. A ampliação da Escola de 1º Grau, a ser efetivada pela CONESP, já consta do programa de 1981.

5. A pavimentação da estrada Apiaí-Iporanga, numa extensão de 39 quilômetros, que atenderá uma das maiores reivindicações dos iporanguenses.

6. A instalação do escritório regional da CONDEPHAAT, em Iporanga, que permitirá o acompanhamento dos trabalhos de restauração das obras históricas da cidade e orientará tecnicamente os moradores, sem que tenham que se deslocar até São Paulo.

Logo após esse Programa de Emergência, a Secretaria da Cultura, através da CONDEPHAAT, deverá iniciar o Programa de Preservação, que será desenvolvido a médio e longo prazos, já montando na infraestrutura -

Gabinete do Governador
do Estado de São Paulo
GEG/Ofício nº 6[illegible]/79-GG
Proc. 28-2197/79

que a cidade está recebendo. Assim, como centro histórico revitalizado, Iporanga terá o impulso do turismo bem orientado e, com isso, virá a retomada organizada do desenvolvimento.

Esse é o progresso que desejo para Iporanga. Um progresso que respeite suas tradições e sua história, que são de todo o povo brasileiro; que respeite sua paisagem e suas características de antigo arraial de mineração, último testemunho dessa fase no Estado de São Paulo. Um progresso possibilitado pelo tombamento que traz a revitalização, não o progresso predatório.

É ao povo de Iporanga que mais interessa a defesa intransigente da sua cidade e de seu patrimônio cultural, que exalte no sentido de que a comunidade, consciente do seu papel, se integre ao esforço comum o tombamento de Iporanga com o programa de revitalização.

Atenciosamente,

PAULO SALIM MALUF
GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO 7

Boletim do CONDEPHAAT n°. 3 (nov. 1979) contendo textos esclarecedores da situação de Iporanga quanto ao tombamento.

a- Iporanga, cidade histórica

b- Iporanga: porque tombar uma cidade?
(Ulpiano T. Bezerra de Menezes)



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Cultura

CONDEPHAAT
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado

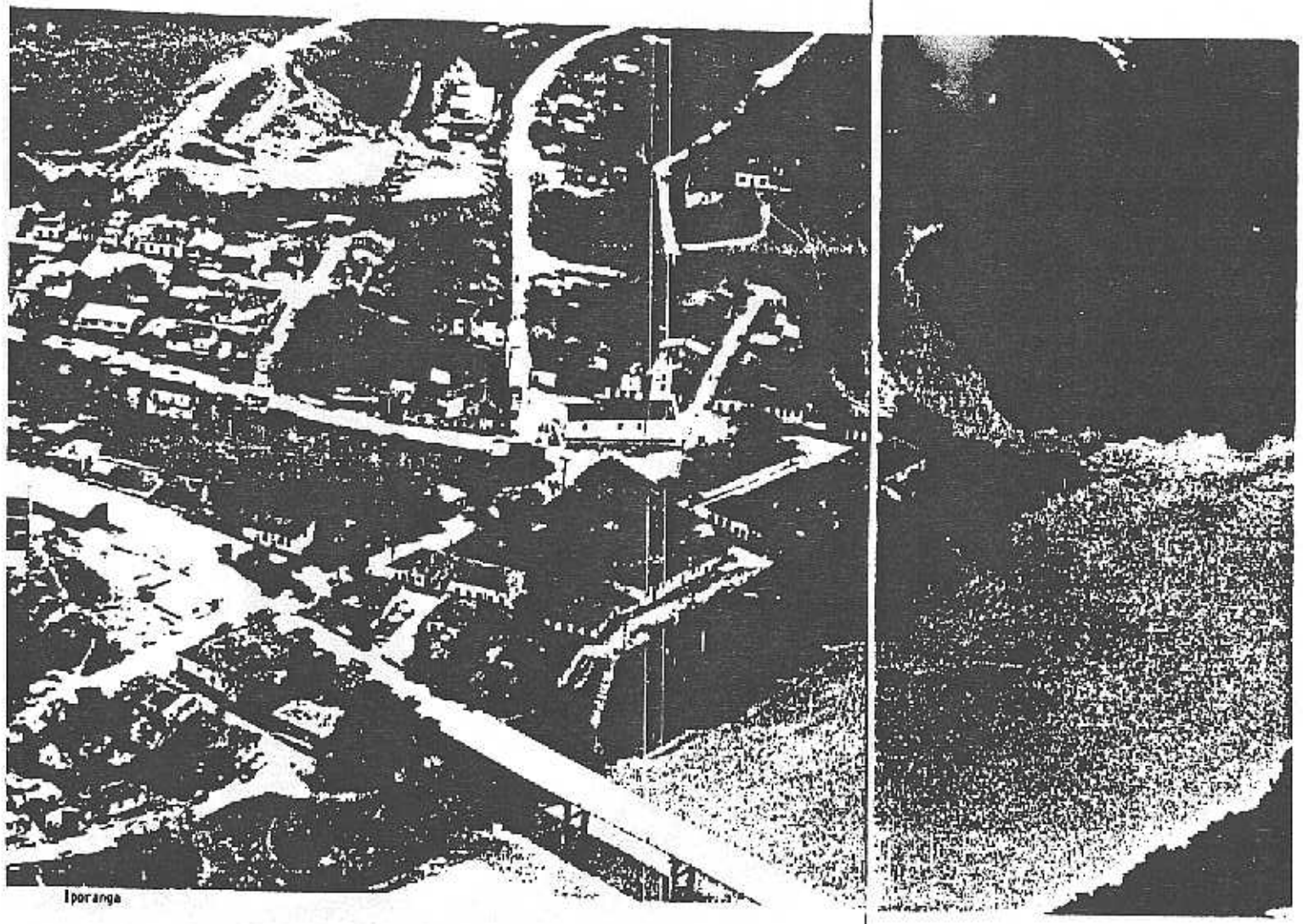
CONDEPHAAT / BOLETIM

3

Governo do Estado de São Paulo
Governador: Eng. Paulo Salim Maluf

Secretaria da Cultura
Secretário: deputado Cunha Bueno

CONDEPHAAT / BOLETIM 3
Novembro de 1979



Iporanga

Editori

"Iporanga, município co
no Vale do Ribeira, pod
marco na história da pr
patrimonial no Estado d
Assim começava o editor
São Paulo" na sua ediçã
novembro último, comen
e celeuma e as polêmica
que surgiram entre auto
políticas e acadêmicas
tombamento daquela cida

Impressionou também ao
"o estilo dessa ação di
- referência à presença
juntamente com o próprio
Cultura e representante
outros órgãos govername
discutindo com a comuni
de seus monumentos - "s
em questão de cultura t
medievalmente lento ent

Também "O Estado de São
editorial no dia 21 de
referência à ação do CO
Iporanga, comentando qu
resume-se em "preservar
revitalizá-las, dando-l

Iporanga, cidade histórica



Iporanga, último arraial de mineração do ouro do Estado de São Paulo, pode vir a ser a primeira cidade histórica a ser tombada pelo governo estadual através do CONDEPHAAT, como parte de um projeto de preservação de um dos mais ricos acervos da arquitetura colonial brasileira.

As primeiras providências para a recuperação e revitalização do seu núcleo urbano foram lançadas pelo CONDEPHAAT, através de um programa de emergência que já está atendendo às necessidades mais prementes, visando não apenas recuperar as construções mais antigas e atingidas pela ação do tempo, como também implantar a infra-estrutura de que a cidade carece. A médio e longo prazos, o CONDEPHAAT estará desenvolvendo um programa de preservação que irá permitir a valorização do patrimônio ambiental de Iporanga, principal trunfo com que a cidade conta para retomar o seu processo de desenvolvimento.

O ARRAIAL DE IPORANGA

Foi a descoberta do ouro nos afluentes do rio Ribeira que levou os primeiros colonizadores - localizados no litoral de Iguape - a subirem o rio, entrando no sertão. Alguns mineradores estabeleceram-se à margem do ribeirão Iporanga, a mais ou menos seis quilômetros do lugar onde ele deságua no Ribeira.

Até o fim do século XVIII, a povoação viveu nesse local, à custa da mineração. Mas o ouro de lavagem esgota-se rapidamente e a população do arraial resolveu mudar-se para a barra de Iporanga, à margem do Ribeira. Do primeiro núcleo, ainda restam sinais de casas e das valas e desvios do ribeirão, que são marcas da mineração.

Mesmo isolada do litoral por causa das dificuldades de navegação provocadas pelas cachoeiras do Ribeira, Iporanga alcançou uma posição de destaque na região, fornecendo aguardente, rapadura e farinha para outras povoações. Em 1830, era elevada à condição de Freguesia e, dois anos depois, era criado o distrito de Paz de Iporanga; em 1873 era elevada à Vila e, um ano depois, tornava-se município.

Todas as tentativas de incrementar a mineração, em épocas seguintes, esbarraram no problema do escoamento da produção. Mas este isolamento, se retardou o crescimento de Iporanga, por outro lado permitiu que a cidade se mantivesse rica em seu aspecto cultural, que hoje traz uma possibilidade real de desenvolvimento.

TOMBAMENTO, PRIMEIRA ETAPA

O tombamento é apenas uma etapa do processo de preservação de uma cidade histórica. Não significa que a cidade vai ficar estagnada, impedida de desenvolver-se. Também não quer dizer que os moradores fiquem impedidos de negociar suas propriedades localizadas no núcleo histórico. Pelo contrário, significa que a cidade vai se desenvolver aproveitando o fato de ser um centro histórico, e que a atenção da Secretaria da Cultura será dirigida à um progresso orientado e não destruidor.

PLANO DE REVITALIZAÇÃO - AS PRIMEIRAS MEDIDAS

Contando com o apoio e a decisiva atuação do Secretário da Cultura, deputado Cunha Bueno, estamos iniciando a implantação do plano de revitalização de Iporanga, que está dividido em duas partes: o programa de emergência (cuidados imediatos, de acordo com as necessidades mais urgentes da cidade) e o programa de preservação (com medidas a médio e longo prazos, valorizando o patrimônio ambiental da cidade).

O programa de emergência, já em fase de

concretização, é composto dos seguintes itens:

1. Verba de 1 milhão de cruzeiros, concedida pela Secretaria da Cultura, para a restauração das construções mais danificadas, entre as quais a Biblioteca Municipal.

2. Implantação do serviço de esgotos, já iniciada neste dia 16 de novembro, com um orçamento de Cr$ 6 130 553,00. A SABESP assentará 3 600 metros de rede coletora e executará 150 ligações domiciliares.

3. A SUDELPA através de convênio assinado com o CONDEPHAAT participará desse programa de emergência para colocar Iporanga como uma das prioridades no seu programa para o próximo ano.

4. A partir de janeiro de 1980, a CONESP inicia as obras de ampliação do Grupo Escolar.

5. A estrada de acesso à cidade será pavimentada, com a entrega do projeto marcada para janeiro, e a licitação em fevereiro, atendendo-se dessa forma uma das maiores aspirações da população do Iporanga.

6. O CONDEPHAAT está instalando em Iporanga o seu escritório regional, que ficará aos cuidados do arquiteto Clóvis Lerner. Assim, as necessidades de restauração e preservação do seu patrimônio, poderão ser atendidas sem que os moradores interessados tenham que deslocar-se até a Capital.

Esses benefícios iniciais, bem como os que serão trazidos pelo programa de preservação, são decorrentes do processo de tombamento, sem o qual a cidade não poderia receber esse tratamento privilegiado. Deve-se à sua condição de cidade histórica o fato de merecer um programa específico para o qual convergem neste momento todos os setores da administração estadual.



Iporanga: Porque tombar uma cidade?

Ulpiano T. Bezerra de Menezes

A proposta de tombamento do núcleo urbano de Iporanga, aprovada pelo Conselho do CONDEPHAAT, tem provocado bastante discussão entre seus habitantes. Esse debate é muito positivo na medida em que representa o interesse dos cidadãos por aquilo que lhes pertence e de que são responsáveis. Muitos dos problemas discutidos, porém, giram em torno de premissas falsas quanto à natureza, efeitos e fundamentos da medida proposta. Assim, entenda-se tombamento como desapropriação ou se imagina que ele viria a congelar o aspecto físico da cidade e bloquear o seu progresso. Conviria, pois esclarecer alguns aspectos.

O tombamento é o reconhecimento formal, pelo poder público, do valor cultural de um bem: um objeto, uma construção, uma paisagem, uma cidade, etc. Reconhecer um valor cultural é também declarar seu interesse social, isto é, que o bem em questão tem uma significação que interessa não só a seus proprietários, mas também à comunidade em geral e que, portanto, é desejável que ele seja preservado para que sua significação possa atingir o maior número de beneficiários pelo maior tempo possível.

A declaração oficial é necessária porque existe sempre o risco de que os interesses individuais prevaleçam sobre o interesse social. Por essa razão, o tombamento acarreta o impedimento de destruir o bem tombado ou usá-lo de maneira predatória. Não mumifica ou imobiliza o bem, excluindo qualquer possibilidade de alteração. Apenas regulamenta o uso e alterações para evitar que se desfigurem as características que precisamente levaram à declaração do interesse cultural. Assim, o tombamento não se opõe ao progresso, ainda mais que só se podem considerar progresso aquelas inovações de interesse social. Em outras palavras: ou o progresso é social, ou não é progresso (é modernização, moda ou equivalente). A preservação do patrimônio cultural, dessa forma, não recusa o novo, mas somente o novo irresponsável e a substituição sem significação social.

O valor de Iporanga como "bem cultural", merecedor do tombamento de seu núcleo urbano, fundamentou-se em cinco pontos de vista diferentes:

1. Valor paisagístico

Iporanga ainda dispõe daquilo que a maioria das cidades brasileiras vem



as grandes
conhece por consulta
ntigos: a presença
natural, a
perceber que uma
a uma certa maneira
zar a natureza, a
ará organizar sua
dade. Em diálogo com
tanto sem destruí-la
de todos - não só de
nga há dois rios
da) são rios de
mente grandes
erto, e colinas que
ladeiras, e matas que
lugar ao chão nu dos

nas e às matas, o
onânte que dos
es, se tem da cidade,
que se avistam a
, constituem um
nário de
librada do homem

2. Valor estético

A implantação da cidade, a definição do espaço urbano, o traçado das ruas e praças, a igreja, o casario e suas disposição, representam uma forma de beleza na ocupação da paisagem natural. Beleza que, infelizmente, não aparece como preocupação perceptível nas ocupações mais recentes.

3. Valor tecnológico

Iporanga representa, ainda, aspectos da inteligência do homem brasileiro, do seu "saber fazer". No uso dos materiais, nas formas construídas, nas técnicas construtivas, está presente uma capacidade de apropriação da natureza em benefício do homem, uma sabedoria na solução dos problemas técnicos relacionados com a transformação da natureza para fins humanos.

4. Valor afetivo

O conteúdo afetivo é a ligação àquilo a que eu "pertenço". O homem não é um ser abstrato, errante no espaço, mas um ser cuja significação está nas redes de relação que ele estabelece com seus semelhantes, com as coisas, com os lugares: eu pertenço também a um lugar. E Iporanga é (ainda) um lugar que é possível reconhecer, que ainda não entrou no ritmo das transformações antropológicos que impedem o uso de qualquer referência.

5. Valor histórico

Em Iporanga encontra-se (ainda) a presença de seu passado, que remonta ao século XVIII. Valor histórico, contudo, não representa apenas anos passados: 10, 50 anos, um século, vários séculos. Não se trata de tentar prolongar testemunhos de épocas que não voltam mais; Trata-se, essencialmente, de considerar o passado como produto de um trabalho passado. O que existe em Iporanga de épocas que já se foram ou toca porque eu tiro ainda benefício do esforço e labor dos que vieram antes de mim e aí ergueram suas casas, construíram a igreja, traçaram as praças, plantaram os jardins, as hortas e os campos, fabricaram os equipamentos e objetos necessários para sua atividade quotidiana e seu relacionamento uns com os outros. E só o trabalho que constrói realidade e a História outra coisa não é senão o fruto do trabalho do homem. Por isso mesmo, não é coincidência que só exista



respeito pelo patrimônio histórico quando também existe respeito pelo trabalho do homem.

O resultado desse trabalho, ao longo do tempo - três séculos - foi dar a Iporanga uma fisionomia própria, uma cara que é sua. Não uma cara feita em série, estereotipada como uma salsicha, homogeneizada, massificada. Mas uma cara feita à mão, uma cara própria.

Ora, os projetos todos que estão sendo elaborados para Iporanga (saneamento básico, infra-estrutura urbana, melhorias de diversa natureza) não são uma barganha que o poder público oferece a fim de obter o consentimento dos habitantes para o tombamento, já que os principais beneficiários do tombamento são os próprios habitantes! São, isto sim, condição indispensável para que uma cidade funcione plenamente, satisfatoriamente como cidade. Para que Iporanga seja uma cidade em que seja bom viver. E por que Iporanga, prioritariamente? Pelo fato mesmo de que Iporanga é (ainda) uma cidade que tem cara própria. Por isso ela é importante não só para seus habitantes como também para nós outros que não moramos nela mas nos reconhecemos nela.

Em última análise, o tombamento visa a impedir que, por interesses particulares, Iporanga perca seu maior tesouro, sua cara própria e a substitua por qualquer máscara barata fabricada em série e comprada em qualquer supermercado de especulação e do lucro individual.

ANEXO 8

Resoluções n° 18 e 19, publicadas no DOE de 26 jun. 1980, tratando sobre a efetivação do tombamento.

B-27

B30

CULTURA

Secretário: ANTONIO HENRIQUE DA CUNHA BUENO

Gabinete do Secretário

Resolução 18, de 20-6-80

O Secretário Extraordinário da Cultura, nos termos do artigo 1.o do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969, resolve:

Artigo 1.o — Fica tombado o Centro Urbano da Cidade de Iporanga, cujo perímetro é descrito no artigo 2.o desta Resolução, como conjunto de importância especial e de interesse maior por possuir valores de ordem histórica, arquitetônica e urbanística, que o situam de modo relevante no Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo.

Artigo 2.o — Descrição do perímetro tombado: «Inicia-se o perímetro de Tombamento do Centro Urbano da Cidade de Iporanga no ponto de confluência da rua Coronel Neves com o prolongamento ideal da Rua Henrique Bauer (Ponto 0). Segue pela Rua Coronel Neves na direção oeste até a confluência com a continuação da rua da Saudade que passa pela frente da Capela de São Benedito (Ponto 1). Segue pela continuação da rua da Saudade na direção norte até a confluência da rua da Saudade com a avenida Iporanga (Ponto 02). Segue pela rua da Saudade na direção noroeste até o ponto de encontro com o canto norte do cemitério do Município (Ponto 3). Deflete para nordeste com um ângulo de 96° em relação à linha da rua da Saudade e segue em linha reta por 400 metros (Ponto 4). Deflete para leste com um ângulo de 133° em relação à reta anterior e segue em linha reta por 100 metros (Ponto 5). Deflete para sul com um ângulo de 99° e segue em linha reta por 310 metros (Ponto 6) Deflete para leste pelo eixo da rua 13 de Maio com um ângulo de 82° e segue em linha reta por 120 metros (Ponto 7). Deflete para sudeste com um ângulo de 145° e segue em linha reta por 270 metros onde encontra a estrada para Eldorado Paulista (Ponto 8). Segue pela estrada de Eldorado Paulista na direção sudoeste até o ponto de encontro desta estrada com a estrada de Barra do Turvo (Ponto 9). Segue pela estrada de Barra do Turvo na direção sudoeste até o ponto de encontro da linha ideal de prolongamento da rua Henrique Bauer (Ponto 10). Segue pela linha de prolongamento ideal da rua Henrique Bauer, passando pela rua de mesmo nome até o Ponto 0, ponto de fechamento do perímetro descrito.

Artigo 3.o — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente o imóvel, em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 4.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução 19, de 23-6-80,

Designando, por proposta do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado — CONDEPHAAT, o arquiteto Clóvis Lerner — RG 3.914.906, para acompanhar as obras de restauro e bens tombados no município de Iporanga, conforme convênio com a SUDELPA, na importância de Cr$ 1.000.000,00, que lhe é transferida, nesta data, através de Ordem de Pagamento.

ANEXO 9

"Quem conhece não quer saber de outro".
Prospecto da campanha eleitoral de 1988,
para a disputa pela prefeitura de Iporanga.

Quem conhece

NÃO QUER SABER DE OUTRO.

agora é luta com

equipe de trabalho.

WALFREDO-PREFEITO
THOMAZ-VICE

[1988] Carta Programa (PMDB, PDT, PFL)

AO POVO DE IPORANGA

QUEREMOS APRESENTAR TRABALHO

QUEREMOS FALAR DE PROGRESSO; DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

SOMOS GENTE COMO VOCÊ.

NÃO ACEITAMOS A FOFOCA E A POLÍTICA BAIXA COMO FORMA DE GANHAR O SEU VOTO. QUEREMOS A SUA CONFIANÇA NA NOSSA VONTADE DE TRABALHAR.

NÃO FALAREMOS MAL DA VIDA ALHEIA, NÃO ATACAREMOS A HONRA OU A FAMÍLIA DE NOSSOS ADVERSÁRIOS: Não temos tempo para isso. Nosso tempo usaremos para trabalhar.

WALFREDO RAMOS PEREIRA - homem simples, humilde, trabalhador, como vereador destacou-se pelo apoio às lutas populares e pelo cuidado para com o homem do campo. Sua casa é uma casa aberta a todos. Sua mesa é daqueles que lá chegam. Não se conforma facilmente com as coisas, é teimoso, e rigoroso. É acima de tudo justo, bondoso e amigo. Sua lealdade é testemunhada por todos. Pode até ser traído, o que o deixa inconformado, mas trair jamais. É UM HOMEM DE CONFIANÇA.

DR. THOMAZ ANTONIO - muita gente o chama de nosso médico. De fato nunca deixou de ser o médico de Iporanga. Aqui chegou em 1979 fez-se respeitar por todos que o conheceram. Casou-se com família de Iporanga. Como político, mesmo perdendo últimas eleições, não abandonou a luta por nosso lugar. Ajudou o Prefeito, ajudou a muitos vereadores. Foi injustiçado. Não traiu seus ideais. Permaneceu fiel à luta que o trouxe a Iporanga. Tentou voltar a trabalhar no município, foi impedido. Nunca escolheu hora ou lugar. É um homem bom, leal, trabalhador, capaz. Elevado em seu conhecimento simples e humano em sua caridade. É OUTRO NOME DE CONFIANÇA

São estes os nomes que a Frente Popular Renovadora Municipal traz ao eleitorado de Iporanga. Com a vontade e o trabalho de um, aliado ao conhecimento e a influência do outro queremos realizar um Governo que Iporanga jamais conheceu até agora.

FRENTE POPULAR RENOVADORA MUNICIPAL

UM FUTURO MELHOR PARA IPORANGA

Nossa campanha está nas ruas . Esta é nossa luta. Estamos lutando por um futuro melhor para nosso lugar e nossa gente. Nossa FRENTE conta com o apoio do PMDB, do PDT e de uma parte do PFL liderada pelo companheiro Dimas Tapajós de Oliveira. Nós nos reunimos e assumimos um só compromisso lutar por Iporanga. Nossos planos foram discutidos por muitos candidatos a Vereador e pelo candidato a Prefeito WALFREDO RAMOS PEREIRA e o Vice DR. THOMAZ ANTONIO CARDOSO DE ALMEIDA.

MAIS ATENÇÃO AOS BAIRROS E ZONA RURAL

Consideramos que a zona rural do município deve ser a principal meta de nosso Governo. Ainda que seja importante seguir realizando benfeitorias na Cidade de Iporanga, o que sem dúvida faremos, principalmente visando a população jovem, é muito importante que a gente dos bairros e dos sítios seja vista com grande carinho pela Prefeitura Municipal.

O desenvolvimento do nosso lugar depende do desenvolvimento da nossa lavoura. A Prefeitura deverá se empenhar em dar condições ao homem da terra de tocar seu sítio, de alimentar sua família e de ver chegar o progresso que tanto queremos.

Por isso é que, sem desprezar o desenvolvimento da Cidade é que lutaremos com todas as forças para levar ao campo todo apoio que este merece da Prefeitura.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

Nosso principal problema é a falta de recursos.

O crescimento do Município só é possível através do crescimento econômico, com a criação de empregos e atividades que tragam de volta à nossa terra os recursos de que necessitamos.

Para tanto, pretendemos:

1º) Na ÁREA AGRÍCOLA :

a) Exploração do Palmito: embora hoje exista a ação da Polícia Florestal impedindo, sabemos que é possível fazer a exploração do PALMITO. Esta é a principal fonte de renda que nosso Município poderá ter. Temos um plano de plantio de palmito, autorizado pelo Governo que permitirá tornar esta atividade hoje ilegal em grande fonte de renda para todos. Acreditamos que esta é a principal atividade agrícola que deva ser buscada para Iporanga e temos condição de estabelecer um programa para tornar o palmito legalmente explorado.

b) Cultura da banana: a banana é hoje um dos produtos brasileiros de maior aceitação tanto interna como no mercado exterior.

anana encontra em Iporanga condições ideais de cultivo e desenvolvimento . s a terra e nosso clima são ótimos para esta cultura. Estamos instalando fábrica de banana para exportação, principalmente para os Estados Unidos. sa produção é ainda muito pequena e a Prefeitura Municipal deve dar condis para um melhor desenvolvimento do produto.

c) Maracujá: O maracujá é uma fruta que alcan - hoje preços elevados no mercado. Tudo quanto se produz de Maracujá é vendi com facilidade. Através de Governo do Estado, temos possibilidade de incen ar e financiar a plantação deste genero. Nosso grupo está estabelecendo tatos com empresas que nocaso de vencermos, deverão instalar aqui uma fá - ca de Suco de Maracujá.

d) Plantação de Cacau : Já está em desenvolvi - to a cultura do cacau em Iporanga. As condições de clima e solo são exce - tes para tal e é meta de Nosso Governo seguir incentivando tal trabalho.

e) Citricultura : Ninguém pode desconhecer a im tância econômica da laranja e dos cítricos em geral. Hoje em dia é difícil ncontrar laranja para comprar nos mercados pois quase toda nossa laranja nviada para o exterior. Durante o Governo da Frente Popular Renovadora de ranga, elito o candidato WALFREDO RAMOS PEREIRA, lançaremos as bases desta ortante fonte de rendas para o município.

Mas não é só com palavras e planos que se desen ve a agricultura. É PRECISO CONDIÇÕES PARA QUE ISSO SE TORNE REALIDADE !

Por isso, assumimos o COMPROMISSO com a popula- de se eleitos WALFREDO e Dr. THOMAZ, a Prefeitura terá:

- Sementes

- Assistência Técnica ao Lavrador com a contra- o imediata de Engenheiro Agrônomo, Técnico Agrícola e Veterinário.

- Viveiro de Mudas

- Trator rural e implementos agrícolas como e outros que serão de uso do município para favorecer a todos.

Além disso é nossa intenção a criação de uma ERATIVA DE PRODUTORES RURAIS para que se evite o atravessador uma vez que mercialização dos produtos é fase de grande importância.

As roças de subsistência e a produção de exce - es de grãos e generos como arroz, feijão, mandioca e café para o sustento famílias também poderão contar com o mesmo apoio técnico.

Criação de porcos, cabras e galinhas contarão incentivo com a aplicação de recursos especialmente para este fim, com o tivo de melhorar a alimentação e a qualidade de vida de nossa gente.

2º) MINERAÇÃO:

É muito sabido que uma de nossas grandes rique- é o setor mineral. Temos hoje em atividade dentro do Município a Companhia as que gera cerca de 100 empregos. Esta empresa hoje trabalha praticamen a fase de pesquisa. É nossa intenção estimular o desenvolvimento de suas idades aumentando em muito a arrecadação municipal e a oportunidade de em o para nossa gente.

Ainda quanto aos minérios é importante lembrar do calcáreo, do ouro, da prata e de muitos outros que ainda não foram explora dos e que temos condições de faze-lo. Basta ter vontade e lutar. Esta luta nós venceremos.

3º) TURISMO

A beleza natural de nossa região, nossas caver nas, nossos rios sem poluição, são um atrativo sem igual. Muita gente deixa de nos visitar pela falta de uma infra-estrutura mais apropriada. Por isso é um compromisso que assumimos com todos os eleitores de construir um HOTEL MUNICIPAL que, se eleitos oferecêremos aos turistas e ao povo em geral antes, do término do primeiro ano de mandato.

O artezanato será também objeto da preocupação de nosso Governo. Para tanto, como atividade cultural e econômica a Prefeitu ra Municipal vai manter instalações e equipamentos para os artezãos desenvol verem seu trabalho com incentivo financeiro da PREFEITURA.

Faremos realizar provas como as que já aconte - cem como é o caso da ACQUA-RAID ampliando os convites a todas as regiões do Estado e com a participação de Empresas de Turismo que já nos procuraram e que tem grande interesse.

Através da EMBRATUR já estabelecemos contato com grupos de empresas interessadas em montar instalações para campistas.

4º) OUTRAS ATIVIDADES

Ativaremos através da Prefeitura Municipal faci- litando condições para os interessados em desenvolver projetos de APICULTURA, CRIAÇÃO DE PEIXES, AGUA MINERAL e REFLORESTAMENTO, para os quais dispomos de propostas de incentivo do Governo e de financiamentos especiais que podem ser postos em prática imediatamente.

É PRECISO DEIXAR BEM CLARO QUE TODOS ESTES PLA NOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÃO PROPOSTAS CONCRETAS DE TRABALHO. SABEMOS COMO DESENVOLVE-LOS. TEMOS GENTE INTERESSADA E DISPOSTA A INVESTIR. NÃO SE TRA TA DE PROMESSAS, MAS SIM DE REALIZAÇÕES QUE TEMOS CONDIÇÕES DE TORNAR REALIDA- DE.

DESENVOLVIMENTO DAS ESTRADAS

Para que seja possível o avanço econômico é fun damental que se conte com estradas. Iporanga é o último município do Estado de São Paulo que ainda não conta com ligação por asfalto. O asfalto é fundamental para o turismo e ainda para o escoamento da produção agrícola. Nossa banana , por exemplo devido à ma qualidade das estradas atinge os mercados machucada e seu preço cai. Os interessados em investir no município desanimam pela falta de estrada asfaltada. LUTAREMOS E CONSEGUIREMOS O ASFALTO PARA IPORANGA!

A Prefeitura Municipal deve assumir o compromis so de ser responsável pelos acessos às propriedades e nós faremos valer este direito. Toda propriedade, seja grande ou pequena, que estiver produzindo terá seu acesso garantido.

As estradas municipais são de responsabilidade da Prefeitura e a FRENTE POPULAR RENOVADORA MUNICIPAL, com a eleição de WALFREDO e DR.THOMAZ realizarão as seguintes estradas como obras iniciais de seu Governo:

- Ligação do Manoel à Serra do Pardo (passando pelo bairro do Izídio, Funil e Praia Grande)
- Ligação do Descalvado à Anta Gorda
- Ligação do Camargo ao Espírito Santo
- Melhoria da estrada do Nhunguara
- Ligação de Iporanga ao Poço Grande
- Término da estrada do Feital da Zoraide
- Cascalhamento da Maria Rosa e abertura até o Feixal.
- Abertura dos Pilões até o Ribeirãozinho
- Balsa entre o Bairro Andorinhas e Adrianópolis.

O asfalto partirá da Caverna do Diabo e numa primeira etapa atingirá Iporanga, extendendo-se a seguir ao bairro Serra e Caverna de Santana, para finalmente concluir-se com a ligação à Apiaí. Atualmente já poderemos ver o início das obras destas que serão grandes realizações do nosso Governo.

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE

Ninguém pode deixar de ver a situação crítica em que se encontra a Saúde de Iporanga. Falta médico, remédio, enfermeiros, etc.

Nosso grupo conta entre seus membros com o companheiro DR. THOMAZ cujo trabalho como médico de Iporanga ninguém pode esquecer. Até os adversários recorrem a ele quando necessitam de assistência médica. Não é possível negar sua experiência na região e seu conhecimento dos problemas de nossa gente.

Como compromisso de campanha, assumimos com a população uma grande melhoria no Setor da Saúde.

Hoje contamos com Postinho de Saúde em alguns bairros. Se eleitos extenderemos esta benfeitoria a todos os bairros de Iporanga. Melhoraremos os Postos de Saúde hoje existentes tanto com respeito ao material e medicamentos à disposição, quanto com relação à qualidade do serviço prestado. Os funcionários dos Postos de Saúde existentes e dos novos criados nos bairros que ainda não tem, serão treinados em hospitais fora do município com as despesas pagas pela Prefeitura Municipal. Os postos de saúde dos bairros deverão receber visita médica periódica visando o atendimento da população.

Quanto ao Hospital, contará com cobertura médica integral, com pelo menos dois médicos a serviço do município. Melhoraremos a aparelhagem médica, aumentaremos o estoque de medicamentos. Os funcionários do hospital receberão melhoria salarial com equiparação aos funcionários da saúde.

Como fazer tudo isto ? Novamente queremos esclarecer que dispomos de formas de conseguir verbas para tal fim. Nossa administração conta com conhecimento de fontes de recursos que até hoje não foram usadas mas que serão por nós- trata-se de verbas Federais, Internacionais e Estaduais que conhecemos e colocaremos a serviço de nosso povo.

NOSSO TRABALHO NA EDUCAÇÃO

Todos sabemos a importância da educação. De nada adiantará o esforço de Prefeitura Municipal para conseguir melhorias economicas para nossa gente se nossa infância não tiver o cuidado educacional que merece.

Quanto às escolas, reformaremos a maioria das escolas que hoje encontram-se em lamentável situação. Construiremos novas escolas.

A distribuição da merenda deve ser feita por conta da Prefeitura Municipal. Não é justo que o professor que já tem tantos encargos seja ainda obrigado a levar a merenda de seus alunos. Nos bairros onde houver condição de faze-lo, a Prefeitura Municipal contratará merendeiras para o preparo da merenda na propria comunidade.

A Educação, no Governo de WALFREDO e DR THOMAZ será municipalizada. Isto equivale dizer que o Prefeito será responsável por responder perante o povo pelas questões educacionais do município. Vai acabar esta história de colocar a culpa no Estado pelo que não estiver indo bem. A RESPONSABILIDADE SERÁ NOSSA.

Implantaremos Curso Profissionalizante visando elevar a capacidade de trabalho de nossa juventude. No campo o ensino dos fundamentos da agricultura fará parte da atividade do professor e todas as escolas contarão com uma horta cuidada pelos próprios alunos e que deverá servir à comunidade.

Traremos para Iporanga o Supletivo do 1º Grau visando desenvolver o Programa de Alfabetização e Educação de Adultos. Tanto para a Cidade quanto nos Bairros mais Populosos como é o caso de Serra e Castelhanos.

VOTAR COM FRENTE POPULAR RENOVADORA MUNICIPAL É VOTAR POR UMA EDUCAÇÃO MELHOR PARA NOSSA GENTE, COM MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA NOSSOS PROFESSORES.

ESPORTES E LAZER

Nem só de trabalho vive o homem. Nossa preocupação com o povo contempla também o lazer.

É triste ver como ano a ano nossas festas mais tradicionais vem se esvaziando. Os comerciantes não tem mais ânimo para vir armar suas barraquinhas. Os jovens não tem mais o prazer de antigamente. A Prefeitura deve investir nestes acontecimentos, traremos gente de fora, incentivaremos artistas a participarem destes eventos. Promoveremos shows e competições nas épocas de festas e fora delas. TEMOS QUE ALEGRAR A NOSSA GENTE.

Organizaremos um Festival Anual de Música, a ser realizado na Caverna de Santana e que será incluído no calendário de eventos do Estado.

O Esporte merecerá de nossa administração especial atenção. A Prefeitura Municipal organizará campeonatos municipais de todas as modalidades esportivas, com fornecimento de troféus e medalhas aos participantes, como forma de incentivar a prática esportiva pela juventude.

Participaremos de campeonatos intermunicipais e para tanto a Prefeitura assume o compromisso de manter um ônibus à disposição para transporte dos atletas, assim como de procurar contar com técnico esportivo que aprimore a qualidade técnica dos mesmos.

MELHORIAS RURAIS

Apesar de muito próxima de São Paulo,a maior cida-
Brasil; nossa Iporanga sofre ainda a falta de muitos recursos do progres-
eleitos, os candidatos da FRENTE, liderados por WALFREDO e DR.THOMAZ, le
os bairros os benefícios da civilização.

Além das melhorias na saúde e educação, lutaremos
letrificação rural, principalmente nos bairros de Pilões, Poço Grande e
ara que mereçem este importante melhoramento.

A telefonia rural é também uma de nossas princi -
reocupações uma vez que a falta de comunicação entre nosso lugar muitas ve
sa até a perda de vidas. Assumimos o compromisso de instalar telefonia
as regiões de Castelhanos, Pilões e Nhungara. Com um pouco de sorte e mer-
leus poderemos criar uma rede de telefonia rural com antenas parabólicas.
itenas funcionam como se fossem um rádio e falam como um telefone. TEMOS
RNO FEDERAL RECURSOS PARA LEVAR ADIANTE ESTA PROPOSTA!

A Prefeitura de nossa administração não se preocu-
ter carros caros e luxuosos. Ao contrário, ao invés de adquirir carros
en primeiro lugar vamos comprar veículos usados em bom estado querevisa-
que serão colocados nos bairros de Castelhanos e Serra para servirem à
aquelas regiões.

Através de Programas Especiais da Secretaria de
ão, a Prefeitura desenvolverá atividades de melhoria das casas e moradias
gente.

ASSISTENCIA SOCIAL

A melhoria das condições de trabalho e de vida da
ão trará naturalmente uma diminuição dos casos em que o cidadão fica de-
da Prefeitura para uma assistência. É isso que queremos. Queremos ensi
escar, não apenas dar o peixe. Porém, depois de tantos anos de atrazo e
imento, nossa gente ainda precisa de um auxílio,muitos são os que ainda
da Prefeitura para isso. ABRIGAREMOS ESTES NOSSOS IRMÃOS.

O idoso, que depois de tantos anos de trabalho,
eres doente e desamparado, merecerá da Prefeitura administrada por WAL-
DR.THOMAZ um respeito muito grande e especial consideração. Assim, o
o fortalecerá o Asilo Municipal com destinação de recursos e funciona-
a o mesmo. Acreditamos que mesmo que seja preciso pedir ao Estado, é
portante que se possa contar com uma pessoa para cuidar exclusivamente
stituição.

A infância deve também ser alvo de todo o carinho
pação. Nossa proposta envolve o incentivo às creches e jardim hoje exis
a criação de outras, principalmente nos bairros, com tempo integral e
nto de alimentação às crianças a partir dos dois anos de idade de forma
permitir o trabalho feminino, na cidade e no campo.

Neste sentido, entendemos que os Grupos Religio -
m um importante papel. Por isto, a Prefeitura Municipal estabelecerá um
to estreito com todos os Grupos Religiosos que atuam no município ouvindo-
e diz respeito à atuação do Prefeito no campo social. Sabemos que a for
s grupos está em sua união, por esta razão a Prefeitura se comprometer
-los sempre que necessário, favorecendo-lhes transportes e condições que
sua atuação a nível local e regional.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Nossa proposta de trabalho, pelo próprio desenvol-
vimento de Iporanga traz consigo a geração de empregos no campo e nas indústrias
que pretendemos trazer para nosso lugar.

Entretanto, a própria Prefeitura Municipal irá in-
centivar atividades de utilização do trabalho principalmente de mulheres e meno-
res, com seu aproveitamento na limpeza e conservação da cidade, meninos para se-
rem guias turísticos, montagem de brinquedos para fábricas de são Paulo, monta -
gem de objetos como canetas, guarda-chuvas, enfim uma série de atividades que
não requerem muita prática e que podem colaborar para o aumento da renda de nos-
sas famílias.

NOSSA POSIÇÃO DIANTE DO PROBLEMA AMBIENTAL

Todos sabem que a implantação do Parque e a cria-
ção das áreas de preservação ambiental em Iporanga, trouxeram muitos problemas
para nossa gente.

Reconhecemos que é importante valorizar a natureza.
Ninguém melhor que o nosso caboclo para ser testemunho da importância da nature-
za em nossas vidas. Afinal somos nós que há séculos vivemos junto às matas , jun
to aos rios, junto aos bichos do mato, enfim, somos nós os maiores conservado -
res da natureza. só que, em defesa desta natureza, os homens de São Paulo, distan
tes daqui, distantes de nossas vidas e de nossas realidades, tem tomado atitudes
em relação a nós que acabaram por paralizar o município.

Desde o começo desta luta, nossos representantes,
vereador WALFREDO e o delegado do PMDB de Iporanga DR. THOMAZ tem tentado fazer
ver ao Governo que nossa gente vem sofrendo por culpa de outros. Já estivemos na
Secretaria do Meio Ambiente falando com o Secretário, já nos reunimos com deputa
dos-enfim- não paramos de lutar na tentativa de fazer o Governo entender que a
ação da Polícia Florestal no município não está levando em consideração a neces-
sidade de nossa gente.

Quanto a este problema, é preciso que todos saibam
que precisamos nos unir. Se for preciso devemos realizar uma marcha para São Pau
lo para acabar com esta perseguição.

A Prefeitura Municipal precisa ser mais enérgica e
lutar, até mesmo brigar por nossa gente ! Assim não da para continuar. A FRENTE
POPULAR RENOVADORA MUNICIPAL de Iporanga assume diante do povo o compromisso de
ser, através do Prefeito WALFREDO, o líder de nossa luta e de não descansar en -
quanto não melhore esta realidade.

Na verdade não se trata de ser contra o Parque é
a forma como a Polícia Florestal tem agido no município que nos revolta e que
não aceitamos. Sabemos que é possível conviver com Parques Florestais e desenvol
vimento da região. Em todos os países desenvolvidos do mundo existem parques, mas
nem porisso a população que lá vive é perseguida e impedida de viver.

Quanto a esta questão é importante fazer saber ao
povo de nossa terra que, a favor ou contra qualquer governo do Estado nós da
FRENTE POPULAR RENOVADORA DE IPORANGA, antes de mais nada estamos ao lado da po-
pulação e tudo faremos na defesa de seus interesses. Para isto precisamos de to-
dos.

ABILIO RODRIGUES RAMOS 15644
ADELINO DOS SANTOS.....15630
ADEMIR MOTA DE SOUZA 15666
ADÃO RODRIGUES DA COSTA.....15651
BENJAMIN VIEIRA DA COSTA 15610
BENEDITO APARECIDO DA SILVA 15613
DIRCE FERREIRA DE LIMA 15616
GERVÁSIO CLARO DA SILVA 15650
ISAU SOARES DA MOTA 15611
JOÃO BARBOSA DE FRANÇA 15601
JOÃO MOTA.....15604
JOÃO GUEDES 15690
JOAQUIM JUSTINO DOS SANTOS .....15655 → abaixo com nº 15.655
JOSÉ LUIZ TEODORO.....15615
JOSÉ MACIEL DE OLIVEIRA.....15680
JURACI FERNANDES DE ANDRADE 15625
LAUDICINA ARAUJO DE OLIVEIRA....15605
NAPOLEÃO DE OLIVEIRA 15677
NELSON RAMOS DE LIMA 15612
PEDRO LUIZ MACHADO 15620
PEDRO JUVENAL VIEIRA 15699
WILLY WERNER NESTLEHNER 15622

ABEL PALMA 12666
AUREO ANTONIO DA SILVA.....12611
DOMIZETE BENEDITO DE LIMA.....12607
EUCLIDES DA SILVA PEREIRA FILHO.12644
GENTIL PRESTES DE LIMA 12614
GERALDO LOURENÇO CAETANO OLIVEIRA .. 12690
GUMERCINDO PEREIRA DE SOUZA.....12601
LAURINDO CONCEIÇÃO DE ANDRADE...12615
MATEUS TEODORO DA SILVA 12610
LUIZ GONZAGA DE LIMA.....12630
VALDOMIRO DE OLIVEIRA.....12650

DIMAS TAPAJOS DE OLIVEIRA 25620

PREFEITO WALFREDO RAMOS PEREIRA (15)
VICE OR. THOMAZ ANTONIO CUNHA CARDOSO DE ALMEIDA

QUEM FOR BRASILEIRO

sabe

O

que é melhor.

trabalho Segurança desenvolvimento

Com

WALFREDO-PREFEITO

THOMAZ-VICE

ANEXO 10

Decreto nº. 32.283, de 19 maio 1958, criando o PETAR.

DECRETO N. 32.283, DE 19 DE MAIO DE 1958

Cria o Parque Estadual do Alto Ribeira

JANIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO [illegible] usando de suas atribuições legais, e,

— considerando a necessidade de promover a preservação das [illegible] florestais existentes na região abrangida pelos Municípios de Apiaí e [illegible]

bem como de possibilitar a formação de um refúgio para a defesa do remanescente da fauna e da flora que aí se encontram,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado na Serra de Paranapiacaba, na Comarca de Apiaí, o "Parque Estadual do Alto Ribeira".

Artigo 2.º — Para êsse fim, fica declarado de utilidade pública um imóvel situado nos municípios de Apiaí e Iporanga, Comarca de Apiaí, com as seguintes características: Area de 35.712 Ha. (trinta e cinco mil, setecentos e doze hectares); divisas e confrontações: — Partindo da barra do córrego Ribeirãozinho no rio Iporanga, pelo rio Iporanga até a divisa do sítio Camargo; dêsse ponto, deixando o rio Iporanga, segue por essa divisa em direção oeste até encontrar o espigão da serra do Ferro; daí, segue por êsse divisor até o rio Betari pelo contraforte que divide as águas que vertem para a gruta do Alambari; dêsse ponto, segue pelo rio Betari acima até encontrar a barra do córrego Sêco; dêsse ponto, deixando o rio Betari, segue pelo córrego Sêco acima até as suas cabeceiras, destas até o divisor de águas do curso inferior do ribeirão das Pedras e córrego do Melo; segue por êsse espigão até encontrar a serra do Um Fim; pelo espigão dessa serra (divisa de 23.º Perimetro de Apiaí) em direção leste segue até encontrar um contraforte que é divisa norte do sítio Chiqueiro Grande; daí, segue por essa divisa, cortando o córrego Taquaruvinha, até o ponto da linha permissiva do 25º Perimetro de Apiaí, entre os sítios Chiqueiro Grande, Bombas e 24.º Perimetro de Apiaí; daí, deste para oeste acompanhando a linha perimétrica do 38.º Perimetro de Apiaí, que confronta com os 24.º, 33.º, 48.º, 10.º e 11.º Perimetros de Apiaí, até o sumidouro do córrego Grande, início da confrontação do Perimetro de Apiaí: dêsse ponto, segue pela divisa do 21.º Perimetro de Apiaí, em direção norte, numa distância de 860 metros, de onde em linha orientada 22º 30' NE: na distância de 2.200 metros atinge um contraforte da serra do Tatu, que se inicia junto ao ponto onde a estrada Apiaí-Iporanga corta o espigão dessa serra; daí, segue por êsse contraforte em direção norte até atingir o espigão da serra do Tatu; dêsse ponto segue pelo espigão da serra do Tatu para leste na distância de 1.300 metros; daí, deixando a serra do Tatu, segue para norte numa reta orientada NS, até atingir o espigão da encosta esquerda do vale do córrego Furnas; daí por êsse espigão em direção oeste segue até atingir um sumidouro, dêsse ponto segue por um pequeno córrego até atingir a estrada de rodagem Apiaí-Iporanga; daí, segue pela referida estrada, numa distância de 1.300 metros, onde deixando a estrada segue em linha reta até a barra do rio Pedra Branca ao rio Betarizinho; daí, segue pelo rio Betarizinho acima até o ponto em que corta a divisa da Fazenda Caximba; daí, deixando o rio Betarizinho, segue pelas divisas da Fazenda Caximba em direção sul, até atingir o espigão da serra de Betari; por onde segue até encontrar as cabeceiras do córrego Paciência; pelo qual desce até a sua barra no rio Iporanga; dêsse ponto, segue pelo rio Iporanga acima até a barra do córrego de Amolar; daí, por êsse córrego acima até suas cabeceiras na Divisa; daí, pelo espigão dessa serra, segue até encontrar as cabeceiras do córrego Comprido; daí, pelo córrego Comprido abaixo até a barra no rio Temimina; daí pelo rio Temimina abaixo até a barra do rio da Pedra; dêste ponto segue pelas divisas da 12.º Perimetro de Apiaí até a barra do rio da Pessuria no rio Pilões, passando pelo divisor da Serra de Pedra, pelo espigão da serra de Paranapiacaba e Morro Pilões desde as suas cabeceiras, daí, prossegue pelo rio Pilões até a fronteira o espigão divisor Paranapiacaba-Pilões; daí deixando o rio Pilões, por êsse espigão até o cume do Monte Negro, dêsse cume pela divisor de águas do córrego Ribeirãozinho até encontrar a divisa do Morro do Chumbo; desse ponto segue em linha reta até a barra do córrego Ribeirãozinho no rio Iporanga, ponto inicial desta descrição.

Artigo 3.º — O imóvel descrito no artigo anterior, compõe-se de terras devolutas julgadas devolutas e terras particulares, ficando a Fazenda do Estado autorizada:

I — a reservar a área já julgada devoluta, calculada em 10.369 Ha. (dez mil, quinhentos e sessenta e nove hectares), nos têrmos do art. 3.º, letra "E" do Decreto-lei n. 14.916, de 6 de agôsto de 1945, combinado com o art. 59 do mesmo decreto.

II — a desapropriar mediante acôrdo ou por via judicial, as julgadas de domínio particular, calculadas em 25.143 Ha. (vinte e cinco mil, cento e quarenta e três hectares), conforme as indicações a serem feitas, caso por caso, pela Comissão criada neste mesmo decreto, § 3.º do art. 5.º.

Parágrafo único — Excluem-se das providências determinadas no artigo, as áreas objeto de exploração de minérios, de perímetros descritos em decretos federais de concessão de lavra, ainda em vigor.

Artigo 4.º — Aplicam-se às terras, à flora e à fauna da área do Parque Estadual do Alto Ribeira as normas estabelecidas pelo Código Florestal, aprovado pelo Decreto Federal n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

Artigo 5.º — O plano de organização técnica-administrativa do Parque Estadual do Alto Ribeira será elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, por uma Comissão subordinada à Secretaria da Agricultura.

§ 1.º — Essa Comissão será constituída pelo Diretor do Instituto Geográfico e Geológico, por um engenheiro do Serviço de Geologia Econômica dêsse Instituto, por agrônomo do Serviço Florestal, por um agrônomo do Instituto de Botânica e por um agrônomo ou médico veterinário do Departamento de Zoologia e será presidida pelo primeiro.

§ 2.º — Essa Comissão se transformará em Conselho Administrativo do Parque Estadual do Alto Ribeira, após elaboração da organização e nomeação da Diretoria do Parque.

§ 3.º — A Comissão procederá a designação das áreas que serão desapropriadas pelo Govêrno para a constituição do Parque do Alto Ribeira.

Artigo 6.º — O Estado poderá dividir certas áreas em lotes, que, a juízo do Conselho Administrativo do Parque Industrial do Alto Ribeira serão arrendados, ou, de qualquer outro modo, para fins que favoreçam o desenvolvimento do turismo.

§ 1.º — Para os mesmos fins, o Estado fomentará a construção de um grande hotel.

Artigo 7.º — O Estado poderá em sítios do Parque Estadual do Alto Ribeira, a critério do Conselho Administrativo, requerer pesquisas e lavra de minérios, para exploração ou arrendamento posterior da mina.

Artigo 8.º — A entrada de excursionistas no Parque Estadual do Alto Ribeira será regulada, estabelecendo-se módicas taxas de acessão e permanência.

§ 1.º — As rendas provenientes da arrecadação das taxas e dos fundamentos, bem como quaisquer outras, serão recolhidas ao Tesouro do Estado, e incluídas na alínea de despesas orçamentária do Estado, exercício financeiro seguinte, referente às dotações ao Parque na forma legislação em vigor.

Artigo 9.º — As despesas com a execução do presente decreto e [illegible] e relativas à desapropriações, correrão por conta de verba especial a ser aberta oportunamente.

Artigo 10 — Sendo considerada de interêsse do Parque Estadual Alto Ribeira a aquisição de quaisquer imóveis dentro do perímetro descrito no art. 1.º, § 2.º o Govêrno do Estado usará do direito de preferência que lhe é assegurado pelo art. 16, parágrafo único, do Código Florestal.

Parágrafo único — Para êsse fim, o oficial do Registro Geral de imóveis da Comarca de Apiaí, será obrigado a dar ciência ao Secretário da Agricultura, de tôdas as transcrições que se efetuarem no particular.

dia. O Sr. Oficial terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data, reservando-se o Govêrno o direito de preferência acima determinado, até 90 (noventa) dias da ciência da alienação ou da transcrição no Registro de Imóveis.

Artigo 11 — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 19 de maio de 1958.

JANIO QUADROS
Antônio de Queiroz Filho
Jayme de Almeida Pinto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, aos 19 de maio de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral

ANEXO 11

Documentos da SBE relativo à degradação do patrimônio espeleológico e da área de Mata Atlântica do Alto Ribeira .

a- Ata da primeira reunião do Conselho Deliberativo da SBE (16 nov. 1979)

b- Manifesto da SBE (nov. 1979)

TRANSCRIÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA, realizada aos dezesseis dias do mês de Novembro de 1979, às 15:00 horas, no recinto da Escola de Primeiro Grau do Bairro da Serra, Municipio de Iporanga, com a participação dos delegados cuja lista segue abaixo: Guy C Collet pelo BAGRUS; Peter Slavec e Salvator L Haim, pelo CAP; Wolfgang Valle Walter Fº pelo CAMIN; Clayton F Lino, Celso Zilio e Eleonora Trajano pelo CEU; Pierre A Martin e Geraldo Bergamo Fº pelos OPILIÕES; Jose Roberto Galvão Certo pelo Sorocaba; José Carlos Pio Marins e Paulo Russo pelo GAE de São Carlos; José R A Moreira pelo Espeleo Grupo de Brasilia, num total de 13 delegados representando 8 grupos espeleológicos. Acolhendo ainda os associados Roberto Avevari, Diretor Tesoureiro da SBE, Vandir de Andrade, Luiz Enrique Sanchez, Roberto Falzoni, Hilda Maria de Britto, Joaquim Justino dos Santos, Nelson da Silva Cesar, Peter Milko, Lao Holland, Hugo Vasconcelos e Adalbert Kolpatzik. Dando os trabalhos por abertos o Presidente em exercicio Clayton F Lino, pede ao Diretor Secretário Pierre A Martin que leia os artigos dos novos estatutos relacionados com os deveres e obrigações do Conselho Deliberativo. Entre esses cabe salientar que os membros do Conselho Deliberativo devem eleger entre si um Presidente, o qual ficará incumbido de nomear um Secretário. Com a palavra o Diretor Secretário da Sociedade Pierre A Martin o qual apresenta a candidatura de Salvator L Haim como Presidente do Conselho Deliberativo. Após discussão dessa candidatura pelo plenário, procede-se à rápida votação sendo Salvator L Haim eleito à unânimidade dos presentes. Imediatamente empossado no cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, resolve, com a anuência dos Delegados presentes, fixar a próxima reunião do Conselho Deliberativo para o primeiro dia do XIV Congresso Nacional a ser organizado pelo CPG e CEU e realizado em Belo Horizonte na semana santa de 1980. Considerando que o mandato da atual Diretoria termina neste mês de Novembro, cabe ao Conselho Deliberativo proceder à eleição de uma nova Diretoria para o biênio 80/81. Desde que não houve apresentação de uma chapa completa de candidatos aos 4 cargos de Diretoria da Sociedade para o próximo mandato, o Presidente do Conselho Deliberativo apresenta duas alternativas: A) eleger uma Diretoria provisória num tipo de mandato tampão até a próxima reunião do Conselho Deliberativo ou B) prorrogar o mandato da atual Diretoria até a referida data. Abre-se uma discussão entre os Delegados, com vários apartes de outros colegas presentes, em torno de dois conceitos básicos de um lado a representatividade desta Diretoria e de outro lado a sua viabilidade operacional. No fim da discussão com a palavra o Presidente do Conselho Deliberativo pede que se proceda a uma votação para prorrogação do mandato da atual Diretoria. Essa proposta é aceita pelos Delegados presentes na proporção de 8 votos a favor e 5 votos contra. Dessa forma o Presidente do Conselho Deliberativo declara prorrogado o mandato da atual Diretoria até a Semana Santa de 1980. Os membros da atual Diretoria, que se encontram presentes no recinto, aceitam o encargo dessa prorrogação, encarecendo todavia aos Delegados presentes que envidem esforços para constituição de chapas de candidatos até Janeiro de 1980. O Conselho Deliberativo a seguir discute sobre a taxa de inscrição que deverá ser paga por cada entidade filiada e a anuidade que cada sócio cadastrado deverá pagar a SBE. Por 11 votos a favor e 2 contra o Conselho Deliberativo aprova a taxa de inscrição no valor de Cr$ 500,00 e anuidade individual em Cr$ 200,00. A seguir é lido por Luiz Enrique Sanchez um manifesto a ser publicado na imprensa sobre devastação e destruição do patrimônio espeleológico do País. Tal manifesto, que contém advertências às autoridades, para que se conscientizem da imperiosa necessidade de proteção desse patrimônio, é aprovado pela unanimidade dos presentes. Encerrando essa primeira reunião o Presidente Salvator L Haim lembra a data da próxima reunião do Conselho Deliberativo para sexta-feira da Semana Santa de 1980, em horário a ser determinado oportunamente. Nada mais havendo a tratar e ninguém mais da palavra querendo fazer uso, o Presidente do Conselho Deliberativo pediu a mim Pierre A Martin que lavrasse a presente ata que transcrevo e assino juntamente com os Delegados presentes.

São Paulo, 16 de Novembro de 1979

São Paulo, Novembro de 1979

M A N I F E S T O

É muito grande na atualidade a pressão exercida sôbre nossos recursos naturais. A expansão desordenada da sociedade industrial tem provocado a destruição das florestas, da fauna, a poluição das águas e do ar. A serviço de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, destroi-se irracionalmente nosso patrimônio natural e cultural.

O Vale do Ribeira é uma das últimas regiões de São Paulo onde ainda se encontra praticamente inalterado o quadro natural e onde os valores culturais de seu povo ainda subsistem à massificação imposta pela sociedade de consumo.

Existe no Vale do Ribeira, um grande número de cavernas (cerca de 170) exploradas e estudadas pelos diversos grupos filiados à Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Uma única delas (a Caverna do Diabo) é explorada turisticamente, e de uma maneira inadequada, pois seu ambiente interno foi totalmente alterado.

Esta região, que tem um potencial enorme em termos turísticos, deve ser explorada de uma maneira racional. Dentro deste aspécto, é fundamental a implantação "de fato" do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), criado em 1958 pelo então governador Jânio Quadros, mas cuja existência é apenas virtual, pois nada se fez para sua implantação definitiva Nem ao menos demarcou-se seus limites.

Interesses puramente econômicos ameaçam destruir em poucos anos esta imensa reserva natural, que prima não só pela quantidade e beleza de suas cavernas, mas também por suas matas ainda virgens, por seus rios de águas ainda límpidas... Empresas mineradoras já começaram sua depredação. A ameaça de uma exploração turística irracional é cada vez mais intensa. É preciso que se tome uma atitude firme perante tais fatos.

Mas não é apenas em São Paulo que enfrentamos problemas assim. Em Minas Gerais, por exemplo, a devastação está muito mais avançada. A Lepa Vermelha, um dos mais importantes sitios arqueológicos do Brasil, foi sumariamente destruida pela fabricação de cimento. A região das grutas de Lagoa Santa está ameaçada pela construção do novo aeroporto de Belo Horizonte. No Paraná, as cavernas da região metropolitana de Curitiba são transformadas em cal.

A Sociedade Brasileira de Espeleologia, como entidade que congrega a nível nacional os grupos que se dedicam ao estudo de nossas cavernas, não podendo calar-se diante dos fatos, lança este manifesto e convida a opinião pública a manifestar-se sôbre a preservação desse imenso potencial, patrimônio inalienável de todo o povo.

A Diretoria

rua 24 de maio, 62 - cj. 465 — caixa postal 7820 — são paulo — brasil
(c. g. c. 62.939.442/0001-55)

ANEXO 12

Ata do I Simpósio Paulista de Espeleologia (1980), contendo resultado das discussões sobre a situação do PETAR e o planejamento de ações para a sua preservação.

POR :

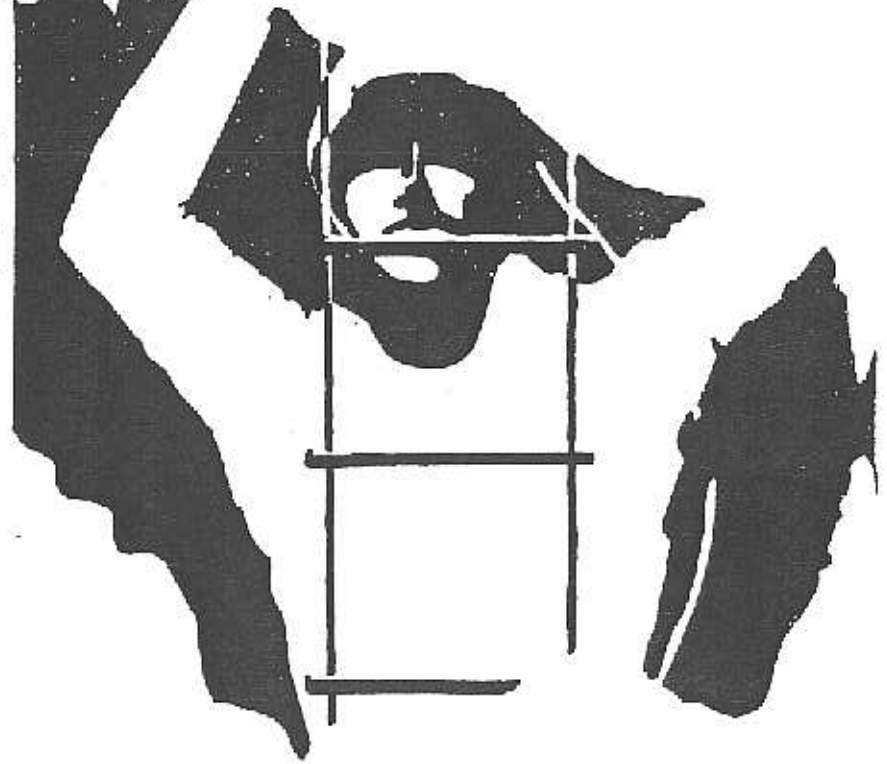
- GRUPO ALPINO EXCURSIONISTA

DADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CG
10/

I SIMPÓSIO PAULISTA DE ESPELEOLOGIA

RESOLUÇÕES E ENCAMINHAMENTOS



I SIMPÓSIO PAULISTA DE ESPELEOLOGIA

Este documento relata os principais pontos discutidos pela mesa redonda realizada no dia 21 de setembro de 1980, durante o I SIMPÓSIO PAULISTA DE ESPELEOLOGIA.

É muito grande a pressão que vem sendo exercida sobre nossos recursos naturais. A expansão desordenada da sociedade industrial tem provocado a destruição das florestas, da fauna, a poluição das águas e do ar. A serviço de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, destroi-se irracionalmente nosso patrimônio natural e cultural.

O Vale do Ribeira é uma das últimas regiões de São Paulo que apresenta parcelas importantes do quadro natural pouco alterado e onde os valores culturais de seu povo ainda subsistem à massificação imposta pela sociedade de consumo.

Nessa área encontra-se a maior parte das 170 cavernas atualmente conhecidas no Estado de São Paulo, exploradas e estudadas pelos diversos grupos ligados a várias entidades e associações científicas.

Ao lado das cavernas e de numerosos sítios arqueológicos e paleontológicos - importante testemunho do passado geológico e da pré-história paulista - encontra-se na região uma densa floresta praticamente intocada, cursos d'água ainda não poluídas e os últimos remanescentes de uma fauna característica de nossa mata atlântica.

Tendo em vista esses aspectos, em 1958 foi criado, através do Decreto estadual nº 32.283, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, situado no Município de Iporanga e compreendendo uma área de aproximadamente 35 mil hectares.

Esta região, com seu enorme potencial cultural e turístico, deve ser explorada de maneira racional. É fundamental a implantação "de fato" do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, mas cuja existência é apenas virtual, nem ao menos demarcou-se seus limites.

Como se já não bastassem as empresas de Mineração que atuam dentro da área do "Parque" (existem 4 decretos de lavra concedidos pelo partamento Nacional da Produção Mineral - DNPM), começa ali agora a pro ra de madeira e chegam as indústrias de beneficiamento de palmito. A ilegal também continua. É a devastação do último patrimônio florestal São Paulo.

Assim, as fronteiras econômicas expandem-se de modo desco nado e predatório no Vale do Ribeira, o que vem exigir a tomada urgente medidas pela preservação do meio ambiente e dos valores culturais e his ricos da região.

Na procura de uma rápida resposta às pressões que ora se lumam sobre o Alto Vale do Ribeira, o I Simpósio Paulista de Espeleolo reunido em São Carlos nos dias 20 e 21 de setembro de 1980, congregando sociações e entidades diversas sentiu-se no dever de denunciar estes fa e conclamar a opinião pública a manifestar-se e participar na preservaç deste imenso potencial, patrimônio inalienável de toda a sociedade.

* - *

Resoluções e encaminhamentos definidos no I Simpósio Paulista de Espeleologia:

1 - criação de um comitê que trabalhará em nível de Conselho Consultivo, dando orientação ao grupo de trabalho do IG - CENIN (Instituto Geológico e Centro Interdisciplinar de Pesquisa), que discutiria todos os problemas relativos ao PETAR. A SBE- Sociedade Brasileira de Espeleologia e o Instituto Geológico farão uma lista de pessoas e entidades a serem convidadas a participar deste comitê.

2 - atribuições do grupo de trabalho IG - CENIN:

a) trabalho prático em todos os níveis será coordenado pelo IG-CENIN, aberto à participação de todos os interessados;

b) o grupo de trabalho IG - CENIN encaminhará devidamente instrumentado o processo de tombamento do PETAR, que seria subscrito pelas diversas entidades interessadas, contando com o apoio jurídico do Conselho Consultivo;

c) procurar legislações específicas de proteção às cavernas, visando transforma-las em Patrimônio Público, assim como sítios arqueológicos e paleontológicos;

d) estudo de algumas áreas correndo riscos especiais para serem decla

radas de utilidade pública e desapropriadas;

estudar um meio de modificar a sistemática de autorização de lavras concedidas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, na área do Parque;

estudo da possibilidade de aumentar a área do PETAR decretado, incluindo a área do Ribeira como um todo;

criação da Sociedade Amigos do PETAR. O estatuto deverá ser elaborado pela comissão, sob orientação do Conselho Consultivo, uma das atribuições desta Sociedade deverá ser manuseio de fundos a serem levantados para a efetivação do PETAR;

encaminhamento de plano de trabalho a ser desenvolvido no PETAR para o W.W.L.F. - Word Wild Life Funds, solicitando verba;

solicitação de apoio a I.U.C.N. - International Union for Conserva - tion of Nature, para que ele declare o PETAR como área prioritária pa ra a criação de reserva natural;

estudo profundo de efetivação da participação da comunidade nas lutas pelo Parque e na implantação do mesmo, com a colaboração de pessoas das áreas de sociologia, antropologia, etc;

este grupo se responsabilizará pela elaboração de um plano de manejo a ser implantado no PETAR;

confecção de cartazes de divulgação a serem distribuidos no momento o portuno;

efetivar a comunicação entre todas as entidades, grupos e pessoas interessadas no PETAR através de cartas, comunicados, circulares, convocações de assembléias visando a constante atualização das informações consultando todos os envolvidos.

antamento sumário, geral, das condições do PETAR deverá ser feito tudos os grupos e pessoas que se dirigirem para a região, denunciando possíveis desmatamentos, destruição de cavernas, etc. Devendo ser unicado à comissão IG - CENIN para que esta tome as providências cabíveis.

O posicionamento do Instituto Geológico, com relação ao PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Documento dirigido à Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE e ao Plenário deste Simpósio.

O Instituto Geológico relaciona-se ao PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, área rica em monumentos naturais, não devido a uma de suas atribuições - inciso IX, artigo 423 do Decreto 11.138, de 03.02.1978 - "manter serviço de conservação de monumentos lógicos naturais" mas,também por estar plenamente consciente da importância do mesmo, face ao grande impacto ambiental que o Estado de São Paulo vem sofrendo, em consequência das formas de ocupação e utilização do espaço territorial. Neste contexto, suas preocupações se voltam à preservação de áreas naturais que aqui restam, visando antes de tudo a preservação da vida, no seu sentido mais amplo. Assim, o Instituto está altamente interessado na solução dos problemas inerentes ao PETAR e nas possíveis medidas a serem adotadas quanto a almejada instalação do mesmo.

A concretização desse objetivo, ou seja, da instalação do PETAR, criado pelo Decreto 32.283, de 19.05.1958, alterado por um Decreto s/nº, de 29.02.1969, depende de duas medidas fundamentais: 1ª) definição de sua situação jurídica; 2ª) a sua delimitação definitiva. Para se conseguir a adoção dessas medidas será necessário um esforço conjunto, dos Orgãos Públicos direta ou indiretamente relacionados ao assunto, das demais Entidades interessadas nessa preservação; e da conscientização da própria comunidade local.

Por parte desta Instituição, as providências recomendadas são:

1 - Contato e integração com todas as Entidades interessadas na resolução do problema, de forma a conseguir sua efetiva colaboração;

2 - Compor uma equipe multidisciplinar para dar continuidade e iniciar estudos pertinentes;

3 - Através de um grupo ou orgão de coordenação, juntar todas as informações disponíveis sobre a área;

4 - A partir dos dados coletados, elaborar mapa base contendo: a) limite legalmente proposto e, se for o caso, limite necessário; situação atual, quanto as formas de ocupação e uso de espaço;

ando-se em conta essas informações obtidas e demais estudos in
rados, propor um Plano de Manejo para o Parque que contenha:
sa avaliação, a mais precisa possível, das características am
ientais e condições ecológicas, inclusive propondo medidas ca
íveis para a sua preservação e/ou recuperação;
ma proposta de integração homem-natureza, baseada nas condi-
ões sócio-econômicas e culturais da comunidade local.

É necessário esclarecer que este Instituto vem adotando me
is, entre outras, parecem ser urgentes para se tentar impedir
do processo de degradação da área, causada pela ação antrópi
a:

a) solicitação do tombamento do PETAR, ao CONDEPHAAT (Conse
lho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Ar-
tístico e Turístico);
b) manutenção de contatos com o Instituto Florestal, atra -
vés de sua Divisão de Parques e Reservas, de forma a -
unir esforços para se conseguir a definição da área do
Parque;
c) está se iniciando uma série de estudos pertinentes ao
assunto, para se estabelecer estratégia de atuação junto
as autoridades competentes, de cuja decisão dependerá a
efetiva instalação do Parque.

Finalizando, o Instituto Geológico está aberto e disposto a
qualquer Entidade e mesmo pessoas, que estejam dispostas a
s para se viabilizar a definitiva instalação do PETAR, desde
tas, nesse sentido, tragam em si uma filosofia de valoriza -
za, da melhoria de vida e da qualidade de vida.

São Carlos, 21 de setembro de 1980.

Dra. Maria Helena de Almeida Mello

- Diretora Geral do Instituto
Geológico

umento encontre-se devidamente assinado e arquivado junto ao
lpino Excursionista da Universidade Federal de São Carlos

Entidades presentes nos debates que culminaram com a confec-
ção deste documento:

- Instituto Geológico
- Instituto Florestal
- International Union Conservation of Nature
- Sociedade Brasileira de Espeleologia
- Associação Paulista de Biologistas
- Associação para Proteção Ambiental de São Carlos
- Associação dos Geografos do Brasil (Regional de São Paulo)
- Instituto Paulista de Arqueologia
- Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente
- DCE-Livre da Universidade Federal de São Carlos
- Centro Interdisciplinar de Pesquisa
- Centro Excursionista Universitário
- Grupo Bragrus de Espeleologia
- Clube Alpino Paulista
- Espeleo! Grupo de Rio Claro
- Espeleo Grupo de Araraquara
- Grupo Alpino Excursionista

ANEXO 13

Abertura do processo de tombamento do PETAR no CONDEPHAAT

a- Ofício SBE (Pres. 943/80) (05 dez. 1980)

b- "Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação" documento elaborado pelo GT-PETAR/CENIN (dez. 1980)

sociedade brasileira de espeleologia

CENIN
5/12/80

Entregue em 10.2.81
Ls Palmeiras 01/0281

PRES-913/80 nº 00010/81

São Paulo, 5 de dezembro de 1980

Senhor Presidente,

A Sociedade Brasileira de Espeleologia, juntamente com as entidades e organismos abaixo relacionados, vem, respeitosamente, solicitar ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, o tombamento de uma área no Alto Vale do Rio Ribeira de Iguape, município de Iporanga, que engloba o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR. A localização da área se encontra em anexo, assim como a justificativa para este pedido de tombamento.

Anexo a esta, enviamos o seguinte material:

- documento "Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação";
- mapa em escala 1:50 000 , dos limites do PETAR e da área adicional proposta para tombamento, com a localização das cavernas, sítios paleontológicos e sítios arqueológicos conhecidos na região;
- mapa em escala 1:250 000 , dos limites do PETAR e da área adicional proposta para tombamento, com a delimitação da área coberta pela vegetação primitiva e da área já devastada;
- relação das cavernas conhecidas localizadas no interior da área solicitada para tombamento, com seu respectivo número de cadastro na SBE;
- relação dos sítios paleontológicos conhecidos no interior da área solicitada para tombamento, com seu respectivo número de cadastro na SBE;
- relação dos sítios arqueológicos conhecidos no interior da área solicitada para tombamento, com seu respectivo número de cadastro na SBE.

Todo este material foi reunido e organizado por um grupo de trabalho do Centro Interdisciplinar de Pesquisas - CENIN.

Exmo. Sr. Ruy Othake
DD. Presidente do CONDEPHAAT
Rua Líbero Badaró, 39
São Paulo SP

rua 24 de maio, 62 - cj. 465 — caixa postal 7820 — são paulo — brasil

Sendo o que se nos oferece para o momento, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Luis Enrique Sánchez
presidente da Sociedade
Brasileira de Espeleologia

Manoel Seabra
diretor executivo da Seção Local de
São Paulo da
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Paulo Affonso Leme Machado
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente

Maria Helena de Almeida Mello
diretora do Instituto Geológico

Prof. Dr. Pasquale Petrone
chefe do Departamento de Geografia
da FFLCH-USP

Rodolfo Ricardo Geiser
diretor-presidente da Sociedade
Brasileira de Paisagismo

CENIN

sociedade brasileira de espeleologia

ALTO VALE DO RIBEIRA: A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO

1. Introdução

2. Situação Institucional da Área

3. Importância Cultural e Natural

4. Riscos de Uso
   4.1. Mineração
   4.2. Uso da Terra
   4.3. Turismo

Documento Elaborado pelo GT-PETAR/CENIN-Centro Interdisciplinar de Pesquisas

ALTO VALE DO RIBEIRA: A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A região do Alto Vale do Ribeira, a sul do Estado de Sao Paulo, é uma das últimas áreas ainda pouco atingidas pela exploração econômica desenfreada ocorrida neste Estado e, em consequência, conserva várias de suas características originais intocadas.

Dos 4% do Estado de São Paulo que ainda mantém sua cobertura florestal primitiva, grande parte encontra-se no Vale do Rio Ribeira de Iguape, que também abriga alguns dos últimos remanescentes da fauna de grande e médio porte.

É nessa região que se encontra a maior concentração de cavernas conhecida no Brasil, muitas delas de grandes dimensões e rara beleza, constituindo, juntamente com sítios arqueológicos e paleontológicos, um imenso potencial científico que a comunidade tem obrigação de preservar.

Em 1958, durante o governo de Jânio Quadros, foi criado o Parque Estadual do Alto Ribeira, posteriormente denominado Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira -PETAR. Todavia, o PETAR sequer teve seus limites demarcados e nunca foi objeto de atenção dos governos estaduais que se seguiram .

Hoje, quando toda essa região se vê ameaçada por interesses econômicos, principalmente de projetos agropecuários, de reflorestamento, de mineração e de exploração florestal , é necessário que a opinião pública se conscientize da importância desse patrimônio e das ameaças que o atingem, para forçar a tomada de medidas urgentes, quer a nível estadual, quer a nível federal.

2. SITUAÇÃO INSTITUCIONAL DA ÁREA

O Decreto nº 32.283 de 19 de maio de 1958, sendo então Governador do Estado o sr. Jânio Quadros, criou o Parque Estadual do Alto Ribeira (PEAR), com ... 35.712 ha. (trinta e cinco mil, setecentos e doze hectares), visando "a necessidade de promover a preservação das belezas naturais existentes na região abrangida pelos municípios de Apiaí e Iporanga, bem como possibilitar a formação de um refúgio para a defesa do remanescente da fauna e flora que aí se encontram ".

O PEAR teve como antecedente a existência de oito grutas (Arataca, Arataca Mirim, Monjolinho, Chapéu, Chapéu Mirim, Pescaria, Pescaria Mirim e Tapagem) desapropriadas em 1910 pelo Estado e sob a guarda da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Secretaria da Justiça. A proteção dessas áreas dispersas passou, depois, ao Instituto Geográfico e Geológico (Decreto nº 27.582 de 26/02/1957).

Após o Decreto de criação do parque, nada mais se fez para a instauração efetiva do PEAR: da comissão responsável pela elaboração de organização técnica-administrativa, nada se divulgou; o território definido como sendo o do PEAR não foi demarcado no local; as propriedades particulares nele existentes não foram desapropriadas; o Conselho Administrativo não foi constituído, etc...

Do território do PEAR, consoante o Dec. 32.283, 10.569 ha são área julgada devoluta. O restante é constituído de propriedades do Estado (caso das cavernas desapropriadas), propriedades particulares, estas compreendendo latifún-

dios e minifúndios(mormente posses). Há , também, o caso de mineradoras, que ocupam um caso à parte, face à legislação específica.

Em 28/11/1960, a Lei 5973 passou a denominar o PEAR de Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), estabelecendo que "o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira constituirá , em sua totalidade, reserva florestal do Estado, considerada de conservação perene e inalienável". No entanto, na oportunidade, as condições instrumentais para a efetiva instauração do PETAR não foram cedidas.

A Lei 6884 de 29/08/1962, que dispôs sobre parques, florestas e monumentos naturais estaduais, estabeleceu:
- art. 1º - Os parques estaduais são áreas de domínio público, destinadas à conservação e proteção de paisagens e grutas e da flora e da fauna.
- art. 3º - Nos parques estaduais seão mantidas zonas em estado primitivo,nas quais ficam proibidas todas as atividades que importem em qualquer modificação do aspecto primitivo da região, exceto abertura e manutenção de caminhos para acesso de pedestres ".

Ao regulamentar a Lei 6884, o Decreto 41.626 de 30/01/1963 colocou o PETAR sob responsabilidade do Serviço Florestal do Estado.

Os interesses econômicos começaram a prevalecer e o Decreto de 29/12/1969 excluiu 609,17 hectares da área original. A área excluída situa-se ao norte dp parque e , atualmente, é ocupada por uma empresa mineradora (calcário).

O recente Decreto 14.321 de 27/11/1979, instituindo o Programa de Desenvolvimento de Recursos Minerais -Pró-Minério- queiterá atuação "principalmente no Vale do Ribeira" faz pairar uma grande ameaça sobre toda esta área, inclusive sobre o PETAR uma vez que, nas atuais circunstâncias do estado e do país os valores econômicos parecem imperar sobre os ecológicos.

A situação atual não seria desesperadora se o PETAR estivesse efetivamente implantado. No entanto, o Instituto Florestal (ex Serviço Florestal), a quem legalmente deveria caber a proteção do Parque, alega nada poder fazer diante da acelerada destruição na área, em face à não demarcação do território do Parque; paralelamente, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), a quem cabe a demarcação da área, alega não dispor de recursos nem para proceder ao levantamento topográfico inicial; há, por outro lado, que se lembrar que nenhuma propriedade particular foi desapropriada (por falta de demarcação dos limites) e que este procedimento (desapropriação) implica em elevados recursos e que, finalmente, a cada dia que passa, o preço das terras, pela especulação imobiliária , aumenta significativamente.

3. IMPORTÂNCIA CULTURAL E NATURAL

Os primeiros achados arqueológicos na região do alto Vale do Ribeira devem-se a Ricardo Krone, que, atraído pela exuberante natureza e vasto desconhecimento de toda a porção compreendida entre a Serra de Paranapiacaba e o Oceano Atlântico- atravessada pela rede hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape -,organizou expedições exploratórias no início do século, subindo o Ribeira e seus principais tributários. Assim passou por Iporanga, onde como pioneiro, explorou uma série de cavernas, ressaltando sua importância como sítios paleontológicos, encontrando os primeiros fósseis de mamíferos pleistocênicos (período geológico com até 1,5 milhões de anos) do sul paulista.

Desde a passagem de Krone, a região foi objeto de poucas pesquisas arqueológicas e nenhuma paleontológica. Nos últimos 10 anos, as pesquisas espeleológ-

gicas, realizadas sistematicamente por grupos filiados à Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), na região do Alto Vale do Ribeira, revelaram até hoje, a presença de mais de cinquenta sítios arqueológicos, entre os quais citam-se: sambaquis fluviais ("concheiros"), abrigos de pedra e uma série de sítios líticos e oficinas líticas (local onde os indígenas fabricavam ferramentas e armas, a partir da rocha, no caso (sílex). A grande maioria destas ocorrências arqueológicas está fora dos limites estabelecidos pelo decreto de criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), mas é significativo o número destas estruturas incluídas neste perímetro.

O conjunto cênico natural desta área está associado a um núcleo histórico, o qual constitui importante patrimônio cultural, representando fases do ciclo do ouro, a época da escravidão e elementos valiosos da cultura popular regional. Este núcleo é a cidade de Iporanga, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), que reconheceu a sua importância neste sentido.

Atualmente, inicia-se o plano integrado de desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural, incluindo restauração de imóveis e valorização de manifestações populares, salientando o aproveitamento turístico.

O Vale do Ribeira pode ser subdividido em 3 grandes compartimentos geomorfológicos : a baixada, a zona pré-serrana e a zona serrana, que é a predominante em 2/3 da área total da região.

Congrega a província serrana, onde se encontra o PETAR, rochas sobretudo gnaíssíticas, cedendo lugar , em sua porção meridional, a xistos, quartzitos, mármores, metaconglomerados e outros metassedimentos do Grupo Açungui, onde são numerosos os corpos de granito e granodioritos. Este complexo metassedimentar apresenta-se sob a forma de depósitos de sedimentos carbonatados bem antigos, de idade pré-cambriana.

O calcário, na região muito marcado e dobrado por fendas e fraturas, juntas, falhas e diques(diabásio), aparece de forma descontínua na estrutura geológica regional, caracterizando lentes incrustradas entre grandes manchas de granitos, quartzitos e "filitos".

A variação brusca de altitude (1000 a 100 m N.M. entre Apiaí e Iporanga) e a intensa erosão causada pela alta pluviosidade produzem, no Alto Ribeira, um dos mais acidentados relevos do país, suportado, geralmente, por rochas resistentes como quartzitos e também, os calcários, que sustentam escarpas muito íngremes e cristas alongadas, além de possibilitarem a existência de várias feições particulares aos relevos cársticos.

Assim, aparecem dolinas(grandes depressões do terreno),vales fechados, paredes rochosas abruptas, torres de pedra, etc, que dão ao relevo da área um aspecto "esburacado" e movimentado,de alta expressão cênica e grande importância científica.

Neste conjunto, ressaltam-se as cavernas, que constituem um maravilhoso mundo subterrâneo, possuidor de extraordinária beleza e interesse científico. A região do Alto Ribeira, especialmente na área do PETAR, apresenta a maior concentração de grutas e abismos, até hoje conhecidos no Brasil. São cerca de 170 cavernas,que exibem variedades de espeleotemas (termo genérico para ornamentações de cavernas) únicos,quanto à raridade e beleza.

Neste sentido, salienta-se

, visitada turisticamente, é a de maior desenvolvimento (5.700 m.) do Estado de São Paulo, a Caverna Água Suja, a Gruta do Jeremias e as Cavernas Alambari, Sítio Novo, além de inúmeras outras ricamente ornamentadas.

Situa-se , ainda nessa área, o maior abismo até hoje explorado no Brasil, com cerca de 250 m. de desnível - Abismo do Juvenal- , assim como a Caverna Casa de Pedra, que possui o maior pórtico de entrada conhecido no mundo, com 175 m. de altura. Também se localizam na área o primeiro laboratório subterrâneo do país (SBE-Gruta das Águas Quentes) e o Abismo do Fóssil. Este, juntamente com outras cavernas da área, constitui um dos mais importantes depósitos fossilíferos do Estado, no que se refere à fauna extinta dos grandes mamíferos do Pleistoceno Sul Americano (Toxodon platensis, Scelidotherium, Gliptodon, Eremotherium, Notrotherium e outros). Situa-se também na região a Caverna das Areias, onde se encontram os famosos bagres cegos (peixes albinos e sem órgãos de visão), descobertos por Krone, nos fins do séc. XIX.

A fauna mais característica do Alto Ribeira é a cavernícola, que compreende várias espécies, confinadas ao meio ambiente e que apresentam uma série de adaptações extremamente interessantes , do ponto de vista biológico, como a despigmentação, atrofia dos olhos e desenvolvimento de órgãos táteis e quimiorreceptores, cujo estudo traria grandes contribuições à ciência, podendo vir a esclarecer importantes aspectos da biologia e evolução dos seres vivos. São típicos do Alto Ribeira o bagre cego (Tiphlobagrus kronei), a aegla albina (Aegla sp), várias espécies de diplopodos e alguns opiliões, também albinos e cegos (a grande maioria dessas espécies ainda nem sequer foi descrita).

A fauna cavernícola, de um modo geral, é extremamente frágil , pois é formada por populações reduzidas, de distribuição restrita, que dependem, devido à ausência de produtores nas cavernas, de material importado como fonte de alimento. Assim, quaisquer alterações ambientais que modifiquem esse aporte de alimento podem romper o frágil equilíbrio em que se encontram os cavernícolas, provocando o declínio e até a extinção de suas populações.

Do ponto de vista faunístico, a região do Alto Ribeira apresenta uma dupla importância, tanto pela existência de uma fauna cavernícola peculiar, como também pela ocorrência de várias espécies de vertebrados ameaçados de extinção.

O maior risco de extinção que correm os animais brasileiros decorre da destruição de seu ambiente natural e, a Mata Atlântica constitui o habitat , cuja degradação vem ocorrendo em ritmo mais acelerado, daí a grande importância em termos conservacionistas, da preservação de áreas de mata, ainda relativamente intactas, como é o caso da área em questão.

A região abriga, entre outras, várias espécies de mamíferos e aves em perigo de extinção imediata e que necessitam urgentemente de medidas protetoras, como é o caso do mono(Brochyteles arachnoides), o bugio (Alouatta fusca), o tatu-canastra (Priodontes giganteus), a lontra (Lutra platensis), a onça pintada (Panthera onca), o macuco (Tinamus solitarius), o jacutinga(Pipile jacutinga), jacu-guaçu (Penelope obscura) , o gavião de penacho (Spizaetus ornatus), o gavião branco(Morphnus guianensis), o gavião pomba (Leucopternis polionota) o periquito de cabeça vermelha (Pionopsitta pileata), o papagaio do peito roxo (Amazona vinacea), todos habitantes da Floresta Atlântica e já se tornando raros na região, devido à devastação que a mesma vem sofrendo nos últimos anos.

A formação vegetal dessa região é de Mata Tropical , com algumas Araucárias isoladas nas partes serranas mais elevadas.

A grande parte das árvores desta mata são perenifólias, latifoliadas, grandes com raízes pouco profundas, apresentando, muitas vezes, as bases dilatadas com uma média de 25-30 m. de altura. Há uma enorme profusão de lianas, epífitas, e samambaias com uma grande diversidade de espécies, observando-se, com frequência, simbioses entre animais e epífitas .

Nestas matas são encontradas madeiras de lei como Aspidosperma (peroba), Cedrela (cedro), espécies de Nectandra (canela e imbuia) e leguminosas como a Caesalpinia ferrea , Inga edulis, Peltophorum dubium , Caesalpinia echinata (pau-brasil), muito utilizadas em nossas indústrias para várias finalidades. Tentativas de reflorestamento dessas espécies são raras e em pequena escala, de modo que algumas delas não estão longe da extinção em nossas matas.

Na região do Alto Ribeira, além das espécies citadas e talvez em situação mais crítica que as anteriores, sallenta-se a Euterpe edulis (palmito), que vem sendo objeto de verdadeira devastação em grande escala, a revelia das autoridades e órgãos responsáveis e, por vezes, na sombra de sua omissão.

A devastação da vegetação na área nao se restringe, no entanto, a algumas espécies vegetais de interesse econômico mais imediato; ela atinge grandes áreas e destrói indistintamente diversas comunidades florísticas.

Quando a mata é eliminada, seja por uma agricultura de subsistência, geralmente mal sucedida, que provoca novos desmatamentos, seja por madeireiras ou incêndios provocados, sua regeneração é muito difícil, o que pode estar relacionado com a perda de nutrientes do solo. Desenvolveu-se, então, uma mata secundária, diferente primária, tanto florística quanto ecologicamente.

Neste quadro, a criação de reservas naturais , como a proposta, são indispensáveis, pois constituem reservatórios de habitats em suas condições naturais primitivas e, sem a interferência humana, constituem "laboratórios naturais", abertos à pesquisa científica, onde a estrutura e a evolução das comunidades bióticas podem ser estudadas com êxito.

De importância vital é, ainda, a proteção dos mananciais hídricos da região, que representam um dos últimos conjuntos de nascentes e rios desprovidos de contaminação do Estado de São Paulo. Para que isto ocorra é fundamental a conservação da cobertura vegetal, permitindo igualmente a proteção das cavernas, as quais mantêm uma relação íntima com o ambiente externo e com a extensa rede hidrológica da área.

4. RISCOS DE USO

4.1. Mineração

Sendo uma região tradicionalmente produtora de minerais, o Vale do Ribeira, há muito tempo, vem sofrendo com os aspectos negativos das indústrias de mineração, uma vez que não se encontra entre a maioria das mineradoras brasileiras uma preocupação com o risco potencial de poluição.

Observa-se então a contaminação das águas , devido às operações de tratamento de minérios, a possibilidade de danos físicos às cavernas, quando a lavra é subterrânea e a devastação de grandes áreas florestadas, quando a mineração é a céu aberto.

A água utilizada é, muitas vezes, devolvida aos rios sem tratamento algum e quando este existe, geralmente é insuficiente ou inadequado. Desta maneira, os

fluentes estão impregnados de substâncias nocivas , como metais pesados, principalmente chumbo - elemento muito abundante no Vale do Ribeira - causador da doença conhecida como saturnismo.

A mineração subterrânea, quando próxima às cavernas, devido às vibrações produzidas pela detonação de explosivos, pode provocar a quebra de espeleotemas e até o desmoronamento de salões e galerias, o que também pode ocorrer como efeito do abaixamento do nível d'água, ação praticamente obrigatória em toda mina subterrânea.

A este atentado à integridade ambiental da região, vem juntar-se o perigo de destruição sumária das cavernas, uma vez que estas localizam-se em lentes calcárias, matéria-prima para a indústria do cimento e cal. O perigo é real. Já existem indústrias de cimento na região e as frentes de lavra localizam-se perigosamente próximas a cavernas conhecidas e, quem sabe, de outras que ainda não se conhece, e talvez nem se chegue a conhecer. Exemplos já existem. Na região calcária de Lagoa Santa, próxima a Belo Horizonte, cavernas de insubstituível valor espeleológico, arqueológico e paleontológico, de patrimônio de todos, passaram a lucro de poucos.

Atualmente, dentro da área do PETAR, está sendo destruída uma pequena caverna, que além de possuir grande diversidade de ornamentaçoes (estalactites, estalagmites, flores de cavernas, helictites, etc.,) tem a particularidade de possuí-las nas cores verde e azul, pela presença de cobre na solução que as formou. Esse tipo de espeleotema, além de mundialmente raros e extremamente belos, são hoje destruídos no PETAR, sem que nenhuma atitude seja tomada.

Quase a totalidade da área do PETAR tem alvará de pesquisa ou decreto de lavra, concedido pelo DNPM -Departamento Nacional da Produção Mineral. Recentemente, o governo estadual lançou o "Pró-Minério" , programa que visa incentivar a indústria mineral no Estado e, principalmente no Vale do Ribeira. Nota se, portanto, que as perspectivas futuras não são das melhores. O mal não é a mineração em si, mas a maneira como é feita, desprezando o meio-ambiente e não trazendo os benefícios sociais que deveria trazer.

4.2. Uso da Terra

O atual uso da terra pelos moradores locais limita-se , em sua maioria, à agricultura de subsistência em pequenas áreas e à criação de animais, numa esparsa ocupação regional, que tem ocasionado - apesar de várias décadas de ocupação - pequena alteração ambiental.

Atividades predatórias , porém, são ameaça constante. A extração comercial de palmito, sem replantio - constituindo-se na forma mais primitiva de utiliza - ção de um recurso natural - é prática comum. A região é percorrida sistematicamente por coletores de plantas ornamentais, em especial epífitas, inclusive espécies raras de orquídeas.

Com a expansão das fronteiras econômicas, tem sido muito grande a valorização das terras no Vale do Ribeira. O crescente interesse mostra-se pela elevada - incidência de queimadas e derrubada de matas.

Os riscos de um intensivo uso da terra são claros, ilustrados pelos exemplos atuais. O desmatamento, além de destruir a flora - uma das mais exuberantes do país - , coloca em risco a fauna, provoca o escorregamento de encostas e o assoreamento de rios. Numa região de relevo acidentado como o Alto Ribeira, a vegetação é fundamental para a manutenção da integridade paisagística.Aliás, o Código Florestal -que não é cumprido por falta de fiscalização- proíbe o

desmatamento de encostas íngremes, o que é extremamente comum na região.

O reflorestamento, feito na base de florestas homogêneas de pinheiros ou eucaliptos, já teve seus efeitos danosos exaustivamente discutidos por especialistas. Enquanto isso, as essências nativas vão desaparecendo. A araucária, ou pinheiro do Paraná, que existia em grandes quantidades nas zonas altas, está agora praticamente extinta na região, a exemplo do ocorrido no sul do país.

O desflorestamento das proximidades das entradas das cavernas pode alterar, por completo, seu microclima , com as consequentes influências sobre a fauna interna. A retirada da cobertura vegetal modifica também os padrões de infiltração de água, que alimentam os cursos dos rios subterrâneos e formam as ornamentações.

4.3 Turismo

Na atualidade, o turismo é incipiente no Alto Vale do Ribeira. Já no Médio Vale, mais especificamente na Caverna do Diabo, município de Eldorado, Parque Estadual de Jacupiranga , o afluxo turístico é grande, mas é feito de uma forma inadequada porque altera de uma maneira significativa o ambiente interno e externo.

No Alto Vale, a Caverna de Santana recebe um pequeno número de visitantes, notadamente nos fins de semana. Porém, já com esse pequeno afluxo, são evidentes os sinais de vandalismo no interior dessa caverna e de outras próximas. Delicadas formações são quebradas , por pessoas carentes de escrúpulos, que também, escrevem nas paredes e deixam toda uma série de dejetos no interior das cavernas.

Esses "turistas" , muitas vezes, acampam nas proximidades da entrada da caverna, deixando lá também uma grande quantidade de dejetos, como é comum , aliás, a todas as pessoas a quem falta um mínimo de educação ambiental.

A estrada Apiaí-Iporanga corta a área teoricamente pertencente ao PETAR, acompanhando o Vale do Rio Betari, onde se encontram grande parte das cavernas.

Na mesma estrada, em uma ampla curva, existe uma mirante natural de onde se descortina o belíssimo Vale do Rio Betari, em toda a sua extensão. Esse é o ponto de maior expressão desta estrada, em termos de aproveitamento paisagístico. A partir daí, inicia-se um dos mais belos trechos da estrada, tanto na serra, na descida da mesma e na baixada, na Vale do Rio Betari. Os paredões de calcário, a mata virgem e o encalchoeiramento do rio valorizam-no bastante.

As cavernas, por sua vez, embora sejam os maiores atrativos da região, são apenas parte desse conjunto privilegiado pela natureza. Dentre elas, além da Caverna de Santana, destacam-se Água Suja e Morro Preto/Couto, que situadas junto a privilegiados trechos do Rio Betari, têm em seu entorno, além da mata, cachoeiras e piscinas naturais de especial interesse paisagístico e turístico.

A estrada acima mencionada, no entanto, não é asfaltada mas apresenta boas condições de tráfego, com qualquer tempo. Recentemente, com o tombamento do núcleo histórico da cidade de Iporanga, o governo estadual decidiu-se pelo asfaltamento dessa estrada.

Esses dois fatos - o tombamento de Iporanga e o asfaltamento da estrada - farão , com o tempo, com que a quantidade de turistas aumente muito. Se isto acontecer sem uma infra-estrutura turística devidamente organizada, as conse-

quências sobre o meio ambiente serão, certamente, funestas.

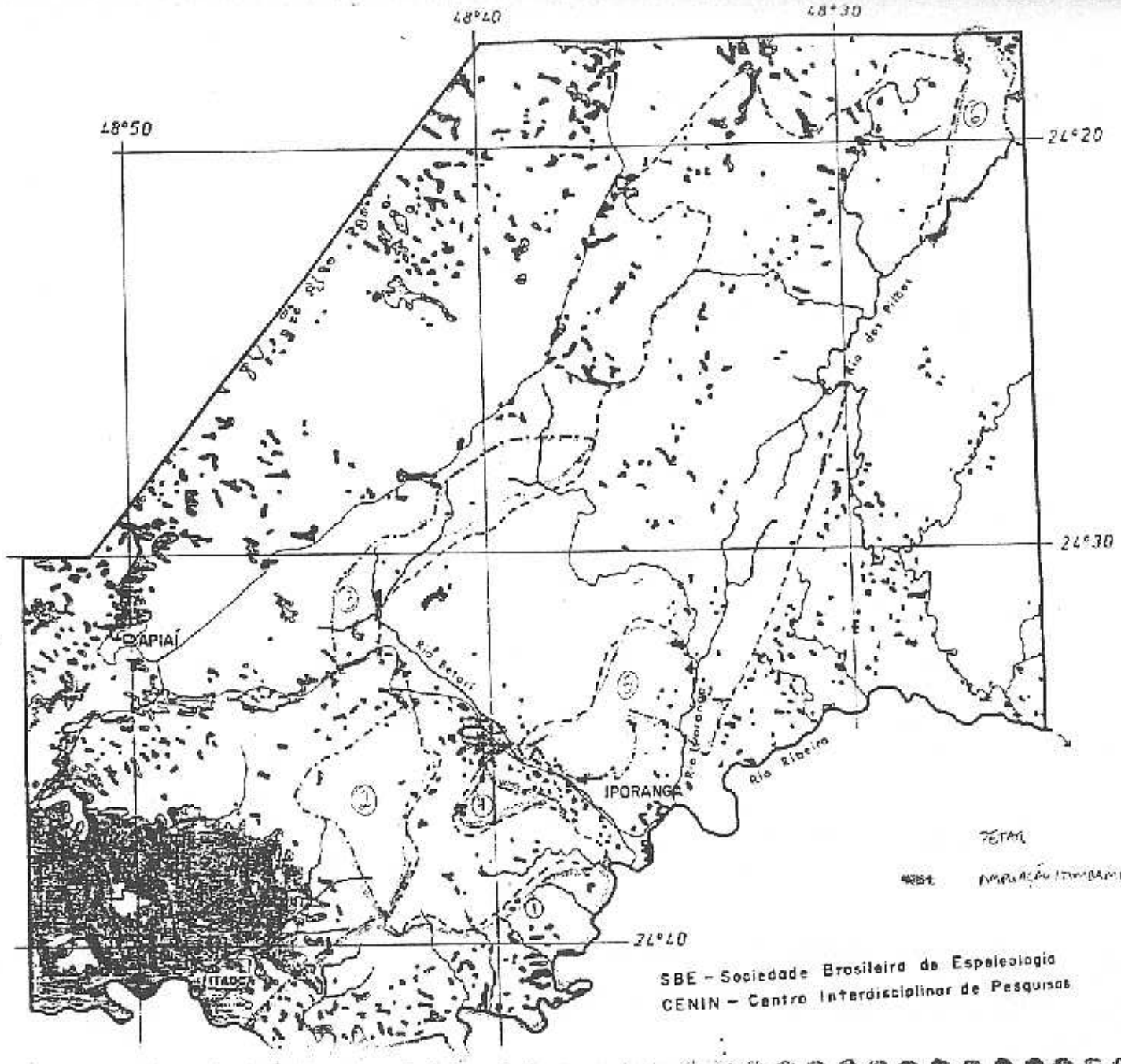
Embora considerando que o turismo seja uma das melhores formas de promover o desenvolvimento econômico-regional, ele deve ser planejado de uma maneira conveniente, compatibilizando-o com a preservação do meio ambiente e com a real melhoria das condições de vida da população local.

AUTORES DO DOCUMENTO:

Anita REgina Di Marco e Melo
Celso Fernando Zilio
Clayton Ferreira Lino
Cleide Aparecida José
Coriolano de Marins e Dias Neto
Eleonora Trajano
Ivo Karmann
João Allievi
Lucy Ishibe
Luis Enrique Sanchez
Maria Cristina Duchêne
Peter Elemer Milko
Rejane Currlin
Rosely Rodrigues

GT-PETAR/CENIN-Centro Interdisciplinar de Pesquisas

São Paulo, dezembro de 1980


48°40
48°30
48°50
24°20
24°30
24°40
APIAÍ
IPORANGA
Rio Ribeira
Rio Betari
Rio Pilões
ITAOCA
SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia
CENIN – Centro Interdisciplinar de Pesquisas

SÃO PAULO

ÁREA PROPOSTA AO CONDEPHAAT PARA TOMBAMENTO
EXTENSÃO DA COBERTURA VEGETAL PRIMITIVA



ESCALA – 1:250000

LEGENDA

_____ Limites do PETAR de acordo com o Decreto Estadual nº 32.283 de 19/5/1958.

------ Limites da área proposta para tombamento, além da área do PETAR.

Manchas de desmatamento em 1976.

Extensão da cobertura vegetal primitiva restituída a partir de imagens do satélite LANDSAT em escala 1:250000, linha 236/77, tomada em 9/11/1976.

Autor: Luis Enrique Sánchez (GT – PETAR/CENIN)

ÁREA PROPOSTA PARA TOMBAMENTO

Propõe-se para tombamento, além da área delimitada pelo Decreto 32.283 de 19 de maio de 1958 (em cor amarela no mapa), cujas justificativas já foram expostas no documento "Alto do Vale do Ribeira: a necessidade de preservação", e que se coadunam com as diretrizes propostas por Ab' Sáber (1977) para preservação de reservas em São Paulo*, entre as quais salientam-se (1) " a preservação de áreas críticas e ecologicamente estratégicas, correspondentes a filtros de biosfera, reservas naturais de preservação obrigatória, amostras representativas de diferentes ecossistemas ou geofácies das paisagens paulistas"; (2)" tombamento de áreas pelo princípio da distinção entre paisagens consideradas banais e paisagens reconhecidamente de exceção (morros testemunhos, topografias ruiniformes (...) feições kársticas, cavernas e lapas (...)

Além da área supra-citada, propõe-se o tombamento de áreas adjacentes ao PETAR (em cor verde no mapa), cuja exposição de motivos segue abaixo. A preservação destas áreas toma grande importância por incluirem aspectos significativos não abrangidos pelo Parque. São as seguintes áreas adicionais propostas para tombamento:

1. região ao sul do PETAR, até o rio Ribeira de Iguape: segundo Vanzolini (1980) ** uma reserva deveria incluir amostras significativas das diversas características topográficas das áreas nucleares, bem como segmentos completos das respectivas drenagens, até o nível do rio maior". Torna-se, por isso, importante proteger uma determinada porção do rio Ribeira de Iguape, o maior da região, que abriga espécies consideradas em extinção, como o jacaré-de-papo-amarelo (Caiman latirostris) e a (Lutra platensis), de acordo com a lista oficial do Instituto Brasilei

* Ab' Sáber, A.N.(1977) - Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo, Geografia e Planejamento, 30, Inst. Geog. Universidade de São Paulo.

ro de Desenvolvimento Ambiental (Portaria nº 3481-DN). Por outro lado, esta região inclui uma lente de calcário muito pouco explorada, a Caverna do Jeremias, bastante importante por seus espeleotemas e dois sítios arqueológicos.

2. região do Lageado e da Serra da Riquinha: importantíssima sob o ponto de vista espeleológico, esta região ainda guarda uma cobertura florestal extensa que infelizmente começa a ser destruída. Destacam-se a Caverna das Areias que, com 5600 m de desenvolvimento, é a segunda maior do estado e abriga os importantes bagres-cegos (Tiphlobagrus kronei); o Abismo do Fóssil, um dos mais importantes sítios paleontológicos do Quaternário no estado; o Abismo do Juvenal (abismo é uma caverna predominantemente vertical), que, com 252 m de desnível, é o maior do Brasil e todo o sistema hidrológico alimentador da Caverna Santana - a maior de São Paulo; neste sistema salientam-se as cavernas Lage Branca e das Perólas, esta última dona da maior quantidade e variedades dos espeleotemas conhecidos como pérolas de cavernas. Ainda nesta região inclui-se as antigas galerias e instalações de Mineração Lageado, que lá explorou durante [illegible] e prata.

3. região do Passa Vinte: abriga grandes porções de mata primitiva, as cabeceiras do rio Betari e do rio Iporanga, a gruta do Calcário Branco (de importância geológica e biológica), dois sítios arqueológicos e duas cachoeiras.

4. região da encosta norte da Serra do Sem Fim: abriga porções de mata primitiva e as cabeceiras do rio São Pedro e São Paulo, afluente da margem direita do rio Betari.

5. região da encosta oriental da Serra do Mandiri: abriga uma grande extensão de mata original, as cabeceiras de vários afluentes dos rios Betari (margem esquerda) e Iporanga (margem direita) e uma lente de calcário muito pouco conhecida.

CENIV
11/80

RELAÇÃO DAS CAVERNAS CONHECIDAS NA ÁREA DO ALTO RIBEIRA

A relação que segue anexa é uma cópia da parte referente ao estado de São Paulo do "Cadastro Geral das Cavernas do Brasil", publicada pela Sociedade Brasileira de Espeleologia em seu boletim "Espeleo-Terra" nº 13 (1979).

As cavernas assinaladas com * estão fora da área proposta para tombamento.

RELAÇÃO DOS SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS CONHECIDOS NA ÁREA DO ALTO RIBEIRA

* Abismo do Anfíbio (SP-163)
* Abismo da Anta (SP-73)
* Abismo do Fóssil (SP-145)
* Abismo do Juvenal (SP-146)
* Abismo das Ossadas (SP-133)
* Gruta das Areias (SP-18)
* Gruta da Cabana (SP-107)
* Gruta da Evarista (SP-130)

  Gruta do Mato Dentro (SP-167)

* Gruta do Monjolinho (SP-03)

  Gruta dos Vieira (SP-39)

* Sítios localizados dentro da área proposta para tombamento.

RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONHECIDOS NA ÁREA DO ALTO DO RIBEIRA

1. Sambaqui Fluvial rio Tijuco
2. Sambaqui do Caraçá
3. Sambaqui Caracinha
4. Sambaqui dos Estreito
5. Sambaqui do Januário
6. Sambaqui Rio Claro
7. Abrigo do Guarda Mão

8 e 9 Sambaquis dos Matias

10. Sambaqui do Máxima
11. Sambaqui do Ibrahim I
12. Sambaqui do Ibrahim II
13. Sambaqui do Pavão
14. Sambaqui do Pavão III
15. Oficina do Pavão II
16. Oficina do Pavão I

* 17. Sambaqui Anta Gorda

* 18. Sambaqui Tatupeva

19. Oficina Betari

* 20 a 24 Oficina Serra

25. Oficina Juvenal/Laje Branca

* 26. Sítio Morro Preto

* 27. Oficina Santana

28. Oficina Andorinha

* 29. Abrigo Serra Formosa

* 30. Abrigo Fortunato

31. Abrigo Temimina

* 32. Abrigo Maximiano

* 33. Oficina Poço Grande

34. Oficina Porto Pilões

RELAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS CONHECIDOS NA ÁREA DO ALTO RIBEIRA

* 1. Área de mineração Maximiano

2. Área de mineração Ivapurunduva

3. Antigo arraial de Santo Antonio de Iporanga

** 4. Núcleo histórico de Iporanga

* localizada no interior da área proposta para tombamento

** já tombado pelo CONDEPHAAT

CENIN
10.02.81

DESCRIÇÃO DOS LIMITES DA ÁREA PROPOSTA PARA TOMBAMENTO

A área proposta para tombamento inclui a área orginal do PETAR (35 712 ha), cujos limites são descritos no Decreto nº 32 283 de 19 de maio de 1958 (anexo) e as áreas adicionais abaixo descritas:

1. região ao sul do PETAR: partindo do ponto onde o limite do PETAR cruza o rio Taquaruvira a linha divisória desce o rio até a sua barra no Ribeira e sobe o Ribeira de Iguape até encontrar a linha que, partindo das nascentes do córrego Cotia de Cima, segue pelo divisor de águas até o Ribeira.

2. região do Lageado: partindo da extremidade mais ocidental dos limites do PETAR, a linha divisória segue pelo divisor de águas, passa pela Serra da Biquinha e continua seguindo por este divisor até atingir o divisor de águas entre o córrego Furnas e as águas que alimentam o sistema da Caverna Santana, chegando até a estrada Apiaí-Iporanga.

3. região do Passa Vinte: partindo do ponto onde o rio Iporanga cruza os limites do PETAR, a linha divisória segue até as cabeceiras deste rio, até o grande divisor de águas constituído pela Serra do Paranapiacaba; segue por esse divisor em sentido SW até as cabeceiras do rio Betarizinho, seguindo, a partir desse ponto, em rumo sul até encontrar a estrada Apiaí- Iporanga; segue por essa estrada em direção a Iporanga até atingir o local conhecido como Mirante, de onde segue com rumo leste até encontrar a divisa do PETAR.

4. região da encosta norte da Serra do Sem Fim: partindo da intersecção entre o limite do PETAR e a isohipsa de 400 m, segue por esta última até encontrar o segundo afluente da margem direita do rio São Pedro e São Paulo (no sentido de jusante para montante); segue este afluente até sua foz no referido rio, sobe até o divisor de águas da bacia deste rio com a do córrego Águas Quentes e segue por esse divisor até encon

5. região da encosta oriental da Serra do Manduri: partindo do ponto mais a jusante de coincidência entre o limite do PETAR e o rio Betari, segue pela isohipsa de 200 m até encontrar o afluente da margem direita do rio Iporanga imediatamente à montante do ribeirão sos Soures, desce por este ribeirão até sua barra no Iporanga, sobe este último até encontrar seu primeiro afluente da margem esquerda, sobe este afluente até suas cabeceiras e, de lá, até o divisor de águas, seguindo pelo divisor com rumo norte até encontrar novamente o limite do PETAR.

6. região do alto rio dos Pilões: partindo do ponto mais à montante da coincidência entre a divisa do PETAR e o rio dos Pilões, sobe por este e pelo córrego da Caçadinha até a Serra do Paranapiacaba ou dos Agudos Grandes, seguindo depois pela crista dessa serra para oeste, até encontrar novamente o limite do PETAR.

As áreas adicionais tem as seguintes superfícies (aproximadamente):

área 1:	7775 ha
área 2:	3750 ha
área 3:	3100 ha
área 4:	675 ha
área 5:	3405 ha
área 6:	3300 ha
Sub-Total:	21025 ha
PETAR:	35712 ha
TOTAL:	56737 ha

ANEXO 14

Projeto de Lei nº. 198/81
De autoria da deputada estadual Irma Passoni (PT), solicitando o tombamento do PETAR.

22.6.81

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N.o 193, DE 1981

Dispõe sobre o tombamento das áreas que especifica no Vale da Ribeira.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.o — Ficam tombadas as seguintes áreas territoriais, localizadas no Vale da Ribeira:

I — O Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira, PETAR, criado pelo Decreto n.o 32.283, de 19 de maio de 1958, modificado pela Lei n.o 5.973, de 28 de novembro de 1960;

II — região ao sul do Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira, PETAR: partindo do ponto onde o limite do PETAR cruza com o Rio Taquaruvira, a linha divisória desce o rio até a sua barra no Ribeira e sobe o Ribeira de Iguape até encontrar a linha que, partindo das nascentes do córrego Cotia de Lima, segue pelo divisor de águas até o Ribeira, com cerca de 7775ha;

III — região do Lageado: partindo da extremidade mais ocidental dos limites do PETAR, a linha divisória segue pelo divisor de águas, passa pela Serra da Biquinha e continua seguindo por este divisor até atingir o divisor de águas entre o córrego Furnas e as águas que alimentam o sistema da Caverna Santana, chegando até a estrada Apiaí-Iporanga, com cerca de 3750 ha;

IV — região do Passa Vinte: partindo do ponto onde o rio Iporanga cruza os limites do PETAR, a linha divisória segue até as cabeceiras deste rio, até o grande divisor de águas constituído pela Serra do Paranapiacaba; segue por esse divisor em sentido SW até as cabeceiras do rio Betarizinho, seguindo, a partir desse ponto, em rumo sul até encontrar a estrada Apiaí-Iporanga; segue por essa estrada em direção a Iporanga até atingir o local conhecido como Mirante, de onde segue com rumo leste até encontrar a divisa do PETAR; com cerca de 3100 ha;

V — região da encosta norte da Serra do Sem Fim: partindo da intersecção entre o limite do PETAR e a isoipsa de 400 m, segue por esta última até encontrar o segundo afluente da margem direita do rio São Pedro e São Paulo (no sentido de jusante para montante); segue este afluente até sua foz no referido rio, sob até o divisor de águas da bacia deste rio com a do córrego Águas Quentes e segue por esse divisor até encontrar novamente a linha divisória do PETAR; com cerca de 674 ha;

VI — região da encosta oriental da Serra do Mandurí: partindo do ponto mais a jusante de coincidência entre o limite do PETAR e o rio Betari, segue pela isoipsa de 200 m até encontrar o afluente de margem direita do rio Iporanga imediatamente a montante do ribeirão dos Soares; desce por este ribeirão até sua barra no Iporanga, sob este último até encontrar seu primeiro afluente da margem esquerda, sobe este afluente até sas cabeceiras e, de lá, até o divisor de águas, seguindo pelo divisor com rumo norte até encontrar novamente o limite do PETAR, com cerca de 3.405 ha;

VII — região do alto rio dos Pilões: partindo do ponto mais a montante da coincidência entre a divisa do PETAR e o rio dos Pilões, sobe por este e pelo córrego da Caçadinha até a Serra do Paranapiacaba ou dos Agudos Grandes, seguindo depois pela crista desta serra para oeste, até encontrar novamente o limite do PETAR, com cerca de 3.300 ha.

Artigo 2.o — O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia discriminará, para inscrição no livro de tombo competente, as áreas já descritas.

Artigo 3.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Para justificar o presente Projeto de lei, anexamos o trabalho feito pela Sociedade Brasileira de Espeleologia, que, de maneira cabal, demonstra a necessidade de se preservar essa área.

Este trabalho é endossado pelas seguintes entidades: Sociedade Brasileira de Paisagismo, Sociedade Brasileira do Meio-Ambiente, Associação de Geógrafos Brasileiro, Departamento de Geografia da F.F.L.C.H.-USP e Instituto Geográfico da Secretaria da Agricultura.

Sala das Sessões, em 9-6-81

a) Irma Passoni

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO N.o 32.283, DE 19 DE MAIO DE 1958

Cria o Parque Estadual do Alto da Ribeira

LEI N.o 5.973, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1960

Dispõe sobre a denominação do Parque Estadual do Alto da Ribeira e dá outras providências

ANEXO 15

Texto "PETAR: dois anos de luta",
publicado no Boletim SBE (dez.1981),
de autoria de Luis Enrique Sánchez,
fazendo um balanço geral da situação do Parque.

sbe



PETAR: DOIS ANOS DE LUTA

Em novembro de 1979, a SBE comemorava seus dez anos com uma grande convenção no vale do Bethary. Era a época também do início do funcionamento da nova estrutura orgânica da SBE e o Conselho Deliberativo se reunia pela primeira vez. A devastação florestal apenas começava, então, na região e com ela as cavernas viam-se frente a mais uma ameaça.

As tentativas isoladas feitas até então pela SBE para resolver a questão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira não haviam surtido efeito algum. Estava clara naquele momento a necessidade de uma ação coordenada e planejada com vistas a uma solução definitiva da questão e a efetiva proteção da região. Foi então redigido um manifesto que, aprovado pelo CD, tornou pública a indignação da comunidade espeleológica brasileira frente à insólita destruição de nossas cavernas. "A serviço de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, destrói-se irracionalmente nosso patrimônio natural e cultural. O Vale do Ribeira é uma das últimas regiões de São Paulo onde ainda se encontra praticamente inalterado o quadro natural...", dizia o manifesto, que convidava "a opinião pública a manifestar-se sobre a preservação desse imenso potencial, patrimônio inalienável de todo o povo." No dia seguinte, a Folha de São Paulo noticiava que "a SBE pretende fazer um amplo movimento para pressionar o Governo a delimitar o Parque e a tomar providências para sua conservação."

Em abril de 1980 realizava-se em Belo Horizonte o XIV Congresso Nacional de Espeleologia e novo manifesto era divulgado, este mais afeito ao problema de Lagoa Santa. A sucessão dos fatos e o aprofundamento das discussões levou à organização de um evento para discutir especificamente a questão do PETAR, o que aconteceu em outubro daquele ano, em São Carlos, o I Simpósio Paulista de Espeleologia. Das resoluções e encaminhamentos do Simpósio constavam, entre outros: "criação de um comitê que trabalhará a nível de Conselho Consultivo; o grupo de trabalho IG-CENIN encaminhará, devidamente instrumentado, o processo de tombamento do PETAR; estudo da possibilidade de aumentar a área do PETAR; estudo profundo de efetivação da participação da comunidade nas lutas pelo Parque."

O documento "Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação", que havia sido esboçado em janeiro daquele ano, servir da ponto de partida para a reunião do material necessário para dar-se entrada com o pedido de tombamento no CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, pedido que se efetivou a 10 de fevereiro de 1981, subscrito por SBE, Instituto Geológico, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, Sociedade Brasileira de Paisagismo e Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Posteriormente o pedido foi aprovado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, Associação Paulista de Proteção à Natureza, Associação Mineira de Defesa do Ambiente, etc.

Paralelamente, realizaram-se reuniões do Conselho Consultivo do PETAR, com representantes de todos os órgãos estaduais envolvidos e de diversas entidades da sociedade civil, sob a presidência da então diretora do IG, Maria Helena de Almeida Mello e secretariado pelo presidente da SBE.

A 19 de maio, os 20 anos do decreto de criação do PETAR foram tristemente lembrados através de uma entrevista coletiva à imprensa, a qual sempre demonstrou muito boa vontade em colaborar.

Na data, o Conselho Consultivo do PETAR encaminhou ao Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, Jorge da Cunha Lima, um documento solicitando providências para a ampliação do Parque, a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) e a implantação de um Centro de Estudos do Carste. Em 1982, o Governador Paulo Maluf assinou o decreto de ampliação do PETAR, que passou a ter 35.712 ha, mas não a APA nem o Centro de Estudos do Carste.

Em 1983, o Governador Franco Montoro assinou o decreto de criação da APA Vale do Ribeira, com 2.350.000 ha, mas não o de ampliação do PETAR, que ficou em 36.000 ha. Em 1984, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 40.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em 1985, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 45.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em 1986, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 47.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em 1987, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 49.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em 1988, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 50.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em 1989, o Governador Montoro assinou o decreto de ampliação do PETAR para 51.000 ha, mas não o de criação do Centro de Estudos do Carste.

Em

ANEXO 16

Veto ao Projeto de Lei-198/81, feito pelo governador Paulo Maluf (23 dez. 1981)

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

VETO TOTAL AO PROJETO
DE LEI N.o 198, DE 1981

Mensagem n.o 194, do Sr. Governador do Estado

São Paulo, 23 de dezembro de 1981.

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os efeitos legais, que, usando da prerrogativa a mim concedida pelo artigo 26, combinado com o artigo 34, inciso III, ambos da Constituição do Estado, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de lei n.o 198, de 1981, aprovado por essa nobre Assembléia conforme Autógrafo n.o 16.067, que recebi, por entendê-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Dispõe a propositura sobre o tombamento de áreas que especifica, localizadas no Vale do Ribeira, abrangendo o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira — PETAR, criado pelo Decreto n.o 32.283, de 19 de maio de 1958, modificado pela Lei n.o 5.973, de 28 de novembro de 1980.

Acontece, porém, que, consubstanciando o tombamento uma restrição à propriedade, sua regulamentação na órbita estadual jamais poderá ultrapassar os limites fixados pelas normas federais, pois à União compete, com exclusividade, legislar sobre direito civil, nas expressas termos do artigo 8.o, inciso XVII, letra "b", da Constituição da República.

Ora, o ordenamento federal em vigor, constante, basicamente, do Decreto-lei n.o 25, de 30 de novembro de 1937, com a complementação do Decreto-lei n.o 3.866, de 29 de novembro de 1941, atribui ao tombamento o caráter de ato administrativo, sujeitando-o a prévio processo, onde a possibilidade de defesa do proprietário que se julgar prejudicado é garantida, inclusive, mediante interposição de recurso ao Presidente da Nação, que poderá determinar o cancelamento da medida.

Observada a simetria, o legislador paulista perfilhou idêntica sistemática com a promulgação do Decreto-lei n.o 149, de 15 de agosto de 1969 (artigo 1.o, § 2.o), e seu regulamento, Decreto de 19 de dezembro do mesmo ano (artigo 31).

Nessas condições, norma estadual como a que propõe o projeto, especificamente editada para o tombamento em caso concreto, agrava a limitação imposta ao domínio, por eliminar a oportunidade de impugnação que o paradigma federal assegura ao legítimo interessado, daí resultando a total inconstitucionalidade da proposição, que inova o direito civil, em afronta ao apontado preceito maior.

Ademais, com relação à iniciativa, a propositura mostra-se igualmente inconstitucional em face do que preceitua a Constituição do Estado, cujo artigo 128 determinou que a lei ordinária dispusesse sobre a proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental, ao mesmo tempo em que deferiu, em seu artigo 129, ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, a competência para zelar pela preservação desse patrimônio "na forma que a lei estabelecer".

Em atendimento a essas exigências constitucionais, veio a Lei n.o 10.247, de 22 de outubro de 1968, que disciplinou a matéria conferir ao aludido Conselho a incumbência de propor às autoridades competentes o tombamento de bens.

Regulamentando também esse diploma, o já citado Decreto de 19 de dezembro de 1969, declarou, no artigo 17, que o tombamento se efetiva por deliberação do Secretário a que se acha subordinado o Conselho — atualmente o Secretário da Cultura —, formalisando-se tal deliberação em ato publicado no Diário Oficial, seguido da inscrição do bem tombado, no livro próprio.

Portanto, se a Constituição Paulista ordenou que a lei estabelecesse as normas de proteção do aludido acervo cultural do Estado, e cometeu à realização dessa missão a órgão técnico especializado do Poder Executivo, com ela conflita a proposta em exame.

Aliás, com base em motivos análogos, foram anteriormente vetados, com êxito, os Projetos de lei n.os 509, de 1975, e 105, de 1978 (D.O. de 17-12-75, pág. 6, e 3-7-78, págs. 2|3, respectivamente).

Por outro lado, convém lembrar que o tombamento causa múltiplas repercussões no meio social, que devem ser previstas e corretamente analisadas antes de sua efetivação. Assim, somente a Administração, pelos instrumentos que detem, possui elementos para o eficaz desempenho dessa tarefa, o que, conseqüentemente, evidencia a inteira inconveniência de ser o tombamento decretado pela via legislativa. A propósito, são palavras textuais de Hely Lopes Meirelles: "A lei estabelece normas para o tombamento, mas não o realiza em cada caso" (Direito Administrativo Brasileiro, 5.a ed. pág. 589).

Vale, finalmente, observar que, apoiado em ponderações semelhantes, o douto Relator Especial, pela Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, opinou desfavoravelmente ao acolhimento da providência pretendida (Parecer n.o 1.509, de 1981, D.O. de 23-10-81, págs. 54-55).

Fundamentado, pois, nessas razões, que faço publicar na Imprensa Oficial em cum-

primento ao artigo 26, parágrafo 1.o da Constituição do Estado, deixo de sancionar o Projeto de lei n.o 198, de 1981, devolvendo-o à oportuna reapreciação dessa egrégia Assembléia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração.

PAULO SALIM MALUF, Governador do Estado

AUTÓGRAFO N.o 16.067

(Projeto de Lei n.o 198, de 1981)

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.o — Ficam tombadas as seguintes áreas territoriais, localizadas no Vale do Ribeira:

I — o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira — PETAR, criado pelo Decreto n.o 32.283, de 18 de maio de 1958, modificado pela Lei n.o 5.973, de 28 de novembro de 1960;

II — a região ao sul do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira — PETAR: partindo do ponto onde o limite do PETAR cruza o rio Taqueravira, a linha divisória desce o rio até a sua barra no Ribeira e sobe o Ribeira de Iguape até encontrar a linha que, partindo das nascentes do córrego Cotia de Cima, segue pelo divisor de águas até o Ribeira, com cerca de 7.775 ha;

III — a região do Lageado: partindo da extremidade mais ocidental dos limites do PETAR, a linha divisória segue pelo divisor de águas, passa pela Serra da Biquinha e continua seguindo por este divisor até atingir o divisor de águas entre o córrego Furnas e as águas que alimentam o sistema da Caverna Santana, chegando até a estrada Apiaí-Iporanga, com cerca de 3.750 ha;

IV — a região do Passa Vinte: partindo do ponto onde o rio Iporanga cruza os limites do PETAR, a linha divisória segue até as cabeceiras deste rio, até o grande divisor de águas constituído pela Serra do Paranapiacaba; segue por esse divisor em sentido SW até a cabeceiras do Rio Betarizinho, seguindo, a partir desse ponto, em rumo sul até encontrar a estrada Apiaí-Iporanga; segue por essa estrada em direção a Iporanga até atingir o local conhecido como Mirante de onde segue com rumo leste até encontrar a divisa do PETAR; com cerca de 3.100 ha;

V — a região da encosta norte da Serra do Sem Fim: partindo da intersecção entre o limite do PETAR e a isoípsa de 400 m, segue por esta última até encontrar o segundo afluente da margem direita do rio São Pedro e São Paulo (no sentido de jusante para montante); segue este afluente até sua foz no referido rio, sobe até o divisor de águas da bacia deste rio com a do córrego Águas Quentes e segue por esse divisor até encontrar novamente a linha divisória do PETAR; com cerca de 675 ha;

VI — a região da encosta oriental da Serra do Manduri: partindo do ponto mais à jusante da coincidência entre o limite do PETAR e o rio Betari, segue pela isoípsa de 200 m até encontrar o afluente da margem direita do rio Iporanga imediatamente à montante do ribeirão dos Soares, desce por este ribeirão até sua barra no Iporanga, sobe este último até encontrar seu primeiro afluente da margem esquerda, sobe este afluente até suas cabeceiras e, de lá, até o divisor de águas, seguindo pelo divisor com rumo norte até encontrar novamente o limite do PETAR, com cerca de 3.405 ha;

VII — a região do alto rio Pilões: partindo do ponto mais à montante da coincidência entre a divisa do PETAR e o rio Pilões, sobe por este e pelo córrego da Cacadinha até a Serra do Paranapiacaba ou dos Agudos Grandes, seguindo depois pela crista desta serra para oeste, até encontrar novamente o limite do PETAR, com cerca de 3.300 ha.

Artigo 2.o — O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, discriminará, para inscrição no livro de tombo competente, as áreas já descritas.

Artigo 3.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de dezembro de 1981.

a) JANUÁRIO MANTELLI NETO
Presidente

a) Sylvio Martini — Presidente

a) Vicente Botta — 2.o Secretário

a) Sylvio Martini — 1.o Secretário

ANEXO 17

Documentos relativos ao processo de reintegração de posse de área útil, ilegalmente excluída do PETAR, visando o favorecimento de uma indústria de cimento. (1983/1984):

a- Ofício SBE (CPPE-008/83) (09 maio 1983)

b- Ofício SBE (CPPE-013/83) (18 jul. 1983)

c- Relatório da PGE (14 dez. 1983)

d- Ofício SBE (CPPE-014/83) (19 dez. 1983)

e- Ofício CPRN informando ao DNPM a abertura do processo de reintegração de posse (10 jan. 1984)

sociedade brasileira de espeleologia

CENIN
0905.83

São Paulo, 09 de maio de 1983

CPPE-008/83

Senhor Coordenador,

Temos o prazer de encaminhar a V.Sa. cópias da legislação referente ao PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, especialmente no que se refere à exclusão de uma área de 609,17 ha, a qual, em nosso entender, contraria o Código Florestal em seu art. 3º, §1º (a nível exclusivo de poder executivo estadual foi tomada a decisão, e não a nível federal, como manda o Código). É também esta exclusão contrária à lei estadual nº 5973/60, já que o desmembramento foi feito por decreto. É interessante notar que o decreto s/n de 29 de dezembro de 1969 não cita a lei 5973 e que a área excluída corresponde exatamente à área titulada em nome da Cia. de Cimento Sul Paulista.

Na expectativa da tomada de medidas por essa Coordenadoria que promovam a reintegração da área ao PETAR, colocamo-nos à sua inteira disposição.

Atenciosamente

Luis Enrique Sánchez
coordenador da comissão nacional
de proteção ao patrimônio espeleológico

Ilmo. Sr.
Eduardo Castanho
M.D. Coordenador da CPRN
Av. Miguel Stéfano, 3900
04301 São Paulo SP

São Paulo, 18 de julho de 1983

CPPE-013/83

Senhor Coordenador,

De acordo com o exposto em nosso ofício CPPE-008/83, de 09 de maio pp., vimos solicitar de V.Sa. a abertura de processo de reincorporação da área referida ao PETAR, evidenciada que foi a irregularidade no processo de desmembramento da área ao Parque. Aproveitando a oportunidade, encaminhamos cópia do ofício nº269/83-DPRN, de 28 de junho pp.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à vossa inteira disposição.

Atenciosamente

Luis Enrique Sánchez
coordenador da comissão nacional
de proteção ao patrimônio espeleológico

Ilmo. Sr.
Eduardo Castanho
M.D. Coordenador da CPRN - Coordenadoria
de Pesquisa de Recursos Naturais da
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Av. Miguel Stéfano, 3900
04301 São Paulo SP

sociedade brasileira de espeleologia

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário

14.12.83

Interessada: Sociedade Brasileira de Espeleologia.

Assunto: Sobre exclusão de uma área de 609,17 ha do Parque Estadual Turistico do Alto Ribeira - PETAR.

Senhor Doutor Procurador Chefe,

R E L A T O R I O

(1.) A Sociedade Brasileira de Espeleologia solicitou providências à Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (fls. 2), no sentido de, a área de 609,17 ha, excluida do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira pelo Decreto de 29 de dezembro de 1969, voltar a integrar o território do aludido parque, porque, como diz, tal exclusão infringiu o art. 3º, § 1º, do Código Florestal, alegando, em acréscimo, que a Lei nº 5.973/60, que deu ao parque a denominação de Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, não foi sequer citada pelo questionado decreto, criticando a impropriedade do mesmo decreto para o referido desmembramento, e assinalando que "a área excluida corresponde exatamente à área titulada em nome da Cia. de Cimento Sul Paulista".

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário

2. Mencionada solicitação vem acompanhada de reproduções, a saber:

1º) do Decreto nº 27.582, de 26.2.57, que
Transfere da administração da Secretaria da Justiça para a da Secretaria da Agricultura, imoveis onde estão localizadas grutas calcáreas situadas no município de Iporanga, comarca de Apiaí e dá outras providências.

2º) Da resolução n. 813, de 24.8.57, da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, que
Institui comissão para proceder a estudos objetivando a criação do "Parque Estadual do Alto Ribeira".

3º) Do Decreto nº 32.283, de 19.5.58, que
Cria o Parque Estadual do Alto Ribeira.

4º) da Lei nº 5.973, de 28.11.60, que
Dispõe sobre a denominação do Parque Estadual do Alto Ribeira e dá outras providências.

5º) do Decreto de 29 de dezembro de 1969, que
Exclui 609,17 hectares, da área de 35.712 hectares destinada ao Parque Estadual do Alto Ribeira.

6º) de publicação do D.O.E. nº 250, de 31.12.69, que
Retifica o texto do Decreto de 29.12.69, e

7º) do Título de Domínio expedido à
Cia. de Cimento Sul Paulista.

3. Distribuido convenientemente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o primeiro organismo a manifestar-se foi a Assessoria de Estudos Patrimoniais, do Instituto Florestal, que diz:

"Ciente.

2. Em princípio, este Instituto jamais concordará

com a cessão de área, que venha reduzir o tamanho original de um Parque Estadual, sob a sua administração.

3. Em se tratando de uma exclusão de área que recai sobre o Parque Estadual do Alto Ribeira, cuja administração ainda não foi transferida para o Instituto Florestal, achamos indispensavel um parecer da douta Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, sobre o assunto em tela".

4. Em seguida, a Diretoria da Divisão de Reservas e Parques apreciou, também, a questão, manifestando-se,

primeiramente,

sobre o Decreto nº 32.283/58, e depois, referindo o Decreto nº 41.625, de 30.1.63, que, no art. 11, determina serem de responsabilidade do Serviço Florestal do Estado, entre outros, o Parque Estadual do Alto Ribeira (grifos nossos), para concluir pela legitimidade de competência do Instituto Florestal e do Patrimônio Imobiliário do Estado para "entrar em entendimentos para a implantação do referido Parque, informando, neste passo, que providências para essa finalidade foram tomadas para a realização de concurso público, afim de recrutar pessoal técnico para a tarefa", e

a seguir,

sobre, propriamente, a questão da exclusão, dir: "Quanto a exclusão (sic) de áreas de unidade de Conservação da Natureza, como o Decreto s/ nº de 29 de dezembro de 1969, esta Divisão, via de regra, jamais manifestará concordante",

para ponderar, alarmada com a redução da cobertura ve-

getal do Estado, reduzida a 4%, e afinal, eximindo-se de apreciar o Decreto s/nº de 29 de dezembro de 1969, por versar matéria fora de sua competência, lembrando, para tal, o nome desta Procuradoria.

5. Por sua vez, a Diretoria Geral do Instituto Florestal corrobora as duas anteriores manifestações, ratificando, também, a proposta de encaminhamento da matéria a esta Procuradoria.

6. Antes, porém, a matéria foi, igualmente, apreciada pela douta Consultoria Jurídica, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a qual, fazendo breve relato dos fatos, e, por envolverem os mesmos, de acordo com o art. 17, da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, competência da Procuradoria Geral do Estado, propõe, como os demais, o encaminhamento do assunto a esta Procuradoria.

...

CÓDIGO FLORESTAL

7. O art. 3º, § 1º, do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), objeto de referência para caracterizar irregularidade na promoção do Decreto de 29 de dezembro de 1969, estabelece:

"Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
h) a assegurar condições de bem-estar público.
§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando fôr necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
.....".

8. É evidente, pois, e, sem circunlóquios, que o poder público estadual exorbitou de suas atribuições, invadindo área de competência federal, ao tratar da exclusão de 609,17 hectares, da área do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR; e isto porque a lei é clara e de meridiano entendimento.

9. Mas, a irregularidade não para aí. É necessário atentar para o detalhe de que o PETAR ainda não está suficientemente pesquisado e estudado, e nele, por certo, existirão áreas de preservação permanente, no conceito do art. 2º, do Código Florestal, que diz:

"Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'agua, em faixa marginal cuja largura mínima será:
1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;
2 - igual à metade da largura dos rios que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;
3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros;
b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;
c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água, seja qual fôr a sua situação topográfica;
d) no tôpo de morros, montes, montanhas e serras;
e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive;
f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
g) nas bordas dos taboleiros ou chapadas;
h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

10. Deste modo, pelo citado artigo no item precedente, forçoso convir pela existência de áreas de preservação permanente, independente da ocorrência de legislação específica, donde o citado dispositivo concorrer para o agravamento da situação configurada.

...

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

11. A enumeração do item 2 refere os atos administrativos que precederam (itens 1º e 2º) e culminaram com a criação do PETAR (item 3º), a denominação respectiva (item 4º), o desmembramento pelo mesmo sofrido (item

5º), com retificação (item 6º) e a titulação da Cia.de Cimento Sul Paulista (item 7º).

12. A petição de fls. 2/5, do processo PPI nº 47.158/70, de seu lado, dá conta da aquisição pela Cia. de Cimento Sul Paulista, da posse de Manoel Malaquias de Lima e sua mulher, dª Victorina Maria de Lima, em base da qual a mencionada empresa pleiteou legitimação de sua posse, não desconhecendo, porém (item 5, da citada petição), "que a área em questão também se encontrava dentro dos limites do Parque Estadual do Alto Ribeira criado pelo Decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1938", acrescentando, "Com o objetivo de explorar as grandes reservas de calcário existentes na área, a Companhia de Cimento Sul Paulista requereu e obteve do Governo do Estado de São Paulo através do Decreto de 29 de dezembro de 1969 publicado no "Diário Oficial do Estado", edição de 30 de dezembro de 1969 (doc. nº 5) a exclusão dos limites daquele Parque Estadual da área referida, a fim de lhe permitir a legitimação de sua posse e obtenção do título de domínio. O levantamento da área excluida dos limites do Parque Estadual foi levantado por essa R. Procuradoria".

13. A manifestação de fls. 16, do citado processo PPI nº 47.158/70 é incisiva e vale ser transcrita em sua inteireza:

"... I - A COMPANHIA DE CIMENTO SUL PAULISTA, pessôa jurídica brasileira pleiteou e obteve do Governo, para fins de instalação de complexo industrial de grande porte, de interêsse para tôda uma região do Estado, que fôsse excluida da área do Parque Estadul do Alto Ribeira, criado pelo Decreto nº 32 283, de 19 de maio de 1 958, e constituido pelas terras devolutas apuradas na ação discriminatória do 17º Perímetro de Apiaí, uma parte de 609,17 hectares, descrita e individuada no Decreto de 29 de dezembro de 1 969, Diário

Oficial de 30 do mesmo ano.

II - Sendo assim e desde que, para a efetivação do empreendimento a que se lança a Requerente, nada mais resta senão decidir sôbre o modo, e apenas sôbre o modo pelo qual se concretizará a utilização da gleba de 609,17 hectares, que lhe foi destinada, propo - nho, sem embargo de manifestação diversa no anexo SJ-83 834, inteiramente superada pelos novos elementos trazidos para êstes autos, que a gleba em questão, cuja posse a própria Requerente alega deter, por ter sido excluida do Parque e, em consequência, restituida à sua primitiva condição de terra devoluta não reservada, passe a fazer objeto de regular processo de legitimação, na forma e segundo os critérios da Lei nº 3 962."

14. Referida manifestação foi acolhida pelo então Procurador Chefe (fls. 17, do mesmo processo), daí o Plano Geral de Posses do 17º Perímetro de Apiaí, adotado pela Portaria nº 16/71, inaugural do processo PPI nº 48.115/71, com proposta de aprovação do então Procurador Geral do Estado (fls. 29, deste último, citado, processo) e com provimento negado ao recurso de ofício pelo então Secretário da Justiça (fls. 30, ainda do referido processo), "para que seja expedido o competente título de domínio", vale dizer, para a titulação da Cia. de Cimento Sul Paulista, possuidora única da área excluida.

...

ALTO PROPÓSITO

15. A reprodução das fls. 34/39, do processo PPI nº 47.153/70 (docs. 1/6, anexos), bem demonstro o ambicioso propósito da Cia. de Cimento Sul Paulista, que, por certo, impressionou as autoridades da época, para as determinações que tiveram lugar.

APURAÇÃO EFETUADA

16. Procurando elucidar a situação atual da exploração calcárea em questão, requisitamos o já citado processo PPI nº 47.158/70, solicitando, a fls. 46 do mesmo, à Divisão de Engenharia, desta repartição, " Para esclarecer, ... com os engenheiros que conhecem a região, da efetividade da "implantação de uma fábrica de cimento em áreas pertencentes a Municípios que se situam na região do Vale do Ribeira", a que se refere a comunicação de fls. 34, deste", obtendo, em resposta, a seguinte informação: "Verificamos em nossos assentamentos, que até a presente data, não foi implantada a Cia. de Cimento Sul Paulista retro. São Paulo, 21 de novembro de 1 983".

MAIS APURAÇÕES

17. A fls. 3 do S.A. nº 53.872/83, que se encontra apenso ao PPI nº 89.115/83, a nós distribuido a 5 de novembro último, encontra-se reprodução do ofício nº 269/83-DPRN, de 28 de junho de 1983, em que o sr. Diretor da Divisão de Proteção de Recursos Naturais, da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, dá conta ao sr. Coordenador da Comissão Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico, em atenção a denúncia deste último, de que "a Polícia Florestal e de Mananciais através de seu destacamento de Apiaí, efetuou detalhada fiscalização na propriedade da Cia. Sul Paulista, constatando um desmatamento irregular, punindo os infratores com multa de Cr$ 1.171.060,00 (cento e setenta e um mil e sessenta cruzeiros) por desmatar área de 1 ha. Quanto à retirada ilegal de palmitos, o destacamento manterá constantes diligências no local, combatendo os infratores com todo rigor da lei".

18. Do exposto, de se convir que a Cia. de Cimento Sul Paulista, até o momento, omitiu-se na exe-

A DISCUTIDA TITULAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

19. A esta altura coloca-se a delicada e controvertida questão da titulação de pessoa jurídica, situação não coberta pelo Decreto-lei nº 14.916, de 6 de agosto de 1945, nem pela Lei nº 3.962, de 24 de julho de 1957, e que, ao tempo de antecessor dessa douta Chefia, determinou - inclusive para a solução de outras dúvidas - a constituição de "Comissão de Legitimação", criada pela Portaria nº 2/78, a fim de ser, de vez, assentada interpretação que norteasse o problema da possibilidade de titulações desta natureza, isto é, de pessoas jurídicas, posto que o parágrafo único ao art. 2º, do citado Decreto-lei nº 14.916/45, refere como condições de legitimação o "efetivo aproveitamento e morada do possuidor", o que se coaduna somente com a pessoa física, não referindo a mencionada Lei nº 3.962/57, a possibilidade de titulação de pessoa jurídica, donde a controvérsia, agravada pela ocorrência de inúmeras titulações deste tipo, que já tiveram lugar.

20. Assim, no âmbito da mencionada "Comissão de Legitimação", em que pesem orientações divergentes, ficou assentado que o objetivo da lei visou à titulação de pessoas físicas, devendo, daí por diante, serem sustadas as titulações de pessoas jurídicas; mesmo porque a alienação de bem imovel do Estado, fora das previsões da legislação legitimatória, é irregular.

21. Mas; e a questão das titulações de pessoas jurídicas, como dito, já ocorridas ?

22. - A matéria, no âmbito da mesma "Comissão de Legitimação", não chegou a ser objeto de fixação, não obstante os acirrados debates que, então, tiveram lugar, donde a presente referência, com o propósito de relembrar uma polêmica, cujo tema ainda aguarda definição.

22. A consequência é que, em face de eventual tomada de posição pela interpretação de que a legislação legitimatória, como entendemos, não contempla a ti-

tulação de pessoa jurídica, de se concluir nulas as titulações deste tipo que ocorreram.

...

OUTRA ABORDAGEM

23. A questão colocada, da titulação de pessoa jurídica, não se confunde com a questão de que ora tratamos, nos termos da denúncia de fls. 2, do desmembramento irregular de área do Parque Estadual Turístico Alto Ribeira, cuja referência foi frisada no item 6, deste.

24. Neste passo, a ocorrência configura ato nulo, a respeito do que alinhamos as seguintes considerações:

ATO NULO

25. Ensina Hely Lopes Meirelles que "O ato administrativo é legal ou ilegal, é válido ou inválido. Jamais poderá ser legal ou meio legal, válido ou meio válido, como ocorreria se se admitisse a nulidade relativa ou anulabilidade, como pretendem alguns autores que transplantam teorias do direito privado para o direito público sem meditar na sua inadequação aos princípios específicos se atividade estatal." (Direito Administrativo Brasileiro, p. 174).

26. No mesmo compasso, R. Limongi França, ao tratar da NULIDADE ABSOLUTA, na Enciclopédia Saraiva do Direito, esclarece que: "A matriz do assunto é o art. 145 do Código Civil. De acordo com esse dispositivo, consideram-se nulos os seguintes atos jurídicos: a) o ato praticado por pessoa absolutamente incapaz; b) o ato cujo objeto seja ilícito ou impossível; c) o ato que não revista a forma prescrita em lei; d) o ato em que tenha sido preterida alguma solenidade essencial à sua validade; e, finalmente, e) o ato declarado nulo ou ineficaz pela própria lei".

27. Dem se proceda [illegible]

to de 29 de dezembro de 1969 excluiu da área do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, 609,17 ha, ao arrepio do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Código Florestal, retro transcrito.

28. Nítida, no caso, a necessidade que havia de ser obtida prévia autorização da autoridade federal, para que, determinada área de preservação, deixasse de o ser. Não obtida tal autorização e praticada a exclusão, de entender-se nulo o ato, e, portanto, de nenhum efeito.

29. O artigo 146 do Código Civil, por sua vez, esclarece que a nulidade absoluta pode ser alegada : a) por qualquer interessado; b) pelo Ministério Público; e c) pelo magistrado.

30. Mas, ainda no caso versado, como decorrência do Decreto de 29 de dezembro de 1969, consequências decorreram da mencionada exclusão, qual seja, a titulação da Cia. de Cimento Sul Paulista.

31. Qual a repercussão, então, decorrente da citada nulidade ?

32. - Entendemos que, na esteira do art.158, do Código Civil, as partes devam ser restituidas ao estado em que se encontravam antes do ato; e, não sendo possivel a devolução das partes ao anterior estado, a lesão sofrida se resolve em perdas e danos, consoante a regra da 2ª parte, do mesmo artigo 158.

ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

33. Por isso, Antônio Carlos Cintra do Amaral, ao tratar da matéria à margem, na Enciclopédia Saraiva do direito, pontifica: "Todo ato inválido deve ser anulado. Mas essa anulação não é feita por qualquer um : somente pode efetuá-la órgãos especialmente qualificados para isso pelo ordenamento jurídico. / De acordo com a Súmula n. 473 do STF, a "administração pode anular seus pró

gais, porque deles não se originam direitos", ressalvada sempre a apreciação judicial. Quer dizer: o ato administrativo pode ser anulado tanto por via judicial quanto administrativa, se bem que a anulação por via administrativa pode, por sua vez, ser anulada por via judicial. / Importante é acentuar que não existe, na realidade jurídica, a chamada "nulidade de pleno direito" do ato administrativo. Todo ato, qualquer que seja o grau de sua invalidade, precisa ser anulado para que todos se sintam juridicamente eximidos de cumprí-lo, e essa anulação deve ser efetuada por um órgão competente para tal e de acordo com uma determinada técnica de eliminação prevista no ordenamento jurídico".

...

34. Deste modo, presente quanto exposto e ponderado, à luz da legislação de regência, a cada passo mencionada, concluimos que:

a) a titulação da Cia. de Cimento Sul Paulista ofende a legislação paulista de legitimação de posses; e

b) a exclusão da área de 609,17 ha, do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, pelo Decreto de 29 de dezembro de 1969, retificado pelo Decreto de 31, do mesmo mês e ano, constitui ato nulo, ao arrepio do Código Florestal,

tudo com os consectários deles decorrentes.

35. A matéria, pelas consequências que envolve, exige reflexão e deliberação administrativa pertinentes, o que procuramos enfatizar, colocando na presente exposição, com a objetividade possível, os aspectos que nos pareceram mais relevantes.

...

GPPI., em 14 de dezembro de 1983

sociedade brasileira de espeleologia

São Paulo, 19 de dezembro de 1983

SBE
19.12.83

CPPB-014/83

SA 82151/83
SA 83872/83

Senhor Coordenador,

Na qualidade de interessada nos processos em epígrafe e sabedora de que a área em questão está onerada junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral em favor da Cia. de Cimento Sul Paulista S.A., a mesma que foi beneficiada com a titulação em seu nome de terras do PETAR e é atualmente detentora do decreto de lavra Nº 72792/73, e considerando, ainda, que a referida empresa até hoje não iniciou as atividades de lavra, o que coloca seu título de lavra sob risco de caducidade, a Sociedade Brasileira de Espeleologia vem solicitar a V.Sa. o especial obséquio de remeter um ofício ao DNPM informando este órgão da abertura de processo de reincorporação da área ao PETAR e de sua situação atual (processos DNPM 804593/68 e 894594/68). Solicitaríamos também o favor de enviar uma cópia desse ofício à SBE.

Agradecendo antecipadamente, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Luis Enrique Sánchez
coordenador da comissão nacional
de proteção ao patrimônio espeleológico

Ilmo. Sr.
Eduardo Pires Castanho Filho
M.D. Coordenador da CPRN
São Paulo, Capital

rua 24 de maio, 62 - cj. 465 — cep 01041 — são paulo — brasil
(c. g. c. 62.939.442/0001-55)

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COORDENADORIA DA PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS

GABINETE DO COORDENADOR

N.º 006

São Paulo, 10 de janeiro de 1984

Senhora Diretora,

Em atendimento a solicitação da Sociedade Brasileira de Espeleologia, através do expediente nº CPPE-014/83, datado de 19 de dezembro de 1983, relativamente a reincorporação de área de terras ao PETAR (processos DNPM nºs 804.593/68 e 894.594/68), tenho a informar a Vossa Senhoria que esta Coordenadoria procedeu a abertura dos processos nºs SAA-82.151/83 e SAA-83.872/83, os quais foram encaminhados à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado em, respectivamente, 01/8/83 e 27/9/83.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e apreço.

EDUARDO PIRES CASTANHO FILHO
Coordenador

Ilustríssima Senhora
Doutora MARIA HELENA PEREIRA TEIXEIRA MENDES
Digníssima Diretora do
Departamento Nacional de Produção Mineral
Rua Loefgreen, 2.225
04040 - São Paulo, SP